



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gilciano Menezes Costa

**Imprensa e História Local: os jornais de Itaboraí
e as lutas políticas no período imperial**

Niterói

2022

GILCIANO MENEZES COSTA

**Imprensa e História Local: os jornais de Itaboraí
e as lutas políticas no período imperial**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito necessário à obtenção do título de doutor em História.

Área de Concentração: História Social.

Setor: História Contemporânea I.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Martha Campos Abreu.

Niterói

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C837i Costa, Gilciano Menezes
Imprensa e História Local : os jornais de Itaboraí e as
lutas políticas no período imperial / Gilciano Menezes Costa
; Martha Campos ABREU, orientador. Niterói, 2022.
327 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.d.07344057743>

1. Itaboraí. 2. Imprensa periódica. 3. Lutas políticas.
4. Província Fluminense. 5. Produção intelectual. I. ABREU,
Martha Campos, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

GILCIANO MENEZES COSTA

**Imprensa e História Local: os jornais de Itaboraí
e as lutas políticas no período imperial**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito necessário para obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Martha Campos Abreu - UFF
(Orientadora)

Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado - UFF
(Arguidor)

Prof.^a Dra. Hebe Mattos – UFJF
(Arguidora)

Prof.^a Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira – UERJ
(Arguidora)

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães - UNIRIO
(Arguidor)

Niterói
2022

Para minha mãe, meu pai (em memória),
meus tios Elazir e Jair (ambos em memória).

AGRADECIMENTOS

A gratidão com a qual inicio este trabalho me acompanha de longa data. São diversas pessoas para agradecer, que de alguma forma contribuíram para as escolhas e os caminhos pelos quais venho percorrendo e, por conta disso, não caberão todas neste breve agradecimento. A todas elas, meu muito obrigado. Contudo, gostaria de agradecer especialmente as seguintes pessoas e instituições:

A minha querida mãe Zelinda Menezes Costa pelo afeto, carinho, amor e toda torcida que demonstrou por mim para que o término desta pesquisa se tornasse uma realidade. Sua trajetória de vida e de luta sempre me inspirou para que eu persistisse em minha pesquisa e para a finalização deste trabalho. Ela sempre foi motivo de admiração, orgulho e um exemplo a ser seguido.

Ao meu pai que, embora já tenha falecido há anos, sempre foi um referencial de pessoa serena, respeitosa, calma e amorosa. Suas qualidades e todo o seu amor por seus filhos e por minha mãe contribuíram de forma significativa para a pessoa que me tornei hoje em dia.

A minha amada esposa Maria Suellen Timóteo Corrêa por todo companheirismo, zelo, carinho e amizade e pelas diversas trocas intelectuais que realizamos. Sua presença em minha vida foi determinante para o desfecho positivo alcançado com o término deste trabalho.

A todos os meus familiares, em especial a minha irmã Tavane e aos meus irmãos Gildimar, Gilbran e Gildson pela torcida e pelo apoio que me deram. Da mesma forma, agradeço as minhas cunhadas Ana, Raquel e Alessandra e em especial ao meu cunhado Luiz, que sempre torceu pelo meu êxito profissional.

A toda família de minha esposa pela torcida, em especial a Dona Meri e ao seu Zezé.

A Martha Campos Abreu pela amizade, sensibilidade, parceria e orientação que me proporcionou.

A Hebe Mattos que, assim como a Martha Abreu, sempre me apoiou desde o início de minha graduação.

A Regina Coeli Ancantara Silva por toda amizade, companheirismo, apoio e parceria que tivemos durante quase 14 anos que estivemos juntos. Agradeço também a todos os seus familiares pela torcida que fizeram pela conclusão desta pesquisa, em especial a Dona Lourdes, seu Reginaldo e a Viviane.

A seu Helso, Heitor e em especial a seu Heimar Costa por me permitirem ter acesso ao acervo dos jornais de sua família. Ao seu Heimar agradeço em especial por todos os diálogos que tivemos sobre os jornais que foram produzidos por seus familiares.

A Carolina Vianna por todas considerações e contribuições que realizou em minha qualificação.

Aos amigos Luiz Maurício de Abreu Arruda e a André Faria Taranto pelo apoio na higienização, organização e digitalização dos jornais que compõem o acervo Heitor Costa.

Ao amigo William Mendonça que, como jornalista, publicizou parte de minha pesquisa sobre a História Local no jornal Diário do Leste.

A Capes, instituição que financiou esta pesquisa e tornou possível o seu desenvolvimento.

A Universidade Federal Fluminense e em especial ao Programa de Pós Graduação em História.

A todos e todas da Fundação da Biblioteca Nacional por contribuírem para o meu acesso ao acervo pesquisado.

Aos amigos do Centro de Memória Fluminense da UFF pela atenção e consideração que sempre me proporcionaram.

A Alexandra Barbosa do Centro de Memória de Itaboraí que sempre me recebeu com cordialidade.

A toda equipe diretiva e aos colegas de magistério do Colégio Estadual Visconde de Itaboraí pela torcida e consideração demonstrada.

Ao saudoso professor Osvaldo Luiz Ferreira por cada aula que me deu na Educação Básica sobre a História de Itaboraí e que tanto contribuiu para a minha escolha temática de pesquisa.

“Rico, saudável, alegre e cheio de proporções para ser grande, Itaboraí todavia ou permanece estacionário, ou seu progresso é quase imperceptível: por que não progride ele?”

(Joaquim Manuel de Macedo.
Ostensor Brasileiro. 1846)

RESUMO

A presente tese busca analisar a História da Imprensa Periódica de Itaboraí com ênfase no contexto imperial, demonstrando que o surgimento e o desenvolvimento dessa imprensa ocorreram em conexão com as principais disputas políticas realizadas no país e na Província Fluminense. A partir da História Local e do uso dos periódicos impressos como fonte e objeto de estudo, este trabalho mostra como os jornais locais e seus respectivos proprietários e redatores atuaram como uma força ativa em diversos conflitos políticos que emergiram na cena pública da província e da Vila de Itaboraí. O estudo também mostra como os agentes sociais locais dialogavam com as publicações dos periódicos impressos na Corte Imperial e na capital da província, e como os jornais impressos na vila publicizaram os trânsitos e os intercâmbios políticos e sociais predominantes do período.

Palavras chaves: Itaboraí, imprensa periódica, lutas políticas e Província Fluminense

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the History of the Periodical Press of Itaboraí with emphasis on the imperial context, demonstrating that the emergence and development of this press occurred in connection with the main political disputes held in the country and in the Fluminense of Rio de Janeiro. Based on Local History and the use of printed periodicals as a source and object of research, this work shows how local newspapers and their respective owners and editors operated as an active force in various political conflicts that emerged in the public scene of the province and the Village of Itaboraí. The study also shows how the local and social agents dialogued with the publications of the periodicals printed in the Imperial Court and in the capital of the province, and how the newspapers printed in the village publicized the transits and the predominant political and social exchanges of the period.

Key-words: Itaboraí; periodical press; political struggle; Province of Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Introdução

A construção da pesquisa e a questão central.....	16
Uma abordagem historiográfica da imprensa periódica.....	21
Os métodos utilizados na análise dos jornais.....	26
A História Local enquanto metodologia.....	29

Capítulo I - As abordagens sobre a História de Itaboraí e o contexto inicial da Imprensa Periódica

1.1 - A Vila de São João de Itaboraí: particularidades locais e historiografia.....	35
1.2 – O período inicial do periodismo impresso.....	51
1.3 – As menções iniciais de Itaboraí nos jornais da Corte e a publicização de discussões locais.....	56

Capítulo II - A implementação do periodismo impresso na Província Fluminense

2.1 - O início do periodismo impresso fluminense fora da Corte imperial.....	67
2.2 - A expansão dos jornais na Província do Rio de Janeiro.....	79
2.3 - Os primeiros impressos locais: o Itaborayense e O Severo.....	91
2.4 - Análise comparativa dos jornais na fase inicial da Imprensa Fluminense.....	107

Capítulo III - A expansão da produção de jornais impressos na Vila de Itaboraí

3.1 – O aumento de jornais na freguesia sede – o Conciliador de Itaborahy, O Juvenil e O Amigo da Moral.....	122
3.2 – O periodismo chega à Freguesia de Santo Antonio de Sá - O Provinciano Fluminense.....	135
3.3 – Abordagem comparativa dos jornais itaboraienses no Período Regencial.....	141

Capítulo IV – Os periódicos impressos locais liberais e progressistas

4.1 – O Echo da Verdade – Um jornal ministerial liberal na região.....	169
4.2 – A Civilização – O “porta voz” do Partido Liberal no interior da Província do Rio de Janeiro.....	177
4.3 – O Itaborahyense – Um periódico progressista impresso na vila.....	200

Capítulo V – Os jornais dos Hermetos: debates públicos na cena política da década de 1880 em Itaboraí

5.1 – Os Hermetos e suas trajetórias.....	220
5.2 – O Social: um jornal entre a Monarquia e a República.....	234
5.3 – Os embates abolicionistas no Social.....	248

Considerações finais	268
-----------------------------------	-----

Apêndice – Os outros jornais dos Hermetos: A União, a Lucta e O Itaborahyense.....	272
---	-----

Referências Bibliográficas	285
---	-----

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 - Sede da Vila de São João de Itaboraí (1845).....	37
Figura 2 - Ruínas no Porto das Caixas (década de 1940).....	43
Figura 3 - Anúncio de venda dos jornais Itaborahyense e O Severo na imprensa da Corte (1832).....	95
Figura 4 - Primeira página do nº 1 do jornal O Severo (1832).....	99
Figura 5 - Referência ao Conciliador de Itaborahy em um jornal da Corte Imperial (1835).....	123
Figura 6 - Primeira página do nº 1 do periódico O Juvenil (1835).....	126
Figura 7 - Primeira página do nº 81 do jornal O Amigo da Moral (1838).....	130
Figura 8 - Pintura de João Hilário de Menezes Drumond.....	133
Figura 9 - Primeira página do nº 34 do periódico Provinciano Fluminense (1835).....	136
Figura 10 - Primeira página do nº 25 do jornal O Echo da Verdade (1841).....	170
Figura 11 - Primeira página do número inaugural do jornal A Civilização (1850).....	179
Figura 12 - Colagem de pequenas ilustrações do jornal A Civilização (1850-1852).....	197
Figura 13 - Primeira página do número 9 do jornal O Itaborahyense (1862).....	201
Figura 14 - Fotografia de Hermeto Luiz da Costa (1921).....	222
Figura 15 - Desenho da fotografia de Hermeto Júnior registrada em 1921.....	225
Figura 16 - Procissão realizada na praça em homenagem a Paulina Porto (1920).....	231
Figura 17 - Primeira página do n. 6 do jornal O Social (1888).....	239
Figura 18 - Vista aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto (década de 1960).....	243
Figura 19 - Colagem de ilustrações do jornal O Social (1886-1890).....	245
Figura 20 - Votos dos eleitores de Castrioto e Fróes por freguesia na disputa para deputado geral (1887).....	262
Figura 21 - Notícia do Social sobre a aprovação do projeto de lei que extinguiu a escravidão no Brasil (1888).....	264
Figura 22 - Primeira página do nº 14 do Ano II do periódico A União (1892).....	274
Figura 23 - Primeira página do nº 47 do Itaborahyense (1896).....	277
Figura 24 - Primeira sede da Tipografia do Itaborahyense (1921).....	279
Figura 25 - Local próximo à Tipografia do Itaborahyense (Década de 1930).....	279

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - Primeiros periódicos impressos fora da Corte na Província Fluminense (1829 – 1834).....	70
Tabela 2- Informações dos jornais de “Niterói” (1829-1832).....	107
Tabela 3 - Informações dos jornais de Campos (1831-1834).....	108
Tabela 4 - Informações dos jornais de Itaboraí, Resende, Valença e Itaguaí (1830-1833).....	108
Tabela 5 - Primeiros periódicos impressos em Itaboraí (1832).....	142
Tabela 6 - Periódicos impressos em Itaboraí entre os anos de 1835 a 1838.....	143
Tabela 7 – Quantitativo de escravizados de algumas vilas da Província do Rio de Janeiro (1887).....	252

LISTA DOS ANEXOS:

Anexo A – Primeira página da edição inaugural do Correio Braziliense (1808).....	309
Anexo B - Primeira página da edição inaugural da Gazeta do Rio de Janeiro (1808).....	310
Anexo C - Primeira página da edição nº 12 do jornal O Éco na Villa Real da Praia Grande (14/08/1829).....	311
Anexo D - Primeira página da edição nº 1 do 2º volume do periódico O Tempo (03/07/1832).....	312
Anexo E - Primeira página do número do jornal Caramuru que passou a ser impresso na Vila da Praia Grande (19/09/1832).....	313
Anexo F - Primeira página do número inicial do periódico Correio Constitucional Campista (01/01/1831).....	314
Anexo G - Primeira página do número de lançamento do jornal o Goitacaz (30/07/1831).....	315
Anexo H - Primeira página do número inaugural do periódico O Campista (04/01/1834).....	316
Anexo I - Primeira página da edição nº 1 do jornal O Valenciano (26/05/1832).....	317
Anexo J - Casarão do Conselheiro José Bernardino Baptista Pereira (1920).....	318
Anexo K - Mapa contendo a localização de alguns portos fluviais de Itaboraí (1892).....	319

Anexo L - Quantitativo de jornais por Província apresentado pelo periódico A Civilização (1851).....	320
Anexo M - Periódicos recebidos pelo jornal A Civilização (1851).....	321
Anexo N - Primeira página do número 25 do Echo Popular (09/01/1864).....	322
Anexo O - Matéria publicada na Gazeta de Notícias sobre o falecimento de Hermeto Luiz da Costa (02/07/1921).....	323
Anexo P - Inauguração da Herma de Joaquim Manoel de Macedo (1921).....	324
Anexo Q – Periódicos recebidos e permutados pelo jornal O Social (1887-1889).....	325
Anexo R - Fotografia do jornalista Heitor Costa (Década de 1980).....	327

INTRODUÇÃO

A construção da pesquisa e a questão central

Esta tese resulta, para além do campo acadêmico, de toda uma trajetória de vida que foi se constituindo em torno da cidade de Itaboraí, seja enquanto morador que se identifica e nutre muito interesse pelo município, seja depois como historiador graduado. Posteriormente, no período em que realizei o mestrado na Universidade Federal Fluminense, entre os anos de 2010 e 2013, me deparei sobre uma quantidade considerável de periódicos impressos em Itaboraí no acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. Na época, utilizei alguns desses jornais como fonte primária para os processos históricos os quais analisava.

A partir do ano de 2014, planejando uma pesquisa para o doutorado em torno da temática da História da imprensa local, iniciei um trabalho de consulta e de catálogo desses periódicos, dando ênfase àqueles produzidos no período oitocentista. Nesse contexto, fotografei os títulos microfilmados, alguns em sua totalidade e outros, de maior volume, apenas as partes que apresentavam conteúdos de meu interesse. Foi apenas no final de 2018 que, após as modificações da política de acesso ao acervo da Biblioteca Nacional, fotografei todos os impressos produzidos em Itaboraí no século XIX pertencente a essa instituição, visto que esse material não foi disponibilizado em seu portal online de periódicos de acesso livre e gratuito (Hemeroteca).¹ A quantidade expressiva desses periódicos gerou diversas perguntas: quais os motivos da então Vila de Itaboraí ter produzido tantos jornais? Como eram esses periódicos? O que expressavam e a quem representavam? Qual o nível de atuação desses impressos nas principais discussões políticas da província? Essas e outras questões foram utilizadas como ponto de partida para a elaboração da pesquisa.

Concomitante a esse processo, em 2014, conheci Heimar Costa. Seu Heimar, como todos o conhecem em Itaboraí, foi um dos redatores do antigo jornal O Itaborahyense - considerado o periódico de maior duração que já existiu na cidade até os dias atuais -, e é bisneto de Hermeto Luiz da Costa, fundador desse jornal. A partir de nossos diálogos, e de minha disposição de realizar uma escrita da História da imprensa da cidade, fui apresentado ao seu acervo. Com a autorização (e apoio) dele e de seus irmãos Heitor Costa e Helso Costa iniciei, no mesmo ano, um trabalho de digitalização dos jornais presentes nesse espaço, tarefa realizada junto ao historiador Luiz Maurício de Abreu Arruda e a André Faria Taranto, amigos de longa

¹ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

data. Foi só no final de 2016 que o trabalho de higienização, organização por ordem cronológica e digitalização foi finalizado, ou seja, levamos quase três anos para concluir essa “jornada”. Com isso, o acervo de jornais impressos em Itaboraí se tornou mais significativo. Todo esse material se encontra disponível na antiga tipografia do Itaborahyense e o seu volume pode proporcionar diversas contribuições em futuras pesquisas.

Nesse acervo localizamos diversos periódicos da cidade e de regiões próximas, ambos produzidos nos séculos XIX e XX. Realizamos um total de 15.133 fotografias, correspondendo a um arquivo digital de 48.8 GB (gigabytes). A maior parte do material é fruto da produção jornalística da própria família. Os nomes dos jornalistas monarquistas Hermeto Luiz da Costa e de seu filho Hermeto Júnior foram marcantes na produção desenvolvida entre os anos 1887 e 1930. Importante também foi a produção de seu Heitor Costa entre os anos de 1944 e 1995, sendo este neto do fundador do Itaborahyense e pai de seu Heimar. A pedido da família, o acervo foi denominado de “Heitor Costa”. Deste, finalizei no final de 2018 a catalogação do jornal O Social (1887 - 1890) e do Itaborahyense (referente aos anos de 1896 a 1930) e, em meados de 2019, terminei a catalogação dos periódicos localizados na Biblioteca Nacional.

No acervo da Hemeroteca foram localizadas algumas páginas de dois periódicos impressos locais (O Amigo da Moral e O Provinciano Fluminense) e muitas menções, em variados periódicos, dos impressos produzidos em Itaboraí, dos agentes sociais do contexto estudado e dos fatos locais analisados. Para tal esforço, foi aplicada a seguinte organização de pesquisa nesse acervo: a busca foi realizada por palavras-chaves com a grafia do período (por exemplo Itaborahy, ao invés de Itaboraí); foram utilizadas aspas para localizar expressões com mais de uma palavra (“Hermeto Júnior”); foi priorizado o nome da vila (e de suas principais localidades), de jornalistas locais, de periódicos produzidos na região e de personagens envolvidos com a produção dos impressos. Toda essa pesquisa na Hemeroteca foi desenvolvida (entre os anos de 2016 e 2020) com um olhar mais atento para os periódicos que foram citados nos impressos locais.

Em relação aos jornais produzidos em Itaboraí dos quais não foi possível localizar nenhum número impresso, a busca foi realizada com base em informações locais publicadas em jornais (disponíveis na Hemeroteca) que foram observadas menções contínuas sobre a região, sendo este o caso (na maioria das vezes) de periódicos que tinham moradores de Itaboraí como parte integrante de suas listas de assinantes. As menções sobre as folhas de Itaboraí foram encontradas, principalmente, nos avisos de lançamento publicados em outros jornais, nos debates públicos travados - quando algum desses periódicos digitalizados publicavam

discussões com os jornais locais ou reproduziam seus textos - e na publicização da realização de permutas (troca entre os periódicos de diferentes regiões).

As fontes primárias foram organizadas em fontes principais (jornais do acervo Heitor Costa e os periódicos locais impressos e microfilmados da Biblioteca Nacional) e secundárias (menções sobre folhas locais encontradas em variados periódicos digitalizados e disponíveis na Hemeroteca). Somam-se a esse material as fontes complementares como os relatórios de autoridades governamentais, as estatísticas e censos demográficos e toda a iconografia em torno do tema analisado.

A catalogação de todos os periódicos utilizados foi estruturada inserindo os números dos arquivos fotografados (e dos arquivos localizados na hemeroteca) em ordem cronológica crescente, acompanhados de suas respectivas informações. Assim, foi criado um catálogo contendo a seguinte organização: o número do arquivo digital; o título e o subtítulo do jornal; a data de publicação; o número da edição e da página; o valor das assinaturas e dos números avulsos; a epígrafe; o nome do proprietário, do redator e dos colaboradores (quando citados); a tiragem (quando mencionada); o conteúdo estruturado pelas seções dos jornais (editorial, aviso, a pedidos, anúncios etc.); e observações caracterizando os conteúdos publicados como informações políticas, sociais e culturais.

A partir da leitura desse catálogo a pesquisa se tornou mais consistente e seguiu contornos mais condizentes com as informações contidas nas fontes primárias utilizadas. Com isso, o trabalho foi direcionado para uma análise dos jornais impressos em Itaboraí no período imperial, visto que a ênfase nesse corte temporal possibilitou compreender as continuidades e as modificações das culturas políticas compartilhadas por esses periódicos.

Assim, a presente pesquisa pretende demonstrar como o surgimento e o desenvolvimento da imprensa periódica produzida em Itaboraí (no período imperial) ocorreram em conexão com as principais disputas políticas realizadas no país e na Província Fluminense. Os diversos periódicos utilizados, sendo estes veículos de expressão pública da cultura letrada, demonstraram ser uma valiosa porta de entrada para se compreender os diálogos e conflitos entre a vila, a província e a corte.² Diante disso, buscou-se compreender quais os sentidos, as intenções e os posicionamentos das folhas impressas de Itaboraí e suas relações com as lutas políticas locais e provinciais.

² Corte é a denominação utilizada para fazer referência à sede política do regime imperial, localizada na cidade do Rio de Janeiro. ABREU, Martha. Corte. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 175-177.

Trata-se de um estudo que analisa como as disputas e projetos políticos de diferentes períodos foram abordados pelo “olhar” e pela escrita dos próprios jornais impressos em Itaboraí. Deste modo, a pesquisa, ao tratar esses jornais como força ativa diante das configurações políticas e sociais que emergiam no Império, pretende contribuir para um entendimento desse período por uma visão produzida no interior da própria província.

A análise comparativa e processual desses jornais viabilizou compreender a expressão de uma cultura política escravista e monarquista predominante na grande maioria dos periódicos impressos em Itaboraí no século XIX. Apenas a partir da década de 1880 - através do jornal O Social publicado por Hermeto Luiz da Costa e por seu filho Hermeto Júnior - que surgiram defesas públicas da abolição publicadas em periódicos produzidos na vila, embora a região fosse um espaço em que os interesses escravistas ainda se mantinham de forma expressiva nas relações políticas e sociais existentes em Itaboraí.

A sistematização e as análises de jornais locais realizadas neste trabalho, embora sejam de períodos diversos, contribuem para compreender de forma processual as diferentes abordagens jornalísticas que existiram na cidade (no Império) e como estas se desenvolveram em estreito diálogo com as transformações das lutas políticas vigentes no contexto em que foram produzidas. Trata-se de um estudo que analisa os periódicos locais, sobretudo, como objeto de pesquisa, considerando suas interações culturais, sociais e políticas no aspecto regional, mas sem deixar de dialogar com a esfera nacional.

Por ser uma pesquisa baseada em uma perspectiva de longa duração, este estudo priorizou a análise nos jornais liberais produzidos na vila, ainda que em diálogo com alguns impressos locais conservadores. Este procedimento analítico foi adotado na medida em que foram localizados periódicos locais liberais durante quase todo o período imperial, o que viabilizou compreender de forma processual a atuação desses jornais em diversas lutas políticas desse contexto.

Além das comprovações que a presente pesquisa busca realizar, existe uma outra questão que também justifica a elaboração de uma História da Imprensa periódica de Itaboraí produzida no período imperial. Trata-se da atuação do presente autor como professor da educação básica na rede estadual de ensino no município, visto que o cotidiano em sala de aula possibilitou visualizar que esse material pode proporcionar contribuições didáticas diversas para ser utilizado no exercício do magistério na cidade, pois a História Local, como demonstrou a pesquisadora Circe Maria Fernandes Bittencourt, “tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência [...] e igualmente por situar os problemas

significativos da história do presente.”³ Além disso, o fato de não existirem estudos dessa temática no município estimulou - diante de meu comprometimento histórico social com o tema e com a cidade - a realização de tal investimento para suprir essa lacuna existente na História de Itaboraí.

Soma-se a isso, a minha atuação na escrita de uma História Pública Local, seja escrevendo textos objetivos sobre a História da cidade - compartilhados em e-mails (desde de 2009) e em redes sociais (a partir de 2014) - ou publicando em jornais locais impressos, como o jornal Diário do Leste, onde tive uma coluna semanal entre setembro de 2017 a abril de 2018.⁴

Portanto, esta pesquisa realiza uma análise da História da Imprensa periódica impressa de Itaboraí no período imperial. O estudo se baseia em um recorte temporal iniciado, em 1832, com a implementação da imprensa na vila e vai até 1889, ano em que ocorreu a Proclamação da República.

Para esse esforço, este trabalho foi organizado por uma introdução e cinco capítulos. Na introdução, além das observações aqui realizadas sobre a construção da pesquisa e a questão central estudada, foi apresentada uma abordagem historiográfica da imprensa periódica, os métodos utilizados na análise dos jornais e uma reflexão da História Local enquanto metodologia, visto que esta, como pontuou Rui Aniceto Nascimento Fernandes, “designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva, em função das redes de interdependência e sociabilidade entre determinados atores no lugar escolhido.”⁵

O Capítulo I apresenta uma análise sobre a produção escrita da História de Itaboraí e realiza uma contextualização do período inicial da imprensa periódica no país, abordando a participação de itaboraienses nos debates políticos liberais e sua inserção na esfera pública da Corte Imperial. No Capítulo seguinte, é realizado um estudo comparativo sobre o período de implementação dos primeiros periódicos impressos (fora da Corte) na Província do Rio de Janeiro para compreender o contexto em que o periodismo impresso foi iniciado em Itaboraí.

No Capítulo III é abordada a expansão do periodismo impresso local (1835-1838) como resultante do contexto de descentralização política provincial e do aumento dos poderes regionais. Os periódicos locais publicados no Período Regencial foram estudados através de

³ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez 2004, p. 168.

⁴ A partir de 2014 meus textos passaram a ser publicados em um espaço online intitulado “História de Itaboraí e Região”. Esse espaço foi disponibilizado primeiramente nas redes sociais, como o *Facebook* (disponível em: <https://www.facebook.com/HistoriadeItaboraieRegiao>) e posteriormente em um *site* próprio (disponível em: <https://www.historiadeitaborai.org/>) Acesso em: 14 jan. 2020. Agradeço ao jornalista William Mendonça por viabilizar a publicação de meus textos no jornal Diário do Leste.

⁵ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento ... [et al.]. **História e patrimônio: Rio Bonito**. Rio de Janeiro : Mauad X : Faperj, 2014, p. 13.

uma abordagem comparativa, como recurso para investigar os conflitos políticos e as disputas de projetos de nação desenvolvidos na década de 1830.

O Capítulo IV analisa os periódicos locais liberais e progressistas produzidos nas décadas de 1840, 1850, 1860 e foram estudados como representações (na esfera pública local e regional) de grupos políticos em choque com os conservadores. Por fim, no Capítulo V, é realizada uma análise da produção tipográfica dos jornalistas Hermeto Luiz da Costa e Hermeto Júnior e sua importância, na década de 1880, para a defesa do abolicionismo em Itaboraí.

Uma abordagem historiográfica da imprensa periódica

Ao analisar a historiografia brasileira sobre a imprensa periódica, constata-se que os estudos considerados pioneiros, produzidos entre o século XIX e o início do XX, trataram a imprensa como fonte documental fidedigna, considerada como autêntica narradora dos “fatos” e da “verdade”. Segundo Marco Morel, essas pesquisas possuíam uma abordagem historicista ou positivista, visto que interpretavam esses registros como um meio que “permitiria comprovar aquilo que realmente se disse ou se passou”⁶.

A partir da segunda metade dos Oitocentos foi desenvolvida a preocupação em coletar dados sobre a trajetória dos periódicos, de seus títulos, das datas das publicações e de seus redatores, “avançando em algumas contextualizações e rotulando órgãos segundo suas tendências mais visíveis”⁷. Os autores que se destacaram na citada fase pioneira dessa historiografia foram: Fernando Pinheiro, Mello de Moraes, Moreira de Azevedo e Veiga de Almeida. O desfecho da prática de inventariar do século XIX foi a realização de diversas pesquisas desenvolvidas por Alfredo de Carvalho, no contexto das comemorações do primeiro centenário da imprensa do Brasil em 1908⁸. Carvalho organizou registros mais amplos sobre a história da imprensa e por conta desses exaustivos trabalhos é considerado, pelo pesquisador José Marques de Melo, como “o guardião da memória da nossa imprensa no início do século XX”⁹.

A pesquisadora Laura Antunes Maciel realizou consideráveis observações sobre Alfredo de Carvalho, demonstrando o quanto o trabalho deste escritor foi caracterizado por uma

⁶ MOREL, Marco. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010, p7.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

⁹ MELO, José Marques de. **Os processos comunicacionais na historiografia brasileira**. C&S – São Bernardo do Campo, v. 35, n. 1, p. 7-42, jul./dez. 2013, p. 24. Disponível em: https://cutt.ly/revista_metodista. Acesso em: 12 jun. 2019.

“seletividade das memórias preservadas”. Segundo Maciel, a versão da história de Carvalho “reafirma o poderio dos grandes diários, particularmente aqueles editados no Rio de Janeiro, com perfil mais conservador e atrelados ao poder”. Para essa pesquisadora, o trabalho de Carvalho silenciou a “pluralidade nos modos de fazer jornalismo”, na medida em que deixou de “incluir qualquer evidência da existência de periódicos críticos”. Ela destacou que não se trata de esquecimento involuntário, mas sim de “escolhas orientadas por suas concepções e posicionamentos frente ao fazer jornalístico e histórico”.¹⁰

O trabalho de Barbosa Lima Sobrinho, como demonstrou Marco Morel, merece destaque nesse contexto. Embora sua produção tenha sido elaborada nas décadas iniciais do século XX, seu livro, de caráter ensaístico, foi “pioneiro pelo tom analítico e interpretativo”. Entre os temas abordados em seu trabalho, destacam-se a independência, a modernização dos meios de comunicação impressos no decorrer do século XIX, a liberdade de imprensa e suas restrições¹¹.

A partir de meados do século XX, e com mais expressão na década de 1970, ocorreu uma diminuição expressiva do uso da imprensa periódica como fonte para o conhecimento da História do Brasil. Isso porque a imprensa enquanto documento histórico passou a ser entendida pelos pesquisadores como um mero veículo de ideias elaborado por condicionantes sociais e econômicos predeterminados e potencialmente como falsificadores do real.¹²

Nesse contexto, conforme demonstrou Tania Regina de Luca, os materiais produzidos pela imprensa passaram a ser interpretados como “registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, deles forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”¹³. Durante este período ocorreram expressivas exceções, como os estudos de Carlos Rizzini, Hélio Vianna, Marcello Ipanema, Nelson Werneck Sodré e José Marques de Melo¹⁴. Estes autores desenvolveram uma produção intelectual, referente à imprensa, numa perspectiva diferente ao que predominava no período.

¹⁰ MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, História e Memória: da unicidade do passado às outras histórias. **Patrimônio e Memória**. UNESP, FCLAS, CEDAP, v. 5, n. 2, p. 58-81, dez. 2009, p. 61-66. Disponível em: https://cutt.ly/revista_unesp. Acesso em: 07 jul. 2019.

¹¹ MOREL, Marco. **O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais**. Maracanã, Rio de Janeiro, n. 3, p. 17-30, 2005/2007, p. 18.

¹² MOREL. **Prefácio**..., op. cit., p. 8.

¹³ LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112.

¹⁴ MOREL. **Prefácio**..., op. cit., p. 8.

Os trabalhos de Hélio Vianna, “Contribuição à história da imprensa: 1812-1869”¹⁵, e de Carlos Rizzini, “O livro, o jornal e a tipografia no Brasil”¹⁶, publicados respectivamente em 1945 e 1946, representam expressivas contribuições para a análise política da atividade jornalística do Brasil Império.

Vianna, considerado pioneiro na sistematização dos periódicos, realizou uma minuciosa e densa pesquisa sobre boa parte da imprensa oitocentista, com ênfase no Período Regencial. Em sua obra deu destaque também para a atuação dos principais jornalistas que atuaram no período que analisou, como José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), Cipriano Barata, Antonio Borges da Fonseca e Francisco das Chagas de Oliveira França.¹⁷ Rizzini, através de um levantamento meticuloso, desenvolveu uma história geral da tipografia que abrangeu o estudo do suporte tecnológico, o tipográfico e os produtos culturais produzidos, como livros e periódicos. Ele realizou um estudo amplo da produção impressa no Brasil Colônia, fazendo análises até o período da Independência.

Os trabalhos iniciais de Marcello Ipanema publicados em 1949, “Legislação de imprensa;” “Estudos de história da legislação de imprensa;” “Síntese de história da legislação luso-brasileira de imprensa”; e “A Censura no Brasil: 1808-1821” proporcionaram consideráveis contribuições para a temática da legislação e da censura na imprensa brasileira¹⁸.

Nelson Werneck Sodré em seu clássico trabalho publicado em 1966, “História da imprensa no Brasil”, realizou um expressivo levantamento de jornais, revistas e pasquins para desenvolver um quadro amplo da imprensa nacional em diferentes períodos históricos. Com um referencial marxista, construiu sua análise em torno da relação da imprensa com o capitalismo, pois para ele “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”.¹⁹

A obra de José Marques de Melo, “Sociologia da imprensa brasileira”, analisou os motivos que retardaram a implementação da tipografia no Brasil. Publicado em 1973, esse livro

¹⁵ VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812–1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

¹⁶ RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1945.

¹⁷ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. **200 anos de imprensa no Brasil**. Contra Capa: Rio de Janeiro, 2009, p. 8-9.

¹⁸ IPANEMA, Marcello de. **Legislação de imprensa**. Rio de Janeiro: Aurora, 1949. Idem. **Estudos de história da legislação de imprensa**. Rio de Janeiro: Aurora, 1949. Idem. **Síntese de história da legislação luso-brasileira de imprensa**. Rio de Janeiro: Aurora, 1949. Idem. **A Censura no Brasil: 1808-1821**. Rio de Janeiro: Aurora, 1949. Posteriormente, em parceria com Cybelle Ipanema, o autor ampliou suas análises da atividade jornalística para diversas outras regiões, estudando inclusive a imprensa fluminense. Para saber mais ver: IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello. **Imprensa Fluminense: Ensaios e Trajetos**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.1.

ampliou a interpretação sobre o episódio, visto que tratou as demandas sociais do período como prioritárias para compreender esse atraso, não se retendo aos fatores políticos em sua pesquisa.²⁰

A partir de meados dos anos 1970, e no decorrer da década seguinte, ocorreu uma renovação historiográfica com ênfase nas abordagens políticas e culturais, ampliando de forma significativa a concepção dos periódicos como fonte documental. De acordo com Peter Burke, a Nova História, como ficou conhecido esse movimento, embora não tenha “uma definição categórica”, representou “uma reação deliberada contra o paradigma tradicional”, descrito por ele como “história rankeana”. Essa nova escrita da história priorizou as análises estruturais e teve como base filosófica a “ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”.

Nesse contexto a história das mentalidades coletivas e dos discursos (ou linguagens) ganharam mais atenção dos historiadores e a ênfase da escrita da história baseada em registros oficiais (produzidos na esfera governamental) foi rompida. Assim, variadas “abordagens possíveis do passado” foram desenvolvidas e o uso de diferentes fontes primárias foi estimulado. O diálogo dos historiadores com os “antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos etc” se intensificou, o que desenvolveu ainda mais a interdisciplinaridade.²¹

Jacques Le Goff chegou a afirmar que a História Nova nasceu em grande parte de uma “revolta contra a história positivista do século XIX”. Para ele

a História Nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.²²

Foi nesse contexto que a imprensa, que antes era tratada como fonte suspeita, passou a ser concebida como objeto de investigação histórica e não mais apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. Conforme assinalaram Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, nas últimas décadas pesquisadores perderam definitivamente a inocência, incorporando “a perspectiva de que todo documento, e

²⁰ MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira**, Petrópolis: Vozes, 1973.

²¹ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: ____ (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. 7. Reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 9-16.

²² LE GOFF, Jacques (org). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 28.

não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual [se deve] lidar”.²³

Esse debate metodológico e teórico proporcionou, progressivamente, uma revalorização e redefinição do papel dos estudos sobre a imprensa. Com isso, o estudo da fonte jornalística passou a ser compreendido como um meio para viabilizar a ampliação dos horizontes para novas reflexões (e problemáticas) na produção do conhecimento histórico. Nessa direção, Maria Helena Rolim Capelato demonstrou que:

a imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas²⁴.

Vale destacar que a História da Imprensa não deve ser tratada como um campo isolado. Em diálogo e em conexão com a História Social e Cultural, por exemplo, torna-se possível compreender que a imprensa, como destacou Robert Darnton, atua como “uma força ativa na história”, caracterizada muito mais como um “ingrediente do processo” do que “registros do acontecimento”. Essa constatação contribui para compreender que a produção de informações pela imprensa é resultante de um contexto e também atuante sobre o mesmo.²⁵

Para Darnton, a História Social e Cultural da imprensa tem como finalidade “entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade.” Suas análises contribuíram para compreender a importância de se realizar uma inserção histórica da imprensa por um viés amplo, relacionando esta com os diversos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais da época em que um material impresso foi produzido²⁶.

Na relação da História com a Imprensa, segundo Renée Zicman, existem dois campos de estudo: a “História da Imprensa”, que busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de Imprensa e levantar suas principais características para um determinado período histórico; e a

²³ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez 2007, p. 254. Disponível em: https://cutt.ly/revista_pucsp. Acesso em: 18 jul. 2019, grifo meu.

²⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 20-21.

²⁵ DARTON, Robert. Introdução. In: ROCHE, Daniel; DARTON, Robert. (Org.). **Revolução Impressa: a Imprensa na França 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

²⁶ Idem. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 108 e 111.

“História através da Imprensa”, que engloba os trabalhos históricos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica. A autora destaca a importância da imprensa para o historiador ao afirmar que esta “é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstrução histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas.”²⁷

Construir uma História da Imprensa, de acordo com Marialva Barbosa, é realizar o mesmo movimento da “escrita da história”. “É perceber a história como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos”. Para a autora, “compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política”²⁸.

Para concluir, destaca-se que não foi a intenção apresentar todos os pesquisadores (as) que contribuíram para o desenvolvimento da historiografia da imprensa periódica, mas sim ressaltar alguns dos principais que participaram das transformações consideradas mais relevantes para o campo. Suas produções, acompanhadas de problematizações, nortearão esta pesquisa, na medida em proporcionaram relevantes questões para o uso da imprensa como fonte e objeto de estudo.

Os métodos utilizados na análise dos jornais

Para o pesquisador que utiliza a imprensa como fonte e objeto de pesquisa é fundamental incluir algumas considerações na construção metodológica de seus estudos, entre elas destacam-se as seguintes: 1º - Localizar a fonte em instituições de pesquisas e obter informações sobre a consulta do material nesses espaços (considerado aqui como primeiro passo); 2º - Organizar em série o material encontrado e catalogá-lo, inserindo a data, os números, os volumes (quando houver), as páginas, os títulos e os subtítulos (pois assinalam identificações e para quem pretende direcionar a publicação) e as diversas informações do cabeçalho do jornal, visto que geralmente mencionam o nome do proprietário, as formas de comercialização utilizadas, os locais de venda e os dias da semana em que o jornal era publicado; 3º - Considerar as características de ordem material do jornal, como a qualidade da impressão, a quantidade de páginas e de colunas, o uso ou ausência de iconografia e de publicidade e a periodicidade; 4º -

²⁷ ZICMAN, René Barata. História através da imprensa - algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP**. São Paulo: PUCSP, n. 4, p. 89-102, 1985. p. 89. Disponível: https://cutt.ly/revista_pucsp2. Acesso em: 10 jun. 2019.

²⁸ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007. p. 15.

Identificar e caracterizar o grupo responsável pela publicação (forças sociais que direcionam as publicações e suas condições de produção) e seus principais colaboradores, assim como as fontes de receita do jornal; 5º - Reconhecer a circulação e distribuição do periódico, o que facilita identificar sua tiragem, o preço e as suas formas de venda.

Em relação ao conteúdo, é imprescindível que o pesquisador esteja ciente que o jornal é fruto de uma montagem desenvolvida por indivíduos que compartilham valores da sociedade que o produziu, na medida em que ordena e seleciona o que quer dar publicidade. Deste modo, um periódico não apresenta, em sua totalidade, a realidade do meio o qual está inserido, mas sim uma representação do real resultante das impressões e dos sentidos produzidos. O reconhecimento dessa subjetividade, temporalidade e do fato de que o conhecimento é socialmente construído contribui para compreender as relações de forças conflitantes nesse meio e as ações, e reações, dos agentes sociais envolvidos.

Como demonstrou Laura Maciel, a prática da pesquisa não deve tratar a imprensa como “um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações (...).”²⁹ Da mesma forma, Ana Maria de Almeida Camargo esclarece que:

O jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos habitantes a medida mais aproximada da consciência que os homens tem de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas, opinativas e omissões deliberadas. (...) É claro que, tomando como fonte esse tipo de documento, teremos sempre uma visão parcial e subjetiva da realidade, distorção provocada não só pela proximidade dos homens com os fatos que apareciam no dia a dia, mas também, e principalmente, por seu comprometimento com as coisas. É preciso não esquecer, porém, que a realidade inclui o que se pensa sobre ela.³⁰

Como exemplo das subjetividades existentes em jornais, pode-se considerar os enfrentamentos entre jornalistas na luta pela Independência do Brasil. Conforme demonstrou Isabel Lustosa, os projetos políticos em disputa caracterizaram e direcionaram as publicações dos periódicos no período. Logo, esses jornais não apresentaram a realidade como um todo,

²⁹ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, pág.15.

³⁰ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: **Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 2, 1971. p. 226. Disponível em: https://cutt.ly/anais_anpuh. Acesso em: 12 jun. 2019.

mas sim o modelo de sociedade que defendiam³¹. Dessa forma é fundamental considerar, como perspectiva teórica, os documentos produzidos pela imprensa em sua historicidade, pois, conforme demonstraram Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, “todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.”³²

É relevante destacar que a análise das fontes da imprensa se torna mais produtiva quando realizada de forma comparativa entre suas próprias variações (Revistas, Almanques, folhetins etc) e em diálogo com outras fontes de informação que sejam elaboradas fora do meio jornalístico (como estatísticas populacionais, relatórios de autoridades, inventários, queixa crime etc). Esse recurso contribui para entender, por exemplo, o processo que culminou na organização, lançamento e manutenção de um periódico, assim como as redes de sociabilidades criadas em torno desses propósitos. De mesma maneira, auxilia na compreensão da fermentação intelectual desenvolvida nesses espaços e no entendimento dos conflitos enfrentados pelos jornalistas. Tal exercício também constitui um recurso para indagar sobre a própria produção do jornal, seja para reconhecer - e a partir daí buscar compreender - os silêncios, intenções, omissões, distorções, interesses e as práticas do cotidiano que foram (e as que não foram) explicitadas na produção jornalística estudada.

Logo, a comparação de fontes primárias ajuda a entender os motivos da seleção das informações publicadas e o tipo de memória construída por quem escreve em um jornal, assim como contribui para compreender que a produção jornalística assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, atuando, inclusive, como espaço privilegiado da articulação dos mesmos. Esta problematização teórico-metodológica viabiliza romper visões reducionistas que interpretam a imprensa como mero instrumento de comunicação.

As pesquisas que utilizam a imprensa, seja como fonte ou objeto de estudo, devem considerar que a memória, como demonstrou o pesquisador Raphael Samuel, não é um mero “receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem”, mas sim uma

força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo”. (...) a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem,

³¹ LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos - a guerra dos jornalistas na Independência (1821- 1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³² CRUZ; PEIXOTO. Na oficina do historiador..., op. cit., p. 258.

estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual.³³

Em relação ao uso da imprensa, conforme destacou Cruz e Peixoto, já faz algum tempo que se disseminou e alcançou os espaços de “trabalho das ciências sociais e das humanidades. Nos diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa”. Além disso, “nos diversos níveis de ensino e em diversas áreas, a imprensa transforma-se, de forma crescente, em suporte didático-pedagógico na sala de aula”.

Por fim, ainda que tenha a intenção de proporcionar sugestões de análise, essa proposta teórica não tem como objetivo apresentar um modelo pronto a ser aplicado, mas sim de explicitar os pressupostos metodológicos que viabilizaram as reflexões, as problematizações e os caminhos desenvolvidos nesta pesquisa.

A História Local enquanto metodologia

Segundo o memorável artigo intitulado “História Local”, de Pierre Goubert, essa abordagem teórica foi retomada na França, nos anos de 1950, como resultado “de um novo interesse pela história social, ou seja, a história da sociedade como um todo e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam”.³⁴

Para ele, “essa nova tendência surgiu da insatisfação em relação aos métodos históricos vigentes e da preocupação com o estabelecimento de novos tipos de questões históricas.” Diante disso, como destacou o autor, “os historiadores tentaram limitar suas dificuldades concentrando suas atenções numa região geográfica particular, cujos registros se encontravam bem reunidos, o que possibilit[ou] sua análise através do trabalho de uma única pessoa”. Goubert também ressaltou que as razões do retorno dos estudos da História Local não residiram “simplesmente nos métodos utilizados”, mas sim, e sobretudo, na inspiração que tais análises tiveram com a “Escola dos Annales”, visto que essa escola ao realizar a “crítica severa às ideias tradicionais e preconceitos elitistas, [...] chamou atenção para novos grupos sociais”, além de promover “associações interdisciplinares de historiadores com estudiosos de economia, psicologia,

³³ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, n 14, fev. 1997, p.44. Disponível em: https://cutt.ly/revista_pucsp3. Acesso em: 10 jul. 2019.

³⁴ GOUBERT, Pierre. História Local. Tradução de Marta M. Lago. **Revista Arrabaldes**. Ano I, nº 1, maio/agosto 1988., p. 73.

biologia e demografia”. Desta maneira, para Pierre Goubert, a História Local ressurgiu como resultado da combinação entre o interesse em desenvolver abordagens com uma maior dimensão social e por métodos baseados no estudo de regiões mais localizadas.³⁵

É relevante destacar que, nesse contexto de transformações teóricas, a chamada “Geografia crítica” proporcionou, segundo Janaína Amado, consideráveis contribuições para os estudos históricos em espaços localizados. Isso porque os geógrafos desse campo de estudo propuseram um novo conceito de região, “capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço.” Ela afirmou que “região” passou a ser definida como uma “categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade”. Dessa forma, “região” passou a ser compreendida como “um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula.” Essa mudança do entendimento do conceito de região é mencionada, por Amado, como um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento, a partir da década de 1970, do “número de pesquisas e estudos de historiografia regional.”³⁶

No Brasil, conforme argumentou José D’Assunção Barros, as expressões “História Local” e “História Regional” são “empregadas de maneira quase sinônima”, o que leva a pensar, segundo ele, que as nuances dessas duas designações representam “um exercício da imaginação historiográfica”. Para Barros, há uma certa tendência na historiografia brasileira em usar a “expressão “História local” para o estudo de localidades menores do que aquelas regiões geográficas ou administrativas mais amplas que podem corresponder a um estado, ou mesmo a uma área consideravelmente grande dentro de um estado”. Desta forma, a “História Local” costuma ser utilizada para fazer referência a “cidades, bairros, vizinhanças e aldeias indígenas” e a “História Regional” para as “regiões mais amplas”, como o “Vale do Paraíba, o sul de Minas, o estado do Piauí, e assim por diante.” O autor pontua que essas especificações ocorrem com mais frequência em “países de dimensões continentais como o Brasil” e que na Europa essa distinção dos dois vocábulos não se justifica.³⁷

³⁵ Ibidem, p. 73 (grifo meu); 78;

³⁶ AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 8-11.

³⁷ BARROS, José D’ Assunção. Espaço, território, região – Pressupostos Metodológicos. **Tempos, espaços e representações: abordagens geográficas e históricas**. Bahia: UESB, 2013, p. 18. Disponível em: https://cutt.ly/anais_uesb. Acesso em: 4 out. 2020.

A pesquisadora Joana Neves pontuou que por “História Local deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local.”³⁸

Como demonstrou Luís Reznik, o local como categoria central de análise não implica a realização de uma “simplificação do número de variantes e aspectos da trama social”. A escolha de uma localidade (ou região) para ser analisada não deve ser compreendida como um ato de fragmentação do conhecimento histórico, mas sim como um recurso de observação mais específico para elucidar questões em uma pesquisa. De acordo com Reznik, a abordagem sob o recorte da História Local representa “um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que traçam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições.” É um campo que analisa os “imbricados processos de sedimentação das identidades sociais, em particular dos sentimentos de pertencimento e dos vínculos afetivos que agregam homens, mulheres e crianças na partilha de valores comuns, no gosto de se sentir ligado a um grupo.”³⁹

Para o pesquisador Raphael Samuel, a “História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado.” Segundo Samuel, o observador “a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes e seguir suas pegadas nos campos.”⁴⁰

Há de considerar que embora a História Local (e Regional) utilize o recorte em espaços determinados e de menores proporções (quando comparados às delimitações mais abrangentes), ela não se opõe às macro abordagens da História. O estudo das particularidades locais sociais, econômicas, políticas e culturais se articula com a história global, pois, como demonstrou Jacques Revel,

Não existe [...] hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é [...] uma versão diferente.⁴¹

³⁸ NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. **Saeculum – Revista de História**. UFPB, n. 3, jan-dez 1997, p. 14.

³⁹ REZNIK, Luiz. Qual o Lugar da História Local? Apresentado: **V Taller Internacional de Historia Regional y Local**. Havana/ Cuba, 2002, p. 3 e 4. Disponível em: https://cutt.ly/anais_internacional. Acesso em: 5 out. 2020.

⁴⁰ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990, p. 220. Disponível em: https://cutt.ly/revista_anpuh. Acesso em: 6 out. 2020.

⁴¹ REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da micro análise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 28.

A escrita da história local, segundo Reznik, “costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais”. Dessa forma, esse exercício historiográfico se baseia na articulação de “mecanismos de apropriação - adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais”.⁴² Neste sentido, conforme argumentou Janaína Amado, o estudo regional oferece

novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social.⁴³

Dessa maneira, a articulação entre as abordagens de caráter local e geral (além de não ser conflitante) representa um procedimento analítico que contribui de forma significativa para impedir a elaboração de escritos caracterizados pelo localismo, ou seja, inviabiliza que o local seja analisado de forma isolada e fragmentada. Como destacou Joana Neves, o geral e o local se articulam na construção de uma abordagem histórica, pois “cada local é sempre o recorte de uma realidade mais ampla que o contextualiza e aquilo que se entende por geral é o somatório de realidades locais que se relacionam por meio de processos mais amplos e abrangentes”. Assim, “o local, fora de um contexto geral, é apenas um fragmento e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido”.⁴⁴

Outra questão significativa, no tema em análise, é a compreensão de que a Micro-História e a História Local (e Regional) representam campos metodológicos diferentes, embora ambos recursos busquem o entendimento dos fenômenos sociais que não são percebidos pelas macros análises ou pelos grandes recortes espaciais. De acordo com José D’ Assunção Barros, “a Micro-História não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isso possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador [...]”. Para Barros, “o objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser [...] o espaço micro recortado”, pois para a Micro-História “não é tanto a unidade de observação” que importa, mas sim a “escala de observação utilizada pelo historiador, o modo

⁴² REZNIK, Luiz. Op. cit., p. 3.

⁴³ AMADO, Janaína. Op. cit., p. 12-13.

⁴⁴ NEVES, Joana. Op. cit., p. 22.

intensivo como ele observa e o que ele observa.”⁴⁵ Em mesma direção, Erivaldo Fagundes Neves pontuou que a “história regional e local define seu objeto de estudo pelo pequeno recorte espacial”, já a Micro-História pelo “micro recorte temático”. Apesar das diferenças, conforme demonstrou este pesquisador, “as duas metodologias tentam desvendar facetas do cotidiano social em todas as estratificações, independente da relação [dos] agentes históricos com as instâncias dos poderes aos quais se vinculam ou se submetem”.⁴⁶

Em relação ao recorte temático da História Regional, este não se restringe às informações geográficas ou político-administrativas, ainda que o interesse do pesquisador seja estudar uma região específica. O espaço regional, como demonstrou José D’ Assunção Barros, pode ser estudado por uma variedade de delimitações temáticas, pois segundo ele pode “se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar.”⁴⁷

Na História Local os processos históricos de um determinado espaço escolhido também são analisados em sua complexidade e situados na articulação entre o local e o global. Assim, é considerado um equívoco, como afirmou Haydée da Graça Ferreira de Figueiredo, interpretar a escolha do local como uma metodologia que reduz, simplifica ou ignora os diversos aspectos da trama social. Para a pesquisadora, o local como categoria central de análise “pode vir a construir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador”. Desta forma, “cada detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos”.⁴⁸

É importante considerar que os estudos de História Local desenvolvidos na França, nos anos de 1950, representaram uma nova tendência que passou a incluir novos métodos de análise, como as abordagens com uma maior dimensão social. Logo, essas produções não criaram a História Local, mas sim inovaram, pois os estudos locais que existiam eram realizados por uma outra perspectiva teórica (a historiografia tradicional positivista), como demonstrou Rui Aniceto Nascimento Fernandes ao afirmar que “a preocupação com a região e com a história regional integra o processo de constituição do conhecimento histórico enquanto ciência [já] no

⁴⁵ BARROS, José D’ Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 153.

⁴⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes. Op. cit., p. 33, grifo meu.

⁴⁷ BARROS, José D’ Assunção. Op. cit., p. 152.

⁴⁸ FIGUEIREDO, Haydée da Graça Ferreira de. História Local e a Educação Patrimonial: a experiência da Faculdade de Formação de Professores. **Trabalho apresentado na VII Semana de História da UERJ-FFP**. São Gonçalo, 2001, p. 2. Disponível em: https://cutt.ly/anais_uerj_ffp. Acesso em: 10 out. 2020.

século XIX.”⁴⁹ No Brasil, conforme afirmou Resnik, os estudos sobre regiões ou localidades específicas remontam os Oitocentos.⁵⁰

⁴⁹ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950.** Tese (Doutorado em História) – PUC-RJ, RJ, 2009, p. 230, grifo meu. Disponível em: https://cutt.ly/tese_pucRio. Acesso em: 7 out. 2020, grifo meu.

⁵⁰ REZNIK, Luiz. Op. cit., p. 2.

- Capítulo I –
As abordagens sobre a História de Itaboraí
e o contexto inicial da Imprensa Periódica

O presente capítulo apresenta algumas temáticas da História de Itaboraí de forma a analisar as principais abordagens historiográficas sobre a região e, com isso, problematizar o contexto apresentado por algumas obras, explicitando a ausência de pesquisas que trabalhem os jornais impressos locais como objeto de estudo. Em direção semelhante é realizada uma contextualização do período inicial da imprensa periódica no país para, a partir daí, analisar o início da participação de itaboraienses na cultura política liberal e sua inserção na esfera pública da Corte.

1.1 - A Vila de São João de Itaboraí: particularidades locais e historiografia

Este tópico analisa as principais abordagens historiográficas locais, através de uma contextualização sobre a região estudada. Mais do que apresentar as informações gerais da História de Itaboraí, buscou-se inseri-las em um âmbito analítico que explicita os diversos problemas e as contribuições dos principais trabalhos que estudaram a História da cidade, objetivando, com isso, contribuir para futuras pesquisas e para verificar se o uso dos jornais impressos locais foi utilizado como objeto de estudo em alguma dessas obras.

Os estudos locais do município de Itaboraí foram iniciados pelos trabalhos de Joaquim Manuel de Macedo. Situado na parte Leste do Recôncavo da Guanabara do Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí (local onde Macedo nasceu no ano de 1820) tem sua formação territorial no desfecho das divisões político-administrativas ocorridas na Vila de Santo Antônio de Sá e na conseqüente incorporação da Vila Nova de São José Del Rei pela Vila de São João de Itaboraí, quando esta última foi criada em 1833.⁵¹

O escritor, além de ter sido romancista, jornalista e professor, também atuou profissionalmente como historiador, fazendo parte inclusive do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi a partir de sua primeira crônica (intitulada “São João de Itaboraí”) que as abordagens locais sobre essa região foram apresentadas em seus trabalhos. O texto foi

⁵¹ BRASIL. Decreto de 15 de janeiro de 1833. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. RJ: Typographia Nacional, parte segunda, 1873, p. 28. Disponível em: https://cutt.ly/leis_imperio1. Acesso em: 9 out. 2020.

publicado (em 1845) no *Ostensor Brasileiro*, sendo esse um jornal literário e pictorial impresso na cidade Rio de Janeiro.⁵²

Nesse escrito, Macedo, além de construir uma narrativa literária, apresentou informações da localização de Itaboraí (“a oito léguas de distância da Cidade de Niterói”); as principais edificações acompanhadas de alguns fatos históricos (como a menção à casa do “conselheiro José Bernardino Baptista Pereira, na qual foi outrora hospedado o Real avô de S. M. Imperial”); a produção agrícola principal (“vastos canaviais promissores de abundância e riqueza”); e questionou o interesse próprio como fator obstaculizador do progresso da vila (embora rico e saudável, Itaboraí “ou permanece estacionário, ou seu progresso é quase imperceptível: por que não progredi ele?”).⁵³

Macedo, nessa crônica, além de ter proporcionado contribuições escritas para o estudo da História Local de Itaboraí, publicou junto com seu texto uma litografia⁵⁴ do local que se constituía, na época, o povoado itaboraiense. Chama atenção a maneira como ele publicou a imagem no texto, pois a inseriu de forma interligada com a sua descrição escrita do local: “formam a povoação cinco ruas e a praça em que existe o templo, e da qual a estampa, que acompanha este artigo, representa uma parte.”

Há uma proposta em seu trabalho, já nesse período, em gerar conhecimento histórico através do uso da escrita associada à imagem como ferramenta explicativa sobre o local. A figura apresentada em seguida representa um valioso registro iconográfico da sede da Vila de São João de Itaboraí no final da primeira metade do século XIX.⁵⁵

⁵² MACEDO, Joaquim Manuel de. S. João de Itaborahy. **Ostensor Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 23, p. 179-181, 1845. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca. Acesso em: 9 out. 2020. Para saber mais sobre a atuação de Macedo como historiador ver: BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo**. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS, UFRJ, 2007. Disponível em: https://cutt.ly/disertacao_ufjl. Acesso em: 9 out. 2020.

⁵³ MACEDO, op. cit., 179-180.

⁵⁴ Técnica de gravura que envolve a criação de marcas (ou desenhos) sobre pedra calcária (matriz) com um lápis gorduroso.

⁵⁵ MACEDO, op. cit., 180.

Figura 1 - Sede da Vila de São João de Itaboraí (1845)⁵⁶



Fonte: Ostensor Brasileiro - Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional

Em outras de suas obras, Joaquim Manuel de Macedo realizou diversas menções sobre sua terra natal. No livro “O Forasteiro” (1855) ele inseriu sua narrativa literária na região de Itaboraí, realizando algumas menções de fatos históricos, como a origem da Igreja de São Batista e a sua mudança de orago. De forma semelhante, embora sejam narrativas diferentes, ele também ambientou em Itaboraí o seu romance “O Rio do Quarto” (1869), narrando uma história que teria ocorrido, no final do século XVIII, na freguesia de São João de Itaboraí. Neste trabalho ele enalteceu a vila e citou algumas de suas edificações como motivo de destaque da região. Mencionou também habitações particulares locais que teriam hospedado integrantes da família real em diferentes períodos.

Por fim, em sua obra intitulada “Ano biográfico brasileiro” (1876), trabalho caracterizado principalmente por uma escrita de historiador, Macedo apresentou biografias de pessoas que ele considerava como personalidades de destaque da História do Brasil. Entre os

⁵⁶ Essa litografia foi produzida pelo suíço Pedro Ludwig em sua oficina localizada no centro do Rio de Janeiro. Até o momento, não se sabe quem pintou a imagem, apenas quem a reproduziu em uma litografia. A pintura buscou registrar parte do cotidiano da sede política-administrativa da Vila de São João de Itaborahy. As principais construções na imagem eram a Câmara Municipal, à esquerda; o teatro, no meio e ao lado da entrada de uma rua; e a Igreja de São João Batista na parte direita da imagem. Pedro Ludwig era sócio de Frederico Guilherme Briggs quando a obra foi produzida. Outra oficina de litógrafos que também era requisitada, nesse período, pertencia aos sócios Heaton & Rensburg. A coexistência dessas oficinas e a pouca quantidade de obras sobre o tema contribuíram para que algumas leituras equivocadas ocorressem, dando os créditos da litografia de São João de Itaborahy à Heaton & Rensburg e não a Pedro Ludwig. Esse equívoco pode ser localizado no catálogo do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para saber mais ver: Cunha, Lygia da Fonseca Fernandes da. **O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional: estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_livro1. Acesso em: 10 out. 2020.

nomes biografados, alguns eram itaboraienses, como o pintor José Leandro de Carvalho e o político conservador Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), entre outros. Na elaboração dessas biografias, menções de episódios históricos locais que envolviam essas personagens foram apresentadas.⁵⁷

Os escritos de Macedo sobre a História Local de Itaboraí eram caracterizados pelo ufanismo (visto que buscava enaltecer informações da vila diante da província), pelos feitos de personagens que possuíram projeção social e financeira em algum momento de suas vidas e pela descrição de datas de paróquias locais (e de sua vila de origem), citada de forma aleatória em seus escritos literários e biográficos.

Relevante constatação fez Rui Aniceto Nascimento Fernandes sobre o discurso presente de Joaquim Manuel de Macedo no livro “O Rio do Quarto”. Fernandes observou que a escrita de Macedo contemplava “a relação que o homem deveria ter com suas pátrias”, pois para Macedo “a pequena pátria” (“berço pátrio”) estava associada a uma “escala ascendente que vai do lar doméstico à paróquia, da paróquia ao município, do município à província, da província ao império: ama-se o todo, porque se ama cada uma de suas partes.”

Fernandes argumentou que a escrita da pequena pátria não se opõe a grande pátria e que tal narrativa mostra uma integração em processos maiores, demonstrando, dessa forma, como a contribuição local se destacava diante de algo maior. A relevância desta constatação, para a presente pesquisa, está no fato de que as palavras escritas por Macedo, segundo Fernandes, ecoaram entre diversos pesquisadores que fizeram parte da historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950. Entre eles, um nome é de considerável importância para a historiografia local de Itaboraí: José Mattoso Maia Forte.⁵⁸

Maia Forte foi um escritor com atuação no jornalismo e na área de História. Seus trabalhos como historiador foram baseados em pesquisa documental. De acordo com Fernandes, os marcos da História Pátria estiveram como pano de fundo para a construção de suas obras sobre a História Local. Assim, as experiências históricas locais analisadas por ele foram apresentadas como parte integrante de processos mais amplos.⁵⁹ Se insere nesta perspectiva teórica o seu artigo, intitulado “Vilas fluminenses desaparecidas”, publicado (em 1937) na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

⁵⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Forasteiro**. Segunda Edição. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1856, p. 28. Idem. **O Rio do Quarto: romance**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869, 7-13. Idem. **Ano Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia e litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

⁵⁸ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Op.cit., p. 28-29; MACEDO, Joaquim Manuel. O rio do Quarto...Op. cit., p. 2.

⁵⁹ FERNANDES, op. cit., p. 29.

Neste trabalho, ele analisou a Vila de Santo Antonio de Sá (conhecida também como Vila de Macacu) e suas freguesias, realizando uma abordagem que seguiu a ordem cronológica do tempo de existência da vila, embora tenha dado mais destaque para a segunda metade do século XVIII e para a primeira metade do século XIX.⁶⁰

Entre as informações apresentadas sobre a vila, nesta obra, as que mais se sobressaíram foram as seguintes: o início do povoamento da região; sua criação e a solenidade desse ato (ocorrida em 6 de agosto de 1697); a sua produção agrícola; o histórico das construções de suas principais paróquias; a demografia existente nas freguesias; os principais portos fluviais; os fazendeiros que mais se destacaram; os impactos das “febres de Macacu”; menções de personagens que ele considerou como integrantes de “ilustres famílias fluminenses”; as repercussões na região da implementação da ferrovia; e as transformações administrativas e territoriais na vila.⁶¹

Segundo Maia Forte, a Vila de Santo Antonio de Sá, em 1778, era composta por seis freguesias: Santo Antônio de Sá (sede da Vila), Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Ajuda de Sernambetiba (Guapimirim), Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, São João Batista de Itaboraí e Nossa Senhora do Desterro de Itambi.⁶² A Vila, com suas seis freguesias, possuía uma dimensão territorial tão extensa, que ao ser desmembrada (no decorrer do Século XIX) se dividiu nos atuais municípios de Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito.

Já a Vila de São João de Itaboraí foi criada, em 1833, com três freguesias: Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, São João Batista de Itaboraí (sede da vila) e Nossa Senhora do Desterro de Itambi. Era nesta última freguesia onde se localizava o Aldeamento de São Barnabé e que, em 1772, foi elevado à vila com a denominação de Vila Nova de São José Del Rei. No ano de 1846 Rio Bonito se emancipou e em 1875 a Freguesia de Santo Antônio de Sá foi anexada à Vila de Itaboraí. Desse período até o ano de 1995, momento em que ocorreu a emancipação de Tanguá, essa configuração territorial de Itaboraí praticamente se manteve.⁶³ Essa região herdou uma parte expressiva da Vila de Santo Antonio de Sá e logo boa parte de

⁶⁰ FORTE, José Mattoso Maia. Vilas fluminenses desaparecidas. In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Tomo XLIV, 1937. Disponível em: https://cutt.ly/revista_ibge_1937. Acesso em: 11 out. 2020.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem, p. 43.

⁶³ COSTA, Gilciano Menezes. A Vila de Santo Antonio de Sá: configuração político-territorial (1697-1877). In: **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: https://cutt.ly/anais_anpuh2. Acesso em: 11 out. 2021.

suas histórias. Dessa forma, o trabalho de Maia Forte possui uma relevância considerável na construção da História Local de Itaboraí.

Foi a partir desse artigo que os estudos regionais de Itaboraí (baseados em uma pesquisa documental e realizado de forma sistematizada) se iniciaram. Com esses escritos, foi possível compreender (já em 1937) que Itaboraí foi, em 1778, a freguesia “mais importante” da Vila de Santo Antonio de Sá. Maia Forte citou que nesse período essa região “já prometia ser o que foi no século passado: um grande centro agrícola de parte da baixada fluminense”. Segundo ele, “além do açúcar e aguardente, havia abundância de mantimentos”, como farinha, feijão, milho e arroz, gerando dessa forma um crescimento de “importância econômica”, tornando Itaboraí “um primado político entre as freguesias dessa região da baixada.”⁶⁴

Nesse estudo, o Porto das Caixas (localizado em Itaboraí) foi apresentado como sendo um dos principais entrepostos comerciais da região (já no final do século XVIII), sendo o local onde era embarcada a produção agrícola dos “termos de Macacu e das freguesias filiais”. Através da navegação fluvial no rio Aldeia, e no Macacu, essa produção era levada para os portos do Rio de Janeiro.⁶⁵

A análise de José Mattoso Maia Forte sobre a Vila de Santo Antonio de Sá - embora ele tenha caracterizado essa região como uma das “Vilas fluminenses desaparecidas” - abordou muito mais o dinamismo e a grandeza da vila diante da Capitania do Rio de Janeiro (depois Província) do que sua decadência e o seu conseqüente desaparecimento. Através de uma escrita que priorizou a análise de um História Política-Administrativa da região, ele apresentou informações dando um dimensionamento expressivo do que existiu na vila, por exemplo: “abrangia seu vasto território, de mais de 1.500 km² de superfície, uma vila, seis freguesias, com outras tantas igrejas matrizes e uma população de 17.329 habitantes, dos quais 8.371 livres e 8.958 escravos, e 2.085 fogos” (casas).

Diante dessas informações, e somadas ao fato da vila ser próxima à capital do país na época, Maia Forte afirmou que “notável, portanto, devia ser a sua importância na Capitania do Rio de Janeiro”.⁶⁶ Esta abordagem é resultado da própria perspectiva teórica utilizada pelo

⁶⁴ FORTE. Op, cit., p. 51.

⁶⁵ Ibidem, p. 53; Porto das Caixas já era conhecido com essa nomenclatura em 1715. Seu povoamento remonta a segunda metade do século XVI e está associado à circulação de tropeiros que desciam as regiões serranas em busca do acesso ao rio Aldeia. A prática de empilhar, no porto, as caixas de madeiras que armazenavam os produtos agrícolas (sobretudo o açúcar) para serem levados para o Rio de Janeiro por pequenas embarcações a vela, como faluas e saveiros, possivelmente deu a origem do nome Porto das Caixas. Para saber mais ver: COSTA, Gilciano Menezes. A produção de café na Vila de São João de Itaboraí e sua comercialização em Porto das Caixas (1833-1875). **Revista Cantareira**, Niterói: UFF, 32º ed. jan-jun, 2020, p. 83-84. Disponível em: https://cutt.ly/revista_cantareira. Acesso em: 12 out. 2020.

⁶⁶ FORTE, op. cit., p. 53-54.

autor, a qual trabalhava a História Local como parte integrante de processos mais amplos, dando destaque para as contribuições locais diante de um todo no qual o local também fazia parte, ou seja, inserindo os estudos de Itaboraí (e regiões circunvizinhas) como parte integrante da construção da história do estado e até mesmo do país.

Outro nome de importância na Historiografia dos estudos locais de Itaboraí é Alberto Ribeiro Lamego. Conforme demonstrou Rui Fernandes, esse pesquisador, que era geólogo de formação, elaborou a história do estado do Rio de Janeiro “a partir das regiões geoeconômicas que o compõem, através de sua famosa tetralogia *O homem e o Brejo, O homem e a serra, O homem e a restinga e O homem e a Guanabara.*” Todas essas quatro obras foram publicadas (nas décadas de 1940 e 1950) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na época, segundo Fernandes, o IBGE investiu “na construção de monografias regionais que permitiriam o reconhecimento do território nacional, seguindo a influência da geografia francesa”. Assim, devido a esse contexto, “havia um movimento editorial em que a história fluminense possuía um lugar”.⁶⁷

Dessa forma, a partir de uma interpretação geográfica da História, Lamego mencionou informações da História de Itaboraí em sua análise, inserindo o município numa abordagem generalizante do processo histórico de uma região maior, como a “Guanabara” (centro político e cultural fluminense) e a Serra (sociedade cafeeira). Assim, nessas obras, Lamego citou a área de estudo da presente pesquisa de forma objetiva e junto a várias outras localidades.

Para a Vila de Santo Antonio de Sá, ele afirmou que o início do povoamento na região teria ocorrido nas terras da sesmaria de Miguel de Moura (obtida em 1567) e que essa região foi “a primeira povoação do Recôncavo elevada a vila” (em 1697). Esse pesquisador enfatizou que a vila possuía condições precárias para a permanência de seu povoamento (“devido aos intérminos alagadiços do rio Macacu”) e que por conta desse meio “palúdico” a existência da vila se abateu, em 1834, visto que ocorreu, segundo Lamego, “uma epidemia fulminante” que “despovoou” a região, gerando anexações de seu território por outras vilas próximas.⁶⁸

Boa parte dessas informações já tinham sido apresentadas por José Mattoso Maia Forte na década de 1930. Na análise de Lamego ficou mais em evidência o uso da generalização das febres (que ele chama de epidemias) como fator determinante para explicar a decadência da Vila de Santo Antonio de Sá. No estudo de Maia Forte, as “febres do Macacu”⁶⁹ embora

⁶⁷ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Op. cit., p. 26 e 202.

⁶⁸ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de geografia e estatística, 1964, p. 126 e 228.

⁶⁹ Termo utilizado para designar algumas febres endêmicas, como malária e cólera, que se desenvolveram na primeira metade do século XIX, sobretudo a partir de 1829, nas proximidades do rio Macacu.

também tenham sido apresentadas como causa da decadência dessa vila, elas não foram mencionadas de forma exclusiva.⁷⁰

Contudo, ambos pesquisadores não consideraram as transformações político-administrativas da Província do Rio de Janeiro (realizadas nos anos iniciais da década de 1830) como um dos motivos para compreender a fragmentação territorial dessa região e a elevação de algumas de suas freguesias em vila, ficando retidos aos fatos ocasionados na própria vila. Enquanto Maia Forte priorizou informações que demonstrassem a grandeza da Vila de Santo Antonio de Sá para evidenciar seu declínio (de forma descritiva e analítica), Lamego partiu de uma perspectiva que focou na decadência da região para apresentar os fatos locais, dando ênfase na descrição das informações apresentadas.

Outra localidade da História Local de Itaboraí que Lamego citou foi o Porto das Caixas. Sua abordagem novamente foi caracterizada por uma escrita que abordou, quase que exclusivamente, a temática da decadência na construção do estudo local. O pesquisador pontuou que o Porto das Caixas (que ele equivocadamente o denominou como vila, visto que essa localidade era uma freguesia da Vila de Itaboraí) foi um dos principais “embarcadouros do Recôncavo da Guanabara” e que sua decadência ocorreu devido à implementação da Estrada de Ferro de Cantagalo pois - ao ocorrer a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário - o Porto das Caixas perdera sua condição de entreposto comercial.⁷¹

Lamego apresentou o fato final sem qualquer menção das etapas da modificação do sistema de transporte na região, sem realizar, dessa forma, uma análise processual do contexto histórico local. Tal abordagem gerou uma interpretação de que a decadência do Porto foi o único e imediato resultado da implementação da ferrovia na região. O uso de fotografias de edificações em ruínas do local (como a imagem seguinte) foi utilizada em seus escritos para endossar suas observações.

⁷⁰ Além das febres, Maia Forte mencionou também a ferrovia como um dos fatores do declínio da Vila de Santo Antonio de Sá, mas não de Itaboraí. Segundo ele, “O Município de Santo Antônio de Sá ia perder com isso uma boa parte da sua importância comercial, desde que se inaugurasse o tráfego ferroviário entre Porto das Caixas e Cachoeiras, o que ocorreu em [...] abril de 1860. As "tropas", vindas da serra, já não tinham necessidade de passar além de Cachoeiras, através de rios obstruídos e estradas alagadiças, cheias de atoleiros. Ficavam ali e baldeavam as mercadorias para os vagões que os traziam até Porto das Caixas, de onde desciam pelo rio d'Aldeia, para o Macacu. Ganhava, com isso, de importância, o município de Itaboraí, ao qual já pertencia o que foi um próspero entreposto comercial da época, Porto das Caixas.”

⁷¹ *Ibidem*. **O homem e a Serra**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1963, p. 79.

Figura 2 - Ruínas no Porto das Caixas (década de 1940)



Fonte: Alberto Ribeiro Lamego⁷²

Assim, ele deixou de observar que inicialmente, quando o Porto das Caixas se tornou o ponto de partida da ferrovia, os comerciantes e moradores locais se beneficiaram dessa modificação nos transportes, ainda que tenha sido por poucos anos. A força política dos Rodrigues Torres (família do Visconde de Itaboraí que residia nessa localidade) e os interesses econômicos locais do período não foram considerados. Portanto, há uma simplificação desse processo histórico na escrita desse pesquisador.

De forma ainda mais objetiva, Lamego citou a construção do primeiro templo da Igreja de São João Batista de Itaboraí (em 1627), como resultante do povoamento inicial na localidade; a edificação do Convento de São Boaventura nas proximidades do Macacu (realizada inicialmente pelos franciscanos em 1649); e, por fim, mencionou que Itaboraí foi uma das principais regiões que incorporaram territórios da Vila de Santo Antonio de Sá.⁷³

Outra abordagem presente no trabalho de Lamego, que vai ao encontro da ideia de decadência citada em seus trabalhos, é a forma como ele apresenta as consequências da abolição. Embora a abolição tenha gerado transformações nas relações sociais, políticas e econômicas, isso não ocorreu na mesma proporção em todos os lugares, pois a dimensão dessas transformações variou conforme as especificidades sociais e econômicas de cada região.⁷⁴

⁷² LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara...** Op, cit., p. 215.

⁷³ *Ibidem*, p. 197 e 229.

⁷⁴ Para saber mais ver: MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio. Significados da liberdade no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Contudo, Lamego apresentou os impactos da abolição de forma quase semelhante para explicar o seu entendimento de decadência de diversas regiões que analisou, como pode ser observado nas seguintes frases: a “abolição derrocou Mangaratiba”; as “velhas zonas serranas [...] desmoronaram logo após abolição da escravatura”; em Vassouras, ocorreu um “descalabro econômico com a abolição”; São Fidélis teve “toda sua organização agrária subitamente derruída com a abolição.”⁷⁵

O uso dessa abordagem, utilizada de forma quase semelhante para várias regiões, influenciou a escrita de diversos estudos locais produzidos pelo IBGE nas décadas de 1950 e 1960. Entre essas pesquisas destacam-se “A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (publicada em 1959) e o “Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro” (referente aos anos de 1964/1965).⁷⁶ No caso de Itaboraí, o histórico da cidade apresentado na Enciclopédia foi reproduzido no Anuário. A perspectiva da decadência como resultante das febres, da implementação da ferrovia e da abolição esteve presente nesses trabalhos, como pode ser verificado na citação abaixo:

Com a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo, penetrando no sertão fluminense, o referido porto veio a perder a sua importância comercial, refletindo o seu abandono na economia de Itaboraí. Daí originou-se o seu declínio, apressado pelas consequências da promulgação da Lei Abolicionista de 1888. Talvez de todos os municípios do Estado, nenhum houve, como Itaboraí, uma decadência tão acentuada. [...] Atribui-se, também, o marasmo em que caiu o município às febres palustres, que irrompendo nas margens do rio Macacu, espalharam-se pelas regiões circunvizinhas.⁷⁷

Dessa forma, foi a partir da escrita de Lamego, endossada nessas produções do IBGE, que a História de Itaboraí passou a ser escrita priorizando a ideia de decadência embasada pelo “tripé” das febres, da ferrovia e da abolição. Com o desenvolvimento da historiografia referente aos estudos locais, essas abordagens passaram a ser questionadas. Assim, no caso do Estado do Rio de Janeiro, a escrita da História Regional recebeu novas abordagens, devido, principalmente, a algumas obras produzidas (na década de 1970) pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense. Entre essas obras, destacam-se as dissertações de Mestrado de Vânia Leite Froes (sobre a extinta Vila de Estrela) e de Ana Maria dos Santos (referente à Vila de Itaboraí).⁷⁸

⁷⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara...** Op, cit., p. 253; Idem. **O homem e a Serra...** Op, cit., 165, 241 e 271.

⁷⁶ FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959; **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, Nº 16, 1964/1965.

⁷⁷ FERREIRA, Jurandyr Pires... Op, cit., p. 259.

⁷⁸ FRÓES, Vânia Leite (org.). **Programa de Pós-Graduação em História**. Catálogo de teses e dissertações, 1974-1995. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996.

Ana Maria dos Santos comprovou em sua dissertação, intitulada “Vida econômica de Itaboraí no século XIX”, que a ideia geral de decadência do Recôncavo da Guanabara durante o século XIX não se aplicava para Itaboraí, visto que a vila apresentou “situação mais privilegiada que o Recôncavo”, alcançando inclusive “algumas vezes até crescimento” em suas rendas nesse período. Para Santos, a abordagem de decadência do Recôncavo, elaborada principalmente por pesquisadores ligados à Geografia, não levava em conta as particularidades locais, ocasionando interpretações generalizantes. Segundo essa pesquisadora,

A generalização dos fatores de declínio não leva em conta que as especificidades locais, dentro de um quadro econômico baseado na escravidão e na exportação, podem oferecer diferenças que permitem reações particulares face a própria crise da economia escravista no século XIX e possibilidades específicas de reorientação econômica ou de mudança.⁷⁹

Ao realizar um estudo econômico a nível local, considerando as dinâmicas internas, a autora demonstrou que a hipertrofia do setor exportador não eliminou a diversificação da economia, na medida em que as principais atividades econômicas para exportação, como café e açúcar, apresentaram setores complementares e voltados para o mercado interno local e regional. Setores de subsistência se agregaram aos cultivos de exportação, impulsionando o intercâmbio interno e se constituindo em opção quando diminuía a rentabilidade do café ou da cana na região. Para Santos:

A produção para o mercado externo dera margem, em Itaboraí, a coexistência de dois setores exportadores paralelos (cana e café), a uma atividade industrial urbana e a uma produção para o mercado interno, que também eram condicionados, em seu desenvolvimento, pela escravidão e pelos limites que esta impunha ao desenvolvimento do mercado interno. Esta diferenciação na economia municipal afetava o grau de dependência de Itaboraí e, portanto, conferia-lhe maior resistência aos fatores conjunturais que levavam a decadência algumas regiões do Recôncavo da Guanabara. Face a outros municípios da região, Itaboraí apresentaria maior estabilidade e até mesmo crescimento em suas rendas durante o século XIX.⁸⁰

Essa historiadora, ao assinalar a manutenção da produção canvieira que não foi deslocada pelo café, somada à existência de uma diversificação econômica interna, constatou que esses fatores tornaram Itaboraí menos especializado, logo, menos dependente e vulnerável e isso em um período no qual o Recôncavo da Guanabara conhecia um acentuado declínio e em que o café se transferia “serra acima”. Assim, Santos argumentou que diante da crise da

⁷⁹ SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1975, p. VIII.

⁸⁰ *Ibidem*, p. IX.

economia escravista, era possível ao município procurar formas de “adaptação e de reorientação” econômica, “com base em uma diversificação de atividades produtivas” que desde a segunda metade do século XVIII se vinha observando. Assim, Santos mostrou que condições internas de Itaboraí “propiciaram resistência maior ao processo de declínio e que essas condições econômicas estariam ligadas a uma menor dependência da monocultura exportadora e a uma diversificação da produção”.⁸¹

Em relação às ferrovias, Ana Maria dos Santos argumentou que se por um lado a ferrovia eliminou a importância do Porto das Caixas, por outro gerou para Itaboraí o “papel de entroncamento ferroviário”, deixando a região “em contato mais rápido e direto com a capital da província e com o Rio de Janeiro”, ou seja, próximo a “um mercado que constantemente se ampliava.” Assim, “de escoadouro e comercializador da produção do interior para os mercados consumidores do litoral, a região de Itaboraí passou a ser ponto de estações ferroviárias.” Embora Santos tenha considerado que as atividades urbanas e comerciais pudessem diminuir, em função da proximidade com a capital da província e com a Corte, elas não foram encerradas ao ponto de decadência, visto que a facilidade de mobilidade da ferrovia dinamizou os mercados locais e regionais. Para ela,

a produção agrícola seria até estimulada pela maior facilidade de transporte e colocação em mercados regionais. A ferrovia, em lugar de decadência, levaria a uma reorientação dos centros econômicos dentro do próprio município. No final do século houve, inclusive, um aumento nas rendas municipais, em termos absolutos e relativamente ao percentual de participação na renda municipal total da província. Embora reduzidas, permaneciam as atividades com vistas ao abastecimento do mercado local, limitadas agora pela concorrência dos grandes centros produtores ou distribuidores. Uma base interna pré-existente deu condições de resistência as crises provocadas por fatores externos ao município e poderia ser acentuada com o traçado ferroviário.⁸²

Dessa maneira, Santos mostrou que o uso da perspectiva de decadência para compreender a História de Itaboraí (no século XIX) não se sustentava, visto que as fontes locais (sobretudo as rendas municipais) apresentaram um quadro econômico diferente de um contexto de crise. Portanto, essa perspectiva representa uma generalização equivocada e sem qualquer fundamentação nos registros históricos locais.

Embora o trabalho de Ana Maria dos Santos tenha sido publicado em 1975, diversos textos produzidos sobre a História Regional (desde a década de 1980 até os dias atuais) se

⁸¹ Ibidem, p. X e 4.

⁸² Ibidem, p. 86.

basearam no conteúdo dos trabalhos anteriores a sua dissertação, o que fez manter a ideia de decadência viva na produção historiográfica local referente ao século XIX.

O próprio histórico publicado no site da Prefeitura apresenta, ainda em 2022, um conteúdo estruturado pela generalização que Santos questionou há décadas atrás. Nota-se que esse erro é mais visível na maioria dos trabalhos produzidos por indivíduos (ou grupos) vinculados ao Poder Público Municipal que, ao serem pressionados por uma lógica imediatista de produção (como forma de atender as celebrações realizadas na cidade), acabam reproduzindo esses antigos equívocos em materiais impressos (folhetos, apostilas e livretos) e em espaços virtuais oficiais (sítios eletrônicos e redes sociais).

A distribuição desse material, seja para a rede municipal de ensino ou para os próprios moradores interessados em aprender a História Local, disseminou a ideia de decadência de Itaboraí na memória coletiva local. Dessa maneira, o século XIX em Itaboraí ainda é apresentado por muitos através da perspectiva da crise econômica ocasionada pelo “tripé” das febres, ferrovia e da abolição.⁸³

É relevante destacar que o livro de Osvaldo Luiz Ferreira, intitulado “Itaboraí ontem e hoje: síntese histórica”, fez menção à dissertação de Ana Maria dos Santos. No livro, publicado em 1992, embora seja uma obra de síntese com temáticas diversas e com uma perspectiva da História Total, Ferreira citou as características econômicas locais destacadas por Santos (diversificação das atividades produtivas e reorientação econômica). Com isso, seu trabalho representou (durante anos) uma das poucas exceções que não baseou a escrita da História Local no “tripé da decadência” para compreender o século XIX no município.⁸⁴

O trabalho da pesquisadora Ana Maria dos Santos fez a crítica à ideia geral da decadência com ênfase na questão econômica, questionando as seguintes temáticas que eram utilizadas como causa para explicar a abordagem de crises na região: deslocamento da plantação da cana de açúcar pela do café (ela mostrou que tinha coexistência); a perda da função de intermediário entre a produção do interior e o porto do Rio de Janeiro (com a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário); e, de forma objetiva, a falta de braços nas plantações.

⁸³ Entre as diversas produções locais que reproduzem a ideia geral de decadência no século XIX para Itaboraí, destacam-se as seguintes: **ITABORAÍ 150 ANOS (1833-1983): UM MUNICÍPIO PERTO DO MUNDO**. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1983. **CADERNOS ITADADOS**. Itaboraí: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Prefeitura Municipal de Itaboraí, 2006; Idem. 2018; e o *site* oficial da Prefeitura, disponível em: <https://www.itaborai.rj.gov.br/conheca-nossa-historia/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

⁸⁴ FERREIRA, Osvaldo Luiz. **Itaboraí ontem e hoje: síntese histórica**. Itaboraí: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992. Essa obra foi fundamental para inspirar o autor desta tese a pesquisar a História de Itaboraí, visto que o saudoso professor Osvaldo Luiz desenvolveu atividades de História Local baseadas em seu livro. O contato do presente pesquisador com esse livro ocorreu na sexta série na Escola Municipal Profª. Cecília Augusto dos Santos e demonstra o quanto a aplicação da História Local em uma rede de ensino contribui para a educação e a formação dos moradores de uma cidade.

Em 2013, a dissertação de mestrado do presente autor, intitulada “A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu”, endossou a abordagem de Ana Maria dos Santos. A partir da constatação de Santos sobre a dimensão existente da diversificação das atividades produtivas na região, desenvolveu-se um estudo considerando que essa diversificação gerou espaços de trabalho para além da grande lavoura monocultora, situação acentuada pelo fato de Itaboraí ter sido uma área de passagem do Recôncavo da Guanabara, onde pessoas e mercadorias circularam cotidianamente.⁸⁵

Dessa forma, esse estudo buscou dar ênfase às áreas portuárias da vila (Porto de Vila Nova, Sampaio e Porto das Caixas), para compreender as diferentes relações de trabalho dos escravizados na região. Embora o destaque tenha sido os escravizados tropeiros e barqueiros, a pesquisa apresentou também, sobretudo no Porto das Caixas, escravizados que trabalharam como tanoeiros, serradores, padeiros, oleiros, entre outros. Nesses espaços a escravidão de aluguel coexistia com a escravidão de ganho, embora esta última tenha predominado. Desse modo, essa pesquisa inaugurou os estudos de História Social e da escravidão em Itaboraí.

Nesse estudo, na parte em que foi analisado o desenvolvimento político territorial da Vila de Itaboraí, também foi realizado o questionamento à ideia da decadência no século XIX, tendo como diferencial a construção de uma abordagem que buscou demonstrar os equívocos do uso das “febres de Macacu” para explicar, de forma isolada, processos de crise na região.

Há duas abordagens equivocadas em torno das febres. A primeira, está em generalizar a sua propagação nas mesmas dimensões para explicar a fragmentação da Vila de Santo Antonio de Sá, desconsiderando que suas freguesias por possuírem diferenças de salubridade tiveram ocorrências com dimensões distintas. As localidades mais pantanosas e próximas aos rios foram atingidas com mais expressividade, enquanto as outras que não possuíam essas características naturais tinham melhores condições para evitar a propagação dessas doenças.

Essa abordagem praticamente ignora o fato de que a fragmentação territorial da Vila de Santo Antonio de Sá (entendida como parte de sua decadência) foi iniciada em um período anterior às febres e por motivos diferentes que independem da repercussão dessas enfermidades. Dessa maneira, analisando suas freguesias, constatou-se que em 1772, o Aldeamento de São Barnabé foi elevado à vila com a denominação de Vila Nova de São José Del Rei. Sua criação se insere no contexto das políticas assimilacionistas da coroa portuguesa, que intencionavam a conversão dos indígenas em agentes da colonização e sua integração na sociedade colonial. Na

⁸⁵ COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2013. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_uff. Acesso em 2 jan. 2020.

última década do século XVIII, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi também foi anexada a essa vila. Em 1789, no contexto das reformulações das configurações político-territoriais do Recôncavo da Guanabara, Magé foi elevada a Vila e a região de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim se tornou uma de suas freguesias.

Em relação à elevação da Freguesia de São João Batista de Itaboraí em vila, em 1833, vale ressaltar que embora isso tenha ocorrido no período ainda de incidência das febres, sua elevação está associada, sobretudo, ao contexto da economia e da política provincial fluminense que entrava em um período de rápida expansão, visto que nesse período, essas regiões do Recôncavo se tornaram uma importante área de ocupação agrícola, repercutindo na criação de vários novos municípios, incluindo Itaboraí.

Portanto, conforme foi mostrado na dissertação do presente pesquisador, não se trata de diminuir o mal que essas febres geraram para as pessoas do período, mas sim em questionar as interpretações que superdimensionaram essas doenças para explicar processos mais amplos.

A outra abordagem equivocada é caracterizada pelo anacronismo. Isso porque a temática das “febres do Macacu”, que ocorreram entre os anos de 1829 e 1835, é associada à implementação da ferrovia (1860) e da abolição (1888) para dar embasamento à ideia geral de decadência apresentada para Itaboraí. Logo, desvincula-se erradamente as febres da Vila de Santo Antonio de Sá e as introduz na história de Itaboraí no contexto da segunda metade do século XIX. Essa abordagem foi iniciada na década de 1950 com a publicação, da já citada, “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” produzida pelo IBGE.

Outra contribuição que a citada dissertação de mestrado buscou proporcionar para a desconstrução da generalização de crise para Itaboraí no século XIX, foi a análise da implementação da Estrada de Ferro de Cantagalo em etapas de sua construção para mostrar que essa iniciativa gerou, a princípio, consideráveis ganhos para os comerciantes de Porto das Caixas.

Foi apenas com o prolongamento da ferrovia para Vila Nova (Itambi), em 1866, que o Porto das Caixas perdeu sua condição de entreposto comercial e principal centro comercializador da região. Do início das obras da ferrovia (1857) à finalização do prolongamento para Vila Nova (1866), Porto das Caixas obteve um fluxo de capital expressivo. Portanto, ao contrário do que afirmou Alberto Ribeiro Lamego, a perda da condição de intermediário entre as áreas produtoras do interior e os portos do Rio de Janeiro não foi imediata, mas sim resultante da expansão da malha ferroviária.

Todos os trabalhos citados nesta etapa do estudo, inclusive o do presente pesquisador, não trabalharam os jornais impressos como objeto de estudo, embora algumas dessas obras

tenham utilizado os periódicos impressos como fontes primárias. Curiosamente, a publicização de informações sobre a História de Itaboraí - assim como a divulgação de iconografias referentes à cidade - foi iniciada em um jornal (Ostensor Brasileiro), através da publicação de uma crônica de Joaquim Manoel de Macedo. Apesar de alguns escritores apresentados terem tido atuações na área de História e no Jornalismo (como Macedo e Maia Forte), a História da Imprensa Periódica em Itaboraí, até o momento, não foi analisada. Portanto, a partir desta constatação, o presente trabalho busca contribuir para preencher em parte essa ausência.

O ato de conhecer e analisar a produção escrita apresentada neste tópico, inserindo-a no contexto em que foi produzida, se tornou um pressuposto teórico essencial para a elaboração de uma História do periodismo impresso de Itaboraí caracterizada por uma perspectiva que busca romper com os reducionismos e com as abordagens pautadas na reprodução dos erros de obras anteriores. Baseada nas contribuições e nas comprovações que os trabalhos anteriores proporcionaram, amparadas no aspecto teórico e metodológico, esta pesquisa inicia uma nova abordagem analítica para a História de Itaboraí, na medida em que estuda o periodismo impresso como objeto de estudo, através do seu uso como fonte primária. Soma-se a isso o fato de que o presente trabalho analisa as culturas políticas compartilhadas por esses jornais, ampliando assim as abordagens dos estudos locais.

Devido a isso, esta análise buscou apresentar as principais produções escritas que contribuíram na construção de diferentes abordagens sobre a História de Itaboraí. Os conteúdos referentes às particularidades locais citadas foram aqueles que se destacaram no debate historiográfico, considerados como essenciais para elaboração da História da cidade. As informações mais específicas da região serão analisadas, no decorrer desta obra, associadas à análise do estudo dos jornais impressos locais, visto que esta pesquisa realiza uma abordagem que analisa a temática da imprensa periódica em conexão com os processos históricos locais e gerais.

1.2 – O período inicial do periodismo impresso

O presente tópico realiza uma breve análise da implementação da imprensa periódica no Brasil. Embora o período apresentado não faça parte do corte cronológico da pesquisa, esta abordagem se justifica como forma de apresentar uma contextualização do momento em que os jornais passaram a ser impressos no país.

É pertinente salientar que imprensa periódica é interpretada neste trabalho conforme a definição apresentada pela pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo, ou seja, como uma categoria acionada para se referir a “jornais, revistas, almanaques e poliantéias”. Logo, é um termo que abrange diversas formas de impressão com periodicidades nas publicações. Cabe mencionar que no presente estudo foi priorizada a análise dos jornais impressos e suas contribuições para a escrita da História Local.⁸⁶

Em relação aos motivos que retardaram a implementação da tipografia no Brasil é essencial considerar as diversas demandas do período que geraram esse atraso, não se retendo aos fatores políticos (rigores de uma legislação). Para José Marques de Melo as questões sociais, como analfabetismo, urbanização incipiente, precariedade da burocracia e atividades culturais nascentes, assim como as demandas econômicas (mercado interno inexpressivo e restrições ao comércio externo), foram determinantes para esse surgimento tardio da imprensa no Brasil.⁸⁷

Humberto Fernandes Machado também argumentou que os fatores responsáveis pela criação tardia da imprensa, no Brasil, vão além das restrições impostas pela metrópole portuguesa, ou seja, além dos motivos políticos. Machado cita os “obstáculos inerentes a existência da estrutura escravista” como um dos fatores causadores desse atraso, assinalando, dessa forma, que “à própria organização da sociedade” contribuiu para esse quadro.⁸⁸

Em torno desse debate, Marco Morel argumentou que a análise desse episódio requer a compreensão de que as relações hierárquicas do Brasil, na época, não se resumiam a “um punhado de senhores e uma multidão de escravos e de uma metrópole onipotente que tudo controlava”, visto que os espaços eram diversificados e “serviram de base para as transmissões de palavras, impressas ou não”. Assim, para Morel

o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já

⁸⁶ CAMARGO. *A imprensa periódica...*, op. Cit., p. 225.

⁸⁷ MELO. *Sociologia da Imprensa...*, op. cit.

⁸⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa Abolicionista e a censura no Império do Brasil*. In: Lessa, Mônica Leite; Fonseca, Sílvia Carla Pereira de Brito. (Org.). **Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.p. 244.

existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais.⁸⁹

Como reflexo dos conflitos na Europa, a Corte Portuguesa vem para o Brasil e transforma sua Colônia em sede do reino. A estrutura de organização administrativa que se criou produziu uma enxurrada de documentos, tornando-se necessário imprimir esse material para agilizar as funcionalidades do Estado. A proibição da instalação de oficinas tipográficas na Colônia se tornou um complicador nesse processo. A solução foi encontrada com a criação da Impressão Régia, determinada pelo decreto de 13 de maio de 1808.⁹⁰

Foi apenas em 10 de setembro de 1808 que o jornal Gazeta do Rio de Janeiro foi publicado pela Impressão Régia. Embora o jornal seja o primeiro impresso no Brasil, o pioneirismo da imprensa periódica coube ao Correio Braziliense de Hipólito da Costa, visto que seu jornal surgiu em 1 de junho de 1808, ou seja, três meses antes da data em que a Gazeta do Rio de Janeiro realizou sua primeira publicação na Corte. Embora o Correio Braziliense tenha sido impresso em Londres, na Inglaterra, ele circulava na Corte em diferentes espaços sociais, mesmo formalmente proibido. Nelson Werneck Sodré considerou que “aceitando o jornal de Hipólito como integrado na imprensa brasileira, seria, conseqüentemente, a data de aparecimento de seu primeiro número o marco inicial, naturalmente, do nosso periodismo”⁹¹.

Sobre a Impressão Régia, como argumentou Marcos Morel, não deve ser considerada apenas como divulgadora dos documentos oficiais, “pois desenvolveu ampla e complexa atividade tipográfica, tornando-se a primeira editora a funcionar em território brasileiro”⁹². Publicavam diversas obras, incluindo livros de poesias, ficcionais e de romances⁹³. Contudo, essa abertura de impressão foi acompanhada de Censura. Isso porque as atribuições da Impressão Régia foram determinadas pelo regimento de 24 de junho de 1808, o qual estabelecia que cabia à junta diretora “o encargo de examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes”⁹⁴.

⁸⁹ MOREL. **Os primeiros passos...**, op. cit., p. 25.

⁹⁰ BRASIL. **Decreto de 13 de maio de 1808 - Crêa a Impressão Régia**. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 1, 1891, p. 29-30. Disponível em: https://cutt.ly/decreto_imprensa. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁹¹ SODRÉ. **História da Imprensa...**, op. cit., p. 22.

⁹² MOREL. **Os primeiros passos...**, op. cit., p. 31.

⁹³ Para saber mais ver: MORAES, Rubens Borba de. “A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993, vol. I.

⁹⁴ BRASIL. **N. 17 – Guerra – Em 24 de junho de 1808 – Manda estabelecer a Junta de Direção da Impressão Régia e dá-lhe regimento provisório**. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 2, 1891, p. 17-18. Disponível em: https://cutt.ly/regimento_imprensa. Acesso em: 08 jun. 2019.

Foi diante dessa conjuntura, com a ausência de liberdade de imprensa e da existência de apenas uma tipografia, que surgiram jornais de língua portuguesa em países estrangeiros. Entre eles, o já mencionado *Correio Braziliense*. Anos mais tarde, em 1819, o próprio Hipólito da Costa explicaria esse contexto.

A dificuldade de publicar estas obras periódicas no Brasil, já pelo entrave da censura previa, já pelo perigo a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações de homens poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em países estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a época em que a Família Real passou a ter a sua residência no Rio de Janeiro. Aberto este canal pode se dizer, que se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brasil, posto que não no Brasil.⁹⁵

A pesquisadora Ana Luiza Martins argumentou que outros fatores também contribuíram para que jornais luso-brasileiros fossem publicados no exterior. Entre outros motivos, Martins destacou o fato de que, no Brasil, era pouco estimulante investir no ramo, pois na época existia uma “limitação cultural do meio, [um]a maciça população analfabeta e o desconhecimento dos prelos”⁹⁶.

O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, como também era denominado, foi publicado mensalmente, e ininterruptamente, no período de junho de 1808 a dezembro de 1822, tendo como redator durante todos esses anos o jornalista Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Foram produzidos 175 números agrupados em 29 volumes, contendo em torno de 72 a 140 páginas, embora o número de agosto de 1812 tenha alcançado 236. O jornal era composto por quatro seções: Política; Comércio e Artes; Literatura e Ciências; e Miscelânea⁹⁷.

Sua importância e originalidade estava no fato de ser um jornal de opinião explícita, visto que praticava o debate público defendendo as modernas liberdades em contraponto às tradicionais gazetas do Antigo Regime. É considerado também pioneiro na circulação de ideias favoráveis à abolição gradual da escravidão.⁹⁸

Já a *Gazeta do Rio de Janeiro* imprimiu, no período entre setembro de 1808 a dezembro de 1822, um total de 1.657 exemplares, incluindo, nesse somatório, as gazetas extraordinárias publicadas nos quatro primeiros anos do jornal. Cada exemplar possuía 4 páginas. A partir da

⁹⁵ Imprensa no Brasil. *Correio Braziliense*, Londres, ano 10, vol. XXII, n. 130, mar. 1819, p. 315. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_correio. Acesso em 09 jun. 2019.

⁹⁶ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008, p. 47, grifo meu.

⁹⁷ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p.19. As imagens desse jornal e de seu redator podem ser visualizadas, respectivamente, no ANEXO A – **Primeira página da edição inaugural do Correio Braziliense (junho de 1808)**.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 193-205.

terceira semana, o periódico passou a circular também, além de sábado, às quartas-feiras. Apenas a partir do início de julho de 1821 que sua circulação passou a ser três vezes por semana, ocorrendo às terças, quintas e aos sábados. A alteração do título para Gazeta do Rio ocorreu no primeiro número de 1822⁹⁹.

Esse periódico inaugurou a imprensa áulica no Brasil e teve três redatores: Frei Tibúrcio José da Rocha, de 1808 a 1812; Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, de 1812 a 1821; e Francisco Vieira Goulart, de 09/1821 a 12/1822. A Gazeta do Rio de Janeiro era estruturada em duas partes: seção noticiosa e de anúncios. Na primeira eram divulgados artigos de jornais europeus, cartas de militares e de políticos de destaque da época, informações burocráticas e o cotidiano da realeza. Na parte dos anúncios publicavam prestação de serviços e o universo do cotidiano social e cultural da cidade, como saídas de correio, venda de imóveis e de escravizados, leilões etc.¹⁰⁰

Para Nelson Werneck Sodré, a Gazeta do Rio de Janeiro era um “jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”. Apesar de mencionar pouca preocupação com o público leitor, Sodré também argumentou que havia, por parte da Coroa, a necessidade de informar. Isso porque o absolutismo estava em declínio e após a abertura dos portos, diversos impressos clandestinos entraram no Brasil. Portanto, segundo ele, a monarquia precisava ser enaltecida e as ideias contrárias combatidas, cabendo à Gazeta do Rio de Janeiro tal função.¹⁰¹

Essa questão pode ser confirmada pelos relatos do viajante inglês João Armitage, que ao ter acesso à Gazeta do Rio de Janeiro, observou essa construção da imagem positiva da monarquia reinante no Brasil e o cuidado com o que se publicava nesse periódico, pois para ele “não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos”. Segundo o viajante, a “julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume”.¹⁰²

Para além das afirmações de Sodré, é importante mencionar que esse jornal foi mais que um mero propagador de atos oficiais, na medida em que gerou uma rede de correspondência

⁹⁹ **Gazeta do Rio de Janeiro** (1808-1822). Ver os seguintes exemplares: nº 1 e 3 de 1808; nº 31 e 32 de 1811; nº 53 de 1821; nº 1 e 157 de 1822. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_gazeta. Acesso em: 13 de jun. 2019. Para acessar a imagem desse jornal ver: **ANEXO B: Primeira página da edição inaugural da Gazeta do Rio de Janeiro (10/09/1808)**.

¹⁰⁰ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2006, p. p. 53-75. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_unicamp_gazeta. Acesso em: 10 dez. 2019.

¹⁰¹ SODRÉ, op. cit., p. 20-29.

¹⁰² ARMITAGE, João. **História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, p. 14.

interatlântica entre Brasil, Portugal e Inglaterra, divulgando, além dos valores socioculturais existentes no período, os conflitos de poder e interesses políticos dessas nações.

Em relação à comparação aos dois jornais, Marcos Morel questionou os estudos históricos que se retêm apenas na contraposição entre a Gazeta do Rio de Janeiro (como jornal oficial) e o Correio Braziliense (como crítico ao governo). Isso porque tal comparação vai além dessa dicotomia situação/oposição, na medida em que existiam também convergências entre os dois periódicos. Para Morel, ambos os jornais “defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura.”¹⁰³

Com o decorrer do ano de 1821, em função principalmente das repercussões geradas pelo movimento liberal português de 1820, a Gazeta do Rio, com o título já reduzido, passou a defender o liberalismo, o que contribuiu de forma decisiva para o posicionamento favorável do jornal em relação à Independência do Brasil. Em função do acompanhamento mais próximo dos fatos, a Gazeta do Rio realizou a defesa da emancipação antes mesmo do Correio Braziliense, visto que o Correio possuía a desvantagem da distância geográfica por ser publicado em Londres.¹⁰⁴

Através do decreto de 2 de março de 1821, assinado por D. João VI, foi “suspensa a prévia censura que [...] se exigia para a impressão dos escritos que se intente publicar”.¹⁰⁵ Embora acompanhada de algumas considerações, essa decisão iniciou, oficialmente, um esboço da ideia de liberdade de imprensa no Brasil. Ainda que essa liberdade seja traçada por avanços e recuos no decorrer de sua História, esse decreto contribuiu para a expansão da imprensa e consequentemente da opinião pública¹⁰⁶ no território brasileiro.¹⁰⁷

Nesse primeiro contexto da História da Imprensa no Brasil, surgiram outros periódicos, entre eles destacam-se a Idade D’Ouro do Brazil, lançado na Bahia em 1811, e O Patriota, publicado no Rio de Janeiro nos anos de 1813 e 1814.¹⁰⁸ Embora diversas experiências de

¹⁰³ MOREL. **Os primeiros passos...**, op. cit., p. 31.

¹⁰⁴ MOREL, op. cit., p. 31-32.

¹⁰⁵ BRASIL. **Decreto de 2 março de 1821. Sobre a liberdade da imprensa.** Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 2, 1891, p. 17-18. Disponível em: https://cutt.ly/decreto_liberdade_imprensa. Acesso em: 15 jan. 2020.

¹⁰⁶ Esse conceito será analisado a partir do tópico seguinte.

¹⁰⁷ Os jornais digitalizados e publicados na Hemeroteca Digital dão uma ideia da expansão da imprensa no período, visto que, para o ano de 1821, essa plataforma apresentou um total de 15 jornais existentes em todo o país. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_jornais_1821. Acesso em: 15 jan. 2020.

¹⁰⁸ Para saber mais sobre esses periódicos ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brazil.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Redatores, livros e leitores em O Patriota. In: KURY, Lorelai (Org.). **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814).** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

imprensa periódica tenham ocorrido no contexto apresentado, sobretudo a partir da suspensão da censura prévia em 1821, priorizou-se, nesta etapa da pesquisa, as iniciativas consideradas pioneiras pela historiografia brasileira. Conforme foi demonstrado, a compreensão da história da imprensa brasileira requer uma interpretação ampla, contextualizada e atenta aos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade onde os periódicos foram produzidos.

Os autores aqui apresentados indicam que o surgimento da imprensa periódica no Brasil se insere no contexto de transformações do Estado português e na própria dinâmica das relações desenvolvidas no cotidiano colonial. Seu início foi caracterizado, sobretudo, pela preocupação em se manter o controle das ideias que seriam circuladas. Foi através da produção regular de jornais e com a formação da opinião pública, somada à liberdade de imprensa (ainda que em caráter provisório), que a prática tipográfica brasileira se desenvolveu e alcançou novas características. Assim, foi na década de 1820 que o periodismo impresso iniciou uma nova fase de sua História.

1.3 – As menções iniciais de Itaboraí nos jornais da Corte e a publicização de discussões locais

O estudo da História da Imprensa Periódica de Itaboraí não está atrelado apenas aos impressos produzidos na cidade, mas também na divulgação de discussões locais em torno da disputa do direcionamento da opinião pública. Diversos debates e polêmicas sobre temáticas locais foram publicizados na seção de Correspondências de diferentes jornais da Corte e, inclusive, em períodos que antecederam a existência da prática tipográfica local. Logo, como será demonstrado neste tópico, as disputas discursivas na imprensa de temáticas locais antecederam a implementação da imprensa em Itaboraí, fato que ocorreu, em 1832, com a publicação do Itaborayense.¹⁰⁹

A análise deste tópico utilizou como fonte primária as menções referentes a Itaboraí publicadas em periódicos na Corte Imperial (Gazeta do Rio de Janeiro, Correio do Rio de Janeiro, Astrea e A Aurora Fluminense). Todo esse material foi localizado na Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

É pertinente mencionar que esta análise - apesar de não estar inserida no corte temporal da pesquisa - foi realizada para demonstrar que a participação de itaboraienses na cultura política liberal foi resultante de um processo evolutivo político que se iniciou fora da vila, visto

¹⁰⁹ O jornal Itaborayense, publicado em 1832, será analisado no Tópico 2.3.

que esta atuação contribuiu para o desenvolvimento de um cenário favorável (no plano das ideias) para a implementação do periodismo impresso em Itaboraí. Além disso, é pertinente mencionar que, como demonstrou a pesquisadora Ângela de Castro Gomes, “a constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração.”¹¹⁰

Cabe salientar que os diversos materiais impressos nas duas primeiras décadas do século XIX viabilizaram, segundo Marco Morel, o surgimento da opinião pública no Brasil. O pesquisador considera a expressão opinião pública como “polissêmica e também polêmica”. De acordo com Morel, a opinião pública foi desenvolvida no contexto pós-absolutista (devido à criação de uma nova cultura política caracterizada pela busca do debate) e representou “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”.¹¹¹

Esse recurso, essencial para a construção de novas legitimidades na sociedade para além dos limites do julgamento privado, teve como momento crucial para o seu desenvolvimento no Brasil o período de 1820 a 1822, na medida em que foi nesse contexto que eclodiram expressivas mudanças que repercutiram em calorosos debates, tendo como destaque a temática da Independência do Brasil.

Nessa época, o espaço público de críticas se expandiu em um nível consideravelmente expressivo, na medida em que a suspensão prévia da censura, realizada em 1821, intensificou a prática de publicizar discussões do âmbito privado nos periódicos, ou seja, levou tais debates para a esfera pública. Isso se explica pelo fato de que, segundo Jünger Habermas, “a esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade.”¹¹²

Em território brasileiro, possivelmente o uso da expressão opinião pública em periódicos foi iniciado pelo jornal Correio Braziliense, que citou o termo em seu primeiro número (publicado em junho de 1808) na frase “o primeiro despertador da opinião pública nos fatos”, e pela Gazeta do Rio de Janeiro, que o mencionou em junho de 1809 no trecho “dividir

¹¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e culturas políticas no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fatima Silva; SOIHET, Raquel; **Culturas políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005, p. 31.

¹¹¹ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 33.

¹¹² HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 46.

a opinião pública [...], fazendo maliciosamente estender essa divisão”.¹¹³ Em relação à presença do termo nos dicionários de língua portuguesa, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves argumentou que “não há qualquer referência ao conceito de opinião pública nos dicionários luso-brasileiros consultados até o final do Oitocentos, surgindo esse sintagma para a semântica histórica somente com a oitava edição de Moraes Silva, datada de 1890”.¹¹⁴

Através da leitura dos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital, foi possível constatar que a primeira menção que fez referência a alguma localidade de Itaboraí, em um jornal, ocorreu em 1809 na Gazeta do Rio de Janeiro. Na época, a escrita utilizada para se referir a cidade era “Itaborahi”. Tal menção foi realizada de forma objetiva, visto que apenas acompanhava o nome de um clérigo que atuava na cidade na época: “O Reverendo Vigário de Itaboraí, José Soares de Azevedo”. Em mesmo periódico, em 1813, Porto das Caixas (outra localidade de Itaboraí) foi citada. A publicação foi realizada como um “Aviso” de venda de uma posse denominada “Fazenda Maravilha”.¹¹⁵

Conforme pontuou Juliana Gesuelli Meirelles, ao analisar A Gazeta do Rio de Janeiro, essas seções de anúncios e avisos foram marcadas “pela maciça participação dos leitores que a utilizaram como um meio privilegiado de expressão”. Assim, “anúncio de escravos fugidos, chegada de mercadorias, busca por profissionais especializados, oferecimentos de serviços” e, como nesse caso, venda de propriedades e reconhecimento social eram publicizados nesses espaços.¹¹⁶ Logo, ao tornar públicas demandas e ações de habitantes de uma outra região, esse jornal explicitou também uma certa conexão de necessidades da vida cotidiana entre a Corte Imperial e a Vila de Itaboraí.

Contudo, nenhuma das duas menções apresentadas acima expuseram defesas de ideias. Apenas informaram, respectivamente, uma representação social e um interesse em realizar uma negociação de venda de uma propriedade.

A partir dos anos de 1821, conforme mencionou Lúcia Neves, ocorreu uma “pregação de uma cultura do liberalismo”, o que viabilizou a produção (e circulação) de variados impressos em diversas províncias do país. Assim, como resultante desse contexto, “as ideias

¹¹³ **Correio Braziliense**, Londres, ano 1, vol. I, n. 1, p. 5, jun. 1808. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca1. Acesso em: 10 jun. 2019; **Gazeta do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 80, p. 3, 17 jun. 1809. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca2. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹¹⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João Feres. MÄDER, Maria Elisa. (Orgs.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p 182.

¹¹⁵ Relação das pessoas, que tem concorrido efetivamente para socorro dos Vassallos de S.A.R. residentes em Portugal, desde o 1º até 5 de outubro de 1808. **Gazeta do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 6, p. 2, 18 out. 1808. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca3. Acesso em: 8 nov. 2019; Avisos. Ibidem, nº 70, p. 4, 1 set. 1813. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca4. Acesso em 8 nov. 2019.

¹¹⁶ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Op. Cit.**, p. 72.

passaram a alcançar uma plateia socialmente mais larga e variada, que deixava de encará-las como novidades do domínio privado para vê-las como pertencentes a um domínio público”.¹¹⁷

Esse ambiente contribuiu para que, em junho de 1822, a região de Itaboraí passasse a ser citada por exposição de ideias articuladas nos escritos de seus moradores. Tal abordagem foi iniciada em um “Artigo d’ Officio”, intitulado de “Vila de S. João de Itaboraí”, publicado na Gazeta do Rio¹¹⁸. O escrito representa uma manifestação pública do Regimento de Milícias nº 9 do “Quartel de S. João de Itaboraí”. Em suas observações foram apresentados elogios nas ações realizadas por D. Pedro I (Príncipe Regente no período) acompanhados de uma considerável identificação na defesa da aplicabilidade do que foi assinalado. Segundo o artigo

quando Vossa Alteza Real se dignou aceitar o grito de entusiasmo com que os Filopátricos dessa capital o aclamaram Defensor Perpétuo do Reino do Brasil [...] afiançou de mais [...] a nossa confiança, quando vimos emanar dele o Decreto 3 de julho, no qual Vossa Alteza Real [recebeu] á muito justa e necessária representação da Câmara e [do] povo dessa cidade, mandou a instalação de uma Assembleia Geral de todas as províncias do Brasil [...] e uma Constituição própria e indígena do país; aceitando com tudo alguns artigos da Constituição de Portugal, naquilo que for mais adaptável com as nossas circunstâncias e interesses, e não ofender os direitos inalienáveis da propriedade e garantia do povo livre [...] e que jamais retrogradará do grão de honra e de respeito que por lei e natureza lhe compete.¹¹⁹

Esse texto representa um indicativo de que as publicações de itaboraienses em jornais da Corte (intervindo nas temáticas citadas na opinião pública do período) tenham sido iniciadas nesse contexto, visto que apenas a partir dele que posicionamentos políticos (embora sendo explicitados por identificações de ações acompanhadas implicitamente de cobranças) passaram a ser divulgados.

Percebe-se que a identificação política destacada no artigo vai ao encontro da caracterização que a historiadora Izabel Lustosa fez desse período, pois, segundo ela, entre os anos de 1821 a 1823, o conteúdo das matérias publicadas nos jornais demonstra uma “intensa participação da imprensa na busca de uma definição do formato político que a nação brasileira tomaria”.¹²⁰

Em 1823, o jornal Correio do Rio de Janeiro publicou, em sua seção de Correspondência, um texto que apresentou a sequência de uma situação desenvolvida (em Itaboraí) por causa de uma discussão entre um homem branco livre e uma mulher negra

¹¹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João Feres. MÄDER, Maria Elisa. (Orgs.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 184.

¹¹⁸ Gazeta do Rio de Janeiro com o título modificado.

¹¹⁹ Rio de Janeiro. Villa de S. João de Itaborahi. Artigo D’ Officio. **Gazeta do Rio**, Rio de Janeiro, nº 87, p. 3, 20 jul. 1822, grifo meu. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca5. Acesso em: 8 nov. 2019.

¹²⁰ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos...**, op. cit., p. 16.

escravizada. Nesse escrito, assinado por Antonio Joaquim Moreira de Souza, foi explicitada uma narrativa onde Souza se apresenta como “vítima” por ter sido, segundo ele, insultado em sua casa “diretamente por uma preta”. Diante do ocorrido, ele alegou que recorreu “a meios extraordinários e com meia dúzia de camaronadas” decidiu a questão.

A discussão se desenvolveu pelo fato de que a escravizada agredida denunciou o senhor Souza ao Comandante interino do Regimento de Infantaria nº 9, visto que ela era escravizada de uma outra pessoa. Sabendo da denúncia, o senhor Souza procurou o Comandante para, segundo ele, “informar melhor do fato acontecido”. Contudo, o Comandante não o atendeu no momento em que ele queria e apenas horas depois o agressor foi chamado para ir ao Quartel. Chegando lá, encontrou novamente com a escravizada (agora acompanhada de sua Senhora), o que fez gerar o retorno da discussão.

Na sequência do texto o Senhor Souza alegou que o Comandante, estando “a par de muitas pessoas que nessa ocasião o circundavam”, falou “os maiores impropérios” para ele e o ameaçou “asperamente com aspecto furioso”. Irritado e se sentido insultado, Souza finalizou seu texto chamando a autoridade citada de “déspota”, “miserável” e de “Abutre da Humanidade”¹²¹.

Esse texto demonstra a evolução das discussões de questões do cotidiano de um ambiente privado local para a arena pública do periodismo, tendo como prática de ação a busca em obter a legitimidade nos atos praticados. Embora residente em Itaboraí, o relato do senhor Souza explicitou uma comunicação estabelecida com um jornal da Corte e a existência de um itaboraiense como um leitor ativo desse periódico. Considerando que o referido jornal provavelmente circulava na vila (embora não de forma periódica por conta da distância), o uso desse meio privilegiado de interação social foi realizado para expressar seus interesses, tanto em tentar tornar sua versão da história como a verdadeira, assim como para provavelmente demonstrar a dimensão de suas redes de sociabilidade e com isso, tornar público sua disposição em atuar contra o que lhe incomodava.

Os insultos mencionados pelo Senhor Souza ao Comandante não representaram uma prática isolada, ou apenas uma resultante de sua fúria pelo ocorrido, mas sim uma demonstração de uma característica existente na imprensa do período, que era utilizar dos ataques pessoais, e de palavras de baixa calão, para insultar o personagem central de sua desavença. Isabel Lustosa assinalou que, nessa época, por conta da “instabilidade e indefinição política que o país vivia”, ocorreu uma ausência de “regras relativas aos limites da liberdade de imprensa, que passara,

¹²¹ SOUZA, Antonio Joaquim Moreira. *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 47, 26 set. de 1823. Correspondência, p. 4. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca6. Acesso em 15 dez. 2019.

em poucos dias, da censura prévia à total liberação”. Esse quadro facilitou para que pessoas, sem o hábito de uma vida pública anterior, trouxessem elementos da oralidade no que tinha de mais popular e coloquial para os jornais.¹²²

Através da leitura de diferentes jornais publicados no Rio de Janeiro (recurso utilizado para suprir a ausência de periódicos de Itaboraí no período), foi possível constatar que apenas em 1828 que matérias referentes a posicionamentos de moradores da região e à explicitação de polêmicas de discussões locais voltaram a ser publicadas. Embora tenham sido poucos textos, o tema central ficou em torno de denúncias de possíveis arbítrios de autoridades locais. Frases contendo expressões como “as arbitrariedades e despotismos praticados pelo Coronel Comandante [...] contra a Constituição do Império, contra a honra e inviolabilidade” foram corriqueiras em algumas dessas publicações.¹²³

Já no ano de 1829, ocorreu um crescimento considerável de escritos locais na seção de Correspondências de alguns jornais da Corte, entre eles, destacam-se A Aurora Fluminense e, sobretudo, a Astrea. Esse dinamismo de publicações locais foi resultado direto das reações dos itaboraienses em relação às “febres de Macacu”.¹²⁴ É pertinente pontuar que esta temática acompanha o desenvolvimento da prática (que diversos itaboraienses realizaram) em se publicar textos (nos periódicos impressos na Corte) com demandas locais em disputa na opinião pública do período. Portanto, o debate destas febres foi iniciado no período de ausência de impressos na vila.

Contudo, vale destacar que essa temática também fez parte das publicações de periódicos locais, visto que no período de maior incidência dessas endemias (1829-1835) a impressão de jornais em Itaboraí já tinha sido iniciada. Os debates em torno das causas das febres, as polêmicas referentes ao tratamento utilizado e como as autoridades atuavam diante do flagelo da população nortearam, nesse período, a maioria das publicações locais nos jornais da Corte e, posteriormente, nos impressos locais.

Como exemplo, destaca-se a correspondência seguinte (publicada, em agosto de 1830, no jornal Astrea), questionando o presidente da Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá por defender o retorno dos representantes da justiça para a sua antiga sede, mesmo diante

¹²² LUSTOSA, Isabel. **Op. cit.**, p. 16.

¹²³ Hum de Tamby. **Astrea**, Rio de Janeiro, nº 321, p. 3-4, 21 ago. 1828. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca7. Acesso em: 18 dez. 2019.

¹²⁴ Termo utilizado para designar algumas febres endêmicas, como malária, febre amarela e cólera, que se desenvolveram na primeira metade do século XIX (sobretudo a partir de 1829) nas proximidades do rio Macacu. Sobre a autoria do texto, vale mencionar que a presente pesquisa também considera as publicações de moradores da Freguesia de Santo Antonio de Sá como parte integrante da História da Imprensa de Itaboraí, visto que essa região se tornou, em 1875, parte do território itaboraiense. Para saber mais ver: COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí... Op. cit.**

do quadro de epidemias que se encontrava a vila. O autor do texto, intitulado como “O inimigo dos oleiros fictícios” (um pseudônimo), denunciou que tal postura foi realizada pelo presidente da Câmara por este ter pensado exclusivamente nos prejuízos que alegava estar tendo em sua olaria, desconsiderando assim o contexto epidêmico na região. Na época, as seções da Câmara estavam sendo realizadas em Itaboraí - que nesse período ainda era freguesia da Vila de Santo Antonio de Sá -, visto que sua localização possuía melhores condições para que os vereadores se protegessem das febres¹²⁵. Segundo a publicação:

Snr. Redator – É voz pública, que se pede a S. M. I. o regresso da Justiça para Macacu. Presa ao seu que isso não se realize por ora, pois que não tem de uma vez cessado a epidemia como querem persuadir as miseráveis criaturas do Sr. Presidente da C. M. Alexandre Fortes de Bustamante e Sá. Tal regresso Snr. Redator só utiliza a esse Snr., porque sendo inegável a existência daquele terrível mal, de certo que o Snr. Juiz de Fora atual, bem como os outros, zeloso de sua existência, e sua família obterá licença [...], entretanto que o Snr. Presidente [...] continua advogar [...] contra a disposição da lei, sempre com a impostura que sofre prejuízos por estar ausente da Olaria de que vive. Ora Snr. Redator, se tem cessado a epidemia e se o Snr. Fortes vive de sua Olaria como inculca; porque não tem voltado para Macacu a continuar no fabrico de tijolo e telha?¹²⁶

Como pode ser observado na citação acima, matérias locais questionando as autoridades com provocações em tom de desafio - que nesse caso foi caracterizado pela denúncia do uso das febres para fins individualistas - também estiverem em pauta nos debates referentes às febres de Macacu realizados na imprensa da Corte.

Além dos exemplos anteriormente apresentados, como forma de conhecer os principais temas que foram contemplados nas publicizações das discussões dos itaboraienses nos jornais da Corte desse período, há um fato inusitado que é interessante ser problematizado. Trata-se de um documento intitulado “Carta escrita pelo sacristão da Freguesia de São João de Itaboraí ao reverendo vigário da mesma freguesia, narrando os acontecimentos dos dias 9 e 12 de janeiro deste ano”. O manuscrito desse documento, datado em 15 de janeiro de 1822, foi localizado pelo historiador Hélio Vianna, em 1960, no Museu Imperial de Petrópolis. Vianna, através de uma série de procedimentos, conseguiu comprovar que o documento foi escrito pelo Príncipe Regente D. Pedro, embora constasse a assinatura do dito sacristão: Simplício Maria das Necessidades. Para o historiador, esse documento representou a estreia do Príncipe como

¹²⁵ Em 1830, devido os males das “febres de Macacu”, a Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá e a Justiça foram transferidas para a Freguesia de São João Batista de Itaboraí, sendo esta considerada mais salubre. Foi apenas em 1833 que a Câmara e a Justiça retornaram para a antiga sede da vila. No tópico 2.3 esse episódio é melhor analisado por fazer parte do contexto em que se passou a ter a impressão de jornais em Itaboraí.

¹²⁶ O inimigo dos oleiros fictícios. *Astrea*, Rio de Janeiro, nº 605, p. 1-2, 24 ago. 1830. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca8. Acesso em 3 jan. 2020.

“publicista anônimo”.¹²⁷ O conteúdo da carta tratava de forma pitoresca os fatos que sucederam ao Dia do Fico, apresentando críticas a personagens considerados desafetos de D. Pedro.¹²⁸

Viana também localizou esse manuscrito impresso em um folheto de quatro páginas na divisão de obras raras da Biblioteca Nacional com uma data posterior ao original: 21 de janeiro de 1822. Ele constatou que o material ao ser impresso foi distribuído e que teve repercussões consideráveis. Isso pode ser observado na publicação do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 5 de fevereiro de 1822, que ao se referir à carta noticiou que o “Sacristão tudo viu, a tudo assistiu; e por isso a sua narração é a história mais exata que temos das proezas escandalosas [da] campanha do Tenente General Avilez [...]”. O jornal o *Revérbero Constitucional Fluminense*, no dia 9 de abril, também recebeu a carta e declarou que estava extasiado diante da frase “eu sei que meu sangue é da mesma cor que o dos negros”.¹²⁹

A constatação do historiador Hélio Vianna de que a carta foi escrita por D. Pedro, e não por um Sacristão de Itaboraí, contribui para supor que a escolha dessa região para a criação desse personagem - diante de uma série de outras vilas possíveis - se deu possivelmente pela prática já existente de itaboraienses publicizarem seus escritos em jornais da Corte, na medida em que essa relação de publicações de discussões nesses periódicos possibilitou, provavelmente, um ambiente sem suspeita (na época) para a divulgação de um escrito de um personagem fictício de D. Pedro I, haja vista que (nesse período) escritos com posicionamentos, desafetos e discussões publicadas nos periódicos da Corte já eram prática contínua dos itaboraienses.

Como demonstrado nesta etapa do estudo, a atuação de itaboraienses em algumas temáticas debatidas na opinião pública do período foi iniciada através de publicações de seus

¹²⁷ VIANNA, Hélio. O Príncipe Regente e o Sacristão de Itaboraí. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 162, p. 6, 12 abr. 1960. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca9. Acesso em 15 jan. 2020; Idem, D. Pedro e a imprensa de 1821 e 1822. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 161, p. 9, 10 abr. 1960. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca10. Acesso em 15 jan. 2020; Hélio Vianna conseguiu identificar em torno de 29 pseudônimos utilizados por D. Pedro em diferentes jornais do período. Ver: VIANNA, Hélio. **D. Pedro I, Jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967, p. 15-25.

¹²⁸ O dia do Fico é uma referência ao dia 09 de janeiro de 1822, momento em que D. Pedro declarou que não cumpriria as ordens das Cortes portuguesas de retornar para Lisboa, permanecendo, dessa forma, no Brasil. Ver: LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I. Um herói sem nenhum caráter**. SP: Companhia das Letras, 2006, p. 73-75.

¹²⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 3, 5 fev. 1822. Obras Publicadas, p. 3, grifo meu. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca11. Acesso em: 16 jan. 2020; *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro, nº XXII, 9 abr. 1822. Correspondência, p. 269. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca12. Acesso em: 16 jan. 2020. De acordo com Isabel Lustosa, D. Pedro nesse artigo se manifestou claramente contra a escravidão. Ela argumentou que D. Pedro propunha a extinção gradual da escravidão e sua substituição pelo trabalho livre a partir da imigração de trabalhadores europeus, tal como fora proposto por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Para Lustosa, “poucos foram os intelectuais brasileiros da Independência que se dedicaram a um estudo crítico e sistemático da escravidão: José Bonifácio, João Severiano Maciel da Costa e Hipólito da Costa. Esses primeiros abolicionistas apontavam os danos que a escravidão causava à sociedade brasileira.” LUSTOSA. **D. Pedro I..., op. cit.**, 78.

escritos nos impressos de tipografias localizadas na Corte Imperial, ou seja, fora da vila. Deste modo, a prática de tratar divergências da esfera privada em um espaço público na cultura política local - consequência direta das publicações nos periódicos - surgiu em um contexto anterior a própria implementação de tipografias na região. Não se descarta a possibilidade dessas pessoas já interpretarem a opinião pública como “uma forma de manipulação e de conquista do público leitor”, visto que, como demonstrou a pesquisadora Lúcia Neves, essa percepção já era compreendida por indivíduos envolvidos diretamente na prática jornalista do período, como “alguns redatores de jornais.”¹³⁰

Após a análise dos episódios apresentados, constatou-se que as temáticas dos escritos dos itaboraienses que mais se destacaram, nesse período, foram os posicionamentos no contexto da definição do formato político que a nação brasileira tomaria; os conflitos ocasionados diante dos valores impositivos da sociedade escravocrata; as denúncias de arbítrios de autoridades locais; e com mais expressão, a partir de 1829, os debates em torno das “febres de Macacu”.

Todos os escritos analisados neste tópico foram publicizados em jornais com tendências liberais caracterizadas pelo discurso da moderação (Gazeta do Rio, Correio do Rio de Janeiro, Astrea e A Aurora Fluminense). Os textos contendo debates locais publicados nesses periódicos não foram contra argumentados em matérias de jornais com inclinações políticas diferentes. Logo, isso possibilita supor que, nesse contexto, havia a presença de um predomínio da identificação política dessa tendência por parte dos letrados itaboraienses, o que não significa afirmar que havia apenas essa inclinação política na região (e de fato não havia, conforme será demonstrado no próximo capítulo).

Isso mostra que na esfera local já haviam culturas políticas diversas na região antes da implementação do periodismo impresso na vila (ainda que uma vertente prevalecesse sobre a outra). A compreensão de tal pluralidade política se tornou possível pelo fato de a presente pesquisa considerar o conceito de cultura política como “um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”, conforme assinalou Serge Berstein.¹³¹

O fato de os textos serem assinados em sua grande maioria por pseudônimos demonstra a preocupação de retaliações, o que assinala os possíveis choques de ideias, interpretações e as variadas identificações políticas existentes (nesse período) na Vila de Itaboraí. De acordo com

¹³⁰ É relevante salientar, como argumentou Lúcia Neves, que o conceito de opinião pública recebeu diversas conotações, na medida em que se modificava de acordo com o tempo, o lugar e o contexto em que era utilizado. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Opinião Pública**. Op. cit., p. 191.

¹³¹ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. Op. Cit., p. 350.

Nelson Werneck Sodré, o pseudônimo era uma forma disfarçada de manter o anonimato e que seu uso traduzia intenções e “interesses pelo bem comum, só existente na imaginação de quem o usava, quase sempre.”¹³²

A pesquisadora Cecília Helena Lorenzini Salles Oliveira, ao analisar o anonimato nos jornais políticos das duas primeiras décadas do século XIX, constatou que essa prática se tratava de um meio utilizado para que as pessoas pudessem ter uma participação política ativa, sem que para isso sofressem algum tipo de retaliação pelos seus escritos. Para Oliveira, “o anonimato era um mecanismo através do qual poderia haver participação política sem implicar sanções diretas a quem quisesse expressar seus interesses e pontos de vista.”¹³³

Conforme será demonstrado no decorrer desta pesquisa, verificou-se que a prática que muitos itaboraienses tinham de publicar textos em impressos fora da vila continuou, inclusive, quando Itaboraí já possuía periódicos impressos na região. Esses escritos eram realizados, sobretudo, para denunciar situações de violência (das autoridades e de fazendeiros locais), desconstruir (ou criar) calúnias, divulgar venda de propriedades, publicizar fugas de escravizados ou até mesmo para questionar distorções publicadas em periódicos locais (ou distorcer seus conteúdos), entre as diversas outras situações constatadas.

Portanto, a História da Imprensa de Itaboraí no século XIX é abordada, neste trabalho, pela análise dos impressos locais e pelos diversos escritos publicados em jornais fora da vila com informações sobre fatos desenvolvidos localmente. Esse recurso contribuiu consideravelmente para, além de ampliar o corpo documental da pesquisa, compreender os níveis de subjetividades dos redatores dos jornais locais e os diversos silenciamentos realizados em variados assuntos, assim como para ter uma visão mais ampla da cultura política compartilhada pelos diferentes jornais analisados.

O que se buscou demonstrar neste tópico é que a publicação de escritos referentes a Itaboraí no período anterior a 1832 - ano em que se passou a ter jornais impressos na região - representou o início da participação de itaboraienses na cultura política liberal em um espaço público, ainda que fora da vila. A prática de se publicar escritos com questões locais nos jornais da Corte Imperial inseriu demandas da região em um dos principais espaços de sociabilidade política do período: a imprensa.

As características diversas dessas publicações mostram um fenômeno evolutivo de participação ativa de diferentes agentes sociais locais na cena pública. Esse quadro foi iniciado

¹³² SODRÉ. **História da Imprensa...**, op. cit., p. 160.

¹³³ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. **O disfarce do anonimato. O debate político através dos folhetos (1820-1822)**. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979, p. 25.

no contexto apresentado (neste tópico) e se desenvolveu com o início do periodismo impresso na própria vila, quando a esfera pública local de fato foi iniciada em Itaboraí. Conforme será analisado no decorrer do estudo, diferentes culturas políticas caracterizaram os impressos locais e contribuíram para a tomada de decisões de seus proprietários, assim como para o projeto de sociedade que estes passaram a implementar na vila.

- CAPÍTULO II -

A implementação do periodismo impresso na Província Fluminense

Este capítulo realiza um estudo comparativo sobre o período de implementação dos primeiros periódicos impressos (fora da Corte) na Província do Rio de Janeiro, para, a partir daí, compreender o contexto em que a prática tipográfica e o periodismo impresso foram implementados em Itaboraí. Trata-se de uma abordagem que investiga a introdução de tipografias e jornais como resultante da expansão do liberalismo e das disputas de projetos de nação desenvolvidos na década de 1830, mostrando como as culturas políticas locais (e os agentes sociais envolvidos) estavam conectadas às ações dos grupos de correntes ideológicas em conflito da Corte Imperial.

2.1 - O início do periodismo impresso fluminense fora da Corte Imperial

No Estado do Rio de Janeiro, a maioria das obras que compõem a historiografia que estuda a Imprensa Fluminense no século XIX focam a análise nos periódicos que circularam na cidade do Rio de Janeiro. Poucos são os trabalhos que estudam, para além da Corte Imperial, a antiga Província Fluminense. Entre as exceções, destaca-se o trabalho (publicado em 1984) de Cybelle de Ipanema e Marcello de Ipanema.¹³⁴

Nesta etapa, as fontes utilizadas foram os periódicos publicados na Corte Imperial (A Aurora Fluminense, Diário do Rio de Janeiro, o Correio Oficial e a Luz brasileira) e o único número do *Éco* na Villa Real da Praia Grande encontrado. Além desses, foram usados também escritos sobre este jornal publicados em periódicos de períodos posteriores, como os que foram localizados no Jornal do Commercio e na Tribuna. Todo esse material é parte integrante do acervo da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Este tópico, assim como os próximos, tem como objetivo abordar os primeiros jornais que surgiram (no século XIX) em algumas vilas da Província Fluminense, limitando a análise até a decretação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.¹³⁵ Segundo a historiadora Maria de Fátima Gouvêa, esse ato representou uma reforma na Constituição de 1824 e determinou que a Província do Rio de Janeiro passaria a ter uma “instância governativa específica ao ser separada

¹³⁴ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op.cit.

¹³⁵ BRASIL. **Lei nº 16 - de 12 de agosto de 1834**. Coleção de Leis do Império do Brasil. RJ: Typographia Nacional, parte primeira, 1866, p. 15-25. Disponível em: https://cutt.ly/leis_imperio2. Acesso em: 2 abr. 2020.

da cidade do Rio, ganhando assim autonomia e jurisdição próprias (...). A assembleia legislativa provincial foi criada junto com a presidência da província.”¹³⁶

Foi nesse contexto que a cidade do Rio de Janeiro se transformou em um Município Neutro. Essa descentralização gerou diversas demandas políticas administrativas para fora do espaço da Corte e ampliou disputas políticas pela composição da presidência da província e da Assembleia Legislativa, contemplando, dessa forma, poderes regionais. Esse cenário viabilizou um ambiente propício para a disseminação da imprensa na província, visto que ocorreu um aumento do interesse no ato de publicar, de se ler e de se “ouvir em voz alta” (diante do expressivo analfabetismo existente) as informações divulgadas nos impressos, pois, com essa nova conjuntura, as diversas demandas locais passaram a ter um protagonismo em torno das temáticas a serem debatidas.

A partir desse contexto, ter um intermediário (o jornal) entre o público e o poder público (seja na esfera local ou direcionada para nova capital da província) se tornou uma prática com um sentido mais próximo, visto que as modificações em curso na província geraram expectativas de maior participação (e atuação) de grupos locais nas ‘novas’ relações políticas criadas com essa descentralização.

Diante disso, o esforço investido neste capítulo focará nos jornais da província anteriores a esse processo, considerados aqui como iniciadores, na medida em que esses impressos surgiram numa conjuntura de (quase) exclusividade informativa em torno do cotidiano da Corte, o que tornava ainda mais dificultosas a criação e a manutenção de periódicos locais.

Assim, esta pesquisa considera o período de 1829 a 1834 como a fase inicial da imprensa periódica do território que se tornaria Província Fluminense (nos anos de 1834/1835). Portanto, é uma análise anterior ao impulsionamento da expansão do periodismo gerado com a separação da Corte em relação à província. Logo, busca-se compreender os fatores que contribuíram para o surgimento desses jornais no contexto anterior à descentralização política implementada pelo Ato Adicional de 1834, o que justifica a inserção de jornais dos anos finais do Primeiro Reinado e do Período Regencial enquanto parte integrante da mesma fase de análise da Imprensa da Província do Rio de Janeiro.

Uma das finalidades dessa abordagem é demonstrar a presença da imprensa itaboraiense diante do todo da província e obter informações dessa imprensa em um âmbito para além da esfera local. Embora sejam citados em todo capítulo, a análise mais aprofundada dos jornais

¹³⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008, p. 41.

itaboraienses será realizada a partir do tópico 2.3, retendo-se assim (nos dois primeiros tópicos) ao estudo dos periódicos de outras vilas que iniciaram suas publicações nessa fase inicial.

Contudo, antes de iniciar essa análise, uma abordagem conceitual se faz necessária. Segundo os historiadores Cybelle e Marcello de Ipanema, *Imprensa Fluminense* se refere a toda produção desenvolvida nos limites do estado do Rio de Janeiro (seja mecanicamente ou não) e “consumida”, principalmente, no próprio Estado, priorizando conteúdos constituídos de matérias relativas a fatos da sociedade fluminense ou de abordagens que lhe despertem interesse. Essa imprensa está estruturada em *Imprensa Carioca*, *Imprensa de Capital* e *Imprensa Regional*.¹³⁷

De acordo com esses pesquisadores, *Imprensa Carioca* “é a produzida no Rio de Janeiro e destinada em especial ao consumidor desta cidade (ex-Município da Corte, Município Neutro, Distrito Federal, Estado da Guanabara e atual Município do Rio de Janeiro)” e *Imprensa de Capital* é a produção específica do espaço geográfico que compõe o centro político administrativo (na esfera Federal e Estadual) e absorvida, principalmente, pelos consumidores desse espaço. Historicamente, o Estado do Rio de Janeiro incorporou em seu patrimônio jornalístico dois casos dessa *Imprensa*, a do Rio de Janeiro (enquanto capital federal até 1960) e a de Niterói (enquanto capital do Estado até 1975).¹³⁸

Para esses historiadores *Imprensa Regional* “é a produzida nos municípios que, conforme o tipo de publicação, pode extrapolar os limites geográficos dessas unidades, como restringir sua ação a distritos ou bairros”. Eles explicam que

existem jornais municipais que, pelo tipo de matéria que veiculam ou por condicionantes geográficas ficam limitados exclusivamente aos habitantes de seu território ou a seus naturais, fora da terra. Outros há, porém, que, por seus objetivos ou tradições culturais das localidades onde são editados, ultrapassam o domínio político-administrativo de suas unidades, não faltando exemplos de ontem e de agora.¹³⁹

Embora esses conceitos (*Imprensa Carioca*, de *Capital* e *Regional*) sejam apresentados com suas respectivas especificações, eles não estão fracionados e isolados uns dos outros, mas sim numa relação de coexistência e conexões. Por exemplo, um jornal da cidade do Rio de Janeiro é ao mesmo tempo parte integrante da *Imprensa da Capital*, assim como da *Imprensa*

¹³⁷ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op. cit., p. 33.

¹³⁸ Ibidem, p. 34.

¹³⁹ Ibidem, p. 34-35.

Carioca; e um jornal da Imprensa Regional, ao publicar informações de um jornal da capital ou carioca (e vice-versa), cria um espaço de conexão informativa entre eles.

O presente estudo realiza uma análise com ênfase na Imprensa Regional de Itaboraí, utilizando a História Local como metodologia de estudo, visto que, como pontuou Erivaldo Fagundes Neves, essa abordagem se constitui

numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores.¹⁴⁰

Realizadas as considerações conceituais, o estudo se desenvolve com a análise da Tabela abaixo:

**Tabela 1 - Primeiros periódicos impressos
fora da Corte na Província Fluminense (1829 – 1834)**

ORDEM	DATA	PERIÓDICO	REGIÃO
1	1º sem. 1829	Éco da Villa Real da Praia Grande	Niterói
2	21/08/1830	Genio Brasileiro	Resende
3	01/01/1831	Correio Constitucional	Campos
4	27/01/1831	Farol Campista	Campos
5	02/07/1831	O Tempo	Niterói
6	23/07/1831	Goitacaz	Campos
7	02/03/1832	Caramuru	Niterói
8	12/05/1832	O Itaborayense	Itaboraí
9	26/05/1832	Valenciano	Valença
10	10/06/1832	O Severo	Itaboraí
11	15/10/1832	O Propheta	Niterói
12	??/07/1833	O Verdadeiro Cacique	Itaguaí
13	04/01/1834	O Campista	Campos

Fonte: Hemeroteca Digital - Fundação da Biblioteca Nacional; IPANEMA, op. cit.

A Tabela 1 apresenta os jornais que foram publicados no período o qual está sendo considerado, neste trabalho, como a fase inicial da imprensa da Província do Rio de Janeiro. Essa interpretação se baseia no fato de que essa produção jornalística foi realizada em um contexto que antecedeu as determinações do Ato Adicional de 1834 e, logo, em um período

¹⁴⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e Região: Tópicos de História Regional e Local**. Ponta de Lança, São Cristóvão v.1, n.2, abr.-out. 2008, p. 31.

anterior à ampliação dos poderes regionais. Dessa maneira, a análise foca nos jornais de regiões integrantes da Província, mas no período anterior às modificações implementadas pelo Ato.

Seis regiões (e os seus respectivos jornais) são mencionadas na Tabela 1 como pioneiras da Imprensa da Província do Rio de Janeiro: Niterói (4), Campos (4), Itaboraí (2), Resende (1), Valença (1) e Itaguaí (1). As três primeiras são consideradas as regiões mais dinâmicas da produção do periodismo impresso, visto que possuíram a circulação de mais de um jornal no mesmo período ou em momentos próximos.

Há de considerar que crescimento econômico e desenvolvimento urbano viabilizam um aumento populacional, o que contribui para a ampliação de demandas administrativas do local e da presença de diversos ofícios, assim como um crescimento da presença de pessoas alfabetizadas. Esse cenário propiciou a formação de espaços mais atrativos para a implementação da arte tipográfica em uma vila. Isso pode ser comprovado pelo fato de que as três regiões apresentadas com o maior número de jornais (Campos, Niterói e Itaboraí) correspondiam, na maior parte da década de 1830, às áreas (além da Corte) de maior destaque econômico e populacional da Província do Rio de Janeiro.

Utilizando dados de um período próximo para endossar essa afirmação, constata-se que essas três vilas, em 1838, obtiveram as maiores arrecadações da Província, sendo Campos responsável por 21:824\$, Niterói por 9:800\$ e Itaboraí por 9:300\$.¹⁴¹ Em relação à população, verifica-se que Campos, Itaboraí e Niterói foram, em 1840, as três regiões com o maior quantitativo de pessoas por vila da província, tendo, respectivamente, cada uma um total de 62.752, 28.956 e 25.815 habitantes.¹⁴²

Como o Ato Adicional determinava que uma nova capital da Província seria escolhida (pela Assembleia Legislativa), essas três vilas, diante do dinamismo econômico obtido e da projeção política alcançada, passaram a disputar a possibilidade de se tornarem o novo centro político-administrativo desse território.¹⁴³

No primeiro momento, o certame realizado nas reuniões (e divulgado nos principais jornais da Corte e de Praia Grande) para debaterem esse impasse foi desenvolvido entre Niterói (Vila Real da Praia Grande na época) e Campos. De acordo com Maria de Fátima Gouvêa,

¹⁴¹ GOUVÊA, op. cit., p. 40. Como toda essa expressão econômica e populacional obtida por essas vilas ocorreu com o decorrer dos anos, o uso desses dados para fundamentar o que foi afirmado acima (em relação ao período anterior) se tornou válido, visto que essas informações foram produzidas em contextos relativamente próximos às publicações dos periódicos citados na Tabela 1.

¹⁴² RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). **Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1º sessão da 3º legislatura da assembleia provincial acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1840 a 1841**. Niterói: Typographia de Amaral & irmão. 1851, Mapa A. Disponível em: https://cutt.ly/relatorio_presidente. Acesso em: 2 mar. 2020.

¹⁴³ BRASIL. Lei nº 16 - de 12 de agosto de 1834..., op. cit, p. 16.

Campos era frequentemente referida “como verdadeiramente fluminense em oposição a Niterói, que era considerada mais intimamente associada com as questões nacionais e com a cidade do Rio de Janeiro, local de assento da família imperial”. Conforme demonstrou Gouvêa, o fato de Campos ter mantido uma forte economia local, dedicada ao suprimento do mercado interno, “reforçou a visão de que a identidade provincial deveria ser gerada ou coordenada a partir de um nível propriamente regional”, enquanto que em Niterói “havia sido influenciada pela ação de políticos que atuavam na esfera nacional, homens que consideravam a Província Fluminense uma base de apoio político e econômico para a consolidação do novo Estado imperial”.¹⁴⁴

Em um momento seguinte, embora Gouvêa não tenha mencionado, essa discussão ocorreu entre Itaboraí e Niterói. Entre os argumentos apresentados por quem defendia (na 2ª discussão de proposta de emenda) que a Assembleia e o Governo deveriam residir em Itaboraí, destacam-se as colocações que pontuaram que a “Vila de Itaboraí [era] saudável, abundante de fáceis recursos [e] bem colocada” e que “Praia Grande não carece do alento que possa dar-lhes a residência dos Poderes provinciais, ao mesmo tempo que Itaboraí o necessita para desenvolvimento dos germens de prosperidade que encerra em seu seio”. Além disso, alegaram que era fundamental o distanciamento da capital da Província Fluminense com a cidade do Rio de Janeiro, para evitar que “fossem confundidos os Governos geral e provincial”.¹⁴⁵

Em contrapartida, aqueles que defenderam a Vila Real de Praia Grande como capital argumentaram (na Assembleia Provincial) que a Corte e a Praia Grande, embora próximas, eram localidades distintas e que, por conta disso, não iria gerar “inconveniente de confusão dos dois governos”. Pontuaram que “a razão que determina a fixação das autoridades executora e legislativa em qualquer ponto, não deve ser o intento de fazê-lo prosperar, porém sim, as vantagens maiores que esse ponto ofereça para o fim designado” e que nenhum lugar na província apresentava maiores comodidades e tampouco estava melhor situado, visto que a proximidade com a capital do Império proporcionaria “aos deputados e presidente facilidade para obterem quaisquer informações, documentos, consultas, que por ora se não podem alcançar senão no Rio de Janeiro”. Por fim, afirmaram que em relação a “salubridade e abundância, a Praia Grande nada tem que invejar de Itaboraí”.¹⁴⁶

Através da Lei nº 2 de 26 de março de 1835, aprovada na Assembleia Provincial, toda essa discussão teve como desfecho a determinação da Vila Real da Praia Grande como “Capital

¹⁴⁴ GOUVÊA, op. cit., p. 33.

¹⁴⁵ **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 1023, 4 mar. 1835. Rio de Janeiro, p. 3, grifo meu. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca13. Acesso em: 3 abr. 2020.

¹⁴⁶ Ibidem.

da Província do Rio de Janeiro” e sua elevação à categoria de cidade com a denominação de “Nitheroy”. Além disso, a Vila de Campos foi igualmente elevada à denominação de “Cidade de Campos dos Goitacazes.”¹⁴⁷

Esse contexto foi apresentado para demonstrar que Niterói, Campos e Itaboraí, durante a década de 1830, possuíram um dinamismo econômico, político e demográfico tão expressivo que chegaram ao ponto de disputarem a nova capital da província. Logo, a implementação do periodismo impresso nessas vilas de forma mais dinâmica (processo anterior ao contexto da disputa da capital) se deu, principalmente, em função do desenvolvimento (a longo prazo) de um ambiente de prosperidade econômica e política nessas três vilas. Esse quadro econômico e político local, somado aos conflitos políticos de caráter mais amplo oriundos da Corte, transformou essas vilas em espaços propícios à implementação do periodismo impresso de forma mais dinâmica.

É relevante destacar que os jornais que circularam por pouco tempo raramente eram registrados (sejam pelas listas de jornais – inventários – ou em periódicos da Corte), o que possibilita pensar que mais impressos foram produzidos nessas regiões e que aqueles que foram mencionados (vide Tabela I) atingiram um certo nível de circulação dentro e fora de suas vilas de origem, além de provavelmente terem alcançado um tempo maior de existência. Portanto, todo esse contexto contribui para se ter uma ideia próxima da dimensão da arte tipográfica implementada nessas vilas.

A análise desses jornais foi elaborada considerando as seguintes informações como referencial de pesquisa: a data de lançamento do periódico; o local das tipografias; a dimensão e o formato dos jornais; a periodicidade; como, onde e por quem era realizada a comercialização desses impressos; os diversos outros meios de obtenção de recursos; o conteúdo publicado e as variadas formas que utilizaram para obter informações; características dos redatores e as suas respectivas tendências políticas. Em algumas das folhas pesquisadas não foi possível encontrar todas essas informações, visto que as fontes primárias localizadas não apresentaram tais dados. Contudo, a análise comparativa desses jornais foi utilizada como recurso analítico para elaborar suposições e preencher algumas dessas lacunas, contribuindo, assim, para o estudo do contexto.

Diante do mencionado e das referências de análise, inicia-se uma breve apresentação dos jornais citados na Tabela 1, estruturando esta etapa do estudo pela ordem cronológica do início de suas publicações em várias regiões da província (fora da Corte). A ideia é comparar esses periódicos para obter conclusões gerais do contexto em que Itaboraí passou a ter

¹⁴⁷ **Correio Oficial**, Rio de Janeiro, nº 91, 25 abr. 1835. Presidência da Província, p. 2. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca14. Acesso em: 3 abr. 2020.

impressos, pois, como demonstrou Erivaldo Fagundes Neves, “a investigação histórica regional e local deve recorrer ao método comparativo, com o confronto dos dados de uma região com os de outra, identificação de eventuais diferenças e particularidades de cada uma delas”.¹⁴⁸

Após apresentar o contexto em que os periódicos impressos fora da Corte Imperial passaram a ser produzidos, por se tratarem de processos históricos interligados, cumpre analisar o primeiro desses jornais como forma de compreender o ponto de partida desse processo. Os demais periódicos serão estudados na parte seguinte da pesquisa.

Assim, coube a Vila Real de Praia Grande (Niterói a partir de 1835) ser a primeira região da Província Fluminense (fora da Corte) a ter um jornal impresso. Foi através da publicação, em 1829, do **Éco na Villa Real da Praia Grande**¹⁴⁹ (jornal de dimensão 30x21, de duas colunas e com quatro páginas) que esse pioneirismo ocorreu e não pela publicação do Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande (1823), visto que este periódico - ao contrário do que Nelson Werneck Sodré afirmou e apesar do nome - não era publicado em ‘Niterói’, mas sim na Tipografia do Diário, cidade do Rio de Janeiro.¹⁵⁰

Segundo as informações extraídas de sua 12ª edição (publicada em uma sexta-feira) foi possível perceber que as aspirações do Éco, citadas em seu subtítulo, não eram nada modestas para o período, pois foi divulgado que o jornal era um “periódico de correspondências, cópias, repetições, e traduções interessantes de outros periódicos e obras, tanto nacionais, como estrangeiras; ciências, anúncios, compras e vendas, poesias, agricultura, etc.” Em sua epígrafe¹⁵¹ (lema do jornal) é ressaltado o papel das letras (e logo do conhecimento) como um fator virtuoso: “Magnânimo valor as almas pedem; pedem ferrenho estudo as letras; pede mais que estudo, e valor, virtuoso longo despido de interesse.”¹⁵²

Em seu cabeçalho foi informado que “subscreve-se [assina] para esta folha no escritório, na casa do canto da rua do Vasco, com a rua Direita da Praia; onde também se distribui, e se

¹⁴⁸ NEVES, op. cit., p. 31.

¹⁴⁹ Ver a imagem desse jornal no **ANEXO C – Primeira página da edição nº 12 do jornal O Éco na Villa Real da Praia Grande (14/08/1829)**.

¹⁵⁰ Os 27 números do Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande disponíveis no Hemeroteca Digital, da Fundação da Biblioteca Nacional, mostram que esse jornal foi publicado primeiro na “Tipografia Nacional” e posteriormente, a partir do número 20, na “Tipografia do Diário”, ambas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. SODRÉ. **História da Imprensa...**, op. cit., p. 67; **Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande**, Rio de Janeiro, nº 19, p. 13, 1823. Ibidem, nº 20, p. 4, 1823. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca15. Acesso em 19 abr. 2020. **Éco na Villa Real da Praia Grande. Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/catalogo_1. Acesso em 19 abr. 2020;

¹⁵¹ A Epígrafe, segundo Cybelle e Marcello de Ipanema, era o “lema do jornal”, “elemento bastante constante nas publicações periódicas do início da imprensa. Retumbantes ou modestas, para atingir a públicos de grandes cidades ou pequenas vilas, ninguém as dispensava.” Esses escritos eram realizados em “latim e em francês, as mais frequentes, havendo-as em português, raramente em inglês”. IPANEMA, op. cit., p. 310.

¹⁵² **Éco na Villa Real da Praia Grande**, Praia Grande, nº 12, p. 1, 14 ago. 1829. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca16. Acesso em: 17 abr. 2020.

entregam as Correspondências &c.” Conforme pontou José Matoso Maia Forte (em 1908), as assinaturas iniciaram na “rua do Vasco, depois S. Leopoldo, esquina da rua da Praia, hoje Visconde do Rio Branco”. O cabeçalho também informou, além dos valores da subscrição, que as assinaturas, distribuição e o recebimento de correspondências também poderiam ser realizados na “Cidade [Rio de Janeiro], na loja de livros de João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia: a Subscrição é de \$640 réis mensais.”¹⁵³

A referência de se ter disponível o endereço de uma livraria para a compra do jornal, mostra, como assinalou Cybelle e Marcello de Ipanema, que “esta folha seguiu a comercialização usada pelos jornais da época”, pois “os postos mais comuns de venda e subscrição eram as livrarias”. Os pesquisadores apontam que essa preferência não representou um impedimento para que o jornal pudesse também ser negociado em outros lugares.¹⁵⁴

Em seu prospecto¹⁵⁵ (reproduzido no Diário do Rio de Janeiro) foi possível constatar onde ficava a Tipografia do Éco, informação esta que não foi apresentada no número 12 do Éco. Assim, segundo o aviso de lançamento, a Tipografia do “Echo” (como também era citado pelos jornais da Corte) ficava situada “no Valonguinho n. 11 na Villa Real da Praia Grande”. Portanto, diferente do que argumentou o pesquisador José Antonio Soares de Souza (quando citou que “a tipografia do Eco seria uma das muitas existentes na Corte”), O Éco era impresso em ‘Niterói’ e em uma propriedade do próprio jornal.¹⁵⁶ Em mesma direção apresentada nesta pesquisa, o pesquisador Godofredo Tinoco afirmou que esse jornal foi “impresso na primeira oficina montada em território fluminense”.¹⁵⁷

Em relação à data de publicação do primeiro número, o pesquisador fluminense Dalmo Barreto associou, de forma indireta, o lançamento do jornal à comemoração dos 10 anos da criação da Vila Real de Praia Grande. É relevante ressaltar que não há consenso de tal data entre os pesquisadores que estudaram o jornal da Praia Grande. Isso porque enquanto Dalmo Barreto, Maia Forte e Godofredo Tinoco afirmaram que o jornal foi lançado no dia 29 de maio de 1829, Cybelle e Marcello de Ipanema argumentaram que o jornal não apresentou uma periodicidade

¹⁵³ Ibidem; FORTE, José Matoso Maia. Centenário da imprensa – A imprensa em Niterói. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 191, p. 2, 10 jul. 1908, grifo meu.

¹⁵⁴ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op. cit., p. 315-316.

¹⁵⁵ O prospecto era a forma inicial utilizada para avisar aos leitores que uma nova folha estava sendo lançada. Cybelle e Marcello de Ipanema assinalaram que “além da publicação de tais avisos em periódicos em circulação, era costume serem eles impressos em folhas avulsas para distribuição em casas comerciais [especialmente livrarias], em residências e a pessoas”. IPANEMA, op. cit., p. 304.

¹⁵⁶ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 23, 27 mai. 1829. Obras Publicadas, p. 1. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca17. Acesso em: 18 abr. 2020; SOUZA, José Antônio Soares. **Da Vila Real da Praia Grande à Imperial cidade de Niterói**. RIHGB. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, Vol. 312, julho-setembro, 2ª parte, 1976, p. 179. Disponível em: <https://cutt.ly/rihgb>. Acesso em: 17 jan. 2020.

¹⁵⁷ TINOCO, Godofredo. **Imprensa Fluminense**, Rio de Janeiro: Liv. São José, 1965, p. 134.

semanal regular, o que inviabilizou precisar uma data em cima de um cálculo a partir do número 12 do periódico.¹⁵⁸

Para Cybelle e Marcello Ipanema, o primeiro número foi lançado entre os dias 27 de maio e 2 de julho. Tal prudência analítica é endossada nesta pesquisa, visto que o próprio prospecto não citou a periodicidade do jornal, apenas que se o número de subscritores aumentasse, a impressão poderia se “tornar diário”, o que acabou não ocorrendo. Foi A Aurora Fluminense que citou que o Eco possuía uma periodicidade semanal, algo que não se tornou possível ser mantido continuamente, como pode ser observado nas chamadas do número extraordinário (entre as edições 5 e 7) dessa folha, divulgadas no Diário do Rio de Janeiro. Em uma dessas chamadas (a do dia 20/07/1829) foi noticiado que o jornal passou a ser vendido também por exemplar no valor de \$80 (oitenta réis). Ou seja, destinava-se inicialmente para subscritores e posteriormente incluiu também os não subscritores. Este jornal obtinha recursos financeiros também pela divulgação de anúncios, como os de vendas de alimentos, de propriedades e de escravizados, assim como os de fugas destes.¹⁵⁹

Entre os conteúdos que foram possíveis ter acesso, através da leitura das menções realizadas no Diário do Rio de Janeiro, destacam-se as informações na esfera local, como uma campanha em que os profissionais do jornal atuaram pela construção de um chafariz na Vila e questões referentes à Câmara Municipal e aos Guardas de Milícia. Publicava-se também conteúdos de artigos científicos, sobressaindo descobertas na medicina; textos referentes à cultura grega; temas de episódios sobre fatos inusitados de outros países, como “a notícia de um grande aerolito que caiu na China” e sobre o “Cometa de 1832”; e por fim, artigos de política (embora tenham sido poucos) e sobre as causas da falta de água que a Corte enfrentava no período, assim como as providências que poderiam ser tomadas. Parte expressiva dessas informações era obtida, principalmente, por reproduções de trechos (ou do texto na íntegra) de outros jornais ou pelas correspondências enviadas pelos seus leitores.¹⁶⁰

¹⁵⁸ BARRETO, Dalmo. Sesquicentenário da imprensa em Niterói. **A Tribuna**, Niterói, ano XLIII, nº 13484, p. 2, 2 set. 1979; FORTE, José Matoso Maia. **Centenário da imprensa...**, op.cit; TINOCO, Godofredo. Op. cit., p. 134; IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. Op. cit., p. 298.

¹⁵⁹ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de, op. cit., p. 298; **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 214, 17 jul. 1829. Rio de Janeiro, p. 3. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca18. Acesso em: 17 jan. 2020; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 17, 20 jul. 1829. Obras Publicadas, p. 1. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca19. Acesso em 18 abr. 2020; **Éco na Villa Real da Praia Grande**, Praia Grande, nº 12, op., cit.

¹⁶⁰ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 23, 147, p. 1, 27 mai. 1829. Ibidem, nº 16, 172, p. 1-2, 22 jun. 1829; nº 2, 182, p.1, 2 jul. 1829; nº 5, 186, p. 1, 6 jul. 1829; nº 11, 193, p.1, 13 jul. 1829; nº 17, 200, p. 1, 20 jul. 1829; nº 22, 207, p. 1, 27 jul. 1829; nº 2, 214, p.1, 3 ago. 1829; nº 8, 221, p. 1, 10 ago. 1829; nº 13, 228, p. 1, 17 ago. 1829; nº 19, 235, p. 1, 24 ago. 1829; nº 25, 242, p. 1, 31 ago. 1829; nº 7, 251, p.1, 9 set. 1829; nº 18, 264, p. 1, 22 set. 1829. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca20. Acesso em 18 abr. 2020; **Éco na Villa Real da Praia Grande**, Praia Grande, nº 12, op., cit.

Sobre a temática política divulgada no *Éco*, A Aurora Fluminense publicizou que “nada aí tem aparecido que tenha relação com a política, propriamente dita, e a proximidade em que aquela Vila se acha a respeito da Corte, pode, até certo ponto, justificar esta omissão”. É essencial considerar que essa observação da Aurora foi publicada no dia 17 de julho de 1829, o que significa reconhecer que o jornal, naquele momento, teve acesso apenas as cinco primeiras edições do *Éco*. Isso viabiliza afirmar que a citação da Aurora não pode ser utilizada como uma constatação do todo do *Éco*, mas sim de sua interpretação dos primeiros números, pois, através das leituras das chamadas do *Diário do Rio de Janeiro* que citam o *Éco*, foi possível constatar que o jornal de Praia Grande publicou 18 números ordinários e um extraordinário.¹⁶¹

Como já foi mencionado, os artigos políticos também fizeram parte das publicações do *Éco*. Contudo, considerando as observações da Aurora Fluminense e a menção do jornal Luz Brasileira - que divulgou que o *Éco* “não se met[ia] em política”, embora tenha citado também que sua tendência política parecia ser “liberal” -, torna-se possível afirmar que os artigos políticos não predominaram nas páginas do *Éco* e que quando eram publicados não apresentaram uma postura enérgica de enfrentamento, além de serem direcionados sobretudo para a esfera local, como destacou A Aurora ao afirmar que as matérias do *Éco* ficavam “atenta a localidade em que se publica”.¹⁶²

Essa característica não predominou no período, pois os embates políticos-ideológicos que ocorreram nos anos finais do Primeiro Reinado, sobretudo pelas diferentes concepções do que viria ser a nação, eram publicizados nos jornais da Corte (principalmente os de matrizes liberais). Na cultura política desse contexto a imprensa se tornou um lugar privilegiado do espaço público. Portanto, ao contrário do jornal de Praia Grande, a maioria dos jornais impressos (nesse período) priorizou a publicização de textos que discutiam as questões políticas, pois, como afirmou José Murilo de Carvalho e outros, eram “jornais de opinião, de caráter essencialmente político-doutrinário.”¹⁶³

Pelos registros localizados foi possível constatar que, apesar das pretensões e da estrutura criada (tipografia e escritório), o *Éco* foi impresso apenas entre os meses de maio e setembro ou entre junho e setembro, visto que não foi possível precisar a data de seu lançamento. Na última chamada localizada no *Diário do Rio de Janeiro*, que citou o 17º e 18º

¹⁶¹ A Aurora Fluminense, op. cit.; *Diário do Rio de Janeiro*, op. cit.

¹⁶² A Aurora Fluminense, op. cit.; Luz Brasileira, Rio de Janeiro, nº 4, p. 3, 22 set. 1829, grifo meu. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca21. Acesso em: 19 abr. 2020.

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo de. & outros, “Documentação Política, 1808-1840”, in Paulo Roberto Pereira (org.). *Brasileira da Biblioteca Nacional. Guia de Fontes sobre o Brasil*. RJ: Fundação da Biblioteca Nacional, 2001, p. 226.

número do Eco, foi mencionada a justificativa de não se imprimir mais o jornal: “não tem saído mais, por falta de Compositor”.¹⁶⁴

Desde o início, conforme já demonstrado, esse jornal apresentou dificuldades em manter uma periodicidade regular. O fato de ampliarem a forma de comercialização (pois incluíram a venda por exemplar para os não assinantes), assinala possíveis dificuldades na obtenção de recursos com as assinaturas. Todos esses problemas de ordem material se somaram (ou foram causados por isso) aos obstáculos gerados em função da proximidade de Praia Grande com a Corte Imperial, na medida em que os jornais localizados na cidade do Rio de Janeiro (mais antigos e de maior estrutura) circulavam com frequência em Praia Grande, o que diminuía as possibilidades de se obter mais assinaturas diante dessa forte concorrência.

Vale considerar que a menção da proximidade de Praia Grande com a Corte como um fator obstaculizador, citada primeiramente pela A Aurora Fluminense, também esteve presente nas análises do pesquisador Alfredo Carvalho. Este, no âmbito das comemorações do Centenário da Imprensa (em 1908), argumentou que a introdução da arte tipográfica na Província Fluminense “remonta aos últimos anos da década de 1820, pois já em 1829 aparecia em Niterói o jornal Echo da Villa Real da Praia Grande; prejudicada pela proximidade da capital do país, a imprensa relativamente pouco se tem desenvolvido na sua principal cidade”;¹⁶⁵

Da mesma forma, essa abordagem foi apresentada pelos pesquisadores Maia Forte, Tinoco, Barreto, e por Cybelle e Marcello de Ipanema, respectivamente, nas décadas de 1910, 1960, 1970 e 1980. Estes últimos ainda incluíram como explicação para o encerramento das atividades do Éco a falta de “clima político” na região, ocasionada, também, por essa mesma proximidade.

Por fim, não foi possível localizar os nomes do redator e do proprietário desse jornal. Contudo, a relevância do impresso não ficou no anonimato, pois o Éco na Villa Real de Praia Grande marcou o início do periodismo impresso no território que, em 1834, passou a constituir a Província do Rio de Janeiro.¹⁶⁶

¹⁶⁴ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 18, 264, 22 set. 1829. Notícias Particulares, p. 1. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca22. Acesso em 18 abr. 2020;

¹⁶⁵ CARVALHO, Alfredo. “**Gêneses e progressos...**”, op. cit., p. 61.

¹⁶⁶ BARRETO, op. cit.; FORTE, op. cit.; TINOCO, op. cit.; IPANEMA, op. cit.

2.2 - A expansão dos jornais na Província do Rio de Janeiro

Dando sequência ao tópico anterior - que analisou o período da implementação do primeiro periódico no território que se tornaria Província Fluminense em 1834 -, esta parte da pesquisa investiga a expansão tipográfica e do periodismo em outras vilas desse mesmo território. Assim, busca-se compreender o contexto em que foram implementados a arte tipográfica e o periodismo impresso em Itaboraí, visto que essas inovações introduzidas na esfera local são resultantes também das modificações políticas e econômicas que se desenvolveram, nesse período, na Província do Rio de Janeiro. Para tal esforço, foi realizada uma análise da implementação de outros jornais do período de diferentes regiões para se obter informações predominantes à época.

Nesta etapa o estudo se baseia nos diversos impressos publicados na Corte Imperial e nas vilas (estudadas aqui) que passaram a ter tipografia e a prática jornalística em seus territórios. Por ser tratar de um material mais extenso, as nomenclaturas desses jornais serão apresentadas no decorrer do texto, assim que os periódicos locais forem sendo analisados. Todo esse material é parte integrante da Fundação da Biblioteca Nacional e se encontra em sua plataforma online (Hemeroteca Digital).

Os diversos jornais estudados neste tópico foram todos publicados no início da década de 1830. Embora três tenham iniciado suas impressões nos anos finais do Primeiro Reinado (Genio brasileiro, Correio Constitucional e Farol Campista) e os demais no Período Regencial, todos esses periódicos fazem parte de um contexto de instabilidade institucional em que as discussões políticas na imprensa evoluíram e ganharam ainda mais expressão com a Abdicação de D. Pedro I (em abril de 1831). Conforme constatou o pesquisador Marcello Basile,

A imprensa conheceu desenvolvimento sem precedentes na década de 1830. Verifica-se, em particular nesses primeiros anos, vertiginoso crescimento de publicações [...]. Esse desenvolvimento da imprensa vinculava-se intimamente às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e à mobilização da opinião pública. Foi a arena na qual os debates transcorreram com maior abertura e amplitude, além de franca virulência, facilitados pela relativa liberdade de expressão e pela prática comum do anonimato. Jornais e panfletos foram os grandes responsáveis pela produção e difusão da cultura política, ultrapassando até a barreira do analfabetismo, uma vez que os impressos eram habitualmente lidos e comentados em voz alta em público, o que multiplicava seu poder de comunicação. Exerceram, assim, vigorosa pedagogia política como principais veículos de expressão de ideias e de propaganda das facções concorrentes.¹⁶⁷

¹⁶⁷ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, vol. II, 2009, p. 65.

Esse quadro político contribui para compreender como os jornais de diferentes regiões surgiram em um período anterior à descentralização política e do conseqüente crescimento da ampliação do espaço público regional (desencadeados pelo Ato Adicional de 1834), visto que as discussões na Província eram realizadas quase que exclusivamente nos periódicos da Corte. Diante dessas considerações, os jornais aqui apresentados foram analisados prioritariamente pelas regiões, seguidos da ordem temporal crescente, na medida em que são partes integrantes do mesmo processo histórico.

Assim, o próximo periódico de “Niterói” a ser publicado na fase inicial foi **O Tempo**¹⁶⁸. A folha, denominada como um jornal político e literário, teve seu primeiro número lançado no dia 2 de julho de 1831 e não em 1832, como afirmaram os pesquisadores Manuel Benício e José Mattoso Maia Forte. No contexto do seu 2º ano, O Tempo era Impresso na “Tipografia de Rodrigues & C., Rua do Príncipe”, em “Praia Grande”. O periódico possuía uma dimensão 32x22 cm, composto por quatro páginas e com duas colunas cada uma. A prática de se publicar extratos de outros jornais esteve presente em suas páginas. A folha era vendida por assinaturas (4\$:000 rs por quartel – três meses) e de forma avulsa (\$80 rs) e podiam ser localizadas nas lojas dos “Srs. Joaquim Bernardino na rua Direita da Praia Grande n. 2; João Pedro da Veiga rua da Quitanda; Brito Praça da Constituição; João Batista rua da Cadeia 114” e era publicado nas “terças, quintas e sábados”. No início de 1834, o jornal passou a ser impresso na “tipografia de Silva & Comp.” localizada na “rua do Lavradio, n. 91”, Rio de Janeiro. Em 1835, ocorreu uma interrupção de suas atividades. Todavia, em 1846, retomou sua “vida jornalística” com o mesmo lema inicial do jornal: “Verdade, e lei”. Até a interrupção de 1835 o jornal foi impresso durante um período (em torno) de 4 anos.¹⁶⁹

No dia 2 de março de 1832 foi lançado, na cidade do Rio de Janeiro, o jornal intitulado **Caramuru**¹⁷⁰. A partir de sua edição nº 23 (19/09/1832), a folha passou a ser impressa na tipografia Paraguassu de David da Fonseca Pinto, “Vila da Praia Grande, no Cabaceiro” (rua dos Latoeiros, n. 65), local que, segundo Cybelle e Marcello de Ipanema, corresponde atualmente ao Valonguinho. Nesse período, seus impressos saíram (predominantemente) às

¹⁶⁸ Ver a imagem desse jornal no ANEXO D - Primeira página da edição nº 1 do 2º volume do periódico **O Tempo** (03/07/1832).

¹⁶⁹ **O Tempo**, Praia Grande, nº 1, vol. II, p. 1-4, 3 jul. 1832; Ibidem, Rio de Janeiro, nº 9, vol. III, p. 1, 1 ago. 1834; Ibidem, Rio de Janeiro, nº 1, vol. III, p. 1, 26 mai. 1846. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca23. Acesso em: 20 abr. 2020; O Tempo. **Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_catalogo2. Acesso em: 20 abr. 2020. BENÍCIO, Manuel. *Jornales Nicheroyenses*. **O Fluminense**, Nicheroy, nº 4070, p. 2, 29 set. 1899. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca24. Acesso em: 26 mai. 2020;

¹⁷⁰ Ver a imagem desse jornal no ANEXO E - Primeira página do número do jornal **Caramuru** que passou a ser impresso na Vila da Praia Grande (19/09/1832).

quartas e aos sábados. As assinaturas podiam ser realizadas no escritório, situado na rua dos Latoeiros nº 65, sendo negociadas por 4\$:000 rs para um período de 4 meses. Eram vendidos também números avulsos no mesmo escritório e nas lojas “Srs. Plancher, rua do Ouvidor; João Baptista e Ogrer, rua da Cadeia; Brito e Albino, Praça da Constituição; e também na tipografia”. Em sua epígrafe, buscando legitimar suas ideias, a expressão verdade teve destaque: “Eu não falo se não verdades puras e falai, em tudo, verdades a quem, em tudo, as deveis”.¹⁷¹

O Caramuru, com seu subtítulo “O Imperador Pedro II e a Constituição jurada”, se tornou, segundo o historiador Marcello Basile, a origem do nome do grupo que rivalizou com os liberais moderados e exaltados (entre 1832 e 1834) pela disputa da conquista do poder e da opinião pública. Em seu prospecto a sua tendência política é explicitada pela recusa a qualquer tentativa de reforma constitucional: “Defenderemos, com todas as nossas forças, a Constituição jurada, única tabua de salvação para o Brasil, propondo-nos combater quantas ideias tendão a alterá-la, ou reformá-la.”¹⁷²

Dessa forma, esse jornal era conduzido pelos defensores de uma Monarquia Constitucional fortemente centralizada. Este grupo, conforme demonstrou Basile, conclamou pelo retorno de um modelo político estabelecido pela Constituição e colocado em prática no Primeiro Reinado. Repudiavam a República, o federalismo e a descentralização. Com a predominância de conteúdos políticos, esse jornal - de dimensão 32x22, com quatro páginas na maioria das edições e com duas colunas cada uma - participou de diversos embates com os liberais exaltados e, sobretudo, com os moderados, o que gerou perseguições e o consequente encerramento de suas funções em 1833 (na Hemeroteca o último número disponível é de abril desse ano). Diversos desses debates foram realizados a partir da publicação de extratos de outros jornais.¹⁷³

O último jornal de “Niterói”, publicado nessa fase inicial, foi **O Profeta**. Segundo o Catálogo da Exposição de História do Brasil, o periódico era impresso na “Vila da Praia Grande,

¹⁷¹ **Caramuru**, Rio de Janeiro, nº 1, p. 1, 2 mar. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca25. Acesso em: 21 abr. 2020. **Caramuru**, Villa da Praia Grande, nº 23, p.1, 19 set. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca26. Acesso em: 21 abr. 2020; IPANEMA, Cybelle de e IPANEMA, Marcello de. Op, cit., p. 338.

¹⁷² BASILE, Marcello Otávio. **Os Reacionários do Império: a imprensa Caramuru no Rio de Janeiro**. Dimensões – Revista de História da UFES, Vitória, v. 10, p. 167-189, Jan/Jul. 2000, p. 167. Disponível em: https://cutt.ly/artigo_ufes. Acesso em: 21 abr. 2020; Caramuru... Op. Cit., 2 mar. 1832. David da Fonseca Pinto era natural de Cacheu, cidade da atual Guiné-Bissau, que na época era colônia de Portugal. Ele se tornou brasileiro adotivo e atuou na imprensa política e no funcionalismo público. Para saber mais ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, segundo volume, 1893, p. 162.

¹⁷³ BASILE, op. Cit.; IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. Op, cit., p. 14; 350; Caramuru, **Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_catalogo3. Acesso em: 21 abr. 2020.

no Cabaceiro, Tip. Paraguassú, de D. da F. Pinto, 1832, in-fol” (metade de uma folha) e seu primeiro número foi lançado no dia 15 de outubro de 1832. A Tipografia mencionada, de David da Fonseca Pinto, é a mesma que imprimia o Caramuru. Logo, é muito provável que a tendência política desse jornal seja semelhante à do grupo de Fonseca Pinto (viés político conservador), assim como suas dimensões (32x22) e o seu formato (quatro páginas e duas colunas cada uma). Manuel Benício cita o jornal com a escrita de O “Propheta” e assinala que esse periódico foi o terceiro impresso em “Niterói”. Da mesma forma, Maia Forte, Cybelle e Marcello de Ipanema também argumentaram que o Profeta foi o terceiro impresso, pois, de acordo com eles, não foi possível localizar evidências que comprovem que o jornal intitulado o Diário de S. Domingos tenha sido de fato impresso.

A única menção encontrada desse Diário foi um aviso (publicado no jornal O Caramuru) de uma possível publicação futura para o dia “1º do mês de outubro” de 1832. O aviso menciona o endereço da tipografia que iria imprimi-lo (“rua dos Latoeiros, n. 65 [...] Cabaceiro”), correspondendo, dessa forma, ao mesmo local onde era impresso o Caramuru, ou seja, na tipografia pertencente a David da Fonseca Pinto, o que leva a supor que se o Diário de S. Domingos conseguisse as assinaturas - pois foram solicitadas de forma antecipada para cobrir as despesas -, e fosse de fato publicado, esse jornal também teria um viés político conservador.¹⁷⁴

A presente pesquisa endossa o fato de que não se tem comprovações da impressão e circulação do Diário de S. Domingos, contudo questiona a afirmação dos pesquisadores acima de que O Propheta foi o terceiro jornal impresso em Praia Grande, visto que o Caramuru, diferente do que eles interpretaram, passou a ser publicado em Praia Grande em um período anterior às impressões do Propheta, tornando-se, desse modo, o terceiro periódico impresso nessa região, como pôde ser observado na Tabela 1.

A segunda região a imprimir periódicos (fora da Corte) na Província Fluminense foi Resende. O ambiente de prosperidade econômica, resultante do advento da produção do café na vila, somado à conjuntura política do período, contribuiu para o surgimento de pessoas letradas interessadas em implementar a arte tipográfica na região. Diante do contexto apresentado, no dia 21 de agosto de 1830 (e não em 1831 como alguns pesquisadores argumentaram) foi lançado o jornal Genio Brasileiro, caracterizando, portanto, a região como

¹⁷⁴ Catálogo da Exposição de História do Brasil. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. RJ: Typ. de G. L. & Filhos, vol. IX, 1881, p. 395. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_anais_catalogo. Acesso em: 24 abr. 2020. BENÍCIO, Manuel. Op. cit; FORTE, José Mattoso Maia. Op. cit; IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. Op. cit; Avizos. Publicação de um novo jornal denominado – Diario de S. Domingos. **Caramuru**, Villa da Praia Grande, nº 26, p. 4, 29 set. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca27. Acesso em: 22 abr. 2020.

pioneira do jornalismo impresso interiorano. Segundo Cybelle e Marcello de Ipanema, essa folha é fruto, sobretudo, dos esforços do padre mineiro José Marques da Motta.¹⁷⁵

De acordo com esses pesquisadores, foi através do lombo de um animal que o padre Motta levou do Rio de Janeiro para Resende uma tipografia. Segundo eles, como ninguém na época sabia operar uma oficina gráfica, o padre retornou para a Corte e em seis meses aprendeu a arte, tornando-se compositor e impressor. Assim que retornou a Resende, iniciou as impressões do *Genio Brasileiro*.¹⁷⁶

Conforme publicizou *A Aurora Fluminense*, esse jornal era “um periódico em pequeno formato” que saía “às quartas-feiras e sábados de cada semana”. No seu editorial inaugural (prospecto), publicado na íntegra pela *Aurora*, foram apresentadas algumas ideias que direcionariam os posicionamentos futuros do periódico, destacando a defesa do regime constitucional e de uma escrita em prol dos direitos da população da Vila. Além disso, o jornal se propunha a “promover a instrução e [o] adiantamento moral de seus habitantes”. Há menções posteriores sobre o *Genio Brasileiro* que ressaltam que alguns de seus artigos buscavam mostrar as vantagens da Constituição e do sistema representativo.¹⁷⁷

De tendência liberal moderada, essa folha realizou questionamentos contra o autoritarismo e defendeu com fervor a liberdade da imprensa. Os maus usos das rendas públicas também foram alvos de suas críticas. O último registro de publicação desse periódico foi divulgado, no *Correio Mercantil*, em fevereiro de 1832. Logo, possivelmente o *Genio Brasileiro* circulou em Resende (no mínimo) no período entre agosto de 1830 e o primeiro trimestre de 1832.¹⁷⁸

Conforme apresentado na Tabela 1, a Vila de Campos foi a terceira região da Província a ter periódico impresso. Contudo, considerando “imprensa a atividade de noticiar, sem (...) fixa[r] no aspecto material de sua veiculação - se manual ou mecânica –”, como ressaltou Cybelle e Marcello de Ipanema, coube à cidade de Campos o pioneirismo (na Província

¹⁷⁵ *Novos Periódicos. Astrea*. Rio de Janeiro, nº 610, p. 2, 4 set. 1830. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca28. Acesso em 25 abr. 2020; Entre os pesquisadores que analisaram a História de Resende e que equivocadamente citaram o ano de lançamento desse jornal como sendo 1831, destaca-se o seguinte trabalho: MAIA, João de Azevedo Carneiro. *Notícias históricas e estatísticas do município de Resende desde sua fundação*. RJ: Tip. da Gazeta de Notícias, 1891, p. 316. IPANEMA, Cybelle de e IPANEMA, Marcello de. Op. cit., p. 147-151.

¹⁷⁶ IPANEMA, op. cit., p. 154.

¹⁷⁷ *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 383, p. 1-2, 3 set. 1830; *Ibidem*, nº 445, p. 4, 4 jan. 1831, grifo meu. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca29. Acesso em: 25 abr. 2020.

¹⁷⁸ *Astrea*. Rio de Janeiro, nº 611, p. 4, 7 set. 1830; *Ibidem*, nº 661, p. 4, 18 jan. 1831. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca30>. Acesso em 25 abr. 2020; *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, nº 326, p. 1, 17 fev. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca31. Acesso em: 25 abr. 2020.

Fluminense) de ter produzido o primeiro manuscrito (que se tem registro) fora da Corte Imperial.¹⁷⁹

Intitulado de O Espelho Campista, o manuscrito circulou na Vila de Campos em 1826. Foi o escritor Julio Feydit, autor do livro “Subsídios para a história dos Campos de Goitacazes”, que apresentou a existência deste jornal. Feydit não mencionou o número do periódico e nem a data completa (com dia e mês) do manuscrito que teve acesso, apenas que “o jornal referido era redigido por Prudêncio Joaquim da Bessa”. Ele afirmou, ao contextualizar o período, que “antes de haver imprensa em Campos, os jornais eram escritos a mão, e eram redigidos por alguns escritores dos mais inteligentes.” Baseados nessa afirmação, Cybelle e Marcello de Ipanema argumentaram que “Campos [...] possuiu mais de um jornal manuscrito, antes de seu primeiro impresso”.¹⁸⁰

Foi através da publicação do **Correio Constitucional Campista**¹⁸¹, realizada no dia 1º de janeiro de 1831, que a arte tipográfica em Campos foi inaugurada, ou seja, quando o processo de criação na composição e impressão de um texto passou a ser realizada na vila. O jornal passou a ser impresso em um contexto de expressivo dinamismo econômico na região, obtido com o bom desempenho de sua produção de cana-de-açúcar. Suas publicações eram realizadas duas vezes por semana (sábado e quarta-feira), embora nem sempre essa periodicidade tenha sido mantida, e era impresso na tipografia do comerciante Antônio José da Silva Arcos, na “rua da Quitanda nº 5”. No final de outubro de 1830 foi publicado seu prospecto, contudo, por uma série de obstáculos, o jornal só conseguiu imprimir seu primeiro número em 1831. Pelas observações elogiosas da Aurora Fluminense, em relação ao conteúdo citado pelo jornal campista, constata-se que as ideias apresentadas em seus escritos expressavam um liberalismo moderado.¹⁸²

Além disso, a própria epígrafe enaltece ideais liberais: "felizes os povos e seus chefes, quando os seus direitos recíprocos determinados por uma Constituição sábia, executada de boa-

¹⁷⁹ IPANEMA, op. cit., p. 38.

¹⁸⁰ FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goitacazes**. Rio de Janeiro, Ed. Esquilo Ltda, 2ª ed., 1979, p. 396-397; IPANEMA, op. cit., p. 161.

¹⁸¹ Ver a imagem desse jornal no **ANEXO F - Primeira página do número inicial do periódico Correio Constitucional Campista (01/01/1831)**.

¹⁸² No prospecto do jornal foi divulgado que “Hoje, porém, que através de imensas dificuldades, conseguimos estabelecer uma nesta Villa, movidos pelo interesse que tomamos na prosperidade do Brasil, nos determinamos (bem que essas conhecemos quanto é superior as nossas forças) a escrever e publicar por meio dela um jornal, que intitularemos, - Correio Constitucional Campista.” Ver: **Correio Constitucional Campista**, Campos, nº 1, p. 1, 1 jan. 1831; Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca32. Acesso em 15 abr. 2020; **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 438, p. 2, 17 jan. 1831. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca33. Acesso em 15 abr. 2020.

fé, servem de garantia mutua e são firmados todos os anos pelos trabalhos dos Conselhos representativos.”¹⁸³

Em seu cabeçalho é apresentado onde se realizavam as assinaturas, as formas de venda e o valor por semestre do jornal: “subscree-se para essa Folha na Tipografia, rua da Quitanda; na Administração do correio; em casa dos Sr. Tabeliães Joaquim José de Faria e Antonio Joaquim Franco, rua do Alecrim; José Fernandes da Costa Pereira, rua do Rosário”. Esse periódico era comercializado por 4\$000 por semestre e era vendido “números avulsos na mesma Tipografia”. A dimensão física da folha era de 30x20 cm, contendo quatro páginas na maioria de seus números (com duas colunas cada uma) e consta no acervo da Hemeroteca Digital 77 fascículos, publicados entre os meses de janeiro e dezembro de 1831. Em parte de seus números foram localizados anúncios e reproduções de textos de outros jornais.¹⁸⁴

Sr. Arcos, que era português, além de proprietário da tipografia onde esse jornal era impresso, também foi seu redator com o apoio de Candido Narcizo Bitancourt e de seus conterrâneos Doutor em Cânones João Carlos Monteiro (futuro progenitor de José do Patrocínio) e do Doutor em Direito Francisco Pinto dos Reis Mascarenhas.¹⁸⁵

Em um período próximo, outro jornal foi lançado em Campos: **O Farol Campista**. Embora o prospecto do periódico tenha sido publicado no dia 10 de janeiro de 1831, seu primeiro número foi impresso apenas no dia 27 de janeiro do mesmo ano. Em seu aviso de lançamento foi divulgado que seu formato seria pequeno, que sairia todas as quintas-feiras e que apresentaria uma tendência política liberal. Posteriormente, no final do terceiro trimestre, o jornal passou a ser impresso com um tamanho maior. Conforme noticiou A Aurora Fluminense, o “Pharol Campista” (escrito com essa grafia pela Aurora) era impresso em uma tipografia do Rio de Janeiro. Seu redator era o português e advogado Prudêncio Joaquim de Bessa, o mesmo que o pesquisador Feydit citou como o criador do manuscrito intitulado O Espelho Campista.¹⁸⁶

¹⁸³ **Correio Constitucional Campista**, op. cit.

¹⁸⁴ **Correio Constitucional Campista**, op. cit; Ibidem. **Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_catalogo4. Acesso em 15 abr. 2020;

¹⁸⁵ Ao respeitável público imparcial e judicioso. **Correio Constitucional Campista**, Campos, nº 58, p. 5, 16 ago. 1831; Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca34. Acesso em 17 abr. 2020.

¹⁸⁶ **Correio Constitucional Campista**, Campos, nº 4, p. 4, 12 jan. 1831. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca35. Acesso em 16 abr. 2020; **Goitacaz**, Campos, nº 20, p. 4, 17 dez. 1831. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca36. Acesso em 16 abr. 2020; **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 570, p. 3, 16 dez. 1831. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca37. Acesso em 16 abr. 2020; Ao respeitável público imparcial e judicioso. **Correio Constitucional Campista**, Campos, nº 58, p. 5, 16 ago. 1831. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca38. Acesso em: 16 abr. 2020. **O Monitor**, Campos, nº 83, p. 1, 8 mai. 1839. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_38_2. Acesso em: 16 abr. 2020.

Apesar de não terem sido localizados impressos do Farol Campista, a folha foi mencionada diversas vezes na Aurora Fluminense e nos outros dois jornais de Campos que coexistiram nesse período (Correio Constitucional Campista e o Goitacaz). As menções foram realizadas dentro de um contexto de conflito, visto que posteriormente o Farol, segundo A Aurora e as outras duas folhas campistas, passou a expressar com mais clareza a sua tendência política liberal exaltada. O embate mais ferrenho ocorreu entre o Farol e o Correio, ao ponto de Prudêncio Joaquim de Bessa ser agredido fisicamente por um dos colaboradores do Correio Constitucional Campista, o advogado Francisco Pinto dos Reis Mascarenhas. Há citações do Farol pelo Correio Campista até dezembro de 1831, o que demonstra que esse, assim como o Correio, provavelmente teve uma duração inferior a um ano.¹⁸⁷

O **Goitacaz**,¹⁸⁸ embora de tendência liberal moderada, participou de forma mais modesta das discussões com o Farol Campista, ainda que uma parte considerável de seus textos tenha apresentado reflexões políticas. Seus impressos também eram publicados (aos sábados) na tipografia do português Antônio José da Silva Arcos, proprietário e redator do Correio Constitucional Campista. Sua comercialização era realizada por assinaturas e por jornais avulsos em Campos. Com a epígrafe “O Brasil será dos brasileiros e livre”, o jornal teve seu primeiro número publicado no dia 23 de julho de 1831. Pelo site da Hemeroteca (da Fundação da Biblioteca Nacional) há publicações digitalizadas dessa folha até 6 de fevereiro de 1832, o que significa afirmar que O Goitacaz funcionou durante um período de (no mínimo) seis meses. Com dimensões 30x20, mesmo tamanho do Correio, o jornal continha (na maioria das edições) quatro páginas com duas colunas cada uma. Entre as seções do jornal, as Correspondências estiverem presentes em parte de seus números e variados debates foram realizados com extratos de outros jornais.¹⁸⁹

Por fim, **O Campista**¹⁹⁰ foi o último periódico impresso em Campos nessa fase inicial da imprensa da Província Fluminense. O jornal - que tinha como epígrafe a frase “quem faz voto de dizer a verdade deve ser surdo a amizade e ao ódio” - circulou na cidade no período entre o dia 4 de janeiro de 1834 (data do lançamento de seu primeiro número) e 31 de dezembro

¹⁸⁷ **A Aurora Fluminense**, op. cit; **Correio Constitucional Campista**, Campos, nº 59, p. 3, 23 ago. 1831. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca39. Acesso em 16 abr. 2020; Idem, nº 58, p. 2, 16 ago. 1831; Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca40. Acesso em 16 abr. 2020; Idem, nº 77, p. 3, 30 dez. 1831. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca41. Acesso em 16 abr. 2020.

¹⁸⁸ Ver a imagem desse jornal no ANEXO G - Primeira página do número de lançamento do jornal o Goitacaz (30/07/1831).

¹⁸⁹ **Goitacaz**, Campos, nº 20, p. 1, 23 jul. 1831. Ibidem, nº 24, p. 1, 6 fev. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca42. Acesso em 17 abr. 2020; Goitacaz. **Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_catalogo5. Acesso em 17 abr. 2020.

¹⁹⁰ Ver a imagem desse jornal no ANEXO H – Primeira página do número inaugural do periódico O Campista (04/01/1834).

de mesmo ano (dia em que foi impresso seu último número). Publicava-se às quartas e aos sábados e era impresso com quatro páginas na maioria de suas edições (com duas colunas cada uma e com dimensões 29x20) na tipografia Patriótica, localizada na rua do Conselho nº 94, onde recebiam assinaturas pelo valor de 2\$000 por três meses (pagos adiantados) e onde se vendiam os números avulsos. Além de longos editoriais, o jornal tinha anúncios de venda e espaço (semelhante à seção de Correspondências) onde alguns leitores publicavam seus textos. Em diversos de seus números foram reproduzidos textos de outros jornais.¹⁹¹

Seus proprietários eram os médicos José Gomes da Fonseca Paraíba e Francisco José Alípio. Este último, o Alípio, foi “barbaramente assassinado na sua própria fazenda”, conforme noticiou em seu último número O Campista (com muito pesar). Esse assassinato é considerado como um dos primeiros crimes causados por conflitos em torno da prática jornalística no interior da Província Fluminense. As ideias desse jornal também se direcionavam para a tendência política liberal moderada.¹⁹²

Para Cybelle e Marcello de Ipanema, O Campista teve sua nomenclatura alterada diversas vezes com o decorrer dos anos. Assim, no dia 3 de janeiro de 1835 passou a ser denominado de O Recopilador Campista; no dia 4 de julho de 1838 se tornou O Monitor e no dia 31 de março de 1840, através da fusão entre o Monitor e o Novo Recopilador Campista, mudou para O Monitor Campista. A constatação dos pesquisadores foi endossada pela Fundação da Biblioteca Nacional, que inseriu todos esses jornais como parte integrante de um único periódico a ser pesquisado em sua plataforma: O Monitor Campista. O jornal permaneceu com essa nomenclatura até 2009 (quando encerrou suas publicações), completando, dessa forma, uma história de 175 anos de imprensa.¹⁹³

A quarta região da Província (fora da Corte) que passou a ter periódicos impressos foi Itaboraí. Os capitais obtidos com a produção de açúcar e com o intenso comércio proveniente de sua condição de entreposto comercial, somados à conjuntura política do período, viabilizaram um ambiente propício para a implementação do periodismo impresso na região.

¹⁹¹ **O Campista**, Campos, nº 1, p.1, 4 jan. 1834. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca43. Acesso em: 18 abr. 2020; Ibidem, nº 96, p. 2, 31 dez. 1834. Disponível: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca44. Acesso: 18 abr. 2020; O Campista. **Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/catalogo5_2. Acesso em 18 abr. 2020.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op, cit., p. 164-165; **O Recopilador Campista**, Campos, nº 1, p.1, 3 jan. 1835. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca45. Acesso em 18 abr. 2020. **O Monitor**, Campos, nº 172, p. 1, 28 mar. 1840. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca46. Acesso em 18 abr. 2020.

Foi através da publicação do jornal o **Itaborayense**, lançado em maio de 1832, e do lançamento do periódico **O Severo**, em junho do mesmo ano, que essa prática foi iniciada na vila.¹⁹⁴

A Vila de Valença foi a região seguinte a ter periodismo. Foi no contexto de crescimento da produção de café e na conseqüente disputa de interesses com o advento econômico dessa atividade, que a Sociedade defensora da liberdade e independência nacional da Vila de Valença (congênere da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro) criou, no dia 26 de maio de 1832, um jornal intitulado **O Valenciano**¹⁹⁵. Embora seja o decano da circulação de periódico da região, o jornal não era impresso em Valença, mas sim na “Tipografia Nacional” no Rio de Janeiro. Teve inicialmente como redator o padre João Baptista Soares de Meirelles e posteriormente o padre João Joaquim Ferreira d’Aguiar.¹⁹⁶

A Subscrição do jornal podia ser realizada no Rio de Janeiro (com Evaristo Ferreira da Veiga, Estevão A. de Magalhães e com Thomé Maria da Fonseca) e em Valença (com o Sr. José da Silveira Vargas) pelo valor de “6\$000 rs. por ano e 3\$000 rs por seis meses, pagos adiantados”. Essa folha - com dimensão de 30x21, composta por quatro páginas na maioria dos números e com duas colunas cada uma - também era vendida de forma avulsa e saía “uma vez por semana”. Apesar de ter mantido uma considerável periodicidade, suas publicações alternaram entre sexta e sábado. Entre os meios de informações obtidas pelo jornal, a seção de Correspondência representou um deles.¹⁹⁷

A sua epígrafe é parte do estatuto dessa sociedade de Valença e expressa os objetivos que os fundadores do jornal almejavam. Entre eles, destacam-se a defesa da manutenção da ordem e da tranquilidade pública e a promoção da agricultura, instrução pública, indústria e das artes. Pelos conteúdos publicados, pelo fato de ser Evaristo Ferreira da Veiga (redator da Aurora Fluminense) uma das pessoas a receberem as assinaturas do Valenciano (além de ser um de seus correspondentes no Rio de Janeiro) e a Sociedade que criou o jornal ser uma congênere da

¹⁹⁴ Como forma de atender a organização da estrutura de pesquisa previamente construída, ambos os periódicos (Itaborayense e O Severo) serão analisados no tópico 2.3. Sobre a nomenclatura do jornal o Itaborayense, é importante mencionar que, apesar da semelhança da nomenclatura, não possui nenhuma relação com o periódico Itaborayense (que surgiu em 1862) e nem com O Itaborayense, que iniciou suas atividades em 1895, conforme será explicitado no decorrer deste trabalho.

¹⁹⁵ Ver a imagem do jornal no **ANEXO I - Primeira página da edição nº 1 do jornal O Valenciano (26/05/1832)**. Para saber mais ver: SILVA, Antonio Carlos da. **O cotidiano da imprensa e a imprensa no cotidiano: espaços públicos e a defesa da “lavoura” em Valença no século XIX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016;

¹⁹⁶ **O Valenciano**. Rio de Janeiro, nº 1, p. 1, 26 mai. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca48. Acesso em: 27 abr. 2020. Para saber mais ver: BARROS, Gustavo Abruzzini de. **Imprensa Valenciana. Do provincialismo da era de barões e coronéis ao engatinhar do profissionalismo do século XXI**. Valença: Jornal Local, 2012.

¹⁹⁷ **O Valenciano**. Op. cit. **Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_catalogo7. Acesso em: 27 abr. 2020.

Sociedade defensora da liberdade e da independência nacional do Rio de Janeiro, constata-se que esse jornal defendia a tendência política liberal moderada. Suas atividades foram encerradas na edição nº 50 do dia 20 de setembro de 1833.¹⁹⁸

Por fim, a Vila de Itaguaí representa a última região (fora da Corte) a ter periódico impresso nessa fase inicial da História da Imprensa Fluminense. Foi através da publicação do jornal **O Verdadeiro Cacique** que o periodismo impresso foi inaugurado nessa vila. O jornal *O Sete d' Abril* noticiou que seu lançamento ocorreu no início de julho de 1833 e que sua impressão foi realizada em uma tipografia instalada na própria região de Itaguaí. Além disso, o periódico da Corte caracterizou *O Verdadeiro Cacique* como sendo um “copista dos periódicos dos caramurus”, demonstrando assim que o periódico de Itaguaí noticiava também informações extraídas de outros jornais.¹⁹⁹

Em mesma direção, *A Aurora Fluminense* divulgou alguns trechos desse jornal, denominando-o como “periódico restaurador”, visto que em suas publicações predominava, além das interpretações “positivas” do “regime colonial e do governo absoluto do Sr. D. João 6º”, “louvares a D. Pedro I”. Em um dos trechos, o *Verdadeiro Cacique* publicou que o regime colonial proporcionou um “grau de prosperidade que durou duzentos e tantos anos” o que tornou, segundo o *Cacique*, os brasileiros “merecedores da presença do Monarca” (D. João VI). Em outro trecho, exalta D. Pedro I ao citar que “O Sr. D. Pedro I nos constituiu nação independente (...): os seus serviços são dignos de circunspeção: é ele o herói [...] que nos empossou de todas as fortunas que nossas circunstâncias clamam”. Além disso, há menções que denominam o imperador como “filantrópico Monarca” e o dia de sua abdicação como o “desgraçado 7 de abril de 31”.²⁰⁰

Há uma série de trechos dessa folha publicada na *Aurora*, que demonstra o nível e a dimensão das discussões que esses jornais tiveram entre eles. Assim, torna-se essencial considerar que as subjetividades dos redatores (desses periódicos) impulsionaram a divulgação de matérias que se caracterizaram pela presença de interpretações diferentes sobre a realidade vivida. Assim, enquanto o *Cacique* afirmava que os jornais moderados eram “periódicos infames” que estavam “aniquilando a Nação [e] rompendo as redes da prosperidade” e que

¹⁹⁸ **O Valenciano**. Rio de Janeiro, nº 50, p. 4, 20 set. 1833. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca49. Acesso em: 27 abr. 2020. Para saber mais ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional**. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

¹⁹⁹ **O Sete d' Abril**. Rio de Janeiro, nº 58, p. 3, 16 jul. 1833. Ibidem, nº 77, p. 4, 17 set. 1833. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca50. Acesso em: 28 abr. 2020.

²⁰⁰ **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 794, p. 2-3, 17 jul. 1833. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca51. Acesso em: 28 abr. 2020.

“Evaristo [era] um monstro de iniquidade”, A Aurora publicava que “nunca [viu] Cacique mais retrógrado e servil”.²⁰¹ Além disso, noticiava episódios com condutas negativas de pessoas que supostamente teriam trabalhado no jornal, como a fuga de “um tal Mozinho” que, segundo A Aurora, era um condenado que teria trabalhado como “redator do Verdadeiro Cacique de Itaguaí”. Como esses debates (que ocorriam de forma contínua) cessaram, sendo a última menção ao Cacique realizada em março de 1834, isso possibilita supor que o periódico de Itaguaí tenha encerrado suas atividades próximas a esse período, funcionando (provavelmente) durante um período próximo de 8 meses.²⁰²

Sobre os conflitos do período noticiados nos periódicos e a escrita utilizada nesses embates, o itaboraiense e pesquisador Manuel Duarte Moreira de Azevedo realizou uma contextualização do período argumentando (em seu trabalho publicado pelo IHGB em 1865) “que essa era uma época de exaltação, de agitação política; os partidos lutam na imprensa, e é veemente e imprópria a linguagem de que se servem; muitos periódicos transformam-se em pasquins.” Para Azevedo, a “notícia da revolução francesa de 1830 exacerbou os ânimos, que mais exaltados se mostram depois dos acontecimentos de 7 de abril de 1831; tornou-se o estilo da imprensa periódica insultuoso e desonesto; a crítica ferina e a sátira [...] nada respeitavam.”²⁰³

Na mesma direção, o jornalista e historiador José Veríssimo de Matos caracterizou, no início do século XX, esse contexto como sendo um período de considerável produção do jornalismo político, argumentando que

não cessou no Rio de Janeiro o aparecimento de jornais e periódicos nesses tempos de agitação e de intensa vida política de uma nacionalidade que se constitui. A maior parte deles durava pouco, e os seus títulos denunciavam a época e seus sentimentos [...]. Esta febre de jornalismo político, que todo ele o era, durou até os anos de 1840, quando normaliza a situação do país, organizados os dois grandes partidos constitucionais, não havia lugar para a copiosa, embora efêmera manifestação de opiniões, ideias, animosidades particulares, por não haver mais quem por elas tanto se interessasse.²⁰⁴

É relevante considerar que o início da expansão do periodismo na Província do Rio de Janeiro - apresentado aqui pela crescente publicação de jornais nessa fase inicial - é parte

²⁰¹ Idem, grifo meu.

²⁰² Ibidem, nº 887, p. 4, 14 mar. 1834. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca52. Acesso em: 28 abr. 2020.

²⁰³ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro**. RIHGB. RJ: B. L. Garnier, tomo XXVIII, parte 2ª, 1865, p. 194-197. Disponível: <https://cutt.ly/rihgb2>. Acesso: 5 jun. 2019.

²⁰⁴ MATOS, José Veríssimo de. A Imprensa. In: **Livro do Centenário (1500-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol 1, 1900, p. 40.

integrante de um contexto mais amplo. Sobre esse período, o pesquisador Marcelo Basile argumenta que

durante as regências, particularmente entre 1831 e 1833, as publicações periódicas alcançaram o mais alto nível quantitativo observado em toda a primeira metade do século. Explicam o fenômeno a vacância do trono, o acirramento dos conflitos no interior das elites política e intelectual, o desenvolvimento da esfera pública política, os debates acerca das reformas constitucionais e a proliferação de tipografias.²⁰⁵

Para Cybelle e Marcello de Ipanema, as razões da implantação e do desenvolvimento (assim como da estagnação e do declínio) de periódicos impressos na Província Fluminense estão ligados a inúmeros fatores sociais, econômicos e políticos. De acordo com eles,

as razões da expansão são muitas e variadas, relacionadas a fatores gerais da conjuntura do país ou outros. Condições ligadas ao público para que se destinavam esses veículos, veleidades literárias de alguns, disponibilidades de outros, para manter e levar as empresas adiante, efervescência pré-eleitoral, acontecimentos marcantes, nacionais ou locais, riqueza econômica, prestígio, tudo entra na linha de conta da criação de tipografia e jornal, reflexo e móvel da sociedade.²⁰⁶

Esses autores destacaram que na “Velha Província” “a expansão não se deu por força dos caminhos, isso é, por uma razão incoercível de vizinhança pois se observa que brotava a imprensa, no mesmo ano ou próximos, em pontos diametralmente opostos”, como em Niterói e Resende; Campos e Itaguaí; e Itaboraí e Valença.

2.3 - Os primeiros impressos locais: o Itaborayense e O Severo

A análise deste tópico utilizou como fontes primárias o jornal O Severo (12 números microfilmados localizados no setor de periódicos) e as menções desse periódico e do Itaborayense publicadas nos jornais A Aurora Fluminense, Diário do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio. Além disso, utilizou-se também os periódicos O Grito da Pátria Contra os Anarquistas e O Nacional, pois estas folhas publicizaram fatos entrelaçados entre a imprensa local e a disputa política em Itaboraí. Com a exceção do Severo, esses jornais foram produzidos na Corte Imperial. Toda essa documentação é parte integrante do acervo da Fundação da Biblioteca Nacional.²⁰⁷

²⁰⁵ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Regência e Imprensa: percursos historiográficos**. Almanack, Guarulhos, n. 20, p. 1-9, dez. 2018, p. 4-5. Disponível em: https://cutt.ly/revista_almanack. Acesso em 9 jan. 2020.

²⁰⁶ IPANEMA, op. cit., p. 41.

²⁰⁷ Soma-se a esse registro uma estatística populacional publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Vale destacar que as menções sobre jornais de Itaboraí realizadas em outros periódicos, além de representarem um valioso registro documental, contribuem para compreender a dimensão da circulação de informações dos impressos locais em outras regiões, suas redes de sociabilidades, o nível da distribuição (e venda) de suas edições e para suprir ausências geradas pela inexistência de periódicos impressos, que se deterioraram ou se perderam com o decorrer do tempo.

Esse recurso de pesquisa se tornou possível porque os jornais do período, como argumentou Marialva Barbosa, criaram um “sistema complexo de autorreferenciação”, visto que esses periódicos citavam “uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado”. Isso contribuiu para dinamizar a circulação dos impressos em variadas regiões, sobretudo na Corte Imperial e nas capitais das províncias, gerando uma rede interligada aos “circuitos letrados”. Para Barbosa, “os jornalistas do século XIX escrevem também para eles mesmos”.²⁰⁸

As informações extraídas desses registros contribuíram para a localização de um jornal que até então não tinha sido citado na história da cidade (Itaborayense) e para a análise mais ampla de outro que, embora já tenha sido apresentado, foi mencionado de forma extremamente sucinta e acompanhado de alguns equívocos (O Severo). Após realizadas essas observações, inicia-se a análise desses periódicos.

A implementação do periodismo em Itaboraí ocorreu no ano de 1832. Na época, esse território ainda estava sob a condição de freguesia da Vila de Santo Antônio de Sá. Nesse período (conforme demonstrado no capítulo anterior), poucas eram as regiões na Província do Rio de Janeiro que possuíam a circulação de periódicos fora da Corte Imperial.

Até o presente estudo, não existem pesquisas que tenham priorizado a análise da História da Imprensa de Itaboraí, sobretudo em relação ao período Imperial e a Primeira República. No máximo, existem algumas menções em formato de listas resultantes do ato de inventariar. A temática da Imprensa no município é citada como um complemento de alguma análise ou dentro de um quadro geral do Estado do Rio de Janeiro. Destaca-se com essa perspectiva o trabalho de Cybelle de Ipanema e Marcello de Ipanema.²⁰⁹

Apesar da expressiva contribuição que esses historiadores proporcionaram para a Imprensa Fluminense, a presente pesquisa, amparada com recursos tecnológicos mais avançados que os de suas épocas, apresenta novas constatações que refutam algumas de suas afirmações em relação ao surgimento do periodismo em Itaboraí. Isso porque para esses

²⁰⁸ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Op. cit., p. 62.

²⁰⁹ Ipanema, Cybelle; IPANEMA, Marcello. **Imprensa Fluminense...**, op, cit.

pesquisadores o periodismo foi implementado na cidade a partir das publicações do jornal “O Severo”. Segundo eles, foi esse jornal “o decano do jornalismo local”. Marcello de Ipanema, em um de seus mandatos no Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, proferiu um discurso (em 1981) sobre a História da Imprensa de Itaboraí e ao fazê-lo destacou que “o primeiro [jornal] a ser impresso e circular naquela cidade foi O Severo, 1832, na Tipografia Patriótica de Itaboraí”.²¹⁰

A partir da análise dos dados disponibilizados pela Hemeroteca Digital foi possível constatar que o primeiro periódico local que circulou na cidade foi o **Itaborayense** e não O Severo. Dos poucos registros localizados que citam o Itaborayense, um dos mais importantes é o texto que faz referência ao seu Prospecto (editorial inaugural), sendo este publicado no jornal A Aurora Fluminense.

A Aurora, após mencionar o nome do jornal e sua região de origem (“Vimos o prospecto do Itaborihense, jornal [...] [de] Itaboraí”), apresentou sua tendência política: “parece pertencer a comunhão exaltada e projetar fazer calorosa oposição ao Governo”. O jornal carioca, de tendência liberal moderada, questionou o conteúdo do prospecto, caracterizando-o como ingênuas as expectativas do Itaborayense em relação à abdicação de D. Pedro I e distante da realidade política do período, o que, segundo A Aurora, explicaria os motivos das críticas do Itaborayense na Regência. Segundo A Aurora, “o seu redator, segundo nos declara, no dia 7 de abril fantasiou ao Brasil toda a sorte de prosperidades e grandezas, estradas, canais, esquadras, finanças melhoradas, fabricas, navegação e comércio”, pois, como argumentou o jornal carioca, “acordando do seu letargo, e não achando nenhuma destas coisas, indigna-se contra a administração, em cujas mãos caiu o leme do Governo”.²¹¹

Essa abordagem que A Aurora Fluminense realizou no Prospecto do Itaborayense se insere no contexto de luta de representações e de disputa na opinião pública, pois, segundo Marcello Basile, os moderados acusavam (como forma de desqualificar como insensato e inviável) as reformas pleiteadas pelos exaltados de serem meramente inspiradas em princípios idealistas metafísicos, contrárias à realidade brasileira.²¹²

Contudo, A Aurora Fluminense também mencionou o ponto de convergência liberal entre os jornais. Sem deixar de depreciá-lo, endossou a crítica presente no Prospecto contra os

²¹⁰ Ibidem, p. 116, grifo meu. Da mesma forma, o historiador Osvaldo Luiz Ferreira, embora tenha proporcionado contribuições relevantes para a produção da história de Itaboraí, também se equivocou ao afirmar, em uma breve lista que escreveu sobre jornais locais, que “a imprensa itaboraiense teve o seu primeiro jornal a circular em 1832, quando foi lançado o jornal O Severo”. FERREIRA, Osvaldo Luiz. **Itaboraí ontem e hoje...** Op. cit., p. 81.

²¹¹ **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 630, p. 3-4, 18 mai. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca53. Acesso em 10 jan. 2020, grifo meu.

²¹² BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na Imprensa Fluminense..., op. cit., p. 77.

restauradores: “Todavia, se a razão do Itaborihense não parece bem desenvolvida, e se ele sonha, quando deveria raciocinar; por outro lado, os seus sentimentos são dignos de louvor, quando por exemplo falando da derradeira tentativa dos restauradores.”²¹³

Após escrever essas observações, esse periódico, ao fazer referência aos conflitos entre liberais e restauradores, mencionou o único trecho (localizado até o momento) extraído do próprio jornal Itaborayense:

Apareceu uma facção com o nome de caramurus, inculcando sem reboço ao Brasil a volta do ente mais pernicioso, e ousou (que atrevimento!) proclamá-lo com as armas na mão! [...] saabei que a inimizade, ainda a mais justa entre brasileiros cessa no momento em que soar o nome de vosso senhor.²¹⁴

Nesse contexto, o Brasil estava sendo conduzido pela Regência. Essa forma de governo, prevista na Constituição Política do Império, representou a saída mais legítima para dar normalidade política à situação criada após a abdicação de D. Pedro I. Ainda assim, o clima do período era extremamente conturbado, o que contribuiu diretamente para que os jornais se dividissem em função de tendências políticas em disputa, como foi o caso da Aurora Fluminense com o Itaborayense.²¹⁵

A data da edição da Aurora Fluminense que divulgou o texto do Prospecto, dia 18 de maio de 1832, já assinala que o Itaborayense foi o primeiro jornal publicado em Itaboraí. Isso porque O Severo, defendido por Marcello de Ipanema como o primeiro impresso produzido na vila, só teve seu número inicial impresso no dia 10 de junho de 1832.²¹⁶ Sendo o Prospecto publicado no dia 18 de maio na Aurora, viabiliza afirmar que o Itaborayense foi lançado antes dessa data ou próxima a ela. Vale frisar que os próprios historiadores Cybelle e Marcelo de Ipanema destacaram que “geralmente, os anúncios de saída das folhas [Prospecto] acompanhavam em proximidade as datas em que ocorriam. Se não rigorosamente exatos, servem como balizas”.²¹⁷

Através da comparação das informações citadas no Prospecto do Itaborayense com a menção de venda de alguns de seus números, é possível afirmar que o periódico também era vendido na Corte Imperial por \$40 rs. (réis), podendo ser comprado, e assinado, na casa de Brito situada na Praça da Constituição. Além disso, as informações presentes nesses registros

²¹³ **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 630...Op., cit.

²¹⁴ *Ibidem*.

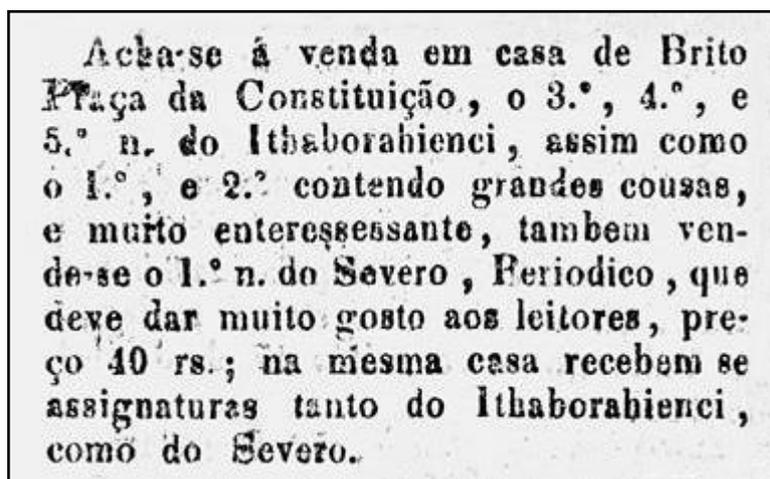
²¹⁵ SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **Brasil uma biografia**. SP: Companhia das Letras, 2015, p. 248.

²¹⁶ **O Severo**, Itaboraí, nº 1, p. 1, 10 jun. 1832.

²¹⁷ IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello. **Imprensa Fluminense...**, op, cit., p. 312, grifo meu.

demonstram que o jornal foi lançado no dia 12 de maio de 1832, inaugurando, assim, a imprensa periódica em Itaboraí.²¹⁸ Como forma de dar visibilidade à comprovação da existência do periódico Itaborayense (e de mostrar seu pioneirismo na vila), segue abaixo um anúncio da seção de “Obras Publicadas”, do Diário do Rio de Janeiro, divulgando a venda dos dois primeiros jornais de Itaboraí.

Figura 3 - Anúncio de venda dos jornais Itaborahyense e O Severo na imprensa da Corte (1832)



Acba-se á venda em casa de Brito Praça da Constituição, o 3.º, 4.º, e 5.º n. do Itaborahyenci, assim como o 1.º, e 2.º contendo grandes cousas, e muito entressessante, também vende-se o 1.º n. do Severo, Periodico, que deve dar muito gosto aos leitores, preço 40 rs.; na mesma casa recebem se assignaturas tanto do Itaborahyenci, como do Severo.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro (Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional)²¹⁹

Das poucas informações localizadas sobre o conteúdo publicado nesse jornal, foi possível perceber que entre os temas debatidos estiveram presentes questões referentes às disputas ideológicas das tendências políticas do período e a defesa do casamento de padres. Este posicionamento se chocou com um dos principais valores do catolicismo: o celibato. Um artigo divulgado na Correspondência do jornal O Severo publicizou a polêmica que ocorreu em Itaboraí sobre esse assunto: “Sr. Redator do Severo. - Vi no Itaborayense uma correspondência teológica sobre o casamento dos Padres [...]. A doutrina ali magistralmente sustentada, me pareceu digna da maior atenção”.²²⁰

²¹⁸ **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 630, p. 3-4, 18 mai. 1832, op. cit; **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 17, p. 1, 25 de jun. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca54. Acesso em 12 jan. 2020; A partir das informações obtidas dos registros citados, o dia da inauguração do jornal pôde ser confirmado com o uso do **Calendário Perpétuo** para o ano de 1832. Disponível em: <http://ghiorzi.org/caleperp.htm>. Acesso em 1 fev. 2020.

²¹⁹ **Diário do Rio de Janeiro**, op. cit.

²²⁰ **O Severo**, Itaboraí, nº 3, p. 1, 24 jun. 1832. A abolição do celibato teve Diogo Antônio Feijó (futuro Regente) como um de seus principais defensores. Para ele o celibato não constituía um dogma e sim assunto disciplinar da igreja. Sua defesa foi realizada como forma de moralizar o clero brasileiro e com isso atender as demandas do Estado nacional. Ver: LOURENÇO, Lais da Silva; SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Entre o dogma e a disciplina:**

Em relação ao início da impressão de jornais em Itaboraí, há uma menção publicada pelo jornal *O Grito da Pátria Contra os Anarquistas*, no dia 10 de março de 1832, questionando os liberais exaltados da Corte de terem levado uma tipografia para ser instalada nessa vila. O periódico noticia esse fato, atacando esses indivíduos e conclamando para que as autoridades locais impedissem a atuação desse grupo na região.

Somos mais propensos a crer, que os de Itaboraí cobrir-se-ão de vergonha, vendo refugiados em seu solo homens bandidos da Corte, detestados pelas perturbações que causado a sociedade e tão conhecidos pela imoralidade e porcaria de seus escritos nojentos; e que o Juri daquele lugar provavelmente composto de proprietários, e não de farroupilhas, ensinarão a esses aventureiros que Itaboraí, apesar de lugarejo, não presta asilo a hordas de homens que [...] nos julgam ainda no estado selvagem ou procuram fazer-nos retroceder para ele.²²¹

Como foram liberais exaltados que levaram essa tipografia para Itaboraí, tudo indica que foi nesse espaço tipográfico onde se imprimiu o *Itaborayense*, visto que esse jornal também compartilhava dessa vertente ideológica. Além disso, a proximidade de tempo da notícia - da instalação desse espaço de impressão - com a data em que as publicações desse jornal foram iniciadas (em torno de dois meses) reforçam essa constatação, visto que as dificuldades para se montar uma tipografia e começar as publicações de um periódico, nesse período, impediam que o início das impressões ocorresse em curto prazo de tempo.

O jornal atrela a ação dessas pessoas ao jornalista Queiroz (João Baptista de Queiroz), redator do *Matraca dos Farroupilhas* e, posteriormente, colaborador na *Nova Luz Brasileira*. Queiroz era atuante no campo ideológico do liberalismo exaltado nos anos de 1831 e 1832 na Corte Imperial. Essa matéria demonstra que a implementação da tipografia e do periodismo impresso em Itaboraí é fruto de projetos de nação em disputa e da expansão de uma cultura política liberal para fora da Corte Imperial. A participação de indivíduos residentes na Corte na implementação da imprensa na região mostra a existência de uma rede de sociabilidade construída (entre agentes sociais locais e de fora) em prol da propagação de ideias e da busca pelo predomínio de suas concepções políticas na opinião pública do período.

A implementação da tipografia e o início das publicações do *Itaborayense* viabilizaram a formação de uma esfera pública na vila baseada na imprensa (constituída inicialmente para a manifestação da ação política), contribuindo, dessa maneira, para a propagação (na região) de

a polêmica sobre o celibato no contexto da hegemonia liberal-regalista (1826-1842). Rev. Teo&CR, Recife, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, p. 417-437. Disponível em: https://cutt.ly/revista_unicap. Acesso: 13 jan. 2020.

²²¹ **O Grito da Pátria Contra os Anarquistas**, Rio de Janeiro, nº 39, p. 1, 10 mar. 1832. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca56>. Acesso em: 8 ago. 2019;

uma cultura política caracterizada pelas ideias liberais e pela publicização da informação. Isso porque compõem a cultura política de uma sociedade, como afirmou Giacomo Sani, “os conhecimentos, ou melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos as instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto.”²²²

O início da imprensa em Itaboraí proporcionou as condições ideais para o desenvolvimento da esfera pública na vila, na medida em que viabilizou um espaço onde diferentes agentes sociais locais passaram a manifestar (de forma pública) suas opiniões sobre assuntos de interesse geral, pois, como demonstrou Jünger Habermas, um “sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública” e “sua função crítica é que se refere a publicidade”.²²³

Na concepção de Habermas existem duas esferas públicas: a literária, onde ocorrem o debate público e a formação da opinião pública; e a política, proveniente da primeira, que atua como intermediária entre a sociedade civil e o Estado. É relevante considerar que a imprensa está inserida em ambas as esferas, seja atuando como órgão da formação da opinião pública ou como espaços de sociabilidades políticas. É partindo desse princípio que a implementação da tipografia do Itaborayense e a circulação de seus números na vila contribuíram para o desenvolvimento de uma esfera pública em Itaboraí.²²⁴

Embora sejam poucas as informações localizadas sobre o Itaborayense, os dados encontrados viabilizaram compreender os seguintes pontos sobre o jornal: foi o primeiro periódico local impresso em Itaboraí e sua tipografia a primeira a ser instalada na vila; apresentou uma tendência ideológica liberal exaltada; publicou matérias questionando o quadro político do país e teológico; possuiu uma seção de correspondência; possuiu a intenção de manter uma periodicidade semanal; foi citado por outros jornais com nomenclaturas diferentes (Itaborihense, Itaborahienci, Itaborahyense e Itaborayense); e foi vendido de forma avulsa e por assinaturas dentro e fora de Itaboraí (sobretudo na Corte Imperial).²²⁵

Apesar de ter sido realizada uma considerável pesquisa nos acervos visitados, não foram localizadas mais menções sobre esse periódico além das que foram apresentadas, o que possibilita supor que o seu tempo de funcionalidade tenha sido curto. Pela análise das fontes, levando em conta a primeira e a última menção localizadas, constatou-se que o jornal circulou

²²² SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 1995, p. 306.

²²³ HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da esfera pública...** Op. cit., p. 14.

²²⁴ Ibidem, p. 68-75.

²²⁵ Embora tenha sido constatada a menção de várias nomenclaturas do jornal, optou-se por utilizar o termo Itaborayense, conforme foi citada no jornal local O Severo.

(no mínimo) em torno de dois meses. A defesa de ideias consideradas radicais para a época pode ter contribuído para o seu curto tempo de funcionamento.

Por fim, vale destacar que as menções do questionamento à Regência (caracterizado pelo liberalismo exaltado), assim como a defesa da proposta de abolição do celibato, demonstra que a participação desse periódico na opinião pública girou em torno de publicações de matérias que acompanharam as discussões que ocorriam em quase todo o país no período, pois participou tanto dos embates políticos em torno das discussões dos projetos que conduziriam o país, assim como das polêmicas institucionais de caráter religioso.

Como já foi comprovado, o segundo periódico que circulou em Itaboraí foi **O Severo**, lançado no dia 10 de junho de 1832 e impresso na “Tipografia Patriótica de Itaboraí”. Na página inicial do primeiro número, os princípios de liberdade e de decência pública foram destacados como pressupostos de sua atuação jornalística.²²⁶

No seu prospecto de uma página, logo no início, é assinalado que seus leitores são pessoas “de todos os sexos e idades”, não apresentando, dessa maneira, um perfil específico de leitor. O jornal saía aos domingos, possuía um “formato pequeno” (com dimensões de 20x15), e seus números tiveram uma predominância de quatro páginas com texto impresso em apenas uma coluna.²²⁷

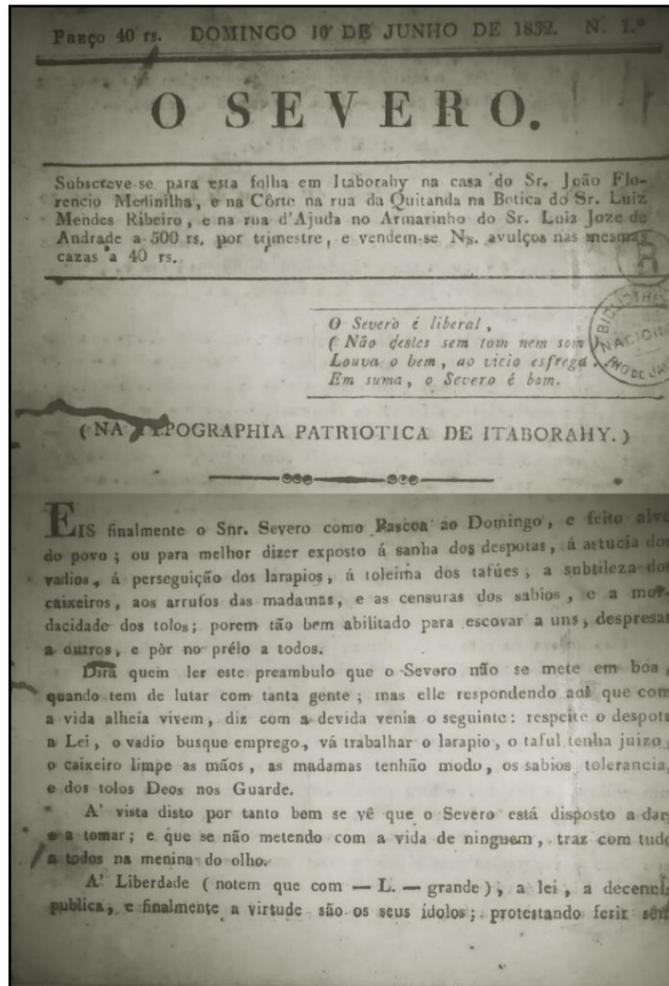
Conforme foi divulgado em seu cabeçalho, O Severo podia ser comercializado por assinaturas no valor de \$500 rs por trimestre e de forma avulsa pelo valor de \$40 rs cada edição. As duas formas de venda do jornal podiam ser realizadas em Itaboraí (na casa do Sr. João Florêncio Medinilha) e na Corte (na rua da Quitanda na Botica do Sr. Luiz Mendes Ribeiro e na rua da Ajuda no Armarinho do Sr. Luiz Jose de Andrade), como pode ser visualizado na imagem seguinte.²²⁸

²²⁶ **O Severo**, Itaboraí, nº 1, p. 1, 10 jun. 1832.

²²⁷ Prospecto. **O Severo**, Itaboraí, nº 1, p. 1, 10 de jun. de 1832; **O Severo**. **Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/catalogo7_2. Acesso em: 10 ago. 2019.

²²⁸ **O Severo**, Itaboraí, nº 1, p. 1...Op. cit.

Figura 4 - Primeira página do nº 1 do jornal O Severo (1832)



Fonte: O Severo (Biblioteca Nacional)²²⁹

Seus artigos foram organizados em quatro partes: 1º - Itaboraá, que apresentava os interesses da freguesia de forma geral, incluindo informações referentes aos trabalhos da Câmara Municipal e dos juizes de paz; 2º - Preços correntes, onde eram publicados os preços dos gêneros exportáveis e importáveis citados pelos jornais da Corte; 3º - Anúncios e Correspondências, artigos com informações provenientes de indivíduos que queriam tornar públicas algumas de suas particularidades, assim como a divulgação de posicionamentos de fatos ocorridos; e 4º - Variedades, textos com diversas características e portanto, sem uma especificação definida.²³⁰

A partir de seu 8º número, o jornal divulgou alterações em relação aos responsáveis em receber as assinaturas, as correspondências e pela distribuição do periódico: "Subscriteve-se a

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Prospecto. *O Severo*. Op. Cit.; *O Severo. Catálogo de Periódicos...* Op. Cit.

500 rs. por três meses em Itaboraí, nas casas dos Srs. J. F. Medilha e João Hilário de Menezes Drumond. Vendem-se os ns. avulsos nas mesmas casas e na corte na de Mr. Plancher.”²³¹

Cybelle e Marcelo de Ipanema argumentaram que, de forma geral, as assinaturas representaram o “apoio-base” para lançar e manter o jornal no período. As divulgações dos locais de vendas no cabeçalho (sejam na vila ou fora dela) tinham como objetivo conquistar o maior número possível de subscritores, seja pelo pagamento antecipado (que era a preferência) ou pelas contribuições parciais que pudessem, no mínimo, cobrir as despesas do empreendimento tipográfico.²³²

Em sua epígrafe foi publicado o lema que o jornal anunciava seguir: “O Severo é liberal, (Não destes sem tom nem som) louva o bem, ao vicio esfrega. Em suma, o Severo é bom.”²³³ Em relação ao título, o historiador Hélio Vianna ao analisar o periódico intitulado “O Teatrinho do Senhor Severo”, assinalou que o termo “Severo” refletia “um tipo popular já incluído na imprensa da época”, como pode ser observado também, segundo Vianna, no “pasquim O Buscapé”, visto que este noticiou algumas frases com esse termo: “não zanguem, porque todo o mundo sabe que o Sr. Severo é bom” e “viagem no Simplório com o Sr. Severo à retaguarda”.²³⁴

Em relação à forma como os escritos eram publicados, o Jornal do Commercio - ao divulgar a venda do Severo na seção de “Obras publicadas” – divulgou que as “matérias são entrelaçadas com reflexões do Severo, em estilo epigramático”. Ou seja, as matérias eram publicizadas (sobretudo as correspondências) com intervenções satíricas e críticas do redator.²³⁵ Entre os temas que se destacaram, encontram-se as abordagens políticas apresentadas por esse estilo de escrita.

Consta por pessoa, que merece o credito que lhe quiserem dar, que se fez uma nova descoberta no mundo da Lua, onde se acham armazéns bem sortidos de orelhas, para se venderem aos que são surdos aos gemidos dos infelizes; e grande abundância de olhos para se venderem aos políticos, que neste mundo ainda não puderam ver os verdadeiros interesses da Pátria.²³⁶

Nos debates públicos divulgados no jornal O Severo, um texto publicado na seção de Correspondência (seção que não representava o posicionamento do jornal) - assinado com o

²³¹ **O Severo**, Itaboraí, nº 3, p. 1, 24 jun. 1832; *Ibidem*, nº 8, p.1, 29 jul. 1832.

²³² Cybelle; IPANEMA, Marcello. **Imprensa Fluminense...**, *op. cit.*, p. 316.

²³³ **O Severo**, Itaboraí, nº 1, p. 1, 10 jun. 1832;

²³⁴ VIANNA, Helio. **Contribuição à história...**, *op. cit.*, p. 201 e 124.

²³⁵ Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, nº 262, p. 2, 30 jul. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_57. Acesso em: 10 ago. 2019.

²³⁶ **O Severo**, Itaboraí, nº 3, p. 3, 24 jun. 1832.

pseudônimo de “Um da G. N” - teve um destaque considerável. Essa correspondência criticou algumas publicações realizadas pela Aurora Fluminense, entre elas, a edição de nº 616 do dia 13 de abril, que assinalou que “em Itaboraí os exaltados conseguiram apossar-se de quase todos os lugares da Oficialidade da G. Nacional” e a de nº 647, publicada em 4 de julho, noticiando que a eleição dos oficiais da Guarda Nacional, nas “paróquias de Itaboraí [...] foram em geral bem tristes, [...] dando-se preferência a indivíduos recentemente chegados e sem estabelecimento, sobre cidadãos afazendados e gozando antigo conceito no país”.²³⁷

O autor do texto respondeu as informações publicadas pela Aurora, alegando que a postura do jornal carioca era devido a sua identificação ideológica, pois, para ele, A Aurora Fluminense fez as críticas em relação a Itaboraí porque queria “desunir, provocar, ou injuriar aqueles que não capitulam com a - santa moderação evaristada”²³⁸. Além disso, ele argumentou que o objetivo da Aurora Fluminense era deslegitimar as eleições, pois, segundo o autor do texto, os indivíduos de mesma tendência política do jornal da Corte não saíram vitoriosos na região.²³⁹

Em alguns trabalhos da historiografia sobre a imprensa nesse período - como por exemplo o estudo de Ivana Stolze Lima -, é assinalado que A Aurora Fluminense era um dos principais jornais mencionados por outros periódicos.²⁴⁰ Em mesma direção, Marialva Barbosa argumenta que “o que lá havia sido publicado era contestado, reproduzido, comentado em outros periódicos do período. Assim, as polêmicas ecoam primeiro em outras publicações e, concomitantemente, nas práticas do mundo oral.”²⁴¹ Essas constatações dessas historiadoras, somadas aos anseios locais, contextualizam as indagações e questionamentos que levaram o leitor do Severo (“Um da G. N”) a responder as publicações da Aurora Fluminense.

A temática da restauração de D. Pedro I também fez parte das discussões noticiadas no jornal. Um texto assinado pelo pseudônimo “Um da Roça” possibilitou compreender o clima de conflitos em torno dessa questão. Um recurso de escrita utilizado nesse texto, e presente em diversos outros do periódico, foi o uso de perguntas retóricas para questionar o tema debatido: “Sr. Redator. – [...] haverá ainda quem suspire pela restauração de um governo onde tantas desgraças nos vieram? Pretendemos acaso, Sr. redator, que a nossa terra retroceda à venturosa

²³⁷ **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 616, p. 4, 13 abr. 1832; Ibidem, nº 647, p. 2, 4 jul. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca55. Acesso em 16 jan. 2020.

²³⁸ Expressão utilizada para fazer referência ao liberalismo moderado de Evaristo Ferreira da Veiga Barros, redator da Aurora Fluminense.

²³⁹ **O Severo**, Itaboraí, nº 7, p. 1-2, 22 jul. 1832.

²⁴⁰ LIMA, Ivana Stolze. Cabra gente brasileira do gentio da Guine: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro (1831-1833). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

²⁴¹ BARBOSA, Marialva. **História...Brasil 1800-1900**, op. cit., p. 55.

condição de – Colônia portuguesa?” O autor do texto conclui demonstrando o seu repúdio aqueles que compartilhavam a defesa da restauração na vila: “Sr. R. se essa gente desgraçada suspira, ou tem saudades do patricio, que o busque nos mares da santa terrinha e deixem de uma vez de respirar o nosso ar. O Brasil é nosso [...]; os brasileiros só precisam de liberdade e paz.” O redator responde a essas indagações buscando minimizar o tom de conflito: “a restauração não é tão fácil quanto se imagina, embora a caramuruada assim o creia”.²⁴²

O Severo também realizou diversas publicações sobre os principais fatos políticos que ocorriam na Corte. Entre essas matérias, noticiou um texto de um correspondente mencionando que “deu-se por demitido o ministro Feijó, e em seu seguimento o resto do ministério e a Regência”.²⁴³

Sobre as temáticas discutidas na imprensa desse período, de forma geral, Marialva Barbosa menciona que “a defesa da Constituição, a abdicação, o governo regencial, a atuação dos ministros, os debates na Câmara dos Deputados, a criação do Código Criminal e da Guarda Nacional são alguns dos conteúdos mais recorrentes” desse contexto. Portanto, diversos temas publicados no Severo também acompanharam as discussões que se destacaram na opinião pública presente nos periódicos da Corte Imperial.

Em relação às manifestações culturais, o jornal praticamente não abordou a temática. A única exceção foi a publicação de uma correspondência, assinada por um pseudônimo intitulado “Um que anda em sortes”, denunciando uma situação desenvolvida em torno da Festa do Divino Espírito Santo. O texto apresentou o fato como um “enigma custoso de resolver na Freguesia de Itaboraí”. Ao se dirigir ao redator do jornal escreveu que

tem a Devoção do Divino Espírito Santo uma morada de casas no arraial, que os antigos bem feitores à custa de suas fadigas fizeram para abrigo dos festeiros que aceitassem em fazer a festa do Divino; mas ainda está para ser o primeiro que se utilizasse deste prédio, nem do seu rendimento! Todos mendigão, na ocasião precisa, casas para se abrigarem; ela está alugada por 82:000 rs. anuais; o inquilino diz que paga; os festeiros dizem que não recebem; não se sabe quem recolhe este dinheiro, ou no que se evapora; passa a Devoção não tem um só vintém de despesa. Portanto, queira esclarecer este negócio pela sua folha, no que lhe ficará obrigado.²⁴⁴

Como demonstrou a historiadora Martha Abreu, a Festa do Divino Espírito Santo é uma manifestação religiosa popular praticada no Brasil desde o período colonial, onde o sagrado e o profano coexistiram. No século XIX, essa festa (considerada como uma prática católica) era

²⁴² O Severo, Itaboraí, nº 8, p. 1-2, 29 jul. 1832.

²⁴³ O Severo, Itaboraí, nº 10, p. 1-3, 12 ago. 1832.

²⁴⁴ O Severo, Itaboraí, nº 5, p. 1, 8 jul. 1832.

realizada acompanhada de “música, dança, mascaradas e fogos de artifício”, onde “pessoas das mais variadas condições participavam”. Nesse período, segundo Abreu, as festas do Divino se realizavam “com muita pompa em várias cidades”, sendo apontadas pelos contemporâneos da época “como as mais populares do país”.²⁴⁵

Como as festas pertencem ao contexto social que as comemora, a denúncia realizada pelo correspondente demonstra, além do fato em si, o senso de coletividade que existia em torno da festa do Divino, visto que a edificação mencionada possuía como função social abrigar os participantes da festa, ainda que seu sentido original tenha sido distorcido, conforme foi noticiado pelo jornal.

A resposta do redator do periódico mostra um certo distanciamento deste com a manifestação cultural citada, ainda que atenda, em parte, ao denunciante, pois questionou a cobrança indevida do aluguel do prédio que deveria abrigar os festeiros.

O Severo, apesar de não ser profano, entende pouco de negócios sagrados [...]. Que por serviço de Deus, e honra de seus devotos, seria muito conveniente que ouvisse menos quem negociasse – para Santos – A Devoção do Divino Espírito precisa de ajuda, por ser a mais pesada desta Paróquia, e por isso muito conviria que um só ceitel que lhe pertencesse, não fosse distraído de sua devida aplicação. Porém, se como diz o nosso correspondente, ela não tem despesas particulares, e a festa é feita pelos – Srs. Imperadores – para que conserva prédios alugados? Será tão somente pelo gostinho de pôr os atropelados festeiros no olho da rua?²⁴⁶

É relevante destacar que a população negra local quase não foi citada pelos números analisados do jornal. Uma das menções realizadas foi em um anúncio que noticiava a prisão de um escravizado. Segundo a matéria, “na Cadeia da Vila de Macacu se acha preso um escravo de nome Severianno, de nação Moçambique, de idade de 22 anos pouco mais ou menos, estatura ordinária, [...] apreendido pelo Juízo de cativos por fugido.”²⁴⁷

O quantitativo populacional e a quantidade de casas (fogos) foram publicizados em um dos seus números. Essas informações possibilitaram saber o total de escravizados da freguesia nesse período. A comparação desses dados com o Mapa Populacional de 1821 demonstrou que houve um aumento da movimentação populacional e urbana da Freguesia de São João de Itaboraí. Em 1821, a localidade possuía 1250 fogos (casas), 4517 pessoas livres e 6564 escravizados, passando a ter, em 1832, segundo o jornal, 1566 fogos, 5148 habitantes livres e 7109 pessoas escravizadas. Portanto, no período de 12 anos, ocorreu nessa freguesia um

²⁴⁵ ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 33-40.

²⁴⁶ **O Severo**, Itaboraí, n° 5, p. 1-2, 8 jul. 1832.

²⁴⁷ **O Severo**, Itaboraí, n° 3, p. 2, 24 jun. 1832.

aumento de 316 casas (25.8 % a mais) e um crescimento de 631 moradores livres (13.9 %) e de 545 pessoas escravizadas (8.4 %).²⁴⁸

Isso se explica, sobretudo, pelo fato da Freguesia de Itaboraí ter sido, nesse contexto, uma das principais produtoras de açúcar e cachaça da Província do Rio de Janeiro.²⁴⁹ Esse quadro econômico, populacional e urbano contribuiu para que Itaboraí se tornasse uma das primeiras regiões a implementar o periodismo na Província, tendo, inclusive, a circulação de dois jornais (Itaborayense e O Severo) ao mesmo tempo durante um período. Portanto, o presente estudo considera o crescimento econômico, urbano e populacional como fatores expressivos (embora não sejam os únicos) para o surgimento da imprensa em uma região, visto que, como afirmou Andréa Santos da Silva Pessanha, “o processo de urbanização propici[a] o aumento do número de leitores e [...] a circulação oral das ideias, facilitada pela leitura pública”.²⁵⁰

Além disso, no período em que o Itaborayense e O Severo eram publicados, a Freguesia de São João Batista de Itaboraí usufruía de uma posição política privilegiada, diante das demais freguesias da Vila de Santo Antonio de Sá. Isso porque, em 1830, a Câmara Municipal da vila foi transferida em caráter temporário para Itaboraí (considerada mais salubre), devido aos males que as “febres do Macacu” geraram na Freguesia de Santo Antonio de Sá (freguesia sede anterior). Essa elevação de importância política em Itaboraí proporcionou um ambiente de novas perspectivas de participação e atuação na esfera pública, o que viabilizou um espaço favorável para a circulação de dois periódicos ao mesmo tempo e em uma mesma freguesia. Embora a Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá tenha retornado para a sua região de origem, no início de 1833, a projeção política de Itaboraí se manteve, visto que sua elevação em vila foi alcançada no mesmo ano.²⁵¹

²⁴⁸ Mappa dos fogos, pessoas livres e escravos compreendidos nas freguesias da cidade e província do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor. Tomo XXXIII, parte primeira, 1870, p.138; Disponível em: <https://cutt.ly/rihgb3>. Acesso em: 17 jan. 2020; **O Severo**, Itaboraí, nº 12, p. 1, 30 set. 1832.

²⁴⁹ Esse crescimento econômico, urbano e populacional contribuiu expressivamente para que a Freguesia de Itaboraí tenha sido elevada em vila no ano de 1833. Ver: COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em...** Op, cit.

²⁵⁰ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa Republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, ICHF, Departamento de História, Niterói, 2006, p. 57, grifo meu. Disponível em: https://cutt.ly/tese_uff. Acesso em: 20 jan. 2020.

²⁵¹ A transferência da Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá para Itaboraí demonstra que o impacto das “febres de Macacu” não deve ser generalizado para toda vila, pois ocorreram com dimensões diferentes em suas freguesias. Embora essas febres tenham gerado um cenário de mudanças políticas locais e com isso contribuído para a elevação da importância política de Itaboraí, elas não devem ser interpretadas como fatores determinantes para sua elevação à vila, na medida em que outros fatores marcaram o período, como as transformações políticas e administrativas que alteraram a configuração territorial da Província do Rio de Janeiro (no contexto da Regência) e pela pujança econômica local, representada, sobretudo, pelos interesses dos produtores de açúcar e agudante da vila. Diário da Camara dos deputados: a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil. Rio de Janeiro, nº 26, p. 5, 25 mai. 1830. Disponível em: https://cutt.ly/fbn_hemeroteca56. Acesso em: 21

Algumas matérias do cotidiano, para além das que já foram apresentadas, foram realizadas apenas como descrições informativas e não dentro de um ambiente de polêmica ou priorizadas como temas centrais a serem debatidos. Assim, denúncias de roubos de animais e de miudezas (bacia, chaleira, louça, ferro de engomar), nomeações de cargos na Câmara Municipal e divulgação de culturas agrícolas foram noticiadas no jornal.

Na edição nº 12, de 30 de setembro de 1832, O Severo anunciou a paralisação de suas atividades tipográficas, assinalando dificuldades para garantir a periodicidade assumida em seu Prospecto. Além disso, fez solicitações para que os assinantes que não haviam contribuído com a quantia assumida os fizessem. Embora tenha anunciado a paralisação cogitando possibilidades de retorno, ao que tudo parece, o periódico não retomou suas atividades, visto que não foram mais localizadas menções sobre o mesmo nos espaços pesquisados.²⁵²

O Severo, embora tenha sido um periódico que não chegou a completar 5 meses de publicação, foi citado no inventário de Alexandre José de Melo Moraes e de Alberto Bessa. Além disso, foi apresentado (por D. Antonia R. de Carvalho) na exposição de História do Brasil organizada pela Biblioteca Nacional em 1881.²⁵³ Isso demonstra de certa forma que, apesar do pouco tempo que se manteve funcionando, o periódico provavelmente alcançou uma considerável circulação no interior da Província do Rio de Janeiro.

Como foi demonstrado, O Severo foi um jornal de formato pequeno e com periodicidade semanal. Alcançou um tempo consideravelmente curto de duração. Suas fontes de recursos eram obtidas através das vendas de seus números (seja por assinaturas ou pela comercialização avulsa) e da publicidade de seus anúncios. Teve como tendência política um liberalismo mais moderado. Nos debates publicados em suas páginas ocorreu uma considerável predominância de temas atrelados aos projetos nacionais em disputa. Os embates travados, foram realizados, sobretudo, contra os defensores da restauração e em prol da manutenção da ordem vigente. Os responsáveis pelo periódico evitaram choques intensos com os moradores partidários da tendência política liberal exaltada, chegando a ter algumas (poucas) publicações destes na seção de Correspondência.

jan. 2020; MACEDO, Joaquim Manoel. **Suplemento do ano biográfico**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, vol. I, 1880, p. 5-7.

²⁵² O Severo, Itaboraí, nº 12, p. 1, 30 set. 1832.

²⁵³ MORAES, Alexandre José de Melo. **História da transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: livreria da Casa Imperial de E. Dupont, ed., 1872, p. 123-132. Disponível em: https://cutt.ly/biblioteca_senado. Acesso em: 01 jul. 2020; BESSA, Alberto. **O Jornalismo. Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até aos nossos dias**. Lisboa: Livreria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904, p. 301; **Catálogo da Exposição de História do Brasil...** Op. cit, p. 400.

Embora tenha sido um periódico predominantemente político (onde a opinião dos escritores se destacava), foi também informativo, visto que noticiou episódios que ocorreram na própria Vila de Itaboraí, como foi o caso da discussão em torno da Festa do Divino Espírito Santo. Portanto, a discussão em torno de projetos nacionais e da defesa da manutenção da ordem ganharam destaque na participação do periódico nos debates realizadas na opinião pública do período. A temática de cunho cultural, que nesse caso fazia referência às festas, embora tenha inaugurado o tema como parte integrante dos debates públicos divulgados em um impresso em Itaboraí, foi apresentada apenas por uma matéria e sem qualquer atuação direta dos jornalistas. Da mesma forma, o convívio social da população negra foi pouco mencionado e quando ocorreu foi inserido numa relação de naturalização do cotidiano da sociedade escravista.

Em relação à atuação dos Caramurus, não foi localizado nenhum jornal dessa tendência política sendo impresso em Itaboraí. Contudo, há notícias em periódicos da Corte sobre suas atuações na região. O jornal *O Nacional*, por exemplo, divulgou um texto (em 1833) em que relatou que dois estrangeiros, agregados de um senhor chamado José Bernardino Baptista Pereira, espalhavam “doutrinas restauradores” na vila. Segundo o texto, esses homens procuravam “amedrontar a gente ignorante com a ideia de que a Inglaterra e França se deram mutuamente as mãos para reentronizarem no Brasil D. Pedro, para cujo fim puseram já em caminho para cá trinta mil homens, além de outros preparativos”. O texto aponta ainda que esses homens diziam que D. Pedro seria recolocado no trono “até fins do ano próximo futuro”. A publicização dessas informações teve como finalidade informar ao senhor José Bernardino a situação e cobrar dele uma tomada de atitude contra esses dois estrangeiros, assinalando, dessa forma, os embates das culturas políticas locais em conexão com as discussões de caráter mais amplo.²⁵⁴

²⁵⁴ *O Nacional*, Rio de Janeiro, nº 75, p. 4, 27 set. 1833. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca58>. Acesso em: 13 ago. 2019.

2.4 – Análise comparativa dos jornais na fase inicial da Imprensa Fluminense

Neste tópico é realizada uma análise comparativa com os dados localizados dos jornais estudados neste capítulo. Para tal esforço serão utilizadas as informações das tabelas abaixo:

Tabela 2 – Informações dos jornais de “Niterói” (1829-1832)

Jornais	Éco da Villa Real da Praia Grande	O Tempo	Caramuru	O Profeta
Data de lançamento	1º Sem. De 1829	02/07/1831	02/03/1832	15/10/1832
Tipografia	Própria e localizada em "Niterói"	Própria e localizada em "Niterói"	Própria e localizada em "Niterói"	Tipografia do Caramuru
Dimensões	30x21 (in-folium)	32X22 (in-folium)	32x22 (in-folium)	provável 32x22 (in-folium)
Formato	4 páginas e com 2 colunas	4 páginas e com 2 colunas	4 páginas (maioria) e com 2 colunas	Provável 4 páginas e com 2 colunas
Periodicidade	1 vez por semana (sexta-feira)	3 vezes por semana (terça, quinta e sáb.)	2 vezes por semana (quarta e sábado)	Não localizado
Comercialização	Assinatura (\$640 rs) e avulsa (\$80 rs)	Assinatura (4\$000 rs) e avulsa (\$80 rs)	Assinatura (4\$000 rs) e avulsa (?)	Não localizado
Regiões onde eram vendidos	"Niterói" e na Corte	"Niterói" e na Corte	"Niterói" e na Corte	Provavelmente em "Niterói"
Anúncio	Presente em suas publicações	Não localizado	Não localizado	Não localizado
Meios de obtenção de informações	Extratos e Correspondências	Extratos	Extratos e Correspondências	Não localizado
Características do(s) redator(es)	Não localizado	Não localizado	Brasileiro adotivo Funcionário Público	Não localizado
Tendência Política	Liberal Moderado	Liberal Moderado	Conservador	Conservador
Período de duração	3 a 4 meses (provavelmente)	Em torno de 4 anos	Pouco mais de 1 ano	Não localizado

Fonte: Hemeroteca Digital (Fundação da Biblioteca Nacional)

Tabela 3 - Informações dos jornais de Campos (1831-1834)

Jornais	Correio Constitucional Campista	Farol Campista	Goitacaz	O Campista
Data de lançamento	01/01/1831	27/01/1831	23/07/1831	04/01/1834
Tipografia	Própria e localizada em Campos	Localizada na Corte	Mesma do Correio Campos	Própria e localizada em Campos
Dimensões	30x20 (in-folium)	pequenas no início	30x20 (in-folium)	29x20 (in-folium)
Formato	4 páginas e com 2 colunas	Não localizado	4 páginas e com 2 colunas	4 páginas e com 2 colunas
Periodicidade	2 vez por semana (quarta e sábado)	1 vez por semana (quinta)	1 vez por semana (sábado)	2 vez por semana (quarta e sábado)
Comercialização	Assinatura (4\$000 rs) e avulsa (?)	Não localizado	Assinatura (?) e avulsas (?)	Assinatura (2\$000 rs) e avulsa (?)
Regiões onde eram vendidos	Campos	Provavelmente na Corte e em Campos	Campos	Campos
Anúncio	Presente em suas publicações	Não localizado	Não localizado	Presente em algumas publicações
Meios de obtenção de informações	Extratos e Correspondências	Não localizado	Extratos e Correspondências	Extratos e Correspondências
Características do(s) redator(es)	Comerciante e português	Advogado e português	Não localizado	Médicos
Tendência Política	Liberal Moderado	Liberal Exaltado	Liberal Moderado	Liberal Moderado
Período de duração	Quase 1 ano	menos que 1 ano	Pelo menos 6 meses	Menos de 1 ano com essa nomenclatura

Fonte: Hemeroteca Digital (Fundação da Biblioteca Nacional)

Tabela 4 - Informações dos jornais de Itaboraí, Resende, Valença e Itaguaí (1830-1833)

Vilas	Resende	Itaboraí		Valença	Itaguaí
Jornais	Genio Brasileiro	O Itaborayense	O Severo	Valenciano	O Verdadeiro Cacique
Data de lançamento	21/08/1830	12/05/1832	10/06/1832	26/05/1832	??/07/1833
Tipografia	Própria e localizada em Resende	Própria e localizada em Itaboraí	Própria e localizada em Itaboraí	Localizada na Corte	Própria e localizada em Itaguaí
Dimensões	Formato pequeno	Não localizado	20x15	30x21 (in-folium)	Não localizado
Formato	Não localizado	Não localizado	4 páginas (maioria) e com 1 coluna	4 páginas e com 2 colunas	Não localizado
Periodicidade	2 vez por semana (quarta e sábado)	1 vez por semana (sábado)	1 vez por semana (domingo)	1 vez por semana (sexta ou sábado)	Não localizado
Comercialização	Não localizado	Assinatura (?) e avulsa (\$40 rs)	Assinatura (\$500 rs) e avulsa (\$40 rs)	Assinatura (6\$000 rs) e avulsa (?)	Não localizado
Regiões onde eram vendidos	Resende	Itaboraí e na Corte	Itaboraí e na Corte	Rio de Janeiro e Valença	Itaguaí
Anúncio	Não localizado	Não localizado	Presente em suas publicações	Não localizado	Não localizado
Meios de obtenção de informações	Não localizado	Extratos e Correspondências	Extratos e Correspondências	Extratos e Correspondências	Extratos
Características do(s) redator(es)	Padre	Não localizado	Não localizado	Padres	Não localizado
Tendência Política	Liberal Moderado	Liberal Exaltado	Liberal Moderado	Liberal Moderado	Conservador
Período de duração	Em torno de 2 anos	2 meses (no mínimo)	Em torno de 5 meses	1 ano e 4 meses	Em torno de 8 meses

Fonte: Hemeroteca Digital (Fundação da Biblioteca Nacional)

As informações presentes nas Tabelas 2, 3 e 4 correspondem aos periódicos impressos (fora da Corte Imperial) na Província do Rio de Janeiro, no período anterior ao Ato Adicional de agosto de 1834. Apesar da ausência de dados de alguns jornais, gerada pela limitação de algumas fontes primárias, a comparação do conteúdo apresentado nessas três tabelas busca compreender quais foram as culturas jornalísticas²⁵⁵ que predominaram nesse período, para a partir daí compreender o contexto em que surgiu o periodismo impresso em Itaboraí. Soma-se a isso, o fato de que a comparação entre esses jornais viabiliza a construção de suposições na ausência de informações das fontes primárias utilizadas.

Além disso, essa abordagem viabiliza a elaboração de considerações sobre o processo histórico político da época por uma perspectiva mais ampla, na medida em que será mostrada a construção de relações de sociabilidade em torno das disputas pela opinião pública em regiões fora (mas conectada) da Corte Imperial.

Das regiões analisadas, Praia Grande (Niterói) foi a que obteve o maior dinamismo da produção dos impressos nesse contexto, pois imprimiu quatro jornais (em três tipografias locais diferentes) em um intervalo de tempo em torno de três anos. Outra região de destaque foi a Vila de Campos que, embora também tenha produzido quatro periódicos no mesmo intervalo de tempo de Praia Grande, imprimiu seus jornais em duas tipografias localizadas na região e uma na Corte. Isso assinala uma atuação mais expressiva dos agentes sociais dessas duas regiões (envolvidos na atividade jornalística) nas disputas desenvolvidas na opinião pública desse período.

Em seguida, a Vila de Itaboraí apresentou uma contribuição relativamente considerável para a produção tipográfica fora da Corte, visto que imprimiu dois jornais (praticamente) no mesmo período, em duas tipografias diferentes, com um espaço temporal em torno de cinco meses, o que demonstra a participação de itaboraienses no ambiente de disputa política predominante desse contexto. Todas as outras regiões (Resende, Valença e Itaguaí) apresentaram apenas um impresso nos anos analisados.

Vale ressaltar que esse quantitativo de periódicos foi baseado nas fontes primárias localizadas e foca apenas nos jornais impressos. Isso significa afirmar que provavelmente existiram mais periódicos impressos nessas regiões, além de diversas outras formas de periodismo (sobretudo manuscritos). Ao mesmo tempo, a ausência de mais menções de periódicos locais nos impressos da Corte (meio utilizado nesta pesquisa quando jornais locais

²⁵⁵ A presente pesquisa considera culturas jornalísticas como um conjunto de práticas intelectuais e de ações cotidianas realizadas por agentes sociais que atuam em prol da elaboração da impressão de periódicos e da continuidade de seu funcionamento.

do período não foram localizados) assinalam que se existiram mais jornais, estes possivelmente tiveram uma duração inferior aos que foram localizados (ou seja, menos de dois meses), visto não terem sido citados. Um tempo maior de duração de impressão e circulação de jornais proporcionava uma visibilidade maior de sua atuação para fora de suas regiões de origem, o que conseqüentemente chamava a atenção dos redatores que atuavam na Corte Imperial para esses impressos.

A leitura das Tabelas 2, 3 e 4 demonstra que quatro jornais não possuíam tipografia própria: O Profeta, Goitacaz, o Farol Campista e o Valenciano. Destes, apenas os dois últimos imprimiam seus números na Corte. Todos os demais jornais analisados foram impressos em tipografias localizadas na própria região em que predominou a circulação de suas folhas, o que demonstra que a maioria dos impressos locais ou possuíam tipografias próprias ou utilizavam máquinas gráficas de parceiros de mesma localidade, caso do Profeta que utilizava a tipografia do Caramuru e do Goitacaz que era impresso no espaço tipográfico do Correio Constitucional Campista.

Logo, dos treze periódicos estudados neste capítulo, nove possuíam tipografias próprias, o que demonstra uma certa autonomia em relação à produção tipográfica da Corte, ao menos em referência aos equipamentos utilizados para imprimir suas folhas. Embora tenha sido uma autonomia relativa, visto que a reposição de peças para a manutenção desses equipamentos (tipos e prelo) era de mais fácil acesso na Corte, assim como era constante a procura nessa região por indivíduos capazes de manusear as oficinas gráficas (como compositores e impressores), o fato é que, apesar dos obstáculos existentes, ter uma tipografia própria agilizava o cotidiano das impressões e, logo, proporcionava um maior dinamismo na circulação dos jornais em suas regiões de origem, além de possibilitar formas mais independentes de se obter recursos com seus impressos.

Dos nove jornais com tipografias próprias, dois modificaram o endereço de seus espaços tipográficos, são eles: O Caramuru, que iniciou suas publicações no Rio de Janeiro (02/03/1832) e depois passou para Praia Grande (19/09/1832) e O Tempo que de Praia Grande (1832) mudou para o Rio de Janeiro (no início de 1834). As mudanças de tipografias de jornais podem denotar dificuldades - caso provável do Caramuru com os enfrentamentos políticos enfrentados - ou melhorias financeiras, situação mais próxima do jornal O Tempo que se transfere para a região que na época era o centro político e administrativo do país e, portanto, local mais dispendioso para manter uma tipografia.

Em relação ao tamanho desses periódicos há uma predominância de impressos com dimensões que os caracterizam como in-folium. No Catálogo da exposição da História do

Brasil, publicado em 1881, diversos jornais com dimensões 29x20, 30x20, 30x21 e 32x22 (inclusive os que foram analisados neste trabalho) foram citados com essa caracterização (de forma abreviada in-fol.)²⁵⁶.

Segundo o escritor Frederico Porta, folium é um termo em latim que faz referência a uma folha inteira do papel utilizado para imprimir os jornais na época. Um periódico ser descrito como in-folium significa que a tipografia não utilizava o papel inteiro para imprimir uma página de jornal, mas sim a metade. Esse método foi predominante na impressão dos jornais citados nas Tabelas 2, 3 e 4, assim como em boa parte da imprensa do período. Embora não fosse mais prática, essa forma de imprimir era mais econômica. Esses jornais de impressão in-folium são considerados como periódicos de formatos pequenos.²⁵⁷

Dos jornais analisados os que tiveram as menores dimensões foram: O Severo - que por possuir um tamanho de 20x15 possivelmente imprimia três páginas em apenas um lado de uma folha de papel industrial do período -; Farol Campista (embora há menção que depois seu tamanho tenha aumentado); e o Genio Brasileiro (citado como de formato pequeno). Sobre o Itaborayense e O Verdadeiro Cacique, não foram localizadas informações sobre seus tamanhos, embora, provavelmente também tenham sido impressos em formatos pequenos, devido aos altos custos que os impressos de formato grande geravam. Os periódicos de maiores tamanhos eram: O Tempo, o Caramuru e O Profeta, todos impressos em Praia Grande e com 32x22 de dimensão.

Os jornais apresentados nas Tabelas 2, 3 e 4 possuíam um formato (baseado nos nove periódicos que foi possível identificar a informação) predominantemente de quatro páginas na grande maioria de suas edições, contendo duas colunas cada uma. A maioria desses impressos (seis dos onze que foi localizada essa informação) era caracterizada como jornais hebdomadários, ou seja, eram publicados uma vez por semana. Havia também a prática de se publicar duas vezes por semana, eram os jornais biebdomadários (quatro periódicos localizados). Por fim, apenas o jornal O Tempo foi impresso três vezes por semana.

O dia com mais publicações foi sábado (nove jornais). Diante dos diversos obstáculos que existiam para se imprimir periódicos no período - custos com as impressões e a manutenção

²⁵⁶ Segundo Cybelle e Marcello de Ipanema a exposição de História do Brasil foi iniciativa de Benjamin Franklin Ramiz Galvão que reuniu na Biblioteca Nacional “vasta documentação recolhida de todo o Brasil: manuscritos, bibliografia, cartografia, iconografia, hemerografia, medalhística, tudo coroado pela publicação do respectivo Catálogo, objeto do volume IX dos Anais da Biblioteca Nacional, em 2 volumes e 1 suplemento”. IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op.cit, p. 59; Catálogo da Exposição de História do Brasil. Op. Cit.

²⁵⁷ Para saber mais ver: PORTA, Frederico. **Dicionário de Artes Gráficas**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1958, p. 161.

das tipografias, obtenção de recursos instáveis, escassez de profissionais qualificados, entre outros -, é relevante destacar que esses periódicos dificilmente conseguiram manter uma periodicidade regular contínua, sobretudo aqueles que não possuíam tipografias próprias. Essa situação era ainda mais agravante para os jornais que imprimiam seus números em tipografias localizadas na Corte Imperial, como O Farol Campista (Campos) e O Valenciano (Valença). Este último, em alguns de seus números chegou a alternar suas publicações entre sexta e sábado. A distância dessas regiões para Corte se configurou como mais um obstáculo, entre os já existentes, e prejudicou, ainda mais, a manutenção da periodicidade desses jornais. Em relação aos periódicos O Verdadeiro Cacique e O Profeta, não foram localizadas informações sobre suas periodicidades, o que, de certa forma, pode indicar que possivelmente não eram regulares.

Conhecer a periodicidade dos jornais contribui para ter uma ideia da estrutura financeira desses impressos. Desse modo, os periódicos que realizaram publicações duas vezes por semana, mas sobretudo três, possuíam melhores condições materiais de impressão e possivelmente mais assinantes e vendas avulsas e, logo, mais formas de se obter recursos. Este foi o caso dos jornais O Caramuru, o Correio Constitucional Campista, O Campista, o Genio Brasileiro e, sobretudo, O Tempo, visto que este imprimiu seus números três vezes por semana. Todos esses cinco jornais foram impressos em tipografias próprias, o que demonstra que a regularidade da periodicidade e a maior quantidade de publicações por semana estava atrelada, principalmente, aos recursos que seus respectivos redatores possuíam (e conseguiam obter).

A principal fonte de renda desses jornais era a sua comercialização. Todos os periódicos - dos quais foi possível localizar informações sobre suas vendas (nove no total) - foram comercializados através de assinaturas e de forma avulsa (por unidade). As informações obtidas mostraram que as assinaturas eram realizadas de diferentes maneiras, seja mensal, trimestral (período mais utilizado), quadrimestral, semestral ou anual. Esta última foi utilizada apenas pelo jornal O Valenciano e, mesmo assim, como uma das opções possíveis, pois também eram oferecidas as assinaturas por semestre. Além disso, alguns jornais solicitavam o pagamento das assinaturas de forma antecipada, caso verificado nos periódicos O Severo, O Valenciano e O Campista.

Seus valores variavam por região, período, pela forma em que eram pagos e pelo tamanho em que suas páginas eram impressas. Enquanto que a assinatura trimestral do Tempo (em Praia Grande no ano de 1831) era de 4\$000 rs (quatro mil réis) e sua venda avulsa era de \$80 rs, O Severo de Itaboraí cobrava por uma assinatura trimestral, em 1832, o valor de \$500 rs e \$40 rs por cada número. Constatou-se que os valores das assinaturas dos jornais de Praia Grande eram os mais caros, enquanto que os de Itaboraí eram os mais acessíveis, considerando

os dados obtidos, pois não foram localizados os valores dos jornais de Itaguaí e Resende. A diferença de tamanho e de estrutura dos periódicos contribuíam para que os valores fossem diferenciados, pois enquanto que em Praia Grande as dimensões eram de 32x22 e com duas colunas, em Itaboraí o jornal era de 20x15 com apenas uma coluna, ou seja, de um formato mais modesto e, logo, menos dispendioso. Os preços de venda localizados desses jornais, quando comparados com valores de salários, alimentos, utensílios de usos do cotidiano ou até mesmo de aluguéis de casas (do mesmo período), mostram que esses periódicos não eram inacessíveis para um público assalariado mais vasto.²⁵⁸

Outra fonte de renda presente em alguns desses periódicos era os anúncios, sendo esses a parte publicitária dos jornais (geralmente publicados na última página) onde informações via pagamento eram divulgadas. Era nessa seção que eram publicadas notícias particulares de venda (ou aluguel) de propriedade, objetos e escravizados, assim como de fugas destes. Dos periódicos presentes nas Tabelas 2, 3 e 4, foram localizados anúncios em apenas quatro jornais, o que reforça, apesar das limitações das fontes, que a comercialização dos números desses impressos representou o principal meio de recursos de seus proprietários.

Verificou-se que a comercialização de diversas dessas folhas não se restringia as suas vilas de origem, sendo vendidas também em outras regiões (sobretudo na Corte Imperial). Este foi o caso de todos os periódicos de Praia Grande e Itaboraí, além das folhas que utilizaram tipografias localizadas na Corte, como o Valenciano e o Farol Campista. Os demais jornais que foram impressos em Campos, Resende e Itaguaí focaram suas vendas em suas próprias regiões. A comercialização de diversos desses periódicos na Corte foi um recurso utilizado para ampliar as vendas de seus números, gerando como consequência um aumento do espaço de circulação dessas folhas.

No plano das ideias, essa prática cumpriu um papel de conexão dos posicionamentos políticos defendidos por esses impressos com os embates que ocorriam na opinião pública do período, visto que as discussões que eram realizadas na Corte Imperial possuíam um peso significativamente mais expressivo no direcionamento da opinião pública, na medida em que o Rio de Janeiro era a capital da nação no período.

²⁵⁸ Em Campos, um salário de um ajudante de porteiro da Câmara Municipal era de 153\$,600 rs anuais, a carne fresca era vendida no açougue público da vila por \$80 rs a libra (quase meio quilo) e um chapéu de palha podia ser comprado por 1\$200 rs. Em Itaboraí, uma casa modesta poderia ser alugada por 82\$000 rs. Esses valores quando comparados aos preços de vendas dos jornais dessas duas regiões, utilizadas aqui como exemplos de análise, mostram que os valores desses periódicos não estavam significativamente distantes da realidade da população assalariada. **Correio Constitucional Campista**, Campos, nº 17, p. 4, 26 fev. 1831. Idem, nº 31, p. 4, 20 abr. 1831; Idem, nº 53, p. 6, 12 jul. 1831; Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca53>. Acesso em: 5 ago. 2019; **O Severo**, Itaboraí, nº 5, p. 1, 8 jul. 1832.

Os redatores desses jornais obtinham informações através das Correspondências (que os leitores enviavam) e, principalmente, dos extratos de outros jornais e de atas de seções da Câmara dos Deputados, do Senado e de suas respectivas Câmaras Municipais. Dos dez periódicos (dos treze analisados) em que foi possível localizar esses dados, os extratos (com diferentes conteúdos) predominaram como principal recurso de obtenção de informações dos redatores.

O recebimento de assinaturas e correspondências, a distribuição e a própria venda desses jornais ocorreram nas próprias tipografias que produziram esses impressos, assim como em estabelecimentos e residências de colaboradores que moravam em núcleos urbanos das respectivas vilas e fora delas, destacando-se aqueles localizados na Corte e em “Niterói”. Toda essa relação contribuiu de forma significativa para a formação de públicos leitores em diferentes espaços.

Existiram diversas seções publicadas nas páginas desses impressos. Destacam-se o editorial, com textos que apresentavam o posicionamento do redator (escritos que geralmente ultrapassavam a primeira página), as Correspondências, onde eram publicados os textos que os leitores enviavam (geralmente assinados por pseudônimos) e os já apresentados Anúncios. Com menor expressão também foram localizadas outras seções como Miscelânea, Variedades e Avisos.

Os agentes sociais responsáveis pela produção tipográfica e jornalística nas vilas apresentadas nas Tabelas 2, 3 e 4 - levando em conta os seis jornais onde foi possível encontrar essas informações - eram todos homens brancos, portugueses naturalizados (brasileiros adotivos) e brasileiros em sua maioria, tendo a participação de comerciantes, funcionários públicos, padres, médicos e advogados.

Pelas fontes consultadas não foi localizada a participação de mulheres e escravizados nesse processo. Levando em conta a complexidade da sociedade, as negociações entre agentes sociais e as diferentes formas de interações sociais do período, esta pesquisa, embora reconheça um predomínio de homens brancos atuando na produção desses jornais, não descarta a possibilidade de mulheres e escravizados terem atuado (de alguma forma) em alguns desses periódicos.²⁵⁹

²⁵⁹ Caso tenha ocorrido a atuação de mulheres em alguma das etapas da produção desses periódicos (escrita de textos, composição dos tipos, impressão, distribuição, obtenção de recursos etc), ela provavelmente ocorreu em torno da produção dos jornais de vertentes liberais exaltadas. Isso porque, como demonstrou Marcello Basile, “no Brasil, os exaltados foram pioneiros na defesa da plena igualdade de direitos entre os sexos e na participação da mulher na esfera pública.” BASILE, Marcello. *Projetos de Brasil... Op. Cit.*, p. 72.

Cybelle e Marcello de Ipanema, ao analisarem o *Éco da Villa Real da Praia Grande*, apresentaram uma válida suposição (endossada nesta pesquisa) da atuação de escravizados nesse jornal e uma ideia do cotidiano de trabalho dessas pessoas na tipografia. Segundo eles, o impressor geralmente tinha um ajudante para realizar “os trabalhos mais pesados” e que este normalmente era um escravizado. Esses pesquisadores afirmaram que as funções desse escravizado eram “rodar a prensa, limpar tipos” e carregar os utensílios necessários para impressão dessa folha.²⁶⁰

Cabe ressaltar que as trocas informativas no espaço da tipografia eram diversas, o que possibilita pensar que a atuação de escravizados na produção gráfica de um jornal não tenha se restringido apenas aos trabalhos mais penosos e desgastantes, ainda que boa parte da população negra fosse analfabeta nesse período. É provável que os jornais de maiores tiragens, e com uma frequência de publicações maior durante a semana, tenham tido a presença de escravizados, enquanto que os jornais mais modestos tenham sido produzidos (em todo seu processo) por homens livres brancos.

As tendências políticas identificadas nessas folhas se inserem no contexto da acirrada disputa pelo poder que ocorreu entre os liberais moderadores, liberais exaltados e conservadores, sobretudo, após a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831. Conforme demonstrou Marcelo Basile,

numa época em que a política transcorria no interior de uma emergente esfera pública, buscando a conquista de uma incipiente, porém ativa, opinião pública, a imprensa tornou-se então o principal espaço desse confronto, veiculando concepções e propostas as mais diversas acerca da nação que se pretendia construir.²⁶¹

Em relação às tendências e aos agrupamentos do período, é relevante mencionar que, como argumentou Marco Morel, “não havia [...] entre 1830 e 1840 partidos políticos no sentido que se tornou corrente em fins do século XIX: o tipo ideal de partido máquina, organizado a partir de determinados critérios que tomaram corpo sobretudo no século XX”. Logo, os grupos Exaltados, Moderados e Caramurus representaram “as primeiras associações públicas de caráter explicitamente político” e não devem ser interpretados com a concepção atual de partidos.²⁶²

²⁶⁰ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op.cit., p. 307.

²⁶¹ BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na Imprensa Fluminense (1831-1835). In: FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira (Orgs.) **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006, p. 60.

²⁶² MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 32-33.

A partir da análise dos treze jornais, constatou-se que apenas dois eram liberais exaltados: Itaborayense e o Farol Campista. Conforme demonstrou Marcelo Basile, entre os pressupostos desse viés político, destacam-se a defesa de um liberalismo radical; do federalismo; da igualdade social; da revolução como único meio para garantir a liberdade da nação; e de uma cidadania com plenos e iguais direitos civis e políticos, embora apenas para os indivíduos livres. Os jornais dessa tendência política possuíam um forte traço xenófobo, e antilusitano, e sua grande maioria era republicana. Aqueles que mencionaram a temática da escravidão, embora não tenham defendido a abolição imediata, mostraram-se contrários a este sistema. Embora as informações obtidas do Itaborayense e do Farol Campista tenham sido limitadas, a caracterização dos impressos como liberais exaltados (realizada por outros periódicos) contribui para conjecturar que parte das ideias constatadas por Basile (sobre essa tendência política) estiveram presentes nas páginas de seus impressos.²⁶³

No campo da vertente Conservadora, três jornais foram identificados: Caramuru, O Profeta e O Verdadeiro Cacique. Segundo Basile, os integrantes desse viés político “eram partidários de um liberalismo conservador”. Eles compartilhavam uma visão de cidadania que vetava o pleno exercício dos direitos políticos, rejeitavam qualquer intenção de estabelecer uma igualdade que não fosse a jurídica e defendiam uma Monarquia Constitucional fortemente centralizada, além de recusarem qualquer reforma na Constituição, visto que almejavam um tipo de governo firmado nesse documento e que existiu no Primeiro Reinado. Devido a isso, seus opositores o denominavam de restaurador. Em relação à escravidão, praticamente não mencionaram o tema em suas folhas. O Caramuru era o principal órgão que divulgava essas ideias, enquanto que O Profeta e O Verdadeiro Cacique (sobretudo) as reproduziam.²⁶⁴

Todos os outros periódicos (os oito restantes) compartilharam as ideias dos liberais moderados, ou seja, defendiam as ideias do princípio básico do justo meio (meio termo entre o absolutismo e a democracia). Segundo Basile, os jornais dessa vertente política pleiteavam uma Monarquia Constitucional que oscilava entre centralização e descentralização e rechaçavam a República, visto por eles como anarquia. De forma geral, a questão da escravidão foi pouco abordada em suas colunas, ainda que tenha sido condenada quando citada. Assim como os Caramurus, possuíam uma visão excludente de cidadania, visto que defendiam restrições no pleno exercício dos direitos políticos.²⁶⁵

²⁶³ BASILE, Marcello. Projetos de Brasil... Op. Cit., p. 68-80.

²⁶⁴ Ibidem, p. 80-91. Para saber mais sobre o debate em torno da cidadania no início do Império ver: MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

²⁶⁵ BASILE, Marcello. Projetos de Brasil... Op. Cit., p. 61-67.

A partir da leitura das informações obtidas desses jornais, constatou-se que, dos oito periódicos adeptos à linha política mais moderada, o Valenciano, Genio Brasileiro, Goitacaz e o Correio Constitucional Campista (sobretudo estes dois últimos) apresentaram uma defesa mais contundente das ideias do liberalismo moderado. O jornal O Tempo, embora tenha publicado seus números três vezes por semana, apresentou uma atuação mais modesta, ainda que também tenha compartilhado as ideias moderadas em suas edições.

Essa postura foi percebida e questionada por alguns de seus contemporâneos, como A Aurora Fluminense que publicou (em 1832), em tom de cobrança, que O Tempo era “um periódico cuja cor não está bem claramente definida”. Este, respondeu que A “Aurora tem suspenso as tréguas que estava conosco”, enumerando as ideias defendidas pelo jornal para mostrar seu posicionamento moderado, como a “obediência a lei, o amor as instituições livres, a harmonia social”, o combate “as arbitrariedades e a arrogância ministerial”, assim como a recriminação a toda “usurpação de poder” e aos “atos de autoridades revolucionárias”, entre outras defesas. Essa discussão mostra que entre os grupos de mesma tendência também havia divergências e embates entre eles.²⁶⁶

Este estudo comparativo do período de duração de funcionamento desses jornais mostrou que - com a exceção dos periódicos O Tempo, O Caramuru, O Valenciano e o Genio Brasileiro - a grande maioria não chegou a completar um ano de impressão. Assim, nesse primeiro momento da História da Imprensa Fluminense - período em que a Imprensa Regional iniciava suas atividades em um contexto de total protagonismo da Imprensa Carioca -, a maior parte desses jornais teve um período curto de funcionamento, pois além das dificuldades materiais - ocasionadas, principalmente, pelas despesas com a manutenção de toda estrutura de funcionamento dos periódicos e com o aperto que as vendas de seus números passavam -, o próprio contexto de diferenças ideológicas criou um ambiente de conflitos que se converteu em uma série de obstáculos para a continuidade desses impressos, sobretudo para os jornais de menor expressão de tendência Liberal Exaltada e Conservadora.

Dos quatro periódicos que conseguiram manter suas impressões por mais de um ano, os três que imprimiram por mais tempo - O Tempo (em torno de quatro anos), o Genio Brasileiro (em torno de dois anos) e O Valenciano (um ano e quatro meses) -, eram adeptos da tendência liberal moderada. Em mesma direção, Cybelle e Marcello de Ipanema, ao analisarem estatisticamente a imprensa da Corte na Regência e ao compararem os jornais por suas

²⁶⁶ **A Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro, nº 664, p. 4, 17 ago. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_aurora. Acesso em: 20 ago. 2019; **O Tempo**. Praia Grande, nº 21, vol. II, p. 3-4, 21 ago. 1832. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_tempo. Acesso em: 20 ago. 2019.

respectivas correntes políticas, também constataram que as folhas moderadas alcançaram uma “duração maior” em suas publicações.²⁶⁷

Com a exceção do *Éco da Villa Real da Praia Grande*, todos os demais jornais analisados que continuaram suas publicações (ou que passaram a ser impressos) após a abdicação de D. Pedro I (em abril de 1831), contribuíram para o desenvolvimento, no período regencial, dos espaços de sociabilidade política da Província. É relevante destacar que, além da imprensa, as sociedades públicas também tiveram um papel significativo nesse processo.

O pesquisador Marcello Basile, ao analisar o período, constatou que essas sociedades expressaram “o novo caráter do movimento associativo e uma outra forma de fazer política, mais imbuída do espírito público, caro à cultura liberal.” Embora as associações políticas fluminenses representassem “as três facções concorrentes, nos primeiros anos de Regência: os chamados liberais moderados, liberais exaltados e *caramurus*”, como afirmou Basile, foi constatado nesta pesquisa que, dos periódicos estudados neste trabalho, *O Valeciano* foi o único jornal que publicizou sua criação em suas páginas como fruto das ações de uma sociedade pública, ainda que algumas das demais folhas com o decorrer de suas publicações tenham tido a atuação dessas associações, sendo este o caso, principalmente, do jornal *O Caramuru*. Como demonstrou Basile,

além da imprensa e do parlamento, essas facções eram representadas, na Corte, pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, da parte dos moderados; pela Sociedade Federal Fluminense, órgão exaltado; pela Sociedade Conservadora da Constituição Jurada do Império do Brasil e pela Sociedade Militar, ambas *caramurus*.²⁶⁸

A partir da análise desses treze jornais, foram constatadas também atuações em torno desses periódicos de três personagens (atuantes na imprensa da Corte) com contribuições de destaque na propagação das tendências políticas em disputa no período. Trata-se de Evaristo Ferreira da Veiga, David da Fonseca Pinto e João Baptista de Queiroz.

Evaristo Ferreira da Veiga - principal articulador do Liberalismo Moderado e redator da *Aurora Fluminense* - realizou publicações criticando os jornais exaltados *O Itaborayense* e *O Farol Campista* e travou diversos embates com os periódicos “restauradores” *O Verdadeiro Cacique* e *O Caramuru*. Além disso, divulgou diversas publicações com considerações

²⁶⁷ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. *Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública*. Op. Cit., p. 93.

²⁶⁸ BASILE, Marcello. **Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional**. *Dimensões*. Espírito Santo: UFES, vol. 18, 349-383, 2006, p. 350-351. Disponível em: <https://cutt.ly/dimensoes>. Acesso em: 6 ago. 2019.

elogiosas dos periódicos *Éco da Vila Real de Praia Grande*, *Correio Constitucional Campista*, *Goitacaz*, *O Campista*, *Genio Brasileiro* e o *Valenciano*, todos jornais moderados. Neste último, Evaristo foi citado como um dos responsáveis por receber assinaturas no Rio de Janeiro e atuou como correspondente desse jornal na Corte.²⁶⁹

David da Fonseca Pinto – expoente da corrente política dos Caramurus – teve tipografia em Praia Grande e imprimiu, além do Caramuru, outros jornais locais como *O Profeta* e tentou (ao que parece sem sucesso) lançar outra folha na região, intitulada de *Diário de S. Domingos*. Supõem-se que este apoiou o jornal *O Verdadeiro Cacique* (de Itaguaí) com informações políticas do período. Os embates travados por Pinto foram realizados, prioritariamente, com as principais folhas (da Corte) de correntes políticas opostas. Dessa forma, sua atuação fora da Corte deu ênfase na produção de variados impressos em sua tipografia e no apoio informativo de jornais de outras regiões de mesma vertente política.²⁷⁰

João Baptista de Queiroz foi um dos principais representantes do liberalismo exaltado nos anos de 1831 e 1832, atuando, nesse período, como redator da *Matraca dos Farroupilhas* e, posteriormente, como colaborador da *Nova Luz Brasileira*. O periódico *O Grito da Pátria Contra os Anarquistas* citou Queiroz em um texto em que foi afirmado que os liberais exaltados da Corte teriam levado uma tipografia para Itaboraí. *O Grito*, de forma contundente, atacou o grupo de Queiroz por ter realizado esta ação, afirmando que em Itaboraí tinha “refugiados [...] homens bandidos da Corte”. Tudo indica que foi nessa tipografia que o *Itaborayense* foi impresso.²⁷¹

As atuações desses jornalistas mostram que as disputas políticas na província não se restringiam ao espaço da Corte Imperial. Mais do que isso, revelam que os periódicos impressos na Província do Rio de Janeiro (fora da Corte), no período de 1829 a 1834, estavam inseridos em uma rede de sociabilidade em prol da expansão das ideias que cada grupo compartilhava. A disputa pelo convencimento e pela prevalência de uma tendência política na opinião pública

²⁶⁹ Sobre Evaristo Ferreira da Veiga ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário...** 2º vol, p. 311-312. **O Valenciano**, Valença, nº 50, p. 11, 20 set. 1833. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca54>. Acesso em: 7 ago. 2019; **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 570, p. 3, 16 dez. 1831. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca55>. Acesso em: 7 ago. 2019.

²⁷⁰ Embora Cybelle e Marcello Ipanema tenham se equivocado em afirmar que o jornal *O Verdadeiro Cacique* era impresso na tipografia de David da Fonseca Pinto, pois como já foi mostrado esse jornal era impresso na própria Vila de Itaguaí, eles assinalaram corretamente uma possível proximidade deste jornal com este jornalista. Ipanema. Op. Cit., p. 46; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário...** 2º vol, p. 162.

²⁷¹ O sobrenome Queiroz foi citado em diferentes números do jornal *O Grito da Pátria Contra os Anarquistas* como sendo o jornalista que escreveu no *Nova Luz Brasileira*, no *Jurujuba* e por ter redigido a *Matraca dos Farroupilhas*. Portanto, o Queiroz citado no contexto analisado é o João Baptista de Queiroz. **O Grito da Pátria Contra os Anarquistas**, Rio de Janeiro, nº 39, p. 1, 10 mar. 1832; Idem, nº 142, p. 3, 3 out. 1831. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca56>. Acesso em: 8 ago. 2019; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário...** 3º vol, p. 351. A implementação dessa tipografia será mais analisada no tópico 2.1.

contribuiu de forma significativa para que a imprensa fosse implementada em diversas outras regiões. Não é exagero afirmar que a implementação do periodismo impresso nas seis regiões analisadas (Praia Grande, Campos, Itaboraí, Resende, Valença e Itaguaí) não tenha sido ocasionada por um processo aleatório, mas sim por práticas e ações pensadas e deliberadas por agentes sociais envolvidos nesse processo de disputa política, visto que (na época) essas regiões possuíam uma considerável importância econômica e política na província.

A projeção econômica dessas vilas no período viabilizou um espaço de atuação política considerável nessas regiões. Como demonstrou Maria de Fatima Silva Gouvêa, algumas dessas vilas já estavam organizadas em distritos eleitorais fluminenses, sobretudo a partir de 1833. Para Gouvêa, “a organização dos novos municípios era seguida de perto pela de novos distritos eleitorais na mesma região”, pois, para ela, havia uma “relação entre organização político-administrativa e o crescimento econômica da província”.²⁷²

Dessa forma, constatou-se que os periódicos publicados na fase inicial da História da Imprensa da “Velha Província” Fluminense - ou seja, período que corresponde aos anos finais em que a Corte Imperial ainda fazia parte da Província do Rio de Janeiro - surgiram em um ambiente amplo de disputas de projetos de construção do Estado e da nação brasileira.

Isso porque, como demonstrou Marcelo Basile,

o início da formação da nação brasileira foi marcado por autênticas “guerras de opiniões”, por “guerras de doutrinas”, fazendo da imprensa lugar privilegiado nesse processo. Confrontavam-se, assim, projetos diversos de Brasil, que revelam concepções distintas sobre o que deveria ser a nação.²⁷³

Esses jornais inauguraram uma cultura política liberal em suas respectivas regiões. É nesse contexto político que se explica como o periodismo impresso surgiu nessas vilas em um período anterior a separação da Corte da Província do Rio de Janeiro, pois além de lidarem com os diversos obstáculos materiais para lançar (e manter) um jornal, tinham também que enfrentar a expressiva concorrência dos impressos da Corte e todo beneficiamento informativo político que estes obtinham, na medida em que a vida política era centralizada no Rio de Janeiro. Essa situação era ainda mais atenuante nas regiões mais próximas do Rio de Janeiro, como Praia Grande (Niterói) e Itaboraí.

Desse modo, os jornais impressos dessas vilas surgiram em um contexto anterior à descentralização implementada pelo Ato Adicional de 1834 e, logo, anterior ao crescimento das

²⁷² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Op. Cit., p. 98-113.

²⁷³ BASILE, Marcello. **Projetos de Brasil...** Op. Cit., p. 90.

representações políticas locais. Eles são resultado, principalmente, das ações de indivíduos envolvidos no processo político em disputa que compartilhavam a mesma identificação ideológica. São frutos do entrelaçamento social (entre agentes locais e indivíduos oriundos da Corte) e da conexão que suas convicções políticas proporcionaram. Logo, esses impressos surgem como jornais políticos.

Portanto, através dessa análise comparativa, conclui-se que a implementação do periodismo impresso em Itaboraí ocorreu como resultado da expansão de uma cultura política liberal e dos conflitos desenvolvidos no contexto de formação da nação brasileira em uma recente esfera pública. Assim, sua introdução foi consequência de um ambiente de disputa política (em torno da opinião pública) desenvolvido na Província Fluminense e não por ações isoladas da esfera local. Seu início ocorreu através das relações de indivíduos oriundos da Corte e de moradores da vila que compartilhavam a mesma identificação ideológica.

Logo, os jornais impressos em Itaboraí surgiram como resultante da disseminação (para fora da Corte) dos projetos de nação em disputa. Esse contexto foi determinante para que os dois primeiros periódicos impressos na vila (Itaborayense e O Severo) fossem de tendências políticas diferentes e apresentassem em suas páginas a predominância de um jornalismo político, inaugurando, portanto, um espaço público local de participação e atuação nas principais discussões políticas do período.

- Capítulo III –

A expansão da produção de jornais impressos na Vila de Itaboraí

Esta etapa da pesquisa analisa a expansão do periodismo impresso local (1835-1838) como resultante do contexto de descentralização política provincial e do aumento dos poderes regionais. A instalação de novas tipografias e de novos jornais é abordada como consequência das ações (e intenções) das representações políticas regionais e dos esforços desses setores em consolidar uma cultura política liberal capaz de manter a ordem e a estrutura socioeconômica. Além disso, é realizada uma análise comparativa dos periódicos locais produzidos no Período Regencial para compreender como as transformações no cenário político influenciaram nas abordagens jornalísticas locais desse período.

3.1 – O aumento de jornais na freguesia sede – o Conciliador de Itaborahy, O Juvenil e O Amigo da Moral

Nesta parte da pesquisa é estudada a expansão do periodismo na região desenvolvida no Período Regencial, analisando os impressos produzidos na Freguesia de São João Batista de Itaboraí. As fontes primárias utilizadas são alguns números dos periódicos locais e as menções sobre eles publicadas em jornais da Corte Imperial e da Capital da Província.

O Período Regencial, conforme mencionou Marco Morel, pode ser interpretado como “um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais” diversas, representando “um momento de explosão da palavra pública em suas múltiplas (e nem sempre tranquilizadoras) possibilidades”. Foi nesse contexto de pluralidade que se desenvolveu uma nova cultura política liberal, tendo a imprensa, segundo Nelson Werneck Sodré, influído “profundamente nos acontecimentos”. Nos anos iniciais desse período, foram desenvolvidos três grupos políticos: os Liberais Exaltados, Moderados e os Caramurus. Este último, segundo Sodré, desapareceria com o falecimento de D. Pedro I em 1834 (em Portugal), visto que a ideia de restauração defendida pelo grupo perdeu a “razão de ser”.²⁷⁴

O estudo dos jornais o Conciliador de Itaborahy, O Juvenil e O Amigo da Moral (impressos na Freguesia de São João Batista de Itaboraí) será realizado por uma abordagem que considera que a elevação dessa freguesia em vila, em 1833, proporcionou um crescimento das funcionalidades administrativas na região, assim como do número de habitantes e das disputas

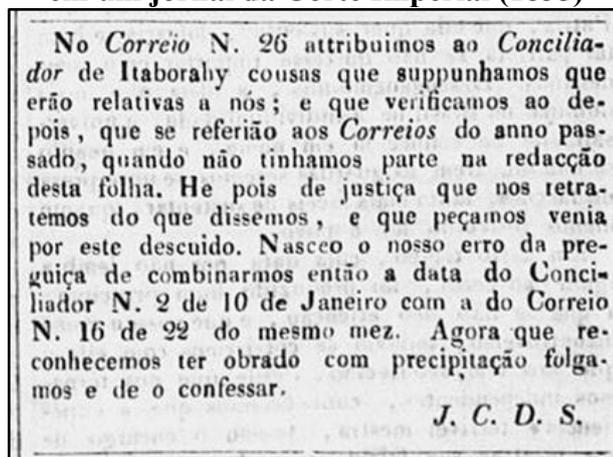
²⁷⁴ MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Op. cit., p. 9-10; SODRÉ. **História da Imprensa...**, op. cit., p. 120;128 – Esses grupos políticos foram analisados de forma mais aprofundada no tópico 2.4.

políticas locais, o que fez gerar um aumento dos espaços urbanos e da demanda por informação, viabilizando, dessa forma, um quadro favorável para o desenvolvimento da prática tipográfica e jornalística na nova vila. Somam-se a esse quadro as transformações políticas que ocorreram com o Ato Adicional de 1834, na medida em que esta determinação legal criou a Assembleia Legislativa Provincial e a Presidência da Província, gerando um aumento dos poderes regionais e, logo, a conseqüente busca na publicização de suas ações.

De forma semelhante, no próximo tópico, o periódico impresso na Freguesia de Santo Antonio de Sá, O Provinciano Fluminense, será analisado no contexto posterior da perda de uma das principais freguesias da Vila de Santo Antonio de Sá (a Freguesia de Itaboraí) e do retorno das funcionalidades de sua Câmara Municipal em sua antiga freguesia sede.²⁷⁵

Foi nesse contexto que a publicação do **Conciliador de Itaborahy** foi iniciada. Como não foi possível localizar a existência de alguns de seus números, as menções de suas edições em periódicos disponíveis na Hemeroteca digital da Fundação da Biblioteca Nacional (como O Correio Official, o Jornal do Commercio, O Sete d' Abril e O Mensageiro da Praia Grande) supriram parte dessa ausência e possibilitaram a elaboração de consideráveis observações sobre esse jornal. No Correio Official, por exemplo, através de uma retratação direcionada a um equívoco que esse jornal fez com uma matéria do Conciliador de Itaborahy (que questionava uma movimentação política em Minas Gerais), foi possível localizar a data em que o 2º número do Conciliador foi publicado (10 de janeiro de 1835) e o dia da semana (sábado), evidenciando, dessa forma, a existência deste jornal.

Figura 5 - Referência ao Conciliador de Itaborahy em um jornal da Corte Imperial (1835)



Fonte: Correio Official (Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional)²⁷⁶

²⁷⁵ Esse contexto foi analisado no tópico 2.3.

²⁷⁶ **Correio Official: in medio posita virtus.** Rio de Janeiro, nº 28, Tomo IV, p. 3, 6 fev. 1835. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_59. Acesso em 2 fev. 2020.

Já no *Jornal do Commercio* foi divulgado um embate do jornal *O Conciliador* com outro periódico local, *O Provinciano Fluminense*. No texto foi mencionado que o *Provinciano*, em seu número 7, “responde ao *Conciliador* de Itaboraí sobre a extinção da Vila de Iguassú e plano de emigração aconselhando as Povoações que sofrem febres intermitentes”. Embora a informação se resuma apenas ao que foi apresentado, não seria exagero considerar que essa divergência, entre os jornais, possa ser reflexo das diferenças regionais desenvolvidas com a emancipação de Itaboraí em relação à Vila de Santo Antonio de Sá, pois, como mencionou Nelson Werneck Sodré, a imprensa local denunciava “os aspectos fundamentais das lutas políticas e nelas influí[a].”²⁷⁷

Também foi possível encontrar textos na íntegra do *Conciliador* de Itaboraí no jornal *O Sete d’ Abril*. A maior parte desses escritos priorizaram discussões de caráter nacional, como a notícia do fim do grupo político dos Caramurus (devido a morte de D. Pedro I), críticas na forma como as arrecadações de impostos estavam sendo realizadas e questões atreladas ao Código do Processo Criminal de 1832. Ao que se refere às temáticas locais, presentes nessas matérias, tiveram destaque os questionamentos às mudanças implementadas pelo código em relação aos Juizes de Paz da vila. Dessa maneira, o jornal apresentou posicionamentos contrários a alguns pontos da descentralização em curso na Regência. A leitura desses textos publicados pelo *O Sete d’ Abril* viabilizou compreender que o *Conciliador* de Itaboraí possuía uma tendência política liberal moderada e que sua última menção nessas matérias fez referência ao nº 22 de 30 de maio de 1835.²⁷⁸

No jornal *O Mensageiro da Praia Grande*, impresso em Niterói, foi noticiado um anúncio divulgando a venda de números avulsos do *Conciliador*. Segundo o anúncio, esse periódico era vendido na “casa do Sr. João Baptista Boisson, na rua Direita da Conceição”. Foi divulgado também que os números 1 a 13 estavam sendo vendidos e “os números seguintes continuarão a achar-se à venda todas as segundas-feiras”.²⁷⁹ Esse periódico noticiou também informações referentes às temáticas dos artigos do *Conciliador*, destacando que “Há neles interessantes artigos e o último número, de sábado 28 de março, traz um sobre o Sr. Feijó, extraído do N. Farol Paulistano, e outro sobre a lei d’Assembleia Provincial que suspende as garantias”.²⁸⁰

²⁷⁷ **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, nº 126, p. 4, 9 jun. 1835. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_60. Acesso em: 3 fev. 2020. SODRÉ. **História da Imprensa...**, op. cit., p. 130.

²⁷⁸ **O Sete d’ Abril**. Rio de Janeiro, nº 219, p. 1-2, 7 fev. 1835. Ibidem, nº 247, p. 2-3, 19 mai. 1835; Ibidem, nº 252, p. 2-3, 6 jun. 1835. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca61>. Acesso em: 5 fev. 2020.

²⁷⁹ **O Mensageiro da Praia Grande, jornal curioso, instructivo, e liberal**. Praia Grande, nº 16, p. 6, 3 abr. 1835. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_62. Acesso em: 7 jun. 2020.

²⁸⁰ Ibidem.

A partir das informações apresentadas, constata-se que o Conciliador de Itaborahy foi lançado no dia 3 de janeiro de 1835. Dessa maneira, esse jornal foi o primeiro periódico de Itaboraí elevado na condição de Vila (fato que ocorreu em 1833), sendo o Itaborayense o primeiro da História da Imprensa da cidade.²⁸¹ Além disso, tais dados demonstram que essa folha possuía uma cultura jornalística de publicação de matérias referentes a questões de outras províncias (através de extratos de outros jornais), assim como de fatos locais e regionais, tendo, nos episódios encontrados, o acompanhamento de seu posicionamento sobre o conteúdo do que foi noticiado. Sua comercialização era realizada de forma avulsa em Itaboraí e em “Niterói”, o que assinala que sua circulação possuía um caráter local e regional.

Diante da limitação das fontes primárias encontradas ficou inviável concluir a predominância dos temas debatidos. Contudo, o conteúdo encontrado mostra que esse periódico realizou publicações com temáticas que se destacaram na opinião pública (de forma geral) do período, visto que também noticiou assuntos do contexto nacional, legal (matérias sobre a legislação determinada na Assembleia provincial) e de caráter político (artigos referentes ao regente Feijó). Além disso, pode-se afirmar que os debates em torno da opinião pública dos quais o periódico participou tiveram como uma das temáticas no plano local, e regional, matérias referentes às febres da época (sobressaindo, provavelmente, as “febres de Macacu”) e à relação dessas endemias nas extinções de vilas ao redor de Itaboraí.

Embora não seja possível precisar todo o seu período de duração, a leitura das fontes anteriormente apresentadas viabilizou constatar que esse periódico manteve sua circulação na vila (no mínimo) entre os meses de janeiro e maio de 1835. Por fim, a partir das informações analisadas, e em comparação com dados obtidos de outros periódicos, tornou-se possível supor que o fazendeiro e político José Augusto Gomes de Menezes tenha sido o proprietário e redator do jornal.²⁸²

O periódico seguinte publicado nesse período foi **O Juvenil**. A análise foi realizada através da leitura dos seus cinco números microfilmados e que estão localizados na seção de periódicos da Fundação da Biblioteca Nacional. Essa folha, de formato pequeno (com quatro

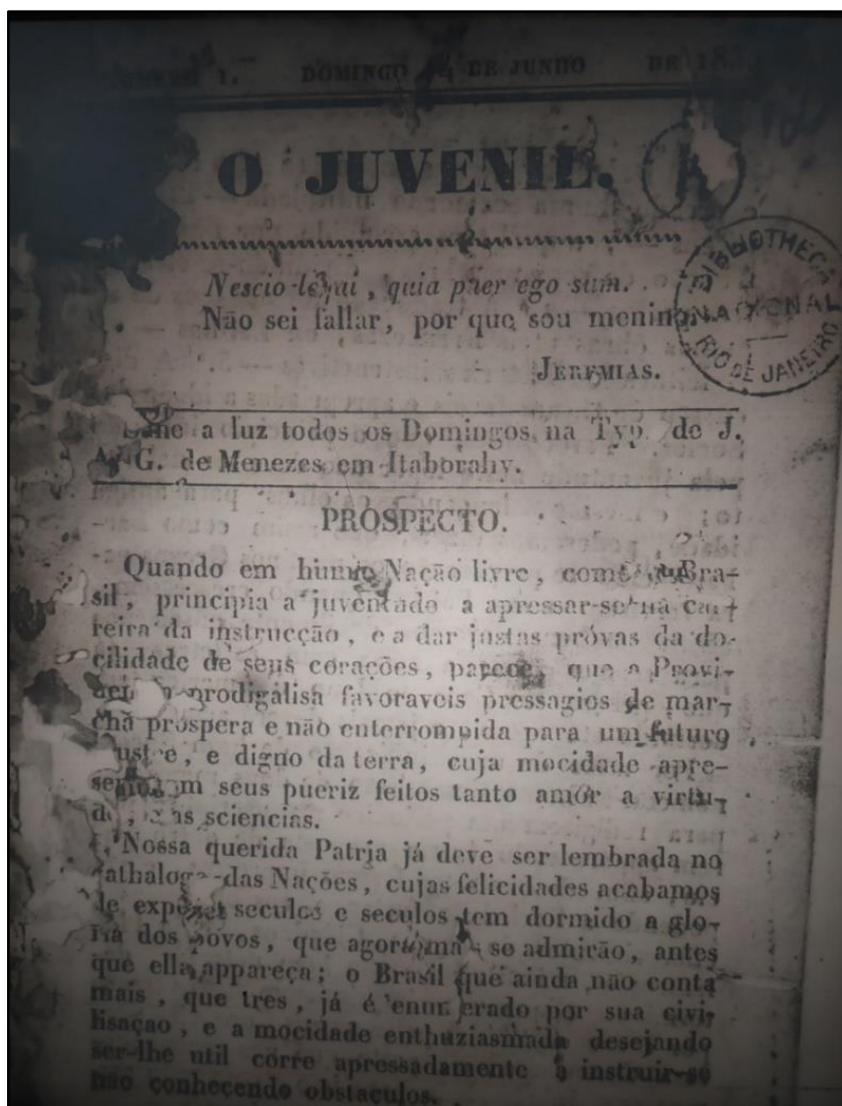
²⁸¹ Essa constatação se explica pelo fato de que o Correio Oficial citou a publicação do dia 10 de janeiro como sendo seu 2º número e o sábado como o dia da semana que o jornal de Itaboraí era publicado. Utilizando o calendário perpétuo do referido ano e considerando sua periodicidade semanal e o fato de que seja pouco provável que tenham ocorrido interrupções desse impresso entre seus números iniciais, foi possível chegar até a data de 3 de janeiro como sendo o dia do lançamento do Conciliador de Itaborahy.

²⁸² A explicação da suposição de ser José Augusto Gomes de Menezes o proprietário e o redator do Conciliador de Itaborahy foi apresentada no tópico 3.3, visto que tal verificação foi realizada em comparação com outros jornais e com a análise mais aprofundada do contexto político do período.

páginas, uma coluna cada uma e com dimensões de 16x11) foi lançada no dia 14 de junho de 1835, em um domingo, por jovens itaboraienses.²⁸³

Segundo seu cabeçalho, esse periódico era impresso inicialmente na Tipografia “de J. A. G. de Menezes em Itaboraí” e posteriormente (a partir do 3º número) na Tipografia “de Brito e C., Praça da Constituição nº 51”, localizada na Corte Imperial. As assinaturas mensais eram realizadas na própria tipografia por \$100 rs e os números avulsos podiam ser comprados no mesmo local por \$40 rs. Sua epígrafe cita os dizeres de “Jeremias” em latim e em português: “Não sei falar, por que sou menino”, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 6 - Primeira página do nº 1 do periódico O Juvenil (1835)



Fonte: O Juvenil (Biblioteca Nacional)²⁸⁴

²⁸³ **O Juvenil**. Itaboraí, nº 1, p. 1-2, 14 jun. 1835. Ver catálogo da biblioteca Nacional.

²⁸⁴ *Ibidem*.

O Juvenil foi criado por uma associação de jovens intitulada “Util aos Jovens”, buscando instruir e trocar informações entre seus membros. Inicialmente, a folha seria disponibilizada como um manuscrito, tornando-se um impresso após uma sugestão de um de seus membros. Segundo seu Prospecto,

o Juvenil foi criado por uma sociedade de jovens intitulada “Util aos Jovens”, a qual tem escolhido por fim instrução de seus membros, dividindo-se esta em três partes - 1º A tradução de pedaços de algumas obras francesas, ou latinas - 2º A leitura de histórias instrutivas - 3º A discussão de teses fáceis e apropriadas a idade dos sócios. [...] por meio de uma indicação de um sócio nomeou-se uma comissão de dois membros para redigirem um periódico manuscrito; porém, aparecendo uma proposta de outro sócio a fim de que estes fossem impressos e não podendo a Sociedade furtar-se aos obséquios e oferecimentos de alguns cidadãos, cuja filantropia e patriotismo são bem notórios, determinou ela que se imprimissem.²⁸⁵

O foco principal do Juvenil era compartilhar informações que seus membros consideravam relevantes para a obtenção do conhecimento. Assim, divulgaram histórias de bravuras de jovens romanos, episódios da mitologia grega e fábulas da cultura egípcia. Além disso, defendiam, para os jovens, condutas educacionais sem violência e atreladas ao respeito: “não é necessário, que a força e a pancada lhe apontem suas obrigações: o bom modo vence tudo. Se o seu Mentor é brando e respeitoso, faz que da boa educação fonte de todas as virtudes nasça tudo, o que é recomendável para torná-lo digno do amor de todas as pessoas.”²⁸⁶

O terceiro número do periódico saiu com sete semanas de atraso (apenas no dia 16 de agosto). O jornal justificou o fato apontando que isso ocorreu devido à ausência, em Itaboraí, de profissionais qualificados e atuantes na arte tipográfica. No escrito, nota-se parte do cotidiano de dificuldades que os redatores enfrentaram para manter a periodicidade do impresso sem interrupções: “nos [...] domingos [...] temos deixado de publicar o Juvenil [...]. A mudança de tipografia se mostrará que [...] não foi proveniente de nós a falta desses números, porém sim de não nos encontrarmos no lugar [...] um Compositor e Impressor.”²⁸⁷

Segundo seu regimento, comissões eram criadas para deliberar ações. Por exemplo, os sócios debatiam quando, e como, seria organizado o baile para comemorar a data de criação da associação, como iriam contribuir nos festejos do sete de setembro, quais livros iriam comprar e quais seriam traduzidos. Tinham comissões também para analisar verbos da Gramática Latina. Todas as ações eram debatidas entre os sócios antes de serem colocadas em prática.²⁸⁸

²⁸⁵ Ibidem. Provavelmente J. A. G. de Menezes, citado no cabeçalho do Juvenil, faz referência a José Augusto Gomes de Menezes como dono da tipografia. Ver tópico 3.3.

²⁸⁶ Ibidem, nº 4, p. 1, 23 ago. 1835.

²⁸⁷ Ibidem, nº 3, p. 4, 16 ago. 1835.

²⁸⁸ Ibidem, Itaboraí, nº 2, p. 1-4, 21 jun. 1835.

A iniciativa de criar comissões para tentar organizar os festejos de sete de setembro mostra que seus integrantes compartilhavam a contemplação dos valores nacionais vigentes do período. O pesquisador Marcello Basile demonstrou que no entrecruzamento de manifestações políticas e sociais, as “festividades cívicas regenciais [...] cumpriram um importante papel na mobilização das mais diversas camadas sociais e na afirmação dos valores nacionais”. Embora citem a intenção de organizarem alguns festejos locais, não há qualquer menção de suas realizações.²⁸⁹

As edições impressas localizadas não passaram de agosto e não foi encontrada nenhuma referência do *Juvenil* em jornais disponibilizados na Hemeroteca Digital, o que viabiliza supor que esse jornal teve uma curta duração, em torno de dois meses. Na análise desse material não foi realizada nenhuma menção à população negra local e notícias sobre fatos não foram publicizados, seja no âmbito local, regional ou nacional, o que inviabilizou a presença de ambientes de debates políticos em suas páginas. Logo, o conteúdo apresentado não se inseriu nas temáticas predominantes debatidas na opinião pública do período (debates em torno da descentralização em curso e a condução da Regência), retendo-se à publicização de informações em prol do compartilhamento de conhecimento e de ações e intenções em torno desse propósito. Portanto, O *Juvenil* não era um jornal político, mas sim literário.

A circulação de um periódico literário conduzido por jovens estudantes no ano de 1835, sendo este um período em que os debates de cunho político representavam a tônica principal dos jornais, mostra que o periodismo em Itaboraí se desenvolveu também com características diversas, não sendo, portanto, uma simples reprodução da cultura política que predominava nos jornais publicados na Corte Imperial.

Dessa forma, O *Juvenil* transformou o conteúdo de Filosofia, História e Literatura em letras impressas. Palavras que, nas leituras em voz alta realizadas nos espaços públicos e privados, foram compartilhadas como fonte de conhecimento para a população de Itaboraí. Tornou-se assim, o primeiro jornal local literário e o primeiro da vila a proporcionar uma ação pedagógica baseada, exclusivamente, em informações que tinham como principal objetivo o ato de ensinar. É relevante destacar que essa prática jornalística não era comum no período em que O *Juvenil* foi impresso. Como afirmou o pesquisador Vinicius Craneck Gagliardo

A proposta de um jornalismo pedagógico, em que o letrado deveria assumir para si a tarefa de formar o povo, começou a se consolidar a partir da década de 40, influenciado pelo golpe da maioridade. Com a maior estabilidade na política, a

²⁸⁹ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). Op. Cit., p. 58.

literatura e as ciências passaram a ganhar mais destaque nas folhas impressas, tornando-se os epicentros do projeto pedagógico almejado pelos letrados.²⁹⁰

Assim sendo, nota-se uma precocidade do jornal, na medida em que a consolidação do jornalismo pedagógico ocorreu posterior ao ano de sua publicação. Tal constatação viabiliza supor que O Juvenil foi um dos primeiros periódicos literários impressos, fora da Corte Imperial, na Província do Rio de Janeiro.

O outro jornal localizado, e que se insere no contexto de desenvolvimento do periodismo na Freguesia de São João Batista de Itaboraí, é **O Amigo da Moral**. A análise desse periódico se baseou na leitura de um de seus números e em algumas menções de seus escritos publicadas, na época, nos periódicos impressos na Corte Imperial. Esse material foi localizado na Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional. Além disso, foi utilizado também o jornal O Itaborahyense de 1908 (localizado no Acervo privado Heitor Costa), onde foi possível encontrar, através da seção intitulada Memórias Alheias, informações referentes à História da cidade.

Segundo seu cabeçalho, O Amigo da Moral era publicado “todos os sábados na tipografia de João Hilário de Menezes Drumond, em Itaboraí”. Recebia assinaturas no mesmo local onde imprimiam os jornais e na “Tipografia Niterói” a 2\$ rs (dois mil réis) por semestre, pagos adiantados. Esse impresso possuía quatro páginas e continha duas colunas cada uma (com dimensões de 30x20) e foi publicado provavelmente pela primeira vez entre maio e junho de 1836. No número localizado, o editorial foi publicado por um longo artigo de três páginas, acompanhado de uma relação dos Guardas Nacionais de Itaboraí (e Rio Bonito) e por um anúncio, divulgando a venda de fazendas de linho, sedas e algodão.²⁹¹ Na figura seguinte se visualiza um de seus números.

²⁹⁰ GAGLIARDO, Vinicius Craneck. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016, p. 54. Disponível em: https://cutt.ly/tese_unesp. Acesso em: 20 jun. 2020.

²⁹¹ **O Amigo da Moral**, Itaboraí, nº 81, p. 1, 20 jan. 1838. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca63>. Acesso em: 20 jun. 2020. A partir das informações citadas, utilizou-se o Calendário Perpétuo do ano de 1838. Disponível em: <http://ghiorzi.org/caleperp.htm>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Figura 7 - Primeira página do nº 81 do jornal O Amigo da Moral (1838)



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional²⁹²

Das poucas matérias identificadas desse periódico, foi possível perceber uma postura de defesa da moralidade (com ênfase nas funcionalidades do Estado) como meio garantidor da manutenção das leis, preocupação expressa em sua epígrafe, publicada em latim e em português (“que prestam leis, quando a moral falece”). O discurso da moralidade foi vinculado a outros temas e utilizado seja para denunciar (quebra de protocolos nobiliárquicos, desconsiderações pessoais em jantares imperiais ou em intrigas palacianas na Corte), assim como para evitar que

²⁹² O Amigo da Moral, op. cit., p. 1.

algo considerado um mal maior ocorresse, como a associação feita entre moral e instrução para inviabilizar o surgimento do fanatismo religioso.²⁹³

O Amigo da Moral comungava a vertente ideológica progressista, conforme noticiou (em 1837) o jornal O Regresso ao responder críticas realizadas pelo periódico de Itaboraí (em seu número 71) a essa folha e as suas ideias regressistas. O debate entre esses jornais chegou a um ponto que O Regresso denominou O Amigo da Moral de “Jornal do Mato” e “Irmandade dos Moribundos Progressistas”. O uso de designações depreciativas era uma prática comum nos periódicos brasileiros desde as primeiras décadas do século XIX. Os “insultos, desqualificações mútuas e difamações”, como destacou Marialva Barbosa, eram corriqueiros em discussões entre os jornais em disputa²⁹⁴.

Esse embate demonstra que o periódico de Itaboraí participou das discussões públicas divulgadas em jornais da Corte Imperial e que a circulação de ideias publicadas em suas matérias (caracterizadas por posicionamentos políticos) foi para além da própria vila, alcançando o centro político administrativo do país, ainda que não tenha sido encontrado qualquer menção de venda avulsa desse periódico, pois essa forma de comercialização facilitava a circulação dos jornais em diversas regiões.²⁹⁵

É relevante mencionar (para contextualizar o período) que com o decorrer dos anos a preponderância política exercida pelos liberais moderados deu origem a uma nova divisão política, composta pelos grupos políticos regressistas e progressistas. Essa polarização ficou mais em evidência quando (em 1837) Pedro de Araújo Lima foi eleito regente e inaugurou o período denominado como o Regresso.

De acordo com Marcello Basile, os regressistas tinham em sua composição “grandes fazendeiros do Vale do Paraíba Fluminense ligado à produção de café” e a “maioria dos magistrados, burocratas da Corte e outros grandes fazendeiros, sobretudo da Bahia e de Pernambuco, até então vinculados ao grupo moderado e, inclusive, restaurador”. Segundo ele, “formavam o chamado Partido do Regresso, núcleo do que viria a ser o Partido Conservador” e tinham como principal defesa “restaurar a ordem e promover o progresso material [...] do país”, sendo necessário para isso “fortalecer novamente o poder central”. Já o grupo progressista (núcleo do que mais tarde viria a ser o Partido Liberal) era composto, basicamente, por “profissionais liberais de extração urbana (principalmente advogados e jornalistas) e

²⁹³ **O Amigo da Moral**, op. cit., p. 1-4; Itaborahy. **O Pacote do Rio**, Rio de Janeiro, nº 189, p. 1-2, 27 ago. 1836. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca64>. Acesso em: 21 jun. 2020.

²⁹⁴ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Op. cit., p. 56.

²⁹⁵ O Regresso ao Jornal do Mato. **O Regresso**, Rio de Janeiro, nº 4, p. 2, 22 nov. 1837. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca65>. Acesso em 21 jun. 2020.

também numerosos proprietários de terra de áreas menos tradicionais, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.” A estes se juntaram “antigos liberais exaltados e, ainda, alguns poucos restauradores. Por princípio, defendiam a descentralização e a prevalência do Poder Legislativo (da Câmara dos Deputados).”²⁹⁶

Diante do contexto apresentado, fica evidente que os ataques realizados pelo jornal O Regresso se inserem no âmbito da polarização política do período, na medida em que o proprietário do periódico O Amigo da Moral (João Hilário de Menezes Drumond) era, na época, a principal representação política dos liberais progressistas na região. Além disso, é possível interpretar que a habilidade de escrita de Drumond era algo que também incomodava os regressistas, visto que isso representou um diferencial nas disputas em torno da opinião pública. Drumond além de ser proprietário do Amigo da Moral, era também seu redator. As informações apresentadas em seus escritos acompanharam citações de personagens da Filosofia Grega e da História de diferentes períodos para exemplificar (com um certo requinte na escrita) os fatos mencionados nas matérias.²⁹⁷

O seu neto, o jornalista, advogado e diplomata Salvador de Mendonça, escreveu um texto sobre algumas histórias da vida de seu avô e sua vivência com ele. No artigo, publicado no Itaborahyense em 1908, Mendonça faz referência de uma lembrança de sua infância e destaca, com orgulho, a qualidade da escrita e dos impressos dos jornais do avô. Além disso, cita uma conversa que teve com Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde Itaboraí), onde este teria apresentado a dimensão das relações de representatividade política que João Hilário de Menezes Drummond teria tido na região. Segundo Mendonça, o Visconde teria dito para ele que “seu avô governava aquela terra toda com o seu bengalão de capitão-mor e a sua extrema bondade de coração. Eu já era Visconde, mas o feudo era dele”. Essas observações destacam o nível da representação política que Drummond exerceu no período, o que explica, de certa forma, os embates com o jornal O Regresso.²⁹⁸

Devido a contribuição que João Hilário de Menezes Drummond proporcionou para a Imprensa de Itaboraí e diante de sua relevância na História da cidade, torna-se produtor de conhecer um pouco de sua História. Drumond nasceu na Freguesia de São João Batista de Itaboraí, no dia 16 de março de 1798, onde viveu quase toda sua vida até o seu falecimento, que ocorreu no dia 21 de abril de 1853. Assentou praça na Guarda de Honra do Imperador em março

²⁹⁶ BASILE, Marcello. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, p. 350-352.

²⁹⁷ **O Pacote do Rio**, op. cit.

²⁹⁸ MENDONÇA, Salvador. Sessenta anos de Reminiscência. Memórias alheias. **O Itaborahyense**, Itaboraí, nº 647, p. 3, 5 jan. 1908.

de 1814 e foi chefe de legião da Guarda Nacional na região, alcançando o posto de Coronel em 1844.²⁹⁹As diversas condecorações que obteve eram tratadas como motivo de orgulho, como pode ser observado na pintura abaixo.

Figura 8 - Pintura de João Hilário de Menezes Drummond



Fonte: Anuário Genealógico Brasileiro³⁰⁰

Entre o período de 1840 a 1853 atuou diversas vezes como vereador, sendo presidente da Câmara nos anos de 1852 e 1853. Era fazendeiro de café (e, portanto, proprietário de escravizados), negociante, tabelião e ocupou cargos em sua trajetória como juiz de paz e delegado.³⁰¹

Suas contribuições para a História da Imprensa de Itaboraí foram iniciadas, em 1832, quando se tornou um dos colaboradores do jornal O Severo. Posteriormente, com tipografia

²⁹⁹ MOYA, Salvador de. **Anuario genealógico brasileiro**. São Paulo: Instituto de Estudos Genealógicos, vol. 1, 1939, p. 272-275;

³⁰⁰ MOYA, Salvador de, **op. cit.**

³⁰¹ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 219, ano XIX, p. 1, 1 out. 1840. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_66. Acesso em: 23 jun. 2020. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1846-1854. Disponível em: <https://cutt.ly/almanak>. Acesso em: 23 jun. 2020.

própria imprimiu O Amigo da Moral e A Civilização (periódico que passou a ser publicado em 1850). O pesquisador Dalmo Barreto se equivocou ao assinalar que possivelmente a tipografia de Drummond teria sido a primeira de Itaboraí, visto que, como já foi apresentado, existiram outras tipografias na vila anteriores a essa.³⁰² Vale mencionar que Drummond também contribuiu na área da cultura de Itaboraí, pois foi ele quem construiu o teatro onde o célebre dramaturgo João Caetano dos Santos estreou sua carreira artística, em 1827, desempenhando o papel de Carlos na peça o Carpinteiro da Livonia.³⁰³

As poucas referências localizadas sobre O Amigo da Moral não viabilizaram conhecer as principais temáticas publicadas nesse jornal e quais predominaram nos embates travados na opinião pública do período. Pelo mesmo motivo não foi possível identificar como os temas culturais eram noticiados e como o jornal citava a população negra da vila na época. Do material analisado, constatou-se que O Amigo da Moral foi um expoente dos liberais progressistas na região, participando ativamente das discussões políticas que se destacaram na imprensa do período, realizando, inclusive, embates com jornais publicados na Corte Imperial. Além disso, foi possível perceber que o periódico, quando comparado com os anteriores analisados, viabilizou a circulação de jornais com tamanhos relativamente maiores e alcançou um tempo mais longo de duração, pois manteve suas funcionalidades em curso durante, no mínimo, quatro semestres, ou seja, em torno de dois anos.

Após a edição de número 81, de janeiro de 1838, não foram encontradas mais menções do periódico O Amigo da Moral em outros jornais. Um anúncio de março do mesmo ano, publicado no Jornal do Commercio, contribui para considerar que nesse período o periódico encerrou suas atividades, pois foi divulgado que se precisava de “um compositor para uma tipografia na Vila de Itaboraí, ao qual se dará casa para morar, cama e mesa”. Como as fontes primárias analisadas neste estudo mostraram que a única tipografia que existia em Itaboraí, no ano de 1838, era a que imprimia O Amigo da Moral, logo, esse anúncio provavelmente faz referência a uma dificuldade do cotidiano desse jornal, o que assinala um dos possíveis problemas que contribuiu para o encerramento de suas atividades: a falta de um compositor.³⁰⁴

³⁰² BARRETO, Dalmo. Salvador de Mendonça: sua vida e sua obra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, vol. 148, nº 355, p. 141-163, abril-junho de 1987. Disponível em: https://cutt.ly/rihgb_4. Acesso em: 24 jun. 2020.

³⁰³ MACEDO, Joaquim Manoel. **Suplemento do ano biográfico...**op,cit., p. 510; PAIXÃO, Múcio da. **O teatro no Brasil**; obra póstuma. Rio de Janeiro: Moderna, 1917, p. 412.

³⁰⁴ Compositor era a pessoa responsável por organizar as letras para formar palavras para serem impressas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 55, p. 4, 9 mar. 1838. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca-67>. Acesso em: 29 jun. 2020.

É pertinente destacar que, nesse período, era consideravelmente dificultoso um jornal alcançar esse tempo de publicação. Como demonstrou Marcello de Ipanema, dos 43 jornais que surgiram em 1836 na Corte (ano em que O Amigo da Moral passou a ser impresso), apenas 3 continuaram suas publicações dois anos depois de serem lançados. Logo, se a manutenção das publicações durante esse tempo representou uma difícil realidade da imprensa na Corte (que na época era o centro político e administrativo do país), certamente para um jornal de Itaboraí isso foi ainda mais emblemático, na medida em que a vila na época era considerada como parte do interior da província. Desse modo, a manutenção das publicações do Amigo da Moral, nesse espaço de tempo, contribui para reconhecer as condições econômicas de seu proprietário, sua representação política na região e a importância que esse jornal alcançou para imprensa do período na esfera local e regional.³⁰⁵

3.2 – O periodismo chega à Freguesia de Santo Antonio de Sá - O Provinciano Fluminense

Este tópico analisa outro jornal localizado no Período Regencial e que fez parte da expansão do periodismo impresso na região, **O Provinciano Fluminense**. O periódico era publicado na Freguesia de Santo Antonio de Sá, que na época ainda era parte integrante da vila de mesmo nome. Como essa freguesia passou a compor a Vila de Itaboraí, em 1875, esse jornal é considerado nesta pesquisa como sendo parte integrante da História da Imprensa de Itaboraí.

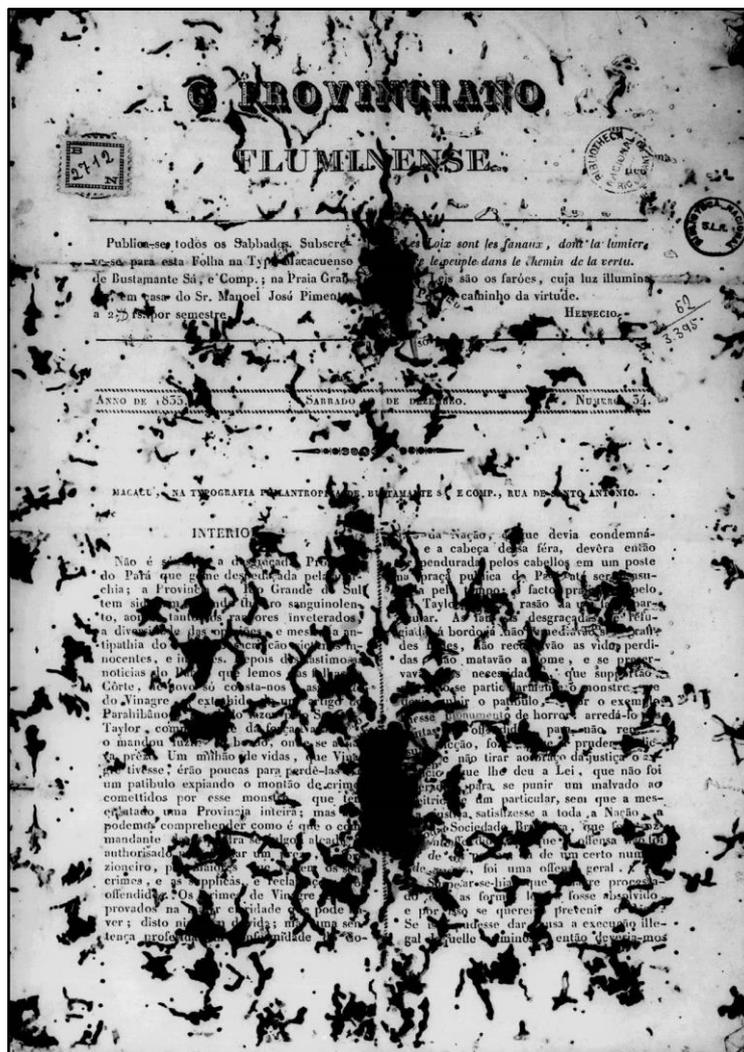
O corpo documental utilizado para esta etapa do estudo foi composto pelo número 34 do Provinciano Fluminense e pelas menções de suas publicações em jornais impressos na Corte Imperial (A Aurora Fluminense e o Jornal do Commercio), nos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro e em uma revista intitulada A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino. Todo esse material foi localizado no acervo da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

O Provinciano Fluminense foi lançado possivelmente no dia 25 de abril de 1835, inaugurando, dessa forma, a imprensa na Freguesia de Santo Antonio de Sá. Ele era um jornal de formato pequeno (31x22) - embora um pouco maior quando comparado aos demais jornais locais do mesmo período -, composto por 4 páginas, com duas colunas cada uma e impresso na “Tipografia Filantrópica de Bustamante Sá e Comp.” situada na “rua de Santo Antonio”, Vila de Macacu. Dos jornais analisados na escrita da História da imprensa de Itaboraí, esse periódico

³⁰⁵ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 307, abril-junho, 1975, p. 95. Disponível em: <https://cutt.ly/rihgb5>. Acesso em: 29 jun. 2020.

foi o primeiro localizado com as páginas impressas em formato de duas colunas e com um editorial composto por texto de mais de uma folha de autoria do redator, como pode ser observado na figura abaixo.³⁰⁶

Figura 9 - Primeira página do nº 34 do periódico Provinciano Fluminense (1835)



Fonte: O Provinciano Fluminense (Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional)³⁰⁷

Cybelle e Marcello de Ipanema, ao apresentarem de forma objetiva esse periódico, afirmaram que essa tipografia ficava localizada na sede da Vila de Santo Antonio de Sá (Vila

³⁰⁶ Isso porque o periódico O Amigo da Moral, que também possuía duas colunas em suas páginas, começou a ser publicado posteriormente, em 1836. Ele foi analisado anteriormente ao Provinciano Fluminense porque a abordagem realizada neste capítulo se pautou no estudo dos impressos por freguesia. Em relação ao Conciliador de Itaborahy, que também passou a ser publicado em 1835, não foi localizado um exemplar de seus impressos para realizar a verificação gráfica de seus números, o que impediu de conhecer como estavam organizadas as informações publicadas em suas páginas. **O Provinciano Fluminense**. Macacu, nº 34, p. 1, 19 dez. 1835. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca69>. Acesso em: 4 abr. 2020; **Catálogo de Periódicos...** Op. Cit.

³⁰⁷ **O Provinciano Fluminense**. Op. Cit.

de Macacu como também era conhecida). Equivocadamente eles citaram essa região como parte integrante do atual município de Cachoeiras de Macacu. O equívoco se dá pelo fato de que a sede da Vila, em 1835, era a Freguesia de Santo Antonio de Sá (freguesia de mesmo nome da vila) e, portanto, parte do território que compõe atualmente o município de Itaboraí.³⁰⁸

O jornal tinha uma periodicidade semanal, sendo publicado todos os sábados. As assinaturas podiam ser realizadas na própria tipografia e em Praia Grande (Niterói), na casa do Sr. Manoel José Pimentel a 2\$ rs. (dois mil réis) por semestre. De forma avulsa, foi vendido também na loja de livros do Sr. Laemmert, rua da Quitanda, na Corte Imperial. O único exemplar localizado se encontra em um estado de deterioração considerável, o que dificultou a leitura de suas páginas, como pode ser observado na figura 9.³⁰⁹

Apesar da deterioração desse exemplar, foram observadas algumas informações. Por exemplo, o jornal publicou matérias de jornais da Corte (Jornal do Commercio), fazendo referência a episódios de outras Províncias do país.³¹⁰ Na esfera local noticiou, entre outros temas, posturas da Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá determinando limitações de mobilidade na vila para a população negra escravizada (inclusive para as pessoas negras estrangeiras livres e pardas), assim como proibições a título de divertimento dessas pessoas, sejam em tabernas, festas e em qualquer outro lugar. Da mesma forma, estabeleceu punições aos escravizados e aos senhores que não cumprissem as posturas estabelecidas.

A Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá, faz publicar as seguintes posturas aprovadas pelo Governo Provincial. Art. 1.º É rigorosamente proibido aos escravos de ambos os sexos e cor andar nas ruas da vila, arraiais e povoados além das nove horas da noite sem seu escrito de seu senhor ou da pessoa [?] encarregada, que declare a hora em que saiu de casa e o serviço [?] que vai empregado. É do mesmo modo proibido aos escravos de ambos os sexos, e cor, de dia e de noite em dia santo [...] sair para fora do recinto de suas casas [...]. Art. 2.º Os escravos que forem encontrados sem os seus escritos serão presos e entregues ao Juiz de Paz do Distrito, ou subdelegados, para serem convenientemente e sumariamente punidos. Seus senhores no primeiro caso do Art. 1.º pagarão a multa de 4\$000; e no 2º, a de 6\$, e dobrado na reincidência e antes de lhes ser o escravo entregue. Obrigando-se o senhor a castigar o escravo, [?] entregue logo que pagando a multa (...). Art. 3.º Também ficam proibidos os ajuntamentos de mais de seis escravos em tabernas ou em outros quaisquer lugares, inda a título de divertimento ou de festa e com permissão dos senhores. [...]. Art. 4.º Não é permitido aos estrangeiros de cor preta, libertos ou livres mascatear ou pombear no termo deste município.³¹¹

³⁰⁸ IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op. cit., p. 44. A leitura de diversas outras fontes comprova que O Provinciano Fluminense era impresso na Freguesia de Santo Antonio de Sá. Portanto, seus impressos fazem parte, principalmente, da História da Imprensa de Itaboraí. Para ter acesso a uma dessas fontes ver: **A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino**. Rio de Janeiro, p. 254, 1877. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca68>. Acesso em: 30 jun. 2020.

³⁰⁹ **O Provinciano Fluminense**, op. cit., p. 1.

³¹⁰ Ibidem. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, nº 126, p. 4, 9 jun. 1835, op. cit.

³¹¹ **O Provinciano Fluminense**, op. cit., p. 3 e 4.

Essas proibições, sobretudo a que faz referência ao acesso da população negra nas festas, se inserem em um contexto, como demonstrou Martha Abreu, de preocupação com “os levantes negros baianos de 1835”. Na época, segundo Abreu, a tendência de repressão em relação às festas se sobressaiu, visto que havia uma expressiva desconfiança de insurreições na Província do Rio de Janeiro.³¹² Essas determinações da Câmara mostram o uso do jornal como meio de propagar, na recente esfera pública local, os esforços das representações políticas locais para manter, sem alterações, a estrutura socioeconômica do período.

É relevante ressaltar que de modo geral, no Período Regencial, a discussão na imprensa referente à população negra não se reteve apenas às publicações pautadas na defesa da manutenção da ordem legal. Existem pesquisas, como a da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, que mostram que nesse contexto (embora o Brasil fosse uma sociedade escravista) a discussão pública da temática do racismo já era realizada na imprensa, tendo, inclusive, jornais que discutiam abertamente a questão racial, como *O Crioulo*, *O Homem de Cor* ou *O Mulato e Brasileiro pardo*, entre outros.³¹³

Através de algumas matérias noticiadas na íntegra pela *Aurora Fluminense* e de uma menção do *Jornal do Commercio*, foi possível constatar que a temática das “febres de Macacu” (tanto no aspecto local quanto no provincial) foram consideravelmente debatidas pelo jornal, inclusive com outro periódico local: *O Conciliador de Itaboraí*. Em uma de suas publicações, *O Provinciano* noticiou os óbitos gerados pelas Febres (principalmente os das crianças), priorizando como abordagem o acionamento do medo que o imaginário popular da época compartilhava, pois afirmou que as mortes ocorreram como resultante de “imensas bruxarias de mulheres [...] e de escravos”.³¹⁴

Outros conteúdos referentes ao cotidiano local também foram citados, como a construção e a manutenção de pontes para viabilizar uma melhor circulação nas estradas da região e as solicitações de recursos (do último Guardião do Convento de São Boaventura) à Câmara Municipal, por esta ter utilizado os espaços do Convento como um hospital para atender os doentes das Febres. No anúncio localizado em sua última página, a prática em publicizar objetos perdidos foi realizada.³¹⁵

³¹² ABREU, Martha. **Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XX**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n.14, 1994, p. 189.

³¹³ PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2006. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_unb. Acesso em: 6 abr. 2020.

³¹⁴ **A Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro, nº 1079, p. 3-4, 7 ago. 1835. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca71>. Acesso em: 8 abr. 2020; **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, nº 126, p. 4, 9 jun. 1835. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca72>. Acesso em: 8 abr. 2020.

³¹⁵ **O Provinciano Fluminense**, op, cit., p. 3-4.

Constatou-se que a família dona da tipografia onde imprimia o jornal (os Bustamante Sá) era proprietária de terras e de escravizados na Vila de Macacu, tendo alguns de seus integrantes atuação política na esfera local e provincial. Entre eles, destaca-se Alexandre Fortes de Bustamante e Sá. Fortes foi duas vezes presidente da Câmara Municipal e deputado na primeira e na segunda Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Assim, sendo a família proprietária dessa tipografia (e desse periódico) e considerando que Alexandre Fortes passou a ter, em 1835, uma atuação política na Assembleia Provincial, torna possível supor que O Provinciano Fluminense era o principal veículo político de divulgação das ideias do deputado na região, visto que o tempo de funcionamento do jornal acompanhou uma parte expressiva da atuação dele na Assembleia provincial. Assim como Alexandre Fortes, o jornal seguia uma tendência política liberal moderada e defendia (de forma mais contundente) um discurso de manutenção da ordem legal, como pode ser observado em algumas de suas matérias e em sua epígrafe, publicada em latim e em português (“as leis são os faróis, cuja luz ilumina as pessoas no caminho da virtude”).³¹⁶

Diante das limitações das fontes primárias ficou inviável precisar o tempo de duração do jornal. Contudo, é possível estimar um período mínimo de funcionamento, visto que há evidências documentadas do início de suas impressões (abril de 1835) e da manutenção das funções da Tipografia Filantrópica Bustamante e Sá e Comp. (1837), ou seja, um espaço de tempo de dois anos.

Um dos impressos que comprova o funcionamento da Tipografia de Bustamante Sá e Comp. (em 1837) é um “Regulamento para o serviço ordinário, revistas e exercícios do batalhão das guardas nacionais da Paróquia de Santo Antonio de Sá. Feita pelo seu comandante, o tenente coronel Alexandre Fortes de Bustamante Sá.” Esse regulamento foi aprovado pelo presidente da Província, Paulino José Soares de Souza, e sua impressão nessa tipografia mostra, além da atuação de Alexandre Fortes na região, o uso desse espaço gráfico para suas ações políticas na esfera local. A continuidade do funcionamento da tipografia, somada à importância de um jornal enquanto espaço de publicização de informação e, logo, de convencimento e de legitimação de interesses na opinião pública do período, possibilita supor que O Provinciano Fluminense ainda era publicado nesse período.³¹⁷

³¹⁶ Relação dos deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas legislaturas de 1836 a 1917. **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**. Niterói, p. 2, 1836. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca70>. Acesso em: 6 abr. 2020; MACEDO, Joaquim Manoel. **Suplemento do anno biográfico...**op,cit., p. 5-7.

³¹⁷ **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, op. cit., p. 739.

Como já foi apresentado na análise do periódico O Amigo da Moral, diante das diversas dificuldades que existiam no período para manter a impressão e a distribuição dos jornais, dois anos era um espaço temporal consideravelmente extenso de publicação, o que demonstra, de certa forma, a estrutura financeira dessa tipografia e o nível da atuação política de seus proprietários na região.

Esse periódico foi citado em algumas listas nominativas de escritores do século XIX, como, por exemplo, a menção realizada no trabalho de Francisco de Souza Martins, que o cita como um dos 56 jornais existentes em todo o país no ano de 1835. Isso assinala, de certo modo, um reconhecimento de sua circulação e produção jornalística na Província do Rio de Janeiro.³¹⁸

Portanto, a partir da análise realizada, constatou-se que O Provinciano Fluminense foi um jornal informativo e, sobretudo, político, sendo utilizado como instrumento de orientação da opinião pública dos interesses da família Bustamante Sá. Esse jornal inaugurou a atividade tipográfica e jornalística na Freguesia de Santo Antonio de Sá e contribuiu para inovar os formatos dos periódicos publicados na região, tanto pelas suas dimensões assim como pelo uso de duas colunas por página em seus impressos.

Dos debates públicos localizados, as questões regionais tiveram destaque. As discussões em torno das causas e do tratamento das “febres de Macacu” e o medo da morte que essa endemia gerou (somada a subjetividade do redator), estiveram presentes em diversas de suas publicações. Através do estudo do Provinciano Fluminense, foi possível conhecer como que, diante de uma conjuntura considerada instável, as autoridades municipais da época lidaram com os espaços de sociabilidade e de divertimento da população negra da região. Dessa forma, a presente pesquisa considera O Provinciano Fluminense como o precursor, na História da Imprensa de Itaboraí, da publicização de notícias referentes à participação da população negra escravizada em festas, ainda que dentro de uma cultura jornalística defensora do discurso de manutenção da ordem e do silenciamento das “ambiguidades do controle e tolerância” que existiram em torno desse contexto de festas, como destacou Martha Abreu.³¹⁹

³¹⁸ MARTINS, Francisco de Souza. **Progresso do Jornalismo no Brasil**, op. cit., p. 266-267.

³¹⁹ ABREU, Martha. **Festas Religiosas no Rio de Janeiro...**, op. cit., p. 200.

3.3 – Abordagem comparativa dos jornais itaboraienses no Período Regencial

Este tópico realiza uma análise comparativa dos periódicos impressos em Itaboraí no Período Regencial. Esta abordagem se baseia, principalmente, no estudo da materialidade desses jornais, assim como na análise de seus conteúdos e nas correntes políticas compartilhadas pelos sujeitos sociais envolvidos na condução desses impressos (aqueles que foi possível identificar). A equiparação desses dados (inseridos no contexto histórico local e geral) viabiliza compreender as culturas políticas que influenciaram as informações que foram publicadas nesses jornais, além de contribuir para o entendimento de como a esfera pública local (baseada na imprensa) foi constituída e utilizada como espaço de disputas políticas pelos agentes sociais ativos nesse processo.

É relevante mencionar que a materialidade dos jornais, como destacou Marialva Barbosa, informa “as habilidades e os códigos que o público partilha. Indicam hábitos e práticas revelando modos de transmissão que se encontram invariavelmente inscritos no texto.” Além disso, segundo ela, “mostram também práticas e formas de leitura que advêm da maneira como as letras impressas assumem, naquele momento, a forma de jornal.”³²⁰

A partir das tabelas³²¹ que serão apresentadas a seguir, busca-se realizar uma síntese complexificadora da particularização regional do processo histórico em que os jornais locais estiveram inseridos. A Tabela 5 apresenta os impressos que iniciaram a imprensa em Itaboraí e a Tabela 6 os periódicos que compõem o momento da expansão do periodismo impresso na região. É pertinente mencionar que no capítulo anterior os jornais da Tabela 5 foram inseridos em uma análise mais ampla de implementação do periodismo impresso (fora da Corte Imperial) na Província Fluminense. Neste capítulo, essas folhas foram estudadas pelo aprofundamento analítico de suas informações, dando ênfase para esfera local. Neste tópico, esses jornais serão trabalhados em comparação com outros periódicos locais que passaram a ser impressos em 1835 (inseridos na Tabela 6).

Os jornais O Itaborayense e O Severo, apresentados na Tabela 5, foram publicados em um contexto em que ocorreu - como mencionou Marco Morel e Mariana Barros - “uma verdadeira explosão da palavra pública”, momento em que, segundo eles, a “discussão política exacerbava-se e alcançava um tom mais alto”.³²²

³²⁰ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Op. cit., p. 63.

³²¹ O asterisco (*) presente na Tabela 5 e 6 faz referência à informações prováveis.

³²² BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 30.

Tabela 5 - Primeiros periódicos impressos em Itaboraí (1832)

Freguesia de São João Batista de Itaboraí		
Jornais	O Itaborayense	O Severo
Data de lançamento	12/05/1832	10/06/1832
Tipografia	Própria e localizada em Itaboraí	Própria e localizada em Itaboraí
Periodicidade	1 vez por semana (sábado)	1 vez por semana (domingo)
Dimensões	Não localizado	20x15
Formato	Não localizado	4 páginas (maioria) e com 1 coluna
Comercialização	Assinatura (?) e avulsa (\$40 rs)	Assinatura (\$500 rs) e avulsa (\$40 rs)
Regiões onde eram vendidos	Itaboraí e na Corte	Itaboraí e na Corte
Anúncios	Não localizado	Presente em suas publicações
Meios de obtenção de informações	Extratos* e Correspondências	Extratos e Correspondências
Período de duração	2 meses (no mínimo)	Em torno de 5 meses
Tendência política	Liberal Exaltado	Liberal Moderado
Características do (s) redator (es)	Não localizado	Não localizado

Fonte: Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional

A vacância do trono, gerada pela abdicação de D. Pedro I, viabilizou espaços de disputas de projetos de formação da nação brasileira por todo o país. Dessa forma, se intensificou a interpretação da imprensa como instrumento de difusão de ideias, utilizada, sobretudo, com um sentido político. Amplificar os debates, conquistar mais simpatizantes para as suas correntes ideológicas e obter legitimidades de suas ações (diante dos embates travados na opinião pública) caracterizaram as atuações dos indivíduos letrados envolvidos diretamente na produção de periódicos desse período. Isso possibilitou o desenvolvimento da cultura política liberal, estabelecendo a imprensa como o locus privilegiado do espaço público.

Constatou-se que a produção desses dois jornais em Itaboraí foi consequência direta da expansão do liberalismo e das iniciativas de indivíduos residentes na Corte (juntamente com agentes sociais locais) em prol da propagação de suas vertentes políticas. Logo, o surgimento da imprensa na vila foi resultante de práticas de sociabilidades (e solidariedades) de fora para dentro. Embora o primeiro contato de itaboraienses com a cultura política liberal tenha sido realizado através das discussões que estes participavam nos jornais publicados na Corte - no período anterior à implementação do periodismo em Itaboraí -, foi apenas através da impressão e da circulação dos jornais *O Itaborayense* e *O Severo* que a esfera pública de fato se desenvolveu na vila, viabilizando, de forma mais dinâmica, a propagação da cultura política liberal na região.³²³

Em relação aos periódicos impressos a partir de 1835 (presentes na Tabela 6), verificou-se que as suas publicações se inserem em um contexto associado, sobretudo, às transformações

³²³ Essa prática foi analisada no tópico 1.1.

que a implementação do Ato Adicional de 1834 proporcionou nas relações de poder no âmbito regional. Entre as modificações que esse ato gerou nas províncias, as que mais se destacaram para ampliar a participação direta das representações políticas locais na produção de periódicos (impressos na esfera local) foram: a criação da Presidência da Província e, principalmente, das Assembleias Provinciais.

Tabela 6: Periódicos impressos em Itaboraí entre os anos de 1835 a 1838

Jornais	Conciliador de Itaborahy	O Juvenil	O Amigo da Moral	O Provinciano Fluminense
Data de lançamento	03/01/1835	14 de junho de 1835	2º trimestre de 1836	25/04/1835*
Tipografia	Própria e localizada em Itaboraí*	Itaboraí e depois na Corte Imperial	Própria e localizada em Itaboraí*	Própria e localizada em Santo Ant. de Sá
Periodicidade	1 vez por semana (sábado)	1 vez por semana (domingo)	1 vez por semana (sábado)	1 vez por semana (sábado)
Dimensões	Não localizado	16x11	30x20 (in-folium)	31x22 (in-folium)
Formato	Não localizado	1 coluna	4 páginas e com 2 colunas	4 páginas e com 2 colunas
Comercialização	Assinatura* e avulsa	Assinatura (\$100 rs) e avulsa (\$40 rs)	Assinatura (2\$000 rs) e avulsa (?)*	Assinatura (2\$000 rs) e avulsa (?)
Regiões onde eram vendidos	Itaboraí e Niterói	Itaboraí	Itaboraí e Niterói	Itaboraí, Niterói e Corte
Anúncios	Não localizado	Não consta em seus números	Presente em suas publicações	Presente em suas publicações
Meios de obtenção de informações	Extratos e Correspondências*	Extratos	Extratos e Correspondências*	Extratos e Correspondências*
Período de duração	4 meses (no mínimo)	Em torno de 2 meses	Em torno de 2 anos	Em torno de 2 anos
Tendência política	Liberal Moderado	Sem definição política	Progressista	Liberal Moderado
Características do (s) redator (es)	Advogado e político local	Jovens intelectuais itaboraienses	Fazendeiro e político local	Advogado, fazendeiro e político local

Fonte: Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional

Isso porque a Assembleia Provincial Fluminense, segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa, “servia como um importante espaço de expressão dos interesses e dos desejos” dos grupos do interior da província “em relação aos governos provincial e imperial”. Logo, conforme demonstrou Gouvêa, a assembleia se constituiu como um espaço de representações dos interesses regionais/provinciais.³²⁴

A competência dessa assembleia, determinada por sua jurisdição, apresentava temas de considerável interesse das principais representações dos poderes locais, destacando, segundo Gouvêa, as “divisões civis, judiciárias e eclesiásticas; educação pública; orçamentos municipais e provinciais, assim como previsão de gastos; empregados públicos municipais e provinciais, obras públicas e organização das estatísticas provinciais.” Além disso, cabia à Assembleia

³²⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Op. Cit., p. 10-11.

“legislar sobre reclamações de má conduta magisterial, incluindo até mesmo o poder para demitir alguém se o caso fosse provado; e legislar sobre processos contra o presidente da província.”³²⁵

Nota-se, portanto, que a assembleia - embora nos assuntos financeiros da província precisasse da sanção do presidente provincial - possuía totais poderes sobre as finanças municipais e nos assuntos gerais. Todo esse cenário ampliou os espaços de atuação política na esfera regional, visto que a atuação direta na assembleia como deputado passou a representar o principal meio de obtenção dos interesses dos poderes locais de uma determinada região.

Dessa forma, a imprensa local se consolidou como um dos principais espaços de sociabilidade política entre os agentes sociais locais e provinciais. Até porque, como argumentou Marcello Basile, o Parlamento e a imprensa - assim como as associações, manifestações cívicas e os movimentos de protestos ou revolta - se constituíram como “instrumentos principais de ação política no período regencial”.³²⁶

A necessidade da propagação de demandas regionais e a percepção da importância na condução de debates mais gerais, realizada pelas próprias representações políticas locais, contribuíram de forma significativa para que esses setores tenham tomado a iniciativa de criar tipografias (e jornais) na própria região de suas atuações ou buscado apoio de proprietários desses estabelecimentos existentes na esfera local. Diante disso, a vila de Itaboraí passou a ter a impressão de dois jornais políticos em 1835 (dos três que surgiram nesse ano) e um em 1836, como pode ser observado na Tabela 6.

Esse contexto ampliou a atuação dos poderes regionais e contribuiu para o surgimento de uma cultura política (em Itaboraí) caracterizada pela aspiração da ampliação da representação dos poderes locais na esfera provincial. Isso explica o crescimento do número de jornais na vila em um contexto de queda (que se iniciou em 1834) da produção do periodismo impresso em outras regiões. Sobre essa diminuição de jornais impressos nesse período, Marco Morel e Mariana Bastos argumentaram que

o governo imperial buscou deter a expansão dos periódicos por meio de legislação controladora, mas também lançou mão de atos de repressão, como ameaças, prisões e até assassinatos de redatores. Sem falar que diversos redatores liberais começaram a se arrepender do que consideravam “excessos” de uma opinião politizada que eles ajudaram a criar. O debate político, em consequência, arrefeceu. Os jornais periódicos e as associações, após a explosão de crescimento dos anos 1831-1833, reduziram-se e estabilizaram-se no Rio de Janeiro. Em outras palavras, pode-se aventar a

³²⁵ Ibidem, p. 104.

³²⁶ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). Op. Cit., p. 62.

compreensão de que o espaço público também se alterava e consolidava algumas características que impunham o “esfriamento” da ebulição dos anos anteriores.³²⁷

Foi observado que enquanto os periódicos produzidos (em Itaboraí) no ano de 1832 foram elaborados em um contexto de disputa de projetos de nação entre vertentes variadas, onde as discussões entre Monarquia Constitucional, República e Restauração estavam na pauta do dia, as folhas produzidas entre os anos de 1835 e 1838 se inserem em um contexto em que o Poder Legislativo (exercido pelas assembleias) ao garantir, segundo Maria de Fatima Silva Gouvêa, “poder político, assim como status, para pessoas vindas de diversos setores”, cumpria “um papel-chave ao dar suporte e ajuda para consolidar a nova organização política no nível do governo geral”.³²⁸

Pela leitura das Tabelas 5 e 6 é possível observar que, com a exceção do periódico O Juvenil, a impressão desses jornais era realizada na região onde circulavam, ou seja, em Itaboraí e em Santo Antonio de Sá.³²⁹ Desses jornais, comprovou-se que O Severo, O Itaborayense, O Amigo da Moral e O Provinciano Fluminense possuíam tipografias próprias. Além disso, as informações obtidas e analisadas sobre O Conciliador de Itaborahy possibilita supor que sua gráfica também tenha sido própria. O fato de terem existido jornais produzidos em espaços físicos pertencentes ao mesmo proprietário do periódico, demonstra um considerável nível de investimento que os agentes sociais locais realizaram para participarem da esfera pública. Isso porque ter e manter uma tipografia, além de trabalhoso, era algo consideravelmente dispendioso.

Ser proprietário de um jornal e da tipografia que o imprimia viabilizava melhores condições para a manutenção de suas publicações. Contudo, isso não representou um fator exclusivo para garantir a regularidade periódica desses jornais, pois existiram diversos outros problemas em torno da produção desses impressos.

O pesquisador Matías M. Molina apresentou informações sobre as instalações gráficas do século XIX que contribuem para se ter uma ideia das dificuldades em ter (e manter) uma tipografia nesse período. Segundo ele, houve uma

precariedade da infraestrutura gráfica da imprensa brasileira na maior parte de sua história: equipamentos obsoletos, falta de mão de obra qualificada e uma gestão preocupada em administrar recursos escassos. [...] a maioria dos jornais, durante mais de duzentos anos, deparou com impressoras antiquadas, falta de tinta e de papel, escassez de tipógrafos e impressores. [...] A precariedade do parque gráfico afetou

³²⁷ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 33.

³²⁸ GOUVÊA, op. Cit., p. 91.

³²⁹ O Juvenil foi impresso inicialmente em Itaboraí e posteriormente passou a ser publicado na Corte Imperial.

negativamente o desempenho da imprensa. A impressão deficiente tornava difícil a leitura dos jornais, a lentidão dos equipamentos atrasava sua saída, a baixa capacidade fazia com que o número de exemplares impressos nem sempre conseguisse atender a demanda potencial.³³⁰

Embora Molina tenha citado alguns exemplos em que foram importados (nas duas primeiras décadas do século XIX) prelos considerados modernos para a época, inicialmente Stanhope e posteriormente Columbian, ele destacou que no território brasileiro “quase todos os jornais eram impressos em prelos de madeira” e que “havia prensas de modelo muito antigo, de “parafuso”, [...] feitas no Brasil,” pois “a maioria das tipografias brasileiras não podia pagar o elevado preço de um Stanhope ou de um Columbian”. Somam-se a isso, “a escassez, o preço elevado e a baixa qualidade do papel” que, como demonstrou esse pesquisador, também representaram “fatores que inibiram o desenvolvimento da imprensa”.³³¹

Além da possível precariedade das estruturas e da dificuldade de acesso à matéria prima (tinta e papel), a falta de compositor foi um dos problemas que mais se destacou para a interrupção das publicações (tanto temporária quanto definitiva) dos jornais analisados. No caso do periódico O Severo e O Amigo da Moral isso fez encerrar as impressões dessas folhas, respectivamente em 1832 e 1838. Já o jornal O Juvenil transferiu, em 1835, suas impressões de Itaboraí para a Corte Imperial. Em função da dificuldade de mobilidade entre essas regiões no período, essa medida não surtiu o efeito esperado e esse jornal acabou encerrando suas atividades logo depois.

Em relação a essa questão, Molina constatou que “a escassez de mão de obra especializada nas oficinas foi um problema do qual se ressentiu continuamente a imprensa diária e toda a indústria gráfica brasileira.” No caso dos compositores, estes cumpriam um papel crucial na elaboração dos periódicos impressos durante todo século XIX, visto que a composição manual das palavras só foi substituída pela mecânica com a invenção da linotipo, no final dos Oitocentos. De acordo com Molina,

durante quase um século, os jornais foram compostos manualmente, como no tempo de Gutenberg. O tipógrafo (compositor) pegava com uma mão os tipos das caixas, um por um, e os colocava num componedor, uma espécie de régua metálica que levava na outra mão, montando o texto. Com prática, conseguia compor de 1200 a 1500 caracteres por hora, talvez 10 mil por dia. Um jornal diário precisava de vários

³³⁰ Apesar dessa precariedade, Molina considera que isso não significou “que a imprensa brasileira não contasse, ocasionalmente, com equipamentos gráficos à altura das publicações mais adiantadas do exterior. Os prelos em que foram impressas as primeiras folhas, a partir de 1808, por exemplo, eram os mais modernos da época.” MOLINA, Matias M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500- 1840)**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das letras, 2015, p. 431.

³³¹ Ibidem, p. 434-435.

compositores. Num periódico de quatro páginas, como a maioria das folhas do início do século XIX, a composição manual podia demorar dezesseis horas.³³²

Conforme demonstrou esse pesquisador, a preocupação em ter profissionais especializados para trabalharem em uma oficina gráfica representou uma realidade desde o início da implementação da imprensa no Brasil, pois, conforme ele afirmou, “uma das primeiras providências da Imprensa Régia foi treinar aprendizes para composição e impressão.” Essa carência chegou a um ponto que, segundo Molina, “era contínuo o pedido das oficinas gráficas para isentar os empregados do serviço militar, pois não teriam como substituí-los”.³³³

Todos os jornais presentes na Tabela 5 e 6 buscaram inicialmente realizar publicações uma vez por semana. Eram, a princípio, jornais hebdomadários. Contudo, diante dos diversos problemas mencionados, constatou-se que vários desses periódicos (se não todos) apresentaram dificuldades para manter a regularidade de suas publicações.

Sobre as dimensões desses jornais foi observado que variaram de acordo com o tempo e com suas propostas. Vale destacar que a análise das dimensões e do formato de um impresso contribui para compreender parte das modificações que ocorreram na prática tipográfica do período. Assim, conforme exposto nas Tabelas 5 e 6, dos quatro periódicos que foi possível identificar suas dimensões, O Juvenil (16x11) apresentou o menor tamanho, seguido do Severo (20x15). Ambos jornais possuíam apenas uma coluna em suas páginas. Os periódicos O Amigo da Moral e O Provinciano Fluminense possuíam tamanhos maiores, tendo respectivamente as dimensões de 30x20 e 31x22, sendo ambos considerados como in-folium, ou seja, cada página era impressa na metade de uma folha e, portanto, também caracterizados como jornais de formato pequeno. Nesses dois periódicos os textos foram distribuídos em duas colunas por páginas, separadas por uma linha.

Cada número desses quatro periódicos foi publicado com quatro páginas, podendo haver algumas exceções (raras) com mais páginas, caso constatado em uma edição do Severo.³³⁴ Diante das variações de tamanho desses jornais, é relevante destacar que quanto menor o tamanho do jornal, mais páginas poderiam ser impressas em uma mesma folha e, logo, menos gastos com papel e tinta teriam os proprietários dos jornais, situação que ficou em evidência na produção dos jornais O Juvenil e O Severo. Nesse sentido, os periódicos de maiores dimensões eram conduzidos por proprietários com melhores condições financeiras para investir nessa iniciativa, caso dos jornais O Amigo da Moral e O Provinciano Fluminense.

³³² Ibidem, p. 438-440.

³³³ Ibidem, p. 440.

³³⁴ Em seu último número O Severo foi publicado com oito páginas. **O Severo**. Itaboraí, n. 12, 30 set. 1832.

Não foi possível localizar informações referentes à dimensão e ao formato dos periódicos *O Itaborayense* e *o Conciliador de Itaborahy*, visto que não foi encontrada nenhuma edição impressa física (ou digitalizada) dessas folhas nos acervos visitados. Contudo, diante da predominância da cultura tipográfica³³⁵ do período e da cultura política compartilhada na região, torna-se viável realizar algumas suposições sobre essas folhas.

Para *O Itaborayense* - levando em conta as informações sobre *O Severo* e a caracterização genérica do período (1832) -, é provável que seus números também tenham tido quatro páginas, com apenas uma coluna em cada uma e com pequenas dimensões. Já em relação ao *Conciliador de Itaborahy*, supõem-se que também tenha sido composto por quatro páginas, mas com duas colunas e de um formato maior do que *O Itaborayense*, sendo provavelmente semelhante ao *Amigo da Moral* e ao *Provinciano Fluminense*. Essa suposição se baseia no período em que foi publicado (1835), no local - Freguesia de Itaboraá (sede da vila), onde havia uma efervescência das relações políticas - e no tamanho e conteúdo político dos artigos desse jornal, informação localizada na publicação de alguns de seus textos (na íntegra) realizada pelo *O Sete d' Abril*.³³⁶

Diante das informações analisadas, verificou-se que a partir de 1835 os jornais impressos em Itaboraá passaram a ter dimensões maiores, semelhantes a alguns periódicos publicados na Corte Imperial, como a *Astrea* (31x21). Além disso, o formato também foi modificado, pois passou a ter duas colunas em suas páginas e um editorial composto por um texto, de autoria do redator, publicado em mais de uma folha, sendo esse o caso do *Amigo da Moral* e do *Provinciano Fluminense*. Isso porque no período anterior (1832), considerando a análise do jornal *O Severo*, as matérias foram publicadas em uma coluna e em estilo epigramático (em sua grande maioria). Logo, o texto inicial do jornal começava com correspondências dos leitores, acompanhado de intervenções satíricas e críticas do redator.

Outra modificação percebida em 1835 foi o acréscimo da epígrafe em latim, situação verificada nos jornais *O Juvenil*, *O Amigo da Moral* e *O Provinciano Fluminense*. Essa prática, realizada por diversos jornais nesse período, buscava demonstrar atributos de “civilidade” e “ilustração”, ao mesmo tempo em que assinalava os vínculos com as ideias mais moderadas que os jornais procuravam estabelecer.

³³⁵ Cultura tipográfica é interpretada nesta pesquisa como uma série de práticas e métodos aplicados em uma oficina gráfica para a impressão de periódicos. A estrutura e o tamanho do jornal, assim como a periodicidade de sua impressão, são reflexos diretos das técnicas adotadas nas tipografias e, portanto, compõem essa cultura.

³³⁶ Ver: *O Sete d' Abril*, Rio de Janeiro, nº 219, p. 1-2, 7 fev. 1835; *Ibidem*, nº 247, p. 2-3, 19 mai. 1835; *Ibidem*, nº: 252, p. 2-3, 6 jun 1835. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca73>. Acesso em: 10 set. 2020.

Através da síntese das informações dos jornais estudados, presentes nas Tabelas 5 e 6, se tornou possível observar algumas variações na comercialização desses impressos entre os anos de 1832 e 1835, sobretudo nas regiões onde estes poderiam ser comprados. Todas essas folhas foram vendidas por assinaturas, visto que esse recurso era interpretado como essencial para manter os jornais. Em algumas situações ocorreram, inclusive, a solicitação do pagamento antecipado das subscrições, caso do Severo e do Amigo da Moral. A forma como essas assinaturas poderiam ser pagas variaram, visto que enquanto O Severo era trimestral e O Juvenil Mensal, O Amigo da Moral e O Provinciano Fluminense eram semestrais, o que demonstra um predomínio em Itaboraí, a partir de 1835, dessa última forma de pagamento.

Dos seis jornais analisados, em apenas dois não foi possível identificar a venda avulsa de seus números (Conciliador de Itaboraí e O Amigo da Moral), embora seja provável que esses também tenham sido comercializados dessa forma, assim como todos os demais. Isso porque, como assinalou Marco Morel e Mariana Barros, a comercialização avulsa possivelmente foi a mais procurada pelos leitores. Segundo os pesquisadores,

É preciso levar em conta que ser assinante de uma publicação, sobretudo nos primórdios da imprensa periódica, era um gesto repleto de significado, era um ato de opinião. O ato de se constituir assinante numa sociedade que até então praticamente não possuía imprensa regular tinha o peso de uma opção política. Por isso, parece ser mais plausível acreditar que as vendas avulsas (em que o anonimato era preservado) teriam um peso quantitativo maior, pois preservavam o leitor da acusação, em voga na época, de ser faccioso, de tomar partido e de não contribuir para a harmonia e unidade da nação que se formava.³³⁷

Ao que se refere aos valores da comercialização desses jornais, com ênfase nos preços das assinaturas dos quatro periódicos nos quais foi possível localizar essas informações (pois sobre a venda avulsa menos informações foram encontradas), conclui-se que o jornal O Juvenil possuía um valor mais acessível e que O Provinciano Fluminense apresentou valores mais dispendiosos para adquiri-lo. Para se ter uma ideia, o valor mencionado de uma assinatura semestral do jornal O Provinciano em 1835 (2\$000 rs) é o mesmo valor do Amigo da Moral vendido em 1838, como mostra a Tabela 6.³³⁸

³³⁷ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 34-35.

³³⁸ O valor do Amigo da Moral apresentado na Tabela 6 faz referência ao único número que foi localizado, publicado no dia 20 de janeiro de 1838. Para se ter uma base do nível de acessibilidade da população a esses jornais, seguem valores de algumas mercadorias vendidas na Corte Imperial e divulgados no Jornal do Commercio. Para o ano de 1832, cervejas eram vendidas por 3\$200 a dúzia e batatas inglesas por 2\$000 réis o quintal (100 quilos), ou seja, cada quilo custava um valor de \$20 réis. No ano de 1835, a mesma batata custava 3\$000 réis o quintal (sendo o quilo vendido por \$30 réis) e um par de sapatos de sola grossa era comercializado por 2\$000 réis. Em 1838, as batatas passaram a ser vendidas por 4\$000 réis (\$40 réis o quilo) e um saco de açúcar mascavo podia ser comprado por 1\$700 réis. Como pode ser observado, comparativamente, o valor da assinatura do jornal O

As Tabelas 5 e 6, quando comparadas, mostram que os locais e as regiões de vendas desses periódicos apresentaram continuidades e modificações nos anos analisados. Nos dois períodos foi constatado que todos os jornais comercializaram seus números onde eram impressos, ou seja, na própria vila. Contudo, houve uma alteração da predominância, da Corte Imperial para Niterói, como região (fora de Itaboraí) onde esses periódicos também poderiam ser comercializados. Enquanto que em 1832 havia dois jornais que vendiam seus números na Corte Imperial, O Itaborayense e O Severo, em 1835 apenas um periódico disponibilizava suas edições para serem vendidas na região, O Provinciano Fluminense. Além disso, este último também era comercializado em Niterói, assim como o Conciliador de Itaboraí e O Amigo da Moral.

O fato de Niterói ter se tornado, a partir de 1835, a principal região de comercialização (fora da vila) dos periódicos impressos locais, mostra que as transformações políticas desencadeadas com o Ato Adicional de 1834 alteraram o foco das atenções dos proprietários de jornais de Itaboraí. Isso porque foi nesse período que Niterói se tornou a capital da província e passou a ter em seu território o funcionamento da Assembleia Legislativa Provincial. Cabe salientar que os três periódicos que passaram a vender seus números nessa região eram todos jornais políticos, conduzidos por representações dos poderes locais.

Dessa forma, ter seus periódicos circulando na capital da província passou a fazer mais sentido para seus proprietários, visto que publicizar demandas locais e divulgar suas opiniões (e ações) nessa região se tornou um recurso valioso de participação política e de ampliação de suas relações de poder para fora de Itaboraí. A importância da imprensa como meio de publicização de um cotidiano político na capital e o seu uso por representações políticas de diferentes regiões para alcançar objetivos pessoais (e coletivos), em torno da assembleia, foram constatados por Maria de Fátima Silva Gouvêa, pois, segundo essa pesquisadora,

a opinião pública era usada por alguns deputados fluminenses para pressionar os outros membros a atender à Assembleia Provincial de maneira mais satisfatória [...]. Em uma extensão considerável, a mídia poderia exercer alguma pressão na administração provincial monitorando de perto os seus movimentos. A maior parte dos jornais apoiava um ou outro grupo político nos debates que aconteciam na Assembleia Provincial. [...] Havia constantes discussões sobre artigos impressos em vários jornais que davam apoio às diversas facções na assembleia. Os deputados também se referiam frequentemente a artigos de jornal ao discutirem a maneira como

Provinciano Fluminense (2\$000 réis por semestre em 1835) era o mais dispendioso, embora sua aquisição também não pareça ter sido algo absurdamente distante das pessoas assalariadas do período. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 147, p. 3, 3 mar. 1832; Ibidem, nº 117, p. 2, 27 jan. 1832; Ibidem, nº 58, p. 4, 13 mar. 1835; Ibidem, nº 174, p. 4, 11 ago. 1835; Ibidem, nº 14, p. 3, 18 jan. 1838; Ibidem, n] 24, p. 4, 31 jan. 1838. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca74>. Acesso em: 12 set. 2020.

a administração provincial estava sendo implementada. [...] A mídia era um meio importante de expressar conflitos entre as políticas nacional e provincial.³³⁹

Constatou-se que O Provinciano Fluminense foi o jornal desse período que teve seus números comercializados em mais regiões (Corte, Niterói e Itaboraí) e que O Juvenil se limitou a vender seus exemplares apenas em Itaboraí, na medida em que direcionava suas ações educativas para os leitores da própria vila. Ao contrário dos demais, que realizaram uma adesão pública em defesa de um propósito político, O Juvenil era um jornal literário, conduzido por jovens itaboraienses, que buscou contribuir (exclusivamente) para a produção de conhecimento dos moradores da vila.

Sobre outro meio de recursos gerados com as publicações dos jornais, destacam-se os anúncios. Como mostra as Tabelas 5 e 6 foi observado a presença dessa seção nos jornais O Severo, O Provinciano Fluminense e O Amigo da Moral, enquanto que no periódico O Juvenil não foi realizado esse tipo de publicação. Já em relação as outras folhas não foram localizadas informações para afirmar se tinham ou não esse espaço informativo/comercial em suas páginas. Nesse caso, a suposição ficou inviável de ser realizada, pois como argumentou Marco Morel e Mariana Bastos, “diversos jornais brasileiros, até meados do século XIX, apresentavam poucos anúncios, por vezes nenhum.” Sobre as informações que eram divulgadas nessa seção dos periódicos, os pesquisadores observaram que através de sua leitura é possível “conhecer o que chegava ao país pelos portos, que moradias eram vendidas, como eram descritos os escravos a serem comprados ou como se procuravam escravos fugidos.”³⁴⁰

Embora tenha sido localizado apenas um anúncio referente ao cotidiano social dos escravizados nessa sociedade (publicado no Severo), citando que um escravizado se encontrava preso na Cadeia da Vila de Macacu, é possível supor que no Provinciano Fluminense e no Amigo da Moral tenham sido publicados vários anúncios de compra e de fugas de escravizados, visto que além desses jornais terem pertencido a fazendeiros de expressiva influência política local e regional (respectivamente Alexandre Fortes Bustamante de Sá e João Hilário de Menezes Drummond), a presente pesquisa localizou, em jornais publicados na Corte Imperial, diversos desses informes comerciais, sobretudo, os que faziam referência às fugas de escravizados na região.³⁴¹

³³⁹ GOUVÊA, op. Cit., p. 134.

³⁴⁰ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 83 e 84.

³⁴¹ Nos anos de 1835 a 1838, período da expansão do periodismo impresso local, foram localizados diversos anúncios de fugas de escravizados que trabalhavam na Vila de Itaboraí. Ver por exemplo: **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 119, p. 4, 30 mai. 1835; Ibidem, nº 236, p. 4, 29 out. 1836; Ibidem, nº 120, p. 4, 1 jul. 1837; Ibidem, nº 250, p. 3, 8 nov. 1838. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca75>. Acesso em: 13 set. 2020.

Em relação aos meios que os redatores utilizaram para obter informações foi constatado que quase todos jornais (das Tabelas 5 e 6) utilizaram extratos (trechos) de outras obras e de variadas fontes. O único jornal em que não foi possível localizar essas informações foi O Itaborayense, embora seja provável que também tenha publicado extratos de outros impressos, visto ser esta uma prática comum na imprensa do período.

Com a exceção do Juvenil, que se reteve à tradução de livros de História, Filosofia e Literatura, os demais jornais (que foram encontradas informações) deram ênfase à publicação de trechos de outros periódicos. Atas da Câmara dos Deputados e do Senado, assim como as determinações estabelecidas na Câmara Municipal também foram publicadas nesses impressos. É provável que as atas das Assembleias Provinciais tenham se tornado uma das principais fontes de informação dos jornais que passaram a ser publicados, na vila, a partir de 1835.

Além dos extratos, as Correspondências encaminhadas pelos leitores também representaram um dos principais meios de obtenção de informação utilizados nas publicações de vários desses jornais. Pela leitura das Tabelas 5 e 6, constatou-se que essa prática esteve presente desde o início do periodismo impresso na vila, na medida em que foi publicada nos periódicos O Itaborayense e O Severo. Embora o Juvenil não tenha tido publicações de Correspondências, em função de sua própria proposta que apresentava temáticas escolhidas previamente pelos seus integrantes (além de seu pequeno formato), supõem-se que nos demais ocorreram publicações dessa seção, visto que essas comunicações entre os leitores e redatores já era, nesse período, uma característica comum nos jornais impressos.

Ao encontro do que foi argumentado nesta pesquisa, Marialva Barbosa, ao observar a maneira como as informações eram captadas pelos redatores dos jornais, afirmou que eram os próprios leitores que podiam “mandar opiniões, informações e reclamações sob a forma de correspondências” para serem publicadas nos periódicos. Segundo ela, eram também os leitores que mandavam “jornais impressos em outros territórios” e dos quais eram extraídos “trechos julgados como sendo do interesse de um público mais amplo”.³⁴²

É relevante também considerar que as próprias tipografias - por serem espaços de produção, comercialização, distribuição e, logo, de convivências de diversas pessoas - representaram um ambiente de trocas de informações, na medida em que nesses lugares ocorria uma sociabilidade considerável, proporcionando de forma contínua uma interseção entre a escrita e a oralidade. Portanto, o cotidiano existente em uma tipografia também representou um

³⁴² BARBOSA, op. cit., p. 64

meio de se obter dados sobre variados assuntos que poderiam ser divulgados nos jornais, se assim o redator quisesse.

Sobre a duração da impressão e circulação dos jornais, ao comparar os dados das Tabelas 5 e 6, nota-se que os dois periódicos publicados em 1832 foram impressos por um curto período de tempo. O clima de instabilidade política desse ano, somados aos problemas corriqueiros que existiam na produção dos impressos, além dos poucos recursos que possuíam, contribuíram para o encerramento a curto prazo dessas folhas.

Dos jornais que passaram a ser impressos em 1835-1836, embora dois tenham tido vida curta, dois alcançaram um período consideravelmente longo. Isso porque esses impressos fizeram parte de um contexto político diferente, onde as disputas políticas locais foram realizadas dentro de uma ordem política vigente e contaram com a participação de setores locais (fazendeiros políticos) com recursos para manter a continuidade das impressões, sendo este o caso do *Provinciano Fluminense* e do *Amigo da Moral*.

No cotidiano do periodismo impresso, foi observado que, além da escrita, o mundo de natureza oral também fez parte desse processo. Marialva Barbosa constatou que “a força da pena, no século XIX, está inexoravelmente ligada à força da voz.” Segundo Barbosa, as notícias eram “ouvidas e vistas, mais do que lidas” e que isso se tornou “uma marca da sociedade brasileira até mesmo depois do surgimento de uma imprensa de massa, já no século XX.” Para ela, “a leitura em voz alta e a transmissão pelo comentário amplia[ram] gradativamente o domínio restrito dos periódicos”.³⁴³

Assim, as disputas entre opiniões de diversas correntes políticas não se resumiam a palavra impressa. Em Itaboraí, assim como em variadas regiões do país, a leitura em voz alta das notícias divulgadas nos jornais foi uma prática contínua, realizada a partir do momento em que algum impresso passou a circular na região, independentemente deste ter sido produzido na própria vila. Em 1831, por exemplo, *A Aurora Fluminense* noticiou uma correspondência (de autoria de “Hum Itaborihense”) questionando que integrantes da vertente política liberal exaltada estavam lendo seus jornais em voz alta na vila.

É verdade que em Itaboraí se tem procurado com o espírito da mais ativa propaganda divulgar as folhas anarquistas que pregam o fateusim e o triunfo da Lampadosa; que esses papéis são lidos e gostados por alguns fazendeiros; porém [...] outros detestam tais escritos [...]. Certos periódicos da seita anárquica são aqui lidos, porque há o cuidado de os remeterem grátis e em quantidade abundante: grande é o zelo dos servos do senhor..... Q.....³⁴⁴

³⁴³ Ibidem, p. 52-54, grifo meu.

³⁴⁴ **A Aurora Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 546, p. 4, 21 out. 1831. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca76>. Acesso em: 13 set. 2020. O termo fateusim faz referência ao primeiro projeto de reforma agrária do Brasil

A correspondência mostra que a prática da leitura em voz alta de jornais publicados na Corte antecedeu a produção de periódicos na vila e foi utilizada como um meio na propagação de teses de correntes políticas em disputa. Além disso, possivelmente o “senhor..... Q.....” é uma referência indireta a Queiroz, ou seja, a João Baptista de Queiroz, um dos principais redatores da vertente exaltada no período, visto que seu nome (como já foi demonstrado) foi citado pelos jornais de seus oponentes como o articulador da atuação exaltada em Itaboraá, inclusive no contexto da criação da tipografia que imprimiu o Itaborayense. Dessa forma, o reconhecimento do papel da oralidade na análise da História da Imprensa, além de possibilitar a compreensão das diferentes práticas em prol da divulgação de informações, viabiliza compreender que as culturas políticas também disputaram adeptos para além da palavra escrita.³⁴⁵

Em mesma direção, Marco Morel e Mariana Barros demonstraram que embora a alfabetização fosse escassa no período, “havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”. Segundo os pesquisadores, “a leitura [...] não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.”³⁴⁶

A apresentação dos periódicos locais nas Tabelas 5 e 6, de forma comparada em dois períodos, viabiliza compreender as diferenças do que passou a ser priorizado nas discussões políticas desses jornais, o contexto em que foram criados e quais eram as principais características das culturas políticas locais que influenciaram essas folhas.

Dessa forma, enquanto no contexto de 1832 há uma atuação, em Itaboraá, de correntes políticas com divergências pautadas, sobretudo, no projeto de formação da nação brasileira, em 1835, em um contexto posterior ao falecimento de D. Pedro I e de crescente atuação política dos moderados no Estado brasileiro, os jornais de Itaboraá passaram a realizar suas divergências dentro de uma normalidade institucional e, logo, sem pretensões de rompimento da organização política vigente do período.

independente, formulado pelo jornal exaltado Nova Luz Brasileira. Ver: BASILE, Marcello. A reforma agrária cidadã: o plano do grande Fatusim Nacional. **Estudos Sociedade e Agricultura**. CPDA/UFRRJ, vol. 6, n. 10, p. 95-117, abr. 1998. Disponível em: https://cutt.ly/artigo_revistaesa_ufrj. Acesso em: 13 set. 2020. A expressão lampadosa, embora faça parte da nomenclatura da Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa (localizada no Rio de Janeiro), foi uma expressão publicizada nos jornais produzidos pelos liberais moderados no início do período regencial, sobretudo pela Aurora Fluminense, para vincular o sentido do que era interpretado como haitianismo nas ações dos exaltados e com isso gerar o medo e o consequente distanciamento das pessoas as suas ideias. Ver: **Nova Luz Brasileira**, Rio de Janeiro, nº 145, p. 6, 8 jun. 1831. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca77>. Acesso em: 13 set. 2020.

³⁴⁵ A menção da atuação de Queiroz e de seu grupo político em Itaboraá foi mencionado no tópico 2.3.

³⁴⁶ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 45-46.

A explicitação de conflitos locais contribui para compreender a diferença do contexto nesses dois períodos em que os periódicos itaboraienses foram publicados. Dessa maneira, há um episódio que ocorreu no final de 1831, divulgado por alguns jornais impressos na Corte Imperial, que mostra a execução de articulações políticas em Itaboraí (no arraial de Porto das Caixas) e como o ambiente de disputa política do período contribuiu para a propagação da ação realizada.

Assim, o *Clarim da Liberdade* noticiou um texto de quase três páginas, de autoria de um pseudônimo intitulado “Hum itaboriense”, detalhando (e denunciando) uma situação de propagação de boatos em prejuízo dos portugueses naturalizados (adotivos) do Porto das Caixas. Nesse texto, o autor descreveu que, em Porto das Caixas, foram disseminadas falsas informações que vincularam essas pessoas à proposta restauradora e que por conta disso passaram a ser perseguidas na região.

Com a perseguição que se tem a bons brasileiros sobre o falso pretexto de excitarem eles as desordens, que nesta cidade apareceram posteriormente a abril, alguns desgostosos do rancor com que certa gente os tratava pela [...] intriga que se urdia contra eles, retiraram-se para fora da cidade, afim de ver se poderiam ficar no esquecimento. Mas assim não aconteceu. Cada um dos pontos, para onde correram, foram apontados logo como hostis ao governo atual e [...] como preparando reações contra esta nova, e nunca vista ordem das coisas, que se tem aberto diante [de] nossos olhos. Estabelecer as razões de tais suspeitas, ou inépcias, antes somente espalhadas (manobras que convém ao bem do Estado) [...] para sustentar o que existe, não tem poupado meios de excitar, já não dissemos rivalidades fatais entre cidadão e cidadão, sim entre povoações e povoações, províncias e províncias. Itaboraí, o pacífico Itaboraí, até aqui conhecido somente pelo seu comércio e patriotismo foi então indigitado como centro de operações. [...] A intriga manejada [...] teve logo seus agentes, [...] ou comprados pelos políticos da espionagem da Corte; ou levados mesmo pelas vistas de interesses futuros, julgando fazer bons serviços ao governo [...] eles apareceram entre o povo itaboraiense e servido da arma cediça, (e de encomenda) das rivalidades, estabeleceram seu plano de intrigas sobre a credulidade dos adotivos do Porto das Caixas e o patriotismo e liberalismo dos natos de Itaboraí.³⁴⁷

No decorrer do texto foi citado que, em Itaboraí, havia um clube que se reunia para tramar contra o governo. Nessa parte do escrito, o autor buscou desvencilhar os adotivos desse clube, como forma de mostrar que a perseguição que esses indivíduos sofriam era descabida: “por mais de uma vez a ordem pública tem sido ameaçada. De dia em dia lá vão os corretores das novidades ao Porto com notícias fúnebres. Ora, há reuniões de clube em Itaboraí que tramam contra governo e os adotivos (que relações há entre estes e aquele?!).”³⁴⁸

³⁴⁷ *Clarim da Liberdade*, Rio de Janeiro, nº 17, p. 5-7, 14 jan. 1831. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca78>. Acesso em: 14 set. 2020, grifo meu.

³⁴⁸ *Ibidem*.

Em seguida, foi apresentada a outra parte do boato (e o indivíduo que o criou) que afirmava que Porto das Caixas seria invadido por pessoas que iriam expulsar os portugueses da região e roubar seus comércios. O autor do texto lamentou o fato de os portugueses terem acreditado na informação mentirosa, visto que isso os levou a entrarem em pânico. Alguns fugiram, mas outros foram instigados a pegarem em armas para impedir a invasão.

[...] Sobre o porto roubarem e expulsarem os crédulos portugueses que com a facilidade, com que engolem tais pílulas não reconhecem que ao mesmo tempo servem de peteca aos intrigantes e menoscabo a honra dos itaboraienses, com quem tem vivido e vivem nas mais estreitas relações de comércio e amizade. [...] Um célebre Bernardino, homem de taberna em Itaboraí, correu ao Porto das Caixas a altas horas da noite e espalhou a notícia [que] ali vinha o povo de Itaboraí expulsá-los e roubá-los. Os adotivos, que receberam esta nova, devendo levar este homem ao delegado afim de que este o segurasse até a última verificação do caso, cuidaram mais em espalhar o boato com cores talvez ainda mais negras. A população toda pôs-se em armas: famílias e famílias correram esta mesma hora a embarcar, outras puseram-se na marcha pelas estradas opostas aquelas por onde esperavam a [...] invasão, postaram-se guardas avançadas até a distância de meia légua ou mais, deram-se ao ar tiros e tiros; gritou-se e insultou-se enfim um povo inteiro sobre as palavras somente de um taberneiro, que por todos deve ser conhecido!...³⁴⁹

Apesar de toda a confusão criada, a invasão não ocorreu. Era de fato um boato! É relevante mencionar que O Clarim da Liberdade era um jornal de vertente política exaltada e que, como tal, não publicou esse texto com o propósito (ao contrário do autor do texto) de defender os portugueses naturalizados de Porto das Caixas, mas sim de expor a prática de boatos realizadas na região pelos apoiadores do governo, os liberais moderados.

Dias depois, parte desse episódio foi publicizada por outro jornal periódico exaltado, A Matraca dos Farroupilhas. Esta folha noticiou toda essa confusão como parte de uma ação orquestrada para atacar as pessoas que possuíam desafetos com Feijó no arraial. Além disso, associou a execução dessa ação ao itaboraiense Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí), que na época era Ministro da Marinha, um liberal moderado, e que tinha em Porto das Caixas (local de seu nascimento e onde boa parte de sua família residia) um espaço expressivo de sua base política. Segundo o jornal, “nos dizem que um taberneiro pai, ou sócio do Sr. Torres, Ministro da Marinha, dera rebate e puseram em armas o Porto das Caixas, por causa de certos jantares, que por lá se deram a pessoas desafetas ao Sr. Feijó.”³⁵⁰

³⁴⁹ Ibidem (grifo meu).

³⁵⁰ **O Matraca dos Farroupilhas**, Rio de Janeiro, nº 6, p. 6, 17 jan. 1831. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca79>. Acesso em: 14 set. 2020. O contexto da atuação política da família Rodrigues Torres, em Porto das Caixas, será analisado no Capítulo IV.

Por fim, em uma breve menção, esse episódio foi denominado pelo Diário do Rio de Janeiro como a “Revolução do Porto das Caixas”, embora essa folha fosse - como considerou Nelson Werneck Sodré - “omissa nas questões políticas.”³⁵¹ Apesar de ser apenas uma menção de venda do número acima citado da Matraca dos Farroupilhas, o uso dessa denominação para fazer referência ao fato ocorrido contribui para ter uma ideia da repercussão e das diferentes interpretações que o episódio recebeu, pois enquanto para uns se tratava de mostrar as injustiças que os portugueses naturalizados estavam recebendo (autor do texto inicial), para outros se tratava de publicizar a prática de boatos como ação política dos liberais moderados da região (Clarim da Liberdade) e para explicitar que toda ação fora realizada para combater reuniões políticas no local (Matraca dos Farroupilhas), além da interpretação que o caracterizou como uma revolução (Diário do Rio de Janeiro).

A prática de boatos como ação política não foi uma exclusividade dos liberais moderados em Itaboraí. Conforme já demonstrado, dois estrangeiros que trabalhavam em uma fazenda da vila, adeptos à vertente política Caramuru, propagaram boatos de que a Inglaterra e a França teriam enviado, para o Brasil, mais de trinta mil homens para reconduzir D. Pedro I ao trono.³⁵²

Esses boatos e, sobretudo, a propagação que receberam pelos moradores de Itaboraí, além de mostrarem o impacto que a comunicação oral exercia no período, demonstram o ambiente de conflitos na vila em torno dos diferentes projetos políticos de nação e o quanto essas disputas proporcionavam um clima de instabilidade na ordem vigente, além de uma predisposição à radicalização. A presença de agentes sociais da Corte na região, expõe que a Vila de Itaboraí foi considerada como uma área de relevante importância na propagação das ideias e das ações de diferentes correntes políticas do período. A projeção econômica e política da vila no período contribuiu para esse cenário.

Embora o autor do texto citado tenha denominado Itaboraí como uma região pacífica, vale destacar que o Itaboraiense Salvador de Mendonça escreveu (no jornal Imparcial em 1913) que Itaboraí era chamado por D. Pedro I, nos anos de 1829 a 1831, de “Pernambuco Pequeno”, em função da presença de revolucionários de diferentes regiões que foram abrigados pelo avô de Mendonça (João Hilário de Menezes Drumond), inclusive “jornalistas”. Logo, o ambiente

³⁵¹ SODRÉ, op. cit., p. 50.

³⁵² Ver tópico 2.3.

de embates de 1832 se somou ao histórico de lutas políticas que alguns sujeitos sociais locais já possuíam, tornando a vila uma região propícia, neste período, a conflitos políticos.³⁵³

Foi nesse contexto de discussões políticas de temas em disputa na opinião pública em um nível mais amplo – tendo como prática política a realização de boatos, ameaças, perseguições, intimidações e radicalizações - que o periodismo impresso foi implementado em Itaboraí. Logo, a arte tipográfica e a publicação dos jornais foram iniciadas como consequência direta da ação política das vertentes exaltada (com o Itaborayense) e moderada (O Severo) e, indiretamente, pelas ações da corrente Caramuru, que embora não tenha imprimido jornais na própria vila, espalhava informações na região em defesa da restauração. Portanto, a esfera pública local se desenvolveu como repercussão das relações conflituosas, no campo político e social, do período.

A partir de 1835 o contexto se modificou e as discussões políticas na vila passaram a priorizar temáticas em um âmbito local e regional. A cultura política desenvolvida de então foi resultante, sobretudo, das transformações que foram implementadas com o Ato Adicional de 1834, tendo destaque a criação da Assembleia Legislativa Provincial. Os periódicos locais que surgiram nesse ano (e no seguinte) continuaram, em sua grande maioria, atuando como jornais políticos, tendo como diferencial, além da priorização da publicização de demandas locais e regionais, a participação direta de políticos (e de seus familiares) na condução do periodismo impresso na vila.

Nessa época havia diversos personagens com expressões políticas locais e regionais em Itaboraí, sejam aqueles que possuíam um cotidiano na vila (com residências e propriedades) ou aqueles que apenas mantinham propriedades, mas residindo em outras regiões. Desses, esta pesquisa focou a análise nos indivíduos que realizaram suas atuações políticas de forma cotidiana na vila e que atuaram, de alguma forma, na produção dos periódicos impressos locais, objetivando com isso demonstrar o contexto político em que se desenvolveram as rivalidades locais e as disputas em torno de questões existentes na própria região e que influenciaram no posicionamento público dos jornais que passaram a ser publicados em 1835 e em 1836, conforme citado na Tabela 6.

Portanto, os nomes de João Hilário de Menezes Drummond e, principalmente, de Alexandre Fortes de Bustamante e Sá receberam maiores destaques nessa abordagem. Ambos eram fazendeiros, proprietários de escravizados, políticos locais e envolvidos com a produção de jornais na região. Drummond consolidou sua representatividade política na esfera local,

³⁵³ Revista do Livro, Rio de Janeiro, nº 20, p. 118, ano V, dez. 1960. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca80>. Acesso em: 15 set. 2020.

atuando inicialmente em Itaboraí como freguesia (da Vila de Santo Antonio de Sá) e depois na condição de vila, o que ampliou sua representatividade política, visto que este se tornou, conforme já demonstrado, vereador diversas vezes e, por uma vez, presidente da Câmara de Itaboraí.

Já Alexandre Fortes de Bustamante de Sá exerceu representatividade política local e regional, atuando, principalmente, na Freguesia de Santo Antonio de Sá, que na época ainda não fazia parte do território de Itaboraí, mas sim da Vila de mesmo nome. Foi vereador, presidente da Câmara (no contexto das “febres de Macacu” e da emancipação de Itaboraí) e deputado provincial por duas legislaturas. Sua família (Bustamante e Sá) era a proprietária do principal jornal da região em 1835 (O Provinciano Fluminense) e ele o principal articulador político desse núcleo. Além de fazendeiro, era advogado e habilidoso escritor.

A prática em publicizar escritos em jornais por esses dois personagens antecede o periodismo impresso em Itaboraí, pois ambos realizaram publicações de seus textos em periódicos impressos na Corte Imperial antes 1832. Além disso, foi observado que esses dois indivíduos participaram do mundo da palavra impressa desde o início na vila (com a impressão do Severo), seja publicando algumas declarações informando furto de bens materiais pessoais (Alexandre Fortes) ou disponibilizando local para venda de jornais, além de textos divulgando prestação de contas (João Hilário).³⁵⁴

Os textos de Alexandre Fortes publicados na *Astrea* (nos anos de 1830 a 1832), tinham como conteúdo, entre outros, informações referentes à desconstrução de equívocos sobre valores que ele alegava ter nos cofres da Câmara, para atender a implementação de sua proposição de criar uma comissão de saúde pública no distrito de Santo Antonio de Sá (diante dos flagelos gerados pelas “febres do Macacu”) e as diversas respostas que ele publicou contra as críticas que recebia por algumas de suas ações como presidente da Câmara, publicadas, em mesma folha, via correspondência. Esses textos mostram um certo domínio de Alexandre Fortes com as palavras e sua compreensão, já nesse período, dos possíveis usos da imprensa no campo político. Em um contexto onde a ofensa e a difamação eram corriqueiras nas discussões dos jornais, ele se utilizava da prudência e cautela para defender seus posicionamentos (“jamais ofendi, nem desejo ofender a constitucionalidade e probidade de pessoa alguma, no que seria contraditório com meus princípios e conduta”). A preocupação com sua imagem pública esteve presente em seus escritos.³⁵⁵

³⁵⁴ **O Severo**. Itaboraí, n. 2; n. 5. Op. Cit.

³⁵⁵ **Astrea**, Rio de Janeiro, nº 606, p. 4, 26 ago. 1830. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca81>. Acesso em: 16 set. 2020.

Em 1832, o jornal *Astrea* publicou um texto em que Fortes responde as acusações de que ele teria favorecido a sua região de atuação (Freguesia de Santo Antonio de Sá), por ter autorizado a instalação, nesse local, de um hospital para receber os enfermos das “febres de Macacu”. No texto, ficou evidente que havia rivalidades políticas entre os vereadores que atuavam em Santo Antonio de Sá e Itaboraí e como a imprensa começou a ser utilizada na publicização desses conflitos, ainda que em jornais impressos fora da vila.

Alexandre Fortes esclareceu que a instalação do hospital fora realizada no Convento de São Boaventura - localizado na Freguesia de Santo Antonio de Sá - porque nenhum vereador de Itaboraí havia disponibilizado casa para a realização dessa iniciativa. Alegou que seu voto de desempate para definir em qual região o hospital seria instalado tinha sido baseado nessa ausência. Em seguida, apresentou uma série de iniciativas que havia implementado para enfatizar seu empenho no combate dos males que as febres causaram, tanto pela Câmara Municipal - por propor a criação da Comissão de saúde pública e por viabilizar atendimento para os “presos abandonados à enfermidade” etc -, como de forma pessoal, quando disponibilizara seus escravizados para “conduções de doentes” ou para sepultá-los.³⁵⁶

Na descrição dessa rivalidade e os efeitos que isso causava, Alexandre Fortes mencionou que os vereadores da Freguesia de Itaboraí votaram contra algumas de suas ações em prol dos enfermos, inclusive na contratação de um cirurgião, alegando não haver recursos na Câmara para essa iniciativa, enquanto que, segundo Fortes, havia as verbas necessárias. Ele afirmou também que todos os socorros realizados pela Câmara haviam sido propostos por ele ou pelos outros “vereadores das Freguesias de Santo Antonio de Sá e Santíssima Trindade” e que os vereadores de Itaboraí, segundo Fortes, ficaram “endurecidos aos gemidos dos nossos concidadãos, amigos e parentes”. Por fim, Alexandre Fortes, citando a legislação do período, amparou sua permanência na presidência da Câmara, apesar dos ataques realizados pelos vereadores itaboraienses. Finalizou seu texto demonstrando seu entendimento da importância que o espaço público exercia: “depois de ouvir o juízo de quem me pode julgar, eu consultarei, se o bem público exige os meus sacrifícios ou se devo deixar os sábios candidatos, a presidência, que tanto é apetecida, quanto conheço a injustiça com que me conferiram”.³⁵⁷

Os escritos de João Hilário de Menezes Drumond não foram corriqueiros como aqueles elaborados por Alexandre Fortes e sua atuação política não alcançou os mesmos níveis de expressividade de Fortes. Contudo, se inserem nesse contexto de construção de rivalidades locais e nos usos da imprensa como um espaço público de disputas, ainda que em impressos

³⁵⁶ Ibidem, nº 175, p. 3, 1832. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca82>. Acesso em: 16 set. 2020.

³⁵⁷ Ibidem.

fora de Itaboraí. Ele foi um personagem, assim como Fortes, atuante na política e na imprensa ao mesmo tempo. Drumond, na época, era fiscal da paróquia de Itaboraí. Em um texto, publicado em 1832 no jornal *Astrea*, ao ser cobrado por Alexandre Fortes sobre os destinos da verba recebida na Corte para atender “as pessoas necessitadas”, Drumond respondeu que apesar dele ter recebido o dinheiro para atender os enfermos, o valor permanecia o mesmo (até aquele momento), pois ninguém havia solicitado o dinheiro para ser utilizado nos cuidados dessas pessoas. Embora de forma sutil, há um questionamento do contexto na resposta de Drumond, haja vista a necessidade imediata no período em utilizar tais verbas para combater as febres.³⁵⁸

Essas disputas políticas ocorreram em um período em que a Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá foi transferida, em caráter temporário, para Itaboraí. Isso ocorreu por causa da disseminação das “febres do Macacú” e por ser essa região considerada mais salubre. O itaboraiense Joaquim Manuel de Macedo, em um de seus trabalhos biográficos, argumentou que Alexandre Fortes não havia concordado com essa transferência, embora a Freguesia de Santo Antonio de Sá (onde a Câmara estava localizada) tenha sido, nesse período, um dos principais locais de incidência dessas febres. Com essa transferência, a Freguesia de Itaboraí passou a ter mais expressão política do que a Freguesia de Santo Antonio de Sá, o que provavelmente Fortes queria evitar.

Embora os trabalhos da Câmara tenham prosseguido em Itaboraí durante os anos de 1830 a 1833, Alexandre Fortes, segundo Macedo, não desistiu da ideia de retomar as funções da Câmara para sua região de origem. Macedo escreveu que

em 1833 reeleito presidente da Câmara e tendo não acabado, mas arrefecido a malignidade da epidemia, Alexandre Fortes conseguiu por maioria de um voto na Câmara Municipal, que esta voltasse a funcionar na arruinada Vila de Santo Antonio de Sá, propondo por transação indeclinável a criação da Vila de Itaboraí, que o Governo da Regência logo decretou.³⁵⁹

Nota-se nesse escrito que Joaquim Manuel de Macedo supervalorizou a negociação política (“transação indeclinável”) que Fortes realizou com os itaboraienses como fator da elevação da Vila de Itaboraí. Isso porque não considerou outros fatores internos - como a pujança econômica que os produtores de açúcar e aguardente de Itaboraí obtiveram com a expansão agrícola do período (o que se convertia em força política) - e externos, pois trata-se de um contexto em que a Província do Rio de Janeiro passou por consideráveis transformações políticas e administrativas que alteraram a configuração de seu território.

³⁵⁸ *Ibidem*, nº 177, p. 4, 1832. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca83>. Acesso em: 16 set. 2020.

³⁵⁹ MACEDO, Joaquim Manoel. **Suplemento do ano biográfico**. Op. Cit., p. 6.

Portanto, a elevação de Itaboraí - assim como a fragmentação territorial da Vila de Santo Antonio de Sá - não está atrelada (exclusivamente) aos impactos que as “febres de Macacu” geraram, mas sim a um contexto mais amplo que leva em conta as articulações políticas dos agentes sociais locais desse período e (principalmente) nas reconfigurações territoriais resultantes das transformações que ocorreram em toda Província. Dessa forma, insistir nas “febres de Macacu” como causadoras principais da decadência da Vila de Santo Antonio de Sá e da elevação da Vila de Itaboraí (como algumas obras mais “recentes” fizeram) é realizar uma generalização de um processo histórico mais amplo.³⁶⁰

Com esse desfecho, Alexandre Fortes obteve êxito em seu projeto pessoal político - com a retomada da Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá para sua região de origem - e conseguiu ampliar, alguns anos depois, sua atuação política na esfera regional, tornando-se deputado na Assembleia Legislativa Provincial, nas duas primeiras legislaturas.

Da mesma forma, Itaboraí, agora elevada à vila, também passou a ter representantes na Assembleia. Dos trinta e seis deputados eleitos na primeira legislatura, cinco atuavam e/ou tinham propriedades em Itaboraí, são eles: José Bernardino Baptista Pereira, José Augusto Gomes de Menezes, Manuel Duarte Moreira de Souza, Joaquim Gonçalves Ledo e José Augusto César de Menezes. Assim como Fortes e Drumond, esses indivíduos eram ativos escritores, tendo alguns deles participado diretamente do mundo do periodismo impresso.³⁶¹

O período da primeira legislatura (1835-1837) se insere no contexto de expansão dos jornais impressos em Itaboraí. Conhecer o contexto político, e alguns dos principais personagens que atuaram na política regional (e na imprensa), contribui para compreender como a cultura política do período estava vinculada a uma atuação de ampliação de participação política por agentes sociais locais e como a imprensa local estava inserida nesse contexto. Assim, uma breve biografia desses nomes se torna relevante para este estudo, como forma de comprovar a vinculação desses personagens à região e, quando possível, ao espaço público da imprensa.³⁶²

³⁶⁰ Entre as obras que abordam as “febres de Macacu” como causas principais para a fragmentação da Vila de Santo Antonio de Sá e (ou) para elevação política administrativa de Itaboraí, destacam-se as seguintes: **Itaboraí – Pesquisas arqueológicas do projeto Sagas e seu contexto histórico**. Rio de Janeiro: IAB & CEG, 2003, p. 57; BELTRÃO, Maria. **A Vila de Santo Antonio de Sá e o Convento de São Boaventura: arqueologia, memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2013, p. 33-34; **Cadernos Itadados...**, 2006, op. cit; p. 7-8; O histórico deste trabalho foi reproduzido, em sua quase totalidade, na versão de 2018. Ver: **Cadernos Itadados**. Itaboraí: Secretaria de meio ambiente e urbanismo. Prefeitura Municipal de Itaboraí, 2018, p. 11-12.

³⁶¹ Relação dos deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas legislaturas de 1836 a 1917. **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**. Op. Cit.

³⁶² Na segunda legislatura (1838-1839) esse número aumentou. Com a exceção de Manuel Duarte Moreira de Souza, todos os outros foram eleitos. Acrescentou-se os nomes de Joaquim José Rodrigues Torres (posterior Visconde de Itaboraí), Bernardo Belizario Soares de Souza e Manoel Antonio Alvares de Azevedo (posterior Barão

A análise se inicia com o nome de José Bernardino Baptista Pereira. Joaquim Manuel de Macedo ao realizar sua biografia mencionou que Pereira, além de advogado, foi um “rico fazendeiro de Itaboraí” e o “primeiro que empregou em fábricas de açúcar máquinas à vapor”. No Primeiro Reinado, Pereira entrou para o ministério em 1828, ocupando a pasta da Fazenda e depois a da Justiça. Ele foi eleito deputado na primeira e na segunda legislatura do Império. Além disso, foi também juiz de fora da Vila de Santo Antônio de Sá e de Magé, juiz de órfãos em Itaboraí e eleito deputado nas duas primeiras legislaturas da Província do Rio de Janeiro, sendo na primeira presidente nas sessões de 1835 e 1836. Manteve prestígio político na província durante muitos anos. Segundo Macedo, em 1847, Pereira hospedou o Imperador Pedro II em sua residência (localizada na freguesia sede da vila), sendo este um local onde diversas reuniões políticas ocorreram no século XIX. Além disso, ele escreveu diversas obras.³⁶³

José Augusto Gomes de Menezes, segundo Sacramento Blake, foi um advogado, chefe de polícia em São Paulo, juiz de direito em Cabo Frio e um intelectual que escreveu diversas obras. Conforme publicado nos Anais da Assembleia Legislativa Provincial, foi deputado nas “1º, 2º, 3º e 6º” legislaturas. A partir de 1834 foram localizados registros de Menezes residindo em Itaboraí, como um texto que escreveu no jornal O Sete d’ Abril questionando a apresentação de alguns candidatos realizada pelo redator da Aurora Fluminense (Evaristo da Veiga) para os eleitores do Rio de Janeiro. Nesse texto, Menezes também apresentou diversas demandas da vila, como forma de demonstrar que conhecia quais eram as melhorias que Itaboraí necessitava e quais os candidatos que teriam propriedade para realmente atendê-las, se eleitos fossem. Menezes assina seu texto, escrevendo, além do nome, que ele era “ex-redator do Observador de São Paulo”.³⁶⁴

de Tapacorá). O fato de Azevedo ter sido eleito para a segunda legislatura, e não para a primeira, desconstrói um anacronismo escrito pelo jornalista (e político local) João de Magalhães, na década de 1940, onde este afirmou que Itaboraí não se tornou capital da Província (em 1835) por causa do voto de Azevedo, visto que este teria, segundo Magalhães, votado em Niterói. Esse equívoco foi difundido durante anos nas escolas da rede municipal de ensino e continua sendo compartilhado por diversos moradores que se identificam com o tema da História Local de Itaboraí. MAGALHÃES, João de. **Reminiscências do Porto das Caixas**. Niterói, Mar. 1944; Relação dos deputados à Assembleia... **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**. Op. Cit.

³⁶³ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Ano Biográfico Brasileiro**. Op. Cit., Vol. 2, p. 79-85. Pela descrição das edificações localizadas no Largo da Matriz, realizada por Joaquim Manuel de Macedo, constata-se que a residência de José Bernardino Baptista Pereira é o prédio onde funciona atualmente (2022) a Prefeitura de Itaboraí. Idem. S. João de Itaborahy. **Ostensor Brasileiro**. Op. Cit., p. 180. Ver a fotografia desse prédio no **ANEXO J – Casarão do Conselheiro José Bernardino Baptista Pereira**. O biógrafo Sacramento Blake citou cinco obras escritas por José Bernardino Baptista Pereira, entre elas, destacam-se “Reflexões histórico-políticas” (publicado em 1823) e o “Tratamento do Cholera-morbus” (1855). BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Op. Cit., quarto volume, p. 340-341.

³⁶⁴ Entre as obras escritas, destaca-se “Rápido exame da lei sobre as terras devolutas e colonização. Itaborahy, 1850, 24 pags, in-4º”. BLAKE, op. cit., quarto volume, p. 324; Relação dos deputados à Assembleia... **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**. Op. Cit., p. 9. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca84>.

Algumas informações analisadas em torno de seu nome viabilizam a construção de algumas constatações e suposições para a História da Imprensa de Itaboraí. No cabeçalho dos primeiros números do jornal local *O Juvenil*, publicado em 1835 (conforme mostra a Tabela 6), foi citado que esse periódico era impresso na Tipografia “de J. A. G. de Menezes em Itaboraí”. Logo, tudo indica que o proprietário que esse jornal fez referência seja o José Augusto Gomes de Menezes, pois o nome abreviado citado pelo jornal apresentou as mesmas letras iniciais do nome deste escritor e isso em um período em que Menezes já residia em Itaboraí. Além disso, o histórico de envolvimento deste com o periodismo impresso, ainda que em outros lugares, também contribui para a realização dessa interpretação. Segundo Salvador de Mendonça, José Augusto Gomes de Menezes era irmão de João Hilário de Menezes Drumond, o que demonstra seu vínculo com Itaboraí e sua proximidade com o periodismo impresso na vila.³⁶⁵

Isso viabiliza a construção da seguinte suposição: sendo a Tipografia de J. A. G. de Menezes a única existente na Freguesia de Itaboraí (no ano de 1835) e sendo esta a região (e o período) em que foi publicado *O Conciliador de Itaborahy*, isso aponta para o fato de que muito provavelmente José Augusto Gomes de Menezes foi o redator e o proprietário desse jornal. A conexão dessas informações mostra como a cultura política local, caracterizada pela ampliação da atividade política para a esfera provincial, influenciou na proposta do periodismo impresso local nesse período. Assim como *O Provinciano Fluminense* de Alexandre Fortes, publicado na mesma época, *O Conciliador de Itaborahy* também era um jornal político, conduzido por uma representação política local que conhecia, assim como Fortes, o peso que a palavra impressa tinha na propagação de suas ideias em uma esfera pública. As disputas políticas regionais, diante desse contexto político, contribuíram para que esses dois periódicos tenham tido alguns embates em suas matérias, conforme já demonstrado nas discussões das “febres de Macacu”.³⁶⁶

Manuel Duarte Moreira de Souza foi um médico e Fazendeiro de Itaboraí, conforme citado em uma lista de candidatos publicada no jornal *O Sete d’ Abril*. Foi deputado provincial na primeira legislatura. Nas fontes primárias analisadas, não foram localizadas menções dele como escritor.³⁶⁷

Da mesma forma, Joaquim Gonçalves Ledo foi mencionado, em mesma lista, como sendo fazendeiro de Itaboraí. Conforme escreveu Joaquim Manuel de Macedo, Ledo foi um dos

Acesso em: 18 set. 2020; *O Sete d’ Abril*, Rio de Janeiro, nº 198, p. 5-8, 22 nov. 1834. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca85>. Acesso em: 18 set. 2020. BLAKE, Op. Cit., quarto volume, p. 324.

³⁶⁵ *O Juvenil* foi analisado no Tópico 3.1. Revista do Livro... Op. Cit. Dalmo Barreto também afirmou que José Augusto e João Hilário eram irmãos. BARRETO, Dalmo. Salvador de Mendonça... Op. Cit., p. 143.

³⁶⁶ Essa discussão foi analisada no tópico 3.2.

³⁶⁷ Ele era pai do escritor itaboraiense Manoel Duarte Moreira de Azevedo. BLAKE, op. cit., sexto volume, p. 61.

principais personagens da independência do Brasil e se destacou como jornalista e político. Em sua trajetória parlamentar, ele foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro nas duas primeiras legislaturas do Império e atuou nas duas primeiras legislaturas da província. Sacramento Blake mencionou que Ledo foi um dos fundadores do jornal *O Reverbero Constitucional Fluminense* e que este escreveu diversas outras obras.³⁶⁸

Por fim, o nome de José Augusto Cesar de Menezes encerra os nomes dos deputados eleitos na primeira legislatura com vinculações a Itaboraí. Segundo Sacramento Blake, César de Menezes nasceu, viveu e faleceu em Itaboraí (onde tinha um colégio) e era cirurgião, distinto literário, poeta e conhecedor de várias línguas. Além de poesias, escreveu discursos e foi um dos fundadores da Sociedade Política Clube dos Amigos (com Cypriano Barata, Theophilo Ottoni e outros), a qual “influiu para o 7 de abril”.³⁶⁹

Essa breve biografia desses cinco deputados que atuaram na primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial - período que se insere em boa parte do contexto de expansão do periodismo impresso em Itaboraí - mostra que, comprovadamente, quatro desses indivíduos eram escritores e que dois tiveram, em algum momento de suas vidas, uma atuação direta com a redação de jornais impressos, destacando, para esta análise, a contribuição de José Augusto Gomes de Menezes.³⁷⁰

Essas informações demonstram que nesse período havia, na vila, um ambiente de uma cultura letrada vinculada diretamente a uma cultura política. Além disso, torna possível compreender a expressividade política que Itaboraí possuía na época e o quanto a cultura política local esteve atrelada às disputas regionais pela ampliação da participação política na esfera provincial.

Foi essa expressividade nas relações de poder que contribuiu, de forma significativa, para que Itaboraí (em 1835) disputasse com Praia Grande (Niterói) a condição de se tornar a

³⁶⁸ A publicação dessas listas em jornais em períodos próximos da eleição se tornou um hábito comum de participação política nesse contexto e era realizada geralmente de forma anônima por alguns leitores dos jornais. **O Sete d' Abril**, op. cit; MACEDO, Joaquim Manuel de. **Ano Biográfico Brasileiro**. Op. Cit., terceiro volume, p. 335-341; Ledo escreveu diversos manifestos, pareceres e representações encaminhadas a D. Pedro I. BLAKE, Op. Cit., quarto volume, p. 144-145. Joaquim Gonçalves Ledo foi proprietário da Fazenda Sumidouro, localizada na época na Freguesia de Santo Antonio de Sá. Atualmente, as terras que faziam parte dessa fazenda estão localizadas próximas ao COMPERJ. Ver: COSTA, Gilciano Menezes. Op. Cit.

³⁶⁹ BLAKE, Op. Cit., quarto volume, p. 323.

³⁷⁰ Constatou-se que diversos deputados eleitos para a primeira legislatura da Assembleia provincial do Rio de Janeiro possuíam um histórico de envolvimento com o periodismo impresso em suas biografias, seja como redator, proprietário ou colaborador de algum jornal. Além dos nomes já citados de Alexandre Fortes de Bustamante e Sá, José Augusto Gomes de Menezes e Joaquim Gonçalves Ledo, inclui-se, entre outros, o nome de Evaristo Ferreira da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*.

capital da província.³⁷¹ Na década de 1830, como demonstrou Ana Maria dos Santos, em sua análise econômica sobre a região (endossada por Maria de Fátima Silva Gouvêa), Itaboraí apresentou um crescimento econômico contínuo, derivado, sobretudo, da produção de cana de açúcar e aguardente. No final desta década, a vila chegou a obter a terceira maior arrecadação da Província.³⁷²

Esse crescimento econômico nesse período - além de ter sido um dos motivos para a sua elevação em vila em 1833 e de ter tornado a região “cabeça” de Comarca no mesmo ano - contribuiu diretamente para o surgimento dessa expressividade política em níveis provinciais, o que viabilizou um contexto de aumento do periodismo local. É relevante mencionar que enquanto Itaboraí obteve um crescimento econômico e político nas décadas de 1830 (sobretudo) e 1840, a Vila de Santo Antonio de Sá seguiu um caminho inverso, entrando em um processo de declínio. Dessa maneira, verificou-se que o crescimento econômico, a expressividade política, o surgimento e a expansão do periodismo impresso em Itaboraí são processos históricos intrínsecos.³⁷³

Portanto, foi constatado que enquanto em 1832 os jornais locais surgiram por demandas externas de caráter mais amplo, devido às discussões em torno dos diferentes projetos nacionais em disputa, em 1835, os periódicos passaram a ser impressos em um ambiente de ampliação da representatividade política dos agentes sociais locais na esfera provincial, devido ao crescimento econômico (e político) local e, sobretudo, aos novos espaços políticos de atuação que surgiram com a criação da Assembleia Provincial.

Dessa forma, a expansão do periodismo impresso em Itaboraí (iniciada em 1835) foi resultante da ambição de agentes sociais locais em se inserirem nas transformações descentralizadoras que o Ato Adicional de 1834 gerou.³⁷⁴ Diferente dos jornais produzidos nos

³⁷¹ José Bernardino Baptista Pereira, por exemplo, foi o principal articulador na Assembleia Legislativa para que a Vila de Itaboraí se tornasse a capital da província. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 38, p. 2, 18 fev. 1835. <https://cutt.ly/hemeroteca86>. A disputa pela nova capital foi analisada no Tópico 2.1.

³⁷² SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Op. Cit., p. 123-124; GOUVÊA, op. Cit., p. 40.

³⁷³ O decreto de 15 de janeiro de 1833, além de determinar a criação de diversas vilas, estabeleceu a divisão da Província em comarcas: “Art 1º Haverá na Província do Rio de Janeiro, seis comarcas, a saber: a da Ilha Grande, a de Resende, a de Cantagallo, a de Campos, a de S. João de Itaborahy, e a do Rio de Janeiro”. Neste decreto foi determinado que a comarca de São João de Itaborahy “compreendera os termos das vilas de São João de Itaborahy, de Magé, de Santo Antônio de Macacu, de Maricá e da Praia Grande”. BRASIL. Decreto de 15 de janeiro de 1833. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Op. Cit., p. 27.

³⁷⁴ Embora as determinações do Ato Adicional de 1834 tenham proporcionado uma descentralização em algumas estruturas políticas administrativas das províncias, gerando uma ampliação dos espaços de atuação política, é relevante considerar, como afirmou Maria de Fátima Silva Gouvêa, que apesar desse “caráter liberal descentralizador [...], o ato manteve inalterado o processo altamente centralizado por meio do qual era procedida a nomeação dos presidentes de provinciais em todo país.” Esse era “um dos principais elementos a concorrer para a instituição de mecanismos de poder fortemente centralizados a partir da sede imperial da monarquia constitucional brasileira.” GOUVÊA, op. Cit., p. 19.

anos de 1832 (O Itaborayense e O Severo) - em que os fatores externos tiveram uma importância quase exclusiva para o início da produção desses jornais -, as folhas que surgiram nos anos de 1835 e 1836 (O Conciliador de Itaborahy, O Juvenil, O Amigo da Moral e O Provinciano Fluminense) tiveram suas impressões ocasionadas por fatores de relevância interna e externa, onde os sujeitos sociais locais realizaram um protagonismo nesse processo.

Através da leitura de todo o material analisado foi possível observar uma predominância do conteúdo político em quase todos os jornais de Itaboraí publicados no período regencial, tendo como exceção o jornal O Juvenil que priorizou temáticas educativas.

No campo cultural, considerando os dois períodos analisados (1832 e 1835-1838), as informações encontradas mostram um distanciamento da maioria dos redatores na publicização das manifestações culturais, sobretudo ao que se refere à organização e à realização destas na região. Das poucas menções localizadas, constatou-se que ou foram publicadas pelos leitores para denunciar abusos ocorridos em torno da estrutura de uma festa - situação ocorrida com a Festa do Divino noticiada pelo Severo - ou para divulgar normas de conduta determinadas pela instância de poder local para garantir o controle sobre as festas, postura realizada no episódio da proibição da população negra em festas, noticiada pelo Provinciano Fluminense. A exceção, novamente, foram as menções do jornal O Juvenil que intencionou organizar os festejos de sete de setembro, o que acabou não ocorrendo, pois o jornal encerrou suas atividades antes dessa data.

No aspecto social, foi observado uma expressiva predominância de informações sobre o cotidiano de homens brancos letrados, destacando aqueles envolvidos com as questões políticas. As informações sobre a população negra local – localizadas nos jornais O Severo e O Provinciano Fluminense – priorizaram as notícias referentes aos escravizados e dentro de uma abordagem caracterizada pela manutenção da ordem escravista. No periódico O Juvenil não houve menção dessa população e nos outros jornais também não foi encontrada. Contudo, devido à limitação das fontes desses periódicos, supõem-se - com a exceção do Itaborayense que era um jornal de vertente política liberal exaltada - que os demais jornais também publicaram informações da população negra inseridas em um contexto de controle e de preservação da estrutura sócio econômica do período.

Diante do estudo realizado, constatou-se que os periódicos de Itaboraí publicados no Período Regencial eram em sua grande maioria jornais mais doutrinários que informativos e que estes fizeram parte de uma imprensa artesanal (ou seja, não empresarial), a qual, segundo

Marco Morel e Mariana Bastos, caracterizou a impressão de jornais na “primeira metade do século XIX”.³⁷⁵

Por fim, este estudo demonstrou que os conflitos, os momentos de estabilidade, as convergências e as rivalidades definiram as características das culturas políticas locais e influenciaram no surgimento dos jornais analisados e nos conteúdos de suas publicações, visto que, como demonstraram Martha Abreu, Rebeca Gontijo e Rachel Soihet, “as culturas políticas articulam ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, vocabulário, imagens e memórias em prol de lutas políticas e culturais”.³⁷⁶ Nessa articulação política local, a palavra impressa teve, portanto, um papel de destaque.

³⁷⁵ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 22.

³⁷⁶ ABREU, Marta; GONTIJO, Rebeca e SOIHET, Raquel; Apresentação. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 14.

- CAPÍTULO IV -

Os periódicos impressos locais liberais e progressistas

No presente capítulo são analisados os jornais O Echo da Verdade, A Civilização e O Itaboraense. Esses impressos foram publicados, respectivamente, no início das décadas de 1840, 1850 e 1860 e foram estudados como representações (na esfera pública local e regional) de grupos políticos em choque com os conservadores. Dessa maneira, esta análise demonstra que a produção de jornais na Vila de Itaboraí, nessas décadas, alcançou um papel relevante nas disputas políticas partidárias existentes na Província do Rio de Janeiro e estiveram conectadas às novas culturas políticas que emergiram no Império, atuando como força ativa diante das transformações políticas em curso.

4.1 – O Echo da Verdade – Um jornal ministerial liberal na região

O Echo da Verdade foi um periódico impresso na Freguesia de Santo Antonio de Sá, que na época pertencia a “Vila de Macacu”. Como essa região passou a compor o território da Vila de Itaboraí em 1875, o estudo desse jornal se insere, sobretudo, na análise da História da Imprensa de Itaboraí.³⁷⁷

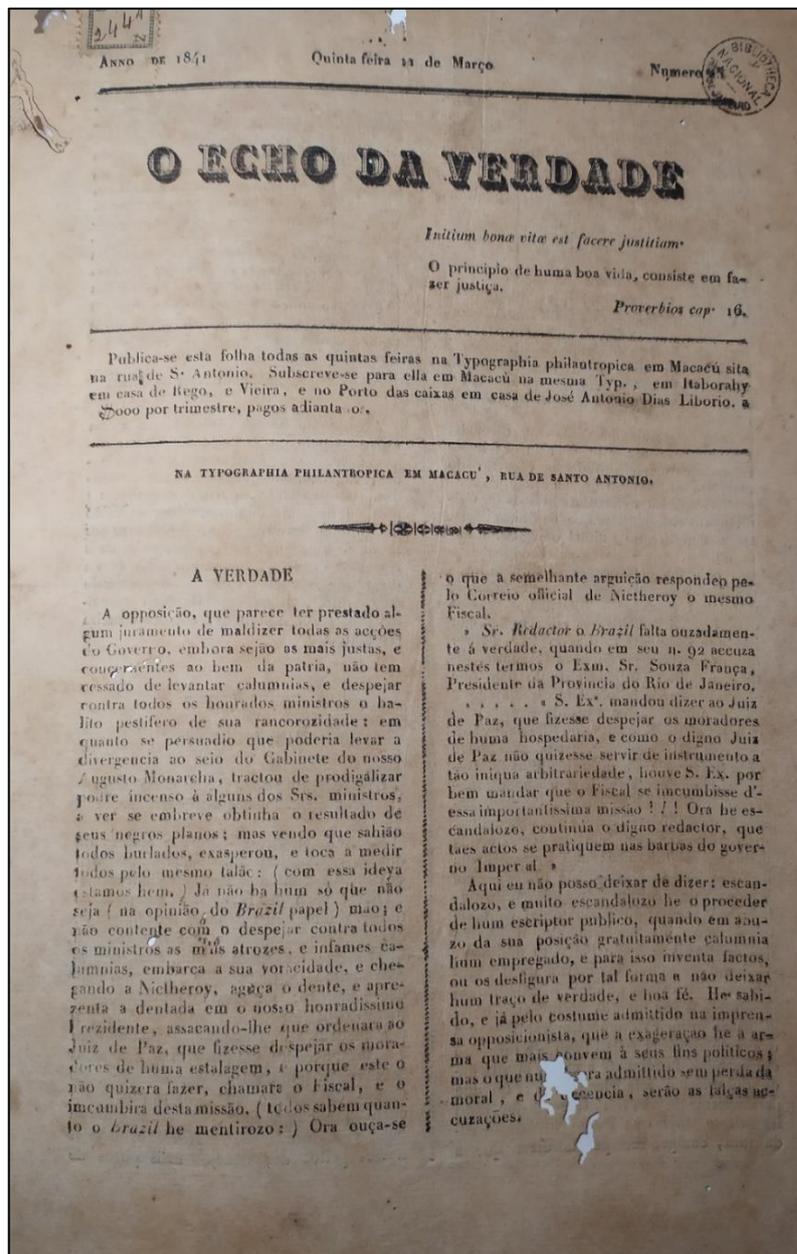
O corpo documental desse jornal é composto por um de seus números impressos e pelas menções de seus escritos nos periódicos publicados na Corte Imperial (O Brasil, O Maiorista, Jornal do Commercio, A Regeneração e A Aurora Fluminense). Todo esse material foi localizado na Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional. Além dessas fontes primárias, foram também utilizados o Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e as estatísticas populacionais publicadas no Relatório do Presidente de Província, sendo, ambas as fontes, integrantes do acervo do Center for Research Libraries.

A partir de um cálculo decrescente do número 25 (exposto abaixo), levando em conta que O Echo da Verdade foi publicado uma vez por semana, torna possível supor que seu

³⁷⁷ O território que fez parte da Vila de Santo Antonio de Sá (Vila de Macacu) compõe atualmente os municípios de Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu. A extensa dimensão e o entrelaçamento histórico dessas regiões tem gerado alguns equívocos. Nesse sentido, destaca-se que o fato de a Freguesia de Santo Antonio de Sá ter se tornado (em 1875) parte do território da Vila de Itaboraí viabiliza afirmar que os periódicos produzidos nessa freguesia fazem parte, sobretudo, da História da Imprensa de Itaboraí e não de Cachoeiras de Macacu como afirmaram Cybelle e Marcello de Ipanema. IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. **Imprensa Fluminense...**, op. cit., p. 75.

primeiro número foi impresso no dia 24 de setembro de 1840, caso não tenham ocorrido interrupções em suas publicações.

Figura 10- Primeira página do nº 25 do jornal O Echo da Verdade (1841)



Fonte: Fundação da Biblioteca Nacional³⁷⁸

Em seu cabeçalho, como pode ser observado acima, foi informado que o periódico era publicado todas as quintas feiras na Tipografia Filantrópica, em Macacu, situada na “rua S. Antonio”. Considerando que a tipografia do Echo da Verdade possuía a mesma localização (e

³⁷⁸ O Echo da Verdade. Macacu, nº 25, p. 1, 11 mar. 1841.

denominação) do espaço tipográfico que imprimia O Provinciano Fluminense, é possível afirmar que ambos os jornais foram impressos em mesma tipografia, embora tenham sido por proprietários diferentes.³⁷⁹

A epígrafe dessa folha era publicada em latim e em português, tendo a justiça como referencial valorativo a ser seguido: “o princípio de uma boa vida, consiste em fazer justiça”. O periódico era composto por quatro páginas, tendo duas colunas cada uma e possuía 30x20 de dimensão, ou seja, era um jornal de formato pequeno. Através da leitura do número localizado, foi possível constatar que sua estrutura era composta pelo editorial, por extratos (trechos) de outros periódicos (contendo, inclusive, matérias sobre outras províncias), pela seção de Correspondência, pelo Edital (apresentando informações de ações das autoridades locais) e pelos Anúncios.³⁸⁰

Seus números eram comercializados através de assinaturas, feitas na própria tipografia em Macacu, na casa de Rego e Vieira em Itaboraí e na casa de José Antonio Dias Liborio em Porto das Caixas. Era solicitado pelo jornal que as assinaturas fossem realizadas por trimestres, pagas de forma adiantada. Nas fontes localizadas não foram mencionadas vendas avulsas. Desse modo, das formas comprovadas de obtenção de recursos, além das vendas por assinaturas, o jornal adquiria capital também pela comercialização da publicidade impressa nos Anúncios e na publicização das determinações da Câmara Municipal no Edital.³⁸¹

Na análise dos acervos utilizados nesta pesquisa, O Echo da Verdade foi o único periódico impresso na região localizado na década de 1840. Contudo, este trabalho não descarta a possibilidade de ter tido mais jornais impressos na época. Cabe ressaltar que O Echo alcançou uma considerável expressão, embora tenha funcionado por um período em torno de seis meses. As menções de seus escritos, inseridas em diversas discussões políticas em jornais da Corte Imperial, sustentam essa afirmação. Além disso, essas citações demonstram que O Echo era um jornal governista e, logo, liberal, visto que no período em que essas menções foram publicadas (entre setembro de 1840 e março de 1841) os liberais estavam conduzindo os ministérios.³⁸²

Ao comparar a produção de periódicos impressos em Itaboraí da década de 1830 (seis jornais) com a de 1840 (apenas um), observa-se uma considerável diminuição da produção tipográfica e jornalística na região. Essa queda produtiva de impressos não foi uma

³⁷⁹ Ibidem. O Provinciano Fluminense foi analisado no tópico 3.2.

³⁸⁰ **O Echo da Verdade**, op. Cit., p. 1.

³⁸¹ Ibidem. Não foi possível identificar o valor das assinaturas, devido a deterioração da tinta utilizada no jornal causada pelo decorrer dos anos.

³⁸² O Golpe da Maioridade e o governo iniciado em seguida (de julho de 1840 a março de 1841) eram liberais. Ver: NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império: Nabuco de Araújo**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, vol. 4, 1949, p. 205-217.

característica isolada, mas sim uma tendência em diversas províncias do país. Como demonstrou Marco Morel, a restauração do poder centralizador e monárquico em 1840 (com a antecipação da maioria) gerou uma “outra tendência em termos de imprensa periódica”. Para ele, “o debate político não desaparece[u], mas se arrefece[u] no bojo de uma ação conjugada de repressão e incorporação de agentes políticos sob a égide do Estado imperial.” Nesse momento, de acordo com Morel, “há um certo declínio quantitativo nos títulos dos jornais, mas ao mesmo tempo uma estabilização da imprensa através de alguns órgãos que, paulatinamente, vão se consolidando como empresas.”³⁸³

Os posicionamentos em defesa do Governo imperial (e provincial) foram constantes em suas publicações, destacando a elaboração de uma escrita em prol da manutenção da ordem. As ações governamentais foram apresentadas como as “mais justas” e noticiadas sempre pelo “bem da pátria”.³⁸⁴ As críticas da oposição a esses governos foram corriqueiramente tratadas como práticas caluniosas. Dos registros localizados, foi possível reconhecer debates públicos realizados, principalmente, entre O Echo da Verdade e o jornal conservador (e logo oposicionista) O Brasil.³⁸⁵

A historiadora Ana Luiza Martins, ao analisar a imprensa do período, constatou que no Segundo Reinado a “política e imprensa se conjuga[ra]m a serviço dos partidos – Conservador e Liberal – atrelados a grupos familiares, condicionados seus interesses econômicos e afinidades intelectuais.” Para Martins, “em geral, os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas.”³⁸⁶

Em janeiro de 1841, O Brasil publicou um texto questionando a expansão dos periódicos ministeriais (jornais governistas) na Corte e na Província do Rio de Janeiro. Nesse escrito, além dessa folha ter iniciado os debates com O Echo da Verdade, destacou que o jornal de Macacu era o periódico ministerial (fora da Corte) de maior notabilidade na província. Segundo O Brasil,

enquanto na Corte se propagam ao infinito os periódicos ministeriais, julgou o gabinete que não deviam as províncias ficar privadas das luzes dos missionários de sua política. Entre estes torna-se mais notável um asqueroso papelucho, publicado em Macacu com o nome de ‘Echo da Verdade’. Não penseis encontrar nessa folha

³⁸³ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. Op. Cit., 42-43 (grifo meu).

³⁸⁴ O Echo da Verdade, op. Cit., p. 1.

³⁸⁵ Para saber mais ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa...**, op. Cit., p. 182-183.

³⁸⁶ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: _____; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 48 (grifo meu).

debatida a mais insignificante questão política; a honra das famílias é o alvo a que atira o escritor governista de Macacu.³⁸⁷

Em torno dos embates travados entre esses jornais, o periódico O Brasil - ao defender os conservadores da região - assinalou que o jornal O Echo da Verdade utilizou de “injúrias” para atacar os “honrados itaboraienses” no contexto eleitoral. Devido a isso, denominou a folha de Macacu de “missionários da política endiabrada do gabinete”, enfatizando que suas práticas eram carregadas de “difamações”.³⁸⁸

Em fevereiro de 1841, os questionamentos ao conteúdo do que era publicado no Echo continuaram. O jornal O Brasil, como forma de legitimar suas críticas e como meio de tornar suas ideias predominantes na opinião pública do período, utilizou como recurso de embate a menção de que a folha de Macacu teria também sido criticada por outro periódico governista da Corte, A Regeneração.

Lê-se com pasmo no ultimo n.º da Regeneração um artigo censurando o descomedimento do celebre papelucho de Macacu intitulado Echo da Verdade. Daí pode inferir o leitor quão imundo não é o defensor do governo em Macacu. Sim, a Regeneração que combateu nas mesmas fileiras com os imundos filhos [...] censura com veemência os artigos descomedidos do Echo da Verdade! Cremos que os homens honrados de Itaboraí, que tanta vez tem sido mordidos pelo dente da fera, não podiam ter melhor defesa. É um soldado do mesmo batalhão, da mesma companhia que censura os desmandamentos de seu colega. É em uma palavra um governista que se enjoa das imundices dos escritos de outro governista!³⁸⁹

Contudo, em março, diante dessas afirmações, o jornal A Regeneração publicou uma matéria (intitulada “Mais uma falsidade”) questionando o conteúdo publicado pelo jornal oposicionista, alegando que este utilizou de “caluniosas mentiras” em seus escritos. Para mostrar que O Brasil estava mentindo, A Regeneração listou os jornais que teria criticado em seus números anteriores, não citando o Echo da Verdade entre eles.³⁹⁰

Em seguida, O jornal O Brasil respondeu afirmando que “a censura feita [...] ao periódico imundo de Macacu” pela folha A Regeneração foi noticiada como “um fato”,

³⁸⁷ OS MISSIONÁRIOS do ministério. **O Brasil**. Rio de Janeiro, nº 80, vol. I, p. 3, 9 jan. 1841. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca87>. Acesso em: 4 jun. 2020.

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ FRANQUEZA, **O Brasil**, Rio de Janeiro, nº 95, vol. I, p. 4, 16 fev. 1841. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca88_1. Acesso em: 4 jun. 2020.

³⁹⁰ MAIS huma falsidade. **A Regeneração**. Rio de Janeiro, nº 52, vol. I, p. 2, 2 mar. 1841. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca88>. Acesso em: 4 jun. 2020.

enaltecido “em nome do decoro público”, não sendo, portanto, segundo o jornal, uma informação falaciosa.³⁹¹

Nos textos publicados pelo Echo da Verdade há também menções de diversos embates desse jornal com o periódico O Brasil. Dessas, destaca-se uma matéria referente à discussão que se desenvolveu em torno de uma interferência das autoridades provinciais em uma determinada hospedaria em Niterói, interpretada como legítima pelo Echo devido às condições de higiene do estabelecimento e arbitrária (e abusiva) pelo jornal O Brasil. No decorrer da discussão, frases como “todos sabem quanto O Brasil é mentiroso” ou que suas publicações não passam de “infames calúnias” foram apresentadas para enfatizar suas defesas.³⁹²

No número analisado, foi observado que no término dos artigos elaborados pelos colaboradores, era inserido um pequeno texto com as considerações do redator sobre o tema apresentado. Em um desses, nota-se uma característica da cultura jornalística de seu redator. Isso porque O Echo da Verdade, ao assinalar que o periódico A Regeneração possuía uma forma branda de se posicionar nas discussões com o jornal O Brasil, mostrou que variados recursos, inclusive a mentira, deveriam ser utilizados para combater os jornais opositoristas, vistos que estes eram apontados pelo jornal como mentirosos e, portanto, merecedores de tal prática. Ao contrário do que o título do jornal expõe, o redator do Echo, fazendo referência ao periódico O Brasil, afirmou que

a ilustre Regeneração, que sempre está na sua paciência evangélica, não quer que se lhe responda na mesma frase, (não com mentiras:) pois eu ainda me lembro de um exemplo [...] e é - pelo caso que se faz a pergunta, por esse mesmo se dá a resposta. – Isto [...] vem a dizer que o homem que só sabe usar de frases duras, e descomedidas, não pode tirar proveito das brandas e sobre maneiras prudentes.³⁹³

³⁹¹ PROVAS de urbanidade. **O Brasil**, op. cit., nº 103, vol. I, p. 3, 6 mar. 1841. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca89_1. Acesso em: 4 jun. 2020.

³⁹² **O Echo da Verdade**, op. cit., p. 1.

³⁹³ Ibidem, p. 2. Essa prática de publicizar mentiras em veículos de comunicação como ferramenta política para atacar opositores perpassou o tempo e se mantém até os dias atuais. Com o avanço tecnológico e o advento da internet, o uso de informações falsas na luta política se disseminou e passou a ser realizado pelos novos meios midiáticos, como sítios eletrônicos (sites), redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) e aplicativos de mensagens (como Whatsapp e Telegram). Atualmente, as notícias falsas são denominadas de Fake News e, embora combatidas pelas autoridades, são geralmente utilizadas com fins ideológicos para atacar, principalmente, grupos minoritários, empresas rivais, a ciência (em função do negacionismo) e oponentes políticos. Cabe salientar que no período entre as eleições presidenciais (realizadas em 2018) e a pandemia de COVID-19 (iniciada no primeiro trimestre de 2020) a disseminação de Fake News ganhou proporções jamais vistas. Assim como ocorreu nas disputas políticas que o jornal O Echo da Verdade participou em 1841, diversas mentiras também foram publicizadas (dessa vez em novos meios de comunicação) e utilizadas como recurso político para atacar seus opositores. Para saber mais ver: Fake News marcaram as eleições de 2018. **Ig Último Segundo**, São Paulo, 29 nov. 2018. Disponível em: https://cutt.ly/ig_ultimo_segundo_fake_news_2018. Acesso em: 5 jun. 2020.

Um outro texto elaborado pela folha de Macacu, e publicado na íntegra pelo jornal O Maiorista, mostrou suas intervenções em temas do cotidiano local para defender a legitimidade da maioria do imperador e no quanto seus opositores eram tratados como merecedores de punições. Dessa forma, o periódico defendeu como uma atitude correta a demissão de um chefe de legião da Guarda Nacional de Itaboraí (Sr. Baltazhar), por não considerá-lo maiorista. Assim, segundo O Echo, o Senhor Baltazhar trabalhou “contra o governo de então e contra os maioristas” e, portanto, por que “conservar em um emprego um homem que hostilizava a marcha do governo?”³⁹⁴

Essa discussão, embora posterior, se insere nos debates desenvolvidos em torno da antecipação da maioria do imperador que, pela Constituição vigente no período, só ocorreria em dezembro de 1843. Devido ao rompimento da normalidade constitucional, esse episódio ficou conhecido posteriormente como o Golpe da Maioridade. De acordo com José Murilo de Carvalho, o movimento da maioria (sendo seus defensores denominados de maioristas) se desenvolveu em um contexto em que os conservadores, estando no poder, conseguiram aprovar no Parlamento (em 1840) uma “Interpretação do Ato Adicional” que reduzia os poderes dos presidentes de província. Diante desse contexto, os liberais, temerosos que outras reformas fossem aprovadas, recorreram a uma causa popular para adiantar a maioria do Imperador e, com isso, voltar a fazer parte do governo.³⁹⁵

Constatou-se que embora O Echo da Verdade não tenha sido comercializado na Corte Imperial, alguns de seus números certamente foram levados por indivíduos que transitaram entre seus espaços locais de venda e a Corte. Embora o periódico tenha tido fontes de renda próprias, não se descarta a possibilidade de ter recebido financiamento externo para atender interesses políticos, visto ser um jornal ministerial. Diante da análise dos registros encontrados, foi observado que as discussões políticas do período - travadas entre os jornais governistas e oposicionistas - ganharam destaque em suas publicações. Além disso, a participação do Echo nesses embates explicita que as disputas de ideias na opinião pública eram realizadas também para fora da Corte Imperial, estratégia percebida e denunciada pelo seu principal opositor, o jornal O Brasil.

Dessa forma, na década de 1840 as Vilas de Itaboraí e de Santo Antonio de Sá, semelhante ao decênio de 1830, foram interpretadas como áreas de disputa política entre os

³⁹⁴ **O Maiorista**. Rio de Janeiro, nº 20, p. 3, 19 jul. 1841. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_89. Acesso em: 5 jun. 2020.

³⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: ____ (org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 - A Construção Nacional: 1830-1889**, vol. 2, Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2012, p. 95-96.

agentes locais e os indivíduos que atuavam na Corte (e na capital da província a partir de 1835). Isso se explica pelo fato de que essas vilas possuíam um quantitativo expressivo de eleitores em ambos os períodos.³⁹⁶

Independente da esfera das discussões, seja no plano nacional, provincial ou local, a prática jornalística desse periódico era a de realizar denúncias de ações de seus opositores ou em distorcer a informação para atender os seus propósitos, o que acabou ocorrendo algumas vezes de forma explícita. Era um jornal político. Não possuía como objetivo prioritário o comprometimento no ato de informar os fatos ocorridos (como diversos jornais da época), mas sim de apresentá-los de forma que seus questionamentos, ou defesas, ganhassem eco e, logo, legitimidade na opinião pública. Portanto, sua escrita não esteve atrelada a condicionantes éticos contra seus oponentes, característica marcante da cultura política que compartilhou.

Como tal, as questões culturais possivelmente não receberam um espaço considerável em suas edições e provavelmente a população negra foi noticiada dentro de uma esfera de manutenção da ordem escravocrata. As fontes analisadas não apresentaram qualquer menção sobre esses temas.

É relevante para a historiografia local considerar que o fato de ter existido dois jornais impressos na Freguesia de Santo Antonio de Sá, O Provinciano Fluminense (1835-1837) e o Echo da Verdade (1840-1841), em períodos posteriores e concomitantes à ocorrência de uma série de epidemias nessa região (conhecidas como “febres de Macacu”), mostra que - ao contrário do que foi afirmado em alguns documentos oficiais e jornais do período (endossado em algumas obras locais) - o abandono de moradores do lugar, embora tenha ocorrido, não foi imediato, mas sim resultante de um processo que ocorreu no decorrer de todo o século XIX, como pode ser observado pelos seguintes quantitativos de habitantes dessa freguesia, apresentados, respectivamente, pelo ano e pelo total de pessoas: 1840: 2522; 1850: 2210; 1856: 1121; 1872: 1702.³⁹⁷ Afinal, a prática jornalística e a produção de jornais estiveram vinculados

³⁹⁶ RIO de Janeiro. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, nº 221, p. 1, 8 out. 1835. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca90>. Acesso em: 20 set. 2020; ELEIÇÃO de dous Deputados. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, nº 100, p. 1, 20 abr. 1841. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca91>. Acesso em: 20 set. 2020.

³⁹⁷ A partir da análise das estatísticas demográficas, somada ao estudo da imprensa local, a presente pesquisa - embora reconheça o mal que o quadro epidêmico acarretou para as pessoas que viviam nesse período na região - interpreta que as “febres de Macacu” tiveram seus impactos superdimensionados como forma de atender aos interesses em conflito no contexto de fragmentação territorial da Vila de Santo Antonio de Sá. Foi devido a essa relação de interesses específicos que menções imediatistas e exageradas sobre o esvaziamento populacional da região foram citadas em jornais (“A febre de Macacu [...] despovoou já essa miserável vila”) e em documentos oficiais (“A Vila de Santo António de Sá, quase completamente abandonada de habitantes”), assim como em algumas obras que circulam atualmente na cidade. As “febres de Macacu” foram analisadas no Capítulo I. HUM amigo da humanidade. **A Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro, nº 181, 24 abr. 1829, Correspondência, p. 4. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca92>. Acesso em: 7 jun. 2020; RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Presidente (Carneiro Leão). **Relatório...1 mar. 1842**, s/n. Disponível em: https://cutt.ly/relatorio_presidente2.

à existência de relações sociais, geradas tanto no trabalho realizado na tipografia, assim como na comercialização no local e nas trocas de informações entre os indivíduos que circularam nesses espaços. Logo, havia jornais nesse período porque, sobretudo, existiam habitantes na freguesia!

Por fim, a leitura do Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert), no período entre os anos de 1848 e 1885, mostrou que não houve mais menção de tipografias na Freguesia de Santo Antonio de Sá. Portanto, não foram mais produzidos jornais nessa freguesia, situação ocasionada, provavelmente, pelo seu contínuo declínio econômico e por sua perda de importância política que se desenvolveu no decorrer do século XIX - sobretudo a partir da segunda metade da década de 1840 -, culminando em sua incorporação à Vila de Itaboraí em 1875.³⁹⁸

4.2 – A Civilização – O “porta voz” do Partido Liberal no interior da Província do Rio de Janeiro

No início da década de 1850, a Vila de Itaboraí voltou a ter a impressão de periódicos com o início das publicações do jornal **A Civilização**. O estudo da folha foi realizado, sobretudo, através da análise de seus 101 números impressos, acessados no acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. Diante do quantitativo de exemplares localizados e por ser esse período um momento de consideráveis transformações no país (e conseqüentemente na imprensa periódica), tornou-se relevante analisar esse jornal com mais profundidade.

O lançamento dessa folha ocorreu no dia 9 de março de 1850. Sua impressão era realizada na Tipografia “Itaborahyense” de João Hilário de Menezes Drumond.³⁹⁹ Esse espaço iniciou suas funções na rua São João, nº 7, e posteriormente (a partir de sua edição 73) mudou para o Largo Municipal, nº 23, ambos endereços localizados na Freguesia de São João Batista de Itaboraí. Cabe mencionar que, na década de 1850, o periódico **A Civilização** foi o único impresso localizado nessa freguesia. Contudo, outros jornais foram produzidos nesse período

Acesso em: 9 jun. 2020. Em relação as estatísticas demográficas (e o censo de 1872) da região, produzidas no século XIX, ver: COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí...**, op. cit. Entre as obras que reproduzem o equívoco apresentado acima, destaca-se os **Cadernos Itadados**. Op. Cit., 2018, p. 12.

³⁹⁸ **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1848-1885. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_laemmert. Acesso em: 9 jun. 2020.

³⁹⁹ **A Civilização**. Itaboraí, nº 1, p. 1, 9 mar. 1850. A atuação de João Hilário de Menezes Drumond na imprensa de Itaboraí foi registrada, em 1832, com sua colaboração no jornal **O Severo** (como recebedor de assinaturas) e, em 1836, com o lançamento do periódico **O Amigo da Moral**, de sua propriedade. Esses jornais foram analisados, respectivamente nos tópicos 2.3 e 3.1. Dessa forma, Drumond foi um dos itaboraienses de maior destaque da imprensa local no século XIX.

na Vila de Itaboraí, tendo destaque os impressos produzidos em Porto das Caixas, como O Semanário e O Popular⁴⁰⁰, o que demonstra um dinamismo da produção de jornais impressos na vila nesse período.⁴⁰¹

No cabeçalho do jornal A Civilização foi informado que sua saída (distribuição) ocorreria aos “sábados de manhã” e que sua comercialização poderia ser realizada por assinaturas semestral e anual, nos valores respectivos de 2\$000 réis e 4\$000 réis (pagos adiantados), além da forma avulsa por \$100 réis. As assinaturas poderiam ser realizadas na própria tipografia, em Itaboraí, na casa do Sr. Francisco Ignacio da Silva Passos, em Rio Bonito, e na residência do Sr. João Luiz da Cunha, em Maricá.⁴⁰²

Conforme o periódico foi ampliando sua circulação para mais regiões, mais locais foram citados no cabeçalho como endereços onde os jornais poderiam ser comercializados. Assim, a partir de seu número 32, a casa do Sr. Bernardo José da Costa Braga, em Sant’ Anna (freguesia da Vila de Santo Antonio de Sá) foi incluída.⁴⁰³ Na sequência do texto, é possível visualizar a imagem da primeira página de seu número inaugural com o cabeçalho.

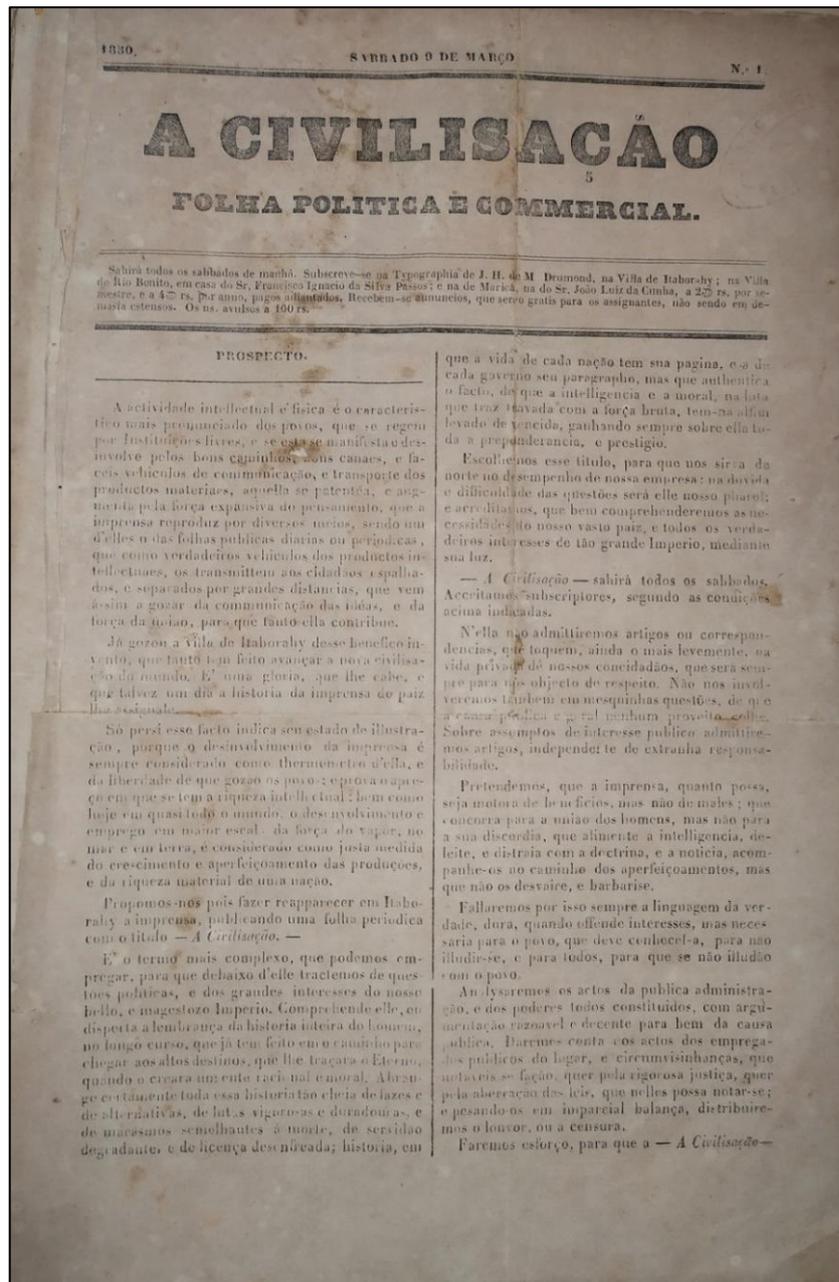
⁴⁰⁰ Os jornais impressos em Porto das Caixas não foram analisados diretamente neste trabalho, mas sim de forma complementar e em diálogo com os periódicos produzidos na Freguesia de São João Batista. Embora façam parte da História da imprensa periódica de Itaboraí, a produção desses jornais ficou retida às décadas de 1850 e 1860. Dessa forma, optou-se em focar a análise nos jornais impressos na Freguesia de São João Batista, pois nessa localidade foram produzidos periódicos em diversas décadas do período imperial, o que viabilizou a construção de uma análise contínua sobre a atuação desses jornais nas disputas políticas existentes no período monárquico. Cabe ressaltar que a maioria das folhas produzidas em Porto das Caixas foram localizadas de forma impressa no Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. Esses jornais representam um vasto corpo documental e o seu volume requer um estudo à parte, ficando para futuras pesquisas a realização dessa proposta. Os títulos localizados e seus respectivos períodos de funcionamento são: Jornal Semanário (1853-1854); O Semanário (1854-1855); O Popular (1855-1862); A Nova Era (1862); O Echo Popular (1863-1864); e O Regenerador (1866). Dessas folhas, apenas A Nova Era não foi localizada de forma impressa e do Regenerador foi encontrado apenas um exemplar no Acervo Heitor Costa.

⁴⁰¹ **A Civilização**. Itaboraí, nº 1, p. 4, 9 mar. 1850. Ibidem, nº 73, 26 jul. 1851. O endereço da tipografia mostra que, ao contrário do que afirmou Ana Maria dos Santos, esse jornal foi produzido na freguesia sede (vila) e não em Porto das Caixas, como Santos interpretou. SANTOS, Ana Maria dos. Op. Cit., p. 10.

⁴⁰² **A Civilização**. Itaboraí, nº 1, op. Cit.

⁴⁰³ **A Civilização**. Itaboraí, nº 32, p. 1, 12 out. 1850. Posteriormente os colaboradores do jornal que o negociavam em Rio Bonito e em Sant’ Anna mudaram, passando a ser, respectivamente, João Hilário de Menezes Drumond Junior (filho do proprietário) e Manoel Joaquim de Almeida. **A Civilização**. Itaboraí, nº 52, p. 1, 1 mar. 1851. Ibidem, nº 89, p. 1, 15 nov. 1851.

Figura 11 - primeira página do número inaugural do jornal A Civilização (1850)



Fonte: acervo da Fundação da Biblioteca Nacional⁴⁰⁴

Em seu número 69 os endereços do Sr. Joaquim Lopes de Azevedo, na Aldeia de São Pedro, e do Sr. Aprigio Marques da Cruz, em Cabo Frio, foram incluídos como lugares possíveis para a realização da comercialização do periódico e esses sujeitos sociais apresentados também como colaboradores. Nas publicações de solicitações do pagamento das assinaturas em atraso do jornal, divulgadas ao término de cada semestre, outras regiões foram mencionadas como possíveis locais para a quitação da dívida, como Capivary, Correntesas, Saquarema e

⁴⁰⁴ Ibidem.

“Vila de Macacu”, sobretudo nas suas freguesias de Santíssima Trindade, São José da Boa Morte e Santo Antonio de Sá.⁴⁰⁵

Segundo o redator do periódico, era nas residências dos colaboradores de cada localidade, ou a mais próxima que existisse, que os assinantes - assim como todo aquele que quisesse conhecer o impresso - deveriam se direcionar para resolver qualquer tratativa do jornal, sobretudo para reclamar de atrasos de recebimento de seus exemplares, visto que eram remetidos, segundo o redator, “regularmente pelos correios”. As regiões mencionadas como lugares possíveis para sua comercialização e resolução de pendências (e problemas) mostram a dimensão da circulação que essa folha alcançou.⁴⁰⁶

Dos impressos da Civilização localizados, o último número desse acervo foi publicado no dia 11 de dezembro de 1852. Nele não há qualquer menção de que o jornal iria interromper seus trabalhos, o que indica, de certa forma, a possível continuidade de sua impressão. Isso é reforçado pelo fato de que os Anais da Biblioteca Nacional citam os anos de 1850 a 1853 como período de publicação desse periódico. É provável que a interrupção de sua impressão tenha ocorrido logo após o falecimento de seu proprietário (João Hilário de Menezes Drumond), fato que ocorreu no dia 20 de abril de 1853. Portanto, o jornal A Civilização foi impresso durante um período em torno de três anos, espaço temporal considerável para o funcionamento de um periódico nessa época.⁴⁰⁷

Durante todos os anos das edições localizadas, verificou-se que o jornal manteve o mesmo valor das assinaturas e dos números avulsos, a mesma estrutura (quatro páginas, duas colunas em cada uma e com dimensões de 30x21 cm), e periodicidade (publicado uma vez por semana).⁴⁰⁸ Era, portanto, um periódico hebdomadário de formato pequeno (in-folium). É relevante mencionar que outro nome evidenciado pelo jornal (além do proprietário e dos colaboradores) foi o do redator Luiz Francisco de Paula e Azevedo. É pertinente mencionar que Azevedo se tornou um dos expoentes da imprensa itaboraiense na segunda metade do século XIX, sobretudo, quando passou a atuar na impressão e na redação de jornais da Freguesia de Porto das Caixas, como O Semanário e O Popular.

No prospecto (editorial inaugural), assinado por Azevedo, o periodismo impresso foi mencionado como um “veículo dos produtos intelectuais” capaz de proporcionar aos cidadãos

⁴⁰⁵ **A Civilização**. Itaboraí, nº 26, p. 4, 31 ago. 1850. Ibidem, nº 69, p. 1, 28 jun. 1851.

⁴⁰⁶ AZEVEDO, Luiz Francisco de Paula. Aos nossos assinantes. **A Civilização**. Itaboraí, nº 69, p. 1-2, 28 jun. 1851.

⁴⁰⁷ **A Civilização**. Itaboraí, nº 145, p. 1, 11 dez. 1852; **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, op. cit., p. 371; MOYA, Salvador de. **Anuario genealógico brasileiro**. Op. Cit.

⁴⁰⁸ As informações referentes às dimensões do jornal foram obtidas no **Catálogo de periódicos raros da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/catalogo_civilizacao. Acesso em: 2 jan. 2021.

espalhados a longas distâncias a “comunicação das ideias”, interpretação que demonstra o entendimento do redator nas possibilidades de alcance do conteúdo publicado no jornal. Nesse texto, há referências da imprensa local que viabilizam interpretar que em um passado não muito próximo do lançamento do periódico existiu periodismo em Itaboraí: “já gozou a Vila de Itaboraí desse benéfico invento” e “propomo-nos pois fazer reaparecer em Itaboraí a imprensa”. Essas afirmações endossam o que já foi apresentado neste trabalho, visto que o último jornal localizado como uma publicação da Vila de Itaboraí foi O Amigo da Moral, impresso entre os anos de 1836 a 1838.⁴⁰⁹

Nessa apresentação foi destacado que artigos ou correspondências que mencionassem a “vida privada” dos cidadãos não seriam admitidos e, portanto, não seriam publicados. A imprensa é caracterizada como “motora de benefícios”, meio para alimentar a “inteligência” e a “notícia” e como instrumento para se direcionar no “caminho dos aperfeiçoamentos”. Diante dessa caracterização, o texto afirma que apresentará “sempre a linguagem da verdade, dura, quando ofende interesses, mas necessária para o povo, que deve conhecê-la para não iludir-se, e para todos, para que não se iludam com o povo”.⁴¹⁰

O historiador Marco Morel e a historiadora Mariana Barros constataram que, no século XIX, quando a imprensa se colocava como um canal dirigido ao povo, tratado como carente de conhecimento (conforme citado acima), buscava apresentar um posicionamento público - construído “como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados” - que “visava à propagação das Luzes do progresso e da civilização e, por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação”.⁴¹¹

Pela leitura do prospecto foi possível identificar as intenções, os objetivos, a caracterização do jornal e as abordagens que seriam priorizadas em suas publicações. Conforme afirmou o redator, o jornal trataria de “questões políticas e dos grandes interesses do nosso belo e majestoso império” e de “questões de interesses da lavoura, assim como das do comércio e principalmente de suas relações com aquela”. Afinal, como consta em seu subtítulo, A Civilização era uma “folha política e comercial”, a primeira que existiu em Itaboraí.⁴¹²

Assim, como forma de atender a esse propósito, o redator assinalou que analisaria

⁴⁰⁹ AZEVEDO, Luiz Francisco de Paula e. Prospecto. **A Civilização**. Itaboraí, nº 1, p. 1, 9 mar. 1850. O jornal O Echo da Verdade, embora faça parte da história da imprensa de Itaboraí, não foi citado como o último periódico publicado antes da Civilização porque foi impresso em Santo Antonio de Sá, freguesia anexada à Vila de Itaboraí apenas em 1875 (conforme já foi mencionado). O periódico O Amigo da Moral foi analisado no Capítulo III.

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 29.

⁴¹² **A Civilização**. Op. Cit., nº 1, p. 1-2.

os atos da pública administração e dos poderes constituídos, com argumentação razoável e decente para bem da causa pública. Daremos conta dos atos dos empregados públicos do lugar e circunvizinhanças, que notáveis se fação, quer pela rigorosa justiça, quer pela aberração das leis que neles possa notar-se; e pesando-os em imparcial balança, distribuiremos o louvor ou a censura.⁴¹³

Em relação à definição política partidária do jornal, o redator apresentou um argumento evasivo para não denominá-la: “nosso partido é o da justiça; nossa bandeira a das instituições juradas com todas as suas consequências e corolários e sem restrição nenhuma. Queremos o progresso [...]. Eis o nosso partido; eis a nossa bandeira. Não lhe daremos um nome”. Contudo, essa tentativa de expor uma abordagem neutra aparenta ser mais um recurso para atrair a atenção de leitores de diferentes vertentes ideológicas, do que uma postura realmente isenta, visto que seu proprietário (João Hilário de Menezes Drumond) era o principal expoente liberal da região no período. Somam-se a isso as abordagens nos artigos com uma clara e definida identificação político partidária em mesma direção da defendida por Drumond. Portanto, *A Civilização* era um jornal adepto às ideias do Partido Liberal.⁴¹⁴

A imprensa no prospecto foi apresentada como resultante das atividades intelectuais e do exercício da liberdade, abordagem realizada para mostrar, segundo os valores defendidos pelo redator, os níveis de “civilização” existentes em Itaboraí. Conforme destacado no Prospecto, a produção de jornais na vila indicava “seu estado de ilustração, porque o desenvolvimento da imprensa é sempre considerado como termômetro dela e da liberdade de que gozão os povos; e prova o apreço em que se tem a riqueza intelectual.”⁴¹⁵

O discurso da defesa da liberdade das instituições, sobretudo o da imprensa, esteve presente em diversas publicações, assim como as denúncias dos “abusos” do anonimato, interpretadas dessa forma por quem se sentia atingido com o conteúdo publicado. A liberdade de imprensa era compreendida pelo jornal como uma conquista e como ferramenta política essencial na propagação de diversas ideias na opinião pública.⁴¹⁶

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ Ibidem. A pesquisadora Ana Paula Goulart Ribeiro constatou que a prática de jornais de tentar expor abordagens isentas representou um “mito da neutralidade e da imparcialidade” e que tal prática teria surgido “em meados do século XIX, com a ideia do jornalismo informativo”. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da história. Lugar Comum*, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000, p. 33. Disponível em: https://cutt.ly/artigo_lugar_comum. Acesso em: 28 jan. 2021.

⁴¹⁵ *A Civilização*. Op. Cit., nº 1, p. 1-2.

⁴¹⁶ O Brasil e suas instituições. *A Civilização*. Itaboraí, nº 2, p. 1-2, 16 mar. 1850. ISIDRO, José Antonio. Um seu assinante. *A Civilização*. Itaboraí, nº 31, p. 3-4, 5 out. 1850. Nesse artigo diversos questionamentos sobre os textos anônimos foram realizados, sobretudo para os diversos escritos assinados como A Matraca, que realizava uma série de denúncias e acusações a diversos situações do cotidiano (e a alguns moradores) da vila. No número anterior o jornal noticiou que não publicaria mais os textos de diversos anônimos, incluindo A Matraca, visto que considerou que esses escritos estavam “fora das condições do prospecto”. *A Civilização*. Itaboraí, nº 30, p. 4, 28 set. 1850.

O historiador José Murilo de Carvalho realizou uma contextualização pertinente sobre a imprensa no Segundo Reinado que endossa o que foi afirmado anteriormente neste trabalho. Segundo Carvalho,

o império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não constituía poder independente do governo e da organização partidária. Haviam folhas independentes [...], mas eram poucas e com raras exceções não duravam muito. A grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara. D. Pedro II considerava a imprensa um dos principais canais de manifestação da opinião pública.⁴¹⁷

É relevante apresentar reflexões referentes ao título do jornal como forma de entender o contexto o qual está inserido e para compreender as orientações dos agentes sociais envolvidos “segundo seus próprios códigos culturais”, sendo este um exercício historiográfico relevante mencionado por Ângela de Castro Gomes e necessário para evitar anacronismo.⁴¹⁸

Em um artigo, publicado logo abaixo do Prospecto, o jornal explicou que o sentido de Civilização empregado se baseava na ideia de “desenvolvimento da atividade social e da atividade individual”, sendo, segundo o periódico, um termo definido pelo “progresso da sociedade” e “da humanidade”. Essa explicação foi realizada através da menção de extratos do livro (História da civilização na Europa) de François Guizot.⁴¹⁹

Segundo Martha Abreu, a expressão civilização representou uma

crença sobre o ininterrupto, embora gradual, avanço da humanidade para [...] o progresso e a conseqüente eliminação de tudo que fosse bárbaro ou irracional [...]. Para as elites imperiais, as razões e os motivos da civilização tornaram-se, ao longo do século XIX, uma obsessão a ser perseguida para a superação de todos os males e problemas do país, dentre eles, a forte presença da herança africana na aparência da população e em seus costumes [considerada assim pelos propagadores dessa crença].⁴²⁰

Abreu afirmou que o ideal de civilização associado ao progresso estava diretamente dependente da “criação da riqueza, da manutenção da produção e da ordem no trabalho”. Logo,

⁴¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 54.

⁴¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e culturas políticas no Brasil. Op. Cit., p. 30.

⁴¹⁹ **A Civilização**. Op. Cit., n. 1, p. 2-3.

⁴²⁰ ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 141-143, grifo meu.

a abolição da escravidão não se tornou uma bandeira dos defensores dessa crença no Império.⁴²¹ Esse é o caso do jornal *A Civilização*, visto que defendeu a legitimidade da escravidão com empenho em seus artigos.

Influenciado pela crença em torno do termo da civilização, esse periódico publicou textos de seus leitores (na seção de Correspondência) como forma de questionar algumas práticas existentes na vila, entre elas destaca-se o curandeirismo. Em um desses textos, carregado de subjetividades provenientes do compartilhamento dessa crença, o autor caracterizou essa atividade como uma “medicina da ignorância e do mistério”, fruto de “práticas estúpidas e ridículas” (“selvagens”) que alimentavam a “imoralidade”. Além disso, acionou a ilustração e, logo, a imprensa para combater o que ele denominou de “crendices loucas”: “que a imprensa seja um meio de corrigir estes doutores das trevas e a irreflexão ou toleima de quem lhes dá ouvidos”.⁴²²

O contexto político em que o jornal *A Civilização* foi produzido, conforme argumentou José Murilo de Carvalho, foi um período de consolidação do Império e de condução do país pelos conservadores.⁴²³ Diante dessa conjuntura, somada a uma expressiva defesa dos interesses da lavoura, esse periódico realizou uma série de questionamentos às medidas adotadas pelo gabinete conservador, inclusive algumas reformas de cunho liberal.

Em seu editorial foram priorizadas as abordagens políticas de temas de caráter nacional que repercutissem diretamente na economia, sobretudo na agricultura. As determinações legais da Assembleia Geral e da Província que viessem causar impactos na estrutura da lavoura foram exaustivamente analisadas, sejam através de críticas - quando as ações eram interpretadas como prejudiciais para agricultura - ou de elogios, quando os interesses da lavoura eram atendidos.

Esses textos apresentam uma escrita refinada, bem articulada e demonstram um acompanhamento informativo considerável sobre os temas publicados. Os conteúdos divulgados foram analisados por abordagens minuciosas dos fatos apresentados por uma perspectiva territorial ampla, postura que atende a pretensão divulgada no Prospecto de ser um veículo representativo dos interesses da lavoura da região e não apenas de Itaboraí. Em diversas abordagens, fatos do passado institucional político do Brasil foram utilizados como recurso argumentativo, seja para caracterizar uma determinada medida de forma negativa ou para endossar ideias defendidas pelo jornal. Logo, os posicionamentos apresentados foram realizados através de uma abordagem factual e descritiva.

⁴²¹ Ibidem.

⁴²² O MOSCARDO. Os curandeiros. *A Civilização*. Itaboraí, nº 31, 5 out. 1850, Publicações a pedido, p. 3-4.

⁴²³ CARVALHO. *A Construção da ordem...* Op. Cit., p. 59; 216 e 297.

A *Civilização* publicou análises políticas sobre os principais temas que foram debatidos na opinião pública entre os anos de 1850 a 1853, tanto na esfera regional, assim como, e principalmente, na esfera nacional. Em suas páginas foram divulgadas questões referentes à saúde pública, com destaque para a febre amarela na região (acompanhado de uma escrita que atenuava os impactos dessa febre em Itaboraí); questionamentos nas modificações das estruturas políticas administrativas (sobretudo nas atribuições dos juizes municipais, delegados e subdelegados); considerações sobre o Código do Comércio, interpretado pelo jornal como “uma necessidade”; críticas expressivas na reforma da Guarda Nacional, citada como uma “acrescência absurda da escola da autoridade exagerada”; reflexões sobre a Lei de Terras; argumentações contrárias na forma como o governo brasileiro tentava resolver os conflitos diplomáticos e militares no Prata, entre outros temas analisados.⁴²⁴

É pertinente destacar que as abordagens dos conteúdos publicados estiveram atreladas à preocupação de como cada fato, modificações legais e conflitos impactariam no comércio e, sobretudo, na agricultura. Além disso, as análises foram realizadas (em sua quase totalidade) por uma enérgica oposição às medidas implementadas pelos conservadores. Nesse sentido, a discussão desenvolvida em torno do fim do tráfico dos escravizados recebeu maior destaque. Essa temática revela com mais clareza a cultura política compartilhada pelos responsáveis do jornal e expõe a complexidade das disputas entre as elites políticas e econômicas em um âmbito fora da Corte Imperial. Diante disso, torna-se produtora para a presente pesquisa analisar a abordagem do jornal sobre esse tema, ainda que de forma objetiva.

Em maio de 1850, em seu número nove, esse periódico iniciou as publicações referente à questão do fim do tráfico. As análises sobre esse tema foram iniciadas por uma abordagem que buscou diferenciar a escravidão do tráfico, como forma de defender a manutenção da legitimidade da escravidão e, logo, sua continuidade. Essa preocupação esteve presente em quase todos os textos que analisaram esse contexto. Segundo o periódico,

os princípios do direito civil, [...] como o da escravidão, o regime peculiar e econômico das nações, nunca são objetos de tratados, porque de alguma sorte seria atacar a independência e soberania delas [...]. O direito internacional não compreende nem pode regular o modo porque cada nação se haja em seu interior, mas só no exterior [...]. O tratado pelo qual o governo do nosso país se obrigara com a Inglaterra a extinguir o tráfico e a introdução de africanos como escravos não importa a abolição da escravidão no país. Aquele podia ser objeto de um tratado, porque como objeto de comércio com uma outra nação estava na natureza do direito internacional, esta porém

⁴²⁴ FEBRE amarela. *A Civilização*. Itaboraí, nº 16, p. 2, 22 jul. 1850; AS PROPOSTAS do Exm. Ministro da Justiça. *A Civilização*. Itaboraí, nº 7, p. 1-2, 20 abr. 1850; AS CÂMARAS em 1850. *A Civilização*. Itaboraí, nº 30, p. 1-2, 28 set. 1850; A LEI das terras devolutas. *A Civilização*. Itaboraí, nº 28, p. 1-2, 14 set. 1850. A GUERRA no Prata. *A Civilização*. Itaboraí, nº 63, 17 mai. 1851.

se não acha no mesmo caso e por isso não foi objeto deste tratado. [...] Reprima o governo, reprimam as autoridades marítimas o tráfico. Em terra, no interior, há escravidão e é preciso que nos submetamos a todas as suas consequências.⁴²⁵

O jornal questionou a ausência de ações posteriores à implementação da Lei de 7 de novembro de 1831 (“nada se há feito, nada se há disposto”). Essa lei proibiu o tráfico e declarou livres todos os escravizados que entraram no país após essa data. O periódico, ao fazer referência a lei, argumentou que “a repressão do tráfico não implica o reconhecimento da escravidão a respeito de todos os escravos entrados no país”. Observa-se, dessa forma, que os responsáveis pelo periódico apresentaram um explícito conhecimento da escravização ilícita e uma pressão em manter a convivência do governo imperial com essa ilegalidade para respaldar legalmente esses escravizados.⁴²⁶

Outra abordagem apresentada pelo periódico que se destacou, nesse contexto, foram as duras críticas à pressão inglesa (principalmente suas ações no litoral e portos brasileiros) e a forma como o gabinete conservador tratou essas ameaças. Para os liberais responsáveis pelo jornal *A Civilização*, o fim do tráfico não deveria ser fruto das intimidações inglesas, mas sim resultante de um ato realizado a longo prazo e pensado com cautela e prudência. Diante desses ataques, o jornal noticiou que os ministérios brasileiros, sobretudo o da Marinha, não “empregam a linguagem animadora do patriotismo e da nacionalidade”, apenas realizam “confissão de fraquezas” em seus discursos.⁴²⁷

Para o jornal, os conservadores deveriam se opor aos ataques ingleses (considerados como insultos à soberania nacional) através de “uma política corajosa e enérgica”. A forma como os conservadores estavam tratando a questão era interpretada pelo periódico como

⁴²⁵ A escravidão no Brasil. *A Civilização*. Itaboraí, nº 9, p. 2, 4 mai. 1850.

⁴²⁶ O TRÁFICO e a escravidão no Brasil. *A Civilização*. Itaboraí, nº 21, p. 1-2, 27 jul. 1850. Os estudos da pesquisadora Beatriz G. Mamigonian contribuem para compreender o contexto mencionado e comprovam a existência de um quantitativo expressivo de africanos submetidos à escravidão ilegal. Segundo Mamigonian, os cativos resgatados do tráfico ilegal receberam no Brasil o título de “Africanos Livres”. Dos cerca dos 800 mil africanos que entraram, a despeito da proibição do tráfico, apenas 11 mil pessoas foram inseridas (entre 1821 e 1864) nesse estatuto especial. Eles eram, portanto, segundo a autora, a “ponta de um iceberg”. Isso porque todos os outros, devido à convivência do governo imperial, foram vendidos e tidos como escravizados. MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Para conhecer a presença de Africanos Livres e o contexto da Escravidão ilegal em Itaboraí ver: COSTA, Gilciano Menezes. Os africanos livres enviados para Itaboraí - RJ - Brasil (1831-1864). *Revista de História da UEG – Morrinhos*, v. 9, n. 1, e-912004, jan./jun. 2020. Disponível em: https://cutt.ly/revista_ueg. Acesso em: 4 fev. 2021.

⁴²⁷ *A Civilização*. Itaboraí, nº 19, p. 1, 13 jul. 1850. Segundo Carvalho, objetivando o combate do tráfico, navios ingleses (em junho de 1850) invadiram portos brasileiros e neles apreenderam e afundaram navios nacionais. CARVALHO. *A Construção da ordem...* Op. Cit., p. 297.

demonstração de fraqueza e logo um risco futuro para a nação (Quererá só isso a Inglaterra? Não repetirá suas agressões?).⁴²⁸

Dessa maneira, essa folha questionou a incapacidade dos conservadores de evitarem violações à soberania nacional, considerações estas que predominaram na opinião pública do período, como argumentou José Murilo de Carvalho. Assim, o jornal pontuou que essa postura dos conservadores buscava apenas “atenuar” a crise e que “uma paz ou uma trégua assim obtida nada importa e pouco dura”, demonstrando, diante disso, uma expressiva preocupação na ocorrência de novas interferências inglesas, sobretudo na escravidão existente no país (Agora nos insultam, amanhã mais animados irão além do insulto e o que faremos?).⁴²⁹

Por fim, o periódico argumentou que a política inglesa de combate ao tráfico de escravos não tinha como principal objetivo desenvolver a “civilização” dos povos, mas sim de utilizar esse discurso para obter ganhos econômicos:

a política da Inglaterra foi sempre ardilosa e interesseira. Na questão do tráfico no Brasil, como em todo o mundo, não fêz a emancipação de uma raça ainda arredada muitos séculos das vias da civilização, serve-se só dessa alavanca, como de tantas outras se tem vivido, para derrocar a indústria dos povos, proteger a agricultura de suas colônias e engrandecer seu comércio.⁴³⁰

Logo, essa abordagem do jornal demonstra, como mencionou José Murilo de Carvalho, que “nesses momentos, a realidade da força nas relações com os países considerados civilizados sobrepujava as abstrações da civilização.”⁴³¹

Desse modo, foi possível constatar que o jornal *A Civilização* analisou a discussão do término do tráfico através das seguintes abordagens: buscou respaldar a manutenção da escravidão (inclusive para os africanos que chegaram posteriormente à lei de 1831); questionou a postura dos conservadores diante das pressões inglesas; destacou as possíveis consequências políticas para o país com a implementação da Lei de 4 de setembro de 1850 (extinguindo de forma definitiva o tráfico de escravos) como resultante de intimidações externas; analisou os impactos econômicos dessa medida; e denunciou que as ações da Inglaterra não estavam pautadas em princípios filantrópicos e humanitários, tampouco caracterizados pelo caráter “civilizatório”, mas sim, e exclusivamente, no benefício econômico que essa nação teria com o término do tráfico no Brasil.

⁴²⁸ O MINISTÉRIO da Questão inglesa. *A Civilização*. Itaboraí, nº 24, p. 1-2, 17 ago. 1850.

⁴²⁹ CARVALHO. Op. Cit., p. 297. O MINISTÉRIO da Questão inglesa. *A Civilização*. Op. Cit.

⁴³⁰ A ATUALIDADE e o futuro. *A Civilização*. Itaboraí, nº 33, p. 1-2, 19 out. 1850.

⁴³¹ CARVALHO. Op. Cit., p. 367.

A defesa pública da escravidão realizada por um jornal que defendia a crença na civilização e no progresso contribuiu para compreender o modelo de liberalismo adotado no país. Isso porque - embora o liberalismo europeu tenha sido importado pelos setores dominantes que conduziram o poder após a independência - no Brasil, como argumentou Emília Viotti da Costa, “as ideias liberais teriam um significado mais restrito, [pois] não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função.” Segundo Costa, “as camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava.”⁴³² Para a historiadora,

as ideias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática. Durante esse processo, o liberalismo perdeu seu conteúdo revolucionário inicial. Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder. Por toda parte as estruturas econômicas e sociais impuseram limites ao liberalismo e definiram as condições da sua crítica.⁴³³

Portanto, como afirmou Costa, a “escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil”, pois criou um cenário contraditório em que coexistiram liberalismo e escravidão, gerando, no decorrer do século XIX, um desafio (tensão) para os liberais brasileiros em lidar com a dicotomia entre as teorias liberais e sua aplicabilidade no cotidiano de uma sociedade escravista.⁴³⁴ Essa dicotomia esteve presente nos escritos do periódico *A Civilização* e fez gerar extensas reflexões em formato de justificativas.

A prática em adaptar discursos do que defendia com o que realmente queria alcançar foi percebido em vários números do jornal. Por exemplo, na temática da colonização (no contexto posterior a Lei Eusébio de Queiróz), esse periódico não priorizou o projeto de imigração europeia, prática mais comum por quem defendia a crença da civilização no período. Essa folha apresentou uma desconfiança do rendimento do trabalho do europeu e, devido a isso, um questionamento aos gastos governamentais com tal iniciativa. Para este impresso, os europeus não alcançariam a mesma produtividade que os “pretos d’ África”. Além disso, há uma defesa do uso da mão de obra de brasileiros em condições miseráveis.⁴³⁵ Segundo o jornal, é necessário

⁴³² COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 30.

⁴³³ Ibidem, p. 133.

⁴³⁴ Ibidem, p.30 e 134.

⁴³⁵ COLONIZAÇÃO. **A Civilização**. Itaboraí, nº 99, p. 1, 15 fev. 1851.

reconhecer que entre nós, ao menos nos municípios mais vizinhos da Corte, há já superabundância de população que vegeta na miséria. [...] Em nossa humilde opinião, seria de muito patriotismo, de muito mais vantagem mesmo, que a esses brasileiros desfavorecidos da fortuna procurasse o governo [...], deixando a vida mesquinha que tem [e] buscassem as terras produtivas dos nossos sertões para ali se estabelecerem, [...]. Nossa ideia não exclui a colonização estrangeira, nós a reconhecemos precisa, mas só a desejamos em último lugar: achamos necessária primeiramente a colonização de africanos, que virão servir direto aos interesses dos lavradores brasileiros e em segundo lugar a colonização de brasileiros pobres, que irão servir primeiramente a si, e depois aos interesses gerais da nação.⁴³⁶

Cabe destacar que nos três anos de publicação do jornal aos quais foi possível ter acesso (1850, 1851 e 1852), foi observado o predomínio de questionamentos contrários aos ministérios dos conservadores. Embora esse periódico liberal tenha mencionado pontos em comum com algumas ações do governo - sobretudo quando o assunto publicado fazia referência à defesa da estrutura sócio econômica vigente na época -, constatou-se um predomínio da publicização da divergência enquanto abordagem política. Nem o gabinete do conterrâneo itaboraiense Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí), iniciado em maio de 1852, foi poupado.

Na edição de 11 de dezembro de 1852, o jornal *A Civilização* realizou duras críticas a esse ministério. Em caráter de denúncia o periódico acusou os conservadores de empregarem “meios violentos para vencer as eleições” que ocorriam naquele ano. Acusações de fatos ocorridos como “a farsa ridícula do roubo de urna de S. Gonçalo”, “as buscas em casa do vigário de Magé por agasalhar votantes” e a “introdução de força armada na Igreja do Engenho Velho” (também em Magé) foram mencionadas para caracterizar a atuação dos conservadores na eleição como violenta e fraudulenta, assim como para explicitar a conivência do ministério do Rodrigues Torres diante dessas ações. Expressões como “batido e desprezado”, “morto perante a opinião pública” e “não persista mais no poder” foram utilizadas para fazer referências a esse ministério, expressando, dessa forma, o nível de contestação do jornal com o governo conservador.⁴³⁷

As reflexões referentes à monarquia foram realizadas através da apresentação de fatos ocorridos, tanto no Brasil quanto no exterior, seja para questionar o republicanismo ou para demonstrar que a continuidade do trono dependia da manutenção dos direitos existentes. Em uma de suas abordagens o jornal argumentou que não havia partido republicano no Brasil no período e que essa vertente ideológica existia apenas na “opinião de alguns cidadãos”. Para o jornal, o republicanismo servia de “estigma e pretexto em todas as épocas a violência e a

⁴³⁶ Ibidem, grifo meu.

⁴³⁷ O MINISTÉRIO e as eleições na Província e no Império II. *A Civilização*. Itaboraí, nº 145, p. 1-2, 11 dez. 1852.

perseguição promovida pela autoridade pública”. O periódico destacou que era de em suma importância que a monarquia estudasse as reais “causas das revoltas” (referências, principalmente, aos conflitos ocorridos na regência) para que estas não ocorressem novamente. Para esse órgão de comunicação, apontá-las como defensoras da república não contribuía para compreender os motivos reais dos conflitos, o que impedia a elaboração de resoluções pautadas na ideia do progresso e distante da “rudeza do absolutismo”.⁴³⁸

Embora tenha menções como “o brasileiro ama a monarquia de convicção”, demonstrando uma defesa dessa forma de governo, há uma escrita no jornal de expor que a “garantia de segurança e de liberdade para o Brasil” eram os principais condicionantes essenciais para manter a continuidade da instituição monárquica. Portanto, a discursiva impressa apresentada defendeu a continuidade da monarquia atrelada ao respeito à liberdade constitucional e à manutenção da estabilidade política. Garantidos esses pressupostos pela compreensão real dos problemas e não pelo uso de estigmas como justificativa para o uso de violência, o governo brasileiro, segundo o jornal, estaria no caminho da civilização e do progresso. Há uma retórica em cobrar o respeito aos pressupostos constitucionais como elemento garantidor da legitimidade da monarquia.⁴³⁹

Em relação aos textos divulgados no editorial fazendo referência direta à Vila de Itaboraí, verificou-se que poucos foram publicados. Quando os faziam era para explicitar a chegada de recursos públicos ou para solicitá-los às autoridades provinciais, objetivando a realização de reformas de igrejas; dessecamento de pântanos e a limpeza de rios – recurso utilizado para combater a proliferação de doenças e facilitar a navegação fluvial –; e a manutenção da estrutura de mobilidade utilizada no escoamento da lavoura e no benefício do comércio, como o conserto (ou construção) de estradas, pontes, portos fluviais, entre outros. Além disso, foram publicados alguns textos avaliando a instrução pública primária em Itaboraí.⁴⁴⁰

Informações sobre o cotidiano da vila foram publicadas principalmente na seção de Correspondência (textos de leitores escolhidos pelo redator) e nas Publicações a Pedido (publicações pagas). Tais matérias apresentaram, principalmente, denúncias de problemas

⁴³⁸ HÁ no Brasil um partido republicano? **A Civilização**. Itaboraí, nº 11, p. 1-2, 18 mai. 1850.

⁴³⁹ Ibidem.

⁴⁴⁰ A INSTRUÇÃO pública na província. **A Civilização**. Itaboraí, nº 8, p. 1-2, 27 abr. 1850; ITABORAHY, **A Civilização**. Itaboraí, nº 23, p. 1, 10 ago. 1850; ITABORAHY – Exames públicos das escolas de instrução primária em dezembro de 1850. **A Civilização**. Itaboraí, nº 42, p. 1, 21 dez. 1850. Para saber mais sobre a instrução pública primária em Itaboraí ver: SILVA, Regina Coeli Alcantara. **Processos de escolarização em Itaboraí: um estudo sobre a constituição da instrução pública primária (1880-1911)**. Dissertação de Mestrado. UFF: Niterói, 2019. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_feuff. Acesso em: 10 fev. 2021.

existentes nas localidades com maior dinamismo urbano (como a sede da vila e o Porto das Caixas) e a ausência da Câmara Municipal em implementar soluções e ações que estimulassem o progresso de Itaboraí. Os textos foram divulgados através do anonimato. Algumas dessas matérias tiveram suas publicações interrompidas pelo redator, com a justificativa de que apresentavam ofensas à honra de alguns leitores.⁴⁴¹

O pouco espaço dado no editorial sobre os problemas existentes na vila, entendido por alguns leitores como ausência de um posicionamento do jornal, foi justificado com o argumento de que esse periódico tinha como objetivo publicizar temas de “utilidade pública” e não de fomentar ataques pessoais às autoridades. Contudo, torna-se prodente considerar o fato de que essa folha foi publicada em um contexto político local em que seu proprietário (João Hilário de Menezes Drumond) era vereador e um dos principais articuladores políticos da Câmara. Além disso, seu genro (Salvador Furtado de Mendonça) também era vereador nesse período, o que demonstra, ainda mais, o peso político local dessa família. Vale mencionar que enquanto Drumond era liberal, Mendonça era conservador, o que gerou divergências entre eles.⁴⁴²

Portanto, a ausência de críticas mais contundentes à Câmara Municipal e o silenciamento dos conflitos entre liberais e conservadores na esfera local revelam uma atuação política do jornal cautelosa e seletiva, na medida em que busca preservar a imagem pública dessa família. Tal postura, provavelmente, também contribuiu para a escolha de análises de temáticas referentes a um âmbito mais geral em seu editorial.

Além do Editorial, da Correspondência e das Publicações a Pedido, esse periódico era composto, principalmente, pelas seguintes seções: Declarações, onde geralmente a divulgação de festas religiosas, convocação de integrantes de irmandades e cobranças das posturas de policiais eram publicadas; Notícias diversas, apresentando informações sobre conflitos armados, avanços tecnológicos no transporte (uso do vapor principalmente), entre outros; Notícias estrangeiras, divulgação, sobretudo, de discussões sobre os conflitos no Rio da Prata e as ações realizadas pela Inglaterra; Variedades, onde o conteúdo de caráter mais inusitado como cartas achadas em covas era mencionado; Assembleia Provincial, espaço reservado para a divulgação de análises sobre as seções, tendo como destaque as discussões e medidas direcionadas para Itaboraí e as vilas circunvizinhas; Parte comercial, seção de publicações dos

⁴⁴¹ **A Civilização**. Itaboraí, nº 30, p. 4, 28 set. 1850.

⁴⁴² **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1851, p. 85. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_laemmert2_1. Acesso em: 11 fev. 2021; OUTRA reunião ou jantar dos Lobatos. **O Novo Tempo**. Rio de Janeiro, nº 43, p. 1-2, 1 ago. 1844. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca93>. Acesso em: 11 fev. 2021. Salvador Furtado de Mendonça era o pai do jornalista, advogado e diplomata Salvador de Menezes Drumond Furtado de Mendonça.

preços correntes do Porto das Caixas; Edital, onde eram publicados conteúdos referentes às seções ordinárias do júri, posturas da Câmara Municipal, arrematações e cobranças de impostos, entre outros; e Anúncios, espaço publicitário e comercial do jornal, onde eram publicadas vendas de propriedades, divulgação de horários dos transportes nos portos, nomeações, desaparecimento de animais (e o encontro destes), divulgação de festividades locais, agradecimentos e venda, aluguel e fugas de escravizados, entre diversas outras demandas. Em alguns números os Anúncios ocuparam mais de uma página do jornal.

As Declarações, Edital, Parte Comercial, Publicações a pedido (onde textos noticiando falecimentos também eram divulgados) eram seções que apresentavam um conteúdo quase que exclusivamente local. As Correspondências e os Anúncios divulgavam informações da esfera local e regional. Além de Itaboraí, eram publicadas demandas de moradores de Cabo Frio, Saquarema, Capivary, Cantagalo e, principalmente, de Maricá, Rio Bonito e Vila de Santo Antonio de Sá. As informações dessas seções eram obtidas, principalmente, pelo convívio social e político dos responsáveis do jornal na vila, através das comercializações realizadas na tipografia (e nos endereços citados), e pelo envio de correspondências e solicitações dos interessados em anunciar suas demandas.

Todas as outras seções, assim como editorial, apresentaram conteúdos de caráter mais amplo (provincial e nacional) e foram elaboradas através de extratos de legislações, de livros e principalmente de outros jornais oriundos de diversas regiões do país, adquiridos através da realização de permutas entre os jornais. Essa prática era caracterizada pela relação de reciprocidade em enviar e receber exemplares entre periódicos diferentes (sobretudo de regiões distintas) através dos Correios.

Esse costume ganhou mais expressão no decorrer da década de 1840, sobretudo a partir das modificações implementadas (em 1844) nos serviços postais dos Correios, como a criação de novas agências pelo interior do Brasil. Essas transformações no sistema de comunicação do país, conforme mencionou o pesquisador Benedito Juarez Bahia, “estimula[ram] a circulação de jornais” no território nacional.⁴⁴³

Outro fator relevante para o aumento da prática de permuta entre os periódicos impressos, nesse período, foi a implementação da navegação a vapor. Essa inovação

⁴⁴³ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. O Império dos Correios: notas de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX. In: **Anais do Encontro de Pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**. Vitória-ES, Volume 1, 2016, p. 11. Disponível em: https://cutt.ly/anais_seo. Acesso em: 13 fev. 2021; BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, volume 1. Rio de Janeiro: Maud X, 2009, p. 24.

proporcionou mais dinamismo no sistema de transporte, ampliando, dessa maneira, o acesso a jornais de diferentes regiões no país e no estrangeiro.

Na Baía de Guanabara, segundo o pesquisador Francisco Agenor Noronha Santos, essa navegação foi iniciada, em 1835, no transporte realizado entre a Corte Imperial e Niterói. Diante da intenção em aproximar a Corte ao interior do Recôncavo da Guanabara, a navegação a vapor passou a ser realizada em alguns rios que desaguavam nesta Baía. Assim, através do rio Macacu, esse transporte foi implementado na Vila de Itaboraí em 1850.⁴⁴⁴

Para a região do Leste da Guanabara, o Porto de Sampaio (localizado entre o Porto de Vila Nova e o Porto das Caixas) foi o ponto máximo onde a navegação a vapor chegou, o que favoreceu consideravelmente as relações sociais e econômicas em Itaboraí, tornando essa vila um espaço expressivo de circulação de pessoas e mercadorias de variadas regiões. Nesses locais eram realizadas práticas comerciais, interações sociais (e culturais) e, principalmente, muita troca de informações, seja pelo recebimento e envio de jornais ou pelas trocas de experiências vividas entre os sujeitos sociais que por ali passavam. Isso porque nesses espaços havia um intenso fluxo de pessoas, como pode ser observado no relato do viajante “alemão” Hermann Burmeister, que, ao visitar a região, mencionou a presença de cem passageiros no barco que o transportou até o Porto de Sampaio.⁴⁴⁵

Nesse contexto, quando comparada à década de 1830, Itaboraí teve uma diminuição de arrecadação, ocasionada pela emancipação de Rio Bonito em 1846 (principal produtora de café na região). Logo, essa queda não foi gerada por uma crise econômica local, mas sim pela diminuição dos espaços de coleta de impostos. Ainda assim, a vila obteve uma das maiores arrecadações da Província do Rio de Janeiro, conforme demonstrou Maria de Fátima Silva Gouvêa. Em mesma direção, a historiadora Ana Maria dos Santos comprovou que, no ano de 1850, a vila apresentou um quadro econômico de crescimento, obtendo, inclusive, um aumento do número de fazendeiros, principalmente na freguesia sede. Santos argumentou que a

⁴⁴⁴ NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **Meios de Transporte no Rio de Janeiro - História e Legislação** (volumes 1 e 2). Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio. 1934, p. 218; COSTA, Gilciano Menezes. A escravidão em Itaboraí...Op. Cit., p. 153-171. Os anúncios referentes à navegação a vapor na região passaram a ser publicados a partir do número 24, o que mostra que esse transporte em Itaboraí foi iniciado nesse período. NO PORTO de Sampaio. **A Civilização**. Itaboraí, nº 24, p. 4, 17 ago. 1850.

⁴⁴⁵ GOMES, José Clemente; MASSOW, Hilário. **Estado do Rio de Janeiro: composto sobre os últimos mapas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892; BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. São Paulo: Martins, 1952, p.69. Para visualizar a localização do Porto de Sampaio ver: ANEXO K – Mapa contendo a localização de alguns portos fluviais de Itaboraí (1892)

estabilidade do cultivo da cana na vila e o aumento dos cultivadores de café contribuíram para a manutenção desse quadro econômico favorável na região.⁴⁴⁶

Todo esse contexto contribuiu para que o jornal *A Civilização* tenha se tornado um veículo de publicização de informações de diversas vilas do interior da província. Soma-se a isso o fato de que no ano em que essa folha foi lançada (1850), só havia publicações de periódicos, além de Itaboraí, apenas na Corte Imperial (vinte e cinco jornais), em Niterói e em Campos (um periódico em cada vila), considerando apenas o território da Província do Rio de Janeiro e a Corte. Esses dados foram divulgados pelo próprio periódico como meio de expor sua importância diante de um cenário de poucos impressos produzidos na província.⁴⁴⁷

Essas informações mostram que essas três vilas (Niterói, Campos e Itaboraí) continuavam sendo as principais regiões da produção do periodismo impresso na Província do Rio de Janeiro, situação essa existente desde a década de 1830, quando a impressão de periódicos surgiu e (ou) ganhou expressão nessas vilas.⁴⁴⁸

Essa conjuntura de inovações no sistema de comunicação e transporte foi o que tornou possível a realização de análises abrangentes em seus textos e a propagação da distribuição de seus números para além da província, visto que essas transformações dinamizaram a prática de permuta entre periódicos impressos de diferentes localidades do país.

Para o jornal *A Civilização* a permuta era mais do que uma prática de obtenção de informações, era, sobretudo, uma tática – no sentido apresentado por Michel de Certeau - que fazia parte de sua cultura política, ou seja, uma ação calculada diante da ausência de um lugar próprio de atuação política na esfera institucional.⁴⁴⁹ Em uma publicação esta folha conclamou a realização dessa prática como uma ferramenta essencial na obtenção de conhecimento, sobretudo para saber como cada província reagia diante de questões mais gerais do Império. A ausência da “recíproca permutação”, segundo essa folha, mantinha “a imprensa limitada ao círculo de cada província”, gerando a divisão e facilitando o aumento da força do “governo do país”, que na época era conduzido pelo Partido Conservador. Para os responsáveis do jornal,

⁴⁴⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Op. Cit., p. 40; SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Op. Cit., p. 46-47.

⁴⁴⁷ Foram apresentados 28 jornais no total. São eles: Província do Rio de Janeiro: O Commercio (Niterói), A Civilização (Itaboraí) e O Monitor Campista (Campos). Corte Imperial: “O Diário do Rio, o Jornal do Commercio, o Correio Mercantil, o Auxiliador da Industria Nacional, a Revista Medica, a Revista Tremensal de História, etc... o Brasil, o Correio da Tarde, o Americano, o Beija Flor, o Grito Nacional, a Religião, o Monarchista, o Iris, o Philantropo, a Marmota, o Radical, o Independente, o Liberal, a Regeneração, a Nova Gazeta dos Tribunaes, o Novo Gabinete de Leitura, o Rio Mercantil e Journal, o Guanabara, o Periodico dos Pobres”. **ESTATÍSTICA** das folhas públicas do Império. **A Civilização**. Itaboraí, n. 45, p. 2, 11 jan. 1851.

⁴⁴⁸ Sobre o dinamismo da produção periódica impressa nessas vilas, na década de 1830, ver Capítulo II.

⁴⁴⁹ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves], p. 100.

esse governo buscava “tudo impor e tudo decidir” e que se julgava como “o representante único e legítimo para decidir do que convém ou não convém em todo o império.”⁴⁵⁰

Dessa forma, o jornal interpretou a permutação como um recurso político capaz de inviabilizar a concentração de poder do governo, na medida em que considerou essa prática como um meio de fortalecer o “espírito público” e a “opinião pública” em níveis nacionais.⁴⁵¹ Nota-se uma defesa da descentralização do poder e uma valorização da construção de conexões, através do circuito letrado, em prol de uma representatividade política maior das províncias. Assim, a imprensa é apresentada por esse jornal como uma articuladora dos laços nacionais e uma ferramenta para ampliar a participação política das províncias, sendo a prática de permutação uma expressiva rede de sociabilidade capaz de tornar viável a circulação de ideias em todo o país e, logo, um meio para ampliar a atuação da imprensa como um espaço de disputa de relações de poder para além do campo político institucional.

A partir das divulgações das permutas e do quantitativo de números de jornais recebidos, verificou-se que os responsáveis pelo periódico *A Civilização* realizaram essa prática com os periódicos produzidos em Niterói, Pará, Sergipe, Espírito Santo, Piauí, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará e, em maior número, com os impressos publicados na Bahia, Pernambuco, São Paulo e na Corte Imperial.⁴⁵²

Há um evidente esforço em obter o máximo de permutas possíveis, embora em alguns casos isso não tenha ocorrido. Em uma publicação o jornal mencionou que iria interromper o envio de seus números para “20” periódicos, pois não receberam retorno durante os quatro meses em que tentaram fazer a permuta. Apesar disso, divulgaram que essa prática seria mantida com “46 publicações do Império”, o que demonstra o expressivo volume de troca de informações que conseguiram realizar com impressos de diferentes lugares do país. Conforme a realização da permutação aumentava, crescia o espaço de menções de informações de outros

⁴⁵⁰ A IMPRENSA actual. *A Civilização*. Itaboraí, n. 47, p. 1, 25 jan. 1851. Nesse artigo foi apresentado um quantitativo de 100 periódicos impressos no país, nesse período, distribuídos por província. Para ter acesso a essas informações ver: **ANEXO L: Quantitativo de jornais por Província apresentado pelo periódico *A Civilização* (1851)**.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² AOS NOSSOS colegas os redatores. *A Civilização*. Itaboraí, n. 44, p. 1-2, 4 jan. 1851; ESTATÍSTICA das folhas públicas do Império. *A Civilização*. Op. Cit; *Ibidem*, n. 57, 5 abr. 1851, Correspondência, p. 2. *Ibidem*, n. 61, 3 mai. 1851, Correspondência da *Civilização*, p. 3. *Ibidem*, n. 67, 14 jun. 1851, Correspondência, p. 2; *Ibidem*, n. 76, 16 ago. 1851, Correspondência da *Civilização*, p. 3. Os nomes dos periódicos impressos citados na realização da permuta foram organizados em anexo, com suas respectivas regiões, como forma de contribuir para futuras pesquisas sobre a História da Imprensa Periódica de diversas regiões do país. Ver: **ANEXO M - Periódicos recebidos pelo jornal *A Civilização* (1851)**.

periódicos em suas páginas, geralmente publicadas por uma objetiva análise do conteúdo e não por reproduções desses extratos.⁴⁵³

A realização dessa prática nessa quantidade revela, em parte, a dimensão da estrutura financeira dessa folha. Enviar seus exemplares de forma contínua para variadas regiões do país além de gerar gastos, gerava mais trabalho e, logo, a necessidade de mais pessoas atuando nas novas funções que surgiam, visto que era necessário organizar, embalar, enviar os números de acordo com a quantitativo acertado entre os jornais, arquivar os recebidos e analisar suas informações de acordo com os interesses do jornal para serem publicadas.⁴⁵⁴ Logo, embora não tenham sido localizadas menções sobre a presença de escravizados trabalhando nesse espaço, sua estrutura e o seu dinamismo mostram que possivelmente essa mão de obra foi utilizada no cotidiano dos trabalhos desta folha. Toda essa estrutura demonstra a existência de investimentos e de uma esfera de divisão do trabalho no cotidiano das ações do jornal.

Constatou-se que o recebimento de impressos de diversas províncias ampliou significativamente a representação do jornal como principal veículo de comunicação da região, na medida em que este se tornou um dos principais meios de acesso para os leitores do interior da província obterem informações sobre as diversas vilas do Império. Ao mesmo tempo, o ato de enviar seus números projetava a representação que este exercia na região e, principalmente, propagava seus posicionamentos contrários às ações implementadas pelos ministérios conservadores, destacando as discussões referentes ao término do tráfico, à defesa da escravidão e a outros temas que viessem gerar transformações na estrutura sócio econômica vigente. A reprodução de alguns de seus textos (assim como as menções destes) em outros jornais e a publicação de informações extraídas de outros periódicos demonstram essa relação de obtenção de informações e propagação de suas ideias.⁴⁵⁵

É relevante expor que em alguns momentos ocorreram também questionamentos a alguns jornais liberais, o que demonstra as diversas interpretações do liberalismo existente e, logo, no quanto a cena pública nacional do período era diversificada e complexa.⁴⁵⁶

Uma inovação na impressão do conteúdo percebida no jornal *A Civilização* é a presença de pequenas ilustrações publicadas nas seções Publicações a pedido e, principalmente, nos Anúncios, recurso utilizado para chamar a atenção de seu público leitor. Publicações de

⁴⁵³ *A Civilização*. Itaboraí, n. 61, op. Cit.; Ibidem, n. 69, p. 2-3, 28 jun. 1851.

⁴⁵⁴ *A Civilização*. Itaboraí, n. 63, p. 3, 17 mai. 1851.

⁴⁵⁵ Para ter acesso a reprodução de textos do jornal *A Civilização* por outros periódicos ver: COMO se casão as ideias. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 421, p. 1-2, 21 jul. 1852. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca94>. Acesso em: 18 fev. 2021.

⁴⁵⁶ NOTÍCIAS da semana até 19. *A Civilização*. Itaboraí, n. 69, p. 2, 28 jun. 1851.

pequenas imagens de vendas de fazendas (e arrendamentos), divulgação do transporte realizado em torno dos portos fluviais, de animais desaparecidos (ou de ferragens destes), de falecimentos (anúncios necrológicos), de apresentações no circo e de escravizados fugidos foram publicadas de forma corriqueira nessas seções. Dessa forma, esse jornal inaugurou essa prática na produção do periodismo impresso em Itaboraá. Na figura abaixo, elaborada com a colagem de diversas imagens, é possível visualizar essas pequenas ilustrações publicadas no jornal A Civilização.

Figura 12 - Colagem de pequenas ilustrações do jornal A Civilização (1850-1852)



Fonte: A Civilização (1850-1852 - Adaptado)

Em relação às seções que se converteram em meios de obtenção de recursos financeiros, destacam-se o Edital, as Publicações a pedido e, principalmente, os Anúncios, embora estes não fossem cobrados para os assinantes, prática utilizada na época para atrair mais subscritores. Na tipografia do periódico diversos trabalhos gráficos, além dos jornais, poderiam ser comercializados por encomendas, como “cartas para convites de enterro”, “listas de família,

procurações, alvarás de licenças de Câmaras Municipais”, mapas de vacina, entre outros. Juntamente a essas variadas fontes de rendas, as assinaturas e as vendas avulsas continuavam tendo um peso significativo na obtenção de recursos do jornal.⁴⁵⁷

As menções da tipografia dessa folha - quando comparadas com os espaços gráficos dos periódicos anteriormente impressos na vila - mostram um dinamismo maior nas relações sociais realizadas nesses locais, na medida em que ocorreu, além da impressão e comercialização de jornais (e outras produções gráficas), um acesso de pessoas nesse espaço para resolverem variados assuntos, seja para resgatar objetos perdidos ou para realizar alguma negociação de compra e venda de propriedades, assim como para atender solicitação de trabalhadores para os espaços em que seus serviços fossem necessários.⁴⁵⁸ É pertinente mencionar que o dinamismo social nesse ambiente também contribuiu para a obtenção de informações a serem publicadas. Logo, a tipografia além de ser um espaço de captação de recursos era também um valioso ambiente de trocas de informações, devido às interações sociais que ali ocorriam.

A estrutura de recebimento de recursos desse jornal, o volume de publicações nesses espaços e as diferentes regiões onde podiam ser comercializados seus números (distribuídos) demonstram possibilidades reais de obtenções de lucros com a prática jornalística ou de independência para manter suas impressões, ainda que o financiamento do jornal por seu proprietário (o fazendeiro e político João Hilário) representasse uma realidade.

Portanto, a possibilidade de lucros dessa folha, os investimentos realizados, a distribuição de seus exemplares para várias regiões da província (e do país), a longevidade de sua duração (em torno de três anos), uma certa divisão do trabalho, a precaução em passar uma imagem neutra – realizada em alguns momentos e quando era oportuno (sobretudo na esfera local) – as inovações gráficas com a inserção de pequenas ilustrações em suas publicações, o dinamismo comercial e social na tipografia e a construção de uma narrativa descritiva baseada em fatos (acontecimentos) - ainda que atrelada a interesses políticos e ideológicos –, mostram que o jornal *A Civilização* apresentou características de uma pequena imprensa empresarial. Ao mesmo tempo esse periódico era impresso em formato pequeno (in-folium), tamanho típico da imprensa artesanal, como mencionaram Marcos Morel e Mariana Barros.⁴⁵⁹

Assim, essa folha inaugurou a pequena imprensa empresarial na Vila de Itaboraí, embora coexistindo com algumas características da imprensa artesanal. A constatação é de que

⁴⁵⁷ NESTA Typographia. *A Civilização*. Itaboraí, n. 24, p. 4, 10 ago. 1850. MAPPAS. *A Civilização*. Itaboraí, n. 30, p. 4, 28 set. 1850.

⁴⁵⁸ *A Civilização*. Itaboraí, n. 14, 8 jun. 1850, Anuncios, p. 4.

⁴⁵⁹ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 46-47.

a partir desse periódico ocorreu uma intensificação no processo de transformação da abordagem jornalística na vila, fato que se insere no contexto transitório do período, como demonstrou Nelson Werneck Sodré ao citar o ano de 1850 como o momento em que foi iniciada a modificação da imprensa artesanal para a pequena imprensa empresarial.⁴⁶⁰

As questões culturais não foram priorizadas em seus números, embora algumas publicações tenham sido realizadas (nas seções de Anúncios, de Declarações e nas Publicações a pedido) para divulgar alguns eventos religiosos - como as Festas da Nossa Senhora das Dores na Capela do Jesus do Bomfim e a Festa do Divino Espírito Santo na “Matriz” da vila – e as atuações artísticas no Teatro do Porto das Caixas. Não foram localizadas ações em prol da cultura realizadas pelos responsáveis do periódico, apenas a publicização de informações de terceiros. A própria proposta desse impresso, de ser uma “folha política e comercial” explica, de certa forma, o pouco espaço dado às manifestações culturais em suas páginas.⁴⁶¹

As diversas publicações do jornal A Civilização - com conteúdos predominantemente divergentes das ações dos ministérios conservadores - mostram que as relações de disputas entre as elites políticas também foram desenvolvidas fora do centro político e econômico da província, propagando-se para o seu interior como meio de disseminação de ideias e, logo, de estratégia política. Além disso, essas divergências explicitam que esses partidos também possuíam diferenças em seus perfis políticos, constatação já observada nos estudos de José Murilo de Carvalho. Entre os questionamentos que explicitam as diferenças do jornal com os ministérios conservadores, destacaram-se a forma como foi realizada a extinção do tráfico de escravizados (fruto da pressão inglesa), os debates entre centralização e descentralização em torno da defesa da permutação e as denúncias de violência e fraude no cotidiano das eleições do período.⁴⁶²

Por fim, esta análise mostrou que o jornal A Civilização foi mais que um periódico liberal, foi, sobretudo, um “porta voz” do Partido Liberal no interior da Província do Rio de Janeiro. Essa folha publicizou uma cultura política oposicionista na esfera nacional (e provincial) e cautelosa e seletiva com as temáticas referentes à própria vila, sendo caracterizada por um discurso liberal pautado na defesa da crença da civilização e do progresso, embora adaptados a condicionantes que garantissem a continuidade da estrutura socio econômica no país.

⁴⁶⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa...**, op. Cit., p. 180.

⁴⁶¹ **A Civilização**. Itaboraí, n. 2, 16 mar. 1850, Declarações, p. 4. **ATENÇÃO. A Civilização**. Itaboraí, n. 9, 4 mai. 1850, Anúncios, p. 4.

⁴⁶² CARVALHO. Op. Cit., p. 200-225.

Constatou-se que o jornal fez parte de uma cultura política desenvolvida em prol da defesa dos pressupostos constitucionais (sobretudo a liberdade), da lavoura, do comércio, da escravidão e da Monarquia constitucional representativa, enquanto forma de governo capaz de manter esses interesses em voga. Favorecido com o contexto econômico e político da Vila de Itaboraí e com os avanços nos sistemas de comunicação e transporte do período, o jornal A Civilização inaugurou práticas, abordagens, formas de obtenção de recursos (e informações) e, principalmente, iniciou um novo estilo de imprensa periódica na região: a pequena imprensa empresarial, ainda que coexistindo com alguns elementos da imprensa artesanal. Portanto, a cultura política compartilhada pelo jornal definiu seus conteúdos, posicionamentos e estimulou o desenvolvimento de práticas de propagação de ideias que refletiram diretamente em seu crescimento enquanto um jornal político e econômico, assim como no nível de sua escrita descritiva e analítica dos fatos.

4.3 - O Itaborahyense – Um periódico progressista impresso na vila

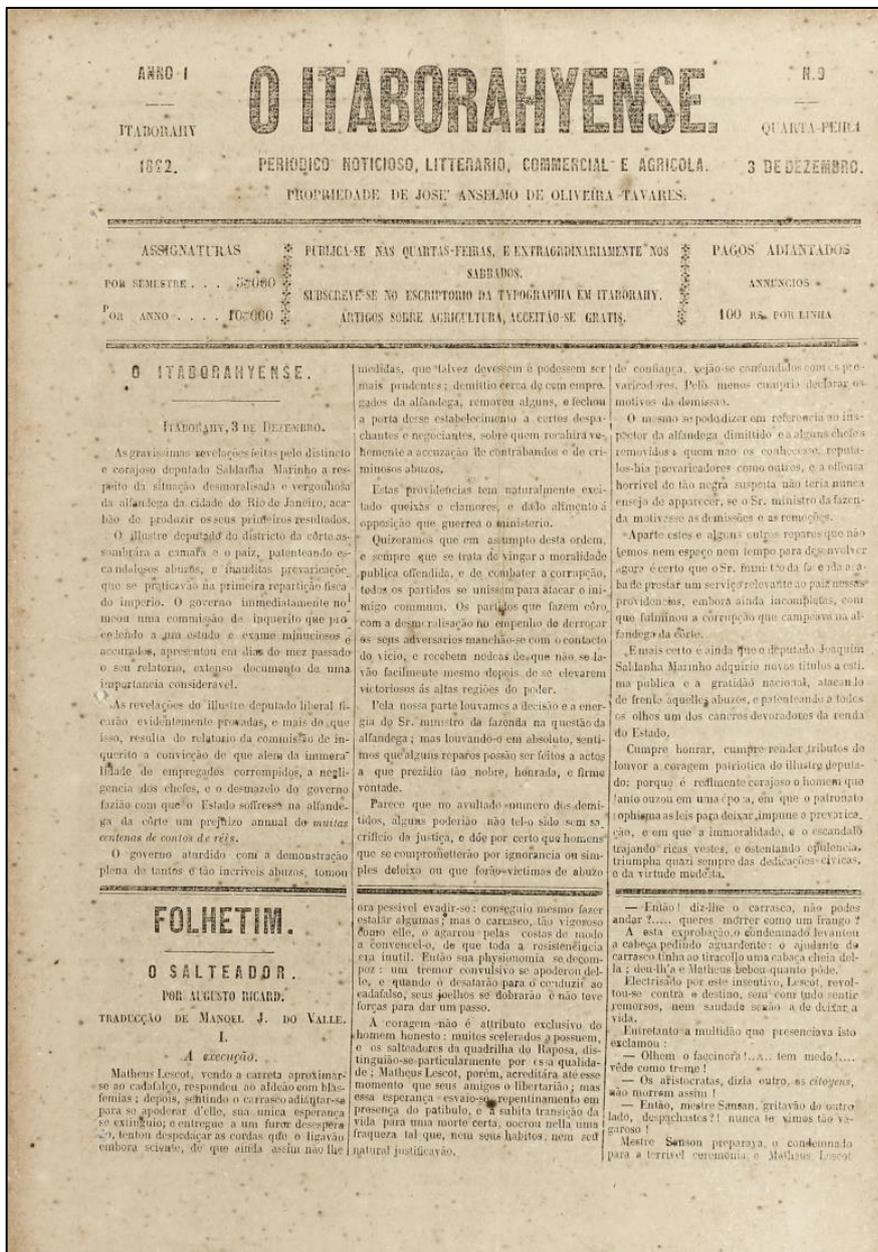
A presente abordagem analisa o jornal O Itaborahyense⁴⁶³, tendo como fontes primárias principais as menções sobre suas matérias publicadas em outros periódicos impressos na Corte Imperial - como o Diário do Rio de Janeiro, o Correio Mercantil, A Actualidade e o “Almanak Laemmert” -, na capital da província (A Pátria), e em um jornal impresso local, o Echo Popular. Todo esse material é parte integrante da Fundação da Biblioteca Nacional e, com a exceção do Echo, foi acessado em sua plataforma digital (Hemeroteca). Somam-se a isso, dois exemplares impressos do Itaborahyense pertencentes ao Acervo Heitor Costa.

No dia 18 de outubro de 1862, o Correio Mercantil noticiou o recebimento desse jornal: “recebemos o 1º número do Itaborahyense, periódico noticioso, literário, comercial e agrícola que se publica em Itaboraí”. Da mesma forma, mas dias depois (25), o Diário do Rio de Janeiro divulgou seu lançamento, destacando que tal impresso era destinado a defender “os interesses comerciais e agrícolas” na vila. Essas informações, analisadas juntamente com os dados extraídos do impresso número nove do Itaborahyense, publicado no dia 3 de dezembro de mesmo ano, possibilitam supor, através de um cálculo decrescente de seus exemplares, que seu primeiro número foi lançado no dia 8 de outubro de 1862 ou em outra data em mesma semana, caso tenha ocorrido alguma publicação extraordinária no sábado, visto que este periódico era

⁴⁶³ Apesar da semelhança da nomenclatura dos jornais, O Itaborahyense impresso em 1862 não possui relação com o Itaborayense publicado em 1832 e nem com O Itaborahyense lançado em 1895.

publicado uma vez por semana (hebdomadário).⁴⁶⁴ Abaixo, a primeira página do exemplar citado.

Figura 13 – Primeira página do número 9 do jornal O Itaborahyense (1862)



FONTE: O Itaborahyense – Acervo Heitor Costa

O Itaborahyense, segundo seu cabeçalho, era publicado nas “quartas-feiras e extraordinariamente nos sábados”. Sua assinatura era comercializada no escritório da tipografia

⁴⁶⁴ **Correio Mercantil.** Rio de Janeiro, n. 288, 18 out. 1862, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca95>. Acesso em: 5 jun. 2021; **Diario do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, n. 293, 25 out. 1862, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca96>. Acesso em: 5 jun. 2021; **O Itaborahyense.** Itaboraí, n. 9, 3 dez. 1862, p. 1. O cálculo em ordem decrescente dos números publicados do jornal foi realizado utilizando um calendário perpétuo. Disponível em: <http://ghiorzi.org/caleperp.htm>.

pelo valor de 5\$:000 rs por semestre e 10\$:000 rs por ano, pagos adiantados, assim como seus anúncios que eram cobrados a 100 rs por linha. Os artigos referentes à agricultura eram inseridos em suas páginas de forma gratuita, o que demonstra uma atuação do jornal em estimular a divulgação de informações referentes ao ambiente produtivo da vila e ao grupo social que o periódico buscava contemplar e, logo, representar no mundo da palavra impressa.⁴⁶⁵

Como pode ser observado na Figura 13, as informações eram publicadas em três colunas com duas linhas separando-as. Cada número era composto por quatro páginas e possuía uma dimensão de 33 x 22 cm, ou seja, um tamanho caracterizado como in-folium. Logo, tratava-se de um periódico de formato pequeno, visto que utilizava a metade da folha de papel da época para imprimir uma página.⁴⁶⁶

No editorial dos dois exemplares localizados foi possível constatar que nesta seção o jornal se posicionou diante de ações e discussões no âmbito político. Na Assembleia Geral, O Itaborahyense endossou as denúncias realizadas, pelo deputado Joaquim Saldanha Marinho, contra a corrupção de empregados na alfândega da Corte. Segundo o jornal, “as revelações do ilustre deputado liberal ficaram evidentemente provadas”. Cabe destacar que a escrita sobre o episódio busca dar ênfase à questão central discutida, demonstrando com isso estar ciente que mais informações sobre o fato poderiam ter sido publicadas, mas optaram em não divulgar: “a parte estes e alguns outros reparos que não temos nem espaço nem tempo para desenvolver [...]”.⁴⁶⁷

Informações referentes à esfera local também foram publicadas no Editorial. Em uma dessas matérias, este periódico realizou questionamentos na forma como as atas da Câmara Municipal estavam sendo elaboradas. Para este impresso, cabia publicar nas atas os “objetos expostos à discussão; as propostas e emendas que apresentam [...] e os nomes dos que votaram pró e contra”, porém o que estava sendo divulgado era a “transcrição de debates [...] prolongados.” Observa-se uma cobrança pela objetividade da informação nas atas como meio de levar (com facilidade) o seu conteúdo para o “conhecimento público”.⁴⁶⁸

Considerando os periódicos anteriormente analisados, percebe-se uma postura mais pragmática desse jornal em relação às informações publicadas, sobretudo nos textos com abordagens políticas, ainda que ocorressem exceções, como os escritos publicados às vésperas

⁴⁶⁵ **O Itaborahyense**. Op. Cit., n. 9.

⁴⁶⁶ *Ibidem*. A impressão de páginas com três colunas foi iniciada na Villa de Itaboraí, em 1853, pelo Jornal Semanario, impresso publicado na Freguesia de Porto das Caixas.

⁴⁶⁷ *Ibidem*.

⁴⁶⁸ **O Itaborahyense**. Itaboraí, n. 22, 28 fev. 1863, p. 1.

de eleições. Logo, a busca pelo uso da objetividade no tamanho dos textos como recurso para facilitar na propagação da informação aparece, neste impresso, com mais expressividade.

Na seção Noticiário, informações sobre o cotidiano da vila em diferentes aspectos eram publicizadas, como a realização (ou não) das seções da Câmara Municipal, a plantação de árvores no Largo (espaço onde a Câmara ficava localizada) e as reuniões de Comissões Paroquiais, tanto da Freguesia de Itaboraí, como de Porto das Caixas. A análise comparativa das fontes primárias utilizadas viabilizou reconhecer divergências expressivas entre essas regiões. Por exemplo, O Itaborahyense questionou a forma como foi composta a Comissão Paroquial de Porto das Caixas: “esperávamos por uma certeza para podermos noticiar que a Comissão do Porto das Caixas eleita pelo povo do Município, desprezou a eleição popular para aceitar a nomeação que recebeu da Comissão Central da Corte.”⁴⁶⁹

É relevante mencionar que O Itaborahyense era impresso na Freguesia de Itaboraí, localidade em que os agentes sociais eram em sua grande maioria liberais (assim como na Freguesia de Itambi), enquanto que em Porto das Caixas predominava a forte representatividade conservadora dos Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí e seus irmãos) e seus aliados.⁴⁷⁰

A partir de julho de 1863, essa rivalidade ficou ainda mais em evidência com o lançamento do jornal conservador o Echo Popular, em Porto das Caixas, às vésperas das eleições primárias. Embora a publicização das diferenças entre os sujeitos sociais dessas localidades já tenha ocorrido nos jornais publicados na década de 1850, no Porto das Caixas (O Semanário e O Popular), foi com o Echo Popular que tais divergências receberam conotações de enfrentamentos políticos e ideológicos de forma mais expressiva, na medida em que esta folha além de ser comercial e literária era também política, ao contrário das anteriores que deram mais ênfase nas questões econômicas.⁴⁷¹

Em uma das discussões localizadas entre esses jornais foi possível identificar a vertente ideológica do Itaborahyense. Embora o seu subtítulo o caracterizasse como um periódico noticioso, literário, comercial e agrícola (mostrando qual era o foco central do jornal), isso não representou um impedimento da publicização de posicionamentos políticos dos diversos

⁴⁶⁹ Ibidem.

⁴⁷⁰ **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 223, 15 ago. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca97>. Acesso em: 7 jun. 2021.

⁴⁷¹ O Echo Popular foi uma folha comercial, literária e política lançada no dia 25 de julho de 1863. Esse jornal foi impresso em tipografia própria, localizada em Porto das Caixas. Suas publicações eram realizadas em todos os sábados e “extraordinariamente em outro qualquer dia que fo[sse] necessário”. Seus números possuíam quatro páginas, contendo quatro colunas em cada uma. Foi o primeiro jornal na Vila de Itaboraí que passou a imprimir com esse quantitativo de colunas. Suas publicações tinham um caráter expressivamente conservador. **Echo Popular**. Itaboraí, n. 1, 25 jul. 1863, p.1, grifo meu. Para visualizar o seu primeiro impresso, ver: **ANEXO N: Primeira página do número 25 do Echo Popular (09/01/1864)**.

sujeitos sociais que publicavam textos nesse impresso. Dessa maneira, embates diversos ocorreram com outros jornais. Assim, em uma discussão com o *Echo Popular*, *O Itaborahyense* foi intitulado por esse periódico como um jornal progressista.

Segundo a folha de Porto das Caixas, no contexto das eleições primárias de agosto de 1863, *O Itaborahyense* teria noticiado que não valia a pena se aborrecer com um artigo do *Echo* sobre a eleição ocorrida em Sant'Anna (freguesia da Vila de Santo Antonio de Sá). *O Itaborahyense*, fazendo referência ao *Echo Popular*, publicou que “todos conhecem que a miopia do seu autor não dará para mais do que reproduzir, como fez, a linguagem insultuosa dos foliculários seus colegas.” Em resposta, *O Echo* afirmou que de fato a discussão não deveria prosseguir, pois sendo o “progressista um ente tão microscópico, não val[ia] a pena que a redação do *Echo Popular* o consider[asse] gente”.⁴⁷²

Essa discussão, além de explicitar a linha ideológica do *Itaborahyense*, mostra parte da relação de embates políticos entre esses dois jornais, as diferenças ideológicas entre a Freguesia de Itaboraá e Porto das Caixas e como tais divergências repercutiram na imprensa local. Assim, a atuação desses periódicos demonstra uma disputa de forças políticas antagônicas no espaço público existente, na década de 1860, na Vila de Itaboraá.

É pertinente mencionar, a título de contextualização, que no início da década de 1860, a Vila de Itaboraá passou por um clima de otimismo de recuperação de suas rendas. Os dados referentes à arrecadação da vila, organizados pela pesquisadora Ana Maria dos Santos, mostram que no período correspondente aos anos de 1860 a 1868 a vila obteve um crescimento quase contínuo de sua arrecadação. Isso se explica pela implementação da Ferrovia de Cantagalo em Porto das Caixas (inaugurada em 1860) - que inicialmente dinamizou ainda mais as relações comerciais no Porto -, no aumento relativo de lavradores de café no mesmo período e numa certa recuperação do número de fazendeiros de cana-de-açúcar, visto que, como comprovou Santos, o café “não chegou verdadeiramente a deslocar a cultura da cana e a fabricação de açúcar e aguardente” em Itaboraá. Desse período, 1862 foi o ano de maior destaque de produtores de açúcar e café na vila. Somado ao contexto político da época, esse cenário econômico (sobretudo nos anos iniciais desse decênio) contribuiu de forma expressiva para o aumento das disputas políticas ideológicas na vila e para a impressão de dois jornais locais com

⁴⁷² *Echo Popular*. Porto das Caixas, n. 8, 7 dez. 1863, p. 2, grifo meu.

posicionamentos políticos antagônicos funcionando ao mesmo tempo nos anos de 1863 e 1864 (O Itaborahyense e O Echo Popular).⁴⁷³

O Itaborahyense também realizou divergências políticas com periódicos publicados na Corte Imperial. Por exemplo, questionou uma matéria do jornal conservador Constitucional que criticava as nomeações dos substitutos dos juízes municipais realizadas pelo Presidente da Província. Segundo o Constitucional, ao invés de nomear “fazendeiros, capitalistas e bacharéis formados, notáveis pela sua fortuna, inteligência e boa conduta, como os que estavam”, optou-se por “homens nascidos de ventre escravo, padeiros e boticários da roça, energúmenos e espoletas de eleições.”⁴⁷⁴

Todas as nomeações para a Vila de Itaboraí foram defendidas pelo Itaborahyense, apresentando informações dos nomeados que o jornal interpretou serem pertinentes na elaboração dessa defesa, como foi o caso da menção do senhor João Coutinho de Macedo (irmão de Joaquim Manoel de Macedo), visto que esse senhor era “proprietário, capitalista de uma fortuna bem regular” e conhecido, conforme citou o jornal, como uma pessoa de “honradez tão sagrada” que até “os conservadores mais vermelhos de Itaboraí” o respeitavam. Por fim, O Itaborahyense desafiou o jornal Constitucional para debater ainda mais o tema: “o Constitucional provoca uma discussão de personalidades, é mau caminho, mas se quiser discutir atos da presidência em relação a nomeações oficiais para este município, temos matéria de sobra para fazê-lo arrepiar carreira e arrepender-se de seus pecados.”⁴⁷⁵

Cabe mencionar que esse questionamento realizado pelo Itaborahyense foi publicado na íntegra por um periódico publicado na Corte (A Actualidade) e por outro na capital da província (A Pátria). Isso demonstra que a circulação do jornal também foi realizada nos principais centros políticos administrativos da época e que seus posicionamentos políticos foram endossados por outros impressos, na medida em que a publicação dessa matéria nessas folhas não foi acompanhada de questionamentos, sendo apenas reproduzida como um contra-argumento do conteúdo que o jornal o Constitucional divulgou.⁴⁷⁶

Além disso, esse texto endossa a afirmação realizada nesta pesquisa de que o fato de o Itaborahyense ser caracterizado como um jornal noticioso, literário, comercial e agrícola não

⁴⁷³ SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Op. Cit., p. 24-30; 44; 123-124; COSTA, Gilciano Menezes. A produção de café na Vila de São João de Itaboraí e sua comercialização em Porto das Caixas (1833-1875). Op. Cit, p. 75.

⁴⁷⁴ **Constitucional**. Rio de Janeiro, n. 62, 19 mar. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca98>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁴⁷⁵ **A Pátria**. Niterói, n. 126, 28 mar. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca99>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁴⁷⁶ *Ibidem*; **A Actualidade**. Rio de Janeiro, n. 375, 26 mar. 1863, p. 3. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca99_2. Acesso em: 9 jun. 2021.

determinou que este não atuasse nas discussões políticas do período, afinal, ser também um periódico noticioso viabilizava a realização de publicações de diferentes notícias com conteúdos diversos, inclusive aquelas de caráter político, até porque a década de 1860, conforme argumentou José Murilo de Carvalho, foi “a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos”.⁴⁷⁷

É relevante salientar que o fato de o Itaboraense ser um jornal alinhado ao partido progressista demonstra, - assim como ocorreu com diversos periódicos analisados anteriormente - que os jornais produzidos na Vila de Itaboraí acompanharam as novas culturas políticas que emergiam no Império, atuando como força ativa nesse processo. Dessa maneira, para uma melhor compreensão do contexto, torna-se produtivo considerar que a década de 1860 foi um período de redefinições político-partidárias no Brasil.

Assim, segundo a pesquisadora Silvana Mota Barbosa, a Liga Progressista surgiu no contexto de disputa eleitoral desenvolvida nas eleições realizadas no final de 1860, sendo elaborada a partir das reuniões políticas organizadas na Corte (no mesmo ano) para articular estratégias eleitorais e em função das novas demandas por maior liberdade bancária e de crédito.⁴⁷⁸

A Liga era composta por liberais moderados e por conservadores dissidentes e foi criada, conforme argumentou Sérgio Buarque de Holanda, para atuar “contra o predomínio dos conservadores puritanos que preserva[vam] a tradição saquarema”. Conforme pontuou Holanda, estes conservadores também eram conhecidos como “emperrados”, “rubros” ou “vermelhos”.⁴⁷⁹ Dessa forma, de acordo com o pesquisador Bruno Fabris Estefanes, essa aliança foi realizada por políticos que declaravam não comungar nem com os dogmas do partido conservador e tampouco com as ideias dos liberais mais radicais.⁴⁸⁰

Para o pesquisador Francisco Iglésias, a Liga, ou Partido Progressista, conduziu o poder executivo entre os anos de 1862 a 1868, tendo como representantes mais expressivos os nomes

⁴⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX. Oxford: Working Paper, **Centre For Brazilian Studies**, 2007, p. 9. Disponível em: https://cutt.ly/artigo_oxford. Acesso em: 11 jun. 2021.

⁴⁷⁸ BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (Orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 295-297.

⁴⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico, vol. 7: do Império à república**. 7º ed. Tomo II, VOL. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 23, grifo meu.

⁴⁸⁰ ESTEFANES, Bruno Fabris. **A Muralha de Bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária: 1957-1862**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 13.

de Nabuco de Araújo, Zacarias de Goés e Vasconcelos, Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), Joaquim Antônio Saraiva, Tavares Bastos, entre outros.⁴⁸¹

Silvana Barbosa questionou a abordagem de alguns historiadores (sobretudo Iglésias e Holanda) em interpretar a Liga Progressista como uma decorrência do período da Conciliação (1853-1858). Para a pesquisadora a comparação entre esses dois períodos só faz sentido se for para diferenciá-los e não para aproximá-los. Segundo Barbosa, os princípios da Liga Progressista eram definidos pela defesa da “chamada “verdade da Constituição”, assim como a garantia de que a nomeação e a demissão dos ministérios seria um ato do monarca, uma atribuição moderada, sem a interferência dos “papas do consistório”, da “camarilha” etc.” Para a pesquisadora, a Liga defendia a “liberdade política e de indústria e trabalho, uma reforma na polícia e também da Guarda Nacional. Completavam defendendo o restabelecimento da liberdade de associação, do trabalho e da indústria e reformas financeiras que trouxessem a redução dos impostos.”⁴⁸²

Do corpo documental localizado foi possível constatar que o jornal O Itaborahyense atuou na publicização das ações da “Liga Itaborahyense”, nomenclatura utilizada pelo jornal para fazer referência ao grupo de pessoas que, assim como esse periódico, comungavam das ideias do Partido Progressista na vila. Entre as ações da liga, destaca-se a realização de reuniões em Itaboraí para desenvolver estratégias eleitorais no plano local e provincial, assim como para propor iniciativas consideradas por seus integrantes como “patriotas”. Entre as ideias defendidas pelo periódico no campo político, e que iam ao encontro dos princípios do Partido Progressista, destacam-se a defesa da liberdade política e o questionamento a negligência e a impunidade de abusos como forma de “vingar a moralidade pública ofendida e de combater a corrupção”. Algumas das ações progressistas defendidas pelo Itaborahyense foram acompanhadas da justificativa de que tais iniciativas objetivavam obter a “garantia dos direitos do povo”.⁴⁸³

É pertinente mencionar que a presente pesquisa analisa os princípios do Partido Progressista divulgados pelo jornal O Itaborahyense, assim como as proposições de iniciativas da liga na vila, dentro de uma abordagem que considera as subjetividades existentes em torno dessa produção intelectual e a distância existente entre o discurso (considerando as

⁴⁸¹ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico, vol. 5: reações e transações.** 8ª ed. Tomo II, vol. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 107.

⁴⁸² BARBOSA. Op. Cit, p. 305-306.

⁴⁸³ **A Actualidade.** Rio de Janeiro, n. 375, 26 mar. 1863, p. 3; Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca100>. Acesso em: 20 jun. 2021. **Correio Mercantil.** Rio de Janeiro, n. 192, 14 jul. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca101>. Acesso em: 21 jun. 2021; **O Itaborahyense.** Op. Cit, n. 9, p. 1.

representações especulativas) e a execução das ideias na esfera do concreto do cotidiano (realidade vivida). Essa cautela analítica foi realizada por considerar ser, como afirmou Serge Berstein, “fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos entre a realidade e o discurso.” Para o estudo da imprensa periódica, essa abordagem representa um valioso recurso para entender as forças políticas do contexto estudado.⁴⁸⁴

Nesse sentido, como foi constatado, os princípios progressistas publicizados pelo O Itaborahyense - assim como sua atuação em divulgar ações da Liga na vila - se aproximam do método utilizado (nos finais dos anos de 1860 e início de 1861) pelos progressistas que atuaram na Corte imperial, na medida em que, como demonstrou Barbosa, a “Liga se organizou por meio de reuniões abertas nas casas dos políticos da Corte e também por intermédio da imprensa; usaram amplamente as páginas do Correio Mercantil e também do Diário do Rio de Janeiro para esse fim.” Dessa maneira, a constatação de que O Itaborahyense era um jornal progressista e que atuava na divulgação das ações da Liga na vila, endossam a comprovação de Barbosa de que “as ideias da Liga não ficaram restritas à Corte”, pois, para essa pesquisadora, os candidatos por diferentes distritos levaram-nas para diversas regiões do Império.⁴⁸⁵

Foi nesse contexto que o progressista itaboraiense Joaquim Manoel de Macedo⁴⁸⁶, com o apoio do proprietário do Itaborahyense (José Anselmo de Oliveira Tavares⁴⁸⁷), desenvolveu mais uma de suas atuações políticas. Macedo participou ativamente da articulação política progressista em Itaboraí. Sua atuação se baseou no que fazia de melhor, que era utilizar seu conhecimento, sua escrita e sua oratória para propagar informação na esfera pública. Sua participação em reuniões políticas em Itaboraí se caracterizou, principalmente, de duas maneiras: pelo ato de expor na vila informações que obtinha em primeira mão na Corte -

⁴⁸⁴ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 61.

⁴⁸⁵ BARBOSA. Op. Cit, p. 306

⁴⁸⁶ Joaquim Manoel de Macedo nasceu em Itaboraí no dia 24 de junho de 1820 e faleceu no dia 11 de abril de 1882 em sua terra natal. Ele se formou em medicina, mas focou sua vida na produção do conhecimento, atuando em diversos cargos e ofícios, destacando-se seu trabalho como professor de História do Brasil no Colégio Pedro II, no cargo de primeiro vice-presidente e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em suas atuações como literário, jornalista, político, dramaturgo, poeta e historiador. Devido à publicação de seu livro intitulado “A Moreninha”, Macedo é considerado como o fundador do romance brasileiro. Escreveu diversas outras obras literárias, peças, crônicas, biografias e como político ocupou o cargo de deputado provincial em várias legislaturas, além de ter se tornado deputado geral no período de 1864-1868 e 1878-1881. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Op. Cit., quarto volume, p. 183-190.

⁴⁸⁷ José Anselmo de Oliveira Tavares nasceu na Bahia no dia 10 de novembro de 1834 e foi para Itaboraí já como adulto. Tornou-se advogado, proprietário de hospedaria, dono de tipografia (e do jornal O Itaborahyense) e posteriormente proprietário de fábrica de farinha a vapor. Ele foi cavalheiro da Ordem da Rosa e atuou politicamente na Freguesia de Itaboraí, alcançando o cargo de vereador em duas legislaturas seguidas (1864 e 1868). Tavares escreveu uma obra intitulada o “Repertório do regulamento que baixou com o decreto n. 4052 de 28 de dezembro de 1867”. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1859-1881. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_1859_1881. Acesso em: 1 jul. 2021; BLAKE, op. Cit., quarto volume, p. 287.

sobretudo os temas de amplo interesse como a defesa (ou ameaça) à soberania nacional - e pela realização de reuniões do partido em sua residência em Itaboraí.

Em uma das ações públicas abertas na vila em que Joaquim Manoel de Macedo participou, a temática do desfecho da questão Christie ganhou destaque na imprensa local.⁴⁸⁸ Esse episódio ocorreu no Largo da Matriz e foi noticiado pelo jornal O Itaborahyense no dia seis de janeiro de 1863 e tratado como uma “Manifestação patriótica”, dando destaque para a contribuição informativa que Macedo proporcionou no dia.⁴⁸⁹

Na noite de 6 corrente soube-se nesta Vila de Itaboraí a honrosa solução das graves desinteligências do diplomata inglês o Sr. Christie com o governo imperial. O Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo [...] chegou a nossa vila pouco depois das 10 horas da noite e deu o anúncio da feliz nova. [...] Como por encanto reuniu-se grande número de cidadão e de famílias, homens e senhoras, saudavam-se jubilosos; a igreja paroquial abriu-se e iluminou-se. No meio da reunião, o Sr. Dr. Macedo pronunciou um breve discurso referindo os últimos acontecimentos e concluiu dando vivas a Sua Majestade o Imperador, a soberania nacional e ao ministério, que foram fervorosamente correspondidos.⁴⁹⁰

No dia 25 de janeiro outra reunião pública ocorreu na vila com a presença de Joaquim Manoel de Macedo, tendo dessa vez a menção também da presença do proprietário do Itaborahyense (José Anselmo de Oliveira Tavares). Essa movimentação foi descrita pelo periódico como uma “reunião patriótica” e reproduzida na íntegra pelo Diário do Rio de Janeiro. O episódio da Questão Christie e as tensões na Região Platina proporcionaram um ambiente de preocupações nos moradores da vila e contribuíram para a construção de uma percepção coletiva de que iniciativas deveriam ser realizadas pelos itaboraienses em prol da defesa nacional.⁴⁹¹

Na apresentação da matéria do Itaborahyense, divulgada pelo Diário do Rio de Janeiro, essa situação foi destacada. Segundo o Diário, “uma reunião popular composta de habitantes das três freguesias do município de Itaboraí” foi realizada “com o patriótico fim de se tomarem

⁴⁸⁸ Questão Christie, segundo o Dicionário do Brasil Imperial é uma “designação utilizada pela historiografia para nomear o incidente diplomático que levou ao rompimento das relações entre o Brasil e a Inglaterra, provocado pelas atitudes arbitrárias do embaixador deste país junto à Corte de São Cristóvão, o ministro William Douglas Christie”. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Questão Christie. VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Op. Cit., p. 603-604.

⁴⁸⁹ Largo da Matriz é uma expressão corriqueiramente utilizada pelos jornais locais produzidos no século XIX para fazer referência à atual Praça Marechal Floriano Peixoto.

⁴⁹⁰ **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 13, 13 jan. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca102>. Acesso em 15 jul. 2021.

⁴⁹¹ As Guerras Platinas foram conflitos diplomáticos e militares que ocorreram no século XIX entre os países da região do Prata, tendo o envolvimento, em diversos momentos, do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. VAINFAS, Ronaldo. Guerras Platinas. In: _____ (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Op. Cit., p. 329-331.

as medidas necessárias para que o município de Itaboraí se apressasse a concorrer com o seu contingente para a nobre causa da defesa nacional.” A reunião foi descrita pelo Itaborahyense, dando destaque para a participação de Macedo e de Tavares:

As 11 horas do dia 25 achou-se reunido no corpo da Igreja Matriz (lugar patriótica e religiosamente indicado pelo Rvm. Vigário) um numeroso concurso, sem distinção de crenças políticas. [...] O Dr. Joaquim Manoel de Macedo, em um brilhante discurso de improviso, expôs as ocorrências ultimamente provocadas pela legação inglesa, em que o governo do país soube tão bem manter-se na altura da honra e dignidade nacional e as consequências que são de recear do sistema de opressão com que se há sempre a Inglaterra para com as nações menos poderosas, como tem praticado com o Brasil; invocou o patriotismo dos municípes de Itaboraí a acudir ao brado do país, que unísono se levanta contra as violências dessa nação, ou antes de seu governo, que não conhece outro direito se não o da força material! Esse discurso, muitas vezes interrompido por numerosos aplausos, terminou com entusiásticos vivas à Sua Majestade o Imperador, a soberania nacional e outros. Em seguida, o cidadão José Anselmo de Oliveira Tavares, depois de um pequeno discurso análogo, propôs a nomeação de comissões paroquiais, encarregadas de agenciar donativos, com que se auxilie o estado nos meios de defesa contra qualquer injusta agressão.⁴⁹²

A matéria é finalizada mostrando que as proposições apresentadas no dia foram aceitas, incluindo o “alistamento de voluntários”. Conforme o jornal publicou, essas reuniões abertas tinham a participação de um número expressivo de moradores de variadas vertentes políticas. Eram, portanto, espaços públicos onde as principais representações políticas da vila e um quantitativo considerável de eleitores se organizavam para fazer parte.

Logo, essas reuniões representaram lugares de disputa dessas representações e de construção de articulações políticas e sociais, afinal, esse período foi um momento de rearticulações partidárias no país. Macedo e Tavares provavelmente também sabiam disso. O jornal O Itaborahyense cita a presença de diversas representações políticas, mas o destaque dado foi direcionado, principalmente, para as falas desses dois progressistas e para o conteúdo de suas narrativas. Há de considerar que 1863 foi um ano em que ocorreram as eleições primárias e gerais. Dessa forma, essa descrição seletiva do jornal representou uma estratégia discursiva para atingir uma estratégia política partidária.

O Itaborahyense, além de divulgar a participação de Macedo e Tavares nas reuniões públicas que ocorriam no Largo da Matriz, publicou também as reuniões políticas da “Liga Itaborahyense” que ocorreram na residência de Macedo em Itaboraí. A construção de estratégias políticas com a composição de chapas dos candidatos ao eleitorado ficou mais em

⁴⁹² **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 30, 27 jan. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca103>. Acesso em 15 jul. 2021.

evidência na divulgação dessas reuniões. Além disso, nota-se que o jornal apresentou uma discursiva destacando a receptividade de Macedo e o seu tratamento com os seus conterrâneos, assim como a caracterização de seu nome como uma representação de Itaboraí reconhecida e prestigiada. Logo, essa publicação mais do que noticiar um fato ocorrido, expressou uma intenção em projetar a imagem pública de Macedo como legítimo representante da vila. Dessa maneira, o periódico divulgou que no dia 5 de julho de 1863

houve reunião nesta vila, na casa da residência do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, do partido da – Liga Itaborahyense – à qual compareceram 66 cidadãos. Como era de esperar, o entusiasmo, a harmonia e a franqueza presidiram a reunião, tratando-se do modo por que se há de organizar a chapa dos candidatos ao eleitorado. Pondo de parte princípios políticos, também observamos o modo afável e urbano com que pelo Sr. Dr. Macedo foram recebidos os seus convidados; cavalheiro distinto, amigo dedicado, como é o Sr. Dr. Macedo, do lugar de seu nascimento, não pode de certo deixar de ser estimado, como é, por aqueles que tiveram por berço este torrão; felizmente ainda há gratidão e reconhecimento de quanto é digno por suas qualidades aquele que tem dado sólidas provas de sua dedicação aos princípios, sem se esquecer dos que vem nele um amigo. Sempre que Itaboraí possa se fazer representar, não é possível olvidar o nome do Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.⁴⁹³

Diante desse contexto de articulações políticas que O Itaborahyense estava inserido, é relevante mencionar que as eleições, como demonstrou o historiador Richard Graham, eram indiretas e realizadas em dois turnos em todo o território nacional. O voto era censitário, pois votavam apenas homens livres (consequentemente mulheres e escravizados foram excluídos) com uma renda determinada, o que se traduzia em restrições para o exercício da cidadania, embora, como afirmou Graham, houvesse espaços de participação consideráveis como votantes, visto que a renda exigida para votar nas eleições primárias era considerada baixa, além do fato de que os analfabetos também exerciam o direito de voto, cenário político que praticamente se manteve até a reformulação eleitoral de 1881 (Lei Saraiva).⁴⁹⁴

Havia uma diferenciação entre os cidadãos passivos (os votantes) e os cidadãos ativos (os eleitores). Os votantes teriam que comprovar uma renda mínima anual de 100 mil réis e os eleitores um valor de 200 mil réis para serem qualificados, ou seja, para poderem participar dos pleitos eleitorais. A partir da reforma eleitoral implementada em 1846, esses valores foram alterados para, respectivamente, 200 mil réis e 400 mil réis anuais. Nas eleições primárias os votantes escolhiam os eleitores de província. Estes, reunidos em Colégios Eleitorais votavam

⁴⁹³ **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, n. 192, 14 jul. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca104>. Acesso em: 18 jul. 2021.

⁴⁹⁴ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 139-164.

em deputados provinciais e nacionais e em senadores, cargo vitalício que dependia da escolha do imperador a partir de uma lista tríplice enviada pelos eleitores.⁴⁹⁵

Assim, às vésperas do pleito para a escolha dos eleitores (ocorridas em agosto de 1863), O Itaborahyense, conforme divulgou O Diário do Rio de Janeiro, publicou um texto “convidando os progressistas a irem unidos e pacíficos depositar os seus votos nas urnas:”

É amanhã o dia solene em que o povo brasileiro deve concorrer as urnas para escolher os eleitores, que tem de eleger os deputados da nova legislatura. Cumpre-nos dizer algumas breves palavras aos nossos munícipes; palavras tanto mais graves, e importantes, que elas são sincera e franca expressão dos sentimentos de todo o partido da Liga Itaborahyense, que tão brilhantemente se está demonstrando em Itaboraí e Porto das Caixas. No dia de amanhã [...] o nosso mote sagrado é e deve ser – ordem e voto livre! Faremos todos os sacrifícios possíveis para que se mantenha plenamente a tranquilidade pública e se sustente a liberdade do voto do povo. Nossos adversários calculam com a desordem. No Porto das Caixas os antigos dominadores não poupam ameaças [...]. Ainda no Porto das Caixas um pasquim, que aí começou a publicar-se recentemente, publica injúrias atrozes e infames contra seus adversários. Em Itaboraí planeja-se violências e prepara-se valentões que devem conquistar com o emprego de sua força bruta a eleição, que o voto do povo nos promete e assegura. Pois bem, nós que temos consciência do que valemos e podemos; nós devemos ostentar nossa ponderação e ufanar-nos de ser os mantenedores da ordem. [...] E quando nossos violentos adversários nos provocarem, quando os loucos e desesperados nos insultarem para promoverem a desordem, levantaremos a nossa voz e responderemos aos loucos e desesperados: Viva o imperador! Viva a liberdade do voto! Viva a constituição! O triunfo da Liga Itaborahyense é certo. A hora extrema é chegada. [...] Vamos para as urnas. Viva a nossa liberdade! Viva a Liga Itaborahyense!⁴⁹⁶

A narrativa apresentada nessa publicação do Itaborahyense demonstra os diversos conflitos existentes em torno das eleições na região e a atuação do jornal nesse processo. Como pode ser observado na matéria, é citada a realização de ameaças realizadas por parte de seus adversários (os conservadores) e recomendações para que seus correligionários não respondam, no dia da eleição, as possíveis provocações com violência, mas sim com o exercício da liberdade do voto, objetivando com isso manter a tranquilidade pública na vila. Dessa maneira, o jornal se projeta como defensor da ordem e as articulações do seu partido como legítimas e legais, enquanto que as ações de seus rivais eram caracterizadas como violentas e, logo, como fraudulentas.

A menção de um pasquim presente nesse texto representa uma referência pejorativa ao jornal o Echo Popular, visto ter sido este periódico que surgiu em Porto das Caixas como um jornal político, nesse período, e que travou diversos embates com O Itaborahyense. De forma

⁴⁹⁵ Ibidem. Sobre as alterações realizadas em 1846 ver: **Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI aos nossos dias**. JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa (Org). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996, p. 115-117.

⁴⁹⁶ **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 219, 11 ago. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca105>. Acesso em: 22 jul. 2021.

semelhante, e em mesma eleição (após o seu encerramento), O Echo Popular também publicizou denúncias contra o uso da violência e das arbitrariedades realizadas pelos progressistas para vencer as eleições e destacou que, apesar das investidas de seus adversários, os conservadores venceram as eleições de forma legal e ordeira na Freguesia de Porto das Caixas:

O dia 14 de agosto ficará gravado nas páginas da história, marcando mais um dia de vitória para os conservadores. [...] Mais um triunfo de ideias para resistir aos embates tempestuosos dos anárquicos demagogos. Triunfaram os conservadores nesta freguesia, apesar de todas as violências e arbitrariedades praticadas pelos nossos adversários [...]. Viram seus castelos derrocados porque o seu governo inepto não teve força moral e física bastante para subjugar a vontade do nosso povo. Apregoaram ordem, liberdade, bem público e interesses do povo e traduziram essas pomposas e sonantes expressões em confusão, desordem, despotismo e coação. Glória ao partido conservador desta freguesia que não precisa empregar meios violentos para conseguir os louros da vitória, enquanto que os contrários, procuravam até potentes para os ajudar nos seus planos infernais! Glória a aqueles que souberam sustentar os seus princípios, procurando a ordem e baseando todos os seus atos na lei. Glória finalmente aos votantes conservadores que enfrentaram impávidos [...] as autoridades do governo que já contavam com o triunfo certo.⁴⁹⁷

As denúncias presentes nas publicações de ambos os jornais mostram que O Itaborahyense e o Echo Popular realizaram acusações semelhantes de uso da violência como recurso político. Ambos apontavam que tal prática era realizada exclusivamente por seus opositores. Essas matérias, além de mostrarem o nível de violência empregada nas eleições primárias em Itaboraí, ressaltam no quanto a imprensa local participou diretamente do jogo político do período, haja vista que ambos atuaram na defesa da imagem pública de seus respectivos partidos e na caracterização negativa de seus rivais. Acusar seus oponentes de desordeiros e violentos tinha como objetivo deslegitimar a atuação deles no pleito eleitoral e obter uma maior aceitação das ideias de seus respectivos partidos na esfera pública local e regional, visto que esses jornais também circularam fora de Itaboraí.

Cabe salientar, conforme argumentou Richard Graham, que “eleições e violência caminharam juntas” e que “a violência local mostrava-se tão endêmica quanto sua condenação”. Essa constatação foi percebida nas acusações que O Itaborahyense e o Echo popular fizeram em suas publicações contra os seus rivais, pois esses jornais denunciaram a violência que seus correligionários receberam, embora ambos tenham utilizado a violência como recurso político, sobretudo, como apontou Graham, nas regiões em que a dominação política de um partido fosse ameaçada pela oposição.⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ **Echo Popular**. Porto das Caixas, n. 5, 16 ago. 1863, p. 1.

⁴⁹⁸ GRAHAM, Richard. Op. Cit., p. 17;185.

É provável que esse seja o caso das denúncias de violência de conservadores contra os liberais no Porto das Caixas, realizadas pelo Itaborahyense, e das acusações de mesma prática de liberais contra conservadores na Freguesia de Itaboraí, publicadas pelo Echo Popular, visto que no Porto existia o predomínio político dos conservadores e em Itaboraí dos liberais progressistas.

O resultado dessas eleições primárias mostrou que enquanto os conservadores conseguiram vencer as eleições na Freguesia do Porto das Caixas, os liberais progressistas venceram na Freguesia de Itambi e em São João Batista de Itaboraí. É pertinente considerar que embora também tenha ocorrido uma rearticulação partidária em Itaboraí, a Liga Itaborahyense tinha um predomínio de integrantes oriundos do Partido Liberal, sobretudo aqueles que atuavam em Itambi e em Itaboraí.⁴⁹⁹

A vitória das eleições primárias pelas correntes políticas que cada jornal representava em suas respectivas freguesias, viabiliza refletir sobre o papel das articulações políticas que esses periódicos tiveram e na contribuição que proporcionaram para alcançar esse resultado. Não há dúvidas de que os impressos do Itaborahyense e do Echo Popular tenham circulado nas três freguesias de Itaboraí, contudo, nota-se uma distribuição mais explícita nas próprias freguesias onde eram impressos e onde atuavam politicamente. A análise desse contexto indica que contribuir para garantir o predomínio político em suas regiões de origem, tornou-se um objetivo prioritário para ser alcançado por esses jornais.

Posteriormente a essas eleições primárias (em setembro de 1863), ocorreram as eleições gerais. Nesse pleito, o progressista Joaquim Manoel de Macedo foi eleito deputado geral, sendo o mais votado pelo 3º distrito. Cabe mencionar que a partir da reforma eleitoral de 1860 (decreto nº 1.082) as províncias do império foram divididas em distritos eleitorais com três deputados cada uma. A Província do Rio de Janeiro possuía quatro distritos. Nesse período, o 3º distrito possuía 527 eleitores e era composto pelos colégios eleitorais de Niterói (88 eleitores), Vassouras (73), Santo Antonio de Sá (69), Magé (64), Valença (58), Itaboraí (55), Estrela (46), Maricá (30) e Paraíba do Sul (44). Os eleitores do Colégio eleitoral de Itaboraí estavam distribuídos da seguinte forma: Freguesia de São João Batista de Itaboraí (30 eleitores), Porto das Caixas (20) e Itambi (5).⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 223, 15 ago. 1863, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca106>. Acesso em: 26 jul. 2021.

⁵⁰⁰ **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1863, p. 53-58. Disponível: <https://cutt.ly/hemeroteca107>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Não é intenção da presente pesquisa apontar que a atuação do jornal O Itaborahyense foi o principal meio que proporcionou a vitória de Macedo, visto que deve ser considerado que as eleições ocorreram em diversas outras vilas e eram conduzidas, como demonstrou Richard Graham, por uma relação clientelista entre o governo central e os poderes locais, em que a violência, a fraude e a manipulação representaram recursos possíveis a serem acionados, caso a vitória do partido situacionista fosse ameaçada.⁵⁰¹

Contudo, considerando que as culturas políticas dominantes no império possuíam brechas em que diversos sujeitos sociais participaram e atuaram com princípios diferenciados da norma ideológica vigente, a atuação da imprensa local se tornou crucial na construção de uma discursiva favorável de um partido e conseqüentemente no ato de convencer simpatizantes de vertentes políticas adversárias ou de reforçar a relação clientelista existente.

Dessa forma, este estudo considera relevante a contribuição que o Itaborahyense deu na vitória de Macedo, na medida em que o periódico atuou na divulgação de sua imagem pública, caracterizando-a como referência de conhecimento, respeito ao bem público e de pessoa guiada por princípios, propagando, dessa maneira, sua representatividade política em Itaboraá e em outras vilas circunvizinhas, visto que há menções de circulação do Itaborahyense nas vilas de Santo Antonio de Sá e em Maricá, além das prováveis permutas que o jornal fazia com periódicos de outras regiões, prática essa costumeira no período.⁵⁰²

De forma semelhante, conforme foi demonstrado, a imagem pública de José Anselmo de Oliveira Tavares (proprietário do Itaborahyense) foi divulgada pelo jornal como uma representação política local louvável e merecedora da escolha dos votantes. Assim, embora o poder central estivesse sendo conduzido pelos progressistas, há de se considerar também que sua condição de proprietário do jornal viabilizou possibilidades de beneficiamento político (na cena pública local) que contribuíram de forma expressiva para seu êxito, pois ele se tornou eleitor nas eleições primárias de agosto de 1863 e vereador em 1864.⁵⁰³

Nota-se uma relação de complementariedade política entre Macedo e Tavares, pois enquanto Macedo disputou as eleições gerais, Tavares concorreu nas eleições primárias e posteriormente no pleito eleitoral para fazer parte da Câmara Municipal, ambas eleições em que os itaboraienses votantes podiam participar, visto que a eleição para vereador (assim como para juiz de paz) era direta.⁵⁰⁴ Dessa maneira, a contribuição do jornal O Itaborahyense no êxito

⁵⁰¹ GRAHAM, op. Cit.

⁵⁰² **O Itaborahyense**. Op. Cit., n. 22, p. 2.

⁵⁰³ **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1865, p. 129.

⁵⁰⁴ GRAHAM, Richard. Op. Cit., p. 141.

político de Tavares foi mais significativa, na medida em que as duas situações apresentadas em sua trajetória política ocorreram na esfera local e, logo, no espaço direto de atuação do jornal.

Nas fontes primárias analisadas não foi possível localizar de forma mais minuciosa a relação de Macedo com a produção intelectual do jornal. Contudo, verificou-se que ele proporcionou contribuições informativas com o hábito de trazer para Itaboraí as novidades de assuntos que estavam em voga na Corte Imperial. Macedo compartilhava em praça pública (Largo da Matriz) os temas e o jornal em seguida publicava o que tinha sido apresentado no local, junto com todo andamento do evento público do dia. É provável que essa prática tenha ocorrido diversas vezes com o retorno de Macedo para Itaboraí, porém, noticiado em formato de uma manifestação pública só foi localizado no período eleitoral.

Essa circulação contínua de Macedo entre a Corte e Itaboraí (lugar onde ele nasceu e onde residiam parte de seus familiares) e a proximidade que tinha com o proprietário do Itaborahyense mostra que, provavelmente, o literário atuou na condição de algo próximo a um correspondente do jornal na Corte. Tal prática representou um recurso de obtenção de informações extremamente valioso para a imprensa do período, pois a cidade do Rio de Janeiro na época era a capital política administrativa do país. Logo, publicar temas de relevância do cotidiano desse espaço representou um atrativo a mais para os leitores obterem exemplares de um periódico, o que conseqüentemente contribuía para o aumento da circulação de um jornal em variadas regiões.

A relação de proximidade de Macedo com O Itaborahyense e o fato deste também ser caracterizado como uma folha literária, e ter em suas páginas a seção denominada de Folhetim, viabiliza conjecturar que provavelmente textos de Joaquim Manoel de Macedo foram divulgados nesse espaço do impresso, seja por suas crônicas, versos ou até mesmo pela reprodução de alguns de seus romances, prática de publicação que Macedo já tinha realizado com algumas de suas obras em outros jornais (Marmota Fluminense, Jornal do Commercio, entre outros). Segundo Marco Morel e Mariana Barros, Folhetim era o “termo que designava o largo do rodapé da primeira página do jornal: espaço destinado a piadas, charadas, receitas, novidades, historietas e cartas.” Com o decorrer do tempo de seu uso, essa seção “passou a comportar trechos de uma narrativa fatiada, obra publicada aos pedaços, em progresso, fazendo com que o leitor, instigado pela curiosidade e pelo suspense das histórias, adquirisse [...] o jornal.”⁵⁰⁵

⁵⁰⁵ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. Op. Cit., p. 55-57.

Além do Folhetim e das contribuições que Macedo proporcionou, essa folha obteve outras formas de recebimento de informações, como os textos enviados pelos assinantes para serem publicados na seção de Correspondência, os extratos de outros jornais, as cartas recebidas (inclusive do exterior), as conversas realizadas na tipografia no ato de sua comercialização, entre outros.

Os recursos foram obtidos principalmente através da comercialização das assinaturas, dos anúncios e dos editais. A venda avulsa de seus números não foi explicitada pelas fontes utilizadas, mas é provável que tenha ocorrido por ser uma prática corriqueira de obtenção de rendas no período. A atuação direta do Itaborahyense na propagação das ideias do partido progressista viabiliza considerar que essa relação também possa ter gerado retornos financeiros em forma de financiamento, sobretudo dos setores atrelados à produção agrícola local e envolvidos nas disputas políticas, destacando os “chefes locais” liberais da vila.

No plano cultural ficou inviável realizar uma análise mais precisa desse aspecto do jornal, pois o corpo documental utilizado possui consideráveis limitações nessa temática, seja pelos poucos números impressos localizados, ou pelo fato de que as informações extraídas do Itaborahyense e citadas em outros jornais priorizaram temáticas atreladas às questões políticas, econômicas ou a fatos sociais caracterizados por uma relação de conflito.

Apesar disso, em algumas matérias do Itaborahyense, foi possível identificar a presença de banda de música percorrendo as principais ruas da vila - cantando o hino nacional e da independência - para comemorar o desfecho do impasse diplomático da Questão Christie apresentado por Macedo. Era uma prática cultural corriqueira na vila, nesse período, comemorar a resolução de situações que de alguma forma se chocassem com o regime monárquico ou episódios que celebrassem sua consolidação.⁵⁰⁶

A notícia era passada em praça pública (no Largo da Matriz) e celebrada em seguida através de “girandolas, foguetes e repiques de sinos” para anunciar o desfecho positivo do que foi apresentado. Os moradores (sobretudo aqueles envolvidos de alguma forma na política local) se direcionavam para a praça. A Igreja Matriz era aberta e iluminada, assim como todas as casas da praça e das ruas próximas. “Te-Deum” era celebrado na igreja e as pessoas presentes, junto com a banda, iam para a Câmara Municipal para, diante do quadro do imperador, cantar os hinos nacional e da independência e realizar saudações em voz alta à monarquia, à soberania nacional e ao ministério. Esse tipo de manifestação pública para

⁵⁰⁶ **Diário do Rio de Janeiro.** Op. Cit., n. 13.

celebrar um determinado episódio iniciava com a apresentação da notícia e se estendia, em momentos diferentes, nos dois dias seguintes.⁵⁰⁷

Em relação à escravidão, as informações obtidas com a análise das fontes primárias dão pistas para compreender algumas abordagens que O Itaborahyense publicizou. Nesse sentido, verificou-se uma postura em que a escravidão é trabalhada por uma perspectiva (prioritariamente) de mão de obra e os escravizados citados dentro de uma discursiva racial em que a população negra era vinculada à prática de crimes. Por exemplo, foi divulgado um incêndio em uma residência de duas idosas, na Vila de Rio Bonito, em que uma escravizada foi denunciada (e presa) como autora desse trágico episódio: “dizem que uma escrava fora a origem de tão negro atentado e a polícia trata de sindicá-lo ao seu autor, achando-se já presa a indiciada”.⁵⁰⁸

Logo, assim como também ocorreu nos jornais anteriormente analisados neste estudo, a escravidão não foi trabalhada por uma questão social, mas sim como meio de trabalho compulsório imprescindível para manter a produção agrícola da vila e, no caso desse jornal, pela explicitação de acusações de práticas ilícitas que eram atreladas aos escravizados. É por conta da preocupação em garantir a manutenção desse sistema de trabalho na região que anúncios de fugas de escravizados foram publicados no jornal.

Cabe mencionar que a modificação de abordagem em relação à temática da escravidão, nos periódicos locais, ocorreu apenas na década de 1880, através da produção intelectual desenvolvida pelos jornalistas Hermeto Luiz da Costa e por seu filho Hermeto Júnior. Foi nesse período e a partir da produção desses indivíduos que o questionamento à legitimidade da escravidão ganhou expressão na imprensa periódica de Itaboraí.

Nas fontes primárias analisadas foram encontradas menções do jornal O Itaborahyense entre outubro de 1862 a junho de 1864, o que demonstra que o jornal foi impresso (pelo menos) em um intervalo de tempo de dois anos, sendo este um período relevante de produção de um periódico, na medida em que existiam diversas dificuldades para se manter um jornal em funcionamento nessa época.

Para concluir, constatou-se que O Itaborahyense atuou na publicização de uma cultura política de propagação das ideias e das ações do Partido Progressista em Itaboraí e em algumas vilas próximas. Suas publicações buscaram legitimar as proposições políticas da Liga através da divulgação de uma discursiva em que seus integrantes foram caracterizados como portadores

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ **A Actualidade**. Rio de Janeiro, n. 371, 21 mar. 1863, p. 3. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca108>. Acesso em: 30 jul. 2021.

de concepções, valores e comportamentos políticos considerados aceitáveis para a sociedade em que viviam. Logo, a defesa da ordem pública e a explicitação de relações sociais condizentes com as normas de conduta do período foram acionadas no enaltecimento da imagem pública do partido (e de seus integrantes) e na condenação de seus adversários, os conservadores. Foi observado que a estratégia discursiva sobrepujou a realidade vivida e que o ato de informar atendeu, nos casos analisados, um objetivo a ser alcançado.

O método de ação aplicado e as iniciativas implementadas mostram uma interação desse jornal com as disputas políticas desenvolvidas na Corte Imperial e na Capital da Província, assim como sua atuação enquanto força ativa conectada a um âmbito político mais amplo de reformulações e transformações em curso no período. Dessa forma, a atuação do Itaborahyense demonstra como a Vila de Itaboraí estava inserida em um espaço de conflitos na opinião pública da Província do Rio de Janeiro e no quanto a imprensa periódica local contribuiu na divulgação e na legitimação, na vila e em regiões próximas, de projetos de sociedade em disputa.

- Capítulo V –

Os jornais dos Hermetos:

debates públicos na cena política da década de 1880 em Itaboraí

Nesta etapa do estudo serão analisadas a produção periódica impressa realizada pelos tipógrafos Hermeto Luiz da Costa e por seu filho Hermeto Júnior e algumas das campanhas que estes desenvolveram na Vila de Itaboraí. A ênfase realizada nesta abordagem foi direcionada para o periódico O Social como forma de analisar, através deste jornal, o contexto das transformações políticas e sociais da década de 1880 e como os agentes sociais residentes nesta vila reagiram a estas modificações, tendo como destaque as discussões públicas referentes à abolição da escravidão. Busca-se com isso, demonstrar que a produção desses indivíduos inovou o periodismo impresso em Itaboraí, na medida em que estes publicizaram em seus impressos demandas sociais locais.

5.1 – Os Hermetos e suas trajetórias

O Presente tópico analisa a trajetória dos jornalistas Hermeto Luiz da Costa e de seu filho Hermeto Luiz da Costa Júnior, na medida em que esses dois sujeitos sociais atuaram juntos durante anos nos jornais que produziram em Itaboraí. Esta abordagem inicia a análise deste capítulo mostrando que a atuação desses jornalistas na cidade inovou a proposta da imprensa periódica produzida em Itaboraí, na medida em que suas práticas se caracterizaram por uma produção impressa atrelada à divulgação de ações culturais na cidade, à elaboração de campanhas de cunho social e ao acompanhamento das transformações sociais e políticas do final do século XIX, dando ênfase em suas repercussões na esfera local e regional.

A trajetória, como demonstrou Pierre Bourdieu, é um dos recursos que possibilitam compreender as práticas dos sujeitos sociais realizadas em um determinado tempo histórico, levando em conta que as representações subjetivas construídas na origem são inseparáveis da posição objetiva que este agente social ocupou. Segundo Bourdieu,

não podemos compreender uma trajetória [...] a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros

agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis.⁵⁰⁹

Entre as fontes primárias utilizadas, destacam-se os periódicos produzidos na Corte Imperial (Diário do Rio de Janeiro, A Revista, a Gazeta de Notícias, O Jornal, Diário Carioca, Almanak Laemmert, entre outros) e na Capital da Província (O Fluminense), material localizado na plataforma digital da Biblioteca Nacional (Hemeroteca). Somam-se a esses impressos, os jornais produzidos pelos próprios Hermetos - O Social, A União e O Itaboraense - e registros cartoriais de seus familiares, ambos materiais pertencentes ao Acervo Heitor Costa. Alguns números destes jornais também foram localizados (de forma impressa) na Biblioteca Nacional.

Assim, a escrita desta trajetória foi elaborada pela construção das narrativas produzidas pelos próprios jornalistas em destaque e por aqueles que conviveram e/ou conheceram (pessoalmente ou indiretamente através da repercussão de suas ações) os personagens biografados. Ainda que se leve em conta as subjetividades de quem produziu as informações analisadas, a comparação desse material com os eventos verificados viabilizou o entendimento de que essas narrativas também se tratam de uma discursiva histórica.

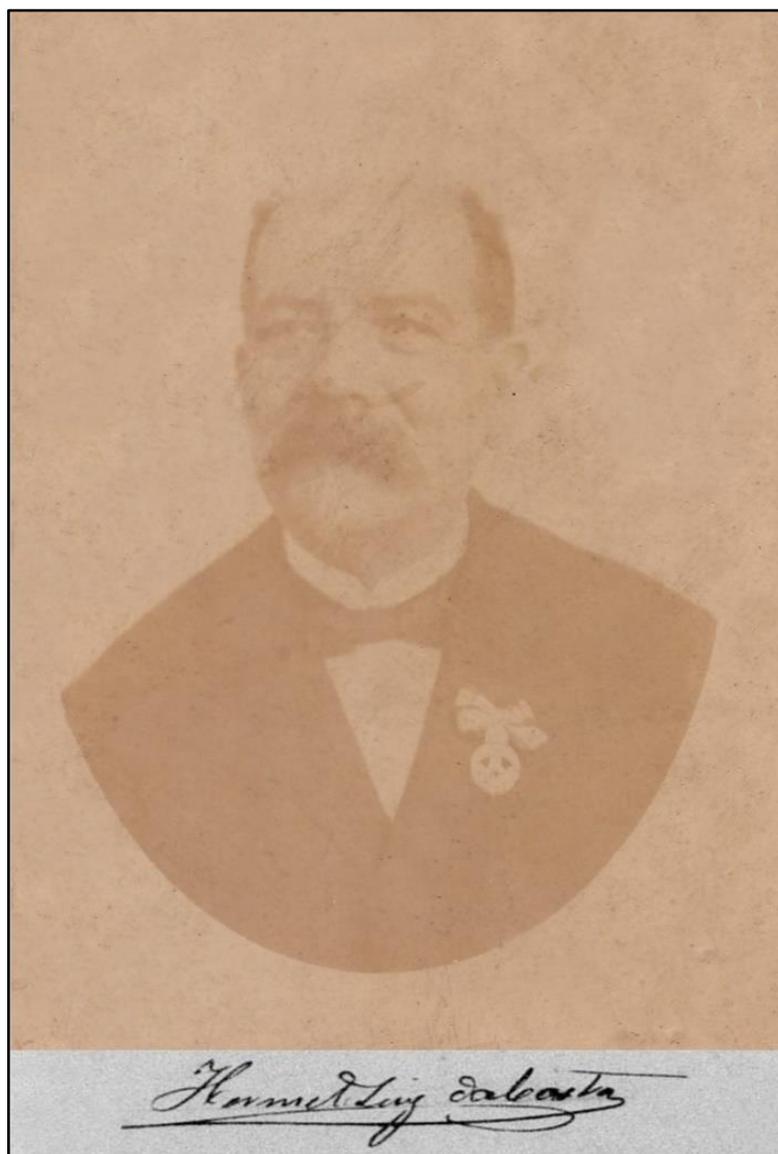
Segundo o jornal O Itaboraense, Hermeto Luiz da Costa nasceu em Itaboraí no dia 9 de agosto de 1839. Ele era monarquista, abolicionista e integrante do Partido Liberal. A primeira menção de sua atuação na cidade faz referência ao ano de 1862, quando este trabalhou em um jornal (publicado em Porto das Caixas) intitulado de Nova Era. É provável que o espaço de trabalho da tipografia desta folha tenha sido o local onde Hermeto aprendeu o ofício de compositor e impressor, visto que este espaço gráfico imprimiu diversos outros jornais em períodos anteriores (como O Popular), ainda que a menção do início de suas atividades realizadas diretamente na composição dos textos e das impressões tenha sido no jornal a Nova Era, fato que ocorreu quando este tinha apenas 23 anos de idade.⁵¹⁰

⁵⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 82. Ver também: CATANI, Afrânio Mendes. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 354-356.

⁵¹⁰ Perda Irreparável. **O Itaboraense**. Itaboraí, ano 27, n. 1313, p. 1, 17 jul. 1921; Lutas e vitórias por um sonho Itaboraiense. **O Itaboraense**. Itaboraí, p. 4-5, 19 jan. 1995 (Edição especial comemorativa do centenário). Textos que divulgavam a morte de um redator de um jornal (ou de um jornalista) e datas comemorativas de um periódico representam, quando comparados com outros registros históricos, valiosas fontes primárias para se obter informações da vida desses indivíduos e dos próprios jornais. Nesse sentido, ter acesso a um número máximo de impressos possíveis de um periódico de diversos períodos - considerando as datas memoráveis de nascimento e, sobretudo, de falecimento dos redatores e as datas comemorativas do surgimento de jornais - viabilizam o acesso a informações específicas (e logo relevantes) do objeto de estudo, seja na análise de um indivíduo atuante em um periódico ou no estudo da materialidade de um jornal.

No ano de 1877, o nome de Hermeto Luiz da Costa foi mencionado (no jornal Diário do Rio de Janeiro) em uma determinação direcionada à Coletoria de Itaboraí, a qual estabeleceu que ele deveria receber, mensalmente, o pagamento pelos serviços prestados no fornecimento de alimentos para os presos pobres da cadeia da Vila. Entre os anos de 1879 a 1885, Costa foi citado no Almanak Laemmert como sendo proprietário de uma hospedaria.⁵¹¹

Figura 14 – Fotografia de Hermeto Luiz da Costa (1921)



Fonte: Acervo Heitor Costa (Adaptado)⁵¹²

⁵¹¹ **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 116, p. 3, 2 mai. 1877. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_109. Acesso em: 20 set. 2021. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Província, 1879, p. 169. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_laemmert_1879. Acesso em: 20 set. 2021.

⁵¹² Essa imagem foi registrada pelo célebre fotógrafo Augusto Malta, em 1921, e foi cedida gentilmente pelo seu bisneto Heimar Costa. A assinatura foi extraída do livro de Registro Civil de Matrimônios (1905-1909), quando Hermeto exercia o cargo de Juiz de Paz.

Costa também atuou, segundo o jornal O Itaborahyense, como “escrivão de polícia, contador e distribuidor, tabelião, escrivão de órfãos, juiz de paz e vereador”. Sua inserção social (e projeção) na vila foi realizada, sobretudo, pela publicação de seus jornais, por sua atuação na Sociedade Musical Euterpe Itaborahyense, na divulgação de algumas festas e por sua participação na Loja Maçônica Concordia II, em Itaboraí, ocupando sempre a cadeira de 1º vigilante. Nos registros históricos analisados, o seu envolvimento na Maçonaria passou a ser publicizado na década de 1890, embora seja provável que ele já fizesse parte antes.⁵¹³

O “Velho Hermeto” - como também era chamado Hermeto Luiz da Costa pelos seus amigos de trabalho - veio de um berço social simples. Não há menções de sua formação, apenas de que era autodidata. Na imprensa periódica ele atuou como compositor, impressor e jornalista. Depois de trabalhar no jornal Nova Era (em 1862), ele lançou O Social (em 1886), A União (1890), a Lucta (1893) e O Itaborahyense (1895). Com a exceção do periódico a Nova Era (publicado em Porto das Caixas), todos os demais jornais foram impressos na Freguesia de São João Batista de Itaboraí. A grande maioria dos diversos ofícios em que Costa trabalhou também foi realizada nessa freguesia, assim como sua participação nos pleitos eleitorais, visto que foi nessa região que ele foi mencionado como eleitor.⁵¹⁴

Diante do conteúdo publicado em seus jornais e em função de suas campanhas realizadas em prol da população e do município, alguns periódicos (como A Revista) o caracterizaram - ainda no período em que ele estava vivo - como um “homem cheio de ideias e altamente progressista”. O “Velho Hermeto” se tornou uma referência de tal abordagem em jornais no interior da Província (e depois Estado) do Rio de Janeiro.⁵¹⁵

Ele faleceu no dia 27 de junho de 1921 (com 81 anos de idade), devido a uma gripe pulmonar aguda. Apesar da idade avançada, ainda era atuante na imprensa local quando faleceu. Toda sua contribuição para a imprensa periódica gerou admiração e respeito de redatores de jornais de variadas regiões do Estado do Rio de Janeiro. Devido a isso, seu falecimento foi noticiado em impressos de expressão da época.⁵¹⁶

⁵¹³ O 1º Vigilante é a segunda maior autoridade de uma loja maçônica, cabendo a este substituir, quando necessário, o Venerável Mestre. Perda Irreparável. **O Itaborahyense**. Op. Cit. **Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 212, jul.-ago. 1897. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_110. Acesso em: 20 set. 2021;

⁵¹⁴ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Província, 1881, p. 211. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_laemmert_1881. Acesso em: 21 set. 2021. **Almanak...** Op. Cit., 1885, p. 939. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_laemmert_1885. Acesso em: 21 set. 2021. Lutas e vitórias por um sonho Itaboraiense. **O Itaborahyense**. Op. Cit.

⁵¹⁵ Itaborahy. **A Revista**. Rio de Janeiro, n. XV, p. 40, jul. 1920. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_111. Acesso em: 19 ago. 2021.

⁵¹⁶ Perda Irreparável. **O Itaborahyense**. Op. Cit;

A Gazeta de Notícias, por exemplo, publicou seu falecimento com pesar e o denominou como o “Decano da Imprensa Fluminense”. Para este periódico, Hermeto Luiz da Costa procurou desenvolver, em todos os seus jornais, “as mais memoráveis campanhas em prol da grandeza do município de Itaboraí.” Segundo a Gazeta,

“em Itaboraí, como em tantos outros municípios do Estado, era o Sr. Hermeto Costa muito estimado, tornando-se mesmo uma figura venerável em uma grande parte do Estado do Rio. Ultimamente era o decano da imprensa fluminense, sendo a sua morte muito e justamente sentida em Itaboraí como em outros municípios.”⁵¹⁷

Em mesma direção, uma folha intitulada de O Jornal divulgou a seguinte nota: “causou entre nós geral consternação a notícia do passamento do decano dos jornalistas fluminenses, Sr. Hermeto Luiz da Costa, redator chefe do Itaborahyense, periódico que se edita na sede deste município”. Além disso, através de um telegrama, a Diretoria da Associação Brasileira de Imprensa enviou suas condolências para sua família, demonstrando que sua morte representou uma “irreparável” perda para a imprensa fluminense.⁵¹⁸

O “Velho Hermeto” foi casado com Valeriana Rosa da Conceição.⁵¹⁹ As informações localizadas da família proveniente desse matrimônio fazem referência ao seu filho Hermeto Luiz da Costa Júnior. Este, nasceu em Itaboraí no dia 1 de novembro de 1874. Segundo O Itaborahyense, ele teve “cinco filhos”, sendo um do primeiro casamento (com Dona Ighes de Almeida) e quatro do segundo (com Dona Adalgisa Antunes da Costa).⁵²⁰

Hermeto Júnior exerceu “diversos cargos públicos, como suplente de juiz de direito, adjunto de promotor público” e “o cargo de secretário da Prefeitura Municipal” de Itaboraí.

⁵¹⁷ O Decano da Imprensa Fluminense: Falecimento do Sr. Hermeto Costa. Gazeta de notícias. Rio de Janeiro, nº 180, p. 3, 2 jul. 1921. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_112. Acessado em: 20 ago. 2021. Esta notícia foi realizada com certo destaque no dia, tendo as letras do título desta matéria um tamanho consideravelmente maior do que os de outros textos publicados no mesmo número, além de ser acompanhada com uma fotografia do “Velho Hermeto”. Logo, há uma demonstração expressiva de reconhecimento de sua contribuição para imprensa periódica fluminense. Ver **ANEXO O – Matéria publicada na Gazeta de Notícias sobre o falecimento de Hermeto Luiz da Costa (02/07/1921)**.

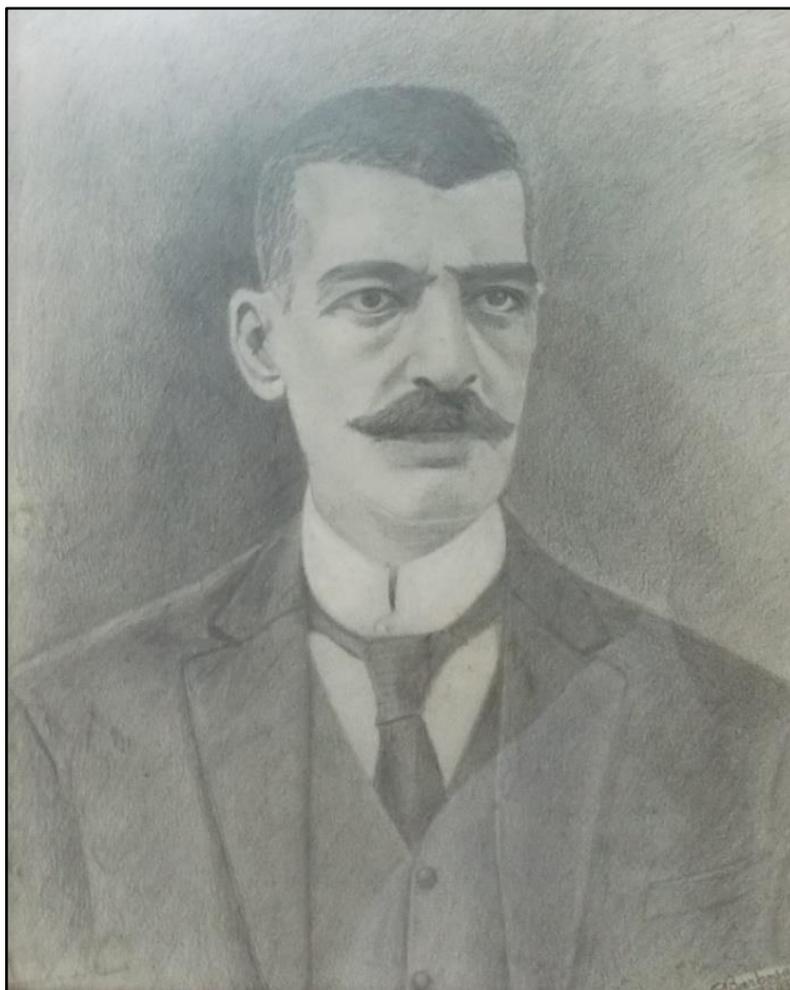
⁵¹⁸ **O Jornal**. Rio de Janeiro, n. 782, p. 7, 11 ago. 1921. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca113>. Acesso em: 20 ago. 2021.

⁵¹⁹ Além da esposa e do filho, outro familiar de seu Hermeto localizado foi o seu irmão Joaquim Luiz Costa. Este faleceu em março de 1889 e foi sepultado no cemitério da Vila de Itaboraí. Em uma notícia publicada pelo jornal O Social sobre seu falecimento, Joaquim foi citado da seguinte forma: “era o finado um desses homens que apesar de pobre nunca consentiu que a desonra ou a miséria transpusessem o limiar das portas de sua casa.” Esta citação endossa a afirmação, realizada neste trabalho, de que Hermeto Luiz da Costa e seus familiares vieram de um berço social humilde. **O Social**. Itaboraí, ano III, n. 22, p. 2, 2 mar. 1889; **Certidão de Nascimento de Heitor Costa**. Registro Civil, Cartório do 1º Distrito do Município de Itaboraí, livro n. 27, termo n. 89, folha 187.

⁵²⁰ No primeiro casamento de Hermeto Júnior com Ighes de Almeida nasceu Alfredo de Almeida Costa e no segundo casamento com Adalgisa Antunes Costa nasceram Hermeto, Darci, Odir e Heitor Costa, sendo este último o filho responsável pela retomada da produção do Itaborahyense em 1945. O falecimento do nosso Director. **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano 36, nº 1689, p. 1, 20 jul. 1930. **Certidão de Nascimento de Heitor Costa**. Op. Cit.

Esses trabalhos foram realizados no século XX. No cargo de secretário da Prefeitura Hermeto Júnior atuou em 1930, ano em que as relações políticas com o Poder Público ficaram mais “amistosas”, situação que ocorreu algumas vezes durante as três primeiras décadas do século XX, ainda que representasse uma exceção nessa relação.⁵²¹

Figura 15 - Desenho da fotografia de Hermeto Júnior registrada em 1921



Fonte: Acervo Heitor Costa⁵²²

Diante do convívio com seu pai, tornou-se um árduo crítico à República (principalmente nas duas primeiras décadas do século XX) e herdou a identificação com a Maçonaria (atuando também na Loja Maçônica Concordia II na cadeira de secretário) e com a imprensa. Na produção de periódicos, Hermeto Júnior iniciou sua trajetória no convívio realizado com seu pai nos anos de produção do jornal O Social (1886-1890). Quando este jornal foi lançado,

⁵²¹ O falecimento... **O Itaborahyense**. Op. Cit.

⁵²² Desenho realizado pelo escritor e jornalista Orcival Barbosa, considerado pelo seu Heimar Costa (bisneto de Hermeto Luiz da Costa) um dos maiores contribuidores do Itaborahyense nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Hermeto Júnior ainda não tinha completado 12 anos. Apesar disso, foi no período de produção desse periódico que ele aprendeu o ofício de impressor e compositor. Assim como seu pai, era autodidata e também não alcançou uma formação de nível superior. O fato de ser oriundo de berço social humilde e de auxiliar seu pai desde novo - somado a todo desgaste físico que o árduo trabalho realizado neste ofício gerava - dificultou (provavelmente) o seu acesso a uma faculdade.⁵²³

Foi no jornal *A União*, lançado no ano de 1891, que Hermeto Júnior se destacou como jornalista, tornando-se, no ano seguinte, redator e proprietário desse jornal. Embora seu pai tenha lançado essa folha e tenha contribuído para sua elaboração, a condução da produção do impresso, em 1892, ficou sob a responsabilidade de Hermeto Júnior. Na época, ele tinha apenas 18 anos de idade, o que demonstra a sua precocidade no mundo da palavra impressa.⁵²⁴

Ele era também conhecido pelo seu interesse na História de Itaboraí, publicando textos de sua autoria sobre a evolução política da cidade, ou reproduzindo registros históricos de viajantes, documentação local, memórias de personalidades de Itaboraí do século XIX e escritos de historiadores e jornalistas dos Oitocentos que narravam episódios ocorridos na vila. Os próprios colaboradores do periódico *Itaborahyense* o viam dessa maneira, pois, conforme divulgaram, ele “era um dos conhecedores de toda a evolução histórica do município”.⁵²⁵

Sua projeção social em Itaboraí ocorreu através da Maçonaria e, principalmente, da sua produção na imprensa periódica local e do seu envolvimento na organização (e divulgação) de festas, sejam elas religiosas, cívicas ou aquelas organizadas para comemorar as ações da Monarquia, fato que ocorreu no contexto republicano - sobretudo nas duas primeiras décadas de século XX -, quando Hermeto Júnior buscou celebrar (algumas vezes) as festas do 13 de maio no município, objetivando com isso comemorar a abolição da escravatura na região.

Ele faleceu com 55 anos de idade. O *Itaborahyense* divulgou que seu óbito ocorreu no dia 27 de maio de 1930, às 11 horas da noite, devido a uma “congestão cerebral”. Seus amigos que também trabalhavam no jornal publicaram a seguinte nota: “é com grande pesar que registramos o doloroso falecimento de nosso diretor Hermeto Luiz da Costa Júnior, que a tantos anos vinha lutando em prol do nosso querido Itaboraí de tantas tradições na história.”⁵²⁶

⁵²³ O falecimento... *O Itaborahyense*. Op. Cit.; **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Estado, 1901, p. 1360. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_laemmert_1901. Acesso em: 21 ago. 2021; Lutas e vitórias por um sonho Itaboraiense. *O Itaborahyense*. Op. Cit.

⁵²⁴ *A União*. Itaboraí, ano II, nº 14, p. 1, 21 fev. 1892.

⁵²⁵ O falecimento... *O Itaborahyense*. Op. Cit.

⁵²⁶ *Ibidem*.

Assim como seu pai, seu falecimento foi noticiado em vários jornais com notoriedade no Estado do Rio de Janeiro, o que demonstra o nível de credibilidade e representatividade que Hermeto Júnior possuía na Imprensa periódica fluminense. Sua produção era respeitada e reconhecida por diversos colegas de ofício no Estado.

Segundo o jornal *Notícia*, publicado no dia 29 de maio de 1930, ele “era uma figura de imenso prestígio pessoal em todo o município”. Para este periódico, “nenhum movimento decorria em Itaboraí sem que se sentisse desde logo a ação de Hermeto Junior, que se colocava como velho combatente ao lado dos que precisavam de justiça. Por isso mesmo, a projeção de seu prestígio se estendia mesmo fora do município”. O *Friburguense*, no dia 1 de junho, também divulgou uma nota de pesar onde afirmou que Hermeto Júnior era “conhecidíssimo e querido na sua terra natal, causando o seu desaparecimento muita tristeza. Em sinal de pesar, o comércio cerrou suas portas.” O *Diário Carioca* noticiou que “Niterói recebeu, ontem à tarde, a consternada notícia do falecimento de um dos mais antigos, senão o mais antigo dentre todos os jornalistas fluminenses. Havia falecido em Itaboraí [...] o velho jornalista Hermeto Junior.” O *Fluminense* também divulgou o falecimento desse jornalista, publicando que “o extinto era muito relacionado e estimado e na direção do seu jornal foi sempre um esforçado batalhador na defesa dos interesses da coletividade e pelo progresso do município.” Diversos outros jornais também divulgaram o seu falecimento, como *O Paiz*, *A Noite*, entre outros.⁵²⁷

Embora fosse uma prática corriqueira apresentar - nas notícias de jornais desse período - palavras generosas e afetuosas de uma pessoa falecida, de modo geral, em relação a Hermeto Júnior, esses periódicos publicizaram informações com características próximas, destacando o seu prestígio (dentro e fora de Itaboraí) como resultante de sua atuação na imprensa periódica, na medida em que este utilizou (assim como seu pai) seus jornais como um recurso publicizador de ações em prol do progresso do município e do auxílio aos mais necessitados, conforme divulgaram os jornais acima citados.

Através da análise da biografia dos dois Hermetos, foi possível constatar que ambos eram tipógrafos⁵²⁸ (atuaram como compositores e impressores) e jornalistas. Eles iniciaram estes ofícios com pouca idade, ainda que Hermeto Júnior tenha sido mais precoce. Através da leitura de seus impressos, foi observado que eles se revezavam na condução dos jornais,

⁵²⁷ Ibidem; Morreu, ontem, um velho jornalista fluminense. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, n. 568, p. 4, 29 mai. 1930. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_114. Acesso em: 25 ago. 2021; Falecimento em Itaboraí; **O Fluminense**. Niterói, n. 14468, p. 1, 29 mai. 1930. Disponível em: https://cutt.ly/hemeroteca_115; O falecimento do nosso Director. **O Itaborahyense**. Op. Cit.

⁵²⁸ Tipógrafo era o proprietário de tipografia; aquele que trabalha em tipografia, especialmente o compositor manual ou o paginador; o que imprime ou o que trabalha em compositora mecânica. SILVA, Adalberto Prado (org.). **Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos – Ilustrado**. 3. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969, p. 375.

situação ocasionada geralmente quando um deles assumia algum cargo público ou passava a realizar outro trabalho. Essa alternância dos seus nomes como redatores chefes de seus periódicos demonstra o nível de dificuldade que era viver apenas com a renda das impressões realizadas na tipografia, situação verificada também na maioria dos periódicos locais produzidos no século XIX (e já analisados nesta pesquisa).⁵²⁹

A produção escrita e gráfica que os dois realizaram no município mostra que ambos eram intelectuais atuantes em prol de campanhas e temas que contribuíssem para (o que definiram como) a melhoria de Itaboraí e de seus moradores, o que acabou gerando conflitos com diversos vereadores da Câmara Municipal - sobretudo na Primeira República em diferentes momentos - e com autoridades que realizavam o trabalho de segurança pública no município, além de variadas sabotagens na distribuição e comercialização de seus jornais. As abordagens nos textos publicados em seus periódicos e suas ações no município intensificaram o debate público em Itaboraí.⁵³⁰

É relevante salientar que o termo intelectuais é utilizado nesta pesquisa por uma acepção mais ampla, assim como interpretou as historiadoras Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. Para essas pesquisadoras, intelectuais são

os homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. [Estes] sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.⁵³¹

Embora a presente pesquisa tenha como corte cronológico o período imperial, optou-se em citar também algumas das ações desses dois jornalistas (em caráter biográfico) desenvolvidas na Primeira República, junto àquelas realizadas no período monárquico, pois esta abordagem se revelou como uma valiosa ferramenta analítica para compreender a totalidade do envolvimento de ambos nas relações sociais, culturais e políticas na cidade. Logo, a leitura de toda produção periódica imprensa elaborada pelos Hermetos (entre os anos de 1886

⁵²⁹ Essas constatações foram obtidas através da leitura e da catalogação dos jornais O Social (1886-1890) e do Itaborahyense (1895-1930).

⁵³⁰ Ibidem.

⁵³¹ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, A.; HANSEN, P. (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10 (grifo meu).

a 1930) viabilizou verificar uma série de práticas, concepções, ações, intenções, negociações e contradições destes jornalistas.

Desse modo, foi observado que ambos possuíam uma preocupação em promover a preservação da memória local, seja através da divulgação de registros históricos locais (e de textos de escritores do período sobre a região), ou na publicização das ações que se envolviam. Esta concepção de preservação - presente em todo período da produção impressa desses jornalistas - esteve presente em suas ações tanto na prática de registrar, como no ato de arquivar o que foi produzido por eles e por pessoas que de alguma forma contribuíram com o envio de textos para serem publicados em seus jornais.⁵³²

A partir do início de 1888 (por exemplo), através da publicação do *Social*, esta prática era inclusive divulgada e assinalada para seus leitores no cabeçalho do jornal (“não se admitem testas de ferro, nem se devolvem originais”). Ainda que este recurso tenha sido utilizado como ferramenta política para provar, caso fosse necessário, quem escreveu o artigo publicado - e com isso se resguardar diante do anonimato e das possíveis consequências do conteúdo do texto -, esta cautela proporcionou uma contribuição para o arquivamento das informações discutidas de diversos períodos de suas produções.⁵³³

A realização de homenagens comemorativas a personalidades locais atreladas à produção do conhecimento representa uma das ações desses jornalistas para observar as suas concepções de preservação de memória e a contribuição que deram nesse sentido para a cidade. Isso porque tanto o registro das campanhas para conseguir fundos para realização de algumas dessas homenagens, como a divulgação da execução das ritualísticas simbólicas dos homenageados, organizadas (e acompanhadas) diretamente pelos Hermetos, mostram um esforço deles pelo reconhecimento e pela consagração desses personagens e o lugar que estes mereciam (na visão dos jornalistas) na História da cidade.

Como exemplo, destacam-se as campanhas organizadas pelos jornalistas para arrecadar recursos para construir o jazigo perpétuo de Joaquim Manoel de Macedo (em 1887)⁵³⁴ e a herma

⁵³² Ibidem.

⁵³³ **O Social**. Itaboraí, ano II, n. 13, p. 1, 1 jan. 1888.

⁵³⁴ Uma das ações publicadas por Hermeto Luiz da Costa com o objetivo de obter recursos foi divulgar esta iniciativa e compor a comissão que organizou a realização de um espetáculo (em formato de dramas) no Teatro Municipal. No mesmo dia também foi realizado (além da recitação de poesias) um “leilão de prendas”. O dinheiro arrecado dessa iniciativa e da venda dos ingressos do espetáculo foi direcionado “em benefício do levantamento do túmulo do Dr. Joaquim Manoel de Macedo”, conforme publicado em alguns números do jornal de Costa. **O Social**. Itaboraí, ano II, n. 32, p. 211, 1 jan. 1888; Ibidem, n. 33, p. 1-4, 4 jun. 1887. Esse jazigo (conhecido mais como túmulo) continua localizado no Cemitério de São João Batista de Itaboraí e consta como um bem tombado pela esfera municipal. **Decreto n. 122, de 30 de outubro de 1996**.

(busto) deste escritor (em 1921).⁵³⁵ Além disso, desenvolveram também campanhas para homenagear educadores da cidade, como a organizada para celebrar (em 1920) os quarenta anos de magistério da professora Paulina Porto. Nessa iniciativa, os Hermetos também se mobilizaram em prol da obtenção de recursos para custear as fotografias do dia, trabalho realizado pelo célebre fotógrafo Augusto Malta.⁵³⁶

A pedido de Hermeto Luiz da Costa, Malta esteve em Itaboraí e registrou todo o evento que homenageou essa professora, assim como também fotografou a edificação onde estava localizada a tipografia do jornal O Itaborahyense, os principais prédios da cidade existentes na época, os próprios Hermetos e alguns de seus apoiadores. Das atividades culturais registradas na cidade, Malta realizou fotografias dos componentes da Sociedade Musical Euterpe Itaborahyense. Esta iniciativa destes jornalistas em convidar um dos principais fotógrafos da época (do Estado do Rio de Janeiro) para ir a Itaboraí, demonstra (em parte) o nível da concepção de preservação de memória que possuíam e as contribuições que proporcionaram para a memória local, na medida em que este material representa um dos mais valiosos acervos iconográficos sobre a cidade. Em seguida é possível visualizar uma dessas fotografias que registram a procissão realizada, na Praça Marechal Floriano Peixoto, no dia da homenagem citada para a professora Paulina Porto.

⁵³⁵ Em março de 1921, Hermeto júnior foi citado como um dos integrantes da “comissão encarregada de angariar donativos e promover a ereção da herma do romancista.” Desse período até a inauguração da Herma de Macedo (realizada no dia 16 de outubro de mesmo ano), o jornal O Itaborahyense realizou diversas publicações noticiando o andamento das ações em prol da instalação do busto. Segundo o periódico, a inauguração contou com a presença de diversas autoridades, como o Presidente do Estado (Raul Veiga), representações diversas do Poder Público Municipal, de representantes das Academias Brasileira e Fluminense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico, do Colégio Pedro II, do Instituto Histórico Fluminense, representantes da imprensa e diversos admiradores do homenageado. A concretização da instalação da herma foi comemorada pelo jornal: “resgatamos assim uma dívida de honra e satisfeitos nos achamos por termos conseguido cumprir com o nosso dever.” **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano 27, n. 1302, p. 1, 6 mar. 1921; *Ibidem*, n. 1304, p. 1, 20 mar. 1921; *Ibidem*, n. 1307, p. 1, 17 abr. 1921; *Ibidem*, n. 1310, p. 1, 15 mai. 1921; *Ibidem*, n. 1312, p.1, 5 jun. 1921; *Ibidem*, n. 1325, p. 1, 23 out. 1921. A Herma de Macedo continua, desde sua inauguração, localizada na Praça Marechal Floriano Peixoto e está tombada pela esfera municipal. **Decreto n. 122, de 30 de outubro de 1996**. O registro iconográfico do dia da inauguração da Herma de Macedo pode ser visualizado no **ANEXO P: Inauguração da Herma de Joaquim Manoel de Macedo (1921)**.

⁵³⁶ PROFESSORA Paulina Porto. **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano 26, n. 1273, p. 1, 11 jul. 1920; PROFESSORA Paulina Porto. **O Itaborahyense**, Itaboraí, Ano 26, n. 1276, domingo, p. 1, 01 ago. 1920. HONRA ao Mérito. **O Itaborahyense**, Itaboraí, Ano 26, n. 1277, domingo, p. 1, 08 ago. 1920. Para saber mais sobre a professora Paulina Porto ver: SILVA, Regina Coeli Alcantara. **Processos de escolarização em Itaboraí...** Op. Cit.

Figura 16 - Procissão realizada na praça em homenagem a Paulina Porto (1920)



Fonte: Centro de Memória Fluminense - UFF

Pela leitura das diversas publicações referentes às ações que os Hermetos participaram, foi possível perceber que ao divulgarem suas movimentações na organização e atuação das homenagens de variados personagens de Itaboraí, eles conseqüentemente também projetavam seus nomes e se inseriam em um protagonismo que ia para além da imprensa periódica da cidade, tonando-se, dessa forma, parte integrante da própria História Local. A projeção dos próprios nomes, sendo intencional ou não, contribuiu para uma visibilidade representativa desses jornalistas na esfera local e regional, sendo esta consagração uma valiosa forma para obter respeito e credibilidade dos moradores de Itaboraí (e de regiões próximas) pelas suas atuações na imprensa e na cidade. Assim, na relação entre imprensa periódica e política, a conquista desse prestígio proporcionava um peso significativo de seus posicionamentos na opinião pública, tornando seus impressos uma das principais arenas públicas de disputa na região, visto que a posição de destaque que alcançaram era interpretada como algo necessário a ser combatido pelos indivíduos contrários as suas ideias.

Em relação à divulgação das questões no plano social, que envolviam diretamente os moradores que residiam na vila, há uma postura desses jornalistas que inova a abordagem temática da imprensa periódica de Itaboraí. Trata-se do caráter de denúncia social e do tratamento dado à população negra da cidade. Inicialmente, no Império, há uma postura em seus jornais em abordar a população negra de Itaboraí por uma perspectiva social, defendendo

a extinção da escravidão. Ao mesmo tempo, enfatizaram em suas publicações diversas possibilidades de inserção social dos libertos e a importância de empregá-los como mão de obra assalariada na região. Posteriormente, na Primeira República, os jornalistas desenvolveram diversas campanhas sociais que objetivavam atender a parcela da população mais humilde da cidade. Com isso, em diferentes momentos, realizaram variados questionamentos à Câmara Municipal, cobrando medidas para que esta representação política atendesse às demandas populares apresentadas em seus impressos.⁵³⁷

Além disso, eles realizaram diversas denúncias de violências praticadas pelas autoridades policiais locais contra a população negra (sobretudo espancamento), assim como de diversos assassinatos que essa mesma população sofreu por diversos outros crimes (casas queimadas, morte por facadas, linchamentos etc). As denúncias eram acompanhadas por uma expressiva cobrança dos jornalistas às autoridades para que esses crimes fossem interrompidos e para que as punições fossem aplicadas. Através dos diversos questionamentos publicados em seus jornais foi possível observar que a violência, o descaso e a impunidade foram características marcantes no final do Império e durante quase toda Primeira República em Itaboraí. Além dessas ações, os Hermetos também atuaram em campanhas pela construção de hospitais e escolas na cidade.⁵³⁸

No plano cultural, esses jornalistas (e seus colaboradores) atuaram na divulgação de diversas festas religiosas e cívicas, excetuando as comemorações da Proclamação da República, que foram praticamente silenciadas em seus escritos. Nas festividades que representavam a memória das ações realizadas pela Monarquia, tinham o envolvimento direto desses indivíduos na organização desses eventos, como os festejos do 13 de Maio. Todas essas festas eram realizadas com a presença de sociedades musicais, tendo como destaque a Sociedade Musical Euterpe Itaborahyense, que tinha a atuação direta de Hermeto Luiz da Costa em suas ações e apresentações. Além disso, esses jornalistas divulgaram e participaram da criação e do funcionamento de Clubes recreativos na cidade, como os Clubes Carnavalescos e os de palestras literárias.⁵³⁹

No aspecto político, verificou-se que os dois Hermetos tiveram uma relação com a Câmara Municipal caracterizada por alguns momentos de proximidades – sobretudo quando algum aliado deles (geralmente colaboradores de seus jornais) se tornava vereador – e por

⁵³⁷ Essas constatações foram obtidas através da leitura e catalogação dos jornais O Social (1886-1890) e do Itaborahyense (1895-1930).

⁵³⁸ Ibidem.

⁵³⁹ Ibidem.

muitos momentos de conflitos (independentemente de ter algum vereador aliado ou não exercendo um mandato). A publicização de demandas populares em níveis sociais e de pautas referentes a melhoria das estruturas da cidade se tornaram (na maioria das vezes) o estopim e o combustível dos diversos embates que realizaram durante toda a produção que desenvolveram na imprensa periódica de Itaboraí. No âmbito da Monarquia realizaram variadas defesas das ações do Governo Central e Provincial e no contexto republicano direcionaram suas discussões políticas mais para a esfera local, ampliando a abordagem referente as ações do Estado no início do século XX na região.⁵⁴⁰

É relevante salientar que embora ambos fossem integrantes da Maçonaria e ainda que alguns aspectos da imprensa maçônica oitocentista estivessem presentes em suas publicações - como a ideia de modernização, progresso e civilidade – este estudo optou em não focar nessa perspectiva, na medida em que seus impressos apresentaram características muito mais amplas e com atuações de indivíduos de diferentes concepções e crenças, não se resumindo, dessa maneira, a uma proposta exclusivamente (e prioritariamente) maçônica. Além disso, os posicionamentos políticos realizados por esses jornalistas foram explicitados como posições pessoais e individuais de cada um e não como uma representação pública da Maçonaria em Itaboraí, pois como pontuou a historiadora Lúcia Bastos Pereira das Neves, a Maçonaria

embora constituísse decisiva instância de sociabilidade para agentes do período articularem suas convicções, conservou concepções próprias, envoltas em ritos e símbolos específicos, resultantes de uma mentalidade insuficientemente secularizada e incapaz de conceber uma esfera pública de poder.⁵⁴¹

Diante da trajetória apresentada, inserida em um contexto de ações dos próprios jornalistas, constatou-se que embora os Hermetos não tenham alcançado uma formação de nível superior, o autodidatismo deles, a produção que geraram, as iniciativas realizadas e os diversos posicionamentos que tiveram, viabilizam caracterizá-los como intelectuais criadores e mediadores culturais, bem como atores do político, na medida em que eles estiveram engajados

⁵⁴⁰ Ibidem.

⁵⁴¹ NEVES, Lucia Bastos Pereira das. Maçonaria. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 507. Para saber mais sobre a imprensa periódica maçônica oitocentista ver: GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo Maçônico e Cultura Política na Corte Imperial brasileira (1871-1874)**. Dissertação de Mestrado. UFF: Niterói, 2019. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_uff2. Acesso em: 20 jan. 2022.

na vida da cidade, nos locais de produção e divulgação de conhecimento e na promoção de debates.⁵⁴²

Isso porque, como afirmaram Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, a compreensão do conceito de intelectuais mediadores e criadores não deve se pautar em “desvalorizações ou hierarquizações provenientes de preconceitos”.⁵⁴³ Desse modo, o fato de os Hermetos não terem alcançado o ensino superior não diminui suas atuações e contribuições para a produção e divulgação de conhecimento (através da imprensa periódica) e, portanto, não impede (ou diminui) deles serem caracterizados dessa forma.

Por fim, verificou-se que os periódicos produzidos por esses jornalistas representaram um espaço de fermentação intelectual e política em Itaboraí (e em regiões circunvizinhas), além de se tornarem um lugar de sociabilidade que agregou pessoas em torno de ideias e projetos coletivos, ou seja, esses impressos se tornaram um “ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum”, constatação semelhante a que o historiador Jean François Sirinelli realizou em sua análise de revistas impressas.⁵⁴⁴

5.2 – O Social: um jornal entre a Monarquia e a República

Esta etapa da pesquisa apresenta e analisa o jornal O Social como objeto de estudo. Para esse esforço, foram utilizadas como fontes primárias as suas menções publicadas no jornal Gazeta de Notícias e os impressos pertencentes ao Acervo Heitor Costa, como O Itaborahyense e, sobretudo, o próprio Social.

Assim, no dia 24 de setembro de 1886, A Gazeta de Notícias realizou uma publicação divulgando uma movimentação que alguns itaboraienses fizeram para lançar o jornal O Social. Segundo A Gazeta, “alguns moradores do município de Itaboraí formaram uma associação para publicarem um jornal hebdomadário, sob o título O Social. Será redator desta folha o Sr. Hermeto Luiz da Costa. O primeiro número deve sair no primeiro sábado do mês de outubro.”⁵⁴⁵

O fato do jornal O Social ter sido criado a partir da formação de uma associação - embora tenha o nome de Hermeto Luiz da Costa como pessoa de destaque (redator) -, demonstra que a

⁵⁴² GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005, p. 263.

⁵⁴³ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia. Op. Cit., p. 35.

⁵⁴⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: René Remond. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 240.

⁵⁴⁵ **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano XII, n. 266, p. 2, 24 set. 1886. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca116>. Acesso em: 22 jan. 2022.

sua criação e o seu funcionamento foram resultantes de ações coletivas de indivíduos com propósitos e ideias em comum, pois, como assinalou a pesquisadora Tania Regina de Luca, os jornais “não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.”⁵⁴⁶

Nesse sentido, através da leitura de todo o período do jornal *O Social*, foi possível verificar um quantitativo considerável de colaboradores, algo em torno de quarenta e três indivíduos que, em momentos diferentes, contribuíram com textos para serem publicados no periódico. Entre os colaboradores, destacaram-se com mais escritos os seguintes nomes: o músico Oscar A. da Silva, Joaquim Antonio Pientzenauer, Ataliba de Lara, Domingos Duarte dos Santos Junior, Filias Fogg e, com maior participação, os senhores Antonio Carlos Lamego, Lucio Tavora, o professor Ricardo Barboza, Henrique Marinho e Henrique Zamith. Estes dois últimos escreveram da Corte. Houve a contribuição também de uma mulher mencionada como A. d’ Oliveira Costa pelo jornal, que enviava escritos de Paris (França) para a redação do *Social*. Esses colaboradores escreveram textos de variados assuntos, como poesias, literatura, charadas, relatos de viagens em Itaboraí, lembranças de um passado ocorrido na vila, hábitos, entre outros diversos temas. Observou-se que os textos de conotação política foram escritos pelo próprio Hermeto ou por outras pessoas que não contribuíam diretamente com o jornal, geralmente em publicações pagas ou em seções livres.⁵⁴⁷

É pertinente considerar que embora a pretensão em lançar *O Social* no primeiro sábado de outubro tenha sido divulgada pelo *Gazeta de Notícias*, o seu lançamento acabou ocorrendo na primeira sexta-feira desse mês. Assim, sua primeira publicação foi realizada no dia 1 de outubro de 1886, como pode ser comprovado por diversas publicações que celebravam nessa data o seu aniversário de funcionamento, tanto pelo próprio *Social*, como por outros jornais.⁵⁴⁸

Contudo, posteriormente, seus números passaram a ser publicados aos sábados, tendo algumas raras exceções ocorrendo aos domingos. A periodicidade se manteve semanal durante todo o período de sua produção. Era, portanto, como mencionou *A Gazeta de Notícias*, um “jornal hebdomadário.” Sua dimensão era de 33x24 e seus impressos eram compostos por quatro páginas, tendo três colunas cada uma.⁵⁴⁹ Era um jornal caracterizado como in-folium -

⁵⁴⁶ LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. Op. Cit., p. 140.

⁵⁴⁷ Constatação realizada a partir da leitura de todos os impressos localizados do *Social* (1887-1890), ainda que boa parte dos nomes dos colaboradores tenham sido citados nos seguintes números: **O Social**. Itaboraí, ano I, n. 43, p. 2-3, 20 ago. 1887; *Ibidem*, ano II, n. 21, p. 2-3, 23 fev. 1888; *ibidem*, ano II, n. 27, p. 1 e 4, 11 abr. 1888; *Ibidem*, ano III, n. 12, p.1, 22 dez. 1888.

⁵⁴⁸ **O Social**. Itaboraí, ano III, n. 1, p. 2, 6 out. 1888; **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano 22, n. 1084, p. 1, 1 out. 1916.

⁵⁴⁹ **O Social**. Itaboraí, ano I, n. 14, p. 1, 8 jan. 1887; **Gazeta de Notícias**. Op. Cit., p. 2, 24 set. 1886.

assim como a grande maioria dos periódicos locais impressos no século XIX -, ou seja, de formato pequeno, pois utilizava apenas a metade da folha de papel da época para imprimir uma página.

Essa estrutura do jornal era semelhante a de alguns periódicos impressos na década de 1860, como O Itaborahyense, periódico de propriedade de José Anselmo de Oliveira Tavares. Embora O Social não tenha apresentado modificações significativas em sua materialidade, quando comparada com os impressos anteriores, o seu diferencial para a História da imprensa periódica de Itaboraí se dá nos temas (e na abordagem) que as matérias passaram a ser discutidas na imprensa local e regional. É relevante considerar que apesar de ter ocorrido, no decorrer dos Oitocentos, diversas modificações nas discussões que predominaram na opinião pública itaboraiense, foi apenas a partir do Social que temas antes ignorados (como o questionamento à escravidão) passaram a ser publicados e com isso se tornaram pauta das discussões locais no cotidiano dos moradores da cidade e das regiões circunvizinhas. Assim, os trabalhos de Hermeto Luiz da Costa, e posteriormente de seu filho, se tornaram um marco diferenciador nos conteúdos das matérias da imprensa local e, logo, um divisor na opinião pública itaboraiense.

Poucas foram as vezes em que não ocorreram publicações em uma semana, o que demonstra um bom nível de organização na produção do periódico, na medida em que na época o cotidiano das impressões dos jornais era acompanhado de muita dificuldade para sua realização, visto que problemas ocorriam com frequência em diferentes fases da elaboração de um impresso. Essa situação era existente na grande maioria dos jornais impressos no decorrer do século XIX, sobretudo aqueles produzidos fora dos centros políticos econômicos do país, como foi o caso das folhas impressas em Itaboraí.⁵⁵⁰

Isso porque a manutenção da periodicidade de um impresso estava condicionada a vários fatores, como o acesso contínuo da matéria-prima utilizada (papel e tinta), a realização (rotineira) de consertos no equipamento gráfico, a permanência de um profissional (ou de profissionais) para realizar o meticuloso trabalho de composição dos textos e da impressão de seus números, além da importância em despertar (no âmbito público) o interesse de leitores de variadas regiões para conseguir comercializar seus exemplares (e para manter essa negociação). Por fim, era essencial garantir meios para manter a agilidade na distribuição, algo que, quando enviado para outras regiões, passava a depender também da qualidade dos serviços dos Correios.

⁵⁵⁰ A ordem sequenciada dos números impressos localizados (e suas datas), junto com a verificação das datas em um calendário perpétuo do século XIX, viabilizou realizar essa confirmação.

Portanto, diante de tantos possíveis problemas que poderiam ocorrer no decorrer da elaboração de um periódico, o fato do jornal O Social ter tido apenas algumas interrupções demonstra o bom nível de organização criado por seus idealizadores. Alguns fatores são prováveis para que isso tenha ocorrido, destacando-se a situação do periódico ter sido criado por uma associação - o que provavelmente viabilizou ter mais pessoas atuando na estrutura de produção -, ter tido tipografia própria e pelo trabalho de composição e impressão ter sido realizado pelo próprio redator, o Hermeto Luiz da Costa.

A troca de jornais através da prática da permuta com outras regiões (realizada com frequência por seu redator) contribuiu para divulgar o nome do periódico, sua representatividade na região enquanto espaço público de debates (na esfera local e regional), na propagação das ideias políticas defendidas pelo jornal e na obtenção de fatos de destaques de outras localidades. Nos exemplares localizados no Acervo Heitor Costa, foi possível verificar a divulgação das “visitas” (expressão usada na época para publicizar o recebimento de jornais) de 41 periódicos. Destes, o redator do Social correspondeu a permuta de 18 jornais. Esse quantitativo, tanto de recebimento como da correspondência da permuta, muito provavelmente deve ter sido maior, visto que não foi localizado nenhum número de 1886 e falta a grande maioria dos impressos de 1890.⁵⁵¹

O Social recebeu periódicos de diversas províncias, contudo optou em corresponder a permuta dos impressos de São Paulo, Minas Gerais e de diversas vilas da Província do Rio de Janeiro, como Resende, Macaé, Vassouras, Santa Maria Madalena e Nova Friburgo. Periódicos produzidos na Corte Imperial foram os mais permutados, na medida em que esta região representava o principal espaço político do país no período e, logo, o local de maior interesse de obtenção de informações a serem publicizadas. A leitura dos números do Social possibilitou constatar que os acontecimentos noticiados nos jornais da Corte foram utilizados para endossar, primeiramente, a cultura política abolicionista do jornal e, posteriormente (e aos poucos), os valores monarquistas. Foi verificado que a permutação também foi realizada com um jornal impresso na França, o Jusmin. Essas trocas de periódicos com diferentes regiões, ao projetar o nome do jornal O Social, contribuiu, conseqüentemente, para o aumento dos espaços de circulação de seus exemplares e para a ampliação de suas vendas.⁵⁵²

⁵⁵¹ Constatação realizada a partir da leitura de todos os impressos localizados do Social (1887-1890). Sobre a prática da permuta ver Tópico 4.2.

⁵⁵² Ibidem. Para conhecer os jornais recebidos e trocados pelo redator do Social e as suas regiões de origem, ver: **ANEXO Q – Periódicos recebidos e permutados pelo jornal O Social (1887-1889)**. Esse anexo também apresenta as informações que foram publicadas no Social, quando este mencionava os jornais recebidos e trocados. Essa abordagem foi realizada para contribuir com pesquisas de outras regiões sobre a imprensa periódica.

Em relação a sua comercialização, foi observada a realização de práticas diversas de venda, pois enquanto *O Social*, em 1887, publicava em seu cabeçalho apenas a venda de assinaturas anuais (pelo valor de 10\$000 réis), a partir do primeiro número de 1888 o periódico divulgou diversas formas de negociação, pois a pessoa interessada poderia obter o jornal de forma avulsa - vendido (por 100 réis cada número) na própria tipografia – ou através de assinaturas pagas adiantadas “sem selo” - pelos valores de 6\$000 por ano e 3\$500 por semestre - e “com selo”, através do pagamento da quantia de 7\$000 por ano e 4\$000 por semestre. “Sem selo” era mais barato, pois os exemplares do jornal eram pegos na própria tipografia ou entregues nas localidades do município próximas à área de impressão do periódico, seja por um distribuidor do próprio jornal ou por outra pessoa que fizesse a entrega (como um padeiro). Já “com selo” era mais caro, visto que eram as assinaturas de pessoas de outras regiões e, portanto, era necessário custear o envio desses jornais, visto que eram encaminhados pelos Correios, por isso os termos de venda com “selo” e sem “selo”, como pode ser observado na Figura 17.⁵⁵³

Nota-se, portanto, que o jornal apresentou uma expressiva preocupação em ampliar sua comercialização (e, logo, sua circulação), pois barateou o valor das assinaturas anuais de 10\$000 para 6\$000 e diversificou as formas de negociação para sua aquisição. É relevante considerar que em contextos de intensa disputa política (como ocorreu nos anos de 1888 e 1889), o ato de um jornal ampliar a comercialização para diferentes regiões representava um ganho para além da obtenção de recursos, visto que também gerava uma propagação de suas ideias e, logo, de seus posicionamentos políticos. Com isso, a representatividade local enquanto principal espaço do debate público - das temáticas em disputa no período - se fortalecia também na interpretação de quem vivia fora da vila, o que reforçava ainda mais a percepção coletiva sobre o jornal ser o principal meio de publicização das discussões políticas em Itaboraí.

Na imagem seguinte é possível visualizar o termo “Corte” escrito à mão (no canto superior direito da imagem), sendo esse um exemplo da prática de enviar jornais para fora de Itaboraí. Essa iniciativa era realizada tanto pela venda de seus exemplares, como também pela permutação com outros periódicos.

⁵⁵³ *O Social*. Itaboraí, ano I, n. 14, p. 1, 8 jan. 1887; *Ibidem*, ano II, n. 13, p.1, 1 jan. 1888.

referência ao redator do próprio jornal, tornando a menção de seu nome mais objetiva na composição das palavras.⁵⁵⁴

Verificou-se que inicialmente a menção do endereço dessa tipografia fazia referência à “Praça General Osório”, sendo alterada, no contexto pós proclamação da República, para “Praça Generalíssimo Deodoro da Fonseca”. Cabe ressaltar que não se trata de mudança de localização da tipografia, mas sim de uma alteração do nome da praça realizada como consequência das alterações políticas no país. Essa alteração representa uma prática política realizada pelas autoridades locais como forma de demonstrar publicamente o seu alinhamento com o regime político vigente e com seus principais representantes. Portanto, dar os nomes de personagens notórios de um tempo em curso a uma praça, através de uma ritualística em caráter de homenagem, representou um recurso político utilizado por uma parcela das autoridades de Itaboraí desse período.⁵⁵⁵

Dessa maneira, é relevante para pesquisa (e para História Local) explicitar mais informações do local. Essa praça representa um dos núcleos iniciais de povoamento de Itaboraí. As edificações construídas nesse espaço acompanharam o desenvolvimento da estrutura político-administrativa do município, sendo precedidas pelas construções religiosas, como a Igreja de São João Batista (1627-1782). De principal espaço de circulação dos moradores desde a época em que a região ainda era uma freguesia, tornou-se a sede política-administrativa da Vila, em 1833, quando Itaboraí se emancipou da Vila de Santo Antonio de Sá.⁵⁵⁶

Conhecida durante boa parte do século XIX como “Largo da Matriz”, a praça teve sua nomenclatura modificada, no início da década de 1870, para “Praça General Osório”, sendo este um militar monarquista que ganhou mais notoriedade com a Guerra do Paraguai. Posteriormente, em 1890 - no contexto republicano -, sua nomenclatura foi novamente alterada para “Praça Generalíssimo Deodoro da Fonseca” e, em 1892, para “Praça Marechal Floriano Peixoto”, permanecendo com esta denominação até os dias atuais.⁵⁵⁷

Nota-se que as homenagens e, logo, as tentativas de alinhamento político foram realizadas tanto no enaltecimento do nome de um personagem militar de destaque da Monarquia (Manuel Luís Osório), assim como de dois presidentes militares da República (Manuel Deodoro

⁵⁵⁴ **O Social**. Itaboraí, ano II, n. 13, p.1, 1 jan. 1888.

⁵⁵⁵ *Ibidem*, p. 4; *ibidem*, ano V, n. 48, p. 4, 9 nov. 1890.

⁵⁵⁶ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. (Monsenhor Pizarro) **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da arte sacra fluminense. 1753 – 1830**. Vol. II. RJ. INEPAC. 2009, pp. 223-245; *Idem*. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. RJ. Edição original, Imprensa Régia. Livro II. 1820, pp. 199-209. BRASIL. Decreto de 15 de janeiro de 1833. Op. Cit.

⁵⁵⁷ Constatação realizada pela leitura do Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro entre os períodos de 1850-1885 e 1891-1893; VAINFAS, Ronaldo. Manuel Luís Osório. In: _____ (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 515-516.

da Fonseca e Floriano Vieira Peixoto) e isso em um intervalo de tempo relativamente curto, o que demonstra o clima de instabilidade e incerteza política na percepção das representações políticas locais do período. Como pode ser observado, as homenagens eram realizadas pela forma como esses personagens eram conhecidos no período do ato realizado, tendo a menção da patente militar máxima - que cada um possuía naquele momento – como a primeira expressão da nomenclatura da praça. Prática que além de prestigiar o personagem escolhido, buscava enaltecer a representatividade do exército.

Essas ações ocorriam nesse espaço pelo fato dessa praça ser o principal local de reunião onde boa parte dos itaboraienses se encontravam, sobretudo aqueles que de alguma forma atuavam na esfera política local e regional. Além do acesso à estrutura política-administrativa da vila, os moradores iam na praça por diferentes finalidades, seja por fins econômicos ou para o acesso de atividades religiosas e outras práticas culturais, realizando, dessa maneira, diversas práticas sociais.

Isso se explica pelo fato de que a partir do final da década de 1840 (e até o final da Primeira República), a praça era composta, principalmente, pela casa da Câmara Municipal e Cadeia, pelo Teatro, pela Igreja Matriz de São Batista, pela Casa do Comércio e por diversas edificações residenciais e algumas outras comerciais. Era, portanto, o principal espaço público de Itaboraí (e continua sendo), onde as tomadas de decisões na esfera municipal eram realizadas (parte delas ainda são) e onde movimentações diversas ocorriam, sejam elas comerciais, culturais ou sociais. Logo, essa praça era o principal espaço representativo de Itaboraí, um local privilegiado de práticas políticas e de ressignificações das ações e intenções dos agentes sociais e políticos que atuavam na vila. Era (e ainda é) um ambiente de intensas disputas políticas realizadas em diferentes contextos, seja pelo debate público aberto ou por práticas simbólicas em caráter de homenagem, como as nomeações (já citadas) de personagens consagrados na política nacional.⁵⁵⁸

A menção dessa região como endereço de diversas tipografias que existiram na vila, mostra que os tipógrafos de diferentes jornais locais - produzidos no decorrer do século XIX - provavelmente sabiam da dimensão do retorno informativo que teriam em alojar suas instalações gráficas nessa praça, pois afinal, trata-se do principal espaço público local, onde as tomadas de decisões políticas eram realizadas e onde as manifestações públicas (individuais e coletivas) de caráter político, cultural e social ocorriam com maior dinamismo. Cabe considerar, que desde o contexto do surgimento da imprensa periódica em Itaboraí (ocorrido em 1832), a

⁵⁵⁸ Sobre as construções citadas ver: MACEDO, Joaquim Manuel de. S. João de Itaborahy. **Ostensor Brasileiro**. Op. Cit., p. 180.

vila possuía outros núcleos urbanos, como em Itambi, Porto das Caixas e Rio Bonito (emancipado em 1846) e que durante o século XIX - e o decorrer da Primeira República - a praça continuou sendo o principal local de instalação de tipografias em Itaboraí.⁵⁵⁹

É relevante destacar que, nas décadas de 1850 e de 1860, a Freguesia de Porto das Caixas também teve a presença de tipografias e uma produção expressiva de jornais, situação ocasionada, sobretudo, pelo dinamismo econômico que sua condição de entreposto comercial proporcionou. Mesmo assim, a praça continuava sendo um local cobiçado para a instalação de tipografias, o que reforça a constatação de que esse local foi um espaço que proporcionou uma comunicabilidade considerável para os redatores de jornais da vila.

Em tempos atuais, a Praça Marechal Floriano Peixoto se tornou o Centro Histórico de Itaboraí, na medida em que seu espaço reúne boa parte das edificações – construídas no período colonial e em sua maioria no Império – tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), como pode ser observado na Figura 18.⁵⁶⁰

Essas construções, somadas a todas as diversas performances, práticas, ações, ressignificações e às variadas simbologias que o debate público gerado pelas culturas políticas em disputa (de diferentes períodos) realizaram nesse espaço, viabilizam afirmar que essa praça é um dos principais “locais de memória” da cidade. Sobre esse conceito, o pesquisador Pierre Nora explicou que

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ comum. [...] Lugar de memória, [é] então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.⁵⁶¹

⁵⁵⁹ Sobre o contexto do surgimento da imprensa periódica de Itaboraí ver: Capítulo II.

⁵⁶⁰ As edificações localizadas na Praça Marechal Floriano Peixoto que foram tombadas pelo IPHAN são o prédio da Prefeitura Municipal de Itaboraí (1964) e a Igreja Matriz de São João Batista (1970). Já o INEPAC tombou a Câmara Municipal (1979). Nesse mesmo espaço, há também a presença de diversas outras construções que foram tombadas pela esfera municipal. Para saber mais ver: CONDURU, Roberto; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; GONÇALVES, Márcia de Almeida; REZNIK, Luís. **Patrimônio Cultural no Leste Fluminense: História e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá**. Rio de Janeiro: EdUERJ; PETROBRAS, 2013, p. 55-187; CABRAL, Carlos. **Itaboraí e suas histórias: conheça, valorize e divulgue**. 8º Simpósio de Educação de Itaboraí. 2010.

⁵⁶¹ NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, v. 2, p. 2226 apud GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. *Historiae*, v.3, p. 27-46, 2012, p.34. (grigo meu). Disponível em: https://cutt.ly/artigo_furg. Acesso em: 25 jan. 2022.

Figura 18 – Vista aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto (década de 1960)



Fonte: Acervo do IPHAN⁵⁶²

Em relação aos recursos financeiros obtidos pelo jornal, eles eram conseguidos, principalmente, através da comercialização de seus números e pela venda de trabalhos gráficos produzidos na própria tipografia (como “cartas para convite de enterro”) e de objetos de entretenimento, como uma mesa de “bilhar”. Além disso, algumas seções publicadas no periódico também eram pagas, sejam aquelas custeadas pelas autoridades locais (como Foro de Itaboraí e Edital) ou por leitores assinantes (ou não) que publicavam seus textos na seção A pedidos.⁵⁶³ Sobre esta última seção, o historiador Humberto Fernandes Machado esclareceu que

nessas matérias, os interessados podiam escrever, mediante pagamento, sobre diversos assuntos. Era comum o aproveitamento desses espaços para ataques pessoais aos desafetos, inclusive de caráter calunioso. Além da questão financeira, ressaltamos que essa seção atendia, no fundo, às conveniências do jornal, pois não seria de bom alvitre disseminar, nas suas próprias páginas, opiniões contrárias à linha editorial e aos interesses dos seus proprietários.⁵⁶⁴

Sobre as informações, elas eram conseguidas através do envio de cartas de colaboradores residentes na Corte Imperial, de mensagens encaminhadas pelo telégrafo, de

⁵⁶² Agradeço ao amigo e jornalista William Mendonça por me conceder essa imagem.

⁵⁶³ Constatação realizada a partir da leitura de todos os impressos localizados do Social (1887-1890).

⁵⁶⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 143.

textos de leitores para serem publicados, do contato pessoal que os tipógrafos tinham com todo aquele que ia na tipografia realizar algum tipo de negociação, do recebimento de jornais de outras regiões como resultantes da prática de permutação (o que viabilizou a publicação de extratos de outros jornais) e, por fim, do acesso direto que o redator e seus colaboradores tinham no principal espaço público e de maior movimentação da vila, a praça.⁵⁶⁵

A análise dos quatro anos do jornal *O Social*, lidos pela ordem cronológica de suas impressões, possibilitou conhecer que esse periódico divulgou diversas seções em seu tempo de funcionamento. Embora algumas seções tenham se mantido em todo o seu tempo de impressão, muitas foram publicadas apenas algumas vezes.

As seções publicadas com mais frequência foram o Editorial (posicionamento do jornal sobre um tema), o Noticiário (onde diversas notícias locais de caráter social e cultural eram divulgadas), Literatura (publicação de contos), Folhetim (reprodução e tradução de obras de variadas áreas divulgadas de forma contínua em diversos números), Editais (publicização paga de determinações legais de autoridades locais), Seção Livre (uma espécie de correspondência que apresentava vários assuntos para o debate e com diversas vertentes políticas), A Pedidos (textos pagos para divulgar o óbito de alguém, dívidas pendentes ou críticas mais contundentes sobre um determinado tema), Câmara Municipal (publicação de suas sessões), Charadas biográficas, Seções Poéticas, Sonetos e, por fim, Anúncios (espaço onde a propaganda era comercializada). Nesta última seção, os assinantes usufruíam do benefício em publicar gratuitamente um texto com até “10 linhas”, recurso utilizado pelo redator para atrair mais assinantes.⁵⁶⁶

Muitas foram as seções publicadas esporadicamente, entre elas, destacam-se as Cartas da Corte (informações sobre episódios ocorridos na Corte Imperial), o Logogrifo (uma espécie de jogo de adivinhação), Foro de Itaboraí (divulgação das audiências com as autoridades locais), Variedades (divulgação de curiosidades atreladas a lendas), Declaração (manifestações de afeto para uma pessoa publicada de forma anônima), Seção Municipal (parte do jornal que divulgava os expedientes e requerimentos tomados por diversas autoridades locais quando se reuniam) e Última Hora (notícias de caráter geral que ocorriam um pouco antes da publicação de um exemplar).⁵⁶⁷

As especificidades de todas essas seções mostram que o jornal *O Social*, além de estimular o debate público entre as diferentes culturas políticas em disputa no período de sua

⁵⁶⁵ Constatação realizada a partir da leitura de todos os impressos localizados do *Social* (1887-1890).

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ *Ibidem*.

publicação, também realizou o ato de informar os leitores sobre os principais acontecimentos que ocorriam em Itaboraí (principalmente), na Corte Imperial e em algumas vilas próximas, como Cachoeiras de Macacu, Maricá e, principalmente, Rio Bonito. Assim, embora o debate político tenha sido uma de suas principais características - ainda que realizado de forma sutil em alguns momentos e intensamente em outros -, a prática de informar os leitores sobre fatos ocorridos também foi marcante em suas publicações.

Sobre os elementos visuais publicados no jornal, constatou-se que esse recurso não foi utilizado com muita frequência. Quando usado, restringiu-se na ilustração da divulgação de algumas sessões da Câmara Municipal, no agradecimento às pessoas que acompanharam cortejos fúnebres de familiares, na publicização de histórias locais atreladas à ferrovia (com conotações de nostalgia) e em anúncios de vendas de propriedades, caixões e mesa de bilhar, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 19 – Colagem de ilustrações do jornal O Social (1886-1890)



Fonte: O Social (1886-1890 – Adaptado)

Essas imagens expressam hábitos e costumes existentes no cotidiano das pessoas que viveram na vila na década de 1880 e que foram captadas pela subjetividade do tipógrafo que realizava a composição do periódico (Hermeto Luiz da Costa).⁵⁶⁸ A comparação dessas ilustrações com outros jornais locais de períodos anteriores, como o periódico *A Civilização* por exemplo (lançado em 1850), mostra que *O Social* apresentava esse recurso gráfico de forma mais modesta, seja pela sua pouca variação dos tipos móveis de ilustração ou pela baixa frequência de seu uso.

Nos anos de 1886 e 1887, *O Social* divulgava em seu cabeçalho o subtítulo de ser um “jornal literário, agrícola, comercial e noticioso”. Conforme as discussões em torno das transformações políticas (e sociais) em curso no país aumentavam (como a abolição e o aumento da atuação política dos republicanos), os embates cresciam em suas páginas e a proposta do jornal anunciada no subtítulo se alterou. Assim, no primeiro número de 1888, *O Social* passou a explicitar que era um “Semanário noticioso e recreativo”, sendo o primeiro jornal de Itaboraí com uma proposta cultural explícita em seu cabeçalho. Após a proclamação da República, *O Social* alterou seu subtítulo novamente e passou a ser um “Semanário imparcial.”⁵⁶⁹

Pela leitura dos quatro anos de publicação dessa folha, foi possível observar que - apesar do título *O Social* ser consideravelmente sugestivo, diante das discussões em curso sobre a escravidão - o seu redator utilizou (em diferentes momentos) de uma “retórica da neutralidade”, seja para estimular inicialmente o debate público (e com isso obter mais assinantes de variadas vertentes políticas) ou como um ato de recuo para manter a sobrevivência do jornal (e dele mesmo), na medida em que este impresso publicou no editorial de alguns de seus números – principalmente nos contextos de maiores tensões - posicionamentos favoráveis às ações da Monarquia (sobretudo a abolição) e a defesa da continuidade desse regime, o que fez gerar reações em caráter de intimidações e de possíveis usos de violência física contra, sobretudo, o proprietário do jornal. Diante desse contexto, o uso de menções como *O Social* “continua a trilhar o caminho que até hoje tem trilhado no campo da neutralidade” foi comum no período do imediato pós abolição.⁵⁷⁰

Para exemplificar esse quadro de conflitos políticos, vale citar que (em agosto de 1888) *O Social* noticiou (em tom de ironia) que recebeu “cartas amistosas” sobre o conteúdo publicado

⁵⁶⁸ **O Social**. Itaboraí, ano I, n. 33, p. 4, 4 jun. 1887; *ibidem*, ano I, n. 40, p. 4, 30 jul. 1887; *ibidem*, ano III, n. 2, p. 4, 13 out. 1888; *ibidem*, ano III, n. 12, p. 1, 22 dez. 1888; *ibidem*, ano III, n. 35, p. 3, 15 jun. 1889; *ibidem*, ano III, n. 42, p. 2, 3 ago. 1889.

⁵⁶⁹ **O Social**..., 8 jan. 1887. *Op Cit*; *ibidem*... 1 jan. 1888. *Op. Cit*; *ibidem*, 9 nov. 1890. *Op. Cit*.

⁵⁷⁰ **O Social**... 6 out. 1888. *Op Cit*.

em seus números. Apesar da sutileza, através da leitura da matéria fica evidente que as informações dessa carta se tratavam de uma ameaça de morte encaminhada à redação do jornal, situação ocasionada, principalmente, pela defesa da abolição e da Monarquia realizada pelo periódico. Pela sequência das publicações, fica explícito que após a extinção definitiva da escravidão (ocorrida no dia 13 de maio de 1888) os ânimos se exaltaram e as intimidações contra Hermeto Luiz da Costa e seus colaboradores aumentaram. No intuito de contornar a situação - e diante do perigo real - foi divulgado que ficou decidido por “deliberação tomada por alguns de nossos amigos” que o conteúdo da carta não seria publicado, optando apenas em responder que foi “verídica a comunicação” e que “por ora mantemos a nossa imparcialidade”.⁵⁷¹

A divulgação dessa situação - embora sem detalhar a ameaça e com o intuito inicial de explicitar publicamente esse quadro de violência e com isso impedir que o pior ocorresse - pode ter contribuído para intensificar um ambiente de medo nas pessoas próximas do jornal (mas não diretamente envolvida em sua produção), na medida em que nesse período a queda do número de assinantes passou a ser mais divulgada pelo jornal.⁵⁷²

Embora a tática adotada por Hermeto Luiz da Costa e de seus colaboradores tenha obtido êxito na preservação física dos mesmos, o uso da “retórica da neutralidade” divulgada no contexto republicano (principalmente) e expressada em seu subtítulo (“Semanário imparcial”) não foi suficiente para continuar resistindo às pressões, na medida em que seu periódico encerrou suas publicações no último bimestre de 1890. Logo, os republicanos não esqueceram a cultura política divulgada pelo jornal no regime anterior e os diversos embates travados nesse impresso.

Portanto, a “retórica da neutralidade” era mais do que um discurso político, era uma ferramenta política utilizada pelos jornais para obter adesões de novos assinantes e, conseqüentemente, das ideias compartilhadas por um determinado periódico, assim como para viabilizar a conquista da legitimidade de um jornal enquanto um espaço representativo para se debater questões em disputa na opinião pública. Tal recurso também foi utilizado para evitar pressões (ou diminuir) e inviabilizar a ocorrência de violências com os indivíduos atuantes na produção de um periódico. Na década de 1880, conforme demonstrou o pesquisador Roger Anibal Lambert da Silva, essa retórica foi utilizada por diversos jornais, sobretudo por aqueles

⁵⁷¹ DA REDAÇÃO. *O Social*. Itaboraí, ano II, n. 45, p. 1-2, 18 ago. 1888.

⁵⁷² A partir do número 45 de 1888 em diante, textos anunciando o rompimento de envio de jornais por falta de pagamento - acompanhados de lamentações do redator pela queda de assinantes - se tornaram mais corriqueiros.

que, assim como O Social, não faziam oposição ao governo central e ao regime monárquico, como o Jornal do Commercio, segundo Silva.⁵⁷³

Como pode ser observado, essa retórica não foi utilizada na totalidade das publicações do Social, mas sim, e principalmente, no primeiro ano do jornal e no contexto posterior da proclamação da República, sobretudo em seu último ano de funcionamento. Além disso, esse recurso de escrita praticamente não foi usado nas publicações referentes à esfera local, restringindo-se (quando utilizado) nas questões mais gerais de cunho nacional e nas diferenças partidárias. Desse modo, o próximo tópico abordará alguns posicionamentos do jornal favoráveis à abolição e à Monarquia e o contexto da proclamação da República, abordagem que viabiliza expor (ainda mais) os posicionamentos políticos publicados no jornal O Social e as adaptações da discursiva que realizaram diante das hostilidades realizadas pelos republicanos.

5.3 – Os embates abolicionistas no Social

A década de 1880 foi um marco de intensas transformações na organização sociopolítica brasileira. Foi nesse período que a luta pela abolição (e o debate que se desenvolveu em torno desse tema) alcançou seu auge e, portanto, a legitimidade da propriedade escrava se enfraqueceu com mais expressividade. Defesas públicas das emancipações de escravizados e da própria abolição imediata da escravidão se intensificaram em diversas cidades do país.

Diversas legislações, atreladas ao projeto de emancipação gradual do Estado Imperial, foram utilizadas cada vez mais como ferramentas de reivindicações dos próprios escravizados. Como demonstrou Hebe Mattos, “a proibição de separação de famílias (1869), o direito ao pecúlio e à compra da alforria (1871) e a proibição do açoite (1886)” fizeram parte desse contexto de transformações que o Brasil passou no período. Os impactos e a dimensão na ordem legal estabelecida foram consideráveis, pois como argumentou Mattos,

de fato, a legislação golpeava de morte o pilar fundamental sobre qual se construía a legitimidade da dominação escravista, ou, melhor dizendo, a ascendência moral dos senhores sobre seus cativos, que combinava a pedagogia da violência e a capacidade de concessão de privilégios, associadas à figura senhorial. Se os privilégios (ou direitos pessoais) se tornavam universalmente direitos dos cativos, se a violência se tornava legalmente restrita, toda a “economia moral” da grande fazenda se desarticulava.⁵⁷⁴

⁵⁷³ SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em nome da ordem: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, ICHF, Departamento de História, Niterói, 2017, p. 83. Disponível em: https://cutt.ly/tese_uff2. Acesso em: 12 fev. 2022.

⁵⁷⁴ MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio...** Op. Cit., p. 169.

Dessa maneira, como pontuou a pesquisadora Joseli Nunes Mendonça, as instituições judiciárias foram “transformadas em arenas de luta política contra a escravidão”.⁵⁷⁵ O crescimento contínuo da politização da ação do cotidiano dos escravizados tendeu a crescer e a questionar em termos gerais o princípio da legitimidade da propriedade escrava, como ressaltou Hebe Mattos.⁵⁷⁶

O “Movimento abolicionista”, segundo Maria Helena Machado, viabilizou espaço para a participação de diferentes agentes sociais com projetos e ideias diversas em prol de um objetivo em comum: extinguir a escravidão no Brasil. Para a pesquisadora,

claro está que erigido enquanto movimento de frente ampla, o abolicionismo abriu espaços para abrigar tendências e atuações muito diversas. Dinâmica peculiar na qual a crescente participação do zé-povinho e a radicalização de certos matizes empurravam os setores mais conservadores ao abandono das estratégias gradualistas e emancipacionistas. Vistas em retrospecto, as ideias que circulavam, na década de 80, nos meios abolicionistas, desenham uma graduação de cores e matizes que, muitas vezes, tem servido para encobrir as diferenças do que ressaltá-las. De fato, as molduras ideológicas que continham o movimento abolicionista podiam ser tão variadas e imprecisas quanto o eram diferentes setores sociais que a ele aderiram.⁵⁷⁷

Soma-se a esse contexto a intensificação das revoltas, fugas, denúncias de maus tratos e do aumento de diversas outras reações contra os senhores. Tais ações caracterizaram parte da atuação realizada pelos próprios escravizados e se somaram no conjunto de forças na luta pelo fim da escravidão. Assim, a abolição se tornou uma bandeira popular e se tornou o principal tema debatido publicamente na década de 1880. Diferentes posições em disputa eram publicadas em jornais por todo o país e os debates políticos e sociais presentes na opinião pública do período estiveram entrelaçados a essa temática. Para a pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz, “a partir da década de 1880 o abolicionismo tomou as ruas e os jornais da época, assim como ficaram evidentes as falácias [da] sociedade escravocrata, que mantinha um discurso liberal como fachada”.⁵⁷⁸

Coube à imprensa periódica um papel fundamental na propagação do debate referente às ideias abolicionistas. Na época ocorreu um aumento do público leitor e a intensificação do hábito da leitura das notícias em voz alta em espaços de interações sociais. Essa “leitura de

⁵⁷⁵ MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 14.

⁵⁷⁶ MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit., p. 169.

⁵⁷⁷ MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994, p. 160.

⁵⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: SANTOS, Flávio Gomes dos; CUNHA, Olívia. (Org.). **Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 24, grifo meu.

ouvido”, como denominou Humberto Fernandes Machado, fez com que as ideias abolicionistas se propagassem ainda mais, na medida em que ampliou o acesso à informação até mesmo para os analfabetos, pois, como pontuou Machado, “os periódicos eram mais ouvidos e vistos do que lidos”.⁵⁷⁹

Nesse âmbito de ampliação do debate e de publicização de uma nova cultura política nos jornais, a pesquisadora Marialva Barbosa esclareceu que

apenas na década de 1870 há uma mudança mais radical, com a ampliação dos debates e das polêmicas em torno da questão republicana e abolicionista. Afinal, é desta década a fundação do Partido Republicano e o início sistemático das discussões em torno dessa ideia no país. A década de 1880 encontra palco adequado para os grandes debates. A política ganha as ruas, em agitações populares, que conduz também para as vias públicas as questões do momento. No cenário de uma cidade que vive uma nova cultura política, a imprensa passa a ampliar essas discussões, construindo ideias dominantes num jornalismo de viés exclusivamente opinativo. É nessa conjuntura que se instaura a imprensa abolicionista.⁵⁸⁰

Em mesma direção, a pesquisadora Angela Alonso, pontuou que nesse período ocorreu uma busca por “formas políticas alternativas, não parlamentares, de organização e expressão de demandas”. Para a autora, foi na “imprensa independente, em pequenas associações e em eventos públicos que os contestadores se manifestaram ao longo da década de 1880”. Essa “nova imprensa” surgia como uma “alternativa de visibilidade e um espaço de enunciação coletiva de críticas, projetos e reivindicações”. Segundo Alonso, “Esta situação de independência política, somada à orientação do repertório científico do fim do século deu a esses jornais um caráter inovador.” Tal contexto fez gerar um “universo mais complexo tanto de informações quanto de opiniões, um novo clima político-cultural”. Dessa forma, a imprensa periódica se tornou “um dos pilares do pequeno espaço público do Brasil Oitocentista” e propagador de práticas políticas para além dos espaços formais da política imperial.⁵⁸¹

É diante desse contexto que foi analisado a atuação (e posicionamento) do jornal O Social em torno das discussões sobre a abolição e nos embates travados entre Monarquia e República. Trata-se de um estudo que busca apresentar e analisar essas temáticas na esfera local (e as repercussões na região), tendo o jornal como uma força ativa nesse processo. Assim, o

⁵⁷⁹ MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1991, p. 18.

⁵⁸⁰ BARBOSA, Marialva. História Social da Imprensa – Brasil (1900-2000). In: **Anais intercom. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos, 2007, p. 7-8. Disponível em: https://cutt.ly/anais_intercom. Acesso em: 13 fev. 2022.

⁵⁸¹ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 276-281.

presente estudo busca proporcionar contribuições para a História da imprensa periódica fluminense, inserindo o jornalismo da cidade de Itaboraí como lente de observação de um contexto de transformações de caráter nacional.

É relevante salientar que o jornal O Social foi mais que um órgão de difusão de uma perspectiva política e ideológica, foi, sobretudo, o principal ambiente público de Itaboraí onde as discussões entre abolicionistas e escravistas - assim como entre monarquistas e republicanos - foram realizadas. A análise desse periódico como fonte e objeto de estudo possibilitou compreender como diferentes sujeitos sociais locais atuaram e reagiram diante das modificações em curso no período.

Em relação à análise de suas seções, foi observado que enquanto diversos outros periódicos locais (de períodos anteriores e já analisados nesta pesquisa) publicavam anúncios de fugas de escravizados, o jornal Social não realizou nenhuma publicação com este conteúdo, o que contribui para expor seu posicionamento abolicionista.

Cabe salientar, como constatou a historiadora Hebe Mattos, que nos anos de 1887 e 1888 as fugas de escravizados se intensificaram em diferentes lugares do país. Esse quadro social também ocorreu em Itaboraí, o que impulsionou a procura dos proprietários de escravizados pela realização de anúncios de fugas em jornais para publicizar tal fato, pois o quantitativo de escravizados na vila ainda era, para o período, relativamente significativo, visto que ainda existiam um total de 2701 pessoas negras (1429 homens e 1272 mulheres) vivendo em Itaboraí na condição jurídica imposta pelo sistema escravista, segundo o Quadro estatístico dos escravizados matriculados da Província do Rio de Janeiro publicado em 1887.⁵⁸²

Uma comparação desse quantitativo com outras regiões (relativamente próximas) possibilita compreender que de fato Itaboraí possuía, para a época, um total relevante de escravizados, pois o total de sua demografia escrava se aproximava das regiões de Niterói e Rio Bonito e superava as vilas de Iguassú, Magé, Maricá, Nova Friburgo, San' Anna de Macacu, Capivary, Saquarema e Cabo Frio, como pode ser observado na Tabela 7.

⁵⁸² MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**. Op. Cit., p. 169; RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da Segunda sessão da vigésima sexta legislatura, em 12 de setembro de 1887, pelo Presidente Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão**. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1887, Mapa SN. Disponível em: https://cutt.ly/relatorio_presidente_1887. Acesso em: 10 fev. 2022.

Tabela 7 – Quantitativo de escravizados de algumas vilas da Província do Rio de Janeiro (1887)

Vila	Total
Rio Bonito	2836
Niterói	2867
Itaboraí	2701
Iguassu	2654
Maricá	2392
Cabo Frio	2318
Saquarema	2000
Capivary	1811
Nova Friburgo	1342
San' Anna de Macacu	1294
Magé	1244
Estrela	516

Fonte: Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro (1887)⁵⁸³

Sobre os anúncios de fugas, eles eram muito procurados no período escravista, pois, como descreveu o historiador Alberto da Costa e Silva, representaram “esboços de retratos de escravos, nos quais as descrições das aparências físicas, dos temperamentos, das habilidades e das maneiras de vestir” eram explicitadas como forma de viabilizar o reconhecimento e a captura destes. De acordo com Silva, esses “anúncios eram quase sempre objetivos e frios” e viabilizam o acesso a “pistas preciosas sobre as violências que sofriram” essas pessoas. Segundo Silva, coube a Gilberto Freyre o “caráter pioneiro” de ter utilizado anúncios de fuga como “fonte histórica”.⁵⁸⁴

Embora os valores arrecadados com esse formato de anúncios representassem uma fonte de renda valiosa para um jornal, o redator do Social não realizou essas publicações, priorizando, dessa maneira, sua identificação política com abolição. Da mesma forma, também não publicou anúncios de venda e de aluguel de escravizados enviados por particulares. Restou para esses proprietários publicarem seus anúncios em jornais fora da vila, sobretudo, nos periódicos impressos na Corte Imperial e na Capital da província. Logo, esse silenciamento é significativo, pois representa uma ação política no âmbito da palavra impressa e se insere no conjunto de

⁵⁸³ Relatório..., 1887, Mapa SN. Op. Cit.

⁵⁸⁴ SILVA, Alberto da Costa e. A escravidão nos anúncios de jornal. In: FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos Anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 1. Ed. Digital. São Paulo: Global Editora, 2012, p. 5 (grifo meu).

ações de deslegitimação da escravidão realizadas nesse contexto, como pontuou Hebe Mattos.⁵⁸⁵

Como pode ser observado, o jornal O Social ao ser utilizado também como fonte primária possibilitou compreender - ao ser inserido em um contexto - posturas e posicionamentos do próprio periódico, inclusive na ausência de um tema em seus impressos. Nessa direção, o pesquisador Humberto Fernandes Machado assinalou que “o historiador, utilizando os jornais como fonte, tem, portanto, a responsabilidade de exercer uma reflexão constante sobre os escritos veiculados para esclarecer, inclusive, os silêncios e os aspectos ocultos nas entrelinhas.”⁵⁸⁶

A leitura dos números do Social, publicados nos anos de 1887 e 1888, possibilitou compreender que o abolicionismo divulgado e defendido pelo jornal tinha como característica principal uma postura moderada e reformista, pautada na defesa da extinção da escravidão dentro da ordem estabelecida pelo Estado Imperial, como meio de alcançar o progresso e a civilização, mas sem gerar grandes abalos na sociedade. Vale mencionar que a ideia de Abolicionismo compreendido nesta pesquisa se baseia na definição que Hebe Mattos realizou, ou seja, “um termo que diz respeito mais propriamente ao movimento de luta contra a escravidão iniciado em 1880, reunindo diversos grupos sociais e tendências políticas.”⁵⁸⁷

Diante dos diversos abolicionismos que existiram nesse contexto, esta abordagem do Social não representou uma defesa isolada, visto que, como comprovou Humberto Fernandes Machado, postura semelhante também teve José do Patrocínio em seu jornal Cidade do Rio. Patrocínio era negro e considerado um dos principais abolicionistas atuantes na imprensa da Corte, exercendo fortes influências nos debates públicos do período. Essa abordagem de Patrocínio demonstra a complexidade das atuações no contexto abolicionista ao qual o jornal O Social também estava inserido, ainda que com atuação no interior da Província do Rio de Janeiro. Sobre o termo reformismo, utilizado para caracterizar parte da imprensa abolicionista da época, Machado explica que está relacionado à “ideia de correção, emenda, aprimoramento e suas implicações no corpo da sociedade. Ele se caracteriza pela defesa de melhorias graduais

⁵⁸⁵ MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit., p. 169. Diversos foram os anúncios de fugas de escravizados de Itaboraí localizados em jornais da Corte Imperial e na Capital da província, como as publicações seguintes: **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 66, n. 24, p. 6, 24 jan. 1888. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca117>. Acesso em: 10 fev. 2022; **O Fluminense**. Niterói, ano XI, n. 1501, p. 4, 11 jan. 1888. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca118>. Acesso em: 10 fev. 2022.

⁵⁸⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados...**Op. Cit., p. 119.

⁵⁸⁷ MATTOS, Hebe. Abolicionismo. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.19.

e fragmentadas sem alterar a essência, dificultando, ou impedindo, o estabelecimento de propostas revolucionárias.”⁵⁸⁸

Os números do jornal O Social de 1887 e início de 1888 mostram que esse periódico atuou na divulgação das transformações legais implementadas pelo Estado Imperial, na apresentação de proposições para a população liberta da região e na articulação para a construção dos meios necessários para inserir a produção agrícola local em uma nova organização do trabalho, postura realizada antes da extinção definitiva da escravidão.

Nessa direção, no dia 21 de maio de 1887 (quase um ano antes da abolição), esse periódico publicou uma ideia que denominou de “útil e proveitosa ao bem estar do país [...] e principalmente [para o] município”. Tratava-se da implementação do que o jornal denominou de “núcleos orfanológicos”. Conforme divulgado na matéria, esses estabelecimentos receberiam “menores, inválidos e os ingênuos”⁵⁸⁹ emanados da lei da emancipação”. Para o jornal, esse estabelecimento proporcionaria um “grande benefício”, pois

nele receberão os órfãos instrução primária e religiosa, adquirindo ao mesmo tempo habilitações para qualquer arte ou ofício, habituando-se ao trabalho, de modo que nas suas maioridades encontrem facilidade na aquisição dos meios necessários a vida, além de se tornarem cidadãos uteis a sociedade.⁵⁹⁰

Pela caracterização da proposta apresentada, esses núcleos se configuravam como internatos com um cunho pedagógico religioso e disciplinador. Dessa maneira, a ideia desse empreendimento se apresentava como uma proposição para a inserção social de parte da população liberta da vila (especificamente as crianças) e como uma alternativa possível, a longo prazo, para amenizar o crescente problema da mão de obra, diante da nova organização do trabalho que se anunciava no período. Para o jornal, fazendo referência à Câmara Municipal, era imprescindível conseguir esse

melhoramento de que tanto carece esta localidade e atualmente em que marchamos para a substituição do trabalho servil, poderão vangloriar-se de terem prestado não pequeno serviço aos munícipes de que são representantes. Por nossa parte apresentamos o nosso fraco auxílio, certo de que cumprimos um dever de cidadãos amantes do nosso município.⁵⁹¹

⁵⁸⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit., p. 233.

⁵⁸⁹ Filhos de escravizados nascidos libertos após a lei de 1871. Para saber mais ver: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵⁹⁰ O SOCIAL. Itaboraí, ano I, n. 32, p.1, 21 mai. 1887.

⁵⁹¹ Ibidem.

É pertinente salientar que embora no século XIX os internatos tenham sido largamente adotados na instrução particular, tais iniciativas não deixaram de ser pensadas e até mesmo adotadas - “tanto pelo governo central como pelos governos provinciais” - para atender parte das demandas da instrução pública primária do período, conforme demonstrou o pesquisador Joaquim Tavares da Conceição. Isso contextualiza e explica a defesa do jornal pela implementação dos “núcleos orfanológicos” como parte integrante da instrução pública primária na região.⁵⁹²

As proposições para a educação primária da população negra no século XIX, inclusive para os escravizados, já eram conhecidas no cenário político desse contexto, embora não fossem um tema predominante nas discussões da opinião pública do período. Segundo Hebe Mattos, Joaquim Nabuco, por exemplo, defendeu (em agosto de 1880) um projeto de lei na Câmara Geral com diversas pautas abolicionistas, sendo uma delas “o ensino primário para todos os escravos”. Na época, Nabuco era deputado pela Província de Pernambuco. A apresentação de seu projeto foi, como pontuou Mattos, a primeira vez que foi colocado “em questão, no Parlamento, o processo de emancipação gradual iniciado pela Lei do Ventre Livre (1871)”.⁵⁹³

Na sequência das publicações realizadas no contexto abolicionista, o jornal divulgou (em seu editorial), no dia 20 de agosto de 1887, uma matéria alertando que a abolição era algo inevitável e questionou os principais fazendeiros por não terem tomado nenhuma atitude em direção à substituição da mão de obra realizada pelos escravizados.

Por diversas vezes temos nos pronunciado a respeito da substituição do trabalho servil e indicado alguns meios de que devem lançar mão os nossos principais agricultores em tempo, afim de que não venha aniquilar-se a lavoura deste município já em grande decadência. Pesa-nos dizer, que nada se há feito até o presente neste sentido, e isto é tanto de lamentar quanto vemos que a emancipação caminha a passos agigantados.⁵⁹⁴

Nesse período, a Vila de Itaboraí não apresentava mais o dinamismo econômico que alcançou na primeira metade do século XIX. Sua economia estava atrelada, principalmente, à produção de açúcar, embora essa atividade não possuísse mais a expressão que obteve nas décadas de 1830 e 1840, em função da forte concorrência da produção deste produto em Campos dos Goytacazes.⁵⁹⁵

⁵⁹² CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da Conceição. **Internar para educar colégios-internatos no Brasil (1840 - 1950)**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia. 2012, p. 48. Disponível em: https://cutt.ly/tese_ufba. Acesso em: 25 fev. 2022.

⁵⁹³ MATTOS, Hebe. Abolicionismo. Op. Cit., p.19.

⁵⁹⁴ **O Social**. Itaboraí, ano I, n. 43, p. 1, 24 ago. 1887.

⁵⁹⁵ SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Op. Cit.

Segundo o quadro estatístico dos escravizados matriculados (publicado em 1887), dos 2701 escravizados trabalhando em Itaboraí, 2664 atuavam na produção agrícola, o que demonstra que a situação apresentada pelo jornal representava de fato um quadro alarmante para os fazendeiros locais.⁵⁹⁶

Em mesma matéria, o periódico citou algumas iniciativas do governo central que buscavam estimular a substituição do trabalho realizado pelos escravizados. Nota-se que o jornal publicizou tal fato para demonstrar que, embora diversas alternativas já fizessem parte das discussões do período, os fazendeiros locais nada fizeram para inserir suas propriedades em uma nova organização do trabalho. Segundo *O Social*,

por sua parte o governo tem procurado facilitar a iniciativa particular [...]. Declarou-lhe que fizesse também constar que está pronto a facilitar a vinda de colonos que serão localizados sem dispêndio algum para seus proprietários. Acreditamos que a Câmara Municipal, zelosa como se tem mostrado, já cumpriu aquela determinação. Cumpre, portanto, não desprezar medida tão útil, principalmente nos tempos atuais em que tanto se ressentem da falta de braços a nossa lavoura. Fiquem de uma vez certos os nossos agricultores, que a substituição do trabalho se fará, e segundo a nossa humilde opinião não irá além de 1889: e [?] a Deus que muitos não tenham de arrepender-se e já tarde para evitar imensos prejuízos. Aconselhamos, pois, aos nossos lavradores que se reúnam por meio de um club para tratar desta magna questão que deve preocupar a atenção de todos os bons cidadãos e principalmente daqueles que têm seus capitais empregados na indústria agrícola. O nosso fim é despertar aqueles que, se ocupando apenas do presente nada cogitam do futuro.⁵⁹⁷

As informações referentes ao contexto abolicionista também foram publicadas no jornal *O Social* por uma perspectiva cultural de caráter informativo. Assim, matérias que contemplavam ações em prol da liberdade dos escravizados também foram divulgadas em alguns de seus números. Há menções de iniciativas de libertação individual de escravizado (de outras regiões) ocorridas em festividades, como, por exemplo, a que foi citada em um texto de autoria de Henrique Marinho sobre o Carnaval na Corte Imperial. Marinho, que era uma espécie de correspondente do jornal na Corte, publicou esse texto no dia 25 de fevereiro de 1888, descrevendo a seguinte chamada:

carnaval, embriaguez, delírio, loucura são sinônimos e apesar de ébrios de glórias, loucos de prazeres, delirantes de volúpia os Fenianos lembraram-se dos míseros sedentos de liberdade! Sim, os Fenianos no terceiro dia do Carnaval libertaram mais um escravizado. Um bravo aos Fenianos pela sua ação generosíssima!⁵⁹⁸

⁵⁹⁶ Relatório..., 1887, Mapa SN. Op. Cit.

⁵⁹⁷ *O SOCIAL*...24 ago. 1887. Op. Cit.

⁵⁹⁸ *O SOCIAL*. Itaboraí, ano III, n. 12, p. 1, 22 dez. 1888.

A publicação da notícia é parte integrante das diferentes temáticas apresentadas pelo jornal no decorrer de sua campanha abolicionista em Itaboraí e se insere em um contexto onde o carnaval representou, segundo o historiador Eric Brasil, um palco de intensas disputas materiais e simbólicas e ocupou “um papel central na expressão pública de concepções da festa, da nação, de autonomia e liberdade”.⁵⁹⁹ A identificação do correspondente pela libertação do escravizado realizada por uma sociedade carnavalesca (os Fenianos) em um espaço festivo, recreativo e de lazer (postura endossada pelo redator que publicou seu texto), viabiliza conhecer as diversas dimensões desse processo histórico em análise e os diferentes espaços em que os colaboradores do jornal circularam, assim como o acesso informativo do redator do jornal (Hermeto Luiz da Costa) por diversas práticas abolicionistas do período.

Diversos apelos conclamando a necessidade de uma articulação entre os proprietários dos escravizados foram apresentados. Algumas reuniões entre os lavradores foram publicizadas, contendo na maioria das vezes lamentações do jornal pela pouca adesão, sendo esse o caso da publicação realizada no dia 17 de março de 1888.

Realizou-se anteontem no paço da Câmara Municipal desta vila a reunião convocada pelos Srs. comendador Angelo Thomaz do Amaral e Dr. Joaquim Pereira dos Santos, afim de tratar de assuntos relativos aos interesses da classe agrícola; infelizmente pequeno foi o número daqueles que acudirão ao convite. Presidiu a reunião o Sr. Dr. Pereira dos Santos, dando a palavra ao comendador Amaral; este fez uma exposição fiel do estado de nossa lavoura (...) ⁶⁰⁰

A publicização dos discursos dos participantes dessa reunião mostrou diversas alternativas possíveis para serem adotadas na substituição da mão de obra, entre elas, destacou-se a opção pela colonização realizada por “diversas nacionalidades” e pelo trabalho do liberto. Nesse sentido, foi defendido a possibilidade de o trabalho ser empregado por

parceria, salário, arrendamento ou venda das terras; e bem assim também a utilidade que o liberto pode trazer como colono. (...) falaram ainda os Srs. Castro, Tavares e Vigário que deixou patente a necessidade da abolição, provando que a escravidão é contrária a lei de Cristo. [...] O senhor Comendador Amaral [...] pediu aos lavradores presentes que desejassem desde já empregar o braço livre, que declarassem por escrito, cada um, o número de colonos de famílias que pretendem. Foram pedidas 9 famílias de diversas nacionalidades. ⁶⁰¹

⁵⁹⁹ NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais da abolição: diabos e Cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2011, p. 14. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_uff3. Acesso em: 27 fev. 2022.

⁶⁰⁰ Reunião de lavradores. **O Social**. Itaboraí, ano II, n. 24, p.1, 17 mar. 1888.

⁶⁰¹ Ibidem.

Nota-se que embora a reunião fosse para discutir sobre quais meios e direções os fazendeiros da vila tomariam para substituir o trabalho do escravizado, nem todos que ali estavam presentes eram abolicionistas, sendo diversos proprietários temerosos com o desfecho que teria na região quando a abolição se tornasse um fato consumado. Esse foi o caso de Angelo Thomaz do Amaral, na medida em que ele tinha sido no período anterior um dos principais articuladores contrários ao fim da escravidão, como será demonstrado mais adiante. Mesmo assim, a reunião não teve a adesão da maioria dos principais fazendeiros locais, conforme lamentou o jornal O Social.

Ao mesmo tempo há de considerar que outros presentes se colocaram de fato em defesa da abolição, como o vigário da vila. A sua presença nesse encontro - e a defesa da abolição que este expôs - mostra o posicionamento de representantes da Igreja Católica em Itaboraí contrários a continuidade da escravidão. O nome desse vigário era Joaquim Mariano de Castro Araújo. Personagem consagrado por diversos católicos em Itaboraí e constantemente lembrado, pois sua ossada foi sepultada dentro da Igreja de São João Batista e se encontra nesse local até os dias atuais. Esse carisma - realizado por uma parcela da memória coletiva católica local - pode ter se desenvolvido em função de Araújo ter se tornado a principal representação do catolicismo na região no final do século XIX, sendo vigário de Itaboraí por muitos anos. Portanto, a sua presença na reunião de lavradores e o seu discurso público contrário à escravidão representam uma demonstração da participação da Igreja católica, em Itaboraí, nas movimentações em prol da abolição.

Sobre a atuação do catolicismo no contexto abolicionista, a historiadora Martha Abreu, ao analisar o jornal O Apóstolo - periódico católico que expressava publicamente os posicionamentos da maioria da elite eclesiástica brasileira -, comprovou que, nesse período, mesmo diante de diversas limitações e protocolos institucionais, católicos se posicionaram e contribuíram na campanha abolicionista. Abreu constatou que suas abordagens se caracterizaram por sustentar “ideologicamente um processo de abolição gradual, hierarquizado, dentro da ordem e garantidos dos laços de dependência que uniam senhores e escravos.” Logo, a participação do Vigário Araújo nas discussões abolicionistas em Itaboraí se insere nesse contexto de transformações do catolicismo em relação à escravidão e possivelmente suas ações (e discursos) seguiram essa linha de pensamento antiescravista. A menção do liberto como possível colono na reunião pode ser resultado (pois o vigário fez parte da reunião) de uma decisão moral para integrar os libertos à sociedade, pois, conforme Martha Abreu constatou, as elites eclesiásticas realizaram a defesa desse discurso como forma de se posicionarem contrárias

às teorias científicas racistas em voga no período. Pela relação de força que exercia na região e o cargo que ocupava, Araújo muito provavelmente seguia as abordagens dessa elite.⁶⁰²

É interessante mencionar que embora o redator Hermeto Luiz da Costa tenha publicado a participação do vigário como um dos agentes sociais atuantes na campanha abolicionista na vila, assim como a presença desse em eventos do cotidiano daquela sociedade, verificou-se que a relação desses personagens foi alterada radicalmente após a proclamação da República e, sobretudo, quando o vigário se tornou Presidente da Câmara Municipal. O “Velho Hermeto” e o seu filho Hermeto Júnior passaram a questioná-lo e acusá-lo de indiferente e de insensível, diante das diversas demandas populares que existiam em Itaboraí no período e publicizadas por esses tipógrafos.⁶⁰³

Novamente, as ausências de ações dos fazendeiros em prol da substituição da mão de obra foram constantemente questionadas nas páginas do Social. Publicações alarmando que o quadro social existente necessitava de imediatas medidas eram acompanhadas da explicitação das possíveis consequências, caso nada fosse feito. Assim, o colaborador do jornal (e vereador) Aureliano Alvares publicou na “Seção Livre” (do dia 14 de abril de 1888) que

com a breve emancipação dos escravos haverá grande deslocação de trabalhadores deste município para a Corte, onde esperam encontrar melhor situação: isto posto, grandes estabelecimentos agrícolas se converterão em refúgio de salteadores e covil de serpentes e diversos répteis. Porém, isto acontecerá se os itaboraienses continuarem desanimados, e não conhecerem que a salvação do nosso estremecido Itaboraí depende de energia e a realização de algumas associações (...).⁶⁰⁴

Alvares enfatizou que se as proposições e alternativas discutidas no período (para inserir a lavoura de Itaboraí na nova organização do trabalho) continuassem sendo ignoradas, o cenário econômico e social que surgiria na vila seria caótico. Segundo ele,

o florescente, ilustrado, morigerado e hospitaleiro povo de agora, daqui há um ano mais ou menos se comporá de agricultores arruinados, outros caminhando para a ruína, proletários, mendigos e consequentemente inúmeros ratoneiros e turbulentos. Grandes estabelecimentos agrícolas cessarão de trabalhar: uns pela esterilidade das terras; outros, em razão dos proprietários não se adaptarem a tratarem o jornaleiro com certa urbanidade e indulgência.⁶⁰⁵

⁶⁰² ABREU, Martha. Pensamento Católico, Abolicionismo e Festas Religiosas no Rio de Janeiro. IN: Marcos Pamplona (org.). **Escravidão, Exclusão e Cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 81. Ver também: ABREU, Martha. Catolicismo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 126-128.

⁶⁰³ O embate político desses personagens será apresentado no Apêndice, como um dos exemplos da dimensão das campanhas que os Hermetos desenvolveram em Itaboraí.

⁶⁰⁴ **O Social**. Itaboraí, ano II, n. 27, p.1, 14 abr. 1888.

⁶⁰⁵ *Ibidem*.

Através da leitura em série dos números do Social publicados no intervalo de tempo entre o início de 1887 e maio de 1888, constatou-se que o jornal, dentro da perspectiva de apoio a campanha abolicionista, insistiu em publicar matérias questionando a falta de iniciativas da grande maioria dos fazendeiros pela substituição da mão de obra. Conclamavam também na conclamação da libertação dos escravizados - apresentados por diferentes formas e em diversos espaços – e no apoio e estímulo (embora praticamente sem êxito) da realização de reuniões entre os fazendeiros e diversos outros setores abolicionistas da cidade. A análise de jornais publicados fora de Itaboraí, recurso utilizado para ampliar a “lente” de observação, mostrou que os escravocratas locais realizaram diversas publicações e tornaram públicas suas iniciativas diante das transformações em curso, o que demonstra que Hermeto Luiz da Costa mais uma vez silenciou informações que favoreceriam o pensamento escravista na região. Novamente, o discurso da neutralidade e da imparcialidade que o “Velho Hermeto” e seus colaboradores divulgavam se mostrou uma retórica, um mero recurso utilizado nas narrativas impressas e não um posicionamento de fato.

A título de contextualização, escravocratas, conforme argumentou Hebe Mattos, é uma

designação utilizada pelo movimento abolicionista para identificar e designar os agentes sociais ou coletivos comprometidos com a continuidade da ordem escravista no Brasil. Nessa acepção seriam escravocratas não apenas os detentores de escravos, mas especialmente os defensores da legitimidade moral da ordem escravista no contexto oitocentista, quando essa legitimidade encontrava-se amplamente abalada em termos internacionais e contestada internamente.⁶⁰⁶

Os escravocratas residentes em Itaboraí não ficaram inertes nesse contexto abolicionista. Nos jornais impressos na Corte Imperial (e na Capital da província) que publicaram menções das atuações dos fazendeiros locais, também não foram citadas iniciativas desses em prol da substituição da mão de obra, o que endossa os questionamentos do periódico O Social sobre essas ausências. Contudo, foi observado que esses escravocratas optaram por outro caminho: lutar na esfera política para impedir a abolição da escravatura que se anunciava como uma realidade próxima. É relevante mencionar que embora Itaboraí nesse período não possuísse mais o dinamismo econômico que teve entre as décadas de 1830 e 1860, sua força política não diminuiu na mesma proporção e ritmo que sua expressão econômica.

Desse modo, verificou-se que esses escravocratas vinham se articulando desde 1884 com outras vilas com o propósito de impedir a extinção da escravidão. Entre as regiões que

⁶⁰⁶ MATTOS, Hebe. Escravocratas In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.240.

foram encontradas articulações políticas desses agentes sociais, destacam-se os municípios que, assim como Itaboraí, integravam a área eleitoral do 4º Distrito da Província do Rio de Janeiro, como Maricá e Niterói.

Assim, no dia 12 de novembro de 1884, o Clube da Lavoura do 4º Distrito eleitoral lançou uma nota no jornal o Brasil sobre a reunião que realizaram em agosto daquele ano, explicitando publicamente o seu posicionamento contrário à abolição. Segundo esse texto,

compareceram membros de todos os partidos [e que estes resolveram] unanimemente empregar os meios legais ao seu alcance para impedir que se converta em lei do Estado o projeto de reforma do elemento servil que, em nome do governo, acaba de ser apresentado a Câmara temporária, empenhando-se ativamente nas eleições, de modo a repelir candidatos que não tomem o compromisso de combater o referido projeto e não espossem franca e lealmente a causa da lavoura. São candidatos a deputação geral na eleição a que se vai proceder no dia 1º do próximo mês de dezembro, os srs. Carlos Frederico Castrioto, Luiz Carlos Froés da Cruz e João Marcelino de Souza Gonzaga. O primeiro é conservador e adversário declarado da reforma abolicionista; os dois outros são liberais. Aos nossos colegas conservadores peço todo o esforço pelo triunfo da candidatura do nosso correlegionário; aos liberais lembro que devem exigir do candidato que preferirem prévia e leal manifestação do que liberamos.⁶⁰⁷

Quem assinou o texto foi o presidente do clube, o itaboraiense Angelo Thomaz do Amaral. No resultado dessa eleição divulgado em dezembro de 1884 consta que (entre os cinco deputados eleitos) Carlos Frederico Castrioto e Luiz Carlos Froes saíram vitoriosos e se tornaram deputados da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, ambos candidatos do Clube da lavoura e, logo, contrários à abolição da escravatura. Em mesma eleição, saiu também vitorioso um fazendeiro itaboraiense (do partido liberal), o Coronel Ephifanio José de Vargas, ainda que não fosse candidato desse Clube, o que demonstra o peso político existente em Itaboraí no 4º distrito eleitoral e a complexidade das relações políticas na vila e em torno dela.⁶⁰⁸

Com o decorrer dos anos seguintes, Castrioto ganhou mais expressão e intensificou sua atuação na vila de Itaboraí, se envolvendo inclusive em alguns atritos com Ephifanio José de Vargas. Cabe mencionar que enquanto Vargas é constantemente citado nas páginas do Social (como um fazendeiro amigo que mora e atua pela vila), Castrioto é silenciado no jornal, mesmo

⁶⁰⁷ AMARAL, Angelo Thomaz. Clube da lavoura do 4º distrito eleitoral da Província do Rio de Janeiro. **Brazil**. Rio de Janeiro, ano II, n. 267, p. 3, 12 nov. 1884. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca119>. Acesso em: 26 fev. 2022.

⁶⁰⁸ **Anais Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, primeira sessão ordinária da vigésima quinta legislatura**. Rio de Janeiro: Tipografia imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1884, p. 8. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca120>. Acesso em: 28 fev. 2022.

sendo (já nesse período) um personagem com notoriedade política, visto que na época ele era ministro da Marinha.⁶⁰⁹

Contudo, nas eleições realizadas em junho de 1887, esse conseguiu aglutinar em torno do seu nome a atenção da maioria dos eleitores do 4º distrito, obtendo, dessa forma, a maioria dos votos e se tornando deputado da Câmara Geral.⁶¹⁰ Tudo indica que sua postura enfática contrária à abolição contribuiu de forma expressiva para sua vitória, pois os dois candidatos mais votados foram exatamente ele e Luiz Carlos Froes, ambos citados desde 1884 como candidatos do Clube da lavoura desse distrito. Como pode ser observado pelo quantitativo de votos de ambos os candidatos (exposto na próxima figura), a Freguesia de São João Batista de Itaboraí era a que tinha o maior número de eleitores do distrito (227 no total), o que explica a atuação de Castrioto na região.

Figura 20 – Votos dos eleitores de Castrioto e Fróes por freguesia na disputa para deputado geral (1887)

COLLEGIOS	CASTRIOTO	FRÓES
1ª Secção.....	105	76
2ª Secção.....	74	61
3ª Secção.....	90	43
4ª Secção.....	97	70
5ª Secção.....	54	93
Jurujuba.....	19	38
S. Lourenço....	99	57
S. Gonçalo....	51	43
Cordeiros.....	68	21
Itamby.....	23	7
Porto das Caixas	17	19
Itaborahy.....	122	105
Itaipú.....	27	19
Maricá.....	116	78
S. Antonio de Sá
Somma..	962	730

Fonte: O Fluminense (Fundação da Biblioteca Nacional)⁶¹¹

⁶⁰⁹ **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, ano VI, n. 129, p. 2, 8 jun. 1885. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca121>. Acesso em: 28 fev. 2022.

⁶¹⁰ **O Fluminense**. Niterói, ano X, n. 1414, p. 1, 22 jun. 1887. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca122>. Acesso em: 28 fev. 2022.

⁶¹¹ Ibidem.

Carlos Frederico Castrioto como deputado geral exerceu seu mandato atendendo de fato o seu eleitorado oriundo de Niterói, Maricá e Itaboraí, no que se refere (principalmente) às pautas pela manutenção da escravidão. Sua postura pública de ser contrário à abolição da escravatura - e enaltecida pelo Clube da Lavoura desse distrito - se manteve em sua representação parlamentar. Desse modo, quando o projeto de Lei n. 3353 (conhecido como Lei Áurea) foi votado pela primeira vez na Câmara Geral, Castrioto foi um dos nove deputados que votaram contrários ao projeto, entre os 83 presentes. Logo, o deputado votou contrário ao projeto de lei que estabelecia a extinção da escravidão no Brasil.⁶¹²

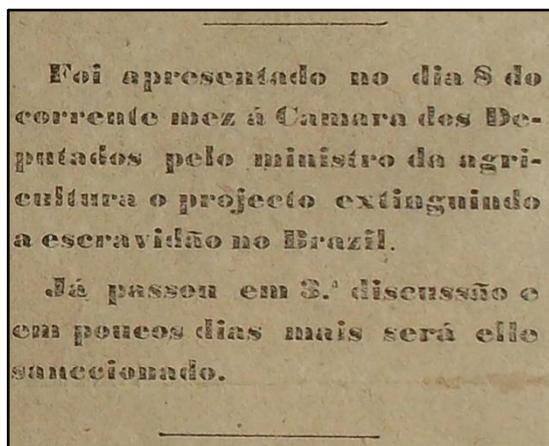
A atuação de Castrioto e sua proximidade com Itaboraí foi apresentada aqui para demonstrar que a articulação política contrária à abolição realizada pelos diversos escravocratas da vila (em diálogo com Niterói e Maricá) foi expressiva e significativa. Além disso, essa relação mostra no quanto as forças políticas de agentes sociais residentes na Vila de Itaboraí estiveram (ainda na década de 1880) conectadas às transformações em curso, tanto na esfera regional como nacional. Toda essa análise contribui para compreender a relação de força desigual que Hermeto Luiz da Costa e seus colaboradores enfrentaram no contexto abolicionista.

Ter e manter o jornal *O Social* realizando publicações em prol da abolição definitiva da escravatura (ainda que de forma reformista) em uma vila em que os escravocratas locais possuíam e exerciam uma relação de força política expressiva, é algo que demonstra no quanto perigoso e arriscado era publicar matérias com conteúdos abolicionistas e no quanto esse jornal contribuiu para o abolicionismo na vila. Portanto, o abolicionismo reformista propagado pelo *Social* também deve ser compreendido levando em conta as possibilidades discursivas que o jornal conseguiu desenvolver, diante das relações de poder existentes em Itaboraí.

Outra postura observada no *Social* nesse contexto foi a publicização de parte dos debates e desfechos das discussões realizadas na Câmara Geral, e no Senado, sobre o projeto de lei que extinguiria a escravidão. Assim, foi publicado (no dia 12 de maio de 1888) a notícia de que esse projeto já tinha sido aprovado na terceira discussão e que em poucos dias seria sancionado. A divulgação da notícia foi realizada pela composição de letras com cores de destaque, sendo esse um recurso utilizado na época para atrair melhor atenção do leitor diante de outros textos, como pode ser observado na figura seguinte:

⁶¹² ANNAES do Parlamento Brasileiro - Câmara dos Srs. Deputados, terceira sessão - Vigésima Legislatura de 1888. Volume I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

**Figura 21 – Notícia do Social sobre a aprovação
do projeto de lei que extinguiu a escravidão no Brasil (1888)**



Fonte: O Social (Acervo Heitor Costa)⁶¹³

Com a divulgação dessa publicação, o jornal demonstrou o nível de acompanhamento da discussão e a construção de uma legitimidade da defesa abolicionista, acionando uma cultura política respaldada no contexto das transformações vigentes na legislação da época.

Por fim, próximo da decretação da abolição, O Social passou a divulgar diversas matérias referentes às libertações dos escravizados realizadas pelos próprios proprietários. Desse modo, no dia 12 de maio de 1888, o jornal divulgou essas libertações junto às conclamações e felicitações direcionados a esses proprietários.

Honramos esta coluna passando para ela o nome do nosso amigo o Sr. Coronel Epifanio José de Vargas, que no dia 9 do corrente reuniu todos os seus escravos em número de 64 e declarou-os todos livres sem condição alguma e bem assim desistiu dos serviços dos 30 ingênuos filhos daqueles ex-escravos. Consta-nos que os libertos continuam em serviço de sua fazenda da Sapucaia mediante módico salário. Era este benemérito libertador o maior proprietário de escravos deste município.⁶¹⁴

Verificou-se que nessas matérias as libertações foram mencionadas de forma incondicional e acompanhadas da proposta de salários para aqueles que permanecessem nas fazendas: “O Sr. Dr. Fidelis d’Azevedo Alves, medico e fazendeiro d’este município libertou no dia 10 do corrente todos os seus escravos, propondo-lhe salário a aqueles que quisessem continuar [na] sua fazenda, ao que todos alegremente concordaram.”⁶¹⁵

Outro fato interesse é que o jornal, nesse mesmo dia, divulgou que um de seus colaboradores, Aureliano Alvares, tinha escravizados e que este também os libertou. Chama

⁶¹³ **O Social**. Itaboraí, ano II, n. 31, p. 1, 12 mai. 1888.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 1.

⁶¹⁵ *Ibidem*, grifo meu.

atenção esse fato, pois, embora Alvares não trabalhasse no jornal e sim na Câmara Municipal (pois era vereador), ele defendeu em diversos textos a substituição da mão de obra e a implementação de novas atividades na região. Logo, Alvarez escreveu textos com uma discursiva que não correspondia totalmente as suas práticas cotidianas.

O nosso amigo o Sr. Aurelino Alvares libertou incondicionalmente seus três únicos escravos de nomes Francisco, Amaro e Crispim, ficando os mesmos, trabalhando mediante salário. Assim também concederam liberdade plena a todos os seus escravizados, os nossos amigos: Capitão José Ferreira Serra. Capitão Joaquim José Alves. Capitão José Frederico de P. Antunes. Capitão Antonio Antunes Ferreira Serra. José Ferreira Torres. E as exmas. Srs. DD. Maria Joanna Alves e Florianna Ferreira Pacheco.⁶¹⁶

Essas libertações ocorreram porque provavelmente esses proprietários estavam cientes da iminência da promulgação da abolição e buscaram se adiantar ao inevitável para tentar garantir a permanência dos libertos em suas propriedades. É relevante pontuar, como demonstrou Hebe Mattos, que os senhores ao se anteciparem à abolição buscavam tentar reforçar as relações sociais com os cativos, acionando os laços de gratidão. A “dádiva senhorial” e a gratidão faziam parte dos elementos que contribuíram para a permanência dos cativos em suas antigas fazendas.⁶¹⁷

O fato do jornal O Social ter contemplado essas ações, e enaltecido alguns dos proprietários que as fizeram, demonstra que o abolicionismo apresentado por esse periódico seguia uma perspectiva paternalista, ordeira e pautada no princípio da legalidade. Como argumentou Humberto Fernandes Machado, a postura paternalista das alforrias realizadas no contexto abolicionista, apresentadas como uma “dádiva” e resultante da “generosidade do senhor” foram utilizadas por uma parcela da imprensa periódica abolicionista como instrumento de “propaganda para incentivar os senhores a alforriarem os seus escravos”.⁶¹⁸

Embora não tenha sido possível localizar o número do Social que publicou as reações imediatas da abolição da escravatura, o exemplar seguinte (divulgado no dia 26 de maio de 1888) publicizou algumas situações que ocorreram no imediato pós abolição. Entre elas, destacam-se o envio de um telegrama para a Princesa Regente parabenizando-a por ter sancionado a Lei Áurea (escrito pelos integrantes da Sociedade Musical Euterpe Itaborahyense Princesa D. Izabel), a aprovação da Câmara Municipal a uma proposta de felicitação para a

⁶¹⁶ Ibidem, p.4.

⁶¹⁷ MATTOS, Hebe Maria. **Ao Sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** SP, Brasiliense, 1987, p. 384.

⁶¹⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit., p. 216-217.

princesa e a notícia de que as comemorações na vila pela abolição não ocorreram em função do “mal tempo”, sendo transferida para o dia 31 de maio.⁶¹⁹

No imediato pós abolição, O Social publicou algumas iniciativas, de Câmaras Municipais de outras regiões, para estimular a inserção social dos libertos na região. Dessa maneira, no dia 9 de junho de 1888, o jornal citou uma matéria da Gazeta de Notícias onde fora publicado que em Barra Mansa a Câmara Municipal direcionou esforços para que os libertos pudessem, aos domingos, expor seus produtos agrícolas no Largo da Matriz. Como forma de estimular que a Câmara Municipal de Itaboraí fizesse o mesmo, o periódico afirmou que “este procedimento, digno de aplausos, deve ser imitado por todas as municipalidades, porquanto é um acoroçoamento ao trabalho”.⁶²⁰

O Social também divulgou uma reunião em que fora proposta a criação de um novo Clube da lavoura para resolver, segundo a matéria, “sobre o melhor meio de organização do trabalho.” Durante a reunião o Dr. Fidélis Alvez apresentou um manifesto republicano para que os fazendeiros pudessem assinar, o que acabou ocorrendo em sua grande maioria pelos presentes. Essa situação foi questionada pelo Coronel Epifanio Vargas – sendo este a pessoa que convocou a reunião – que acabou desistindo de ser presidente desse Clube. A reunião prosseguiu com demonstrações de protestos dos fazendeiros “contra a felicitação endereçada pela Câmara Municipal a Sereníssima Princesa Imperial”.⁶²¹

Como pode ser observado, diversos fazendeiros locais ressentidos com a aprovação da abolição rapidamente abandonaram a Monarquia e se tornaram republicanos. Em diversas publicações seguintes do Social, esses indivíduos publicaram textos defendendo a indenização aos antigos senhores em função do término da escravidão. Segundo Humberto Fernandes Machado, o jornalista José do Patrocínio, já nesse contexto, caracterizou os indivíduos com tais posturas de “Republicanos de 14 de maio” e de “republicanos escravocratas”. Cabe salientar que nessa discussão, O Social também publicou textos defendendo a indenização para os libertos. Em ambas as defesas presentes nas publicações do jornal, esses textos foram divulgados nas “Seções Livres” e nas “Publicações a pedidos”. Fica evidente a tentativa do redator do jornal em estimular o debate público sobre o tema, ainda que o quantitativo de publicações para aqueles que defendiam a indenização para os escravocratas fosse maior.⁶²²

⁶¹⁹ **O Social**, Itaboraí, ano II, n. 33, p. 1, 26 mai. 1888.

⁶²⁰ **O Social**, Itaboraí, ano II, n. 35, p. 4, 9 jun. 1888.

⁶²¹ *Ibidem*. Constatação realizada pela leitura dos números de 1888, do jornal O Social, publicados posteriores a abolição.

⁶²² MACHADO, Humberto Fernandes. *Op. Cit.*, p. 41.

Apesar da retórica da neutralidade de Hermeto Luiz da Costa e embora o jornal algumas vezes tenha cedido às pressões desses republicanos na publicização de temas que os favoreciam, a defesa da continuidade do regime monárquico pelo “Velho Hermeto” e os ataques enfrentados no contexto inicial da Primeira República foram determinantes para ocasionar (em novembro de 1890) o encerramento das atividades do jornal O Social.⁶²³

⁶²³ **O Social**, Itaboraí, ano V, n. 48, p. 1, 9 nov. 1890.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado buscou analisar a História da imprensa periódica de Itaboraí com ênfase no contexto imperial, demonstrando que o surgimento e o desenvolvimento dessa imprensa estiveram conectados às disputas e transformações políticas e sociais que ocorreram no período estudado.

O quantitativo surpreendente de jornais localizados, ao longo da pesquisa, possibilitou que o próprio objeto dessa tese fosse construído, tornando possível pensar na elaboração de uma história da imprensa em Itaboraí. O estudo desses periódicos viabilizou perceber o quanto o jogo político local tinha nesses canais importantes caminhos de expressão e afirmação. Mais ainda, demonstrou como as conexões e diálogos políticos entre Itaboraí, a província e a cidade do Rio de Janeiro, então Corte Imperial, eram intensos e criavam suportes para a divulgação de projetos políticos e a consolidação de culturas políticas.

A abordagem escolhida procurou evidenciar as configurações políticas da época sobre a perspectiva dos jornais locais, tendo como referencial as interpretações dos agentes sociais residentes em Itaboraí, mas sem deixar de dialogar com as produções e entendimentos dos jornais produzidos, sobretudo, na Corte Imperial. Logo, buscou-se compreender o período imperial pela publicização de seus eventos e movimentos a partir da imprensa do interior da Província do Rio de Janeiro, dentro de uma perspectiva comparativa com a produção desenvolvida na Corte.

A presente análise utilizou os jornais impressos locais como fonte primária e como objeto de estudo para investigar a atuação desses periódicos em diversos contextos políticos do período imperial. Essa perspectiva contribuiu para desconstruir alguns equívocos presentes na História Local, preencher lacunas e desenvolver novas abordagens da História de Itaboraí, assim como para compreender os entrelaçamentos históricos locais com outras regiões da província. A partir dos jornais impressos na vila, buscou-se compreender o jogo político local e provincial.

Verificou-se que a imprensa periódica produzida em Itaboraí buscou (em sua quase totalidade) projetar ações, intenções e posicionamentos políticos de diversos indivíduos locais - e de variadas vertentes políticas em disputa no país - para além da esfera pública da vila, articulando uma expressiva representatividade dos impressos locais em diferentes regiões circunvizinhas a Itaboraí. Dessa maneira, os jornais produzidos na vila realizaram um papel expressivo na legitimação de ideias e projetos políticos imperiais e cumpriram um papel

significativo na disseminação dos principais debates do período no interior da Província do Rio de Janeiro, contribuindo, assim, para a ampliação da cena pública na região.

O estudo comparativo com jornais impressos de outras regiões da província, produzidos na década de 1830, contribuiu para compreender que a introdução de tipografias e o início da impressão de jornais em Itaboraí foram resultantes da expansão do liberalismo e das disputas de projetos desenvolvidos no contexto de formação do Brasil Independente em uma recente esfera pública criada.

Através da análise dos periódicos impressos em Itaboraí foi possível perceber o quanto os agentes políticos locais estiveram conectados às ações dos grupos de correntes ideológicas em conflito na Corte Imperial. São inúmeras as evidências nos jornais de relações de sociabilidade entre indivíduos de ambas as regiões e de notícias divulgadas e trocadas entre eles. Esse contexto contribuiu de forma expressiva para que os primeiros periódicos que surgiram em Itaboraí fossem jornais políticos, na medida em que estiveram conectados à Corte de variadas formas.

A expansão do periodismo impresso na vila, ocorrida entre os anos de 1835 e 1838, foi observada na presente pesquisa como fruto do contexto de descentralização política existente na Província do Rio de Janeiro e do aumento dos poderes regionais, quadro político desenvolvido após as determinações do Ato Adicional de 1834. Desse modo, a instalação de novas tipografias e de novos jornais foi verificada como consequência das ações (e intenções) das representações políticas regionais e dos esforços desses setores em consolidar uma cultura política liberal, capaz de manter a ordem monárquica e a estrutura socioeconômica alicerçada na escravidão.

O periodismo impresso local acompanhou as novas reconfigurações das práticas políticas e sociais desenvolvidas no Período Regencial e expressou na arena pública da vila as disputas eleitorais das novas representações que surgiram com a criação da Província do Rio de Janeiro e com a Assembleia Provincial, o que fez gerar uma predominância do conteúdo político em quase todos os jornais de Itaboraí publicados no período. Assim, em sua grande maioria esses jornais eram mais doutrinários que informativos. Esses periódicos foram caracterizados como parte integrante de uma imprensa artesanal, ou seja, não empresarial.

Nas décadas de 1840, 1850 e 1860 foi observada uma predominância de jornais locais liberais. Partindo desses periódicos, foi possível observar as disputas existentes entre liberais e conservadores e como os impressos influenciaram posicionamentos políticos na vila e em outras regiões da província. Constatou-se que essas folhas exerceram um papel relevante nas disputas político-partidárias existentes na província, atuando na propagação das ideias do Partido Liberal

diante das transformações políticas em curso e das disputas travadas em um ambiente público para fora da Corte Imperial e da capital da província. Assim, o estudo desses jornais mostrou que as relações de disputas entre as elites políticas também foram desenvolvidas fora do centro político e econômico do país e da província.

A análise desses periódicos viabilizou compreender que no início da década de 1850 ocorreu uma transição na imprensa periódica local, pois foi nesse período que foi inaugurada a pequena imprensa empresarial na vila, ainda que coexistindo com alguns elementos da imprensa artesanal. O contexto de inovações nos sistemas de comunicação (novas agências de Correios) e transporte (navegação a vapor) no país e na Vila de Itaboraí favoreceram esse quadro. Além disso, foi a partir dessa época que o discurso liberal pautado na defesa da crença da civilização e do progresso - embora adaptados a condicionantes que garantissem a continuidade da estrutura socioeconômica e escravista no país - ganhou mais expressão na imprensa periódica local. Foi nessa década em que foi observado o uso de forma mais sistemática de textos descritivos e com análises de fatos, inclusive nos jornais políticos e comerciais.

Pelo conjunto de fontes analisado, não foi localizada na década de 1870 a produção de jornais impressos em Itaboraí. Se ocorreu, não alcançou a expressividade de vendas, distribuição e circulação que os periódicos anteriores obtiveram, o que demonstra um recuo dessa produção, embora seja um período de consideráveis reformulações políticas no país.

Em sua grande maioria, os periódicos impressos analisados até o decênio de 1860 abordaram a escravidão por um “olhar” de mão de obra e os escravizados citados a partir de uma discursiva racial vinculada à prática de ilícitudes estabelecidas pela ordem vigente do período. Logo, nesses impressos a escravidão não foi trabalhada por uma questão social, mas sim como meio de trabalho compulsório tratado como imprescindível para manutenção da produção agrícola da vila. De modo geral, embora tenham tido níveis diferentes, a preocupação predominante nos conteúdos desses periódicos era garantir a manutenção da escravidão e da Monarquia.

A modificação de abordagem em relação à temática da escravidão, nos periódicos locais, ocorreu apenas na década de 1880 em Itaboraí, acompanhando o movimento abolicionista nacional. Foi através da produção intelectual desenvolvida pelos jornalistas Hermeto Luiz da Costa (principalmente) e de seu filho Hermeto Júnior que a imprensa periódica local passou a ter publicações questionando a legitimidade da escravidão.

As discussões referentes à abolição da escravidão em seus jornais, e a condenação desse sistema de trabalho em suas publicações, mostram uma ruptura de abordagem na imprensa

periódica local. Por seus periódicos representarem um espaço de fermentação intelectual e política em Itaboraí (e em regiões circunvizinhas), além de se tornarem um lugar de sociabilidade que agregou pessoas em torno de ideias e projetos coletivos, foi considerado nesta pesquisa que a produção desses jornalistas e suas identificações políticas também se propagaram para outras regiões do interior da província.

Em um dos jornais dos Hermetos (O Social) foram localizadas defesas da Monarquia, embora tal posicionamento tenha sido acompanhado de discursos que em sua grande maioria eram publicados de forma sutil. Em todo o caso, isso demonstra uma considerável predominância da defesa do regime monárquico na imprensa periódica em Itaboraí durante todo o período imperial.

As diversas campanhas sociais desenvolvidas por esses jornalistas representaram parte de suas articulações políticas desenvolvidas na cidade e mostram uma nova perspectiva política na imprensa periódica local. Suas diversas abordagens e suas práticas de silenciamento - constatadas através da comparação da leitura de outros jornais do mesmo período - revelaram posicionamentos e posturas contrárias às ações e articulações dos escravocratas residentes na vila, mesmo diante de uma relação de forças desigual.

O aumento das pressões políticas gerado com o advento da República e o próprio fechamento do Social revelam o desgaste que os Hermetos tiveram com os embates travados no final da Monarquia. Logo, assim como a grande maioria dos periódicos impressos em períodos anteriores, os debates travados nesse jornal fizeram parte dos embates e disputas entre projetos de nação.

Através do entendimento de que a produção da imprensa periódica esteve intrinsecamente associada às culturas políticas em disputa durante todo o período analisado, tornou-se possível afirmar que a Vila de Itaboraí esteve inserida em um espaço público de conflitos da Província do Rio de Janeiro e que a imprensa periódica local, seus fundadores e escritores foram importantes agentes de legitimação e divulgação de projetos de sociedade em disputa, na vila e em regiões próximas. Na vida política da Vila de Itaboraí no século XIX, assim como em diversas outras regiões da província, a imprensa foi um ator político fundamental e cumpriu um papel significativo no surgimento e desfecho de diversas lutas políticas travadas no período imperial.

APÊNDICE - Os outros jornais dos Hermetos: A União, a Lucta e O Itaborahyense

Este apêndice apresenta uma breve história de mais três periódicos produzidos pelos tipógrafos Hermeto Luiz da Costa e Hermeto Júnior para compreender as modificações de suas abordagens nos jornais e suas articulações políticas, assim como para expor um reconhecimento da produção desses jornalistas para Itaboraí. Para esse esforço, foi realizado uma análise comparativa entre esses impressos. Busca-se também expor o quanto a produção desses indivíduos e as suas atuações estimularam (posteriormente) parte de seus familiares a seguirem seus caminhos.

Além disso, é realizada uma análise de mais uma campanha publicizada em um de seus periódicos (O Itaborahyense). Trata-se da defesa que eles fizeram da construção de cemitérios e do fornecimento de carroças fúnebres para a parcela da população mais humilde da cidade. Embora esta iniciativa tenha sido realizada no início da Primeira República, ela está sendo apresentada nesta etapa do estudo para demonstrar que suas atuações enquanto intelectuais mediadores também atenderam a setores populares. Portanto, ainda que a presente abordagem não esteja dentro do corte cronológico, ela se justifica para entender como os Hermetos lidaram com as diversas pressões que receberam em diferentes contextos e como suas reações alteraram seus posicionamentos.

Logo, este estudo contribui para compreender, quando comparada com a análise do período imperial, que a atuação política desses jornalistas variou em diferentes contextos, dependendo de como e quem estivesse ocupando a Câmara Municipal (principalmente), assim como quem estivesse conduzindo o poder executivo do Estado do Rio de Janeiro. Não é intenção do presente tópico abordar e analisar de forma minuciosa a totalidade da vasta produção desses indivíduos e de seus herdeiros, mas sim de expor as contribuições que seus trabalhos (junto com diversos colaboradores) proporcionaram para a cidade de Itaboraí e as diferentes formas em que foram utilizados no âmbito político.

Desse modo, a análise se inicia com a apresentação do jornal A União. Esse jornal foi produzido inicialmente por Hermeto Luiz da Costa e lançado (provavelmente) em novembro de 1890, visto que o único exemplar localizado - o número 14, publicado no dia 21 de fevereiro de 1892 - faz referência ao seu segundo ano de publicação. Essa suposição se baseia na construção sequenciada da ordem decrescente de seus números, através do uso de um calendário

perpétuo desses anos, levando em conta que a numeração de seus exemplares foi iniciada novamente com a entrada de seu segundo ano.⁶²⁴

O cálculo realizado revela informações pertinentes dessa produção impressa. Isso porque, como já foi demonstrado, o periódico anterior publicado pelo “Velho Hermeto”, O Social, encerrou suas impressões no início de novembro de 1890 e o jornal A União foi lançado no final desse mês e mesmo ano. De forma pragmática, nota-se que - pelo curto intervalo de tempo de diferença entre esses jornais e por ambos terem sido impressos no mesmo maquinário da tipografia de Hermeto Luiz da Costa - essa modificação se trata de uma mudança de título de um periódico que já existia. Diante da constatação realizada de que O Social encerrou suas funções devido às pressões e perseguições políticas que os republicanos realizaram com o “Velho Hermeto”, verificou-se que essa alteração representa uma estratégia política de sobrevivência dele e de sua produção.⁶²⁵

Apesar da modificação do título, o subtítulo continuou o mesmo que existia no final da produção do Social (“Semanário Imparcial”). Logo, constata-se que a “retórica da neutralidade” recebeu um acréscimo da “retórica da união”, haja vista o seu título. Essas posturas foram realizadas como recurso para manter a continuidade das publicações do jornal, diante de um ambiente de hostilidades declaradas. Em um dos textos presentes no impresso localizado, publicado em seu editorial, o sentimento de união é conclamado como solução para as crises, impasses ou conflitos do cotidiano, assim como para viabilizar o alcance do progresso. Segundo o periódico,

a União de todos é que poderá trazer-nos o bem estar, a tranquilidade, o progresso e tudo quanto concorre para o engrandecimento de uma nação. Desde muito pugnamos pela união porque já estávamos e estamos certos que sem ela haverá o esfacelamento completo de tudo o quanto é sublime e grandioso; que sem ela serão frisadas as leis, espalhando o terror e derramado precioso de sangue, como estamos presenciando todos os dias. [...] Façamos um esforço supremo e gozaremos da felicidade; sem a qual caminharemos a passos agigantados para o aniquilamento de todas as forças que agem para o verdadeiro progresso.⁶²⁶

No único número impresso localizado, há a menção em seu cabeçalho de que Hermeto Júnior era o “redator-proprietário”, atuando no jornal junto aos “colaboradores diversos”. Nesse período (ano de 1892), ele tinha apenas 18 anos de idade, o que reforça o argumento já apresentado de sua precocidade no mundo da palavra impressa. O jornal era publicado uma vez

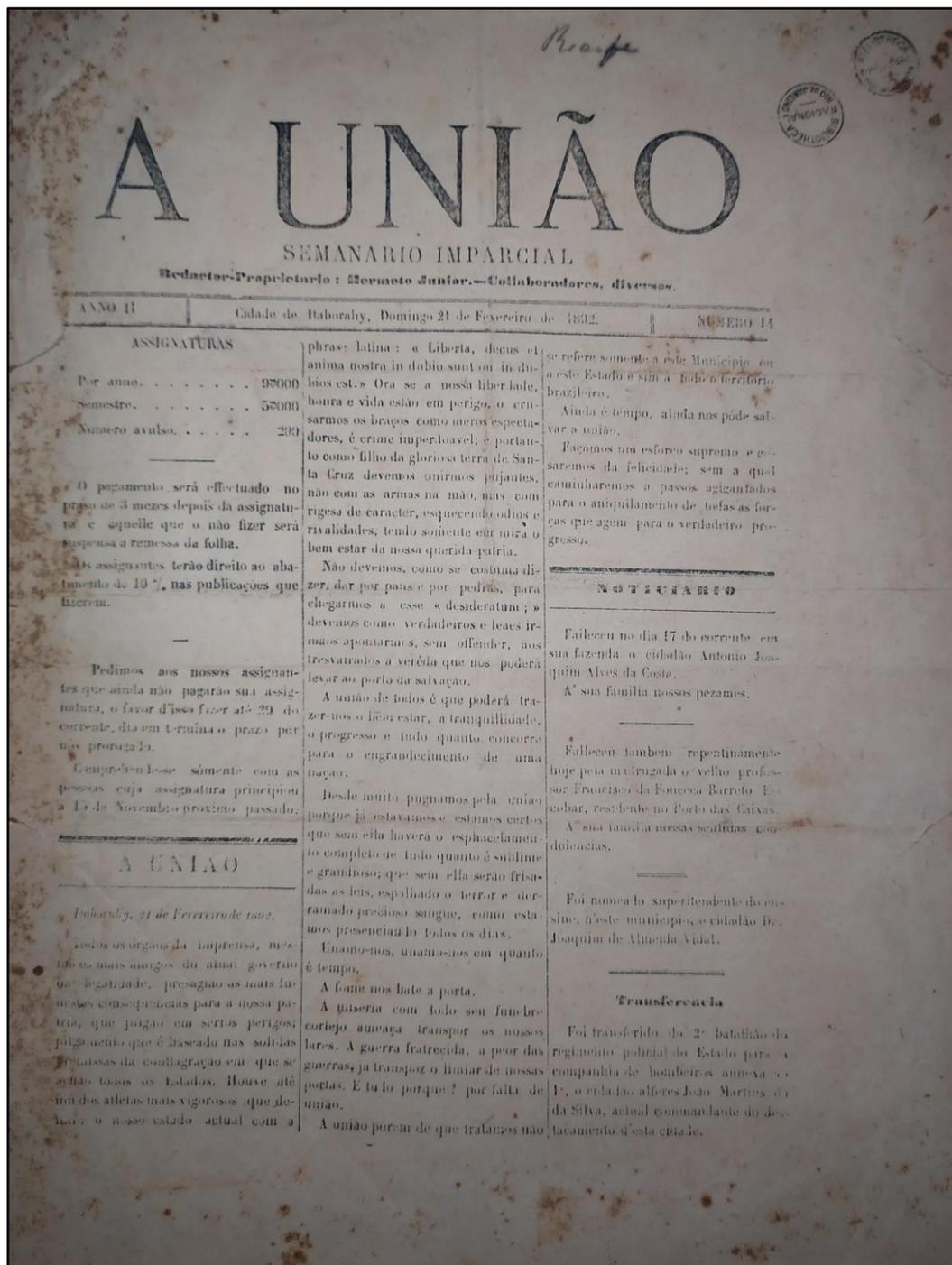
⁶²⁴ Perda Irreparável. O **Itaborahyense**. Itaboraí, p. 1, 17 jul. 1921; **A União**. Itaboraí, ano II, nº 14, p. 1, 21 fev. 1892.

⁶²⁵ Sobre O Social ver o tópico anterior deste capítulo.

⁶²⁶ **A União**. Op. Cit., p. 1

por semana (aos domingos) e era comercializado através de assinaturas que podiam ser pagas anualmente (no valor de 9\$000) ou semestralmente (pelo custo de 5\$000 réis). Ele também era vendido de forma avulsa, pelo valor de 280 réis.⁶²⁷

FIGURA 22 - Primeira página do nº 14 do Ano II do periódico A União (1892)



Fonte: Fundação da Biblioteca Nacional⁶²⁸

⁶²⁷ Ibidem.

⁶²⁸ A União. Itaboraí, nº 14, p. 1, 21 fev. 1892.

As dimensões desse impresso eram de 38x28. Logo, o seu tamanho era maior do que O Social (33x24), embora suas dimensões também se configurem como as de um jornal de formato pequeno. Sua estrutura era de quatro páginas, contendo três colunas cada uma. Uma das novidades apresentadas é que os seus assinantes tinham direito de um desconto de 10% nas publicações pagas que fizessem.⁶²⁹

Além da comercialização de seus exemplares, os recursos financeiros do jornal também eram obtidos pela venda de cartas de enterro e do pagamento recebido pelas publicações realizadas (de informações recebidas) em algumas seções, como nos Anúncios e nas Publicações a pedidos. Outras seções também foram identificadas, como o Noticiário, Variedades e Charadas.⁶³⁰

Não foram encontradas menções desse jornal em outros periódicos, o que impediu de conhecer a abrangência de sua circulação e distribuição, assim como a duração do seu período de funcionamento. Pela identificação de seu número, ano e data do único exemplar impresso, é possível afirmar que essa folha foi publicada durante um período de, pelo menos, um ano e três meses.

Em uma entrevista realizada com Heitor Costa (filho de Hermeto Júnior) pelo próprio jornal O Itaborahyense (em 1995), foi possível conhecer um pouco mais do cotidiano de disputa política e das práticas utilizadas para intimidar os Hermetos e como esses indivíduos reagiram, no contexto do final do século XIX. Quando Hermeto Júnior faleceu, seu Heitor tinha apenas 10 anos de idade. Contudo, o convívio contínuo que ele tinha com o pai na tipografia possibilitou ouvir muitas histórias do passado de seus parentes. Por exemplo, Heitor Costa relatou na entrevista que seu pai dizia que quando a “perseguição política” crescia, o “Velho Hermeto” “recorria a outro título” de jornal.⁶³¹

Verificou-se que essa situação ocorreu na sequência da produção de seus jornais, como O Social, A União, A Lucta e O Itaborahyense. Ou seja, Hermeto Luiz da Costa esperava um tempo para os ânimos baixarem e depois lançava outro periódico com o título alterado. Além das estruturas destas folhas serem muito semelhantes, todos esses jornais foram impressos no mesmo maquinário tipográfico utilizado para imprimir O Social, embora tenha ocorrido em alguns casos alteração do endereço da tipografia. No caso do Itaborahyense, esse maquinário foi utilizado até 1930, quando foi encerrada a primeira fase do jornal. Cabe destacar que, desses

⁶²⁹ Ibidem.

⁶³⁰ Ibidem.

⁶³¹ Lutas e vitórias por um sonho Itaboraiense. **O Itaborahyense**. Itaboraí, p. 4, 19 jan. 1995.

periódicos, a modificação da nomenclatura do Social para A União ocorreu de forma mais rápida, em um intervalo de apenas algumas semanas.

Outro relato interessante do Heitor Costa sobre as lembranças de seu pai, referentes às vivências que este teve com o “Velho Hermeto”, é a menção sobre o encerramento das atividades impressas do Social, A União e A Lucta como resultante de “pressões políticas”. Segundo Heitor, fazendo referência ao passado de seu pai e do avô, “naquele tempo, quando as pessoas eram do contra e perdiam jogavam foguete dentro da redação.” Tinham que “fechar a porta, trancar tudo”, pois “toda espécie de retaliação” poderia ser realizada. Essa narrativa viabiliza conhecer algumas situações de violência que os Hermetos sofreram diante dos embates públicos que tiveram, sobretudo, no final do século XIX, visto ser esse período o apresentado na discursiva de Heitor Costa.⁶³²

Depois do periódico A União, o próximo jornal produzido pelos Hermetos foi A Lucta. Não foi possível localizar nenhum impresso dessa folha. Das poucas informações encontradas, destacam-se o seu ano de lançamento (1893) e quem foi o redator inicialmente (o “Velho Hermeto”), assim como a atuação de Hermeto Júnior em sua produção. Seu fechamento, como já mencionado, ocorreu também por pressões políticas geradas pelos embates públicos que esses jornalistas realizaram. Como os periódicos produzidos por esses indivíduos (antes e depois da Lucta) foram publicados com as mesmas estruturas, torna-se possível supor que A Lucta era um jornal Hebdomadário (publicava-se uma vez por semana), de quatro páginas e com três colunas.⁶³³

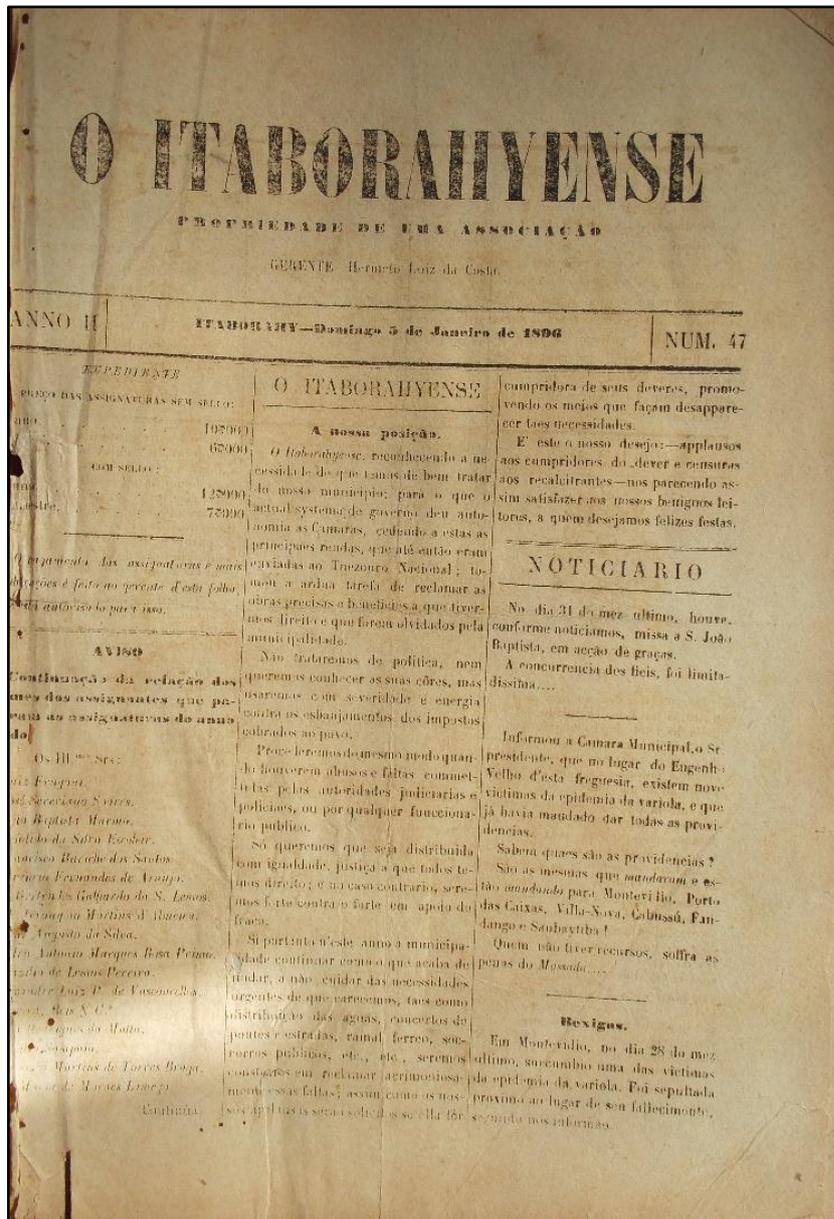
O último jornal produzido pelo “Velho Hermeto” e por Hermeto Júnior foi O Itaborahyense. Essa folha foi lançada no dia 19 de janeiro de 1895 por uma associação, assim como ocorreu com O Social. A partir de 1899, o nome de Hermeto Luiz da Costa voltou a ser explicitado como proprietário, substituindo a menção do termo associação. Seus números eram publicados uma vez por semana e na maioria das vezes aos domingos. Seus exemplares com dimensões de 37x27 continham quatro páginas (na grande maioria de seus números) e seus textos eram distribuídos em três colunas.⁶³⁴

⁶³² Ibidem. Heitor Costa foi o responsável, junto com seu filho Heimar Costa, por buscar, arquivar e colocar os impressos que seu pai e avô produziram em um mesmo local. Ver: **ANEXO R – Fotografia do jornalista Heitor Costa (década de 1980)**.

⁶³³ Perda Irreparável. **O Itaborahyense**. Op. Cit; O falecimento do nosso Director. **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano 36, nº 1689, p. 1, 20 jul. 1930; Itaborahy. **A Revista**. Op. Cit.

⁶³⁴ Esse periódico não possui relação com O Itaborahyense lançado em 1832 e nem com o jornal de mesmo nome publicado em 1862. **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano V, n. 191, p.1, 1 jan. 1899.

Figura 23 - Primeira página do nº 47 do Itaborahyense (1896)



Fonte: Acervo Heitor Costa⁶³⁵

A comercialização desse impresso era realizada através de assinaturas, que variavam o valor de acordo com onde seriam encaminhados os jornais (“com selo” ou “sem selo”) e de forma avulsa (em menor proporção). Sua fonte de renda era baseada (principalmente) nas assinaturas, na publicidade dos anúncios, nas publicações pagas solicitadas por alguns leitores e em alguns momentos no recebimento pela publicização de informações oficiais das autoridades locais, dependendo da relação política que esses jornalistas tinham com a Câmara Municipal. Suas seções nos anos iniciais possuíam características e denominações semelhantes

⁶³⁵ O Itaborahyense. Itaboraí, nº 47, p. 1, 5 jan. 1896.

àquelas utilizadas no jornal O Social. Com o decorrer dos anos, diversas seções foram criadas, como Antecedentes Históricos, Reminiscência, entre outras.⁶³⁶

No ano de 1900, Hermeto Júnior assumiu como o gerente do jornal, embora o “Velho Hermeto tenha continuado como o seu proprietário e em alguns momentos tenha voltado para a gerência. A primeira interrupção das impressões do Itaborahyense ocorreu em 1930, com a morte de Hermeto Júnior. Em dezembro de 1944 a publicação do Itaborahyense foi retomada por Heitor Costa (neto do fundador do jornal). Contudo, novamente, as impressões pararam em 1946. O novo retorno ocorreu apenas em 1952, estendendo seu funcionamento até 1988. Em 1993, o jornal voltou a ser publicado, tendo seu Heitor o apoio de seu filho Heimar Costa e, em 1996, a contribuição de Simão Miguel. Em 1998 ocorreu outra interrupção e dessa data em diante ocorreram algumas tentativas de retomada de sua produção, mas sem o êxito esperado.⁶³⁷

Portanto, mesmo com as interrupções, o jornal foi publicado durante 88 anos e sempre com o protagonismo de algum descendente de Hermeto Luiz da Costa e com o apoio de diversos colaboradores. Como os seus jornais iniciais tiveram uma duração de tempo de funcionamento consideravelmente menor e considerando que O Itaborahyense alcançou uma duração sem interrupções entre os anos de 1895 a 1930, é possível supor que suas articulações políticas ganharam maior expressão e mais apoio de outros agentes sociais da cidade com o decorrer dos anos. Esse foi o caso da participação direta de Pereira Júnior e Antonio Leal que durante os anos de 1904 a 1906 foram, respectivamente, redator chefe e redator secretário do Itaborahyense, tendo Hermeto Júnior como gerente. Ambos foram vereadores em Itaboraí e atuaram politicamente durante anos na cidade.⁶³⁸

Durante todo o primeiro período do jornal, sua tipografia se manteve na rua São João. Esse local ficava “atrás” da Igreja Matriz de São João Batista e próximo à Praça Marechal Floriano Peixoto, o que demonstra que a praça continuou sendo na Primeira República - como foi durante todo o período imperial - o principal espaço de instalações de tipografias de Itaboraí, na medida em que esse local foi (e ainda é) o espaço público mais representativo da cidade. A imagem seguinte (Figura 24), registrada pelo fotógrafo Augusto Malta em 1920, mostra essa tipografia ao lado de um sobrado e a fotografia seguinte (Figura 25) tirada no início da década de 1930, localiza melhor esse espaço de impressão, visto que ficava um pouco depois da Travessa (Espírito Santo) que aparece ao lado da igreja.

⁶³⁶ 20 anos. **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano 21, n. 998, p. 1, 21 jan. 1915; *Ibidem*...20 jul. 1930. Op. Ct.

⁶³⁷ Informações obtidas pela análise do acervo digitalizado do Social e do Itaborahyense e pela entrevista realizada (no dia 30 de agosto de 2015) com seu Heimar, Helso e Heitor Costa no prédio onde está localizado atualmente os impressos do jornal.

⁶³⁸ **O Itaborahyense**. Itaboraí, ano X, n. 462, p.1, 24 abr. 1904; *Ibidem*, ano XII, n. 597, p. 1, 23 dez. 1906.

Figura 24 - Primeira sede da Tipografia do Itaborahyense (1921)



Fonte: Acervo Heitor Costa

Figura 25 - Local próximo à Tipografia do Itaborahyense (Década de 1930)



Fonte: Acervo Heitor Costa

Entre um quantitativo amplo de campanhas que esses jornalistas realizaram através de seus jornais, uma tem um destaque considerável para compreender o quadro social e político que existia em Itaboraí no início da Primeira República e como a população negra era tratada nesse período no município. Trata-se da campanha em defesa do fornecimento de “carros fúnebres” e da construção de cemitérios nas localidades de Pacheco e Cabuçú.

A publicização dessa situação ocorreu no decorrer do ano de 1896. Como essas localidades não possuíam cemitérios no período, a maioria da população mais humilde que ali residia (sobretudo as pessoas negras) enfrentava uma enorme dificuldade para levar os corpos de seus entes queridos para o cemitério principal da cidade, que ficava (e ainda fica) localizado relativamente “próximo” à Igreja Matriz do município. Apesar da ausência de cemitérios e da distância de Pacheco e Cabuçú, a Câmara Municipal deixou de fornecer os “carros fúnebres” para transportar os cadáveres das pessoas que moravam nesses lugares. Como forma de tentar resolver o problema, os Hermetos passaram a publicar diversos textos denunciando o ocorrido e questionando a Câmara Municipal.

Desse modo, no dia 12 de abril de 1896, o jornal *O Itaborahyense* publicou em seu editorial - o que demonstra que se trata de um posicionamento do próprio periódico - críticas à Câmara, detalhando a questão e destacando a continuidade dessa precariedade social como algo conflitante aos valores difundidos pela ordem estabelecida, como a justiça.

é somente por amor a justiça, que vimos perante esta Municipalidade reclamar o seu cumprimento. Os lugares de Pacheco e Cabuçú são afastados em alguns pontos mais de 20 quilômetros [...] e os óbitos dados nesses lugares são em grande número, devido as suas avultadas populações, que acarreta aos moradores um constante sacrifício na condução dos corpos a mão e do qual, muitas vezes são eles vítimas desse abuso de misericórdia; não só pelos excessos das viagens, como também pelas exalações cadavéricas [...]. Convém notar ainda que os corpos assim conduzidos, são sempre depositados na calçada da sacristia de nossa Matriz e aí permanecem, às vezes, algumas horas ali expostos. Esta exposição, além de não existir o menor vislumbre de caridade, traz em si consequências funestas de emanações pestíferas. Infelizmente este espetáculo é aqui constantemente reproduzido, havendo dias de mais de cinco! Se, portanto, a Câmara Municipal como lhe cumpre tiver amor a justiça, mandará edificar, sem perda de tempo, cemitérios naqueles referidos lugares. O atual presidente da Câmara é residente em Cabuçú e a verdade desta reclamação não pode por ele ser desconhecida. Assim, mande sustar as obras desnecessárias [...] e fação construir cemitérios em Pacheco e Cabuçú [...]. É preciso que a Câmara Municipal mostre que possui a grande virtude do - amor da justiça.⁶³⁹

Esse descaso criou um cenário caótico e sombrio no município, visto que tal postura ocasionou diversas situações de corpos abandonados em Pacheco e Cabuçú, além do fato de

⁶³⁹ *O Itaborahyense*. Itaboraí, ano II, n. 59, p. 1, 12 abr. 1896.

que aqueles que foram levados, acabavam ficando, em sua grande maioria, em estado de putrefação, visto que enfrentavam uma longa espera para serem sepultados. Logo, os indivíduos que com muito esforço conseguiam levar os cadáveres para serem enterrados no cemitério principal da cidade (São João Batista), ainda tinham que enfrentar o descaso da espera, ocasionada pela falta de organização e de iniciativas da Câmara Municipal para a realização do sepultamento dessas pessoas.⁶⁴⁰

Como resposta, apesar da tristeza que provavelmente esses indivíduos sentiam, optaram em deixar os corpos que carregaram em uma calçada do principal espaço representativo religioso da cidade, a Igreja Matriz de São João Batista. Vale ressaltar que o espaço onde a igreja estava localizada era próximo da Câmara Municipal, na medida em que ambas edificações fazem parte da Praça Marechal Floriano Peixoto. Logo, o ato de deixar os corpos das pessoas mortas nesses lugares representou uma ação política de contestação desses populares. A publicização do ocorrido pelo jornal *O Itaborahyense* propagou os anseios de quem buscava ter a sua “voz” reconhecida, e logo, a busca para que esse mal de fato fosse resolvido.⁶⁴¹

No decorrer do ano, *O Itaborahyense* realizou uma série de contundentes denúncias sobre a continuidade dessa situação. Em uma delas, publicada no dia 20 de setembro, divulgou que os moradores haviam

presenciado por diversas vezes, quadros bastante contristadores, pela falta de caridade da Câmara Municipal, que parece viver de mal com essa virtude; sendo um deles não cumprir o 7º artigo das obras corporais de misericórdia – enterrar os mortos! É assim que os nossos irmãos indigentes, nem depois de mortos encontram seus corpos o necessário para o repouso eterno! Em muitas ocasiões somos despertados pelo movimento da força policial e indagando a causa, chega ao nosso conhecimento andar ela à cata de cidadãos para obrigá-los a condução dos cadáveres. À primeira vista parecerá que este procedimento é todo abusivo; mas, se a polícia assim não proceder, ficarão insepultos muitos corpos e conseqüentemente fatos semelhantes ao de Cabuçu!⁶⁴²

O fato ocorrido em Cabuçu, que o jornal mencionou, faz referência a um trágico evento que ocorreu nesse período e nessa localidade. Trata-se do abandono do corpo do negro Antonio Maçada, que durante dias foi devorado por diversos animais que por ali passavam. Embora esse episódio tenha ficado mais conhecido e utilizado pelo jornal para alertar a população e a Câmara Municipal da necessidade de se viabilizar os meios necessários para a realização dos

⁶⁴⁰ Ibidem.

⁶⁴¹ Ibidem.

⁶⁴² Lembrem-se ao menos dos pobres. *O Itaborahyense*. Itaborai, ano II, n. 80, p. 1, 20 set. 1896.

sepultamentos, ele não foi um caso isolado, pois as publicações do Itaborahyense assinalam que o abandono de corpos nessa localidade (sobretudo de pessoas negras) era algo corriqueiro.⁶⁴³ Na matéria publicada no dia 20 de setembro de 1896, O Itaborahyense destacou a população negra como a mais atingida desse descaso e citou os níveis de dificuldades e sofrimentos que essa parcela da população enfrentava, além de conclamar o protagonismo do “povo” nas cobranças pela resolução da situação.

O maior número dos cadáveres, são dos nossos antigos escravos, pelo completo abandono em que ficaram. Esses infelizes na sua grande parte decrépitos e valetudinários, morrem miseravelmente por falta de asilo, a que tinham direito, como principais motores da nossa agricultura e são quase sempre encontrados seminus pelas ruas e estradas a implorarem um pedaço de pão. Não podemos nunca esquecer, que esses nossos irmãos, são vítimas da lei da força e assim tirados de um país tão livre como o nosso, para depois de usufruirmos toda sua vitalidade em nossos serviços, atira-los a fome e a miséria!... Não exigimos que a municipalidade faça um asilo, mas ao menos tenha carros ou carroças fúnebres, como possuem todas as outras corporações congêneres para transportar a última morada os indigentes. [...] o povo exige que a Câmara Municipal cumpra com seus deveres e que seja solicitada nos socorros públicos e não tê-los em completo olvido. O povo paga impostos para serem aplicados convenientemente e com a maior justiça e não para estar a mendigar o que por obrigação se lhe deve e sem a menor atenção. O que acabamos de aludir é a única responsável a Câmara Municipal, que não cumprindo com seus deveres força a polícia a assim proceder com vexame do proletariado e de nossos foros de povo civilizado. Lembrem-se ao menos dos pobres.⁶⁴⁴

A cobrança em diversas publicações dessa discussão foi realizada pelo jornal por uma discursiva caracterizada pela defesa de valores cristãos (embora os Hermetos fossem maçons), conclamando o senso de justiça, solidariedade, caridade e humildade dos componentes da Câmara Municipal. É perceptível que essa abordagem representou uma tática política direcionada para atacar o Presidente da Câmara, na medida em que este era o Vigário Joaquim Mariano de Castro Araújo, sendo ele o principal expoente do catolicismo na cidade à época. Nesse período, as divergências entre Hermeto Luiz da Costa e o Vigário eram extremamente corriqueiras - sobretudo no âmbito político - e as abordagens de enfrentamentos de ambos os lados eram diversas.

O “Velho Hermeto” (acompanhado de seu filho e de outros colaboradores) noticiava demandas populares e questionava a ausência de iniciativas da Câmara Municipal, além de criticar as ações consideradas por ele como desnecessárias diante da constatação de problemas maiores. Era constante o acionamento de valores cristãos em seus textos para caracterizar o

⁶⁴³ O Itaborahyense...12 abr. 1896. Op. Cit.

⁶⁴⁴ O Itaborahyense...20 set. 1896. Op. Cit.

Vigário como insensível, na medida em que este foi citado, diversas vezes, como indiferente às necessidades e ao sofrimento que a parcela mais humilde da cidade passava.

Já o Vigário Araújo conduzia as relações de força que exercia - tanto no aspecto religioso como político - em prol do convencimento de uma imagem positiva de suas ações na Câmara Municipal. Para esse esforço, Araújo utilizou de algumas estratégias. Entre elas, destacavam-se os discursos cotidianos nos templos religiosos sob sua responsabilidade; a opção de não responder às críticas que recebia no próprio jornal do Hermeto Costa, mas sim em periódicos publicados na Capital da República (como o Jornal do Brasil); e retirada da publicização dos atos da Câmara Municipal do jornal O Itaborahyense, exercendo assim sua condição de Presidente (desta casa) para atacar os seus desafetos políticos. Essa ação foi de fato danosa, pois os editais das autoridades municipais representavam uma fonte expressiva de obtenção de recursos do jornal. Apesar disso, O Itaborahyense sobreviveu e continuou suas publicações durante muitos anos.

Com o subtítulo “órgão do interesse do povo” - utilizado de forma contínua até a década de 1930 -, O Itaborahyense realizou diversas campanhas para publicizar demandas populares existentes na cidade. Essas iniciativas foram partes integrantes de um conjunto de articulações políticas desenvolvidas pelos Hermetos e seus colaboradores. O pesquisador Marcelo de Souza Magalhães, ao analisar o Conselho Municipal do Rio de Janeiro e ao se deparar com alguns jornais cariocas do final do século XIX e início do século XX, constatou que esses impressos (sobretudo o Jornal do Brasil) publicaram “reivindicações de setores populares da cidade”, através de colunas de queixas escritas pelos próprios queixosos.⁶⁴⁵

Magalhães observou que o Jornal do Brasil no período de 1894 a 1919 abriu espaço para matérias com conteúdos direcionados para os populares da cidade do Rio de Janeiro, incluindo “denúncia da condição de vida dos mais pobres”. Segundo ele, essa linha lhe “rendeu grande prestígio entre os setores populares, o que tornou um dos jornais mais vendidos na cidade”.⁶⁴⁶

A constatação desse pesquisador possibilita compreender que os jornais produzidos pelos Hermetos também se inseriram nesse contexto e com essa perspectiva editorial, sobretudo O Itaborahyense. Independente das diversas matérias publicadas nesse impresso terem sido ou não escritas pelos próprios queixosos, o fato é que o jornal se tornou um espaço público para que esta parcela da população da cidade tivesse “voz”, assim como ocorreu nos jornais

⁶⁴⁵ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando o lugar do Conselho Municipal carioca: os projetos e a política dos intendentes. In: ABREU, Martha; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; TERRA, Paulo Cruz. **Os poderes municipais e a cidade – Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

⁶⁴⁶ Ibidem.

mencionados por Magalhães. Embora essa característica tenha sido iniciada no período imperial com O Social (de forma tímida), ela se desenvolveu de forma expressiva com as publicações do Itaborahyense. Isso contribuiu, assim como constatou Magalhães em relação ao Jornal do Brasil, para a propagação de um prestígio desses jornalistas (e do seu jornal) entre os setores populares de Itaboraí e conseqüentemente para o fortalecimento de suas articulações políticas na cidade e para a manutenção das vendas de seus números até a década de 1930. Enquanto os três primeiros impressos do “Velho Hermeto” e de seu filho alcançaram poucos anos de impressão, O Itaborahyense foi produzido por mais de três décadas sem interrupções, fato que ocorreu apenas quando Hermeto Júnior faleceu e não como resultantes de pressões políticas.

Portanto, a apresentação dos periódicos produzidos por esses jornalistas e de uma campanha para exemplificar o desenvolvimento de suas ações com pautas populares - para além do corte temporal analisado nesta pesquisa - foram utilizadas neste tópico como recurso analítico de compreensão dos processos históricos mais amplos desses indivíduos e os diferentes caminhos e articulações políticas que adotaram para a manutenção da sua produção periódica impressa em Itaboraí. Dessa maneira, constatou-se que a prática de denúncias sociais desenvolvida com o decorrer dos anos em seus jornais viabilizou melhores condições para que os Hermetos reagissem às pressões, conflitos e intimidações que receberam.

Logo, a “retórica da neutralidade” presente no Social e a “retórica da União” difundida no periódico A União foram sendo substituídas pelo predomínio da explicitação de posicionamentos diretos e com alvos definidos para atender às demandas populares, desenvolvendo assim uma ampliação da relação de força política que possuíam na cidade e uma propagação da representatividade do Itaborahyense como o principal espaço de publicizações de informações de Itaboraí e de municípios circunvizinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Fontes primárias

1 – Jornais impressos e outros documentos do acervo Heitor Costa

Certidão de Nascimento de Heitor Costa. Registro Civil, Cartório do 1º Distrito do Município de Itaboraí, livro n. 27, termo n. 89, folha 187.

DA REDAÇÃO. **O Social.** Itaboraí, ano II, n. 45, p. 1-2, 18 ago. 1888.

FORTE, José Matoso Maia. Centenário da imprensa – A imprensa em Niterói. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 191, p. 2, 10 jul. 1908.

Lembrem-se ao menos dos pobres. **O Itaborahyense.** Itaboraí, ano II, n. 80, p. 1, 20 set. 1896.

MENDONÇA, Salvador. Sessenta anos de Reminiscência. Memórias alheias. **O Itaborahyense**, Itaboraí, nº 647, p. 3, 5 jan. 1908.

O Itaborahyense. Itaboraí, n. 9, 3 dez. 1862.

O Itaborahyense. Itaboraí, n. 22, 28 fev. 1863.

O Itaborahyense. Itaboraí, nº 47, p. 1, 5 jan. 1896.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano II, n. 59, p. 1, 12 abr. 1896.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano X, n. 462, p.1, 24 abr. 1904.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano XII, n. 597, p. 1, 23 dez. 1906.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano 22, n. 1084, p. 1, 1 out. 1916.

Perda Irreparável. **O Itaborahyense.** Itaboraí, ano 27, n. 1313, p. 1, 17 jul. 1921.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano 27, n. 1302, p. 1, 6 mar. 1921.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano 27, n. 1304, p. 1, 20 mar. 1921.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano 27, n. 1307, p. 1, 17 abr. 1921.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano 27, n. 1310, p. 1, 15 mai. 1921.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano 27, n. 1312, p.1, 5 jun. 1921.

O Itaborahyense. Itaboraí, ano 27, n. 1325, p. 1, 23 out. 1921.

Lutas e vitórias por um sonho Itaboraiense. **O Itaborahyense.** Itaboraí, p. 4-5, 19 jan. 1995.

O Social. Itaboraí, ano I, n. 14, p. 1, 8 jan. 1887.

O Social. Itaboraí, ano I, n. 32, p.1, 21 mai. 1887.

O Social. Itaboraí, ano I, n. 33, p. 4, 4 jun. 1887.

O Social. Itaboraí, ano I, n. 43, p. 2-3, 20 ago. 1887.

O Social. Itaboraí, ano I, n. 43, p. 1, 24 ago. 1887.

O Social. Itaboraí, ano I, n. 40, p. 4, 30 jul.1887.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 13, p. 1, 1 jan. 1888.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 21, p. 2-3, 23 fev. 1888.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 24, p.1, 17 mar. 1888.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 27, p. 1 e 4, 11 abr. 1888.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 27, p.1, 14 abr. 1888.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 31, p. 1, 12 mai. 1888.

O Social, Itaboraí, ano II, n. 33, p. 1, 26 mai. 1888.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 35, p. 4, 9 jun. 1888.

O Social. Itaboraí, ano II, n. 45, p. 1, 18 ago. 1888.

O Social. Itaboraí, ano III, n. 1, p. 2, 6 out. 1888.

O Social. Itaboraí, ano III, n. 2, p. 4, 13 out. 1888.

O Social. Itaboraí, ano III, n. 12, p.1, 22 dez. 1888.

O Social. Itaboraí, ano III, n. 22, p. 2, 2 mar. 1889.

O Social. Itaboraí, ano III, n. 35, p. 3, 15 jun. 1889.

O Social. Itaboraí, ano III, n. 42, p.2, 3 ago. 1889.

O Social. Itaboraí, ano V, n. 48, p. 4, 9 nov. 1890.

O falecimento do nosso Director. **O Itaborahyense.** Itaboraí, ano 36, nº 1689, p. 1, 20 jul. 1930.

20 anos. **O Itaborahyense.** Itaboraí, ano 21, n. 998, p. 1, 21 jan. 1915.

PROFESSORA Paulina Porto. **O Itaborahyense.** Itaboraí, ano 26, n. 1273, p. 1, 11 jul. 1920.

PROFESSORA Paulina Porto. **O Itaborahyense,** Itaboraí, Ano 26, n. 1276, domingo, p. 1, 01 ago. 1920.

HONRA ao Mérito. **O Itaborahyense,** Itaboraí, Ano 26, n. 1277, domingo, p. 1, 08 ago. 1920.

2 – Periódicos impressos do acervo da Fundação da Biblioteca Nacional

A ATUALIDADE e o futuro. **A Civilização.** Itaboraí, nº 33, p. 1-2, 19 out. 1850.

A Civilização. Itaboraí, nº 1, p. 1, 9 mar. 1850.

A Civilização. Itaboraí, n. 2, 16 mar. 1850, Declarações, p. 4.

A Civilização. Itaboraí, n. 14, 8 jun. 1850, Anuncios, p. 4.

A Civilização. Itaboraí, nº 19, p. 1, 13 jul. 1850.

A Civilização. Itaboraí, nº 26, p. 4, 31 ago. 1850.

A Civilização. Itaboraí, nº 30, p. 4, 28 set. 1850.

A Civilização. Itaboraí, nº 32, p. 1, 12 out. 1850.

A Civilização. Itaboraí, n. 45, p. 2, 11 jan. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 57, 5 abr. 1851, Correspondência, p. 2.

A Civilização. Itaboraí, n. 61, 3 mai. 1851, Correspondência da Civilização, p. 3.

A Civilização. Itaboraí, n. 63, p. 3, 17 mai. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 67, 14 jun. 1851, Correspondência, p. 2.

A Civilização. Itaboraí, nº 69, p. 1, 28 jun. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 76, 16 ago. 1851, Correspondência da Civilização, p. 3.

A Civilização. Itaboraí, nº 89, p. 1, 15 nov. 1851.

A Civilização. Itaboraí, nº 145, p. 1, 11 dez. 1852.

A União. Itaboraí, ano II, nº 14, p. 1, 21 fev. 1892.

A ESCRAVIDÃO no Brasil. **A Civilização.** Itaboraí, nº 9, p. 2, 4 mai. 1850.

A GUERRA no Prata. **A Civilização.** Itaboraí, nº 63, 17 mai. 1851.

A IMPRENSA actual. **A Civilização.** Itaboraí, n. 47, p. 1, 25 jan. 1851.

A INSTRUÇÃO pública na província. **A Civilização.** Itaboraí, nº 8, p. 1-2, 27 abr. 1850.

A LEI das terras devolutas. **A Civilização.** Itaboraí, nº 28, p. 1-2, 14 set. 1850.

AOS NOSSOS colegas os redatores. **A Civilização.** Itaboraí, n. 44, p. 1-2, 4 jan. 1851.

AS CÂMARAS em 1850. **A Civilização.** Itaboraí, nº 30, p. 1-2, 28 set. 1850.

AS PROPOSTAS do Exm. Ministro da Justiça. **A Civilização.** Itaboraí, nº 7, p. 1-2, 20 abr. 1850.

ATENÇÃO. **A Civilização.** Itaboraí, n. 9, 4 mai. 1850, Anuncios, p. 4.

AZEVEDO, Luiz Francisco de Paula e. Prospecto. **A Civilização.** Itaboraí, nº 1, p. 1, 9 mar. 1850.

AZEVEDO, Luiz Francisco de Paula. Aos nossos assinantes. **A Civilização.** Itaboraí, nº 69, p. 1-2, 28 jun. 1851.

COLONIZAÇÃO. **A Civilização.** Itaboraí, nº 99, p. 1, 15 fev. 1851.

Echo Popular. Itaboraí, n. 1, 25 jul. 1863.

Echo Popular. Porto das Caixas, n. 5, 16 ago. 1863.

Echo Popular. Porto das Caixas, n. 8, 7 dez. 1863.

Echo Popular. Porto das Caixas, n. 25, 9 jan. 1864.

FEBRE amarela. **A Civilização.** Itaboraí, nº 16, p. 2, 22 jul. 1850.

HÁ no Brasil um partido republicano? **A Civilização.** Itaboraí, nº 11, p. 1-2, 18 mai. 1850.

ISIDRO, José Antonio. Um seu assinante. **A Civilização.** Itaboraí, nº 31, p. 3-4, 5 out. 1850.

ITABORAHY – Exames públicos das escolas de instrução primária em dezembro de 1850. **A Civilização.** Itaboraí, nº 42, p. 1, 21 dez. 1850.

ITABORAHY, **A Civilização**. Itaboraí, nº 23, p. 1, 10 ago. 1850.

MAPPAS. **A Civilização**. Itaboraí, n. 30, p. 4, 28 set. 1850.

NESTA Typographia. **A Civilização**. Itaboraí, n. 24, p. 4, 10 ago. 1850.

NO PORTO de Sampaio. **A Civilização**. Itaboraí, nº 24, p. 4, 17 ago. 1850.

NOTÍCIAS da semana até 19. **A Civilização**. Itaboraí, n. 69, p. 2, 28 jun. 1851.

O Brasil e suas instituições. **A Civilização**. Itaboraí, nº 2, p. 1-2, 16 mar. 1850.

O Echo da Verdade. Macacu, nº 25, p. 1, 11 mar. 1841.

O MINISTÉRIO da Questão inglesa. **A Civilização**. Itaboraí, nº 24, p. 1-2, 17 ago. 1850.

O MINISTÉRIO e as eleições na Província e no Império II. **A Civilização**. Itaboraí, nº 145, p. 1-2, 11 dez. 1852.

O MOSCARDO. Os curandeiros. **A Civilização**. Itaboraí, nº 31, 5 out. 1850, Publicações a pedido, p. 3-4.

O TRÁFICO e a escravidão no Brasil. **A Civilização**. Itaboraí, nº 21, p. 1-2, 27 jul. 1850.

3 – Jornais digitalizados do acervo da Fundação da Biblioteca Nacional (Hemeroteca)

A Actualidade. Rio de Janeiro, n. 375, 26 mar. 1863.

A Actualidade. Rio de Janeiro, n. 371, 21 mar. 1863.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 214, 17 jul. 1829. Rio de Janeiro, p. 3.

A Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, nº 383, p. 1, 3 set. 1830.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 438, p. 2, 17 jan. 1831.

A Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, nº 445, p. 4, 4 jan. 1831.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 546, p. 4, 21 out. 1831.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 570, p. 3, 16 dez. 1831.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 616, p. 4, 13 abr. 1832.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 630, p. 3-4, 18 mai. 1832.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 647, p. 2, 4 jul. 1832.

A Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, nº 664, p. 4, 17 ago. 1832.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 794, p. 2-3, 17 jul. 1833.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 887, p. 4, 14 mar. 1834.

A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, nº 1023, 4 mar. 1835. Rio de Janeiro, p. 3.

A Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, nº 1079, p. 3-4, 7 ago. 1835.

A Patria. Niterói, n. 126, 28 mar. 1863.

A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino. Rio de Janeiro, p. 254, 1877.

Ao respeitável público imparcial e judicioso. **Correio Constitucional Campista**, Campos, nº 58, p. 5, 16 ago. 1831.

Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1859-1881.

Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1863.

Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1865.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Província, 1879.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Província, 1881.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Província, 1885.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Estado, 1901

AMARAL, Angelo Thomaz. Clube da lavoura do 4º distrito eleitoral da Província do Rio de Janeiro. **Brazil**. Rio de Janeiro, ano II, n. 267, p. 3, 12 nov. 1884.

Anais Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, primeira sessão ordinária da vigésima quinta legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1884.

ANNAES do Parlamento Brasileiro - Câmara dos Srs. Deputados, terceira sessão - Vigésima Legislatura de 1888. Volume I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

Astrea, Rio de Janeiro, nº 24, p. 3, 19 ago. 1826.

Astrea, Rio de Janeiro, nº 606, p. 4, 26 ago. 1830.

Astrea. Rio de Janeiro, nº 611, p. 4, 7 set. 1830.

Astrea. Rio de Janeiro, nº 661, p. 4, 18 jan. 1831.

Astrea, Rio de Janeiro, nº 175, p. 3, 1832.

Astrea, Rio de Janeiro, nº 177, p. 4, 1832.

BENÍCIO, Manuel. Jornaes Nictheroyenses. **O Fluminense**, Nictheroy, nº 4070, p. 2, 29 set. 1899.

Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 212, jul.-ago. 1897.

Caramuru, Rio de Janeiro, nº 1, p. 1, 2 mar. 1832.

Caramuru, Villa da Praia Grande, nº 23, p.1, 19 set. 1832.

Caramuru, Villa da Praia Grande, nº 26, p. 4, 29 set. 1832.

Clarim da Liberdade, Rio de Janeiro, nº 17, p. 5-7, 14 jan. 1831.

Constitucional. Rio de Janeiro, n. 62, 19 mar. 1863.

Correio Braziliense, Londres, ano 1, vol. I, n. 1, p. 5, jun. 1808.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 1, p. 1, 1 jan. 1831.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 4, p. 4, 12 jan. 1831.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 17, p. 4, 26 fev. 1831.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 31, p. 4, 20 abr. 1831.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 53, p. 6, 12 jul. 1831.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 58, p. 5, 16 ago. 1831.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 59, p. 3, 23 ago. 1831.

Correio Constitucional Campista, Campos, nº 77, p. 3, 30 dez. 1831.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, nº 326, p. 1, 17 fev. 1832.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, n. 288, 18 out. 1862.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, n. 192, 14 jul. 1863.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, n. 192, 14 jul. 1863.

Correio Oficial: in medio posita virtus. Rio de Janeiro, nº 28, Tomo IV, p. 3, 6 fev. 1835.

Correio Oficial, Rio de Janeiro, nº 91, 25 abr. 1835. Presidência da Província, p. 2.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 3, 5 fev. 1822. Obras Publicadas, p. 3.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 23, 27 mai. 1829. Obras Publicadas, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 16, 172, p. 1-2, 22 jun. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 2, 182, p.1, 2 jul. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 5, 186, p. 1, 6 jul. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 11, 193, p.1, 13 jul. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 17, 20 jul. 1829. Obras Publicadas, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 22, 207, p. 1, 27 jul. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 2, 214, p.1, 3 ago. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 8, 221, p. 1, 10 ago. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 13, 228, p. 1, 17 ago. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 19, 235, p. 1, 24 ago. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 25, 242, p. 1, 31 ago. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 7, 251, p.1, 9 set. 1829.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 18, 264, 22 set. 1829. Notícias Particulares, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 219, ano XIX, p. 1, 1 out. 1840.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 293, 25 out. 1862.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 13, 13 jan. 1863.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 30, 27 jan. 1863.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 223, 15 ago. 1863.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 219, 11 ago. 1863.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 116, p. 3, 2 mai. 1877.

Éco na Villa Real da Praia Grande, Praia Grande, nº 12, p. 1, 14 ago. 1829.

ELEIÇÃO de dous Deputados. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, nº 100, p. 1, 20 abr. 1841.

FRANQUEZA, **O Brasil,** Rio de Janeiro, nº 95, vol. I, p. 4, 16 fev. 1841.

Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, ano VI, n. 129, p. 2, 8 jun. 1885.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, ano XII, n. 266, p. 2, 24 set. 1886.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 1, p. 1, 10 set. 1808.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 3, p. 1, 21 set. 1808.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 6, p. 2, 18 out. 1808.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 80, p. 3, 17 jun. 1809.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 31, p. 1, 17 abr. 1811.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 32, p. 1, 20 abr. 1811.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 70, p. 4, 1 set. 1813.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 53, p. 1, 3 jul. 1821.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 1, p. 1, 1 jan. 1822.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 157, p.1, 31 dez. 1822.

Gazeta do Rio, Rio de Janeiro, nº 87, p. 3, 20 jul. 1822.

Goitacaz, Campos, nº 20, p. 4, 17 dez. 1831.

Goitacaz, Campos, nº 24, p. 1, 6 fev. 1832.

HUM amigo da humanidade. **A Aurora Fluminense.** Rio de Janeiro, nº 181, 24 abr. 1829, Correspondência, p. 4.

Hum de Tamby. **Astrea,** Rio de Janeiro, nº 321, p. 3-4, 21 ago. 1828.

Imprensa no Brasil. **Correio Braziliense,** Londres, ano 10, vol. XXII, n. 130, mar. 1819.

Itaborahy. **A Revista.** Rio de Janeiro, n. XV, p. 40, jul. 1920.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 117, p. 2, 27 jan. 1832.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 147, p. 3, 3 mar. 1832.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 38, p. 2, 18 fev. 1835.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 58, p. 4, 13 mar. 1835.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 119, p. 4, 30 mai. 1835.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, nº 126, p. 4, 9 jun. 1835.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 174, p. 4, 11 ago. 1835.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 236, p. 4, 29 out. 1836.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 120, p. 4, 1 jul. 1837.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 14, p. 3, 18 jan. 1838.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 24, p. 4, 31 jan. 1838.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 55, p. 4, 9 mar. 1838.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, nº 250, p. 3, 8 nov. 1838.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, ano 66, n. 24, p. 6, 24 jan. 1888.

Luz Brasileira, Rio de Janeiro, nº 4, p. 3, 22 set. 1829.

MAIS huma falsidade. **A Regeneração**. Rio de Janeiro, nº 52, vol. I, p. 2, 2 mar. 1841.

Morreu, ontem, um velho jornalista fluminense. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, n. 568, p. 4, 29 mai. 1930.

Nova Luz Brasileira, Rio de Janeiro, nº 145, p. 6, 8 jun. 1831.

Novos Periódicos. **Astrea**. Rio de Janeiro, nº 610, p. 2, 4 set. 1830.

O Amigo da Moral, Itaboraí, nº 81, p. 1, 20 jan. 1838.

O Campista, Campos, nº 1, p.1, 4 jan. 1834.

O Campista, Campos, nº 96, p. 1, 31 dez. 1834.

O Fluminense. Niterói, ano X, n. 1414, p. 1, 22 jun. 1887.

O Fluminense. Niterói, ano XI, n. 1501, p. 4, 11 jan. 1888.

O Fluminense. Niterói, n. 14468, p. 1, 29 mai. 1930.

O Grito da Pátria Contra os Anarquistas, Rio de Janeiro, nº 142, p. 3, 3 out. 1831.

O Grito da Pátria Contra os Anarquistas, Rio de Janeiro, nº 39, p. 1, 10 mar. 1832.

O Grito Nacional. Rio de Janeiro, n. 421, p. 1-2, 21 jul. 1852.

O inimigo dos oleiros fictícios. **Astrea**, Rio de Janeiro, nº 605, p. 1-2, 24 ago. 1830.

O Jornal. Rio de Janeiro, n. 782, p. 7, 11 ago. 1921.

O Maiorista. Rio de Janeiro, nº 20, p. 3, 19 jul. 1841.

O Matraca dos Farroupilhas, Rio de Janeiro, nº 6, p. 6, 17 jan. 1831.

O Mensageiro da Praia Grande, jornal curioso, instructivo, e liberal. Praia Grande, nº 16, p. 6, 3 abr. 1835.

O Monitor, Campos, nº 83, p. 1, 8 mai. 1839.

O Monitor, Campos, nº 172, p. 1, 28 mar. 1840.

O Nacional, Rio de Janeiro, nº 75, p. 4, 27 set. 1833.

O Pacote do Rio, Rio de Janeiro, nº 189, p. 1-2, 27 ago. 1836.

O Provinciano Fluminense. Macacu, nº 34, p. 1, 19 dez. 1835.

O Regresso ao Jornal do Mato. **O Regresso**, Rio de Janeiro, nº 4, p. 2, 22 nov. 1837.

O Sete d' Abril. Rio de Janeiro, nº 58, p. 3, 16 jul. 1833.

O Sete d' Abril, Rio de Janeiro, nº 198, p. 5-8, 22 nov. 1834.

O Sete D' Abril. Rio de Janeiro, nº 219, p. 1-2, 7 fev. 1835.

O Sete D' Abril. Rio de Janeiro, nº 247, p. 2-3, 19 mai. 1835.

O Sete D' Abril. Rio de Janeiro, nº 252, p. 2-3, 6 jun. 1835.

O Tempo, Praia Grande, nº 1, vol. II, p. 1-4, 3 jul. 1832.

O Tempo. Praia Grande, nº 21, vol. II, p. 3-4, 21 ago. 1832.

O Tempo, Rio de Janeiro, nº 9, vol. III, p. 1, 1 ago. 1834.

O Tempo, Rio de Janeiro, nº 1, vol. III, p. 1, 26 mai. 1846.

OUTRA reunião ou jantar dos Lobatos. **O Novo Tempo.** Rio de Janeiro, nº 43, p. 1-2, 1 ago. 1844.

O Valenciano. Rio de Janeiro, nº 1, p. 1, 26 mai. 1832.

O Valenciano. Rio de Janeiro, nº 50, p. 4, 20 set. 1833.

O Valenciano, Valença, nº 50, p. 11, 20 set. 1833.

OS MISSIONÁRIOS do ministério. **O Brasil.** Rio de Janeiro, nº 80, vol. I, p. 3, 9 jan. 1841.

PROVAS de urbanidade. **O Brasil,** op. cit., nº 103, vol. I, p. 3, 6 mar. 1841.

Relação dos deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas legislaturas de 1836 a 1917. **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro.** Niterói, p. 2, 1836.

Reverbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro, nº XXII, 9 abr. 1822. Correspondência, p. 269.

Revista do Livro, Rio de Janeiro, nº 20, p. 118, ano V, dez. 1960.

RIO de Janeiro. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, nº 221, p. 1, 8 out. 1835.

Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande, Rio de Janeiro, nº 19, p. 13, 1823.

Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande, Rio de Janeiro, nº 20, p. 4, 1823.

SOUZA, Antonio Joaquim Moreira. **Correio do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro, nº 47, 26 set. de 1823. Correspondência, p. 4.

VIANNA, Hélio. D. Pedro e a imprensa de 1821 e 1822. **Jornal do Commercio,** Rio de Janeiro, nº 161, p. 9, 10 abr. 1960.

VIANNA, Hélio. O Príncipe Regente e o Sacristão de Itaboraí. **Jornal do Commercio,** Rio de Janeiro, nº 162, p. 6, 12 abr. 1960.

4 – Periódicos micro filmados do acervo da Fundação da Biblioteca Nacional

O Juvenil, Itaboraí, nº 1, p. 1-2, 14 jun. 1835.

O Juvenil, Itaboraí, nº 2, p. 1-4, 21 jun. 1835.

O Juvenil, Itaboraí, nº 3, p. 4, 16 ago. 1835.

O Juvenil, Itaboraí, nº 4, p. 1, 23 ago. 1835.

O Severo, Itaboraí, nº 1, p. 1, 10 de jun. de 1832.

O Severo, Itaboraí, nº 3, p. 1, 24 jun. 1832.

O Severo, Itaboraí, nº 5, p. 1, 8 jul. 1832.

O Severo, Itaboraí, nº 7, p. 1-2, 22 jul. 1832.

O Severo, Itaboraí, nº 8, p. 1-2, 29 jul. 1832.

O Severo, Itaboraí, nº 10, p. 1-3, 12 ago. 1832.

O Severo, Itaboraí, nº 12, p. 1, 30 set. 1832.

5 - Acervo do Center for Research Libraries (CTL)

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brazil. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1846-1854.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brazil. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1851.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brazil. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1844-1889.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Presidente (Carneiro Leão). **Relatório...1 mar. 1842**, s/n.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). **Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1ª sessão da 3ª legislatura da assembleia provincial acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841**. Niterói: Typographia de Amaral & irmão. 1851, Mapa A.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da Segunda sessão da vigésima sexta legislatura, em 12 de setembro de 1887, pelo Presidente Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão**. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1887, Mapa SN.

6 – Coleção de Leis do Império do Brasil do acervo da Câmara dos deputados

BRASIL. **Decreto de 15 de janeiro de 1833**. Coleção das Leis do Império do Brasil. RJ: Typographia Nacional, parte segunda, 1873.

BRASIL. **Decreto de 13 de maio de 1808 - Crêa a Imprensa Régia**. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 1, 1891.

BRASIL. **Decreto de 2 março de 1821. Sobre a liberdade da imprensa**. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 2, 1891.

BRASIL. **Lei nº 16 - de 12 de agosto de 1834**. Coleção de Leis do Império do Brasil. RJ: Typographia Nacional, parte primeira, 1866.

BRASIL. **N. 17 – Guerra – Em 24 de junho de 1808 – Manda estabelecer a Junta de Direção da Imprensa Régia e dá-lhe regimento provisório**. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, parte 2, 1891.

7 – Outras legislações

Decreto n. 122, de 30 de outubro de 1996.

8 - Artigos, Dissertações, Teses e Livros

ABREU, Martha. **Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XX**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n.14, 1994.

_____. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. "Pensamento Católico, Abolicionismo e Festas Religiosas no Rio de Janeiro". IN: Marcos Pamplona (org.). **Escravidão, Exclusão e Cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

_____; GONTIJO, Rebeca e SOIHET, Raquel; Apresentação. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. Catolicismo. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. Corte. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.
- Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, N° 16, 1964/1965.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. (Monsenhor Pizarro) **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da arte sacra fluminense. 1753 – 1830**. Vol. II. RJ. INEPAC. 2009.
- ARMITAGE, João. **História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. (Monsenhor Pizarro). **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. RJ. Edição original, Imprensa Régia. Livro II. 1820.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro**. RIHGB. RJ: B. L. Garnier, tomo XXVIII, parte 2°, 1865.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.
- _____. História Social da Imprensa – Brasil (1900-2000). In: **Anais intercom. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos, 2007.
- BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (Orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, volume 1. Rio de Janeiro: Maud X, 2009.
- BARRETO, Dalmo. Salvador de Mendonça: sua vida e sua obra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, vol. 148, n° 355, p. 141-163, abril-junho de 1987.
- BARROS, Gustavo Abruzzini de. **Imprensa Valenciana. Do provincianismo da era de barões e coronéis ao engatinhar do profissionalismo do século XXI**. Valença: Jornal Local, 2012.
- BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

- _____. Espaço, território, região – Pressupostos Metodológicos. **Tempos, espaços e representações: abordagens geográficas e históricas**. Bahia: UESB, 2013.
- BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BASILE, Marcello Otávio. A reforma agrária cidadã: o plano do grande Fatusim Nacional. **Estudos Sociedade e Agricultura**. CPDA/UFRRJ, vol. 6, n. 10, p. 95-117, abr. 1998.
- _____. **Os Reacionários do Império: a imprensa Caramuru no Rio de Janeiro**. Dimensões – Revista de História da UFES, Vitória, v. 10, p. 167-189, Jan/Jul. 2000.
- _____. Projetos de Brasil e construção nacional na Imprensa Fluminense (1831-1835). In: FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira (Orgs.) **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006.
- _____. **Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional**. Dimensões. Espírito Santo: UFES, vol. 18, 349-383, 2006.
- _____. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, vol. II, 2009.
- _____. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- _____. **Regência e Imprensa: percursos historiográficos**. Almanack, Guarulhos, n. 20, p. 1-9, dez. 2018.
- BELTRÃO, Maria. **A Vila de Santo Antonio de Sá e o Convento de São Boaventura: arqueologia, memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2013.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BESSA, Alberto. **O Jornalismo. Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até aos nossos dias**. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez 2004.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, segundo volume, 1893.

_____. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, terceiro volume, 1893.

_____. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, quarto volume, 1893.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo**. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS, UFRJ, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 1996.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: ____ (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. 7. Reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. São Paulo: Martins, 1952.

CABRAL, Carlos. **Itaboraí e suas histórias: conheça, valorize e divulgue**. 8º Simpósio de Educação de Itaboraí. 2010.

CADERNOS ITADADOS. Itaboraí: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Prefeitura Municipal de Itaboraí, 2006.

CADERNOS ITADADOS. Itaboraí: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Prefeitura Municipal de Itaboraí, 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: **Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 2, 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. & outros, “Documentação Política, 1808-1840”, in Paulo Roberto Pereira (org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional. Guia de Fontes sobre o Brasil**. RJ: Fundação da Biblioteca Nacional, 2001.

_____. **A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

_____. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século XIX. Oxford: Working Paper, **Centre For Brazilian Studies**, 2007.

- _____. A vida política. In: ____ (org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 - A Construção Nacional: 1830-1889**, vol. 2, Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2012.
- CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. O Império dos Correios: notas de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX. In: **Anais do Encontro de Pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**. Vitória-ES, Volume 1, 2016.
- Catálogo da Exposição de História do Brasil. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. RJ: Typ. de G. L. & Filhos, vol. IX, 1881.
- CATANI, Afrânio Mendes. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da Conceição. **Internar para educar colégios-internatos no brasil (1840 -1950)**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia. 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu**. Dissertação de Mestrado. UFF. 2013.
- _____. A Vila de Santo Antonio de Sá: configuração político-territorial (1697-1877). In: **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.
- _____. A produção de café na Vila de São João de Itaboraí e sua comercialização em Porto das Caixas (1833-1875). **Revista Cantareira**, Niterói: UFF, 32º ed. jan-jun, 2020.
- _____. Os africanos livres enviados para Itaboraí - RJ - Brasil (1831-1864). **Revista de História da UEG – Morrinhos**, v. 9, n. 1, e-912004, jan./jun. 2020.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez 2007.
- Cunha, Lygia da Fonseca Fernandes da. **O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional: estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.
- DARTON, Robert. Introdução. In: ROCHE, Daniel; DARTON, Robert. (Org.). **Revolução Impressa: a Imprensa na França 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **A Muralha de Bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária: 1957-1862.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Fake News marcaram as eleições de 2018. **Ig Último Segundo**, São Paulo, 29 nov. 2018.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950.** Tese (Doutorado em História) – PUC-RJ, RJ, 2009.

_____. [et al.]. **História e patrimônio: Rio Bonito.** Rio de Janeiro : Mauad X : Faperj, 2014.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** XXII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959; Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, Nº 16, 1964/1965.

FERREIRA, Osvaldo Luiz. **Itaboraí ontem e hoje: síntese histórica.** Itaboraí: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Redatores, livros e leitores em O Patriota. In: KURY, Lorelai (Org.). **Illuminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814).** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goitacazes.** Rio de Janeiro, Ed. Esquilo Ltda, 2º ed., 1979.

FIGUEIREDO, Haydée da Graça Ferreira de. História Local e a Educação Patrimonial: a experiência da Faculdade de Formação de Professores. **Trabalho apresentado na VII Semana de História da UERJ-FFP.** São Gonçalo, 2001.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. **200 anos de imprensa no Brasil.** Contra Capa: Rio de Janeiro, 2009.

FORTE, José Mattoso Maia. Vilas fluminenses desaparecidas. In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Tomo XLIV, 1937.

FRÓES, Vânia Leite (org.). **Programa de Pós-Graduação em História.** Catálogo de teses e dissertações, 1974-1995. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996.

GAGLIARDO, Vinicius Craneck. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e culturas políticas no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fatima Silva; SOIHET, Raquel; **Culturas políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

_____.; HANSEN, Patrícia. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, A.; HANSEN, P. (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005.

GOMES, José Clemente; MASSOW, Hilário. **Estado do Rio de Janeiro: composto sobre os últimos mapas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892.

GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo Maçônico e Cultura Política na Corte Imperial brasileira (1871-1874)**. Dissertação de Mestrado. UFF: Niterói, 2019.

GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005.

GOUBERT, Pierre. História Local. Tradução de Marta M. Lago. **Revista Arrabaldes**. Ano I, nº 1, maio/agosto 1988.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional**. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

_____. Questão Christie. VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**.

HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico, vol. 7: do Império à república.** 7ª ed. Tomo II, VOL. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico, vol. 5: reações e transações.** 8ª ed. Tomo II, vol. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 307, abril-junho, 1975.
- _____. **Imprensa Fluminense: Ensaio e Trajetos.** Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.
- IPANEMA, Marcello de. **A Censura no Brasil: 1808-1821.** Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- _____. **Estudos de história da legislação de imprensa.** Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- _____. **Legislação de imprensa.** Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- _____. **Síntese de história da legislação luso-brasileira de imprensa.** Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- Itaboraí – Pesquisas arqueológicas do projeto Sagas e seu contexto histórico.** Rio de Janeiro: IAB & CEG, 2003.
- ITABORAÍ 150 ANOS (1833-1983): UM MUNICÍPIO PERTO DO MUNDO.** Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1983.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de geografia e estatística, 1964.
- _____. **O homem e a Serra.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- LE GOFF, Jacques (org). **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI aos nossos dias.** JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa (Org). Brasília: Senado federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.
- LIMA, Ivana Stolze. Cabra gente brasileira do gentio da Guiné: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro (1831-1833). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder.** Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos - a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- _____. **D. Pedro I. Um herói sem nenhum caráter.** SP: Companhia das Letras, 2006.
- MACEDO, Joaquim Manoel. **Suplemento do ano biográfico.** Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, vol. I, 1880.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. S. João de Itaborahy. **Ostensor Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 23, p. 179-181, 1845.
- _____. **O Forasteiro.** Segunda Edição. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1856.
- _____. **O Rio do Quarto: romance.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869, 7-13. Idem. **Ano Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Tipografia e litografia do imperial Instituto Artístico, 1876.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa Abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: Lessa, Mônica Leite; Fonseca, Sílvia Carla Pereira de Brito. (Org.). **Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.
- _____. **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro.** Niterói: Editora da UFF, 2014.
- MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.
- MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- _____. Imprensa, História e Memória: da unicidade do passado às outras histórias. **Patrimônio e Memória.** UNESP, FCLAS, CEDAP, v. 5, n. 2, p. 58-81, dez. 2009.
- MAGALHÃES, João de. **Reminiscências do Porto das Caixas.** Niterói, Mar. 1944.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando o lugar do Conselho Municipal carioca: os projetos e a política dos intendentes. In: ABREU, Martha; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; TERRA, Paulo Cruz. **Os poderes municipais e a cidade – Império e República.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- MAIA, João de Azevedo Carneiro. **Notícias históricas e estatísticas do município de Resende desde sua fundação.** RJ: Tip. da Gazeta de Notícias, 1891.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil.** 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Mapa dos fogos, pessoas livres e escravos compreendidos nas freguesias da cidade e província do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor. Tomo XXXIII, parte primeira, 1870.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.

_____. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MATOS, José Veríssimo de. A Imprensa. In: **Livro do Centenário (1500-1900)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol 1, 1900.

MATTOS, Hebe Maria. **Ao Sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. SP, Brasiliense, 1987.

_____. **Das Cores do Silêncio. Significados da liberdade no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Abolicionismo. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. Escravocratas In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2006.

MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira**, Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Os processos comunicacionais na historiografia brasileira**. C&S – São Bernardo do Campo, v. 35, n. 1, p. 7-42, jul./dez. 2013.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

MORAES, Alexandre José de Melo. **História da transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: livraria da Casa Imperial de E. Dupont, ed., 1872.

MORAES, Rubens Borba de. “A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- _____. **O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais.** Maracanã, Rio de Janeiro, n. 3, p. 17-30, 2005/2007.
- _____. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900.** Rio de Janeiro: MAUADX, 2010.
- _____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MOYA, Salvador de. **Anuario genealógico brasileiro.** São Paulo: Instituto de Estudos Genealógicos, vol. 1, 1939.
- NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império: Nabuco de Araújo.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, vol. 4, 1949.
- NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais da abolição: diabos e Cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888).** Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2011.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e Região: Tópicos de História Regional e Local.** Ponta de Lança, São Cristóvão v.1, n.2, abr.-out. 2008.
- NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. **Saeculum – Revista de História.** UFPB, n. 3, jan-dez 1997.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Maçonaria. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João Feres. MÄDER, Maria Elisa. (Orgs.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- NORA, Pierre (dir.). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1997, v. 2, p. 2226 apud GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural.** *Historiae*, v.3, p. 27-46, 2012.
- NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **Meios de Transporte no Rio de Janeiro - História e Legislação** (volumes 1 e 2). Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio. 1934.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. **O disfarce do anonimato. O debate político através dos folhetos (1820-1822).** Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.
- PAIXÃO, Múcio da. **O teatro no Brasil;** obra póstuma. Rio de Janeiro: Moderna, 1917.
- PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa Republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888.** Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, ICHF, Departamento de História, Niterói, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2006.

PORTA, Frederico. **Dicionário de Artes Gráficas**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1958.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da micro análise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZNIK, Luiz. Qual o Lugar da História Local? Apresentado: **V Taller Internacional de Historia Regional y Local**. Havana/ Cuba, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. **Lugar Comum**, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1945.

_____. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

_____. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

Teatros de memória. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, n 14, fev. 1997.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 1995.

SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1975.

SILVA, Regina Coeli Alcantara. **Processos de escolarização em Itaboraí: um estudo sobre a constituição da instrução pública primária (1880-1911)**. Dissertação de Mestrado. UFF: Niterói, 2019.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: René Remond. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

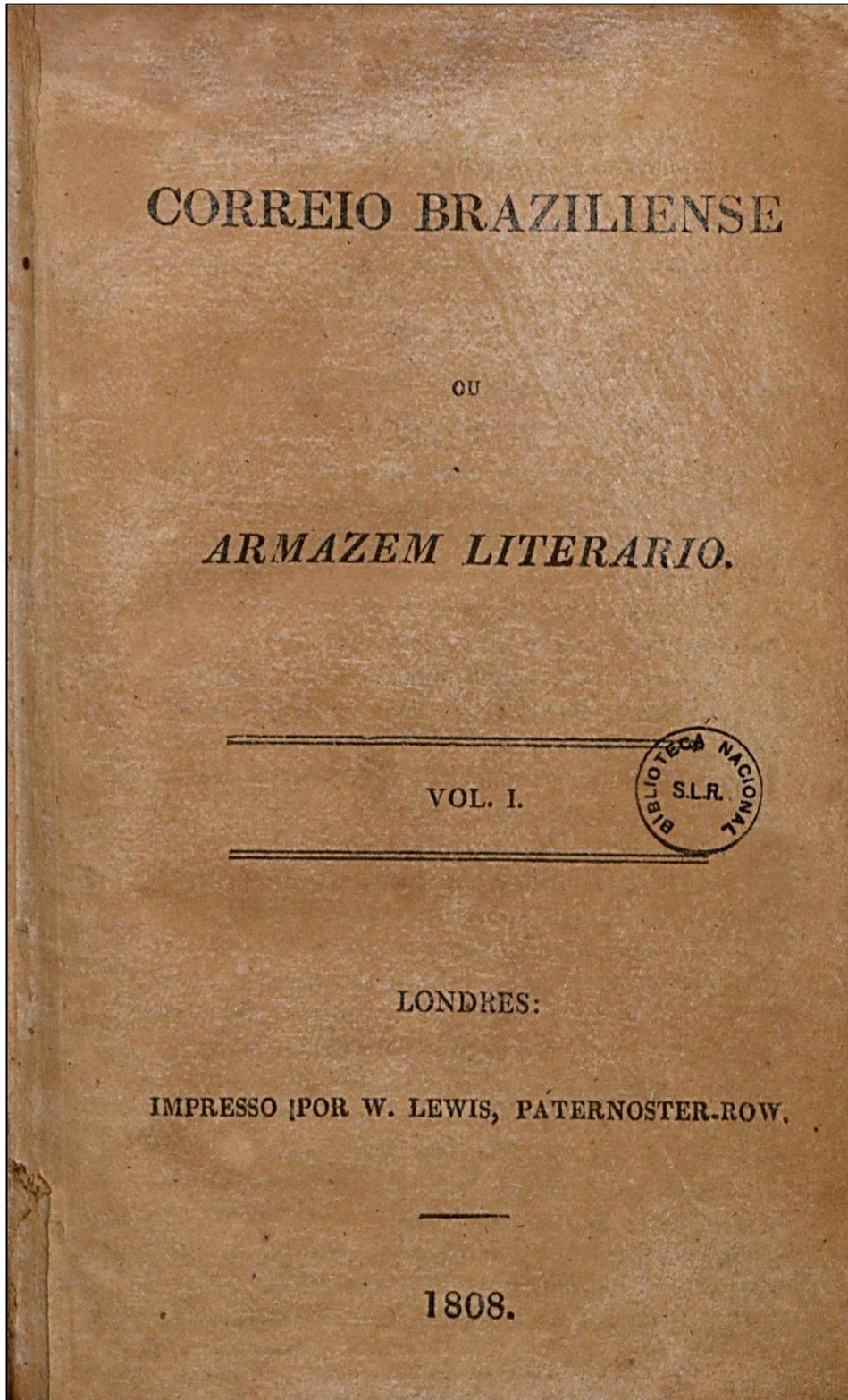
SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: SANTOS, Flávio Gomes dos; CUNHA, Olívia. (Org.). **Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

- _____; STARLING, Heloisa M. **Brasil uma biografia**. SP: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Adalberto Prado (org.). **Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos – Ilustrado**. 3. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- SILVA, Alberto da Costa e. A escravidão nos anúncios de jornal. In: FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos Anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 1. Ed. Digital. São Paulo: Global Editora, 2012.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Entre o dogma e a disciplina: a polêmica sobre o celibato no contexto da hegemonia liberal-regalista (1826-1842)**. Rev. Teo&CR, Recife, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016.
- SILVA, Antonio Carlos da. **O cotidiano da imprensa e a imprensa no cotidiano: espaços públicos e a defesa da “lavoura” em Valença no século XIX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brazil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.
- SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em nome da ordem: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, ICHF, Departamento de História, Niterói, 2017.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: René Remond. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, José Antônio Soares. **Da Vila Real da Praia Grande à Imperial cidade de Niterói**. RIHGB. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, Vol. 312, julho-setembro, 2ª parte, 1976.
- TINOCO, Godofredo. **Imprensa Fluminense**, Rio de Janeiro: Liv. São José, 1965.
- VAINFAS, Ronaldo. Manuel Luís Osório. In: _____ (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. Guerras Platinas. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**.
- VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812–1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- _____. **D. Pedro I, Jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa - algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP**. São Paulo: PUCSP, n. 4, p. 89-102, 1985.

ANEXOS

ANEXO A – Primeira página da edição
inaugural do Correio Braziliense (junho de 1808)



ANEXO B - Primeira página da edição inaugural
da Gazeta do Rio de Janeiro (10/09/1808)

N.º I.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

*Doctrina sed vim promouet insitam,
Rectique cultus pectora roborant.*

HORAT. Ode III. Lib. IV.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

OS dois Navios Americanos, que ultimamente arribarão ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegarão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annunciação que os Janizaros em Constantinopla se declararão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado. --- Hamburgo está tão exaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação. --- 50000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiverão ordem de marchar para Hespanha.

Londres a 16 de Junho.

Extracto de huma Carta escrita a bordo da Statira.

“ Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levámos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol faz todo o possivel para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armarão 80000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzos, nas visinhanças de Cadiz, tem pegado em armas, e destes ha já 60000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Carthagená, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de polvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. ”



ANEXO C – Primeira página da edição nº 12
do jornal O Éco na Villa Real da Praia Grande (14/08/1829)

2445
1829
misc. JNº 105

NUMERO 12. SEXTA FEIRA 14 DE AGOSTO ANNO DE 1829.

O ÉCO
NA VILLA REAL DA
PRAIA GRANDE.

Periodico de Correspondencias, Cópias, Repetições, e traducções interessantes de
outros Periodicos e Obras, tanto Nacionaes, como Estrangeiras: Sciencias,
Anuncios, Compras e Vendas, Poezias, Agricultura, &c.

52
3.287

52
3.287

Inscreve-se para esta folha no Escriptorio, na casa do canto da rua do Vasco, com a rua Direita da Praia; onde tambem se distribue, e se entregão as Correspondencias &c., e na Cidade na loja de livros de João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia: a Subscrição he de 640 réis mensaes.

Magn nimo valor os A mas pedem;
Pedem fervendo estudo as Lettras; pede
Mais que estudo, e valor, virtuozo lango
Despido de interesse.

Filinto Flyzi, o Ode XVII.

Artigo em parte copiado do Courier du Brésil N. 62 de 8 de Novembro de 1828, sobre as Sociedades patrioticas, sua utilidade, tanto para mlyburamentos Civis, como para instituições Scientificas &c.

“O Espirito das associações, começa a desenvolver-se entre nós, elle he quem nos afiança dos progressos da Civilização, he a alma da industria, e a fonte fecunda das descobertas uteis. Na Inglaterra, na França, Allemanha, Italia &c., não há huma só Cidade, que não tenha suas Academias, e Sociedades industriaes, fundadas por Cidadões ricos, e esclarecidos. Estas associações tem por fim, reunir em hum foco, todas as luzes dispersas; perdidas inutilmente, sem ellas, por entre os turbilhões de negocios da vida humana, que semelhantes ao tempo, devorão com mais rapidez do que elle, tudo o que elle he para nascer. Ellas appresentão ainda a vantagem real de socorrerem os méritos do desgraçado, animalo por beneficios, ajudalo na execução de projectos uteis; na fabricaço de machinas engenhosas; de vencer a indiferença do governo, e de dirigir os socorros, que elle prestar.

Os serviços que prestão estas Sociedades, não se limitão a sua acção exterior, he no seu proprio seio, que se formão os homens, que hum dia devem nas columns da Gloria da sua patria; a necessidade de julgar das obras dos outros, em todos os ramos, fazem nascer entre as pessoas que fazem parte da Sociedade, ideias novas, que sem ella não terião já mais lembrado: do estado de juiz deza se logo passar a fazer parte, e a Sociedade se alegra aos esforços de seos proprios membros; a emulação se anima, e dá origem a talentos; e esta associaço, que no principio era olhada por todos aquelles que a compoem, como hum simples sacrificio patriotico, torna se hum corpo poderoso, e respeitavel, ao qual se tem depois a honra de pertencer; e por hum sentimento de ambição bem entendida, se reu nem em hum perfeita igualdade, todas as illustrações. Se tantas vantagens podem nascer das associaçoens de Litteratura, e de industria, há outras ainda mais interessantes, porque ellas obrão ainda com mais rapidez, e seos effectos benéficos, são immediatos; queremos fallar das associaçoens de Capitalistas, que fazem abrir canaes de navegaço, cruzar e dirigir estradas, pontes e calçadas; abrir ruas e calçar Cidades, que restituem a agricultura, montes, charnecas, e pantanos; e crião de hum só extorço, huma multidão de industrias diversas, que assegurão a felicidade

ANEXO D - Primeira página da edição nº 1
do 2º volume do periódico O Tempo (03/07/1832)

101. II. TERÇA FEIRA 3 DE JULHO DE 1832. NUM. 1.

O TEMPO,

jornal político e litterario.

Verdade, e Lei.

Subscree-se para esta folha nas lojas dos Srs. Joaquim Bernardino na rua Direita da Praia Grande n.º 2. João Pedro da Veiga rua da Quitanda. Brício da Constituição. João Baptista rua da Cadeia 114, a 4.000 rs. por quartel e nas mesmas lojas se vendem os ns. annos a 80 rs. Publica-se nas Terças, Quintas e Sábados.

RIO DE JANEIRO 1832. NA TYPOGRAPHIA DE RODRIGUES & C.ª, NA PRAIA GRANDE.

INTERIOR.

Nosso Jornal conta hum anno de existencia, muitos que virão o dia nesse espaço de tempo em que elle tem existido tem-se retirado da scena, ou morrido antes de contar a vida que ainda respiramos: não sabemos as espressoens com que agradeçamos tanta fortuna.

De hora em diante começaremos nova numeração e contaremos nosso anno da mesma maneira porque se conta o das Finanças no Brasil.

(Continuado do n.º 72).

Art. 12. Os seus Membros da Commissão, encarregados da assignatura, e fiscalisação da emissão, e amortisação destas Notas, terão cumulativamente a commissão de hum oitavo por cento sobre o valor total das Notas emittidas, e o Governo terá em consideração este serviço, como hum serviço publico.

Art. 13. Para a amortisação destas Notas ficão desde já applicados especificamente o producto da moeda de cobre, que se retira da circulação, e o dos proprios Nacionaes, que não forem á Administração Publica.

Art. 14. Estes proprios serão vendidos e a venda publica sobre Letras abonadas por annos, dous, tres, e quatro annos, e o seu producto será recebido todo em Notas nas Thesourarias das Provincias.

Art. 15. Alem do producto da moeda inutilisada, e dos proprios acima indicados, todos os bens dos corpos de mão morta, de Vinculos, Capellas, e Confrarias pagarão mais 10 por cento de sua renda, pelo tempo, que durar a amortisação, e finda esta, fica igualmente extincta de facto, e de direito esta nova Decima.

Art. 16. Pelo mesmo espaço de tempo pagará o proprietario, ou senhor de hum escravo em serviço nos Cidades, Villas, e Povoados de mais de cem casas em arruamento, a quantia annual de 45000 rs.; o que tiver dous a quantia de 95000 rs., o que tiver tres a quantia de 155000 rs., o que tiver quatro a quantia de 225000 rs., e o que tiver cinco, a quantia de 305000 réis; observando-se esta progressão para com os que tiverem maior numero.

Art. 17. Estes Impostos serão arnados por Collectores na conformidade das Instrucçoens de 14 de Janeiro de 1832.

Art. 18. Ficão revogadas todas as Leis em contrario.

Paço da Camara dos Deputados
Junho de 1832.

Gervasio Pires Ferreira.

O Projecto que acabamos de transcrever passou em primeira discussão no dia 30 de Junho ultimo, havendo nessa occasião offerecido o Sr. Hollanda Cavaleanti, as seguintes emendas para serem tomadas em consideração na segunda discussão do mesmo Projecto.

Emendas Offerecidas ao Projecto da Commissão Especial encarregada de propor medidas conducentes ao melhoramento do meio circulante.

Substituição-se os artigos 3.º, 4.º, e 5.º pelo seguinte:

Seis meses depois da communicação da presente lei nas respectivas Est. Coens m

CARAMURU.

O IMPERADOR PEDRO II, E A CONSTITUIÇÃO JURADA.

Subscreeve-se no escriptorio, rua dos Latoeiros n. 66, 4\$000 rs. por 4 mezes. Vendem-se os ns. avulsos no mesmo escriptorio, e nas lojas dos Srs. Plancher, rua do Ouvidor; João Baptista, e Ogier rua da Cadea; Brito, e Albino, Praça da Constituição; e tambem na typographia.

Eu não fallo senão verdades puras.

CAMÕES.

Fallai, em tudo, verdades

Aquem, em tudo, as deveis.

SA' DE MIRANDA.

VILLA DA PRAIA-GRANDE; NO CABAÇEIRO, 1832. — TYP. PARAGUASSU — DE D. DA F. PINTO.

RIO DE JANEIRO.

Ardua é a tarefa d'escriptor público nas epochas em que as paixões fallão mais de perto ao coração dos homens do que o bem da patria; n'essas crises aquelle que não segue um extremo, aquelle que tem a lei por unico norte de suas acções é sempre o mal-visto de todos! Não importa; como a consciencia esteja bem com o individuo; como elle tenha a convicção de suas boas tenções grande esendo, com isso, oppora aos tiros da intriga, e da vingança.

A dimissão do ministerio de 3 d'Agosto tem dado causa a um alarma geral em todos os espiritos; contudo este acontecimento não teria incendiado os animos si, por ventura, os homens nomeados para succeder aos ministros que se dimittirão tivessem a confiança pública, ou, ao menos, que o espirito nacional se não tivesse pronunciado contra elles; até hoje nem uma palavra só temos dado acerca dos Srs. Carneiro Leão, Vergueiro, e Antero nomeados actualmente ministros; de passagem tocámos n'estes dous ultimos, no nº. anterior, fazendo ver a imprudencia d'uma tal nomeação si ella viesse a effeito como se dizia; finalmente ella verificou-se; as paixões tem-se, com este facto, irritado ao ponto de se achar o Rio-de-Janeiro no maior terror, á espera d'uma explosão espantosa, em que, todos os dias, e a todas as horas, se falla; mas que imprudencia! com que direito se tolhe á Regencia o direito de nomear para o ministerio os homens que lhe aprazem? Deixarão-na ficar, quando ella se dimittia, para sustentarem a Constituição, que a declara permanente, e querem dirribá-la por um facto em que ella não tem a menor culpa? Admissão do ministerio foi filha do orgulho, e do capricho d'um ministro que, n'este caso, desmentindo tantos factos patrioticos com que havia abonado o seu amor ao Brasil, preferiu leva-

lo ao precipicio em que o vemos; do que ceder d'um pontinho de brio; a lentura do ministerio, que se dimittiu, sua tibieza, os muitos bens que deixou de fazer, o desprezo em que teve a confiança pública n'elle depositada, e o passo imprudente, e sacrificador que deu em sua precipitada dimissão fazem-no pouco desejado dos homens imparciaes, que querem ver o Brasil governado não por caprichos, mas por quem prefira os interesses do estado a todas as razões particulares.

Quanto á nomeação dos novos ministros, parece-nos isso querer apagar um incendio applicando-lhe lã; o primeiro dever dos conselheiros da Regencia é guiar-la para o lado onde a sua inviolabilidade se conserve immune, e isto não se consegue indispondo-a com o povo, ou sustentando-a sobre prisões, e terror; desenganemo-nos, si o governo quer que o povo não ultrapasse os seus direitos tambem o governo não deve sair da orbita de seus deveres; e si o povo quer que o governo governe bem, deve ser fiel executor das leis; em quanto cada um puxar para seu lado, todos seremos infelizes.

Nós desapprovamos um passo, qualquer que elle seja, uma vez que não seja legal, e isto venha de donde vier; os que, n'uma tal crise, excitão paixões, exacerbão o povo, e concitão a revoluções, não podem ser seus amigos; era melhor que se dirigissem á Regencia, e que a aconselhassem a nomear homens de confiança pública do que dessem esse terrivel exemplo de se despedaçar a Constituição na queda d'um poder n'ella garantido.

Pensem agora o que quizerem, na certeza de que os nossos principios são invariaveis; revoluções nem para ir para o ceo; quem tem a ganhar n'ellas, lembre-se do que tem entros a perder; olhem para os interesses publicos, e não para os seus somente; nós não transigimos com partido algum que viole a lei, seja elle qual for; adormecidas as paixões,

ANEXO F – Primeira página do número inicial do periódico
Correio Constitucional Campista (01/01/1831)

ANNO DE 1831. SABBADO 1.º DE JANEIRO. NUMERO

CORREIO
CONSTITUCIONAL CAMPISTA.

Subscreve-se para esta Folha na Typographia, rua da Quitanda; na Administração do Correio; em Casa dos Srs. Tabelliães Joaquim José de Faria, e Antonio Joaquim Franco, rua do Alecrim, José Fernandes da Costa Pereira, rua do Rosario, á 4,000 por semestre, e vendem-se numeros avulços na mesma Typographia.

Felizes os Povos e seus Chefes, quando os seus direitos reciprocos determinados por huma Constituição Sabia, executada de boa fé, servem de garantia mutua, e são firmados todos os annos pelos trabalhos dos Conselhos representativos.

LANJUNAIS.

Campós, 1831: na Typographia de A. J. S. Arcos. Rua da Quitanda N.º 5.

A muito que Campos precisava de hum Periodico; seu commercio, sua grandeza e população exigião com toda á efficacia que se estabelecesse aqui huma Typographia; porém desgraçadamente aquelles que mais devião concorrer para hum fim tão justo, não os primeiros á darem de mão e a despersuadirão que se publicasse aqui hum Impresso de qualquer qualidade que fosse. Em fins do proximo passado Outubro publicamos o Prospecto do nosso Jornal, e então julgamos ter vencido todas as difficuldades a este respeito, e que não seriamos forçados a desistir a sua publicação; mas ao contrario algumas occorrerão depois, e entre ellas tem sido a falta de hum numero sufficiente de assignantes para o costeo da Typographia, o qual ainda não podemos obter: tanto acontece nos paizes onde a maioria de seus habitantes tendo em pouca consideração a faculdade de publicar por meio d'ella, seus pensamentos, e occupados só (por assim dizermos) dos seus interesses particulares, pouco ou nada se intereção em saber qual o estado dos negocios de sua Patria: com tudo o desejo de vèrmos em Campos hum Correio, orgão da communicação dos nossos pensamentos livres, conductor diligente dos beneficos fructos da Celestial* planta da nossa Constituição, calçou em nós todas as difficuldades, e nos arrastou a apparecer pela primeira vez ante o respeitavel Tribunal da Publica Censura. — Conhecemos quam ardua e difficil he a tarefa d' aquelle que tem de escrever para o Publico; huns gostão de huma linguagem ácre e que fira sem dó á tudo quanto tiver de cahir debaixo da sua pena, outros huma lingoagem tal os estamaga, enfastia, e depressa dão de mão á leitura do escrito; aquelle gosta do estilo sublime, pomposo, recheado de tropos e figuras Rhetoricas, este receita hum tal estilo pois que a curteza de suas luzes lhe não permite penetrar o sumario, hum denso véo se lhe

ANEXO G – Primeira página do número
de lançamento do jornal o Goitacaz (30/07/1831)

2594

N. 2

GOITACAZ.

1831. SABBADO 23 DE JULHO. N.º 1.

O BRASIL SERA' DOS BRASILEIROS, E LIVRE.
(Proclamação dos Deputados do Brasil.)

Campos, 1831: na Typographia de A. J. S. Arcos. Rua da Quitanda N. 5.

INTERIOR.

Ha tresentos, e trinta, e hum annos, que as praias do Brasil, forão descobertas por Pedro Alvares Cabral, navegante Portuguez. Circunstancias, absolutamente independentes de combinações, e que tirão parte da gloria, devida aos grandes descobridores, forão as unicas causas, que concorrerão para tal descoberta. Esta noticia levada ao governo Portuguez, e confirmada pela apresentação que se fizerão de dois indigenas, electrizou bastanté os animos. Novas expedições se mandarão para o Brasil, que principiou a povoar-se de degradados por crimes politicos, ou religiosos: fica claro que homens desta natureza, e sem leis, que moderassem a paixão sedenta a riquezas, não se podião conter nos limites da humanidade; para com os possuidores naturaes deste Paiz. Huma guerra desapiadada entrarão a soffrer, em premio do seu bom accollimento, os indigenas, que, reputando por fim os novos hospides como encarniçados inimigos, começaram das florestas a dar a retribuição, que a natureza inspira contra o malfetor. Estas acções, e reacções durarão longo tempo; mas por fim a fraqueza, e a simplicidade cedo á lei da força, e do engano, e estes innocentes forão pouco, e pouco largando suas possessões, e, desaparecendo das costas, buscarão asilo no meio dos sertões, unica barreira á seus perseguidotes.

Assim os Portuguezes, mais tranquillos possuidores de suas conquistas, virão rapidamente prosperar seus estabelecimentos, que successivamente se forão multiplicando, á proporção que chegavão novos collonos, a quem convidavão lucros espantosos, offerecidos por este terreno, que paga exuberantemente as lidas do la-

vrador. Portugal, encontrando no Brasil hum arrimo contra a sua vilhice, e pobreza, usou com este de huma politica sempre oppressiva, para entorpecer, e retardar o progresso de sua grandeza, e civilisação. Virão-se então os filhos dos mesmos Portuguezes não ter a representação de seus pais, e ser excluidos de certos empregos publicos, e isto só pelo motivo de haverem nascido n'hum Paiz, que começava a levantar da miseria, e do abatimento aquelle outro. Ou fosse manejo do governo, ou fosse esta preeminencia, que naturalmente todos queremos dar ao lugar, em que nascemos, o certo he que começarão-se a espalhar cisnias, odios, rivalidades entre os nascidos em hum, e outro hemispherio. Homens, em quem apenas se manifestavão ligeiros visos de hum rasteiro instincto, enchião-nos de epithetos grosseiros, pelo peccado de não havermos respirado o ar do Reino. Depois de mais de tres seculos de degradação, de insultos, de injustiças, contra o que se revolta todo o coração sensivel, os Brasileiros tiverão esperanças de huma melhor sorte, logo que o Monarcha Portuguez, acossado pelo despota da Europa, aportou as praias de Janeiro.

Com effeito, bem que desactos inauditos recebesse-mos de infames criados, sevandijas do Paço em paga da generosa hospedagem, que lhes fizemos, bem que o direito a propriedade fosse em toda a sua plenitude invadido, para regallo de huma corte corrompida, não se pôde negar, que esta mudança do throne influio bastante, para as metamorphoses, que em tão pouco tempo temos visto no Brasil. Não obstante huma mão que occultamente procurava cortar o vôo ao genio de fogo dos Brasileiros, alguns estabelecimentos scientificos se formavão na Capital, e outras Provincias, que muito tem

BIBLIOTECA NACIONAL

ANEXO H – Primeira página do número
inaugural do periódico O Campista (04/01/1834)

O CAMPISTA.

VOL. 1.º CAMPOS. 4.º SEMANARIO 4 DE JANEIRO DE 1834. N.º 1.

Publica-se ás Quartas, e Sabbados na Typ. PA-
TRIOTICA, rua do Conselho n.º 91: onde se re-
cebem assignaturas a 2\$000 por 3 mezes, pagos
adiantados: os n.ºs avulsos vendem-se na mesma
caza.

* *Incorruptam fidem professis, nec amore quisquam,
et sine ulla dicendus est.* TACITO.
Quem faz voto de dizer a verdade deve ser sur-
do á amizade, e ao odio.

VILLA DE SÃO SALVADOR DE CAMPOS 1834.—TY. PATRIOTICA—DE PARAHYBA, E ALYPPIO

PROSPECTO.

Emprehendendo a redacção deste pe-
riodico, consultassemos unicamente nossas forças
intellectuales, sem a ajuda nunca se realisaria
este projecto: faz-nos a convicção que temos
de poucas poucas luzes!

Podem huma consideração maior a ani-
ma, qual o dever que tem todo o Cidadão de
concorrer com o, que poder para utilidade
commum.

A tarefa de escrever para o publico, que
em todos os tempos foi ardua, torna-se mais
que nunca agora, que passa como por moda
calumniar-se, diser invectivas em vez de ad-
moestar, e combater com decencia doutrinas
opostas. Nossa conduta será inversa. Cen-
suraremos com energia os actos publicos dos
Cidadãos, e com especialidade os dos Empre-
gados no exercicio de suas obrigaçoes, huma
vez que não forem conformes com a ley; op-
tem nisto não perderemos de vista os precei-
tos de moral, e as regras de huma boa educa-
ção, cujos limites não ultrassaremos. Cabe
qui dissonos que por principios abraçamos,
e pertencemos ao partido moderado, porque
deejamos que sejão as leys as unicas vingado-
ras do crime, e não nossas paixoes: contudo
nã nos achamos com forças de guardar huma
moderação illimitada, mormente se nos qui-
zerem pagar com ingratição essa virtude. Por
principios, e por inclinação natural detesta-
mos os sectarios da restauração, e á estes fa-
zemos crua guerra: eis a nossa protestaçoão
de fé politica.

O nosso periodico será composto de mate-
rias variadas. Politica, economia publica, e
domestica, commercio, agricultura, e artes
serão seus principaes objectos: e auctores
dos papeis nacionaes, e estrangeiros o, que

judgarmos util; reservando a ultima columna
para noticias de compras, e vendas, cuja im-
pressão será gratuita para os assignantes. Sa-
hirá á luz as Quartas e Sabbados: o preço das
assignaturas he de 8\$000 reis. annualmente,
pagos adiantados.

Desde já se vemmos que, alem dos annun-
cios sobre commercio, artigos scientificos, e
alguma exposiçoão suscinta, e decente sobre
factos, de cuja historia possa resultar algum
bem para o publico, não inseriremos em nos-
sa folha outras produçoens alheias, e mesmo
aquellas ficarão subjectas ás modificaçoens,
que julgarmos util fasermos. F lemicãs sus-
tentadas para satisfazer paixoes particulares
serão absolutamente banidas della.

(Os Redactores.)

INTERIOR.

Golpe de vista sobre o Brasil

Ohomem, mesmo despido de toda paixão,
que correr huma vista d'olhos pelo Brasil,
desde a epocha do seo de cobrimento, com
pouco trabalho reconhecera que houve sem-
pre em seus negocios huma mão paralisadora,
que de proposito enpezia, ou embarrassava o
desenvolvimento de sua grandeza. Possuindo
pela natureza, os melhores elementos para
huma prosperidade gigantesca o Brasil, por
ter chegado á hum ponto de gloria, que rivalisasse
com as naçoens mais fortes e constitu-
das: observado pelo seo doptimo o ve-se cios
innume avcis, que o tem p' hente a um gra-
ção de hum extremo á outro, e pelo seo inte-
rior; e hias extensas, e seguras curas de ac-
commodar milhares de emigrados, e muitos

O VALENCIANO.

JORNAL DA SOCIEDADE DEFENSORA DA LIBERDADE,
E INDEPENDENCIA NACIONAL
DA VILLA DE VALENÇA.

SABBADO 26 DE MAIO DE 1832. N.º 1.

Subscree-se para este Jornal no Rio de Janeiro em casa dos Srs. E. F. da Veiga, Estevão A. de Magalhães, ambos na rua dos Pescadores, e Thomé Maria da Feiticeira rua do Sabão N. 228; e em Valença na do Sr. José da Silveira Vargas: 6U000 rs. por anno, e 3U000 rs. por seis mezes, pagos adiantados: sahirá humá vez por semana: nas mesmas casas se vendem folhas avulsas.

Seos fins serão: sustentár por todos os meios legais a Liberdade, e Independencia Nacional, auxiliando a acção das Autoridades Publicas, todas as vezes, que se faça mister á bem da ordem, e tranquillidade Publica, usando do direito de petição para as medidas, que não estiverem ao seo alcance, e ainda quando se julguem necessárias medidas maiores; reclamando sómente por meios legais: promover a Agricultura principal riqueza d'este Termo; a Instrução Publica, principal fundamento do Edifício Social; a Industria, e Artes, bases da Felicidade Nacional. -- Estat. da Soc. Cap. 1.º Art. 2.º

RIO DE JANEIRO. NA TYPOGRAPHIA NACIONAL. 1832.

VAMOS dar hoje começo á ardua, e para nós muito melindrosa tarefa da redacção deste Jornal. Bem conhecemos, que nos dão todas as qualidades precisas para tal empresa; mas o termos sido eleito com a quasi unanimidade do Conselho, o ter recusado já tal Encargo hum recommendavel Conselheiro (1), que primeiro, do que nós, fôra nomeado, e a esperança, que temos, de sermos coadjuvado por alguns de nossos illustres Consocios, motivos ponderosos forão, que nos forçarão á nos impormos seo desempenho.

Compromettido para com o Conselho, para com a Sociedade, e para com o Publico, faremos todos os esforços possiveis para salvamos aquelle; fazemos prosperar esta, e satisfazeremos o ultimo; e se por ventura não se deparão em nos conhecimentos vastos, erudicção profunda, pureza de lingoagem, e riqueza de pensamentos, sobranos em verdade o desejo, que temos, de contribuir para o bem ser de hum Povo, no meio do qual temos encontrado a mais respeitosa affabilidade, a hospitalidade mais sincera, e a mais acrisolada amizade: e se nisto, que lhe retribuamos de algum modo tão extremados, e relevantes bens, de que lhe somos devedor.

No Artigo 2.º dos Estatutos da Sociedade,

(1) O Reverendo Padre M. de João Baptista Soares de Meirelles.

que tomamos, como por Epigrafe, temos traçadas as materias, com que devenios entreter-nos neste Jornal. Sustentar a Liberdade, e Independencia Nacional por todos os meios legais he sem duvida o mais sagrado dever, não só de cada hum dos Membros da Grande Associação Brasileira, mas até de todos aquelles, á quem faltando este requisito, tem com tudo vivido fortunosos á sombra de tão frondosas arvores, da existencia, das quaes he que nasce a hospitaleira arborescencia, com que são tratados os Estrangeiros, que em sentimentos se identificão com os bons Brasileiros: persuadido desta verdade consagraremos alguns Artigos á tal respeito; e desde já protestamos, que nunca o fel da lisonja inquinará nossas frases; o maior desinteresse nos guiará sempre, e a mais franca, e cara verdade ha de ser sempre o espirito, que terá de vivificar-nos: amamos de coração a Liberdade, sabemos apreciar todos os seus bens; mas reconhecemos tambem, quaes seião quiza seus limites; estreitar, ou allongar os quaes he sempre prejudicar sua essencia, embarçar sua marcha, e tolher, que em tempo se della recolhão os mais razoaveis fructos.

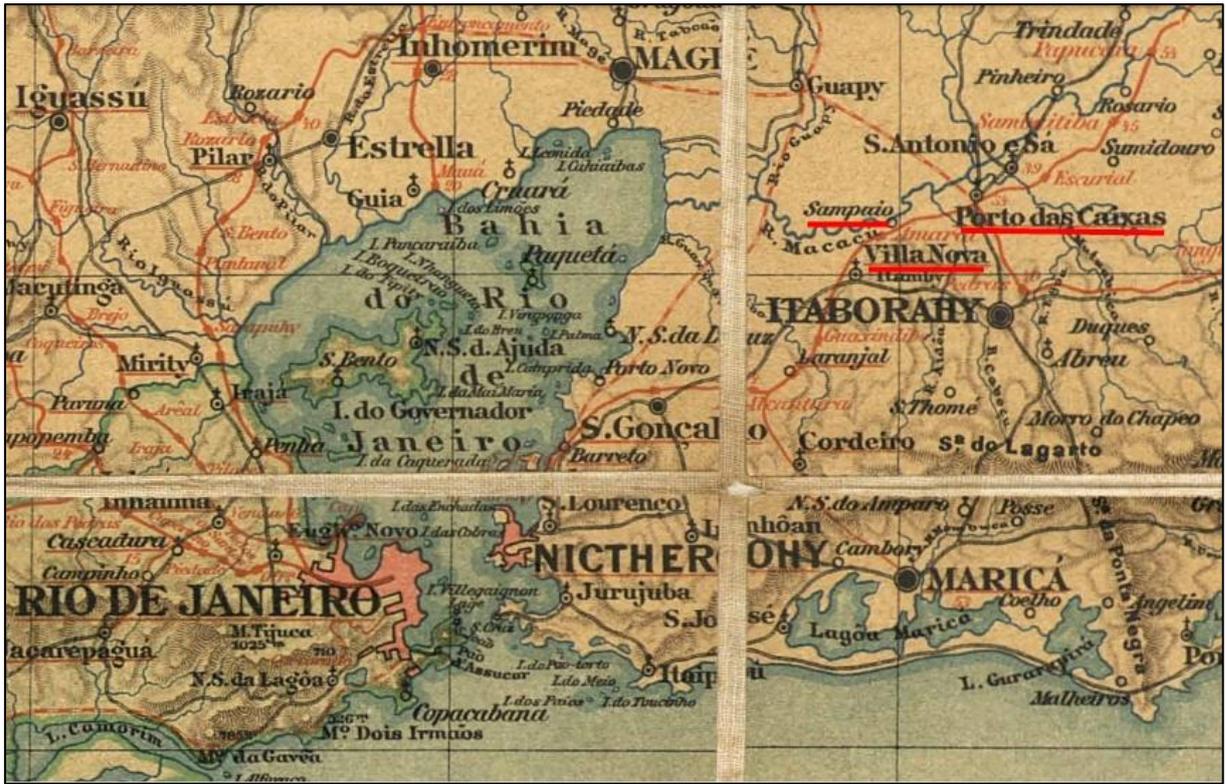
Hum Povo Livre, e Independente, depois de ter curado de possuir estes bens, deve tambem curar de tudo, quanto possa fazelo prosperar, e ganhar vulto entre as Nações; e ninguém pôde duvidar, que a Agricultura he no Brasil,

ANEXO J – Casarão do Conselheiro José Bernardino Baptista Pereira (1920)



Fonte: Augusto Malta - Acervo Heitor Costa

ANEXO K – Mapa contendo a localização de alguns portos fluviais de Itaboraí (1892)



Fonte: GOMES, José Clemente; MASSOW, Hilário. Op. Cit (Adaptado).

**ANEXO L - Quantitativo de jornais por Província
apresentados pelo periódico A Civilização (1851)**

Província	Quantitativo de jornais
Alagoas	2
Bahia	14
Ceará	5
Corte Imperial	25
Espírito Santo	1
Maranhão	9
Minas Gerais	2
Para	5
Parahyba do Norte	3
Pernambuco	12
Piauí	3
Rio de Janeiro	3
Rio Grande do Sul	6
Santa Catarina	1
São Paulo	8
Sergipe	1
Total de Jornais:	100

Fonte: A Civilização (Biblioteca Nacional - 1851)

ANEXO M – Periódicos recebidos pelo jornal A Civilização (1851)

Local de origem	Jornais permutados	Primeira data em que foi citado
Alagoas	Constitucional	14/06/1851
Alagoas	Maceioense	03/05/1851
Maceió, Alagoas	O Constitucional	03/05/1851
Bahia	Guaycurú	03/05/1851
Bahia	O Argos Bahiano	03/05/1851
Bahia	O Medico do Povo	04/01/1851
Bahia	O Seculo	14/06/1851
Cachoeira, Bahia	O Almotacé	03/05/1851
Cachoeira, Bahia	O Argos Cachoeirano	03/05/1851
Ceará	Cearense	03/05/1851
Ceará	O Echo Commercial	16/08/1851
Ceará	O Juiz do Povo	03/05/1851
Ceará	Pedro 2º	03/05/1851
Corte Imperial	A Revista Médica	11/01/1851
Corte Imperial	A Revista Tremensal de História etc.	11/01/1851
Corte Imperial	Abolicionista	14/06/1851
Corte Imperial	Americano	11/01/1851
Corte Imperial	Beija Flor	11/01/1851
Corte Imperial	Brasil	11/01/1851
Corte Imperial	Independente	04/01/1851
Corte Imperial	Iris	11/01/1851
Corte Imperial	Jornal do Commercio	11/01/1851
Corte Imperial	Liberal	04/01/1851
Corte Imperial	Marmota	11/01/1851
Corte Imperial	Marmota na Corte	14/06/1851
Corte Imperial	Monarchista	11/01/1851
Corte Imperial	Nova Gazeta dos Tribunaes	11/01/1851
Corte Imperial	Novo Gabinete de Leitura	11/01/1851
Corte Imperial	O Auxiliar da Industria Nacional	11/01/1851
Corte Imperial	O Correio da Tarde	11/01/1851
Corte Imperial	O Correio Mercantil	11/01/1851
Corte Imperial	O Diário do Rio	11/01/1851
Corte Imperial	O Grito Nacional	11/01/1851
Corte Imperial	O Guanabara	11/01/1851
Corte Imperial	O Liberal	14/06/1851
Corte Imperial	O Philantropo	11/01/1851
Corte Imperial	Periodico dos Pobres	11/01/1851
Corte Imperial	Radical	11/01/1851
Corte Imperial	Regeneração	11/01/1851
Corte Imperial	Religião	11/01/1851
Corte Imperial	Rio Mercantile e Journal	11/01/1851
Corte Imperial	Tamoyo	03/05/1851
Corte Imperial	Tribuna Católica	03/05/1851
Maranhão	A Voz do Bacanga	14/06/1851
Maranhão	Argos Maranhense	03/05/1851
Maranhão	Observador	14/06/1851
Minas Gerais	O Apostolo	03/05/1851
Minas Gerais	O Itamontano	04/01/1851
Niterói	O Commercio	04/01/1851
Pará	O Brado do Amazonas	11/01/1851
Pernambuco	A União	11/01/1851
Pernambuco	Album dos Acadêmicos Olindenses	16/08/1851
Pernambuco	Echo Pernambucano	03/05/1851
Pernambuco	Medico do Povo	14/06/1851
Pernambuco	Revolução	11/01/1851
Piauí	Argos piauhense	14/06/1851
Piauí	Echo Liberal	14/06/1851
Rio Grande do Norte	Rio Grandense	11/01/1851
Rio Grande do Sul	O Correio de Porto Alegre	11/01/1851
Santa Catarina	O Conciliador Catharinense	16/08/1851
Santos, São Paulo	O Médico Popular	14/06/1851
Santos, São Paulo	O Mercantil	04/01/1851
Santos, São Paulo	O Nacional	04/01/1851
Santos, São Paulo	O Precussor	14/06/1851
Santos, São Paulo	Revista Commercial	04/01/1851
Santos, São Paulo	Revista Literária	04/01/1851
São Paulo	Ypiranga	14/06/1851
Sergipe	O Correio Sergipense	04/01/1851
Vitória, Espírito Santo	O Correio da Victoria	04/01/1851

Fonte: A Civilização (Biblioteca Nacional - 1851)

ANNO I PORTO DAS CAIXAS.— SABBADO 9 DE JANEIRO DE 1864. N. 25

ECHO POPULAR.

FOLHA COMMERCIAL, LITTERARIA E POLITICA.
PUBLICA-SE TODOS OS SABBADOS E EXTRAORDINARIA
MENTE EM OUTRO
QUALQUER DIA QUE FOR NECESSARIO.

ASSIGNATURA
SEM SELLO
POR UM ANNO 10\$000.

ASSIGNATURA
COM SELLO
POR UM ANNO 12\$000

O — ECHO POPULAR — Subscree-se no escriptorio desta typographia a rua Direita n. 24, sendo as assignaturas e entregas feitas em contadendas e communicadas res-
ponsabilidades pelos seus autores na forma da lei, sendo escritos com decencia e sem injuria ou calumnia a quem quer que fur. Nas noticias que nos forem communicadas e essencial a assigna-
tura do informante para conhecimento simeute da redação.
Pelas publicações e annuncios, o que se convencionar

ECHO POPULAR

PORTO DAS CAIXAS, 9 DE JANEIRO.

A dissolução da camara é uma attribuição de tam grande importancia, que o nosso legislador constituinte não a quiz confiar ao poder executivo; ella é privativa do poder moderador; a elle só compete dar um tal passo. Razões bem ponderosas porem devem existir para que o Imperante use de uma tal attribuição. Em ultimo caso quando a salvação do estado assim o exige é que entre a dissolução da camara e a do ministerio deve o monarcha optar pela primeira.

Entre nós já por vezes essa attribuição tem sido realisada; e bem fresco ainda está o decreto 12 de Maio. Mas diversificando dos outros paizes no Brazil se lavra um decreto de dissolução sem as razões que forçáram a dar um tal passo. Todos porem esperavão que o discurso da corôa acabasse com o laconismo que presidio a confeção do decreto; mas estupfactos ficarão quando o silencio tornou-se substituto do laconismo.

Para provar a verdade da nossa proposição eis a fallação que corôa abriu a legislatura de 1864:

FALLA DO THRONO.

« Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação.
« E' sempre com sincero jubilo que vejo reunida a assemblea geral legislativa.

« Annuncio-vos com o maior prazer que a tranquillidade publica continúa a manter-se em todas as provincias; e que abundão, graças ao Todo Poderoso, os generos alimenticios.

« Com igual prazer posso assegurar-vos que o estado de saude publica, e em geral satisfactorio, tem cessado a epidemia que reinou em diversos lugares de algumas provincias do Norte.

« Sinto dever communicar-vos que achão-se interrompidas nossas relações diplomaticas com a Grã-Bretanha.

« O governo brasileiro foi com pezar forçado a esta resolução por ter se recusado o da Grã-Bretanha a dar-nos a satisfação, e indemnisação que reclamamos por causa do conflicto com a sua legação nesta corte.

« Sua Magestade o rei dos Belgas, a cujo arbitramento foi submettida uma das questões desse conflicto, houve por bem decidir, que na maneira por que as leis brasileiras foram applicadas aos officios da fragata *Forte* não houve premeditação de offensa, nem offensa à marinha britannica.

« O governo de S. M. Fidelissima offerencia a sua mediação para renovarem-se as relações diplomaticas entre o governo brasileiro e o da Grã-Bretanha.

« Bem que muito desejasse, e deseje o bom exito de tão benevoloo testemunho de amizade e interesse, o governo brasileiro, entendendo não ter havido ainda explicita acitação da mesma offera pelo governo britannico, julgou que não podia aproveitar esse nobre e valioso concorsio, senão depois de verificada aquella acitação.

« Subsistem inalteradas as boas relações entre o imperio e demais potencias.

« Estão ratificadas e em vigor as convenções, consulares, celebradas com os governos de Sua Magestade Fidelissima e de sua Magestade Catholica.

DIVERSIDADES.

Sococo publico. — Chamámos a attenção da policia d'este lugar, para que ponha cobro á estulta lembrança de um grupo de berradores, que na noite de 7 do corrente até as 2 horas da madrugada atordou a cabeça dos infelizes moradores das ruas por onde perecorreu tal bando, com uma berraria atroadora acompanhada de— *bum, bum,* — infernal capz até de acordar os mortos! E' possivel que tao mimosa companhia se lembre de repetir hoje que é vespora de domingo, *tão bello vespero,* e por isso a policia deve *o'seja-l-a com uma chácina de chocolate na sala de recepção de visitas* no seu quartel.

NOVO ESTABELECIMENTO. — No lugar competente, publicamos um annuncio sobre a abertura de um novo estabelecimento de selletros do qual são proprietarios os Srs Leal & Cruz para o qual chamamos a attenção dos nossos leitores. Tendo lá visitado o dito estabelecimento admiramos-no da perfeição do trabalho, á qual se reoua a modicidade no preço. Os Srs. Leal & Cruz são dignos mercedores a protecção dos habitantes deste lugar.

FOLHETIM

OS GUYANAZES.

CONTO HISTORICO SOBRE A FUNDAÇÃO DE S. PAULO.
POR
José Vieira Couto de Magalhães.
Continuado do n. antecedente.
CAPITULO XI.

Tres padres da companhia de Jezus, envolvidos nos seus sombrios capotes, desciaão a serra. Os possantes cavallos em que montavão lião a passo lento por que a borda dos despenhadeiros o menor tropeço podia ser fatal. As torrentes murmuravão pelas profundas grutas, e de quando em quando um dos milhares, de arroios que

existem na serra, transpunha a estrada como uma cobra de prata para precipitar-se nos baratos.

Não se esqueço ainda o leitor de que as duas povoações de S. Paulo e S. André estavam em guerra, e que os jezuitas luctavão com toda a força de sua politica para fazer com que os indios depuzessem as armas. Vião claramente que essa guerra hia trazer a morte da disciplina e das practicas religiosas que elles com tanto custo havião introduzido entre os barbaros.

Na quadra em que estamos chegarão de Portugal alguns navios com gente armada, do sorte que o general vio-se mais no caso de impedir que houvessem as hostilidades.

Mas como elle conhecia o caracter vingativo dos indios, deliberou, de concerto com os jezuitas, que os duas povoações escolhessem alguns de seus ofamados guer-

reiros para que luctassem em diversos jogos que mostrassem agiltado e força, e que assim terião os Guyanazes occasião de viangarem se das affrontas que havião recebido.

O padre Nobrega, que era o geral dos jezuitas no Brazil, achava-se em S. Vicente; propoz o obteve do general que das duas povoações, aquella que venceesse setto elevada á Villa.

Ja notamos atraz que era impossivel que prosperassem os duas povoações de S. André e de S. Paulo. Os jezuitas desejavão pois destruil-a. O dia dos jogos e luctas era para elles uma questão de vida e morte. Era essa e não outra a razão pela qual os tres jezuitas—Nobrega, Paiva, e Nunes hião tão meditabundos.

O padre Nobrega, como que seguindo uma conversação que houvessem tratado

VARIEDADES.

O solitario.
Mestre Padre.

antecedentemente, disse ao padre Paiva: — Disseste que elle veio, não? — Sim, padre meu, assim era mister. — Apesar disso porem podemos perder, e se perdermos... Ah! irmãos meus, quanta esperanza se não some, por quanta oppressão e miséria não tem de passar estes pobres indianos a quem cremos como fillos?... Preparamos com tanto calculo e prudencia, com tanto trabalho e esforgo aquella povoação de S. Paulo, quizeros que ella fosse uma das poderosas raizes da nossa ordem, e no entanto eis-nos a ponto de perdê-la!...

O padre Nobrega disse estas palavras com um tom de abatimento profundo, e olhando para o céu como quem invocava o auxilio do Senhor.

— Espero que Deus nos ha de valer e amparar assim como tem-no feito até

ANEXO O – Matéria publicada na Gazeta de Notícias
sobre o falecimento de Hermeto Luiz da Costa (02/07/1921)

**O DECANO DA IMPREN-
SA FLUMINENSE**

**Falecimento do Sr. Hermeto
Costa**

Na cidade de Itaborahy, no Estado do Rio, acaba de fallecer uma figura que contava larga etapa de serviços no jornalismo daquelle Estado.

Realmente, o Sr. Hermeto Luiz da Costa, desde a sua mocidade vinha dedicando á imprensa todas as suas energias, encontrando-o a



**O jornalista Hermeto Luiz da
Costa**

morte, embora já bastante alquebrado pelos annos, mas, mesmo assim, na sua piena actividade.

Em Itaborahy fundou primeiramente "O Social", passando mais tarde a dirigir "A Luta", e, de mais de vinte e cinco annos para cá, se encontrava á frente do "O Itaborahyense".

Em todos esses jornaes, procurou sempre o Sr. Hermeto Costa desenvolver as mais memoraveis campanhas em prol da grandeza do municipio de Itaborahy, muito se tendo batido pela mudança do traçado da Leopoldina, de modo a que essa via ferrea passasse pelo coração da cidade. Mas, a Leopoldina que não conhece leis de quaesquer especie e que já está acostumada a dar de hombros ao interesse publico, jamais satisfaz aquella aspiração. Mesmo assim aquelle jornalista nunca desanimou, sendo que a morte, só a morte levaria a sua derradeira esperança nesse sentido.

Em Itaborahy, como em tantos outros municipios do Estado, era o Sr. Hermeto Costa muito estimado, tornando-se mesmo uma figura veneravel em uma grande parte do Estado do Rio.

Ultimamente era o decano da imprensa fluminense, sendo a sua morte muito e justamente sentida em Itaborahy como em outros municipios.

Fonte: Gazeta de Notícias (Hemeroteca – Biblioteca Nacional)

ANEXO P- Inauguração da Herma de Joaquim Manoel de Macedo (1921)

Carreta



ITABORAHY — Inauguração do monumento a Joaquim Manoel de Macedo pelo Dr. Raul Veiga Presidente do E. do Rio e Ranulpho Bocayuva Cunha — Prefeito.

ANEXO Q – Periódicos recebidos e permutados pelo jornal O Social (1887-1889)⁶⁴⁷

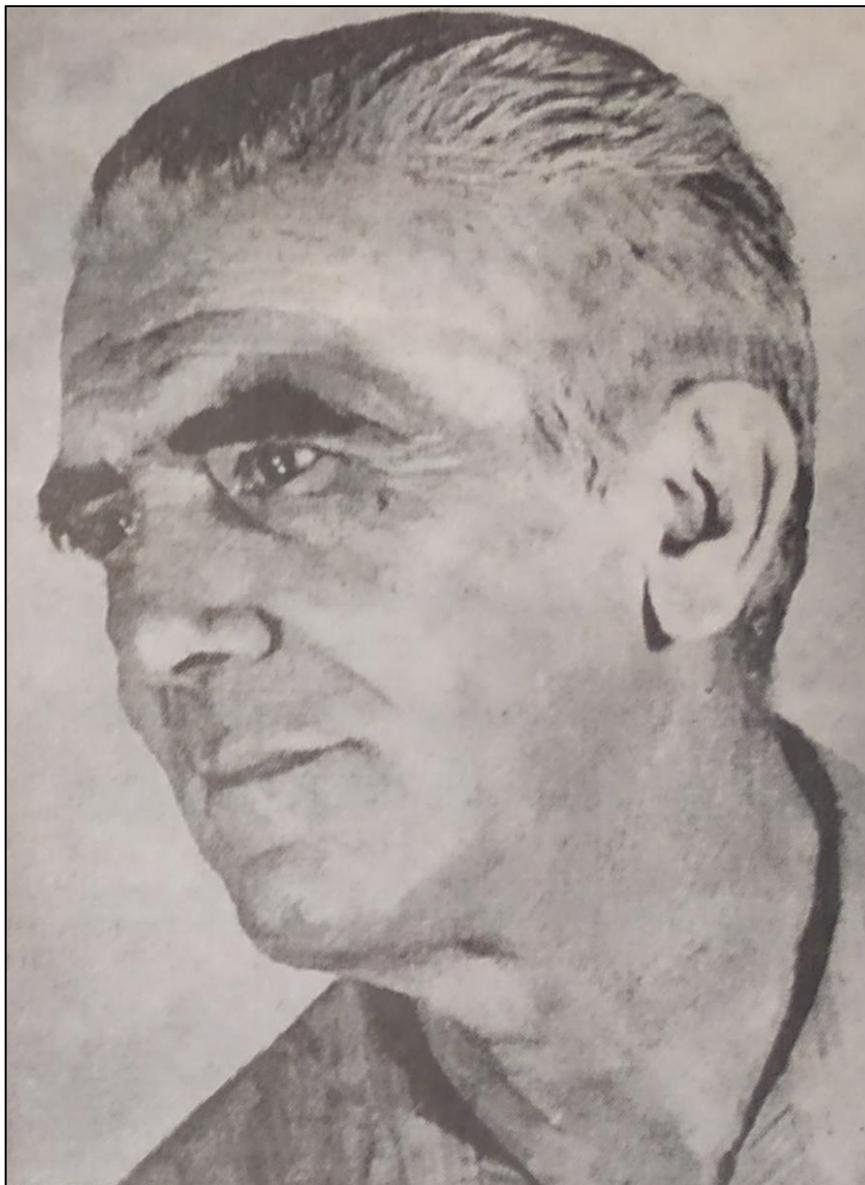
Título do Jornal	Local de origem	Data da primeira menção no Social	Relação com outros jornais	Informações citadas pelo jornal O Social
Gazeta de Cordeiro	Cordeiro (Rio de Janeiro)	08/01/1887	Apenas receberam	Recebido o primeiro número; se publica aos domingos
Isothermico	Vassouras (Rio de Janeiro)	15/01/1887	Permutaram	Semanário noticioso e recreativo; entrou no 2º ano de publicação
A Saudade	Corte (Rio de Janeiro)	05/03/1887	Permutaram	Jornal recreativo, literário e noticioso; publica 2 x por semana
Angreense	Angra dos Reis (Rio de Janeiro)	25/02/1888	Apenas receberam	-----
A Instrução	Niterói (Rio de Janeiro)	25/02/1888	Apenas receberam	Folha literária; iniciou sua publicação no dia 18/02/1888; órgão representante do magistério da província
O Garatuja	Resende (Rio de Janeiro)	17/03/1888	Apenas receberam	Jornal ilustrado; desenhos em 2 páginas e com críticas
Correio Português	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Rezendense	Resende (Rio de Janeiro)	26/05/1888	Apenas receberam	-----
A União	Ouro Preto (Minas Gerais)	26/05/1888	Apenas receberam	-----
A Verdade	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
O Século	Macaé (Rio de Janeiro)	26/05/1888	Permutaram	-----
O Cordeirense	Cordeiro (Rio de Janeiro)	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Gazeta de Valença	Valença (Rio de Janeiro)	26/05/1888	Apenas receberam	Periódico agrícola, comercial, literário e noticioso; Em 27/05/1888 completou seu 5º ano de existência.
Gazeta dos Estudantes	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Gazeta de Lavras	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Bilontra	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
A Phenix	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Echo das Damas	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Folha de Minas	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Ramalhete	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Protesto	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
O Município	-----	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Gazeta da Tarde	Corte (Rio de Janeiro)	26/05/1888	Apenas receberam	-----
Folha Sabarense	Sabará (Minas Gerais)	07/07/1888	Permutaram	O redator era Francisco de P. Lopes de Azevedo Coutinho e o editor Antonio de P. Pertence Junior.
Oasis	-----	07/07/1888	Permutaram	-----
Tribuna	Santa Maria de Madalena (Rio de Janeiro)	07/07/1888	Permutaram	-----
Cartas da Corte	Corte (Rio de Janeiro)	07/07/1888	Permutaram	Receberam da casa dos Srs. Laemmert & Com.
Muriahé	Zona do alto Muriahé (Minas Gerais)	09/06/1888	Permutaram	-----
Cidade de Rezende	Resende (Rio de Janeiro)	09/06/1888	Permutaram	Jornal imparcial, literário e noticioso
A Sentinella	Franca (São Paulo)	18/08/1888	Permutaram	Propriedade do senhor Pedro Voss
O Treze de Maio	Vila de Redempção (?)	18/08/1888	Permutaram	-----
O Mineiro	Barbacena (Minas Gerais)	18/08/1888	Permutaram	-----

⁶⁴⁷ Esta tabela está organizada pela ordem cronológica das menções dos periódicos no jornal O Social.

Título do Jornal	Local de origem	Data da primeira menção no Social	Relação com outros jornais	Informações citadas pelo jornal O Social
O Tempo	Corte (Rio de Janeiro)	03/11/1888	Apenas receberam	-----
O Badalo	Macaé (Rio de Janeiro)	03/11/1888	Apenas receberam	-----
Diário de Santos	Santos (São Paulo)	03/11/1888	Apenas receberam	-----
Sertanejo	Santa' Anna (Ceará)	03/11/1888	Apenas receberam	-----
O Norte de São Paulo	Guaratinguetá (São Paulo)	10/11/1888	Apenas receberam	-----
O Serrano	Estação de Mendes (Rio de Janeiro)	10/11/1888	Apenas receberam	-----
O Galha	São José dos Campos (São Paulo)	10/11/1888	Apenas receberam	-----
Tribuna Liberal	Corte (Rio de Janeiro)	01/12/1888	Permutaram	Órgão do Partido Liberal
Revista Typographica	Corte (Rio de Janeiro)	15/12/1888	Permutaram	"Defensora das classes gráficas do Brasil"
Herões	Cachoeira (Bahia)	15/12/1888	Apenas receberam	-----
Porta Voz	Campos (Rio de Janeiro)	27/04/1889	Apenas receberam	Jornal crítico e noticioso; receberam o número 4 do 2º ano.
Gazeta da Bahia	Bahia	27/04/1889	Apenas receberam	-----
Revista Sul-Americana	Corte (Rio de Janeiro)	23/05/1889	Permutaram	Publicada pelo Centro Bibliográfico Vulgarizador
A Primavera	Jaguary (Minas Gerais)	23/05/1889	Permutaram	"Folha dedicada ao belo sexo."
O Jusmin	França	23/05/1889	Permutaram	Semanário, literário e noticioso
Gazeta de Friburgo	Friburgo (Rio de Janeiro)	23/05/1889	Permutaram	-----
Gazeta da Comarca	São Fidélis (Rio de Janeiro)	17/08/1889	Apenas receberam	completou no dia 31/07/1889 o seu sexto ano de existência

Fonte: O Social (Acervo Heitor Costa – 1887-1889)

ANEXO R – Fotografia do jornalista Heitor Costa (Década de 1980)



Fonte: Acervo Heitor Costa